



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

LEONARDO RODRIGUES CARVALHO SILVA

COMUNIDADES DA FLORESTA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA:
entrelaçamentos entre a Rádio Nacional da Amazônia e seus ouvintes

RIO DE JANEIRO

2022

LEONARDO RODRIGUES CARVALHO SILVA

COMUNIDADES DA FLORESTA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA:
entrelaçamentos entre a Rádio Nacional da Amazônia e seus ouvintes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Paiva

RIO DE JANEIRO

2022

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA POR LEONARDO RODRIGUES CARVALHO SILVA
NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às dez horas, por meio de videoconferência, foi apresentada a dissertação de mestrado de Leonardo Rodrigues Carvalho Silva, intitulada: **“Comunidades da Floresta e Comunicação Pública: entrelaçamentos entre a Rádio Nacional da Amazônia e seus ouvintes”**, perante a banca examinadora composta por: Raquel Paiva de Araujo Soares [orientador(a) e presidente], Suzy dos Santos e Octavio Penna Pieranti. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022


Raquel Paiva de Araujo Soares [orientador(a) e presidente]

Documento assinado digitalmente
gov.br Suzy dos Santos
Data: 26/04/2022 08:59:04-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Suzy dos Santos [examinador(a)]


Octavio Penna Pieranti [examinador(a)]


Leonardo Rodrigues Carvalho Silva [candidato(a)]

Dedico à minha saudosa mãe Iara, que deixou prematuramente esse mundo, responsável por me ensinar a importância da leitura e do estudo nos privilegiados 13 anos em que convivemos.

AGRADECIMENTOS

Depois de seis anos longe do espaço universitário, registro o imenso prazer que senti ao me ver novamente diante de uma oportunidade de respirar a vida acadêmica e ampliar os conhecimentos. Ainda que a pandemia de covid-19 tenha gerado dificuldades para usufruir desse período de maneira plena e levar adiante esse esforço conforme será relatado ao longo do trabalho, posso dizer que me considero realizado. Nesse sentido, devo em primeiro lugar agradecer à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e à existência da universidade pública e gratuita enquanto espaço acolhedor das almas inquietantes, ávidas pela ampliação dos horizontes do conhecimento. Estendo também esse agradecimento à minha orientadora, professora doutora Raquel Paiva, por recepcionar e apoiar esse projeto desde o início.

Da mesma forma, reverencio os professores que ministraram valiosas aulas em 2019, fazendo destaque especial à Marialva Barbosa e ao Muniz Sodré, cujos conteúdos e reflexões promovidas em sala influíram de forma decisiva nos rumos da pesquisa. Agradeço aos professores Suzy dos Santos e Octavio Pieranti pela presença na banca de qualificação e registro que suas ponderações foram muito importantes para o desenvolvimento da dissertação. Presto ainda minha gratidão aos servidores da UFRJ na figura do Thiago Couto e dos demais trabalhadores da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura.

Este trabalho não seria possível sem algumas contribuições relevantes. Menciono inicialmente os profissionais da Rádio Nacional da Amazônia que aceitaram em dividir suas experiências e pontos de vista. À Edilene Martins, Mara Régia, Juliana Maya, Morillo Carvalho e Beth Begonha, meu muito obrigado. Agradeço também à equipe do Acervo da EBC, na figura da Indira Góes, pelo atendimento e pela disponibilização do material solicitado.

Quero dividir esse momento também com colegas da EBC que me fazem diariamente perceber a relevância da comunicação pública para uma sociedade democrática. Menciono alguns deles que se enveredaram pela pesquisa acadêmica e se tornaram importantes referências bibliográficas para esta pesquisa como Akemi Nitahara, Guilherme Strozi e Jonas Valente.

Registro também minha gratidão ao coordenador da Agência Brasil no Rio de Janeiro, Mário Toledo, que compreendeu as demandas da pesquisa e deu seu apoio autorizando o período de licença para capacitação sem remuneração, respeitando os trâmites legais. Ainda nesse processo, não posso deixar de citar a importância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que garantiu uma bolsa de apoio à pesquisa durante os seis meses em que estive afastado do trabalho.

Escrevo esses últimos parágrafos para realçar os agradecimentos mais especiais. Em primeiro lugar, à minha companheira de todos os momentos Analu, parceira do dia a dia e das mais diversas aventuras. Dividimos juntos as delícias e as angústias desse período, cada qual envolvido na sua pesquisa de mestrado, atravessada ainda por uma gravidez que reiterou o nosso amor. Ao nosso pequeno Matias, que veio ao mundo em meio a esse processo e já preenche de luz nossos corações: prometo me esforçar para lhe ajudar a trilhar o caminho que escolher nessa vida, meu filho!

Preciso dizer ainda que chego até aqui com o apoio da minha família e dos amigos: falo dos primos, dos tios, dos camaradas do Colégio Marista Dom Silvério, dos antigos colegas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da turma de Prados-MG, dos atleticanos que conheci nessa vida. Em meio a tudo isso, ainda pude soltar o grito de campeão!

Registro a inspiração deixada pelo Vovô Edgard (*in memoriam*), ex-diretor da Faculdade de Odontologia da UFMG e referência de homem da ciência, bem como os incentivos fundamentais de Vovó Noélia e Vovó Marina. À Andréia, mulher de meu pai, obrigado pelo carinho.

Meu pai Francisco e meus irmãos Lucas e André, com quem tenho o privilégio de dividir alguns dos momentos mais prazerosos dessa vida, têm importância ímpar para dar sentido a esse esforço. Por cada um deles, me estimulo a ir adiante. Encerro com meu agradecimento eterno à minha saudosa mãe Iara, a quem já mencionei na dedicatória.

RESUMO

A Rádio Nacional da Amazônia é uma emissora de ondas curtas criada pelo regime militar em 1977 e mantida pelo Estado brasileiro desde então. Em toda a sua história, envios de cartas, participações ao vivo e, mais recentemente, contatos via redes sociais marcam uma intensa interação entre radialistas e ouvintes que vivem em cidades pequenas ou em áreas rurais: vilas, fazendas, sítios, aldeias indígenas, reservas extrativistas e comunidades ribeirinhas. O objetivo dessa pesquisa foi investigar como os diferentes contextos são carregados para essa interação em dois momentos distintos. O primeiro envolve os dez anos iniciais de existência da emissora (1977-1987), então vinculada à Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). O segundo se inicia com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), dentro do processo de regulamentação da comunicação pública, e se encerra com as mudanças legais aprovadas após o impeachment da presidente Dilma Rousseff (2007-2016). Foram analisadas cartas, entrevistas com radialistas realizadas no âmbito da própria pesquisa, entrevistas de radialistas e ouvintes veiculadas em programas de televisão, e programas da emissora. Conjuntamente, os materiais ofereceram informações relevantes sobre a forma como a vida de profissionais da emissora e de seus interlocutores entrelaça-se no dia a dia, influenciando e sendo influenciada pelo desenvolvimento da Rádio Nacional da Amazônia. Através da metodologia de análise de conteúdo, foram estabelecidos três ângulos contextuais pelo quais interpretamos os dados levantados: a territorialidade, as intenções da emissora e a gestão da emissora. A interação entre radialistas e ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia revelou-se estruturada em torno de laços afetivos, mas observam-se diferenças nos dois períodos discutidos. Ao mesmo tempo, situando o desenvolvimento da emissora dentro da trajetória histórica da Amazônia, nota-se que essa interação está ordenada em alguma medida por dinâmicas do pós-colonialismo. Por fim, são propostos novos caminhos para se pensar a comunicação pública a partir da realidade amazônica.

Palavras-chave: Comunicação Pública; Radiodifusão Pública; EBC; Rádio Nacional da Amazônia; Estudos Culturais

ABSTRACT

The National Radio of the Amazon is a shortwave broadcaster created by the military regime in 1977 and maintained by the Brazilian State since then. Throughout its history, sending letters, live participation and, more recently, contacts via social networks mark an intense interaction between broadcasters and listeners who live in small towns or rural areas: villages, farms, farms, indigenous villages, reserves extractivists and riverine communities. The aim of this research was to investigate how different contexts are carried to this interaction in two specific moments. The first involves the initial ten years of the broadcaster's existence (1977-1987), then linked to the Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). The second begins with the creation of Empresa Brasil de Comunicação (EBC), within the public communication regulation process, and ends with the legal changes approved after the impeachment of President Dilma Rousseff (2007-2016). Letters, interviews with broadcasters carried out within the scope of the research itself, interviews with broadcasters and listeners aired on television programs, and broadcaster programs were analyzed. Together, the materials offered relevant information on how the lives of professionals at the station and their interlocutors intertwine in their daily lives, influencing and being influenced by the development of National Radio of the Amazon. Through the content analysis methodology, three contextual angles were established through which we interpret the collected data: territoriality, the broadcaster's intentions and the broadcaster's management. The interaction between broadcasters and listeners of National Radio of the Amazon was structured around affective ties, but differences were observed in the two periods discussed. At the same time, placing the radio station's development within the historical trajectory of the Amazon, it is noted that this interaction is ordered to some extent by post-colonial dynamics. Finally, new ways of thinking about public communication from the Amazonian reality are proposed.

Keywords: Public Communication; Public Broadcasting; EBC; National Radio of the Amazon; cultural studies

ÍNDICE DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 01: Listas das cartas analisadas	37
Tabela 02: Listas dos programas radiofônicos analisados	41
Tabela 03: Listas dos programas de TV analisados	42
Tabela 04: Lista de convidados para as entrevistas.....	42
Tabela 05: Lista de presidentes da EBC.....	123
Figura 01: Modelo matemático da comunicação	24
Figura 02: Representação do esquema de Stuart Hall.....	27
Figura 03: Representação do processo metodológico	44
Figura 04: Atuais limites da Amazônica Legal	74
Figura 05: Extensão do bioma amazônico entre os países da América Latina.	83
Figura 06: Anúncio da Radiobrás veiculado no Jornal O Globo de 09/11/1977.....	93
Figura 07: Organograma de representação do espectro eletromagnético.....	96
Figura 08: Representação da divisão do espectro conforme a Resolução 721/2020.....	99
Figura 09: Representação da conversão da categorização em tópicos de inferências.....	129
Figura 10: Mapa da radiodifusão no Brasil	209
Figura 11: Presença de atividade jornalística local	209
Gráfico 01: Veículos jornalísticos em atividade no Brasil	211
Gráfico 02: Evolução da alfabetização da população mundial acima de 15 anos.....	228

LISTA DE SIGLAS

ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

ACERP - Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto

AM - Amplitude Modulada

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

ARD - Arbeitsgemeinschaft der öffentlich-rechtlichen Rundfunkanstalten Deutschlands

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BASA - Banco da Amazônia S.A.

BBC - British Broadcasting Corporation

CFRP - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública

CNRE - Campanha Nacional de Radiodifusão Educativa

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

CONSAD - Conselho de Administração da EBC

CONTEL - Conselho Nacional de Telecomunicações

CPB - Corporation for Public Broadcasting

CPISP - Comissão Pró-Índio de São Paulo

EBC - Empresa Brasil de Comunicação

EBN - Empresa Brasileira de Notícias

ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações

FEB - Força Expedicionária Brasileira

FISTEL - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FM - Frequência Modulada

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GHz - Gigahertz

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

KHz - Quilohertz

LOA - Lei Orçamentária Anual

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MEC - Ministério da Educação e da Cultura

MHz - Megahertz

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOPEPA - Movimento dos Pescadores do Pará

MOPEBAM - Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas

NHK - Nippon Hōsō Kyōkai

NPR - National Public Radio

NUPA - Núcleo de Programação para a Amazônia da Radiobrás

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEA - Organização dos Estados Americanos

OM - Ondas Médias

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

oscip - Organização da sociedade civil de interesse público

PBS - Public Broadcasting Service

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDV - Programas de Demissão Voluntária

PFL - Partido da Frente Liberal

PIN - Programa de Integração Nacional

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PRONTEL - Programa Nacional de Teleducação

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PRX - Public Radio Exchange

PSD - Partido Social Democrático

PT - Partido dos Trabalhadores

RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Radiodifusão

RTR - Serviço de Retransmissão de Rádio

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão

SECOM - Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República

SNI - Serviço Nacional de Informações

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia

SUDAM - Superintendência Desenvolvimento Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A.

TELERON - Telecomunicações de Rondônia S.A.

TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UEE-SP - União Estadual dos Estudantes de São Paulo

UEPA - Universidade Estadual do Pará

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UIT - União Internacional de Telecomunicações

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UHF - Ultra High Frequency

VHF - Very High Frequency

ZDF - Zweites Deutsches Fernsehen

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: Ê CAROÇO!	14
1.1 CHUVA DE PERGUNTAS	17
1.2 UM PONTO DE PARTIDA	22
1.3 CONTEXTOS LATINOAMERICANOS	31
1.4 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS.....	35
2. SINTONIZANDO A FLORESTA	46
2.1 A INVENÇÃO DA HILEIA.....	48
2.2 DIRETRIZES ECONÔMICAS	53
2.3 AMBIVALÊNCIAS AMAZÔNICAS.....	61
2.4 DO COLONIALISMO À DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.....	71
2.5 A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO REGIME MILITAR	88
2.6 EXPLORANDO AS ONDAS CURTAS.....	95
2.7 UMA NOVA DIRETRIZ	104
3. VIDAS ATRAVESSADAS POR ONDAS DE RÁDIO	125
3.1 INTERAÇÕES COTIDIANAS	130
3.2 O OUVINTE NO PROCESSO PRODUTIVO.....	133
3.3 TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS	139
3.4 PERCEPÇÕES SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA	142
3.5 PROPOSTAS EDUCATIVAS	152
3.6 AUTONOMIA E CENSURA.....	160
3.7 O ENCONTRO COM A VOZ PERSONIFICADA	163
4. ENTRELAÇAMENTOS	171
4.1 A TERRITORIALIDADE COMO CONTEXTO	186
4.2 AS INTENÇÕES DA EMISSORA COMO CONTEXTO.....	213
4.3 A GESTÃO DA EMISSORA COMO CONTEXTO	231
4.4 CONTRIBUIÇÕES PARA A COMUNICAÇÃO PÚBLICA.....	245
5. CONCLUSÕES	263
REFERÊNCIAS	271
APÊNDICES	287

1. INTRODUÇÃO: Ê CAROÇO!

Uma vez, durante uma reunião de pauta em que discutíamos a cobertura jornalística de um grande evento, um colega disse algo mais ou menos assim: quem não dedica atenção ao planejamento, está planejando falhar. Embora pareça óbvio, principalmente para um sujeito metódico e organizado como eu, não tenho dúvidas de que se trata de uma observação pertinente da qual muitas vezes nos descuidamos. Planejar demanda tempo, o que por vezes é um bem escasso em determinadas circunstâncias, como no cotidiano profissional de um jornalista. A vida acadêmica, por sua vez, geralmente não permite esse tipo de descuido. Um bom método científico pressupõe uma série de preocupações preliminares com o intuito de assegurar, por exemplo, que se disponha de um adequado ordenamento cronológico e de uma boa divisão de etapas que permita apreender em profundidade o objeto de estudo. Mas aqui somos lembrados: o planejamento por si também não traz a garantia de que uma pesquisa se desenvolverá sem contratempos. Afinal, a ciência lida muitas vezes com o desconhecido e, diante de incertezas e frustrações, podemos ser empurrados para a árdua tarefa do replanejamento. É que a ciência se coloca, a todo o momento, frente a frente com as transformações do nosso mundo.

Essa foi uma das lições aprendidas ao longo dessa pesquisa. Quando fui aprovado no fim de 2018 para ingressar na turma de mestrado da Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), eu achava que tinha um bom plano. Já faziam seis anos que eu havia concluído minhas últimas atividades da graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), muito embora sempre tenha mantido interesse em acompanhar a evolução dos estudos no campo da comunicação. Mas longe do ambiente acadêmico, estabeleci uma trajetória no jornalismo que permanece em evolução. E foi refletindo aos poucos sobre essa vivência profissional que fui maturando a ideia de retornar à universidade. Trabalhando desde 2012 na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estatal designada para assegurar a existência do sistema público de radiodifusão de que fala o artigo 223º do texto constitucional, me senti instigado a contribuir para a produção de conhecimento que estimule a reflexão crítica acerca da contribuição que esse tipo de estrutura midiática desempenha em regimes democráticos.

A minha proposta havia sido maturada por um bom tempo e partiu de uma admiração a uma das emissoras radiofônicas vinculadas à EBC: a Rádio Nacional da Amazônia. Instalada em Brasília, ela foi criada pelo Estado brasileiro em 1977 e se tornou rapidamente o principal meio de comunicação para quem vive no coração da Floresta Amazônica. Parece despertar um certo fascínio em todas as pessoas que conhecem minimamente o trabalho da emissora o fato de suas ondas curtas alcançarem áreas remotas onde as estações AM (Amplitude Modulada) e FM (Frequência Modulada) não podem ser sintonizadas e onde ainda hoje não há internet ou mesmo sinal de celular. Na entrada da terceira década do século XXI, ela parece continuar detendo, em certas localidades, um lugar de exclusividade como dispositivo midiático. É algo que costuma ser lembrado com frequência em discursos dos trabalhadores da EBC, seja para manifestar orgulho da empresa onde trabalha, seja para justificar sua existência frente às ameaças recorrentes que provém de setores mais conservadores da sociedade brasileira contrários a um serviço público de radiodifusão.

Embora eu já tenha transitado por diversos setores da empresa, eu nunca trabalhei na Rádio Nacional da Amazônia. Após ser aprovado em concurso público, tomei posse em Brasília, mas fiquei na cidade por apenas um ano. Nesse período, atuei no Portal EBC. Transferido para o Rio de Janeiro, passei pela TV Brasil e cheguei à Agência Brasil, onde estou atualmente. Assim como os demais colegas da equipe sediada na capital fluminense, eu participo de uma cobertura ampla, não setorizada, que aborda política, economia, cultura, saúde e direitos humanos, conquanto pessoalmente busque entregar mais energia a esta última temática. Confesso me sentir mais à vontade no jornalismo textual do que na radiodifusão, muito embora tenha sido correspondente da Agência Brasil em Minas Gerais entre 2016 e 2017 e tenha contribuído, nessa ocasião, com a gravação de matérias semanais para a Radioagência Nacional, serviço também atrelado à EBC. Essa preferência profissional, no entanto, não elimina meu fascínio pela Rádio Nacional da Amazônia, o que pesou no momento de decidir os caminhos dessa pesquisa de mestrado. Em alguma medida, essa dupla relação de aproximação-distanciamento do objeto me pareceu também promissora: por um lado, eu tinha muito pouco conhecimento prévio sobre o funcionamento cotidiano da emissora, sobre o perfil de seus ouvintes ou sobre detalhes da programação e, por outro, estava familiarizado com a discussão em torno do papel da comunicação pública e, ainda que de forma superficial, com a história da emissora.

Um dos fenômenos mais impressionantes em torno do trabalho na Rádio Nacional da Amazônia envolve as grandes coleções de correspondências que possuem muitos dos seus profissionais, mesmo os mais novos. A curiosidade acerca dos fatores envolvidos nessa intensa interação entre radialistas e ouvintes e uma pesquisa bibliográfica preliminar me ajudou a desenhar melhor o foco do meu interesse. Os estudos centrados na Rádio Nacional da Amazônia e mesmo aqueles que abordavam o desenvolvimento da emissora como elemento secundário voltavam-se, entre outros assuntos, para aspectos históricos ou para análises individualizadas de um único produto, como as radionovelas ou programas específicos. A maioria apenas tangenciava questões mais gerais acerca da relação público-emissora. Contribuir para preencher essa lacuna se tornou o meu objetivo, a partir do qual elaborei o projeto que submeti à UFRJ e sobre o qual comecei a formular um plano. Uma proposta metodológica foi aprimorada com a ajuda dos docentes ao longo de 2019. Ela sairia do papel em 2020, tendo a etnografia como eixo-central.

Não cabe entrar em pormenores do desenvolvimento desse primeiro plano, afinal de contas ele viria a ser ceifado pela realidade. Eu havia obtido uma licença não remunerada de seis meses na EBC para empreender a imersão etnográfica: o período teve início em 1º de março de 2020 e é fácil imaginar o que ocorreu. Duas semanas depois, o Brasil já estava desorientado com a chegada da pandemia de covid-19. Ê caroço! A popular expressão amazonense poderia sintetizar bem meu espanto. Em meio a inúmeras incertezas, eu fui adiando o projeto meio sem saber o que fazer, aproveitando o tempo para um aprofundamento bibliográfico. A licença na EBC acabou, mas como a pandemia parecia arrefecer, eu queria acreditar na possibilidade de realizar em breve a aventura etnográfica, com adaptações para encaixá-la no meu mês de férias. Finalmente, aceitei no fim de 2020 que seria uma tarefa impossível. Os prazos estabelecidos pela universidade para a conclusão do estudo, mesmo flexibilizados em decorrência da pandemia, estavam ficando apertados. O planejamento construído ao longo de 2019 estava finalmente derrotado e restava avaliar qual fatia dele seria possível reaproveitar. O interesse permaneceu na relação entre ouvinte e emissora, mas a proposta metodológica precisou ser reformulada.

1.1 CHUVA DE PERGUNTAS

No dia 3 de dezembro de 2007, a TV Globo levou ao ar, no seu telejornal matutino Bom Dia Brasil, a série de reportagens “Terra do Meio, Brasil Invisível”¹. Logo na primeira peça da série, o repórter Marcelo Canellas apresenta Chico Feitosa, um pescador e morador do coração da Floresta Amazônica. Ali, nas margens do Rio Xingu, no estado do Pará, Chico Feitosa nunca havia visto uma televisão. Seu contato com o mundo se dava através do sinal da Rádio Nacional da Amazônia, captado em um antigo aparelho radiofônico. Ele desconhecia artistas renomados como Regina Duarte e Fernanda Montenegro. Mas respondeu ao repórter afirmativamente e com satisfação quando questionado se sabia quem é Roberto Carlos. A voz do cantor lhe era familiar. Ronaldinho Gaúcho também se revelava uma personalidade conhecida para o seringueiro, embora ele não tenha sido capaz de dizer se o jogador de futebol era negro ou branco. Afinal, o imaginário que possuía do atleta não fora construído através do audiovisual e sim pelo som do rádio.

Mais recentemente, no dia 5 de abril de 2020, rostos de outros ouvintes da emissora também ganharam espaço na TV aberta brasileira. Dessa vez, a oportunidade foi concedida pelo programa jornalístico Caminhos da Reportagem², produzido pela TV Brasil, o braço televisivo da EBC. A edição de 25 minutos foi quase inteiramente dedicada a ouvir o que essas pessoas contam sobre a presença da Rádio Nacional da Amazônia em suas vidas. O telespectador pôde acompanhar a visita da repórter Ana Graziela Aguiar a algumas comunidades ribeirinhas. Ali, o programa apresenta histórias variadas, como o casamento de agricultores que se conheceram através da emissora e estão juntos há 23 anos; o relato do ribeirinho que nomeou uma de suas filhas em homenagem à jornalista e apresentadora Mara Régia; o saudosismo do seringueiro que se lembra das vinhetas antigas e se refere aos locutores da década de 1980 como “amigos”; e as amizades construídas entre ouvintes que se correspondem, mas que não se conhecem pessoalmente.

¹ Disponível em <<http://redeglobo.globo.com/videos/t/jornalismo/v/bom-dia-brasil-serie-terra-do-meio-brasil-invisivel-2007/3781151/>>. Acesso em setembro de 2019.

² Disponível em <<https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhos-da-reportagem/2020/04/na-amazonia-pelas-ondas-do-radio>>. Acesso em julho de 2020.

Os entrevistados atribuíram também à Rádio Nacional da Amazônia papéis que vão de educadora e professora à companheira diária contra a solidão. O programa sugere ainda que o desenvolvimento do aparelho televisor e sua multiplicação em versões variadas de tela de plasma e muitas polegadas até hoje não afetaram significativamente o cotidiano de muitas famílias no Norte do país. São rotinas que continuam sendo construídas tendo o rádio como principal dispositivo de comunicação. Por fim, a reportagem da TV Brasil revela áreas onde já é possível o acesso a outras mídias, inclusive a internet: mesmo assim, a emissora não foi abandonada e segue fazendo parte do dia-a-dia de moradores do coração da Floresta Amazônia. Para estas pessoas, há uma diferença importante: podem agora sintonizá-la pela rede. Há atrações transmitidas pelo site da EBC, por aplicativo específico de celular e também por canal na plataforma de vídeos Youtube. Além disso, a interação entre ouvintes e apresentadores, que ocorreu fundamentalmente por meio de cartas durante os primeiros anos da emissora, se torna mais dinâmica através do aplicativo de mensagens Whatsapp.

Tanto a reportagem da TV Globo produzida em 2007 como a reportagem da TV Brasil levada ao ar em 2020 sugerem que a vida nas localidades visitadas pelas equipes jornalísticas das duas emissoras é intensamente atravessada pela informação veiculada pela Rádio Nacional da Amazônia. Essa sugestão poderia se desdobrar em uma série de questões cujas respostas não estiveram ao alcance desses programas, afinal se tratam de trabalhos jornalísticos que resultam num relato mais descritivo do encontro entre a emissora radiofônica e seus ouvintes. Seria possível explicar como se construiu e se aprofundou essa relação? Em que nível a atividade cotidiana dos ouvintes está permeada pelo conteúdo veiculado pela emissora? A Rádio Nacional da Amazônia interferiu e interfere no processo de formação das identidades e de fortalecimento dos vínculos humanos nas populações de comunidades da floresta? De que maneira? Essa relação muda conforme ocorrem alterações nas diretrizes que orientam o trabalho da emissora? Muda com a entrada de novos dispositivos eletrônicos? Investigar essa realidade nos oferece elementos para alguma reflexão mais abrangente acerca do impacto da mídia na sociedade humana? Foi essa chuva de perguntas que induziu os primeiros passos.

Há décadas, ouvintes se comunicam com familiares e amigos usando os apresentadores da Rádio Nacional da Amazônia como mediadores de recados para divulgar, por exemplo, convites para visitas, nascimentos de filhos, informações sobre

desaparecidos, etc. Em algumas regiões, a emissora ficou popularmente conhecida como “orelhão da Amazônia”. Orelhão é uma metáfora que faz referência ao formato das cabines de telefone público que se disseminaram no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. A comparação nos dá algumas pistas importantes que serve como ponto de partida para se pensar essa pesquisa. Equipara-se a Rádio Nacional da Amazônia ao telefone público em uma época onde ele era considerado dispositivo de comunicação vital na maior parte do país. Assim, ao chamar a emissora de “orelhão da Amazônia”, radialistas e os próprios ouvintes parecem situá-la em um lugar de destaque em meio ao seu cotidiano. E mais do que isso, a coloca como parte constitutiva do processo de comunicação entre seus pares: é por meio dela que os moradores se comunicam.

Aos poucos, ficou claro que o que atraía o interesse dessa pesquisa eram os aspectos contextuais que envolvem os encontros comunicacionais possibilitadas pela Rádio Nacional da Amazônia: falamos da interação ouvinte-emissora, que está na verdade traduzida na interação ouvinte-radialista. Inicialmente, o desenho da proposta etnográfica acabou sendo um desdobramento natural diante da primeira delimitação do problema: como o ouvinte percebe essa interação estabelecida com a emissora e como ela dialoga com seu cotidiano? Para seguir esse caminho, foi planejado um contato presencial ao longo de aproximadamente dois meses, o que daria a possibilidade de contextualizar essa interação em múltiplos ambientes agrupados no conceito de comunidades da floresta: a comunidade de ribeirinhos e extrativistas, a aldeia indígena, a pequena vila. Com o objetivo de gerar dados complementares aos obtidos por meio da etnografia, que permitissem incrementar a pesquisa a partir da observação dos contextos de interação, seria aplicada uma análise de conteúdo a cartas dos ouvintes e programas radiofônicos de épocas diferentes.

Com o fim da possibilidade etnográfica, o pesquisador perde também sua capacidade de observar os processos interativos com a emissora inseridos no cotidiano dos ouvintes. No entanto, permanece seu objetivo de buscar uma maior compreensão sobre esses encontros numa perspectiva mais contextual. O desafio, portanto, seria encontrar um novo ângulo para investigar o objeto. Como o uso de cartas e de programas radiofônicos continuava sendo uma possibilidade plausível, o caminho foi traçado por aí. Se esses documentos, por um lado, nos permitem apenas tangenciar questões associadas ao cotidiano interativo, por outro lado reúnem potencial para,

através da análise de conteúdo, revelar aspectos contextuais dessa intensa troca comunicativa. Obviamente, essa opção implica uma alteração do problema de pesquisa: o que nos move não é mais o impacto nos cotidianos e nem a percepção dos ouvintes, mas sim que elementos sociais, históricos, tecnológicos e culturais cercam os momentos de interação. Sabemos que a gestão da Rádio Nacional da Amazônia sofreu transformações profundas ao longo de sua existência. A emissora também é impactada pelas transformações tecnológicas. Como os diferentes contextos são carregados para o encontro entre ouvinte e emissora? Aí está a nossa questão que sintetiza o nosso problema de pesquisa.

Não é incomum encontrarmos nos manuais científicos a afirmação de que a metodologia deve se desdobrar do problema de pesquisa. Esquemas engessados de produção científica, por vezes, sugerem um processo que se desenvolve por etapas: definir a problemática aparece assim como pré-requisito para a composição das ferramentas metodológicas. A experiência aqui realizada nos leva a problematizar esse ponto de vista. Diante de uma pandemia inesperada que frustrou o planejamento inicial, o que se viu foi um processo muito mais dialético entre metodologia e problema de pesquisa, o que torna impossível dizer qual veio primeiro. De um lado, a intenção (atrelada à pergunta de pesquisa original) de se realizar de forma complementar uma análise de conteúdo das cartas e programas radiofônicos contribuiu de alguma forma no reposicionamento. De outro, o novo problema de pesquisa não está completamente desvinculado do anterior e, além disso, orientou novas incorporações no conjunto de ferramentas metodológicas. Afinal, se debruçar apenas nas cartas e nos programas radiofônicos pareceu não ser suficiente para aprofundar na pretendida delimitação dos aspectos contextuais das interações que se deseja observar. Seria necessário cruzar os dados extraídos desses documentos com outros a serem produzidos no âmbito da pesquisa.

Esse movimento metodológico que se deu como desdobramento do redesenho do problema de pesquisa implicou no acréscimo de mais duas fontes: entrevistas online semiestruturadas com profissionais da emissora e depoimentos de ouvintes e radialistas colhidos em dois programas de televisão. Ainda que o foco não mais recaia, como no problema de pesquisa original, sobre as percepções individuais, elas são importantes como elemento adicional para se responder à questão formulada. Convém destacar que

essa pesquisa científica, já na sua primeira proposta, se origina de uma curiosidade e de um fascínio com a realidade instaurada a partir da existência da emissora mantida com recursos públicos. Dessa forma, ao investigar como os diferentes contextos são carregados para o encontro entre ouvinte e emissora, também se pretende contribuir para a construção de perspectivas para comunicação pública na Amazônia (e, conseqüentemente, no Brasil). Nesse sentido, conforme será mais bem detalhado, o material selecionado está associado a dois momentos distintos. O primeiro (1977-1987) envolve os dez anos iniciais de existência da emissora, então vinculada à Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). O segundo (2007-2016) se inicia com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), dentro do processo de regulamentação da comunicação pública, e se encerra com as mudanças legais aprovadas após o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Convém destacar ainda que uma parte inicial do esforço de pesquisa se voltou para a imersão bibliográfica, no sentido de compreender melhor as origens da opção do Estado brasileiro em financiar, com recursos públicos, uma mídia que busca abranger toda a região amazônica. A princípio, esse esforço envolveu dois movimentos: uma pesquisa sobre o período da ditadura militar (1964-1985)³, no qual se deu a criação da emissora, e um aprofundamento das discussões mais recentes em torno da noção de comunicação pública. Nesse processo, uma nova questão chamou a atenção: a vinculação do ato de criação da Rádio Nacional da Amazônia a um discurso que repete, em certa medida, perspectivas colonialistas que sempre produziram impactos no desenvolvimento das populações locais. Essa observação demandou também uma atenção para elementos que constituem a trajetória histórica e social da região.

Desde já, salienta-se uma dificuldade que pretendia ser parcialmente sanada na proposta inicial com a imersão etnográfica: esse pesquisador assume sua pouca familiaridade com a região amazônica. Minhas incursões na chamada Amazônia Legal resumem-se a viagens pontuais a São Luís e a Belém, tendo esta última lhe oferecido

³ Alguns historiadores defendem classificar o regime instalado no país após o golpe de 1964 como uma ditadura civil-militar. Não ignoramos de maneira alguma que amplos setores conservadores da sociedade civil integraram a coalizção que depôs João Goulart e contribuíram com os governos não democráticos que vieram na sequência. No entanto, nos alinhamos aos que consideram que usar tal terminologia acaba por implicar numa equalização de responsabilidades entre civis e militares no que diz respeito à condução política do país. A história, como observa Marcos Napolitano (2014), revela que o centro decisório do regime autoritário foi sempre reservado aos militares, cabendo a eles responder pela opção por uma repressão violenta, pela perseguição política e pela tortura como expediente de governo. A preponderância dos militares, em detrimento das lideranças civis, é notória ao longo de todo o regime.

logo de início o memorável e fascinante cenário da imensidão florestal. Nunca outra aterrissagem de avião me deixou tão impressionado, muito embora tal experiência seja pouco relevante em termos de conhecimento acerca da Amazônia. Para contornar essa lacuna, foram absorvidos na bibliografia escritos de importantes nomes da geopolítica e da historiografia da região como Bertha Becker, Márcio Souza, Leandro Tocantins, Samuel Benchimol e Neide Gondim, bem como se referenciou em algumas pesquisas que foram empreendidas nos últimos anos por novos estudiosos da Amazônia. Apesar dessa importante limitação no perfil do pesquisador, a aposta é que os resultados aqui apresentados contribuam para se ampliar o conhecimento de um assunto que está longe de ser esgotado.

1.2 UM PONTO DE PARTIDA

Nenhuma pesquisa em ciências humanas se inicia do zero. Assim, se a metodologia tem relação dialética com o problema de pesquisa, também o possui com a teoria. Conforme aponta Octávio Ianni (2003, p.11), “a combinação inteligente de teoria e metodologia permite realizar a mágica da metamorfose de um ‘assunto’ em um ‘tema’ propriamente científico e, em consequência, a realização da pesquisa e a formulação de uma explicação nova, ou o aperfeiçoamento de alguma explicação conhecida”. É partindo do referencial teórico e se apoiando em métodos de pesquisa que a atividade científica alcança seus objetivos. Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2003) observa que o processo científico não vai dos “dados” à teoria. Há uma relação circular. O processo científico parte de determinadas concepções teóricas para uma formulação conceitual dos problemas. As teorias, portanto, dão um quadro coerente dos fatos conhecidos, indicam como são organizados e estruturados e, dessa forma, fornecem pontos de referência para a observação de fatos novos. Essas observações podem fornecer elementos que subsidiam confirmações, refutações e ajustes teóricos. Neste sentido, não podemos ignorar que esforços para compreender de que forma a audiência e os meios de comunicação se relacionam são empreendidos há muito tempo. Sobretudo a partir dos anos 1970 e 1980, análises sobre o assunto foram impulsionadas sob a perspectiva do chamado processo de recepção. Tomou-se como um pressuposto básico dessa pesquisa a identificação prévia de alguns avanços da reconhecida tradição

científica que teve início a partir de investigações sobre como as audiências recebem os produtos midiáticos e reagem a eles.

O “paradigma informacional”, desenvolvido dentro da linha funcionalista da Escola Estadunidense, ofereceu algumas contribuições importantes já na primeira metade do século passado, ao mesmo tempo em que revelou suas limitações. As pesquisas, em boa medida marcadas por um viés mais quantitativo do que qualitativo, buscavam calcular os impactos sobre a audiência. O comportamento humano é inicialmente descrito a partir das unidades básicas estímulo/resposta estabelecidas pelo behaviorismo, corrente da psicologia em voga naquele momento. O poder dos meios foi classificado em diferentes níveis a depender das análises empreendidas. As conclusões variaram em lugares mais ou menos medianos entre dois extremos: onipotência e impotência. Essas pesquisas enfrentaram dificuldades em construir consensos: foram listados alternativamente efeitos diretos e indiretos, limitados e restritos, de curto e de longo prazo. Estudou-se os efeitos dos meios de comunicação sobre voto, hábitos de consumo, comportamentos, opiniões, atitudes, sexualidade, violência, etc.

Embora esses estudos constantemente refutassem conclusões uns dos outros, sua pergunta inicial os unificava em torno do “paradigma informacional”: o que os meios de comunicação fazem às massas? O processo comunicativo foi concebido como a produção de uma mensagem pelo emissor, que a transmite com intenções e objetivos, visando causar um impacto específico em determinado público. Trata-se, portanto, de um conteúdo estrategicamente orientado a partir da emissão. Como aponta Itania Gomes (2004), emissor e receptor, radicalmente separados no processo comunicativo, foram apresentados como polos opostos. A linearidade proposta por este paradigma aparece no chamado Modelo Matemático, sistematizado na segunda metade da década de 1940 por Claude Shannon. O processo comunicativo é apresentado como uma cadeia: uma “fonte de informação” usa um “emissor” para transformar a mensagem em “sinal” e transmiti-la por meio de um “canal”. A mensagem é transportada até um “receptor” que decifra a mensagem para o “destinatário”. Diante desse modelo, Shannon sugere que há obstáculos para a eficácia do processo. A presença de ruídos pode gerar interferências no sinal causando imprecisão na transmissão. Também podem ocorrer falhas técnicas por parte do receptor ao decifrar a mensagem.

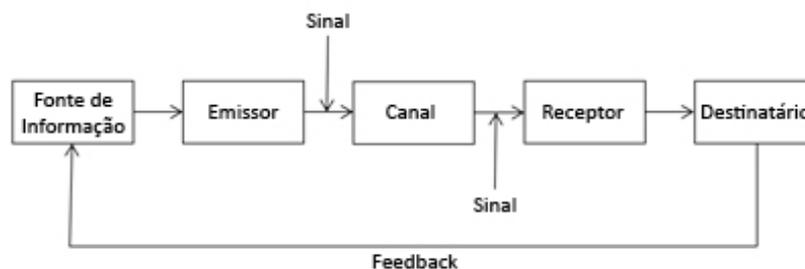


Figura 01: Modelo matemático da comunicação

Esse processo fragmentado em etapas foi corroborado pela proposta apresentada em 1948 por Harold Lasswell para descrever o ato comunicativo a partir de cinco perguntas: Quem? Diz o quê? Em que canal? Para quem? Com que efeito? (Lasswell, 1987). A proposta reitera a dicotomia entre emissor e receptor: a responsabilidade pela instauração do processo é exclusivamente do primeiro. Ainda que Lasswell manifestasse sua intenção de examinar a comunicação como um processo social global, Itania Gomes (2004) observa que o esquema proposto sugere uma fragmentação do ato comunicativo e o receptor aparece apenas em um papel passivo. Ela aponta o surgimento posterior de sofisticções do esquema, como a noção de *feedback* que Melvin De Fleur acrescenta ao Modelo Matemático. Pouco a pouco, pesquisas inseridas no “paradigma informacional” vão revelando que os receptores não comparecem vazios à relação com os emissores e as mensagens, o que colocaria limites ao poder dos meios. Ainda assim, não há superação da assimetria do modelo linear, que começa sempre na emissão. Dessa forma, os emissores são necessariamente mais ativos e os receptores mais passivos.

Conforme indica Itania Gomes (2004), um dos méritos do Modelo Matemático é a introdução da ideia de que há um “receptor”, ainda que neste caso a palavra indique um aparelho técnico (que pode ser inclusive o ouvido humano). A pessoa que recebe a mensagem aparece no esquema como “destinatário”. Um reposicionamento do conceito de “receptor” será feito a partir dos Estudos Culturais ingleses, corrente que começa a se desenvolver na década de 1960 e irá desconstruir diversas noções atreladas ao “paradigma informacional”. O foco das análises deixa de estar na transmissão. A lente de aumento passa a ser direcionada ao momento da recepção e o eixo da pergunta inicial se desloca: o que os receptores fazem com os produtos midiáticos?

Organizados institucionalmente em torno do Centro para Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, os Estudos Culturais surgem interessados nas “culturas vivas”, isto é, em como as práticas e as instituições culturais se envolvem nos processos de transformações sociais. Suas análises dão lugar de destaque à inserção dos meios de comunicação no tecido cultural. Os culturalistas acreditam que, para entender a cultura, é preciso compreender como se dão os processos comunicativos. Há, portanto, um deslocamento conceitual em relação à perspectiva funcionalista: os processos comunicativos devem ser compreendidos dentro da dinâmica cultural e de seus sistemas de significação. Assim, interação comunicacional e interação cultural passam a ser entendidos como sinônimos.

Cabe observar que os Estudos Culturais não correspondem a uma teoria única, mas a uma algazarra teórica segundo o jamaicano Stuart Hall (1996), um de seus principais expoentes e diretor do Centro para Estudos Culturais Contemporâneos entre 1968 e 1979. Como aponta Maria Manuel Baptista (2012), trata-se de um lugar interdisciplinar de encontros e partilha de saberes, métodos e experiências de investigadores de diversas áreas, que têm em comum um interesse particular pelas questões culturais. Essa partilha por grupos de pesquisa heterogêneos tem resultado numa contínua e rica construção e desconstrução coletiva de alguns pressupostos. A área dos Estudos Culturais “se apresenta fluida e instável, mas simultaneamente tão desafiante e intelectualmente estimulante” (BAPTISTA, 2012, p.8).

Apesar de eventuais divergências, as pesquisas estão ancoradas em movimentos teóricos que foram se desenhando desde fins da década de 1950, quando Richard Hoggart e Raymond Williams publicaram os escritos que são considerados inauguradores dos Estudos Culturais⁴. O primeiro desses movimentos teóricos é a rejeição da ideia de uma cultura de massa em que a audiência aparece como passiva e indiferenciada. Os meios de comunicação passam a ser concebidos como forças sociais e políticas amplas e difusas e cada um deles tem um potencial estruturante. A atividade humana é reconhecida como manifestação da cultura e é propulsora da mudança social.

⁴ São eles: *As utilizações da cultura*, publicado em 1957 por Richard Hoggart, e *Cultura e sociedade*, publicado em 1958 por Raymond Williams. Itania Gomes (2004) inclui entre os marcos da inauguração dos Estudos Culturais uma terceira obra já da década seguinte: *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Palmer Thompson, foi publicada em 1963.

Ao pensar a produção televisiva, Hall formula um modelo de comunicação em quatro etapas, onde busca reafirmar o receptor como ativo no processo. Produção, circulação, distribuição/consumo e reprodução integrariam uma “complexa estrutura de relações” (HALL, 2003, p.387). A linearidade e a fragmentação presentes no “paradigma informacional” também são criticadas: nenhuma das etapas seria completamente independente das demais e nem pode determinar completamente a próxima, com a qual está articulada. Hall, que já estabelecia um diálogo com a semiologia de Mikhail Bakhtin, aponta que tanto a produção e circulação das mensagens como a sua recepção se dão na forma discursiva. Segundo Bakhtin (1981), os signos que estruturam os discursos não podem ser isolados de um contexto social e do terreno ideológico. Todo signo, portanto, é ideológico na medida em que reflete e refrata estruturas sociais. Hall entende a ideologia enquanto “referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona” (HALL, 1996, p.26).

Assim, o processo comunicativo no modelo formulado por Hall não se refere a uma relação de estímulo e resposta e sim a mensagens que são organizadas e consumidas por intermédio da operação de códigos. Os textos produzidos pela mídia não são passíveis de serem explicados apenas pela mera intenção do emissor. Afinal, antes mesmo que a mensagem exista e cause algum efeito, há um conjunto de signos e sentidos que estruturam os discursos. Portanto, a mensagem deve primeiramente ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. Somente o conjunto de significados decodificados pode influenciar, entreter, instruir, persuadir, etc. É a partir dos sentidos decodificados e não da mensagem em si que se verificam os efeitos cognitivos, emocionais, ideológicos ou comportamentais. Eventualmente, o modelo de Hall é apresentado por alguns professores dos cursos de graduação em comunicação a partir do esquema a seguir, embora essa simplificação talvez não seja capaz de traduzir a complexidade de sua elaboração.

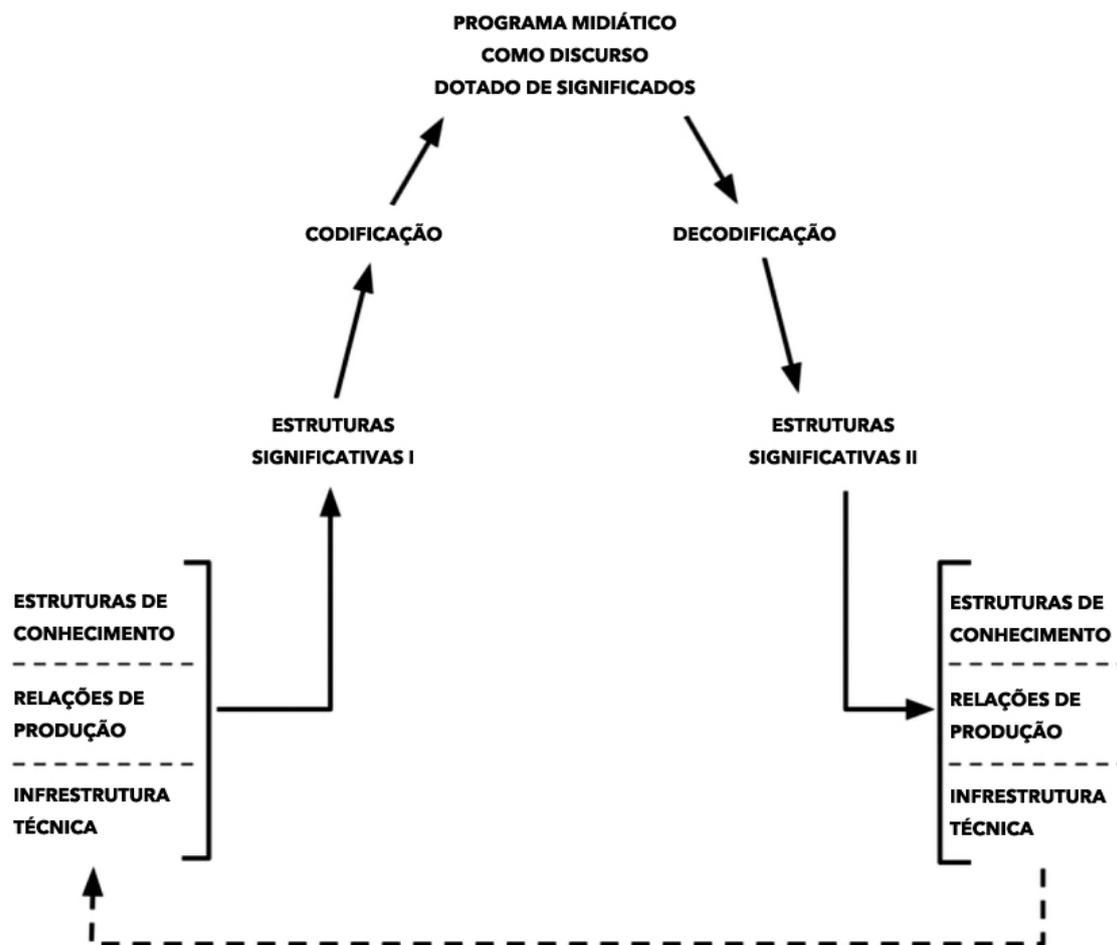


Figura 02: Representação do esquema de Stuart Hall

Três pressupostos inerentes ao modelo de Hall se tornaram de fundamental observação para os estudos envolvendo a recepção dos conteúdos midiáticos. O primeiro é que o momento da comunicação ocorreria efetivamente na decodificação/recepção, não mais na transmissão. Essa distinção afasta o papel passivo do receptor e lhe confere atividade. Seria dizer que sem o ouvinte, não há decodificação daquilo que é veiculado na Rádio Nacional da Amazônia. Dessa forma, não há atribuição de sentido. E se nenhum sentido é apreendido, não há processo comunicativo e não há consumo do produto midiático.

O segundo pressuposto diz respeito ao caráter polissêmico da mensagem, isto é, a possibilidade de múltiplas interpretações, uma vez que a interpretação é um processo atravessado pela ideologia. Bakhtin trata assim da polissemia: “O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis” (BAKHTIN, 1981, p.106). Assim, a decodificação da

mensagem pode não coincidir com a codificação na origem, sobretudo quando os envolvidos no processo não partilham o mesmo meio cultural, social, econômico, etc. Ou seja, os textos midiáticos sequer são portadores de um sentido transparente e podem ser decodificados em diversas direções.

O terceiro pressuposto é a existência de um grau de reciprocidade entre os momentos de codificação e de decodificação, uma vez que os signos e sentidos que estruturam os discursos são socialmente construídos e partilhados. Essa compreensão embaralha os locais fixos do emissor e do receptor. O ouvinte da Rádio Nacional da Amazônia, ao participar do processo social de produção de sentidos, está também orientando em alguma medida a elaboração da mensagem veiculada pelo locutor. Ao mesmo tempo em que ele é o receptor, se revela também emissor em alguma medida. Como diz Hall (2003, p.390), “circulação e recepção são, de fato, ‘momentos’ do processo de produção na televisão e são reincorporados via um certo número de *feedbacks* indiretos e estruturados no próprio processo de produção”. Mesmo ausente fisicamente no processo de produção, a figura do receptor é sempre levada em conta pelo emissor, conscientemente ou inconscientemente. Dessa forma, o processo deixa de ser linear e se apresenta como circuito, onde a origem e o final não são momentos claramente delimitados e isolados.

O modelo elaborado por Hall é um dos desdobramentos da vinculação dos Estudos Culturais à perspectiva marxista no final dos anos 1960. Essa vinculação ocorreu a partir da crítica ao que se convencionou chamar de marxismo ortodoxo. Culturalistas refutaram teses que advogavam por um determinismo econômico e se associaram à leitura que o filósofo Antonio Gramsci (1999) fez dos conceitos marxistas de infraestrutura e superestrutura. Karl Marx (2008, p.47) postulou que a totalidade das relações de produção “constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. Uma visão mais ortodoxa viu logo a superestrutura como uma mera expressão cultural das relações de produção. Gramsci irá se opor a essa perspectiva e refutará a existência de uma relação mecanicista na qual fator econômico é sempre determinante. Ao contrário, ele considera haver relações de força entre a infraestrutura e a superestrutura. O conflito de classes, portanto, não se

daria unicamente no plano econômico, mas também no nível político e cultural, onde se chocam diferentes valores e visões de mundo.

Segundo Itania Gomes (2004), é também por influência de Gramsci que os Estudos Culturais rejeitam a expressão “cultura de massa”, substituindo-a por “cultura popular”. Havia aí uma crítica ao desenvolvimento do ambiente acadêmico como um espaço das elites onde se reuniam grupos de intelectuais que não raramente adotavam uma noção redutora da cultura, associando-a apenas à chamada cultura erudita. Focar o interesse científico na cultura popular representaria, nesse sentido, uma mudança de direção no olhar. O que entra em foco são as manifestações diárias dos indivíduos (como se vestem, se comportam, se ritualizam, etc.) permeadas por valores que se chocam na sociedade. Compreende-se que é dentro da cultura popular que os conteúdos de massa são apropriados, interpretados e revestidos de sentido. O conceito de hegemonia ajuda a compreender esse processo. A hegemonia consagra a soberania de uma determinada visão de mundo, que emerge da busca de consenso entre os membros da sociedade. Embora esta busca seja orientada e conduzida pela classe dominante, que detém posição privilegiada, ela pressupõe complexas negociações culturais. Poderíamos assim considerar que, no encontro entre a Rádio Nacional da Amazônia e o ouvinte, o que se obtém, a cada momento, não é só um novo ouvinte, mas também uma nova emissora.

Embora as pesquisas de recepção tenham ajudado a iluminar aspectos importantes sobre como os significados são produzidos e difundidos, desde os seus primeiros passos, os Estudos Culturais se enveredavam paralelamente por inúmeros outros caminhos. Vale lembrar que uma premissa adotada pelos pesquisadores britânicos é a ponte entre texto e contexto, afinal os sentidos não estão implícitos no produto midiático e são produzidos/decodificados socialmente no processo de interação. Influenciados por essa perspectiva, sobretudo a partir dos anos 1980, estudos mais centrados no contexto dos processos interativos começam a ganhar relevância em diversos países do mundo. Passa a haver uma preocupação de se compreender melhor como ocorrem os processos comunicacionais no mundo contemporâneo. Este mundo será caracterizado das mais diversas formas: pós-moderno, pós-colonial, multicultural, etc. Nesse sentido, pesquisas se debruçam sobre uma variedade de questões associadas às identidades das audiências que passam por ideologia, nacionalidade, etnia, gênero, classe e outras categorias sociais. Mais do que entender como as audiências

comparecem ao encontro e interpretam o conteúdo midiático, também se torna foco de interesse o que elas fazem com as mensagens interpretadas. Desse movimento, surgiram análises interessantes do próprio Hall (2003) sobre a diáspora e o desenvolvimento do movimento negro e, nas últimas duas décadas, foi possível acompanhar uma onda de estudos sobre o feminismo.

Esta pesquisa se vê como parte desse movimento de pulverização dos interesses dos Estudos Culturais. O que está sendo proposto aqui não é um estudo de recepção. O foco não está voltado para a produção de sentidos decorrente do encontro dos ouvintes com um ou mais produtos midiáticos específicos veiculados pela Rádio Nacional da Amazônia. Como já apresentado, o interesse dessa pesquisa recai sobre elementos contextuais carregados para um processo interativo mais abrangente (que envolve participação ao vivo, envio de cartas, comunicação pelas redes sociais, etc). Obviamente, em cada um desses momentos, há produção de novos sentidos. Porém, significados previamente construídos também aparecem implícita ou explicitamente nos enunciados e carregam consigo aspectos históricos e sociais da relação emissora/ouvinte.

Muitos dos avanços teóricos obtidos ao longo da tradição científica que estruturou os Estudos Culturais ajudam a orientar o olhar para os dois principais atores envolvidos nesse processo interativo: o ouvinte e a emissora/radialista. As noções desenvolvidas por Hall possibilitaram ampliar a compreensão sobre o comportamento da audiência e nos oferecem elementos sólidos para entendermos os ouvintes de uma rádio como sujeitos sociais ativos. Itania Gomes apresenta esta discussão da seguinte forma:

Leitor, telespectador, receptor não são aqui sujeitos textuais, mas sujeitos sociais, o que significa, para os Estudos Culturais, sujeitos que têm uma história, vivem numa formação social particular (que deve ser compreendida em relação a fatores sociais tais como classe, gênero, idade, região de origem, etnia, grau de escolaridade) e que são constituídos por uma história cultural complexa que é ao mesmo tempo social e textual. (GOMES, 2004, p.229)

Assim, parte-se do pressuposto de que a história sociocultural dos sujeitos é carregada para os momentos de interação direta entre os radialistas e os ouvintes e está inscrita, de alguma forma, tanto nos programas levados ao ar como na intensa correspondência por cartas. As transformações que se deram ao longo da trajetória da Rádio Nacional da Amazônia não podem ser tomadas como resultado unicamente de

decisões unilaterais, dissociadas da influência da audiência. Aquilo que os ouvintes manifestam nos espaços de interatividade será absorvido em alguma medida pelos locutores, apresentadores, produtores, jornalistas e radialistas no seu contínuo processo de produção criativa. Numa perspectiva culturalista, ao influenciar as mudanças na emissora e ser ao mesmo tempo influenciado por ela, estariam esses moradores da Floresta Amazônica conseqüentemente modificando a si mesmos.

1.3 CONTEXTOS LATINOAMERICANOS

Na América Latina, um desenvolvimento particular dos Estudos Culturais lançou luz para a importância de se realizar pesquisas considerando de forma mais aprofundada contextos sociais regionais. O que se propõe é um olhar voltado para o repertório cultural e social que a audiência leva para o encontro com as mídias. As análises buscam compreender que outras instâncias concorrem com os meios no processo de formação das identidades. Autores como Jesús Martín-Barbero, Guillermo Orozco Gómez e Néstor García Canclini, são frequentemente apresentados na academia como integrantes de uma nova corrente filiada ao culturalismo inglês que se convencionou chamar de “paradigma das mediações”. No entanto, assim como no grupo inglês, não há uma homogeneidade teórica e nem sempre seus focos de interesse científico estão sobrepostos. De toda forma, são autores que levantam reflexões a partir das experiências latino-americanas e que propiciam um avanço significativo na compreensão do receptor como um sujeito ativo, determinado socioculturalmente e capaz de negociar os conteúdos das mensagens televisivas.

Em suas reflexões, Jesús Martín-Barbero (1997) defende que o processo comunicacional não pode ser compreendido através de uma análise centrada unicamente nos meios. Ele propõe que o foco se desloque do emissor e do receptor para as mediações que permeiam a relação entre ambos. Há, portanto, um afastamento de abordagens marcadas por um midiacentrismo. No entanto, como apontam Nilda Jacks e Daniela Schmitz (2018), isso não significa que se negue a importância da mídia como configuradora da sociedade contemporânea.

Os meios perpassam suas reflexões adquirindo mais ou menos centralidade, conforme as formas como eles interpelam e configuram as práticas sociais,

dando ênfase principalmente em como se dão essas práticas no emprego dos meios. [...] Trabalhar com as mediações culturais da comunicação iluminou zonas opacas do processo de comunicação e abriu uma perspectiva de estudos das audiências que privilegiou o mundo da vida cotidiana e deu evidência empírica à atividade do receptor. (JACKS; SCHMITZ, 2018, p.116)

Mas ainda que a comunicação na sociedade seja analisada para além da mídia, há um reconhecimento de que ela atravessa transversalmente todo o processo. As autoras avaliam que, na obra de Jesús Martin-Barbero, o olhar para os meios de comunicação passa a se dar de forma mais equilibrada. Em uma visão menos determinista, eles ganham o estatuto de um agente cultural, entre outros existentes. Passam assim a ser analisados em suas atuações e contradições, sem que sejam condenados ou exaltados a priori. Observam-se as relações de sentido construídas com as audiências, a partir das referências sociais e culturais que estas estabelecem com a influência de diversas mediações.

Os diferentes meios, portanto, são encarados como uma das várias instituições que constituem e são constituídas pela sociedade, por suas práticas produtoras de sentido. Para Nilda Jacks e Daniela Schmitz, essa abordagem permite contar a história dos meios da América Latina “através da análise das mediações que os materializaram institucionalmente e lhes emprestam espessura cultural” (JACKS; SCHMITZ, 2018, p.118). Essa história, conforme apontam as autoras, “está intimamente vinculada aos processos culturais que articularam as práticas de comunicação, tanto hegemônicas quanto subalternas” (Idem, p.118). Ao analisar o conceito de mediação na obra de Martin-Barbero, Escosteguy (2001) observa que ele pode tanto equivaler-se ao de cultura e operar num nível mais geral de abstração, como pode ter uma aplicação mais concreta. Neste segundo caso, as mediações são inicialmente designadas como meios, sujeitos, gêneros, espaços; depois, como cotidianidade familiar, temporalidade e competência cultural; e ainda como sociabilidade, ritualidade e tecnicidade.

É na década de 1980 que os estudos de recepção são impulsionados na América Latina como um movimento que pretendia apresentar uma reflexão alternativa às análises que até então predominavam nesta região do continente, ora inspiradas no funcionalismo da Escola Estadunidense, ora nos desenhos teóricos da Escola de Frankfurt. Enquanto a primeira enfrentava as dificuldades advindas do modelo linear do processo comunicativo, a segunda acabava por reservar à audiência uma posição de

subordinação e impotência diante do poderio da indústria cultural. A maior influência das obras da Escola de Frankfurt no Brasil se dá na década de 1970, tardiamente em relação à época dos seus escritos originais⁵. É precisamente nesta década que surge a Rádio Nacional da Amazônia. Segundo Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2003, p.60), “o poder de penetração dessa teoria na comunidade intelectual brasileira estaria na proporção direta em que fornece uma chave de leitura para as mudanças que ocorrem na esfera cultural do país, promovidas por um regime ditatorial”.

A Rádio Nacional da Amazônia foi criada durante o regime militar que, conforme será abordado com mais detalhes no próximo capítulo, tinha uma plataforma política associada às diretrizes ideológicas da chamada Doutrina de Segurança Nacional, elaborada para o combate ao comunismo. Havia um declarado receio de que a população que residia no interior da Floresta Amazônica pudesse ser manipulada por ideias socialistas propagadas por rádios estrangeiras de longo alcance, sediadas em países considerados inimigos ideológicos: entre elas estavam a Rádio Havana, de Cuba, e a Rádio Moscou Internacional, da União Soviética. Curiosamente, perspectivas também associadas à ideia de manipulação ganhava igualmente espaço junto a uma intelectualidade que se opunha à ditadura. Esses intelectuais traziam as teses da Escola de Frankfurt para o debate no ambiente acadêmico. Jovens universitários envolvidos nos movimentos de oposição ao regime advogavam a importância da oposição ao “imperialismo cultural”. Nas universidades da América Latina, esse conceito se articulou com a Teoria da Dependência, segundo a qual o desenvolvimento dos países considerados “periféricos” estaria limitado pelo desenvolvimento de países que estão no centro da economia mundial (ANAZ, 2012). Nessa perspectiva, sem ruptura com a dependência, quaisquer promessas de superação do subdesenvolvimento centradas na busca incessante da modernização e da industrialização da economia não seriam cumpridas. Seria preciso, portanto, enfrentar o “imperialismo cultural”, isto é, a capacidade que os países desenvolvidos possuem de dominar as audiências dos países periféricos e homogeneizar a cultura.

A reflexão sobre a América Latina realizada no âmbito do “paradigma das mediações” propõe outra direção para abordar a trajetória dos meios de comunicação. Assim como nos Estudos Culturais ingleses, o conceito de hegemonia extraído de

⁵ Obra emblemática da Escola de Frankfurt, *A Dialética do Esclarecimento* foi publicada por Theodor Adorno e Max Horkheimer em 1944.

Gramsci enriquece novas reflexões. A dominação aparece associada não mais à ideia de manipulação e sim de assimetrias informacionais. Portanto, historicizar o processo de constituição dos meios e identificar certas desigualdades são tarefas essenciais para compreender a atividade da audiência. Para Martin-Barbero (1997), a cultura e as práticas comunicativas próprias da América Latina estão plenamente associadas a uma história de dominação e, portanto, de conflitos sociais e de desequilíbrios de informação configurados tanto pelos interesses privados dos meios, como pelas ingerências das instituições políticas. A dominação é o processo pelo qual a classe dominante busca estabelecer sua hegemonia, estimulando as classes subalternas a absorver seus interesses e reconhece-los como se fossem interesses próprios. No entanto, Martin-Barbero refuta a ideia de que as posições hegemônicas são ditadas exclusivamente pelo mercado ou pelo governo e atribui à cultura/comunicação um dos lugares estratégicos onde se trava a batalha política, onde se define a hegemonia, onde é possível pensar as contradições sociais. O cultural aparece, em última instância, como campo estratégico de luta pelo futuro: “não há hegemonia – nem contra-hegemonia – sem circulação cultural”. (MARTIN-BARBERO, 1997, p.143)

Martin-Barbero opta por realizar pesquisas em bairros, espaços que abrigariam um intenso processo de produção de sentidos. Ali, ele identifica um “uso social” dos meios, isto é, a recepção implica em usos que dão forma social à mensagem. Esses usos dependem de demandas associadas a diferentes competências culturais. Conforme sua experiência cultural, o receptor reelabora, ressignifica, ressemantiza os conteúdos dos meios. Tal perspectiva retira a audiência da região de impotência em que eventualmente eram colocados na abordagem frankfurtiana. No caso da Rádio Nacional da Amazônia, nos leva a afastar qualquer perspectiva que possa, em alguma medida, assimilar o ouvinte como um sujeito passivo e manipulado. Também nos coloca o desafio de compreendê-lo dentro de suas comunidades. Ao mesmo tempo, a perspectiva de Martin-Barbero implica em trazer para a reflexão em que medida o encontro da audiência com a emissora está marcada por esta história de dominação. Há uma complexidade nos fenômenos que atravessam a relação entre a Rádio Nacional da Amazônia e seus ouvintes. Emissora estatal, mídia educativa, promotora de conteúdos de utilidade pública, reprodutora de visões hegemônicas, espaço aberto a movimentos sociais, fonte de informações regionais? Qual dessas é a Rádio Nacional da Amazônia? A história da emissora é composta por fases distintas. Mesmo nos primórdios, ela não cumpria papel

de ser mera reprodutora de informações oficiais divulgadas pelo governo: sua grade de programação, na verdade, era composta basicamente de conteúdos de entretenimento, de utilidade pública e de viés educativo. Assim, se o objetivo aqui é compreender como os contextos são carregados para o encontro entre ouvintes e emissora, o primeiro pré-requisito é historicizar o fenômeno.

1.4 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

Ao longo da trajetória dos Estudos Culturais, nota-se que o esforço de compreender melhor as audiências gerou tanto aproximações como distanciamentos teóricos, sem que se tenha estabelecido uma disciplina rigorosamente demarcada e estabilizada e com metodologias previamente determinadas. Nesse sentido, as propostas metodológicas desenvolvidas nesse campo se apresentam abertas e em diálogo intenso com a própria empiria. Na prática, não há um manual pré-estabelecido sobre quais ferramentas metodológicas devem ser usadas neste tipo de estudo. O que se percebe no conjunto de pesquisas deste viés é uma abordagem variada guiada por uma ou mais propostas que percorrem diferentes direções a depender de seu objetivo central: elucidar processos de decodificação das mensagens, revelar como os sentidos são produzidos, enfatizar a atividade dos receptores, etc. A proposta deve servir de suporte para o desenho metodológico que pode envolver estratégias tão diferentes como análise de discurso, análise de documentos, aplicação de questionários, entrevista e etnografia.

Até esse momento, foram demarcadas considerações que serviram de pontos de referência: a compreensão do ouvinte enquanto sujeito social ativo e a importância de se historicizar o fenômeno levando em conta a trajetória de dominação que instaura as assimetrias comunicacionais na América Latina. Considerando a primeira questão de pesquisa (como o ouvinte percebe essa interação estabelecida com a emissora e como ela dialoga com seu cotidiano?), a investigação demandaria uma imersão no campo, o que terminou por ser impossível diante da realidade apresentada, conforme já apresentado. Diante desse fato, se deu uma mudança da pergunta de pesquisa (como os diferentes contextos são carregados para o encontro entre ouvinte e emissora?) e passou-se a centrar o olhar mais detidamente sobre os elementos sociais, históricos, tecnológicos e culturais que cercam os momentos de interação.

Para lidar com a diversidade de fontes de dados de natureza bastante díspares (cartas, programas de rádio, programas de TV e entrevistas), uma análise de conteúdo foi desenhada a partir de considerações de Laurence Bardin (2003). Trata-se de uma ferramenta metodológica que tem sido utilizada em diversos tipos de estudos realizados nas ciências humanas (sociologia, psicologia, pedagogia, ciência política, literatura, etc). Na comunicação, ela oferece inúmeras possibilidades e, não raro, aparece articulada com projetos de pesquisa construídos sob a perspectiva dos Estudos Culturais. Bardin (2003, p.48) a descreve como "um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens".

A análise de conteúdo envolve um movimento interpretativo sustentado por processos técnicos de validação. É um método que trabalha com a fala, isto é, com a prática da língua realizada por emissores identificáveis. Segundo Bardin (2013), difere-se da linguística, interessada em aspectos estruturantes da língua. Também não se confunde com a análise de discurso, que busca descrever unidades discursivas no encadeamento das frases. De acordo com Bardin (2013, p. 15), ela "oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade". Nesse sentido, possibilita de um lado tirar proveito de um tratamento lógico e adequado dos dados e, de outro, busca afastar o risco do apagamento de traços íntimos que os sujeitos agregam aos enunciados e que são passíveis de interpretação. Da superfície dos textos, extraem-se os fatores que determinam suas características, como o contexto sociocultural e as variáveis psicossociais.

Como etapa inicial da análise de conteúdo, foram elaboradas fichas voltadas para a descrição analítica das cartas e dos programas de rádio e de TV (vide apêndices). Reunimos nelas dados mais ou menos objetivos: informações de interesse e características do material. "A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Tratar-se-ia, portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens" (BARDIN, 2013, p.41).

A pesquisa se debruçou sobre 34 cartas. Para cada uma delas, foi preparada uma ficha com informações de origem e de data, bem como registros dos temas abordados e características gráficas. A **Tabela 01** lista o conteúdo disposto para análise. Das 34

cartas, 13 foram disponibilizadas pela Gerência de Acervo da EBC e foram endereçadas à Helena Bortone, apresentadora que se dedicou principalmente a programas infantis. O de maior sucesso foi o Encontro com Tia Leninha que ficou no ar entre 1979 e 1999, quando a radialista deixou a emissora. Ela retornaria em 2002 com outras atrações que foram descontinuadas em 2008, ano em que faleceu.

	Remetente	Origem	Destinatário	Data
1.	Maria Augusta Siqueira	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Helena Bortone	30/09/1983
2.	Junior	Sucre (Bolívia)	Helena Bortone	28/05/1983
3.	Roger Martins Gonçalves	Boa Vista (RR)	Helena Bortone	28/07/1984
4.	Carlos Alberto e Auleci Moreira	Cacoal (RO)	Helena Bortone	15/04/1980
5.	Kennya Renata de Souza	Pontes e Lacerda (MT)	Helena Bortone	02/03/1979
6.	Carlinho Silva	Porto Franco (MA)	Helena Bortone	10/01/1983
7.	Irmã Maria Matilde	Sinop (MT)	Helena Bortone	22/10/1979
8.	Joilma de Carvalho Silva	Porto Franco (MA)	Helena Bortone	28/02/1984
9.	Virgulino Paes da Silva	Alto Araguaia (MT)	Helena Bortone	06/02/1980
10.	Maria Elizete de Freitas	Juara (MT)	Helena Bortone	22/10/1983
11.	Iodete Almeida Ramos	Tangará da Serra (MT)	Helena Bortone	22/10/1983
12.	Erinalva Nascimento Santos	Lago da Pedra (MA)	Helena Bortone	21/11/1983
13.	Maria de Lourdes Nogueira	Arenápolis (MT)	Helena Bortone	30/04/1979
14.	Jaeni da Silva dos Santos	Rurópolis (PA)	Ediléia Martins	2016
15.	Jamilda Ribeiro de Oliveira	Alta Parnaíba (MA)	Ediléia Martins	2016
16.	Edilene Alves	Alta Parnaíba (MA)	Ediléia Martins	26/08/2016
17.	José Ribamar	Barra do Corda (MA)	Ediléia Martins	06/12/2016
18.	Patrícia Vieira Rodrigues	Placas (PA)	Ediléia Martins	2016
19.	Marcelo Payum Munduruku	Jacareacanga (PA)	Ediléia Martins	2016
20.	Edilene Alves	Alta Parnaíba (MA)	Ediléia Martins	2016
21.	Jojô Martins	Alto Parnaíba (MA)	Ediléia Martins	2015
22.	Amanti	Alto Parnaíba (MA)	Ediléia Martins	2016
23.	Darlene dos Santos Alves	Placas (PA)	Ediléia Martins	15/12/2015
24.	Carlondes Ribeiro Silva e Allan	Açailândia (MA)	Ediléia Martins	2016
25.	João Freitas	Capanema (PA)	Ediléia Martins	2015
26.	Eliane dos Santos	São Félix do Xingu (PA)	Ediléia Martins	13/01/2015
27.	Renildo Fernandes	Tabatinga (AM)	Ediléia Martins	2016
28.	José Julião	São Félix do Xingu (PA)	Ediléia Martins	2016
29.	Andreia Silva Pereira	Pacajá (PA)	Ediléia Martins	19/03/2016
30.	Santina Almeida da Silva	Pacajá (PA)	Ediléia Martins	28/09/2016
31.	Laís Araújo de Sousa	Novo Repartimento (PA)	Ediléia Martins	2016
32.	Zé Flamengo	Bom Jardim (MA)	Ediléia Martins	30/06/2016
33.	Lessilda Souza Farias	Novo Progresso (PA)	Ediléia Martins	07/06/2016
34.	Fátima Aparecida Ducher	Redenção (PA)	Ediléia Martins	05/04/2016

* Em algumas cartas endereçadas a Ediléia Martins, não há registro da data no corpo do texto escrito pelo remetente. É possível precisar o ano de recebimento pelo visto do serviço de correspondência da EBC.

Tabela 01: Listas das cartas analisadas

Em um estudo sobre as radionovelas da Rádio Nacional da Amazônia, Cláudio Paixão (2019) registra que, durante os 20 anos em que esteve no ar, o Encontro com Tia Leninha recebeu mais de seis milhões de cartas. O pesquisador aponta que, no fim de década de 1970, o gênero infantil praticamente não existia no rádio brasileiro e o sucesso da inovação permitiu que Helena Bortone assumisse o papel de articuladora

mediática do cotidiano da região amazônica. Ele, que também foi ouvinte, relata sua experiência pessoal.

Em meados da década de 1990, morávamos em uma fazenda, em Estreito, município localizado no interior do estado do Maranhão, o rádio continuava sendo o nosso único meio de comunicação e, assim, seria até 2006, quando chegou a energia elétrica e novas possibilidades de comunicação foram abertas. A escola em que eu estudava ficava cerca de 1 km de casa e chegávamos mais cedo para ouvir o programa. A aula só começava depois que a Tia Leninha, como ficou conhecida a radialista Helena Bortone, se despedia. (PAIXÃO, 2019, p.15)

As 13 cartas endereçadas à Helena Bortone possuem datas variadas entre 1979 e 1984. Doze delas são provenientes de cinco estados: Rondônia, Roraima, Maranhão, Mato Grosso, Amazonas. A 13ª correspondência, escrita no idioma espanhol, foi enviada por um menino de sete anos, morador de Sucre, cidade da Amazônia boliviana. Em alguns casos, há referências mais precisas de localização como Foz do Rio Içara, Posto Indígena Wai Wai, Comunidade de Riozinho. Entre os conteúdos dessas correspondências, repetem-se elogios ao programa e a radionovelas específicas que foram veiculadas. Há ainda vários pedidos de conteúdo a ser levado ao ar, como músicas infantis, a história da Cinderela, mensagens a amigos e familiares aniversariantes. Uma ouvinte pede exemplares de livros escritos por Helena Bortone. De forma recorrente, os remetentes se apresentam como "sobrinhos de Tia Leninha". Mas apesar do trabalho da apresentadora ter como foco o público infantil, as cartas revelam correspondência com ouvintes de faixas etárias variadas. Uma delas foi enviada por uma professora, que relata o envolvimento das crianças com o programa na escola. Além dessa, pelo menos outras quatro cartas foram escritas por adultos, seja para relatar o interesse de seus filhos, seja para dizer que também gostam do programa. O número pode ser maior, já que existe a possibilidade de que algumas tenham sido redigidas por pais se passando por seus filhos. Isso nitidamente ocorre em um caso, já que a criança afirma ter um ano e três meses. Essa comunicação intensa com os pais, segundo Paixão, decorria em certa medida da forte ligação que Helena Bortone estabeleceu com as crianças.

A relação que Heleninha estabeleceu com os ouvintes era tão forte que alguns pais escreviam para a radialista pedindo que ela aconselhasse os/as filhos/as sobre assuntos como: a importância de se ir à escola; os malefícios de chupar o dedo; a importância de respeitar os/as mais velhos/as, etc. (PAIXÃO, 2019, p.81)

As outras 21 cartas analisadas foram extraídas do acervo pessoal da jornalista Ediléia Martins, ou simplesmente Didi Martins, que trabalha na emissora desde 2012, sendo a mais jovem apresentadora da equipe. Se compararmos com as correspondências enviadas à Helena Bortone, temos aqui um acervo representativo de um momento bem distinto no desenvolvimento histórico da Rádio Nacional da Amazônia. É importante destacar que não houve nenhum tipo de procedimento prévio para escolha das cartas a serem analisadas. A pesquisa se debruçou sobre o material que foi disponibilizado. Das cartas oferecidas pela Gerência de Acervo da EBC, foram eliminadas aquelas em que não foi possível identificar a origem: nove ao todo. Por sua vez, Didi Martins nos apresentou uma pilha de parte do seu acervo com provavelmente umas duas centenas de cartas, das quais 30 delas foram retiradas aleatoriamente para escaneamento. Ao fim, foram removidas da análise final nove correspondências cujos remetentes não se situavam na área da Amazônia Legal: eram de cidades de Minas Gerais e Bahia, onde o sinal da Rádio Nacional da Amazônia também é captado.

As cartas disponibilizadas por Didi Martins se referem aos anos de 2016 e 2017. Elas são provenientes de 14 municípios, sendo nove do Pará, quatro do Maranhão e um do Amazonas. De forma até mais recorrente do que o observado nas correspondências de Helena Bortone, muitos remetentes oferecem referências mais precisas de sua localização: Aldeia do Alto do Rio Negro, Aldeia Terra Preta Rio das Tropas, Fazenda Sinhá, Sítio Terra Boa, Vila Bom Jardim, Travessão do Planalto Km 300, Vicinal Água Fria, Fazenda Água Preta, Comunidade Novo Horizonte, Vila Teilândia, Comunidade Baixa Danta, Comunidade Estiva, Comunidade Mundo Novo, Povoado Brejo Social.

Em sua maioria, as cartas para Didi Martins adotam a seguinte estrutura narrativa: inicia-se com uma saudação, prossegue com uma pergunta sobre como está a radialista, apresenta brevemente qual o estado de humor do remetente, registra uma solicitação musical, faz a dedicatória e se despede. Em todas as correspondências, havia solicitação de ao menos uma música. Os ouvintes também tem o hábito de dedicarem as canções pedidas a uma ou mais pessoas. Em apenas uma carta, não houve menção a nenhum nome. Por 16 vezes (76%), a apresentadora estava entre os nomes citados na dedicatória. Algumas também incluíam outros profissionais da emissora, além de pais, irmãos, primos, avós, cônjuges e amigos. Em quatro cartas, essas dedicatórias nomeiam

ainda outros ouvintes da emissora que tem hábito de participar do programa, indicando relações construídas por meio da Rádio Nacional da Amazônia. Outro aspecto interessante são os diversos marcadores textuais que apontam para uma comunicação frequente: “estou te escrevendo novamente para...” ou “é com imenso carinho que te escrevo mais uma vez”. Mas há também remetentes que destacam estar enviando a primeira correspondência.

Vale notar que, ao mesmo tempo em que há um padrão nas cartas analisadas, traços de uma diversidade notável entre os ouvintes não são suprimidos e nem indícios de elementos particulares na relação radialista-ouvinte. Há saudações em dialetos indígenas, há citações e mesmo elaborações de reflexões poéticas e filosóficas, há formas específicas de se referir à interlocutora. Em uma delas, Didi Martins é chamada de "menina sorriso". Uma intimidade com a apresentadora se descortina por trás dos comentários envolvendo o Flamengo, seu time do coração. Alguns desenvolvem um pouco mais as explicações sobre seu estado de humor, aproveitando ainda para relatar algum acontecimento ou experiência. Os elementos gráficos compõem algumas cartas. Das 21, cinco (24%) traziam desenhos feitos à mão de flores ou corações. Uma carta continha impresso um urubu rubro-negro, mascote do Flamengo.

Além do material escrito, ainda em 2019, foi solicitado à Gerência de Acervo da EBC material radiofônico de alguns programas de diferentes momentos históricos da emissora. No entanto, a escassez de conteúdo já digitalizado e as limitações decorrentes de um processo de inventário que estava em curso dificultaram o acesso a gravações mais antigas. Infelizmente, foi disponibilizado apenas um programa anterior ao ano 2000: trata-se da programação especial de aniversário de 10 anos da emissora, celebrado em 1987. Por esta razão, optou-se por selecionar para análise outros dois programas da última década que também marcassem uma data simbólica: os 37 anos da Rádio Nacional da Amazônia. O uso desse material terminou por revelar ainda uma vantagem: são produções comemorativas que abrem espaço para resgatar a memória da emissora, o que contribui para a obtenção de informações dos contextos históricos e sociais.

A preparação do conteúdo, listado na **Tabela 02**, consistiu na organização de fichas que detalham os momentos de interação, bem como lista os conteúdos abordados, as músicas reproduzidas e outras informações que se mostraram de interesse para a pesquisa.

É possível perceber numa análise preliminar algumas correlações com o conteúdo das cartas: no programa de 1987, ouvintes oferecem música para outros ouvintes que não conhecem pessoalmente. No Nacional Jovem, veiculado em 2014, são lidas 16 correspondências, sendo duas da mesma pessoa. Apresentado por Didi Martins, fica logo justificado o apelido de “menina sorriso” pelo seu marcante tom de voz alegre e pelas risadas. São muitas manifestações carinhosas contidas nos textos lidos: beijos, abraços, votos de saúde, agradecimentos e elogios ao alto astral da apresentadora. Em uma das mensagens, Didi fica nitidamente emocionada e com a voz embargada.

	Programa radiofônico	Duração	Data
1.	Programação Especial 10 anos da Rádio Nacional da Amazônia	240 minutos*	01/09/1987
2.	Nacional Jovem 37 anos da Rádio Amazônia Nacional	74 minutos	01/09/2014
3.	Nossa Terra 37 anos da Rádio Amazônia Nacional	54 minutos	01/09/2014

* A programação total foi mais extensa. A Gerência do Acervo da EBC nos disponibilizou material digitalizado correspondente a oito fitas. Não foi possível precisar quantas fitas compuseram a programação.

Tabela 02: Listas dos programas radiofônicos analisados

Também foram analisados discursos proferidos por ouvintes e radialistas no âmbito de duas edições do programa jornalístico Caminhos da Reportagem, produzido pela TV Brasil, conforme a **Tabela 03**. Uma delas, já citada no início desse trabalho, se debruça sobre a vida de moradores da região amazônica que tem na Rádio Nacional da Amazônia uma parceira cotidiana. Ele foi ao ar no dia 5 de abril de 2020. A outra edição⁶, um pouco mais antiga, foi veiculada em 15 de setembro de 2011 e marca os 30 anos do programa Viva Maria, no qual a radialista Mara Régia propõe um diálogo com as mulheres da Amazônia. A equipe de TV Brasil acompanhou a profissional em uma viagem ao município de Xinguara, no Pará, onde ela se encontrou pessoalmente com algumas de suas ouvintes.

Vale destacar que o interesse da pesquisa nos programas de televisão se concentra nos discursos e relatos dos entrevistados, os quais foram extraídos e compostos em fichas. Não cabe adentrar aqui na discussão de eventuais aspectos da produção em si, ainda que devamos reconhecer que o processo de escolha das fontes jornalísticas segue critérios específicos da atividade, o que em alguma medida pode acarretar em vícios para a busca de conclusões de teor científico. No entanto, ao cruzar as informações extraídas do conjunto dos materiais mobilizados para esse esforço analítico, parece

⁶ Disponível em <<https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/viva-o-radio-viva-maria>>. Acesso em julho de 2020.

possível contornar o problema e encontrar, em algum nível, interseções entre os discursos veiculados nos programas jornalísticos da TV Brasil e aqueles presentes nos demais materiais.

	Nome do Programa	Edição	Duração	Data
1.	Caminhos da Reportagem	Na Amazônia pelas ondas do rádio	25 minutos	05/04/2020
2.	Caminhos da Reportagem	Viva o Rádio, Viva Maria	29 minutos *	15/09/2011

** A duração de 29 minutos se refere ao primeiro bloco. Houve um segundo bloco que versa sobre a história da Rádio Nacional do Rio e de Brasília, antes da criação da Rádio Nacional da Amazônia, que foi desconsiderado por fugir do tema da pesquisa.*

Tabela 03: Listas dos programas de TV analisados

Finalmente, foram realizadas entrevistas online, do tipo semiestruturada. Um adendo: para fins dessa pesquisa, nos referimos aos profissionais entrevistados indistintamente através das categorias radialista, jornalista, apresentador e locutor. Ainda que, em determinados contextos, possa haver diferenças significativas entre cada uma delas, aqui não é o caso. Todos eles possuem registro de jornalistas e apresentaram ou ainda apresentam programas na Rádio Nacional da Amazônia. Nesse sentido, também são locutores. E embora jornalista e radialista, numa abordagem trabalhista, sejam categorias distintas no Brasil, aqui foi usado o termo radialista no seu significado genérico como profissional que trabalha no rádio.

	Radialista convidado	Atuação na emissora	Duração da entrevista	Data
1.	Ediléia Martins	2012 - Atualmente	0h32	22/04/2021
2.	Mara Régia	1979 - Atualmente	1h14	24/04/2021
3.	Morillo Carvalho	2009 - 2018	1h08	25/04/2021
4.	Juliana Maya	De 2008 - Atualmente	0h34	29/04/2021
5.	Beth Begonha	De 2003 - Atualmente	1h19	29/04/2021
6.	Sula Sevilis	1980 - 2018	N/A	Não realizada
7.	Artemisa Azevedo	1978 - 2018	N/A	Não realizada

Tabela 04: Lista de convidados para as entrevistas

Para as entrevistas, foram definidos previamente três eixos de abordagem – trajetória profissional (A), percepções sobre comunicação pública (B) e interação com os ouvintes (C) – a partir dos quais foram listados 12 tópicos: admissão na Rádio Nacional da Amazônia (A1), impressões pessoais do ambiente profissional (A2), trabalhos realizados na emissora (A3), grau de autonomia interna (A4), processo de produção (A5), mudanças após criação da EBC (B1), conceitos associados à comunicação pública (B2), cartas (C1), contato presencial com o ouvinte (C2), percepções a partir da comunicação com a audiência (C3), experiências marcantes (C4),

entrada das novas mídias (C5). Explica-se essa composição: se no eixo C, os radialistas narram e refletem sobre os momentos em que interagem com os ouvintes, nos eixos A e B, oferecem informações que são relevantes para se pensar contextualmente essa interação.

As entrevistas foram guiadas com poucas interrupções do pesquisador, que apenas buscou introduzir os tópicos através de determinadas perguntas e deixou o entrevistado desenvolver o raciocínio livremente. Dessa forma, nenhuma entrevista seguiu o mesmo roteiro, já que os próprios profissionais eram capazes de deslocar o assunto, por iniciativa própria, para algum dos temas de interesse sem que houvesse necessidade de intervenção. Os 12 tópicos foram tratados por todos em algum nível. As entrevistas foram realizadas e gravadas pelo programa Zoom. No início, por protocolo, os entrevistados foram devidamente informados de que as imagens não seriam divulgadas ou utilizadas para outro fim que não a pesquisa. Foi realizada uma primeira transcrição completa dos depoimentos e, num segundo momento, extraiu-se para uma ficha a íntegra dos trechos considerados de interesse (vide apêndices). Conforme disposto na **Tabela 04**, sete profissionais foram convidados, sendo três integrantes da chamada primeira geração. Dois deles não retornaram aos contatos, nos deixando com apenas um relato de quem viveu as primeiras décadas dentro da emissora. Essa limitação trouxe alguns impactos para os resultados obtidos, o que será discutido posteriormente.

Alguns procedimentos da análise de conteúdo possuem interseções com técnicas de análise documental. O principal deles é o processo de categorização. Seguindo a perspectiva de André Cellard (2008), o documento é tudo aquilo que é vestígio do passado deixado pelo homem e que serve de testemunho de um momento. Essa compreensão impulsionou a evolução metodológica no estudo da história e dos processos sociais no século passado. Daí o documento histórico se produzir “com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (LE GOFF, 1990, p.540). Trata-se de um conceito que não reduz o documento a textos escritos ou impressos, mas que abrange também vestígios audiovisuais como filmes, vídeos, áudios, slides, fotografias ou pôsteres.

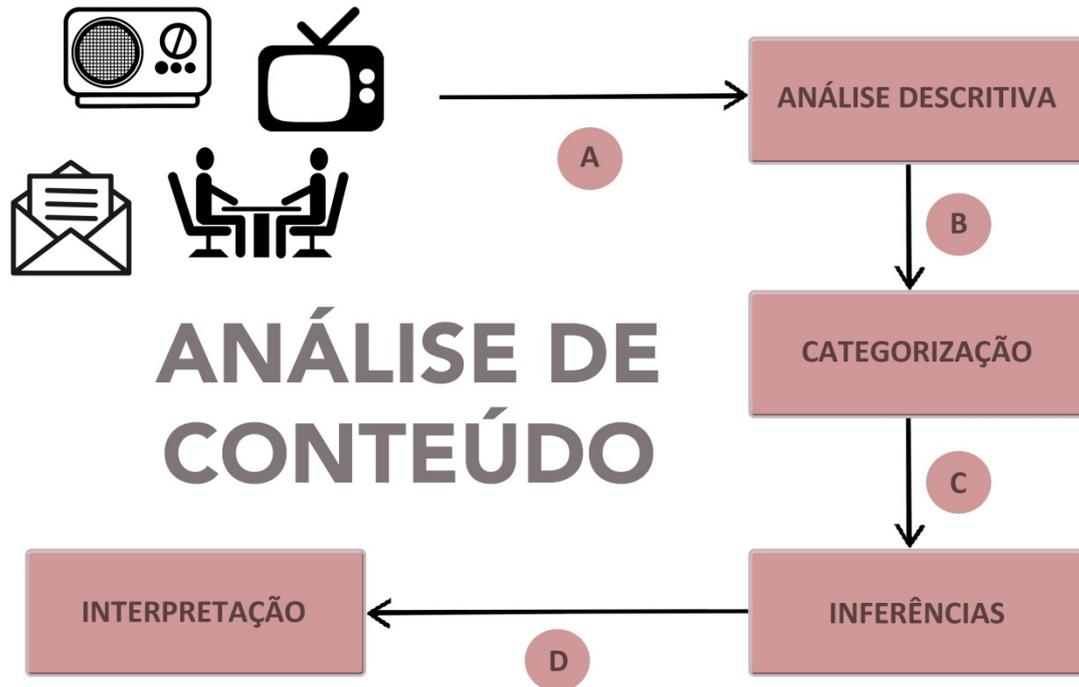


Figura 03: Representação do processo metodológico

Na análise documental, a categorização é um procedimento metodológico que permite colocar em diálogo esses diferentes vestígios deixados pelo homem, possibilitando assim levar adiante o trabalho de interpretação do objeto de pesquisa. Assim, converte-se o conteúdo dos documentos em dados inteligíveis a partir dos quais se torna possível a produção de conhecimento. Nas fichas já preparadas, estão presentes informações garimpadas e consideradas de interesse. É precisamente esse trabalho de garimpagem, como observa Alessandra Pimentel (2001), que torna possível a extração de categorias de análise.

Se as categorias de análise dependem dos documentos, eles precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras, receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como num quebra-cabeça. (PIMENTEL, 2001, p.180)

Ocorre de forma mais ou menos similar na análise de conteúdo: trata-se de aproximar elementos em comum que estão presentes nos diferentes materiais. Segundo Bardin (2013), equivale a separar por gavetas, ou seja, é um método taxonômico concebido para introduzir uma ordem na desordem aparente.

A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. (...) A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos. (BARDIN, 2013, p.148-149).

Sob essa perspectiva, foram estabelecidas seis categorias temáticas: interações cotidianas (1), interações consideradas para o processo produtivo da emissora (2), interações na era tecnológica (3), interações pós-criação da EBC em 2008 (4), interações com intuito educativo (5), interações presenciais (6). Os dados elencados em cada ficha foram primeiro separados entre si e, posteriormente, reunidos conforme a categorização estabelecida. A partir daí, o material reconstruído está pronto para os próximos passos. A análise de conteúdo evolui em etapas: vai do dado bruto à análise descritiva (A), da análise descritiva à categorização (B), da categorização às inferências (C), e das inferências à interpretação (D). As duas primeiras etapas estão vencidas. Nos capítulos 3 e 4 avançaremos nesse percurso. Mas antes, trataremos de historicizar, no próximo capítulo, a criação e o desenvolvimento da Rádio Nacional da Amazônia.

2. SINTONIZANDO A FLORESTA

Afinada com a perspectiva do "paradigma das mediações", considerou-se como movimento necessário no âmbito dessa pesquisa ampliar a compreensão sobre a trajetória histórico-social da região para a qual se direciona as ondas da Rádio Nacional da Amazônia. Pré-requisito posto, passou-se a uma imersão bibliográfica que oferecesse um entendimento amplo acerca das dinâmicas e diretrizes da ditadura para a região amazônica. Não demorou muito para se constatar que seria preciso dar alguns passos atrás. Pelas palavras de Bertha Becker (1982) e Márcio Souza (1993), logo ficou evidente que os discursos enunciados pelos militares em torno dos empreendimentos amazônicos estavam mais ou menos associados com construções ideológicas desenvolvidas no período colonial. Dado o conhecimento bastante superficial do pesquisador acerca da história amazônica, julgou-se fundamental um esforço de ampliação da imersão bibliográfica, de forma a obter um enquadramento que possibilite situar a Rádio Nacional da Amazônia dentro de uma trajetória mais alargada.

Junto aos Estudos Culturais ou inspirados por ele, disseminou-se na segunda metade do século passado uma corrente de estudos em torno da ideia de um pós-colonialismo⁷. Segundo Hall, o conceito não sinaliza uma mera sucessão cronológica que divida o antes e o depois.

O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o "pós-colonial" marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra. Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do "alto" período colonial, persistem no pós-colonial. Contudo, essas relações estão resumidas em uma nova configuração. No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Atualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais nativas, como contradições internas e fontes de desestabilização no interior da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global como um todo. (HALL, 2003, p.56)

Dessa forma, o vocábulo pós-colonialismo se reveste de um sentido mais epistemológico, sendo empregado para explicar os efeitos do colonialismo sobre o mundo moderno e contemporâneo. Esse esforço teórico tem envolvido estudos que

⁷ Vale pontuar que há escritos importantes em torno da ideia de um pós-colonialismo que precedem os Estudos Culturais britânicos. É patente, no entanto, sua contribuição central para que essas reflexões ganhem progressivamente maior alcance e reverberem nas academias em diferentes lugares do mundo.

buscam relacionar situações de opressão nas sociedades dos séculos XX e XXI às fronteiras de gênero, étnicas ou raciais instauradas a partir da ação dos colonizadores. Vale observar: no Brasil, desembarcaram para conduzir o projeto colonial sobretudo portugueses brancos, patriarcais, cristãos e capitalistas. A eles foi incumbida a função de coordenar a reorganização da sociedade que aqui existia e essa tarefa foi levada adiante disseminando sua visão de mundo. É importante pontuar que a influência da opressão colonial, embora esteja presente em todas as ex-colônias, não se expressa exatamente da mesma forma: as territorialidades formaram-se também a partir de suas peculiaridades e os traços culturais desenvolveram-se distintamente em cada lugar. Contudo, é possível perceber a existência de elementos comuns que estruturam o discurso colonialista, bem identificados pelo indiano Homi Bhabha (1998): as regiões a serem colonizadas aparecem, em maior ou menor grau, como o lugar do atrasado, do selvagem, do mítico, do fixo e imutável. É a partir destas características que se busca moldar, no imaginário popular, a paisagem daqueles territórios que precisariam ser “docilizados” e conduzidos à “modernidade”.

Na Amazônia esse esforço foi em parte descrito por Neide Gondim (2007), para quem os europeus inventaram uma Amazônia a partir do exótico e da confusão constante entre ficção e realidade. A lenda das "amazonas", que viria a batizar a região, é ilustrativa: índias matriarcas e guerreiras, que viviam em terras isoladas, que escolhiam os homens com quem teriam relações sexuais e que, ao engravidarem, ficavam apenas com as filhas e devolviam os meninos aos pais. Fantasias similares carregadas de utopia e preconceito se fizeram presentes em diversos relatos dos estrangeiros que desembarcaram na região. A construção desse universo narrativo, segundo Gondim, endossou um imaginário mítico que estimulou a chegada de novos aventureiros que se envolveram no processo de exploração.

O empreendimento colonial organizou uma sociedade atrelada aos interesses portugueses que foi empoderada para desenvolver a narrativa de uma história oficial, na qual os indígenas e posteriormente as populações negras e mestiças foram deixadas na marginalidade: negaram-lhes a autonomia cultural e espiritual e o direito de ocupação da terra. Por outro lado, a própria mestiçagem promovida por um processo (não) civilizatório assentado em esforços de desculturação e de destribalização dos povos amazônicos passará a produzir violentas respostas contra-hegemônicas, sendo a Cabanagem sua expressão mais radical.

Conforme discutiremos de maneira mais aprofundada neste capítulo, medidas adotadas pela ditadura militar dialogam com a narrativa colonialista. A criação e evolução inicial da emissora da Rádio Nacional da Amazônia não escapam dessa constatação. Ao contrário, se vincula a uma trajetória de dominação e resistência atrelada à identidade “amazônida”. Ao adentrarmos no universo amazônico logo nos deparamos com esse vocábulo. No dicionário popular, há uma demarcação sensível da diferença entre amazônida e amazônico: o segundo é aquele que nasceu na região, enquanto o primeiro tende a englobar toda a população que fez e faz daquela porção de terra o seu habitat e proclama seu comprometimento com o desenvolvimento regional. Abarcam-se assim representantes de uma elite que chegou à região para assumir funções políticas e administrativas na região, bem como estratos marginalizados, incluindo um amplo contingente de migrantes que, estimulados por projetos do Estado voltados para colonizar a Amazônia, pra lá se deslocaram e construíram suas vidas ou parte delas. Não se trata, portanto, de uma circunscrição estritamente geográfica. Ao se apresentar como amazônida, o sujeito busca quase sempre demonstrar orgulho e compromisso afetivo com a região. Em um nível acadêmico e político, o termo também aparece de forma recorrente em discursos envolvendo temas como diversidade cultural, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento, direitos dos povos tradicionais, etc. Como todo amazônida, o ouvinte da Rádio Nacional da Amazônia tem sua identidade atravessada pela trajetória histórica da região, que deve ser considerada se quisermos melhor compreendê-lo. Nesse sentido, este capítulo busca refletir sobre as marcas deixadas por processos desencadeados a partir da colonização amazônica e como elas aparecem no contexto de criação da Rádio Nacional da Amazônia. Será também demarcado o que se entende, preliminarmente, por comunidades da floresta.

2.1 A INVENÇÃO DA HILEIA

Em 1799, dois jovens europeus interessados pela América Latina iniciaram expedição à Amazônia partindo da Venezuela. Um deles, o naturalista prussiano Alexander von Humboldt terminaria por produzir relatos acurados sobre o ambiente, tendo desenvolvido conceitos que até hoje continuam sendo básicos para o entendimento das variações dos ecossistemas amazônicos (AB'ZABER, 2002). Recorrentemente descrito como humanista, também empreendeu esforços etnográficos

junto a populações indígenas e ribeirinhas, denunciou a escravidão e refutou a ideia da inferioridade dos nativos (WULF, 2016). Junto com seu companheiro de expedição, o naturalista francês Aimé Bonpland, Humboldt logo batizou de “hileia” a grande floresta equatorial que se estende dos Andes peruanos até o Oceano Atlântico. Derivada do grego hylé, que significa “matéria”, “madeira”, “selvagem” (FERREIRA, 1999, p.1046), a palavra faz menção a elementos naturais, o que pode passar a impressão de que fora escolhida para designar uma floresta aparentemente inexplorada. Trata-se de uma hipótese, pela qual se pode especular que aquele jovem prestes a se converter num crítico do mito civilizatório europeu que inferiorizava as populações locais, tivesse sido influenciado num primeiro momento por relatos de uma Amazônia imensa e despovoada.

A ciência terminaria por desmitificar tal perspectiva. A antropologia e a arqueologia foram capazes de reunir evidências que validam a hipótese da existência de sociedades plurais na Amazônia, muitas das quais já possuíam complexas estruturas políticas e sociais muito antes da chegada dos europeus. Após sua imersão antropológica na região, o francês Claude Lévi-Strauss (1996) anotou que, no centro da floresta, encontravam-se incontáveis comunidades humanas distintas e, cada uma delas, única em sua cultura. Pesquisas já conseguiram identificar rotas comerciais que ligavam a selva às grandes civilizações da Cordilheira dos Andes, por meio das quais produtos de floresta seriam negociados em troca de peças de ouro, tecidos e pontas de flecha de bronze. De acordo com o historiador Márcio Souza (1993), já no período entre 100 mil anos e 10 mil anos antes de Cristo, a região abrigaria sociedades variadas que poderiam viver, simultaneamente ou não, da caça, da coleta e da agricultura. Conviviam no vasto território da floresta equatorial tribos nômades ou sedentárias, fabricantes de cerâmica e muitas delas com domínio avançado de tecnologias da pedra. Havia ainda sociedades que contavam com presença de autoridades coercitivas, separação entre detentores de poder e súditos, hierarquia entre aldeias, trabalho para produção de excedente, organização de calendário do ensino das técnicas de guerra para os jovens e religiosidade centrada em sacerdotes com acesso a divindades simbolizadas por elementos da natureza.

O mito civilizatório europeu, indiferente a essa diversidade e complexidade social, concede ao estrangeiro uma posição de superioridade, pela qual seria legítimo o direito de dominação. Caberia aos colonos conduzir à modernidade as populações consideradas

primitivas e bárbaras e que não seriam capazes de se desenvolverem sozinhas em estruturas complexas (SOUZA, 1993). Com base em uma narrativa arraigada em preconceitos, buscavam aniquilar o poder que os nativos possuíam sobre seus próprios destinos. No olhar do colono, segundo Bhabha (1998), o colonizado é representado por meio da “fixidez”, sendo associado paradoxalmente à rigidez e à desordem. De um lado, ele é incapaz de alcançar a modernidade, permanecendo estável numa sociedade estacionada no tempo. Porém, ele é também degenerado: um ser primitivo, depravado e instável que deveria ser dominado por quem está à frente na escala evolutiva. O uso de estereótipos, padronizando as comunidades locais e suprimindo a diferença, foi se conformado ao longo do tempo na Amazônia como a principal estratégia de subjetivação do discurso colonial.

Enfatizando o eterno exótico, essa forma de mediatizar a região como que reforça uma espécie de rigidez histórica e imutável, perpetuando-a numa posição de estranheza e distanciamento, qualidades que conservariam, de modo fragmentário, a essência do discurso do colonialismo. (DUTRA, 2001, p.2)

O colonialismo estruturou o discurso hegemônico no processo de ocupação das Américas. Ao mesmo tempo, expressou contradições próprias. Os grupos diretamente envolvidos na violência colonial não compunham um todo homogêneo. A prática do aprisionamento de índios e sua destinação à escravidão, por exemplo, gerou conflitos (WAGLEY, 1988). De um lado, colonos reivindicavam o direito de subjugar povos que não teriam ligação com Deus e, portanto, estariam desconectados da humanidade. De outro, diversas ordens religiosas, com o protagonismo dos jesuítas, receberam o apoio da coroa portuguesa para as tarefas de evangelização dos povos indígenas. Elas se posicionaram contra a escravidão dessas populações. Como se tornaram conhecedores dos idiomas e dos modos de vida dos índios, se consolidaram como um elo entre a colônia e os nativos, passando a ter poder significativo sobre decisões que envolvam seus destinos. Ao desembarcar no Pará em 1655, o Padre Antônio Vieira se escandaliza com o cenário encontrado e denuncia os abusos morais empreendidos pelos colonos, que estariam tripudiando de Deus e preocupados unicamente em incrementar seus ganhos econômicos. Porém, como representante da utopia jesuíta e do direito universal de todos os povos se unirem livremente em Cristo, Antônio Vieira acabava por apenas revelar uma diferença superficial em relação ao tipo de colonização. Nas palavras de Márcio Souza, “esse tipo de discurso apresenta-se com a mesma retórica salvacionista e

o mesmo esforço reducionista em relação aos nativos” (SOUZA, 1993, p.42). A aparente divergência estaria, portanto, conciliada sob uma mesma perspectiva, que foi identificada nos seguintes termos pelo filósofo e ativista indígena Ailton Krenak (2019): existiria um único jeito de estar aqui na terra e caberia a uma humanidade esclarecida levar luz a uma outra humanidade obscurecida. A concepção do colonialismo como missão civilizatória dentro de um marco historicista europeu, permite que os colonos, inclusive os religiosos, naturalizem as diversas formas de violência.

Efetivamente, muitos dos primeiros religiosos a se aventurarem na Amazônia e integraram expedições em busca do sonhado El Dorado⁸ tiveram importante papel na construção de sua atmosfera mítica, por meio da qual os europeus buscaram desde o primeiro momento demarcar a total separação entre a cultura colonizada e a colonizadora e, assim, justificar a dominação. Há registros históricos, a exemplo do famoso e pioneiro relato escrito pelo frei dominicano espanhol Gaspar de Carvajal, que reúne descrições fantasiosas e encantadoras de guerreiros e guerreiras indígenas, ao mesmo tempo em que incluem relatos de selvageria e de canibalismo e conclusões acerca da inferioridade cultural dos povos nativos (SOUZA, 1993). Segundo Janaína Camilo (2011, p.2), “o recurso ao maravilhoso e ao lendário, ingrediente do imaginário europeu do século XVI, com os quais os viajantes da Hiléia construíram suas teorias sobre a paisagem e o homem amazônicos, foram os principais elementos de que os europeus lançaram mão para definir o diferente”.

Os religiosos desempenharam uma função central na condução das diretrizes que instauraram um profundo e violento processo de transculturação. Estudando os idiomas e acessando a literatura oral das populações indígenas, podiam compreender melhor a complexidade das comunidades locais: através da oralidade se narram guerras, paixões, aventuras e outros intensos dramas humanos que contribuía para estruturar ideologicamente estas sociedades. Com esse conhecimento, puderam atuar para mesclar as crenças indígenas com as crenças católicas, o que contribuiu para desorganizar o modo de vida dos nativos. Um instrumento central desse processo foi a chamada língua geral amazônica ou *nheengatu*⁹. Trata-se, segundo Hildo Couto (1996), de um idioma cujo

⁸ O El Dorado, uma região mítica rica em metais preciosos, muitas vezes era relacionado com o território ocupado pelos omáguas, kambebas e por outras comunidades de índios que portavam peças de ouro e ferro provavelmente fruto de transações comerciais com os povos andinos.

⁹ O nome do idioma deriva das palavras *nhe'eng* (que significa "língua" ou "falar") e *katu* (que significa "bom")

léxico é constituído a partir do tupi, enquanto a gramática se aproxima do português. Impor aos indígenas uma língua híbrida que facilitasse a comunicação não era uma novidade dos colonos e já ocorria em outras regiões do Brasil¹⁰. Bethania Mariani (2004) identifica impactos da gramatização dessas línguas que se constituíram com base exclusivamente na oralidade. Os religiosos buscavam padronizá-la a partir de normas preconizadas para a estruturação de idiomas derivados do latim. Assim, o que se alcança é um tupi imaginário, estabilizado através de regras e de formas de pronúncia bem diferentes do idioma original. Esse processo veio associado à violência corporal. Na Amazônia, onde se falava mais de mil idiomas, os indígenas foram obrigados a adotar o nheengatu a partir de meados do século XVII, inclusive sob ameaça de castigos físicos em caso de resistência (SOUZA JUNIOR, 2019).

Ainda que sua concepção seja espontânea (de forma a viabilizar a comunicação) em um primeiro momento, a língua geral acabará por se desenvolver de forma mais sistemática e planejada dentro da catequese religiosa. Para além de alterar a espacialidade da região, as vilas e povoados estruturados pelos missionários produzem efeito decisivo na história dos idiomas indígenas: primeiro assegurando a posição hegemônica do nheengatu e, mais tarde, quando se elevam à condição de cidades, promovendo o seu declínio em prol de língua portuguesa (Idem). Mas durante muito tempo, a expansão da língua geral amazônica foi estimulada pela metrópole. A Carta Régia de 30 de novembro de 1689 a reconhece como idioma oficial do Estado do Maranhão e Grão-Pará, determinando que os missionários coordenassem o ensino aos índios e aos próprios filhos dos portugueses. Documentos da época atestam que o idioma era usado também por escravos negros e por mulheres e crianças brancas.

O colonizador, portanto, compreende a comunicação com os nativos como condição fundamental para sua própria sobrevivência, afinal apostavam nos indígenas como força de trabalho necessária para tornar viável o projeto colonial. Como muitas etnias adotavam idiomas que se desmembravam do tronco tupi, a língua geral amazônica se revelava uma eficaz ferramenta de colonização. Como principal interessado, o empreendimento colonial patrocinava sua disseminação.

¹⁰ Uma variante da língua tupinambá usada pelos jesuítas na catequese inicialmente em Pernambuco e no Maranhão e posteriormente em outras regiões do litoral brasileiro foi chamada de língua brasílica. No sudeste do Brasil, um outro idioma se desenvolveu a partir tupi e veio a ser conhecida como a língua geral paulista.

O ensino era ministrado exclusivamente por missionários, não havendo registro de professores indígenas durante a época colonial, de maneira que os saberes indígenas, as culturas, as línguas e as especificidades de cada grupo ficavam sempre excluídas da escola. (FREIRE, 2004, p.17)

O que há, portanto, é um sequestro da fala dos nativos. Tomando o discurso como a prática social da fala e a fala como a expressão a partir da linguagem, o discurso das populações originárias perde sua base de sustentação (o que se dá de forma ainda mais brutal para aqueles povos não falavam idiomas do tronco tupi). A substituição do seu idioma recai no esforço colonial, identificado por Frantz Fanon (1968), de desintegrar a personalidade do colonizado, desumanizando-o. Suprime-se seu código linguístico que carrega em si seus modos de vida. Como aponta Gabriel Othero (2017, p.112), na extinção de uma língua, “perdemos mais do que um sistema gramatical ou de comunicação, mas uma maneira de ver e compreender o mundo”.

A linguagem representa também um repositório de valores e significados culturais. Entendemos que subtrair de uma comunidade a língua materna em detrimento de outra gera uma perda que não se restringe à substituição de códigos que permitem a comunicação. Apesar de ser uma língua de origem indígena, todavia diferentemente das demais, o modo como ela foi propagada não se deu de forma convencional no seio de comunidades de fala, mas sim de forma autoritária, marcada pela violência dos corpos. (SOUZA JUNIOR, 2019, p.192)

2.2 DIRETRIZES ECONÔMICAS

O projeto colocado em marcha pelos europeus foi eficaz na desorganização da cultura local e na difusão dos seus valores de modernidade, mas fracassou economicamente segundo Márcio Souza. Durante o empreendimento colonial, a Amazônia serviu mais como reserva territorial e demonstração de força do que como polo econômico (SOUZA, 1993). Sem um projeto claro para a região e diante da cobiça de outros países colonialistas, o esforço dos colonos terminou voltado muito mais para a ocupação e ampliação das vilas e aldeamentos do que para a geração de lucros para a metrópole. O início do avanço organizado dos portugueses sobre o interior amazônico já indicava esse cenário: a ofensiva não se deu por motivações econômicas, mas sim em reação à instalação de fortificações e povoados por outros países europeus como Inglaterra, França, Irlanda e Holanda (REZENDE, 2006). Em meio a essas disputas, foi conquistado o povoado de Saint-Louis (atual São Luís, capital do Maranhão) criado

pelos franceses em 1612. Quatro anos mais tarde, foi fundada a cidade de Santa Maria de Belém (atual Belém, capital do Pará), que marca oficialmente a violação do Tratado de Tordesilhas¹¹. A movimentação foi consentida pela coroa espanhola, pois Portugal estava naquele momento sob domínio da Espanha. Sem um trabalho mais planejado, a incipiente economia amazônica durante o domínio português baseou-se em boa parte do tempo na mera extração de produtos naturais da floresta e no fornecimento de produtos primários para a Europa tais como madeira, cravo, canela, castanhas, cacau, tinturas, fibras, peles de jacarés e lontras, animais vivos como papagaios e araras, ovos de tartaruga, etc (CASTRO, 2002). No século XVII, quando Portugal se concentrava na monocultura da cana de açúcar no litoral brasileiro e a Amazônia não se mostrava adequada para a atividade, os portugueses que a exploravam não foram capazes de oferecer uma alternativa bem sucedida de longo prazo (SOUZA, 1993).

Chama atenção que mesmo a comunicação privilegiada que Belém mantinha com Lisboa pouco contribuiu para alavancar a economia da região. Efetivamente, a colonização amazônica foi um empreendimento distinto para Portugal. O Estado do Grão-Pará e Maranhão¹² era considerado um estado colonial autônomo e desconectado do Estado do Brasil (REZENDE, 2006). Em extensão territorial, ele abrangia os atuais estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. Sua capital, Belém, recebia as diretrizes administrativas diretamente da metrópole e se notava uma grande presença de portugueses na região. Viajar até Lisboa, em tempos de navegação à vela, durava cerca de vinte dias, enquanto a jornada por terra até o Rio de Janeiro poderia levar três meses (SOUZA, 1993). A historiografia contemporânea reconhece que esse cenário se manteve mesmo após a chegada da família real portuguesa¹³ e a posterior fundação do Reino Unido do Brasil em 1815, de forma que o Estado do Grão-Pará e Maranhão manteve relação direta com Portugal também nesse período. Mas apesar da elite econômica e política da região frequentar mais Portugal que o Brasil, essa relação de proximidade teve efeitos tímidos para o desenvolvimento local. Gerou apenas curtos

¹¹ Pelo Tratado de Tordesilhas, a partilha das terras descobertas entre Portugal e Espanha seria feita a partir da contagem de 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde.

¹² O Estado do Maranhão foi criado por Portugal em 1621. Em 1654, foi renomeado para Estado do Maranhão e Grão-Pará; e em 1751, para Estado do Grão-Pará e Maranhão. Finalmente, foi dividido em 1772 entre Estado do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí, permanecendo essa organização administrativa até a proclamação de independência do Brasil.

¹³ As ameaças do imperador francês Napoleão Bonaparte de invadir o reino de Portugal fizeram com que o príncipe regente Dom João VI decidisse pela fuga para o Brasil em novembro de 1807, chegando ao Rio de Janeiro em março de 1808.

períodos de crescimento dos investimentos públicos nas cidades amazônicas, mas tais recursos não foram capazes de oferecer desenvolvimento em longo prazo.

Um dos poucos momentos onde a metrópole buscou dar uma finalidade econômica mais clara para a região foi sob os auspícios de Marques de Pombal¹⁴, responsável por desalojar os jesuítas de seu protagonismo no século XVIII. Acusados de possuírem muitas regalias fiscais e de serem incapazes de conter ações de resistência indígena que já empregavam inclusive armas de fogo¹⁵, os religiosos perderam poder com a publicação da lei que dispõe sobre o Diretório dos Índios e terminaram expulsos. O português foi fixado como idioma oficial e a língua geral amazônica foi proibida (WAGLEY, 1988). O nativo foi convertido no papel em um trabalhador livre, mas na prática era vítima do sistema colonial: para ter bens de consumo como roupas de algodão e ferramentas de trabalho, ele precisava oferecer em troca produtos extrativistas precificados por baixo e, assim, estava sempre devendo. Em meio a reformas tributárias e administrativas, foi fundada a Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará, com a obrigação de fazer obras de infraestrutura. Segundo Márcio Souza (1993), a mão de obra arregimentada numa crescente produção de arroz, cacau, café, cana-de-açúcar, do anil e do algodão era formada por indígenas e pelas primeiras gerações de caboclos amazônicos, fruto da miscigenação patrocinada na região. Mas ele observa que o equilíbrio financeiro da região não foi duradouro. Os planos econômicos implantados sempre a partir de decisões de cima para baixo culminam numa crise que os governantes locais tentaram resolver com taxações excessivas sobre os produtos naturais e cultivados, desencorajando a produtividade e promovendo a desigualdade entre os caboclos e as elites brancas. No século XIX, a Amazônia voltaria a experimentar a estagnação e a falta de perspectivas econômicas.

Nem bem é proclamada a independência do Brasil em 1822, o drama de uma Amazônia sem projeto de futuro ganhará sua mais trágica crônica: o ciclo da borracha inaugura a trajetória pós-colonial da região carregando as marcas do colonialismo. A Inglaterra, que havia sido o primeiro país a reconhecer o fim dos laços de submissão entre o país e a metrópole portuguesa, ditava o ritmo do capitalismo internacional que

¹⁴ A administração do Marquês de Pombal começa em 1750, quando foi nomeado secretário de Estado do Reino de Portugal durante o reinado de Dom José I.

¹⁵ Um dos principais relatos é do movimento liderado pelo tuxaua Ajuricaba, que conseguiu unificar dezenas de etnias no vale do Rio Negro e, após obter armas e pólvora de holandeses e ingleses, atacou destacamentos portugueses (SOUZA, 1993).

começava a se interessar, na segunda metade do século XIX, por um velho produto da selva amazônica. A goma da borracha era chamada de *hevé* pelas tribos omáguas (SOUZA, 1993). Utilizada há séculos por sociedades indígenas para a fabricação de diferentes artefatos, incluindo seringas¹⁶, tratava-se de uma substância flexível obtida a partir da coagulação da seiva de árvores originárias da bacia do Rio Amazonas. A espécie foi nomeada cientificamente de *Hevea brasiliensis*, enquanto popularmente passou a ser chamada pela forma como os portugueses a batizaram: seringueiras.

Com o avanço da revolução industrial, comerciantes da região logo passariam a conversar diretamente com empresários europeus e estadunidenses, sem intermédio do Rio de Janeiro. Leandro Tocantins (1960) registra que grandes *trusts* de Liverpool, Hamburgo e Nova Iorque monopolizavam o processo de exportação. O interesse internacional estimula um processo de exploração ecológico extremamente mais agudo do que se viu no extrativismo de todos os períodos anteriores até então. Na Europa, a goma era usada na fabricação de cintos, ligas, espartilhos, capas de chuva, botas, luvas, tapetes, cadeiras, salva-vidas, etc. Suas propriedades eram estudadas em profundidade: em 1823, o escocês Charles Macintosh aprofundou técnicas de impermeabilização e, em 1839, o estadunidense Goodyear desenvolve o sistema de vulcanização¹⁷. A borracha se consolidou como item de primeira necessidade no mercado mundial, impulsionando o desenvolvimento de artefatos para medicina, pneus e peças para máquinas industriais. Márcio Souza (1993) registra que, no século XVIII, artigos artesanais da região amazônica produzidos a partir da goma, como garrafas e sapatos, chegaram ter um envio regular para a Europa e para os Estados Unidos. Porém, o mercado internacional terminou por perder o interesse nessas mercadorias. Ainda cercada por leis coloniais, a Amazônia não tinha autorização administrativa para instalação de estabelecimentos industriais e foi empurrada para o papel de mera exportadora da matéria-prima em seu estado bruto.

Leandro Tocantins (1960, p.158) descreveu assim a corrida pela seiva da seringueira: "a miragem do lucro espetacular domina psicologicamente as populações, miragem que foi uma constante na história econômica da borracha". Essa bonança

¹⁶ A seringa produzida pelos indígenas, segundo a descrição de Leandro Tocantins (1960, p.65), era "uma bomba sem êmbolo, em forma de pera oca, feita de borracha, com orifício na extremidade, no qual se adaptava uma cânula".

¹⁷ A vulcanização é um processo de adição de enxofre à borracha crua, formando pontes de enxofre entre as cadeias do polímero que melhoram suas propriedades.

amazônica coincide com uma das piores secas da história do nordeste brasileiro, entre 1877 e 1879. Os fluxos continuariam até o final do ciclo da borracha, por volta de 1945, atraindo também contingentes populacionais mais modestos do Sul e do Sudeste: esse intenso movimento humano de migrações internas é apontado como o maior já ocorrido na história brasileira. Estima-se que aproximadamente 500 mil nordestinos se moveram para a Amazônia em busca de trabalho nos seringais, fazendo avançar a fronteira do extrativismo (BENCHIMOL, 2009). Em pouco tempo, essa massa de trabalhadores estará por toda a região. A exploração desses migrantes foi descrita dessa forma pelo escritor brasileiro Euclides da Cunha, responsável por chefiar entre 1904 e 1906 a Comissão Brasileiro-Peruana de Demarcação em viagem pelo Rio Purus:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num “gaiola” qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dous pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dous carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no “barracão” senhoril, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um “brabo”, isto é, ainda não aprendeu o “corte da madeira” e já deve 1:135\$000. (CUNHA, 2018)

O declínio do ciclo da borracha tem origem na biopirataria: sementes da seringueira foram levadas clandestinamente para Londres pelo inglês Henry Alexander Wickham. A árvore será plantada com sucesso no sudeste da Ásia, numa região equatorial com clima semelhante ao amazônico. Quando os seringais ordenados começaram a produzir, o monopólio estava derrubado. A Europa passa a preferir a borracha do Ceilão¹⁸ e na Malásia, que era obtida com um custo operacional mais baixo em fazendas dedicadas à monocultura (SOUZA, 1993). Os mercados internacionais a demandavam em abundância e livre de impurezas. Os coronéis brasileiros, que ainda operavam no antigo regime extrativista, não eram capazes de concorrer.

Ao seu fim, o ciclo da borracha deixa como herança relações de trabalho degradadas e a desestruturação econômica (TOCANTINS, 1960). Um relatório assinado em 1852 por Tenreiro Aranha, primeiro governador da recém-criada Província do

¹⁸ Atual Sri Lanka

Amazonas¹⁹, já dava conta que algumas atividades agrícolas e industriais estavam perdendo força diante do crescente interesse pelo extrativismo (SOUZA, 1993). Esse processo também foi notado pelo antropólogo Charles Wagley:

Quando sobem os preços da borracha ou de qualquer outro produto de extração, a agricultura, frequentemente, é abandonada quase por completo. Os seringueiros vivem de conservas e secos, como peixe e carne seca, feijão e arroz, importados a preços elevadíssimos do Sul do Brasil. Quase todos os artigos manufaturados, desde fósforos e agulhas, até qualquer espécie de maquinaria, procedem do Sul do país ou do estrangeiro. (WAGLEY, 1988, p.80)

De positivo, o ciclo da borracha deixou uma legislação menos restritiva: um decreto imperial de 1867 abriu o Rio Amazonas para o comércio de todas as nações (BENCHIMOL, 2009). Como legado, trouxe também incrementos na infraestrutura da região. Novas linhas regulares de navegação foram criadas. As intervenções produzem efeitos relacionados à qualidade de vida nas capitais. As transformações fisionômicas das capitais de Pará e Amazonas descortina a profundidade com que a ideia de civilização permanecia associada aos parâmetros europeus (TOCANTINS, 1960). No centro da Paris dos Trópicos, como Manaus passava a ser conhecida, foi erguido o imponente Teatro Amazonas, uma amostra invejável da arte neorrenascentista. O pensamento colonial das elites nacionais no final do século XIX aparece expresso, sem pudores, nas palavras escritas em 1900 por Joaquim Nabuco:

O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação europeia. As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Ápia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do Cais do Sena à sombra do velho Louvre. No meio dos luxos dos teatros, da moda, da política, somos sempre *squatters*, como se estivéssemos ainda derribando a mata virgem (NABUCO, 2004, p.41)

Enquanto tentavam replicar a sociedade europeia na Amazônia, as elites administrativas pareciam não se dar conta da temporalidade da bonança. O legado deixado pelo ciclo da borracha se revelou insuficiente e muito aquém das possibilidades frente ao volume de recursos produzido: não se planejou a Amazônia do futuro. Repetindo a lógica colonial, não se vislumbrou um projeto de desenvolvimento de longo prazo que fosse pautado nas vocações regionais. Ao contrário, revelou-se um apego

¹⁹ A antiga Capitania do Rio Negro, que permaneceu vinculada à Província de Grão-Pará após a independência do Brasil, foi finalmente promovida a Província do Amazonas em 1850. A autonomia da região frente à Belém foi uma espécie de recompensa concedida pelo Império aos políticos e à elite econômica que contribuiu para debelar a Cabanagem.

cego à economia exportadora de matérias-primas. Essa opção, aliás, refletia a política de todo o país: em fins do século XIX, o Brasil era um Império independente de Portugal, mas mantinha os traços da colonização, acomodado à venda *in natura* de produtos naturais e resistindo em investir no prévio beneficiamento para exportação de mercadorias (BECKER, 1982).

Um novo momento de respiro econômico se dará em meio à Segunda Guerra Mundial, quando as áreas produtoras da borracha asiática caíram nas mãos dos japoneses. A Amazônia foi convocada a reviver os velhos tempos da bonança do látex através de acordos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, que precisavam da matéria-prima para aumentar o estoque dos aliados e garantir, sobretudo, a produção de aviões de guerra. O dinheiro voltava a circular em Belém e em Manaus, mas o esforço cobrou seu preço. Estima-se que 20 mil trabalhadores morreram nos seringais (COSTA, 2007), configurando um número de óbitos bem superior ao registrado pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) nas frentes de batalha na Itália²⁰. Após sanar as urgentes exigências do mercado internacional, os seringais da selva amazônica foram novamente deixados à própria sorte.

É importante destacar, porém, que a população amazônica não assiste pacificamente ao empreendimento colonial. Desde o início, os indígenas se insurgiram contra aqueles que se apresentaram para apagar seu passado e negar-lhes o futuro. São inúmeros os relatos de resistência a esse processo de destribalização na Amazônia, inclusive com registros de derrotas significativas dos portugueses, que amargaram atrasos no seu avanço pelo interior da selva (SOUZA, 1993). As reações dos povos nativos, no entanto, eram dificultadas pela falta unidade e organização política entre si. Aos montes, eram retirados das mais diferentes culturas e modos de produção e reunidos em vilas e aldeias, onde eram submetidos ao trabalho sob a coordenação dos jesuítas.

Após a consolidação da dominação portuguesa, uma das primeiras tentativas de organizar um pensamento acerca do futuro da Amazônia entrelaça-se com o alvorecer local da mídia impressa. A reação ao colonialismo que começa a se articular no final do século XVIII e ganha eco início do século XIX se materializa através do jornal “O

²⁰ Com 25.334 soldados, a FEB permaneceu ininterruptamente 239 dias em combate no norte da Itália. Nesse período, o Brasil perdeu em combate 454 integrantes do exército (ABREU, 2010).

Paraense”²¹, fundado em Belém pelo jovem estudante Filipe Patroni, que não tardou a ser preso sob a acusação de subversão (RODRIGUES, 2019). Patroni havia se simpatizado com as aspirações liberais que ecoavam da cidade do Porto, onde portugueses se rebelavam e exigiam a instalação de uma Monarquia Constitucional²². O impresso, no entanto, surge quando ele, convencido do viés recolonizador daquelas ideias aparentemente novas, passa a pregar a independência do Grão-Pará e Rio Negro. Fechado pelos colonos, o jornal reapareceu sob a direção do contraditório cômico João Batista Campos, um fazendeiro senhor de escravos simpático às ideias liberais e com capacidade de liderança para defender direitos da população mais pobre (SOUZA, 1993).

Anos antes, os ventos da Revolução Francesa alcançaram a Guiana Francesa, onde começaram a ser produzidos e impressos panfletos revolucionários que logo alcançariam as terras colonizadas por Espanha e Portugal. Além disso, a Amazônia sofreu um impacto peculiar decorrente da chegada da família real em 1808. Como resposta ao conflito com a França de Napoleão Bonaparte, tropas reunidas em Belém marcham em direção à Guiana Francesa e iniciam uma ocupação que irá durar oito anos. Segundo Márcio Souza (1993), muitos dos soldados que voltaram, após essa temporada tendo contato com textos revolucionários, retornaram entusiasmados com os princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em estudos mais recentes, pesquisadores dedicados à historiografia amazônica têm encarado a Guiana Francesa como porta de entrada de variadas correntes de pensamento no Brasil.

Nos últimos anos, foram difundidas outras facetas da chamada “colonização” no Pará e na Amazônia cabana. O “tráfico das ideias”, notadamente o internacional, vindo pelas Guianas e pelos Andes, é um caminho que vem rendendo bons estudos, como os de Décio Freitas e Vicente Salles. Para estes autores, a Amazônia brasileira estava permeada por ideias liberais, capitalistas e escravistas, mas também recebeu muito mais rapidamente influências socialistas, com a presença constante de ex-revolucionários, geralmente degredados da Europa para a América francesa, inglesa ou hispânica. (RICCI, 2007, p.11)

É em meio a esse contexto pós-ocupação da Guiana Francesa que chega ao Pará, com alguns meses de atraso, a notícia de que Dom Pedro havia declarado a

²¹ Considerado o primeiro jornal a ser produzido e impresso no Norte do Brasil.

²² A chamada Revolução Liberal do Porto, deflagrada em 1820, cobrava ainda o retorno da Família Real à metrópole, o que terminou ocorrendo em abril de 1821, com exceção de dom Pedro, que assumiu a função de príncipe regente e iria declarar a independência do Brasil no ano seguinte.

independência do Brasil. Ao tomar conhecimento, o cômego Batista Campos imediatamente mobiliza a população para ocupar as ruas, depor o governo e promover, com o apoio de alguns importantes comerciantes e militares, eleições para uma administração provisória. A independência sonhada por Patroni não se materializou a partir dessa movimentação: vendo seus interesses em risco, o governo do Rio de Janeiro acabaria por autorizar dirigentes portugueses a destituírem os eleitos. Em agosto de 1923, quase um ano após Dom Pedro I proclamar o fim da submissão à metrópole, o capitão-tenente inglês John Pascoe Grenfell desembarcou em Belém para anunciar oficialmente a independência do Brasil, garantindo às elites regionais, hegemonicamente portuguesas, a manutenção de seu poder administrativo construído no sistema colonial em troca do reconhecimento da independência (SOUZA, 1993). As diretrizes coloniais da região se manteriam, assim, praticamente inalteradas.

Mas o caldo das inquietações vai ser engrossado com o novo componente humano que se apresentava nesse período de desmontagem do sistema colonial. Os caboclos designavam uma população original formada na região e composta por índios mestiços e colonos sem terra que trocavam sua força de trabalho por salários irrisórios. Eles vão entrar em choque contra as oligarquias portuguesas que se mantinham no poder. Estes amazônidas liderarão o movimento político, regado de passionalidade e desejo de vingança, que ficará conhecido como Cabanagem.

Foi o último suspiro, o derradeiro estertor de um tempo sem possibilidade de volta. Ao retomar pela negatividade a identidade perdida pelo assalto colonial, as massas cabanas indicaram definitivamente não existir integração possível entre as sociedades tribais e as sociedades nacionais que nasceram da colonização europeia. (SOUZA, 1993, p.122)

2.3 AMBIVALÊNCIAS AMAZÔNICAS

É importante assinalar que os pontuais episódios de resistência armada se articulam como um processo dinâmico de resistência cultural que irá marcar a identidade dos povos colonizados. Se a reação por meio da violência soa como um grito, um outro movimento que expressa contrariedade em relação ao projeto colonial aparece às vezes mais e às vezes menos silenciosa. Os povos colonizados aprenderam a transitar entre duas culturas: a do colonizador, geralmente valorizada socialmente, e a do colonizado, realçada muitas vezes na relação comunitária e coletiva. Com o passar

do tempo, os sujeitos pós-coloniais trazem traços das culturas e tradições dos seus antepassados, bem como revelam assimilações da visão de mundo própria do colonizador. Essa mescla tem sido descrita a partir dos conceitos de mestiçagem e hibridismo cultural²³.

Mestiço foi termo originalmente cunhado para designar a síntese do dominante e do dominado, do civilizado e do selvagem, do branco e do índio, do conquistador e do conquistado. É, em suma, o filho de pais de diferentes origens étnicas. Trata-se de um sujeito subjogado pelo próprio empreendimento colonial que o forjou: em que pese ser descendente do colonizador, lhe foram reservados destinos similares aos dos povos marginalizados. Registros da visão estereotipada à qual foram relegados aparecem na obra de Euclides da Cunha:

De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos histéricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado. Não se compreende que após divergirem extremadamente, através de largos períodos entre os quais a história é um momento, possam dois ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições mentais diversas, anulando em pouco tempo distinções resultantes de um lento trabalho de seleção. Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço, — mulato, mameluco ou cafuz — menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ascendentes superiores (CUNHA, 1905, p.108-109)

Contra essa perspectiva estereotipada, Martin-Barbero (1997) propõe pensar a mestiçagem para além do fato racial, encarando-o como um movimento de discontinuidades culturais. O conceito é elaborado de forma a superar o mito da pureza cultural dos indígenas. Sua reflexão propõe uma nova forma de ver a cultura popular latino-americana: como um lugar de mestiçagens e reapropriações. Fala-se, portanto, em mestiçagem das raças, dos tempos e das culturas.

Reconhecimento de uma mestiçagem que, na América Latina, não remete a algo que passou, e sim àquilo mesmo que nos constitui, que não é só um fato social, e sim razão de ser, tecido de temporalidades e espaços, memórias e imaginários que até agora só a literatura soube exprimir. Talvez somente aí a

²³ Ou ainda pelo conceito de sincretismo, embora este seja mais recorrentemente empregado restrito à mescla de culturas religiosas.

mestiçagem tenha passado de objeto e tema a sujeito e fala: um modo próprio de perceber e narrar, contar e dar conta. (...) É como mestiçagem e não como superação - continuidades na descontinuidade, conciliações entre ritmos que se excluem - que estão se tornando pensáveis as formas e os sentidos que a vigência cultural das diferentes identidades vem adquirindo: o indígena no rural, o rural no urbano, o folclore no popular e o popular no massivo. Não como forma de esconder as contradições, mas sim para extraí-las dos esquemas de modo a podermos observá-las enquanto se fazem e se desfazem: brechas na situação e situações na brecha. (MARTIN-BARBERO, 1997, p.259)

A mestiçagem na Amazônia está atrelada a um complexo encontro étnico que não pode ser resumida ao português e ao indígena. Primeiro porque é preciso compreender o indígena fora do enquadramento feito pelo colono, que encontrou no termo um instrumento para supressão da diversidade e fortalecimento do discurso que colocava as populações locais com um grupo homogêneo. O imperativo reconhecimento da pluralidade étnica dos povos que habitavam o Brasil, hoje, nos coloca a exigência de se falar em povos indígenas e não em povo indígena. Tampouco podemos homogeneizar a população europeia que participou da ocupação amazônica. Benchimol (2009) assinala que, no final do século XIX, os imigrantes europeus eram majoritariamente portugueses e espanhóis, seguidos de judeus-franceses e marroquinos de origem ibérica. Ele também registra a chegada de um contingente significativo de sírio-libaneses. Não se deve ignorar ainda o peso da escravidão negra. Embora os desafios logísticos para se fazer chegar essa mão de obra ao interior da floresta tenham colocado empecilhos para sua utilização, ela não esteve ausente do empreendimento colonial na região, sobretudo nas cidades mais próximas ao litoral. Embora a imprecisão dos registros históricos dificulte a estimativa das cifras do tráfico de escravos na Amazônia, levantamentos apontam que mais 11 mil africanos foram deslocados para a região entre 1778 e 1791, já na fase final do período colonial. Cerca de um terço deles, foram traficados de outras regiões do próprio Brasil (BEZERRA NETO; LAURINDO, 2018). Vale anotar que Maranhão e Pará aparecem no levantamento da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP)²⁴ entre os cinco estados do Brasil que possuem hoje o maior número de comunidades quilombolas. Somando os dois estados, são 123 terras tituladas ou parcialmente tituladas e 468 em processo de regularização. A cultura herdada dos africanos também

²⁴ Disponível em <<https://cpisp.org.br>>. Acesso em março de 2021. No ranking dos estados com maior número de comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cidadania, Maranhão e Pará também aparecem em destaque. Os dados atualizados em junho de 2021 estão disponibilizados em <https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em agosto de 2021.

desembarcará na região por meio das intensas levas de nordestinos que atenderam aos chamados migratórios atrelados ao ciclo da borracha e aos projetos de desenvolvimento do regime militar instaurado em 1964.

Néstor García Canclini manifesta preferência pela noção de hibridismo cultural, pois considera a ideia de mestiçagem muito associada à miscigenação étnica. Ele elabora o conceito refletindo sobre interação da cultura indígena com a cultura de elite no México. Segundo ele, trata-se de um processo que, de um lado, permite a sobrevivência da cultura indígena e camponesa diluída em meio à cultura popular e, de outro, proporciona uma modernização da cultura de elite. Ele procura embasar sua teoria utilizando variados produtos culturais: artesanato, música, cinema, etc.

Os países latino-americanos são atualmente resultado da sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas (sobretudo nas áreas mesoamericana e andina), do hispanismo colonial católico e das ações políticas educativas e comunicacionais modernas. Apesar das tentativas de dar a cultura de elite um perfil moderno, encarcerando o indígena e o colonial em setores populares, uma mestiçagem interclassista gerou formações híbridas em todos os estratos sociais. (CANCLINI, 2008, p. 73).

Canclini apresenta uma perspectiva otimista ao encarar o hibridismo enquanto processo que renova a cultura, produzindo novas práticas e novos sentidos. Reconhece que o mercado busca se atualizar com o intuito de se expandir e alcançar novos destinatários para legitimar sua hegemonia. No entanto, em última instância, vê o hibridismo como expressão da resistência cultural das populações marginais, que recusam a integralidade da cultura dominante e forçam a aceitação social, ainda que parcial, da cultura subalterna. Essa visão, porém, tem sido alvo de ponderações. Parte delas aponta que tal perspectiva minimiza o fato de que os elementos das culturas marginalizadas são selecionados e apropriados conforme os interesses das classes dominantes. Uma crítica mais radical, formulada por Alberto Moreiras (2001, p. 316), vê o hibridismo como “uma espécie de disfarce ideológico para a reterritorialização capitalista – e até um instrumento conceitual chave para o próprio processo de naturalização da exclusão do subalterno”. Para ele, o conceito termina por encobrir a transculturação, instrumento pelo qual se estabelece a subordinação social.

Como observa Daniela Kern (2004), a noção de hibridismo carrega duas facetas: uma estética e outra política. Vai, portanto, além das aparências do produto cultural.

Vincula-se à disputa pela hegemonia, que busca fixar um discurso capaz de dissolver a profunda distinção entre colonizador e colonizado: termina por promover uma cena fantasiosa na expectativa de apaziguar o conflito, mas precisa ser constantemente renovado, pois se encontra ameaçado de forma ininterrupta pela diversidade étnica, racial, cultural. Mas nessa disputa pela hegemonia, importam, sobretudo, os espaços e os termos do diálogo. Registre-se que diálogo aqui não pressupõe um contato pacífico. Ao contrário, ele se instaura por meio das tensões. A língua geral amazônica, como idioma híbrido, embora produzida no embate, consagra os interesses do colonizador: foi legalizado quando se mostrou uma ferramenta eficaz de dominação e terminou descartado e proibido quando não mais atendia aos interesses portugueses. Foi usado como instrumento para orientar certos fluxos de informação e, em última instância, para delimitar as próprias condições em que se daria o choque cultural. O conceito de hibridismo oferece um prisma pelo qual podemos observar os jogos de poder por trás das relações sociais (assimétricas, sinuosas e atravessadas por múltiplas ambiências políticas, econômicas e culturais), pelas quais diferentes identidades nacionais, raciais, étnicas se constituem, se colocam em conflito e se reconstituem.

Deve-se sempre ter em vista que as identidades e os discursos dos colonizados na Amazônia foram e são atravessadas em algum nível por uma visão eurocêntrica que estabelece a superioridade do colono branco. São, porém, identidades múltiplas, contraditórias e flutuantes que continuam submetidas às novas tensões dos jogos de poder. O sujeito pós-colonial, portanto, não possui sua identidade estabilizada no passado: ela se reconstrói a todo o momento através do conjunto de significados com que se confronta no presente. Assim, dada a diversidade de experiências ao longo do tempo e do espaço, tampouco se pode falar de um sujeito pós-colonial único. Caboclos, indígenas, seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas são alguns vocábulos pelos quais perpassam as discussões de identidade nas comunidades do interior da Floresta Amazônica. Cada um deles carregando as complexidades inerentes aos seus usos: é importante assinalar que, como ocorre em qualquer localidade, esses vocábulos nascem muitas vezes de um processo contínuo de atribuição de identidades, frequentemente assentado em estereótipos e preconceitos. De acordo com Hall (2003), toda identidade se funda em uma exclusão, pois se desdobram de relações de poder, nas quais se fixa a diferença entre opressor e oprimido, entre incluído e excluído. O exemplo do caboclo é ilustrativo, pois se trata da forma como as elites amazônicas

buscavam demarcar sua condição social privilegiada. Na economia seringueira, o caboclo era o responsável pelo trabalho árduo na floresta. Na cidade, ele foi associado à indolência e à preguiça. Eventualmente foi colocado em contraposição aos tapuios e, assim designava o "índio civilizado" (CASTRO, 2014). Portanto, a identidade cabocla é, no fundo, uma representação. Porém, nos últimos tempos, se observam deslocamentos conceituais a partir de movimentos de apropriação política do termo. Carmen Rodrigues (2006) chama atenção para os discursos em defesa da riqueza e da biodiversidade amazônica, nos quais o caboclo passa a ser revestido da figura do guardião da floresta e do responsável pela preservação dos saberes nativos. Dentro dessa abordagem, os índios tükuna do Alto Solimões têm proposto discussões sobre "formas de ser do caboclo". Ainda que não deixe de se constituir pela interpelação do outro, a identidade se apresenta assim como ação afirmativa.

Nos anos 1990, Homi Bhabha irá apresentar um reposicionamento do conceito de hibridismo. Sua proposta é não mais designar a combinação entre as culturas de diferentes povos, nem a instauração de uma nova cultura, mas sim um processo que se desenvolve no interior dos discursos.

Não é um terceiro termo que resolve a tensão entre duas culturas, ou as duas cenas do livro, em um jogo dialético de "reconhecimento" (...) É uma problemática de representação e de individuação colonial que reverte os efeitos da recusa colonialista, de modo que outros saberes "negados" se infiltrem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade – suas regras de reconhecimento. (BHABHA, 1998, p. 165)

Radicaliza-se, portanto, a faceta política do conceito: o hibridismo se torna aqui uma estratégia consciente de desestabilização do discurso hegemônico. O discurso híbrido do colonizado, carregado de ironia, confunde e desorienta o discurso do colonizador. Ao deformar, deslocar e dar novas direções para as narrativas hegemônicas, as populações marginais recusam as perspectivas universalistas. Ao mesmo tempo, transportando o hibridismo para o interior dos discursos e não mais para o encontro deles, Bhabha promove um rompimento com a perspectiva binária de identidades essencializadas. Nesse sentido, colono e colonizador são constantemente reconstituídos a partir do outro. Buscando padronizar o nativo, vestindo-lhe com sua própria cultura, replicando nas cidades amazônicas os modos de vida e as características arquitetônicas e urbanísticas da metrópole, o português também experimenta transformações em si mesmo, muitas vezes sem que essas transformações sejam

plenamente reconhecidas em sua consciência. É o resultado da ambivalência do discurso colonial de que fala Bhabha (1998, p.69): apesar da recusa ao outro, as culturas e as identificações são formadas numa nova esfera. O local dessa cultura colonial seria, portanto, um entrelugar onde cada um tem “a possibilidade de evitar a polaridade e emergir como os outros de nós mesmos”.

Na perspectiva de Bhabha, o hibridismo não se apresenta como modo de equacionar a diferença. Ao contrário, ele mantém uma tensão permanente, pois a presença do outro desarticula a sua identidade. Se há uma síntese de um hibridismo amazônico, ela se expressa precisamente no vocábulo amazônida, capaz ao mesmo tempo de integrar e demarcar as diferenças, de aceitar e de recusar o discurso hegemônico. Representa o lugar da ambivalência de que fala Bhabha. O amazônida é uma construção inacabada e em constante transformação: está ao mesmo tempo pronto para servir aos projetos de desenvolvimento da Amazônia e pronto para negá-los em prol do desenvolvimento da própria Amazônia. O amazônida não é um sujeito estável. Ele está na cidade, está no campo, compõe a elite e compõe os segmentos marginalizados.

Numa perspectiva inicial, a ideia de comunidades da floresta aqui adotada busca designar territorialidades rurais formadas por amazônidas que carregam os traços de toda essa complexidade sociocultural: pequenas vilas e cidades, fazendas, reservas extrativistas, áreas indígenas e quilombolas. Trata-se, portanto, de espacialidades bem diversificadas. É importante considerar que as transformações experimentadas pelo mundo diante da evolução tecnológica cada vez mais acelerada no século XX têm conduzido a novos rearranjos do conceito de comunidade, onde se observa o declínio da identidade territorial (PAIVA, 2009). Também é preciso notar que essas mudanças ocorrem de forma assimétrica ao redor do globo terrestre. Naturalmente, elas se processam mais lentamente para quem vive na Amazônia profunda. Nesse sentido, a ideia de comunidade termina aqui por se aproximar de uma perspectiva mais ecológica. Resultam de relações estabelecidas a partir de encontros mais ou menos acidentais e espontâneos que se desdobraram, na maioria das vezes, dos deslocamentos populacionais estimulados pelas forças políticas que ditaram, em diferentes momentos, os caminhos da região. Ao mesmo tempo, essas relações são construídas bastante influenciadas pelas características do território, o qual está diretamente ligado ao trabalho. Decorre daí certa heterogeneidade: a depender do produto com que trabalham,

as reservas extrativistas, por exemplo, podem apresentar dinâmicas de funcionamento bem distintas. Quando pensamos em sítios e fazendas, as diferenças são ainda maiores, porque as relações de vizinhança são marcadas por uma distância mais acentuada, de forma que as interações cotidianas muitas vezes terminam restrita aos trabalhadores daquele local. Já nas pequenas vilas, a integração pode ser mais influenciada por meio de outras mediações territoriais, como o espaço de lazer, que também pode estar presente nos demais casos.

O que se busca evitar, contudo, é o tentador risco de se deslocar a comunidade da floresta para um enquadramento romantizado: o lugar do paraíso e do aconchego. Essas comunidades se consolidaram em processos sociais e históricos dolorosos e essas marcas possivelmente ainda são vivas na maioria delas, desencadeando desavenças e conflitos de vizinhança. No entanto, não podemos ignorar que, em boa parte delas, uma certa comunhão pelo trabalho seja capaz de instaurar uma identificação com o outro por via da afetividade, da proximidade, da participação e do viver comum. O extrativismo, por exemplo, organiza a gestão do espaço da floresta e estrutura o tempo comum. Em alguns casos, derivam do território ecológico comum os vocábulos que buscam expressar identidades coletivas bem delimitadas como o seringueiro (que trabalha com a seringueira) ou o ribeirinho (que vive na beira do rio). A comunidade da floresta pode ser um lugar de participação social, de desenvolvimento de potencialidades e de valorização dos saberes locais, transmitidos oralmente entre seus integrantes. É um espaço de prática integrativas, simbolizado pelos puxiruns e pelos ajuris²⁵. Esse esforço cooperativo orientado pela territorialidade e pelo trabalho expressa, de alguma forma, a ideia de um comum como um centro de gravidade onde se dá o enlace das personalidades dos sujeitos.

Deve-se contornar perspectivas referenciadas na concepção clássica de Ferdinand Tönnies (1973), que grosso modo estabelece uma contraposição entre a comunidade, fundada em laços afetivos, e a sociedade, organizada segundo uma lógica racional. O processo histórico de ocupação da Amazônia traz passagens que permitem compreender a comunidade não apenas como formação da esfera do afeto, mas também resultado de uma racionalidade política. As práticas de intervenção comunitária geradas na

²⁵ Vocábulos derivados do tupi que designam práticas reais de mutirões de ajuda mútua para as diversas etapas do trabalho agrícola como o roçado, o plantio e a colheita. Puxirum é um termo mais usado no Pará e ajuri no Amazonas.

interlocução entre lideranças locais, poder público e entidades do terceiro setor contribuíram, por exemplo, para avanços significativos em questões de saúde (BENZAKEN et al, 2007). A luta abnegada do seringueiro Chico Mendes²⁶ pelas comunidades extrativistas, cujo resultado concreto se traduziu na conquista legal da demarcação de reservas extrativistas, também oferecem um bom exemplo da instauração de laços a partir de uma racionalidade política (ALLEGRETTI, 2008). Desde os anos 1980, as comunidades tradicionais da Amazônia vêm se organizando e se mobilizando para conquistar visibilidade e reconhecimento de seus direitos. Decorre desse processo uma articulação internacional através da qual reivindicam sua importância para a conservação ambiental. Isso tem sido possível pela emergência e proliferação de organizações não governamentais (ONGs) e de movimentos sociais como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA), o Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas (MOPEBAM), além de entidades representativas de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros grupos.

Vale anotar que o discurso pós-colonial, como discutiremos a seguir, tem causado importantes mudanças na paisagem amazônica nas últimas décadas. Se é verdade que a Amazônia sempre foi um território ocupado e que as teses de um “vazio demográfico” estiveram associadas a projetos que marginalizaram as populações nativas, também é verdade que se pode falar de uma explosão demográfica com a Revolução Industrial, que sustentou o ciclo da borracha entre 1840 e 1920 (BECKER, 2004). Como insumo básico demandado para a produção de bens, a goma se tornou alvo de uma busca desenfreada que altera significativamente a economia e o modo de vida na Amazônia. Os padrões da borracha que coordenavam a extração de seus barracões, ao redor dos quais foram criados diversos assentamentos, irão voltar aos centros urbanos após o declínio da economia gomífera, largando para trás muitas comunidades emergentes, que passaram a viver do extrativismo.

²⁶ Líder sindical na década de 1970 em Brasiléia, no Acre, Chico Mendes tem uma trajetória marcada pela luta contra a exploração predatória da floresta, mobilizando os trabalhadores locais para diversas ações em defesa da posse da terra e da coleta de produtos naturais de forma sustentável. Levantando a bandeira da criação de reservas extrativistas, ele defendeu simultaneamente a união dos povos da floresta, a garantia de renda para estas populações e a preservação ambiental. Dois anos após seu assassinato em 1988, que teve repercussão internacional, as primeiras reservas foram criadas no Acre.

Ao refletir sobre os efeitos da intensa migração, Bertha Becker (2004) chega a falar em uma “floresta urbanizada” diante da expansão não apenas das capitais, mas também de outras cidades como Parintins-AM, Ananindeua-PA, Santarém-PA e Imperatriz-MA. Sobretudo a partir dos anos 1980, taxas recordes de crescimento populacional serão registradas, por exemplo, nas capitais dos territórios de Roraima e Amapá e esse rápido avanço demográfico acaba por gerar complexos problemas sociais, pois a oferta de serviços públicos era muitas vezes insuficiente ou inexistente (STAEVIE, 2009, 2011). Bertha Becker observa que o mesmo processo que leva à ampliação das capitais, fomenta um fluxo de pessoas entre as cidades e os povoados rurais. Para ela, esse processo também justificaria a conceituação da Amazônia como uma “floresta urbanizada”, pois a urbanização não se mede apenas pelo crescimento e multiplicação das cidades, mas também pela difusão dos valores urbanos entre a população rural, seja por meio das redes de telecomunicações ou pela mobilidade de trabalho.

Quem faz trabalho na cidade e no campo, sazonalmente, se move daqui para lá, de lá para cá, e vai aprendendo, vai absorvendo os valores urbanos. Estudei muito essa questão da mobilidade. O que os migrantes queriam era ir para a cidade para dar educação aos filhos. Esse é o nosso processo de urbanização. (BECKER, 2014, p.12)

Parece possível afirmar com alguma segurança que o ouvinte fiel que interage com a Rádio Nacional da Amazônia é geralmente um sujeito fisicamente localizado no campo ou em cidades pequenas. Basta observar que, em 19 das 34 cartas separadas para análise (56%), o remetente faz menção à sua localização a partir de referências típicas do ambiente rural como aldeias, comunidades, povoados, vilas, fazendas e sítios. Além disso, ao voltarmos à **Tabela 01**, pode-se reparar que a maioria das cidades de origem das correspondências possuem ainda hoje menos de 50 mil habitantes e somente quatro delas possuem mais de 100 mil habitantes²⁷ (embora se deva considerar que há cartas datadas da década de 1980). Anote-se que uma dessas quatro é Boa Vista, a única capital registrada. Porém, o remetente esclarece estar escrevendo de um posto indígena. Em que pese a impossibilidade metodológica de se adotar essas 34 cartas (13 disponibilizadas pelo acervo da EBC e 21 pinçadas aleatoriamente do acervo pessoal de Didi Martins) como estatística fidedigna, sua análise em conjunto com os demais dados extraídos de programas radiofônicos, programas de TV e entrevistas oferece indícios

²⁷ Conforme dados atualizados do IBGE disponível no <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em março de 2021.

suficientes para inferir que a audiência da Rádio Nacional da Amazônia não está nas grandes cidades. Todavia, deve-se prestar atenção à observação de Bertha Becker de que essas territorialidades rurais estão atravessadas por valores urbanos. Nesse sentido, não se deve ignorar que os ouvintes das comunidades da floresta provavelmente carregam esses valores para a interação com os radialistas da Rádio Nacional da Amazônia.

2.4 DO COLONIALISMO À DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Se há algo que não podemos perder de vista nos tópicos anteriores é a elaborada articulação entre o econômico e o político-cultural promovido pelo discurso colonial. Como observa Martin-Barbero (1997), o discurso não é instrumento passivo na construção do sentido que tomam os processos sociais, as estruturas econômicas ou os conflitos políticos. Daí porque necessitamos historicizá-lo, de forma a perceber que a fala vai além do que se supõe dito. A escravidão indígena que sustenta o colono e a imposição da língua geral amazônica são como dois lados de uma mesma moeda. Note-se que o poder de dominação dos grupos que detêm a superioridade econômica se expressa correntemente através controle do fluxo de informação. Ao longo do tempo, os Estudos Culturais descortinaram a insuficiência das proposições teóricas que buscam situar as resistências apenas em um único plano, seja o econômico, seja o cultural. Não há um terreno demarcável e separado, pelo qual se processa a resposta à dominação colonial. A Cabanagem não se define apenas como resposta ao cenário econômico, pois os motins, como observa Martin-Barbero (1997, p.140), estão "destinados a simbolizar politicamente, isto é, a desafiar a segurança hegemônica, mostrando à classe dominante a força dos pobres".

Mas façamos aqui o corte temporal que nos interessa. Do Brasil colonial para o Brasil militarizado. Um Brasil que promete tirar a Amazônia de sua posição de reserva, que promete a superação da sua condição de economia periférica, que promete a integração e, sobretudo, que oferece a idealização de um desenvolvimento que não se concretizou, já que os projetos políticos para a região continuaram dialogando com perspectivas que sustentaram os paradigmas coloniais. A Proclamação da República, em 1889, havia passado praticamente despercebida na Amazônia em meio ao auge do ciclo

da borracha (SOUZA, 1993). A região mantinha suas próprias relações internacionais. Era o centro das atenções. O legado da pesquisa etnográfica, botânica e biológica leva à constatação de que, no século XIX, a Amazônia se constituiu no “espaço tão intensamente visitado como nenhum outro da América do Sul” (NUNES, 2012, p.56). Por trás desse movimento, também se revelam as intenções econômicas. A motivação para muitas das incursões científicas estrangeiras relacionava-se com a busca por uma melhor compreensão do potencial da região para prover recursos para indústria e abrigar operações capitalistas (Idem). Mas com o foco na borracha, esses estudos terminavam por promover a Amazônia como uma reserva para o futuro.

Uma vez fora do mercado da goma na segunda década do século XX, a região, empobrecida e abandonada, precisaria lidar com a realidade de não ser uma prioridade para o governo brasileiro. A economia do país seguia a orientação dos estados do Sudeste e do Sul: apostava-se na produção agrícola como geradora dos excedentes necessários para a arrancada industrial, que deveria ser o foco dos investimentos. O Brasil era ainda um país agrário, sem indústrias de bens duráveis. O cenário nacional começaria a mudar com o processo de industrialização colocada em marcha por Getúlio Vargas. Os avanços foram tímidos, mas a região passou a habitar frequentemente os arroubos discursivos de teor desenvolvimentista, inicialmente com Getúlio Vargas e depois com Juscelino Kubitschek. O primeiro apoiou-se em afagos de cunho nacionalista presentes no histórico Discurso do Rio Amazonas (VARGAS, 1942) ou na retórica da “Marcha para o Oeste” convocada com o intuito de integrar as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. O segundo concretiza a mudança da capital para Brasília, que favorece uma movimentação migratória em direção ao centro geográfico do país, causando também certo impacto na região amazônica (SOUZA, 1993). A ideia de uma hileia inexplorada se reapresenta na era republicana sob os discursos que a classificam ora como um “vazio demográfico”, ora como uma região não integrada ao país. Apesar disso, no retrato apresentado pelo antropólogo estadunidense Charles Wagley, a Amazônia dos anos 1940, embora caracterizada pela peculiar persistência da herança indígena, não parece desconectada da cultura do restante do Brasil.

Em Itá, como em outras comunidades semelhantes do Amazonas, comemora-se o 7 de Setembro, festa da Independência. O caboclo joga futebol, o esporte nacional do Brasil, e pode arriscar no jogo do bicho. Em 1945, festejou-se o Dia da Vitória nos postos de comércio mais afastados do município de Ita. Os

lavradores e seringueiros que participaram dos festejos não compreenderam, naturalmente, toda a significação da Segunda Guerra Mundial, mas sabiam que o seu país estava em guerra, ao lado dos aliados. As instituições jurídicas e políticas, o sistema educativo, a religião tradicional e muitos outros aspectos da sociedade de Itá são os mesmos da nação da qual Ita é apenas uma pequena parte insignificante. (WAGLEY, 1988)

O segundo ciclo da borracha durante os anos da Segunda Guerra mundial, a abertura de estradas e a instalação de alguns empreendimentos minerários e madeireiros contribuí para fazer avançar a ocupação regional. Em meio a esse movimento, uma mudança de mentalidade representada por Juscelino Kubitschek em relação a Getúlio Vargas projeta o que estaria por vir. A aposta nas grandes empresas estatais como forma de alavancar a industrialização dá lugar a uma priorização da iniciativa privada como o motor da modernização do país. Caberia ao Estado manter o controle por meio da regulação e da taxaço, mas a estratégia está centrada na atração do capital internacional para explorar potencialidades hidrológicas, minerais e madeireiras. Esse caminho ganhará um novo e decisivo impulso a partir da instauração da ditadura militar em 1964, que promoverá o que Bruno Cezar Malheiro (2020, p.77) classifica como um “nascente colonialismo interno, verde e amarelo, atrelado a interesses transnacionais”. A Amazônia viverá uma nova escalada de violações de direitos e de limitação da autonomia, revelando mais uma vez a persistência histórica do discurso colonialista. Um ajuste retórico, no entanto, produzirá uma narrativa com vibrantes cores nacionalistas.

É no surgimento do Estado Moderno, no século XV, que se encontram as bases da ideia de soberania nacional tal como aplicada nos dias de hoje. Com base nela, as nações europeias justificaram a adoção de violentas medidas nos territórios coloniais. É possível observar que já no período colonial, não se tratava apenas de se defender de ataques externos. A proteção eficaz contra os invasores externos compunha uma importante demonstração de poder e força frente às outras metrópoles, mas internamente também se identificavam ameaças que colocavam em risco a capacidade do Estado de exercer poder sobre aquele território cuja posse é reivindicada. Essa dimensão aparece, por exemplo, na expulsão das ordens religiosas por Marquês de Pombal: a enorme legitimidade que elas haviam conquistado junto às populações nativas havia passado a soar como ameaça à soberania do Estado. Também é por motivos similares que, após a Independência, o Império do Brasil organiza a violenta

expedição à Província do Grão-Pará e Rio Negro que assegura o poder das elites regionais hegemonicamente portuguesas, as quais aceitaram governar seguindo precisamente as diretrizes do Rio de Janeiro.

A autonomia administrativa da Amazônia permanecerá sendo cerceada, com base em preocupações semelhantes, após a Proclamação da República. Quando o Acre foi definitivamente incorporado ao Brasil em 1903, o então presidente Rodrigues Alves, preocupado com a área de fronteira, editou o Decreto-Lei nº 5.188 para inaugurar uma figura jurídica nova. O Acre foi classificado não como estado e sim como território federal, no qual não haveria eleições: governadores e prefeitos seriam nomeados e subordinados à presidência. Assim permaneceu sua situação até 1962, embora Amapá, Roraima e Rondônia, que também seriam criados com o status de território federal, demorariam mais tempo para serem elevados à condição de estado.



Figura 04: Atuais limites da Amazônica Legal

Com a instauração da ditadura militar, a defesa da soberania se reaperceberá sob um novo verniz ideológico. Será dentro desse contexto que surgirá a Rádio Nacional da Amazônia. O eixo central de uma nova ofensiva de viés colonialista será a chamada “Operação Amazônica”, um conjunto de leis federais, decretos, isenções fiscais e grandes obras de infraestrutura, consolidando a Amazônia como questão nacional. Os militares irão extinguir a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) fundada no governo de Juscelino Kubitschek e criar a Superintendência Desenvolvimento Amazônia (SUDAM), órgão que passa a se encarregar do desenvolvimento regional conforme diretrizes ideológicas do regime, esvaziando as atribuições das autoridades estaduais e municipais. Também irão reafirmar a

demarcação política da região, definindo a composição da chamada Amazônia Legal da seguinte forma²⁸: os estados do Acre, Pará e Amazonas, os territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda as áreas do estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16°, do estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e do estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. Esses limites serão alterados mais de uma vez, tanto por decisões políticas de diferentes governos como por alterações nas demarcações das unidades federativas, a exemplo da criação do Tocantins, fruto da divisão do estado de Goiás. Com a Constituição de 1988, o Maranhão passará a ser o único dos nove estados da região que não está integralmente na área concebida como Amazônia Legal.

Nesta vasta abrangência, estão incluídas paisagens com relevo e solo bastante diversificados, que vão desde zonas de planícies a grandes montanhas. Enquanto as várzeas do Rio Amazonas estão entre oito a dez metros acima do nível do mar, é possível chegar a quase 3.000 metros de altura no Pico da Neblina ou no Monte Roraima. Dentro da área atribuída à Amazônia Legal, estão incluídas grandes áreas do bioma Cerrado e do Pantanal mato-grossense. Não se trata de uma demarcação decorrente de um imperativo geográfico ou ecológico. Como se observa, a região foi definida incluindo algumas áreas que não pertencem à bacia amazônica e nem são caracterizadas pela existência da selva úmida tropical. É, portanto, uma demarcação política estabelecida para fins de planejamento. Sobre toda essa área, a SUDAM terá decisivo papel administrativo e sua ação se dará em diálogo com a chamada Doutrina de Segurança Nacional.

Na segunda metade do século XX, a história da América Latina ficou marcada pela grande quantidade de golpes de Estado que levaram à implantação de ditaduras militares implantadas em diferentes países da região. Ainda que cada regime guarde suas particularidades, os governos instituídos mediante violação constitucional no Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru, Bolívia, Nicarágua e Guatemala se pautaram por orientações ideológicas similares, associadas ao contexto global. Ao seu fim, a Segunda Guerra Mundial deixou como legado um mundo bipolar sob constante tensão diante das diferenças existentes entre duas superpotências: os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ambas se confrontaram nos

²⁸ A primeira demarcação da Amazônia Legal deu em 1953 com o governo de Getúlio Vargas, através da mesma lei que instituiu a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). Com a Lei 5.173/1966, o regime militar promoveu a primeira atualização nessa demarcação.

campos político, econômico e cultural, ao mesmo tempo em que se envolveram em conflitos armados regionais nos quais apoiavam grupos com os quais compartilhavam afinidade ideológica. Não houve, no entanto, combates diretos entre elas, razão pela qual o período em que perdurou essa tensão ficou conhecido como “Guerra Fria”.

Encerrada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos deram início a uma política externa que ficou conhecida como Doutrina Truman, cujo objetivo era fortalecer a adesão ao capitalismo e frear o avanço do comunismo em nível global (SOUZA, 1993). Havia uma vigilância em relação a movimentos subversivos em todo o mundo. Para assegurar sua influência na América Latina, uma das primeiras medidas dos Estados Unidos foi propor a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que se concretizou em 1947, por meio do qual os países do continente concordavam em prestar socorro militar a qualquer um que estivesse sob ataque (Idem). É sob essa influência dos Estados Unidos que os militares de diferentes países latino-americanos passaram a produzir teorias geopolíticas convergentes. Trocando informações entre si, eles discutiam formas de conter o avanço de ideias comunistas nos meios sociais.

No Brasil, o contexto do golpe envolve a inquietação em setores oposicionistas civis e militares diante da mobilização liderada pelo então presidente João Goulart e em torno das chamadas Reformas de Base²⁹, que incluíam a reforma agrária, a bancária, a eleitoral e a tributária, além da regulamentação da remessa de lucros das multinacionais para suas matrizes (NAPOLITANO, 2014). Vale anotar que essa oposição não era exercida por um bloco homogêneo. Unificavam-se como integrantes do espectro anticomunista, que reúne católicos, liberais, fascistas e socialdemocratas (MOTTA, 2000, p.4). Apesar destes grupos muitas vezes não compartilharem ideologias em situações comuns, articularam-se ao se sentirem ameaçados pela suposta “ameaça vermelha”. Muito embora João Goulart não fosse filiado a nenhuma legenda comunista e nem se apresentasse como comunista, em contextos de radicalização, propostas

²⁹ Uma revisão interessante dos estudos sobre processo que gerou o golpe de 1964 foi feita por Carlos Fico (2004). O historiador recapitula algumas interpretações, buscando identificar equívocos em explicações deterministas. Ele aponta os limites de análises excessivamente centradas nas causas econômicas e observa a combinação entre fatores estruturais, políticos e ideológicos, discutindo a participação de empresários, parlamentares e militares, estes últimos protagonistas em todo o processo. Para além do interesse econômico na deposição de João Goulart, a movimentação do golpe dependeu das motivações dos militares, incomodados com a desordem política, a “ameaça” comunista e os ataques à hierarquia das Forças Armadas.

consideradas “de esquerda” são normalmente generalizadas como comunistas (MOTTA, 2000).

Criada em 1949 como um instituto de altos estudos de política, defesa e estratégia, a Escola Superior de Guerra será um espaço privilegiado para a disseminação de orientações ideológicas conservadoras e anticomunistas entre os militares³⁰. Vinculada ao Ministério da Defesa, foi idealizada pela elite da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que havia sido enviada pelo Brasil para integrar as tropas aliadas nas frentes de batalha na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Parte dos coronéis e generais que lideraram a delegação brasileira foram recebidos posteriormente na National War College, nos Estados Unidos (FERNANDES, 2009). Lá, eles tiveram contato com as bases da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada a partir de teorias geopolíticas e da mistura de perspectivas antimarxistas e tendências conservadoras do pensamento social católico³¹. Sairia dessa experiência a proposta de se criar a Escola Superior de Guerra, que surgiria sob notória influência da doutrina militar estadunidense.

Diante dessa relação de aproximação, identifica-se o afinamento entre os militares brasileiros para com as ideias norte-americanas no contexto da Guerra Fria, e conseqüentemente ao combate às ideias comunistas. Dentre estes militares, convém mencionar Golbery do Couto e Silva, o qual integrava à elite militar e posteriormente integrará à Escola Superior de Guerra (LUZ, 2015, p.352)

Nos anos 1950, o Brasil observava um intenso êxodo rural e um rápido crescimento do valor bruto da produção industrial, que já ultrapassava o da produção agrícola. Essa mudança na estrutura socioeconômica do país era acompanhada pelo surgimento de mobilizações sociais nos espaços urbanos, o que gerava receio entre os militares. A eclosão em 1959 de uma revolução em Cuba, cujos líderes assumem nos anos seguintes sua concordância com os ideais socialistas, vai colocar mais fermento nessas preocupações. Diante desse cenário, os militares começam a esboçar novas funções para a Escola Superior de Guerra, de forma que ela pudesse ser capaz de desempenhar papel formativo também nas camadas civis dos setores público e privado,

³⁰ A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada por meio de Lei 785/1949 sancionada pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, à época general do Exército. Seria promovido a marechal no ano seguinte. Dutra foi o último presidente militar do período democrático que antecedeu a ditadura instaurada em 1964.

³¹ Importante assinalar, como observa Maria Helena Moreira Alves (1984), que ideologias de segurança nacional assentadas no antimarxismo já existiam na América Latina no início do século XX. No Brasil, foram mobilizadas, por exemplo, pelo governo de Getúlio Vargas. A Doutrina de Segurança Nacional, no entanto, dará maior sistematização e organicidade a estas ideologias.

disseminando de forma mais ampla as diretrizes para um planejamento da segurança nacional. Após o golpe de 1964, vários de seus alunos militares e civis ocupariam cargos em instituições políticas e econômicas brasileiras. No interior do Exército, enquanto a Escola Superior de Guerra funcionava como polo teorizador da Doutrina de Segurança Nacional, a disseminação de suas premissas era diretriz institucional de toda a sua estrutura de formação. O conceito de segurança pressupunha uma ampliação da clássica noção militar de defesa, pois passa a incorporar a preocupação com antagonismo e pressões sociais internas e não apenas com as ameaças do estrangeiro. Para se ter uma ideia, em 1968, o currículo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), por onde obrigatoriamente todo oficial precisaria passar antes de ser promovido a general ou designado titular de qualquer posto de comando, contava um total de 222 horas de aula dedicadas exclusivamente à discussão da Doutrina de Segurança Interna (STEPAN, 1975).

Apontado como o principal intelectual a contribuir com a construção das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, Golbery do Couto e Silva absorverá influências não apenas da perspectiva geopolítica militar estadunidense, mas também de postulados espanhóis e franceses. Em suas próprias palavras:

(...) a Geopolítica, baseada na ciência geográfica e, em particular, no ramo denominado Geografia Política, serve de fundamentação geográfica e propõe diretrizes, calcadas nos conceitos básicos de espaço e de posição, à Política Nacional, tanto no domínio não-estratégico, desta e onde se visa o bem-estar, ao progresso, ao desenvolvimento atingíveis sem a ameaça de antagonismos internos ou externos, quanto na esfera da segurança nacional, isto é, da Estratégia (SILVA, 1967, p.106)

Golbery integrou a FEB na condição de oficial de inteligência e informações. Ingressou na Escola Superior de Guerra em 1952 e solicitou transferência para a reserva em 1961, quando passou a se dedicar ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organizações financiadas pelo empresariado brasileiro e estrangeiro, que difundiram conteúdos de estímulo a ações de desestabilização do governo de João Goulart³². Mencionado correntemente como um dos idealizadores do golpe de 1964, Golbery chefiaria até 1967 o principal órgão de

³² A atuação dessas duas entidades foi analisada por René Dreifuss (1981). O autor mostra como ambas mobilizaram, a partir de recursos financeiros bastante abundantes, diversas frentes de ação voltada para conspiração do golpe. Mais tarde, muitos de seus integrantes, representantes dos interesses empresariais, foram nomeados pelo governo de Castelo Branco para cargos relevantes.

inteligência do regime instaurado, o Serviço Nacional de Informações (SNI), que ele próprio concebera e articulara com o aval de Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro presidente do período ditatorial³³.

Ananda Fernandes (2009, p.854) observa que “as teses de Golbery acabaram por ser as teses da própria Escola Superior de Guerra, sendo compartilhadas pelos demais militares”. Elas encontram-se reunidas nas obras Planejamento Estratégico, publicada em 1955, e Geopolítica do Brasil, cuja edição mais conhecida foi impressa em 1967. Para Golbery, o mundo após a Segunda Guerra Mundial assistia a um impasse imposto pela rigorosa divisão entre o Ocidente democrático e cristão, liderado pelos Estados Unidos, e o Oriente comunista, encabeçado pela União Soviética. O resultado era a sensação de que se desenrolava uma “guerra permanente”, assim conceituada:

A guerra moderna que se trava entre nações, mobilizando toda a força arrasadora, expandiu-se a todos os setores da atividade, não sendo ela mais a guerra de mercenários ou de profissionais endurecidos, mas a guerra total que a todos envolve e que a todos oprime, guerra política, econômica, psicossocial e não só militar, perdurando no tempo sob a forma de Guerra Fria (SILVA, 1981, p.12)

Em sua avaliação, “o Brasil depende do Ocidente” e “o Ocidente precisa do Brasil”. Ele defende não haver espaço para posições intermediárias e avalia que a Organização das Nações Unidas (ONU), sendo apenas fruto de um idealismo utópico, teria se mostrado incapaz de construir um cenário de paz, servindo apenas como mais um palco para que nações inimigas pudessem se confrontar.

O antagonismo dominante entre os EUA e a Rússia, polarizando todo o conflito, de profundas raízes ideológicas entre a civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente, e no qual se joga pelo domínio ou pela libertação do mundo, arregimenta todo o planeta sob seu dinamismo avassalante a que não podem, não poderão sequer escapar, nos momentos decisivos, os propósitos mais reiterados e honestos de um neutralismo, afinal de contas, impotente e obrigatoriamente oscilante. (SILVA, 1981, p.186)

A tradição geopolítica militar no Brasil remonta à primeira metade do século XX. O que há de novo, com Golbery, é a radicalização do componente ideológico, que termina por gerar uma proposta política submissa aos interesses dos Estados Unidos,

³³ Aprovado pelo Congresso por meio da Lei 4.341/1964, o SNI surge com a finalidade de superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contrainformação, em particular aquelas de interesse para a segurança nacional.

muito embora a reivindicação de uma “política externa independente” seja expressão visível do caráter contraditório da Doutrina de Segurança Nacional, conforme identificado por Ana Paula Lima Tibola (2007). De toda forma, se analisarmos o desenvolvimento dos estudos geopolíticos nos próprios círculos militares, encontraremos elaborações que vão mais ou menos por outra direção. Os postulados do marechal Mário Travassos, por exemplo, são construídos na final de década de 1930 sobre o entendimento de que os Estados buscavam contar com várias saídas para o mar, razão pela qual aspiram também o domínio das bacias hidrográficas (NEVES, 2018). Ele vê na América do Sul um antagonismo entre as bacias platina e amazônica e o Brasil, por sua posição e abrangência territorial, tem a possibilidade de atuar de forma convergente sobre ambas. Há aqui uma geopolítica que revela peculiares preocupações de cunho econômico: a concretização da promessa de uma nação desenvolvida passa pela Amazônia, através da qual se torna possível a conexão com a Cordilheira dos Andes e o controle do escoamento da produção dos países andinos pela vertente oriental do continente sul-americano. A proposta de Travassos era a implementação de uma ousada política de comunicações, baseado na pluralidade de transportes (ferroviário, rodoviário, hidroviário, marítimo e aéreo), de modo a garantir a unidade territorial do país e assegurar sua projeção política e econômica no continente sul-americano. Ele se preocupa com a investida dos Estados Unidos sobre a região, através da construção do Canal do Panamá, que seria negativa para os interesses brasileiros.

Na geopolítica de Golbery, os aspectos econômicos acabarão modulados pela ideologia anticomunista: orientado por meio de diretrizes de Estado, o capital estrangeiro, de procedência majoritária dos Estados Unidos, é considerado bem-vindo para fazer frente aos desafios da época. Nos Estados Unidos, a intelectualidade militar dedicada à formulação da Doutrina de Segurança Nacional buscava aprofundar o pensamento sobre o conceito de “guerra total”, que pressupõe a necessidade de se mobilizar todos os recursos nacionais: humanos, industriais, agrícolas, bélicos, tecnológicos, entre outros. Golbery dedicará de forma prioritária sua atenção para um aspecto mais específico dessa “guerra total”, o qual considerou de maior pertinência à realidade brasileira. O pilar central de suas teses, que orientará uma série de medidas do regime militar, reside na ideia de que a guerra permanente se desenrola, principalmente, no espaço interno das nações ocidentais, onde a ideologia comunista buscava conquistar posições estratégicas. Por esta razão, seu pensamento se volta para o conceito de

“guerra revolucionária”. Para Golbery, o desafio da segurança nacional consiste em afastar possíveis ameaças à rotina da sociedade, ao funcionamento do Estado e à vida dos governantes. Nesse sentido, seria tolerável a limitação provisória de liberdades individuais. Também se tornam essenciais os conceitos de “inimigo interno” e de “fronteiras ideológicas”, pois não se trataria mais de se proteger contra potenciais ataques provenientes de fora do território geográfico da nação. A principal recomendação da Doutrina de Segurança Nacional, portanto, era o combate interno ao comunismo (ALVES, 1984).

O historiador Carlos Fico (2004) avalia que, se apegando a premissas óbvias e genéricas como o tamanho do país e sua vulnerabilidade à convulsão social, os militares apenas reuniram um conjunto não muito criativo de considerações geopolíticas. De toda forma, a disseminação e aceitação destas considerações deram às Forças Armadas do Brasil um nível de confiança relativamente elevado de que seriam capazes de apresentar soluções para os problemas brasileiros. A Doutrina de Segurança Nacional contribuiu para que os militares se sentissem capacitados para assumir diretamente o governo. Carlos Fico sustenta que o golpe de 1964 rompe com uma tradição histórica observada desde o início do século XX: até então os militares brasileiros somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis. Esta mudança de postura foi estimulada pelo novo ingrediente ideológico. A Doutrina de Segurança Nacional deixou os militares convencidos de sua superioridade sobre os civis, os quais passaram a ser vistos nas altas esferas das Forças Armadas como despreparados, manipuláveis e impatrióticos. Esta é uma das razões que levaram os militares, em muitas das crises enfrentadas ao longo da ditadura, a dispensarem soluções advindas de círculos civis que os apoiavam. Preferiam apostar em sua própria saída: a progressiva institucionalização do aparato repressivo, ampliando a busca desenfreada pelos possíveis inimigos internos, os quais poderiam estar em qualquer lugar.

A ausência de uma definição precisa sobre quem seriam esses inimigos permitirá uma aplicação elástica das premissas da Doutrina de Segurança Nacional. O fim do governo de Castelo Branco e sua substituição por Arthur da Costa e Silva em 1967 marca a ascensão de militares mais radicais. Responsáveis pela chamada Linha Dura, eles apostam no recrudescimento do regime, com a escancarada censura nos meios de comunicação e a adoção da tortura como prática de repressão. Golbery mantinha reservas com esta ala e não havia espaço para que continuasse no comando do SNI. Sob

novas orientações, o órgão que ele idealizou será encorpado pela Linha Dura e passará a desempenhar novos papéis. Deixou de ser um produtor de informações para subsidiar as decisões do presidente da República e se transformou na central de uma ampla rede de espionagem atuando dentro da sociedade e em todos os níveis da administração pública. Dedicou-se então a mapear os inimigos do regime e municiar de informações as estruturas diretamente envolvidas com as "operações de segurança", eufemismo usado para as prisões, assassinatos e torturas (FICO, 2004). Operando no interior de órgãos do governo e de embaixadas, seus agentes trocavam análises diariamente e as enviavam para diversas autoridades militares e civis. Acompanhavam a vida dos políticos, registrando tudo o que pudesse ser usado para justificar cassações de mandatos tal como previa o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Também investigavam possíveis candidatos a assumir funções no serviço público e interferiam nas nomeações.

Documentos presentes nos arquivos diplomáticos norte-americanos registram a discordância de Golbery com o AI-5. A medida, em sua visão, era exagerada e desnecessária, pois o Estado já dispunha de instrumentos suficientes para lidar com a oposição e os subversivos (MOTTA, 2018). Mas independente de eventuais divergências de ordem prática com Golbery, os militares da Linha Dura conduziram o regime a partir de muitas de suas teses, as quais já estavam amplamente difundidas e aceitas no interior do Exército. Dois dias antes de passar o bastão à Costa e Silva, Castelo Branco deu materialidade à Doutrina de Segurança Nacional através da criação de uma nova Lei da Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314/1967), que incorporou premissas elaboradas no âmbito da Escola Superior de Guerra e ampliou o conceito de crime político. Foram previstas penas para 38 crimes, alguns deles tão abstratos como "pôr em perigo a independência do Brasil", "tentar subverter a ordem vigente no Brasil", "praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva" e "incitar publicamente ao ódio". A tipificação criminal ia desde a espionagem até à greve que acarretasse paralisação de serviços públicos. A imprensa também foi colocada sob a mira da segurança nacional. Ficou estabelecida a suspensão da circulação por até 30 dias de jornais e periódicos que veiculassem conteúdos subversivos. A retórica de defesa da segurança nacional também será usada posteriormente por Costa e Silva para assinar o AI-5, suspendendo a garantia de *habeas corpus* e autorizando o presidente a fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos e direitos políticos e demitir funcionários públicos.

O primeiro artigo da Lei de Segurança Nacional estabelecia que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei”. Sendo todos responsáveis, todos são também potenciais ameaças. Essa flexibilidade da Doutrina de Segurança Nacional nos leva à irônica conclusão de Joseph Comblin (1978): a segurança nacional parecia não saber muito bem o que estava defendendo, sabia apenas contra quem estava defendendo. O inimigo era o comunista, mas aí há também uma imprecisão.

Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional. (COMBLIN, 1978, p.55)

Apesar da preocupação preliminar com a segurança interna, a Doutrina de Segurança Nacional, no entanto, não apenas considerava as ameaças externas como as tratava como parte de um todo articulado. Havia o receio de que organizações comunistas estrangeiras fossem capazes de influenciar as ações de grupos locais. É sob essa ótica que se fundamentam algumas das principais preocupações ideológicas em torno da Amazônia. Estima-se que a porção brasileira do bioma represente 65% de sua totalidade. A maior floresta tropical do mundo, no entanto, estende-se ainda por sete países sul-americanos - Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela - e pela Guiana Francesa, região ultramarina vinculada à França. Fronteiras. Somente no Brasil, engloba mais de 11 mil quilômetros de fronteiras internacionais e 1.482 quilômetros de costa atlântica.



Figura 05: Extensão do bioma amazônico entre os países da América Latina.

Os militares traduzirão esses dados na preocupação com a suposta exposição e fragilidade diante da cobiça internacional. Em consequência, a Doutrina de Segurança Nacional se revelará na Amazônia a partir do lema estratégico “integrar para não entregar” (SOUZA, 2020), repetindo a mesma estrutura retórica pela qual os portugueses buscaram fixar fortes em diferentes localidades da região: era preciso ocupar áreas pouco povoadas para evitar a perda de território para o inimigo. O que há de novo, porém, é a escala de desenvolvimento. A Amazônia viverá uma escalada de grandes projetos. O pronunciamento do presidente Castelo Branco em conferência na Escola Superior de Guerra em 1967 revela indícios de como as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional atravessaram o debate econômico.

A inter-relação entre o desenvolvimento e a segurança faz com que, por um lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial de crescimento econômico e, por outro lado, o desenvolvimento econômico não possa se efetuar sem um mínimo de segurança (CASTELO BRANCO apud COMBLIN, 1978, p.66)

A articulação retórica entre desenvolvimento e segurança está no cerne da Doutrina de Segurança Nacional. A necessidade de uma integração nacional se desdobra desse binômio. Conforme um compilado dos escritos da Escola Superior de Guerra, organizado por José Alfredo Amaral Gurgel (1975), a integração nacional se concretiza da seguinte forma: integração territorial, que pressupõe a ocupação das regiões despovoadas; integração econômica, que implica no desenvolvimento harmônico entre as diferentes regiões e entre a indústria e a agropecuária; e integração psicossocial, associada à unidade da língua e das aspirações nacionais, à cooperação das diferentes classes sociais, à convivência harmônica de raças e credos e à preservação dos valores que caracterizam a personalidade cultural brasileira, tradicionalmente cristã. Os projetos que visavam o progresso da Amazônia estarão envoltos por esta narrativa que, superficialmente, parece apenas organizar ideias mais ou menos genéricas, mas que guardam nas entrelinhas os traços ideológicos do regime. Os militares acreditavam que a baixa ocupação demográfica na região fragilizava o controle do território brasileiro. Assim, era preciso gerar emprego e atrair novos contingentes populacionais. Miravam, sobretudo, nordestinos que viviam em áreas castigadas pela fome e pela seca. A Operação Amazônica foi lançada sob o mote “terra sem homens para homens sem terra” (SOUZA, 2020). A estratégia estava centrada na atração de capital privado para a

região, dentro de um plano de incentivo para empresas, corporações e fazendeiros que incluía doações de terras, benefícios fiscais e programas de financiamento. Grandes empresas, instituições bancárias e montadoras de automóveis, foram beneficiadas.

Uma análise mais ligeira sobre o olhar lançado pelo regime militar para a região poderia sugerir forte contradição entre o discurso político nacionalista e a opção pela atração do capital internacional. Carlos Fico (2004) destaca que estas questões geravam controvérsias nos círculos militares. De toda forma, essa possível contradição parece equacionada na perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional: a exploração via capital internacional, autorizada pelas forças nacionais, se mostrava preferível à soberania de uma população iletrada, facilmente manipulada pelas forças subversivas orientadas por países comunistas. Portanto, ao mesmo tempo em que busca integrar o Brasil ao capitalismo internacional, reiterando sua posição favorável aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, a ditadura endossa a retórica nacionalista como condutora ideológica. O que se propunha era um Estado Nacional capaz de tutelar o capitalismo (MIRANDA, 2018). Essa articulação narrativa que equaciona o nacionalismo e os grandes projetos pode ser observada na forma como o regime construía as representações de si mesmo. É ilustrativo o discurso proferido pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, durante visita a Manaus em outubro de 1970.

A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infraestrutura socioeconômica. [...] Somente depois da Revolução é que vieram os tratores e o idealismo da engenharia militar, desvendando e aproximando a Amazônia. [...] O coração da Amazônia é o cenário para que se diga ao povo que a Revolução e este governo são essencialmente nacionalistas, entendido o nacionalismo como a afirmação do interesse nacional sobre quaisquer interesses e a prevalência das soluções brasileiras para os problemas do Brasil. [...] O atraso e a pobreza da Amazônia e do Nordeste, além de social e politicamente inaceitáveis, têm repercussões negativas que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul. Por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra, essas duas regiões não participam substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuem para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul. (MÉDICI, 1970)

Nas entrelinhas, o discurso de Médici coloca as regiões Norte e Nordeste do país como um "peso" para a região Centro-Sul. Ao mesmo tempo, realimenta o mesmo tipo de retórica colonialista acerca de uma Amazônia perdida, que não encontrou seu

caminho e que precisa ser ocupada por suas boas intenções, flertando mais uma vez com a tese do “vazio demográfico”. Como afirma Dutra (in MALHEIRO, 2020, p.73), “a negação da existência de seres humanos supõe a afirmação da existência de um vazio humano que está aí para ser preenchido”. A ocupação, portanto, afasta os perigos associados à cobiça de outras nações. É verdade que havia, como em poucos momentos na história brasileira, uma movimentação do governo para colocar em relevo uma proposta mais articulada para região. Não apenas através da SUDAM, mas de diversos órgãos que foram criados como a BASA, a SUFRAMA e o INCRA, um considerável número de militares, burocratas civis e técnicos foram mobilizados para o controle conjuntamente os aportes financeiros do novo esforço colonizatório. Essas novas instituições, no entanto, usurpavam prerrogativas dos estados regionais sobre os seus territórios, retirando-lhes poder sobre o território (MIRANDA, 2018). O teórico detentor direto da soberania, o povo, era deixado distante dos espaços de definição do projeto político. Os grandes projetos agropecuários, minerais e energéticos para o oeste da Amazônia, por exemplo, eram definidos em círculos restritos no âmbito da SUDAM. Para atrair investidores, o governo aprovava doações financeiras e renúncia fiscal.

A partir do governo liderado por Médici, que assumiu a presidência em outubro de 1969, foram disponibilizados novos incentivos financeiros através de órgãos como o PIN, PROTERRA e POLAMAZÔNIA. Com as novas ondas migratórias, a Amazônia ia deixando de ser uma região de economia centrada no extrativismo e se tornava também área de agropecuária, mineração, metalurgia, siderurgia (SOUZA, 1993). A criação de gado põe em marcha um ritmo frenético de expansão da fronteira agropecuária ao longo da estrada Belém-Brasília. A demanda por energia faz alavancar novos projetos hidrelétricos. Na década de 1980, a estatal Companhia Vale do Rio Doce dará início, no leste do Pará, à exploração de Carajás, hoje a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo. O governo federal buscava assegurar a infraestrutura que viabilizasse a ocupação, construindo estradas e modernizando os sistemas de comunicação e transportes. As obras da Transamazônica foram iniciadas em setembro de 1970.

A justificativa principal dos militares era a integração nacional, mas o traçado da Transamazônica, ligando o Nordeste miserável à Amazônia pobre, não ajudava muito a reforçar os argumentos governamentais. A Transamazônica era algo tão absurdo que até mesmo o ex-ministro Roberto Campos, um dos mentores do modelo de integração da Amazônia, considerou uma futilidade a construção da estrada, criticando duramente a falta de viabilidade econômica

do projeto. Em menos de dez anos a selva reivindicou de volta quase todo o trajeto da Transamazônica (SOUZA, 1993, p.162)

Há aqui algumas trágicas reproduções da lógica de exploração implementada pelos europeus no período colonial. Em primeiro lugar, nota-se um profundo descompromisso com o ambiente natural. Segundo Deborah Lima e Jorge Pozzobon (2001), os projetos agropecuários estimulados e financiados pelo governo militar dão início à formação de extensos domínios privados no interior da Amazônia, que terá consequências sociais e ambientais para a região: esse movimento tinha como base a destruição da cobertura vegetal, pois a área cultivada era obtida por meio do desmatamento em um intenso processo de substituição ecológica³⁴. O projeto minerário de Carajás, por sua vez, produziu efeitos semelhantes aos resultados do avanço português sobre a região amazônica, tais como a transmissão de doenças a grupos indígenas contatados e o deslocamento desses mesmos grupos para áreas que eles desconheciam. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967, se revestiu de um novo caráter civilizatório tendo em vista ter sido pensada como organismo destinado aos trabalhos de “pacificação” (MIRANDA, 2018). Outra semelhança com o empreendimento colonial envolve a evasão financeira. Nesse aspecto, Deborah Lima e Jorge Pozzobon (2001) apontam diferenças entre latifundiários e pequenos agricultores atraídos à Amazônia. Embora ambos contribuam para o desmatamento, o primeiro devasta a floresta através da concessão privilegiada de títulos fundiários e incentivos fiscais por parte do poder público, destinando seus resultados econômicos à sua região de origem. Já o segundo retira a cobertura vegetal buscando realizar benfeitorias na terra apossada na tentativa de garantir o direito de ocupação e assegurar sua produção, que tem caráter doméstico e gera ganhos financeiros que serão aplicados na própria localidade.

O modelo econômico controlado pelo Estado dava maiores vantagens aos empresários na comparação com as comunidades locais. O Decreto-Lei 1.164/1971 tratava sobre as margens das rodovias. Ela concedia em seu artigo 4º plenos poderes ao Conselho de Segurança Nacional para conceder porções de terras devolutas à exploração de indústrias que interessem à segurança nacional em terras devolutas. Enormes áreas foram cedidas a grupos internacionais. Na região sul do Pará, por

³⁴ Deve-se fazer uma observação em termos de escala: a derrubada da mata brasileira se tornou um evento mais expressivo a partir da segunda metade do século XX, tendo avançado em 50 anos o que não havia avançado nos 450 anos anteriores. (CASTRO, 2002, p.174)

exemplo, foram beneficiados grupos como o Sul América, Atlântica-Boa Vista, Peixoto de Castro, Bradesco, Bamerindus, Volkswagen, Atlas, King's Ranch, John Davis, United Steel Corporation, Almeida Prado, Banco Econômico, Lunardelli, Aços Villares, Nixdorf, entre outros. Em 1972, os estrangeiros já possuíam no Brasil 44.644 imóveis rurais com área total de 8.280.424,9 hectares. Somente no estado do Pará, entre 1972 e 1976, por exemplo, enquanto o número de imóveis rurais de propriedade de empresas nacionais diminuiu em 1%, passando de 735 para 729 unidades, o mesmo número em mãos de estrangeiros saltou de 21 para 463. Um crescimento equivalente a 2.104%. O capital internacional passou a ser dono de 1.297.335 hectares de terras paraenses em 1976, ante 9.614,4 hectares quatro anos antes (CHINEM, 1983).

Em 1967, um decreto presidencial redesenhou a Zona Franca de Manaus³⁵, atraindo uma série de indústrias, que passaram a operar as fases finais de montagem e acabamento dos produtos (SOUZA, 1993). Consequentemente, houve uma explosão demográfica na capital amazonense. Indústrias de capital majoritariamente estrangeiro se estabeleceram numa área batizada de Distrito Industrial, onde receberam terrenos a preços irrisórios, totalmente urbanizados, como dificilmente se vê em conjuntos habitacionais voltados para pessoas de baixa renda. A Zona Franca de Manaus respondia de forma completa aos desafios propostos para a Amazônia no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional: estimulava a migração colonizatória, prometia desenvolvimento e melhoria da renda da população local, fomentava a melhoria da estrutura urbana e atraía para o país empresas que se colocavam na linha de frente da tecnologia mundial, reafirmando o compromisso do Brasil em se integrar ao capitalismo internacional e assegurando o alinhamento aos EUA no contexto da Guerra Fria.

2.5 A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO REGIME MILITAR

No desenho ideológico da Doutrina de Segurança Nacional, a comunicação é abordada em diferentes enquadramentos. De um lado, ela aparece associada à estratégia

³⁵ A Zona Franca de Manaus foi concebida inicialmente pela Lei Federal 3.173/1957 sancionada por Juscelino Kubistchek. Com apenas 14 artigos, ela fixou uma área de pelo menos 200 hectares (2 quilômetros quadrados) para sua instalação. O Decreto-Lei 288/1967 irá redesenhar o projeto, alterando e lei anterior e estabelecendo um marco regulatório minucioso ao longo de 50 artigos. O regime militar determinou que a Zona Franca de Manaus não poderia ter uma área inferior a 10 mil quilômetros quadrados.

de inteligência. Como aponta Maria Helena Moreia Alves (1984, p.6), acreditava-se que um planejamento eficaz da segurança interna só seria possível com “um eficiente sistema de coleta de informações sobre as atividades de todos os setores políticos e da sociedade civil”. Esse é o papel que foi assumido pelo SNI, estrutura que dispunha de um conjunto de aparatos de comunicação para ajudar a preparar uma ação ou prevenir um ataque. De outro lado, as telecomunicações também foram cercadas por discursos que a colocavam a serviço da segurança nacional. Escritos da Escola Superior de Guerra apontaram que os meios de comunicação deviam ser acompanhados com atenção, tendo em vista sua capacidade de encurtamento das distâncias, influenciando na conformação do poder político e se constituindo como um instrumento poderoso para alteração de hábitos e costumes. Chega-se a falar na sua capacidade de criar "estados emocionais coletivos", uma vez que, num espaço de tempo muito curto, é possível reverberar uma mensagem em áreas densamente povoadas (GURGEL, 1978, p. 95).

Em 1984, após duas décadas de ditadura, o então ministro das comunicações Haroldo Mattos realizou um balanço das políticas comunicacionais³⁶ em uma conferência ministrada na Escola Superior de Guerra. Ele elenca diretrizes políticas para a comunicação estabelecida pelos militares. Mattos (1985, p.39) atribui ao regime militar a responsabilidade por “integrar o Brasil pelas telecomunicações” e por “levar a radiodifusão às regiões mais distantes do país”. O ministro também inclui no legado o avanço tecnológico: um país que tinha apenas 1,3 milhões de telefones para 74 milhões de habitantes em 1960 teria se transformado numa nação moderna, explorando a informática e a comunicação por satélite. Ele destaca ainda a elaboração dos estudos que subsidiaram a Lei 4.117/1962, que veio a ser conhecida como o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Embora tenha sido aprovado antes do golpe de 1964, Elizabeth Pazito Brandão (2009) aponta a participação decisiva dos militares na elaboração do Código Brasileiro de Telecomunicações. Segundo ela, sua aprovação foi adiante a partir de uma articulação política e um pacto de forças que arregimentou três segmentos da sociedade diretamente interessados em uma legislação para o setor: o dos empresários de

³⁶ Formado na Escola Técnica do Exército (atual Instituto Militar de Engenharia - IME), Haroldo Mattos reunia autoridade para tal balanço, pois esteve na linha de frente da política de comunicação do regime militar desde o primeiro momento, tendo sido presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), entre 1965 a 1967, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), entre de 1969 e 1974. Comandou o Ministério das Comunicações entre 1979 e 1985.

radiodifusão, o da classe política e o dos engenheiros militares. As discussões em torno do projeto de Lei duraram nove anos. Ele havia começado a tramitar durante o governo de Juscelino Kubitschek e chegou até as mãos de João Goulart, que viu o Congresso derrubar seus 52 vetos, o que sinalizava a instabilidade política do momento. Com conhecimento técnico privilegiado sobre o assunto, os militares atuaram junto ao Congresso e vinham defendendo uma organização sistêmica e um planejamento que viabilizasse a implantação de uma infraestrutura de telecomunicações no Brasil. Segundo Brandão (2009, p.12), “eles conheciam em profundidade a tecnologia de comunicações e estavam convictos da importância que representava para o país estatizar as telecomunicações, uma vez que haviam acatado e concordado com as posições defendidas pelos assessores militares”.

Em sua conferência, Haroldo Mattos sustenta que a atuação das Forças Armadas nas discussões em torno do Código Brasileiro de Telecomunicações se deu “considerando a importância das comunicações como fator de interesse da segurança nacional e seu papel vivificador sobre os demais segmentos da sociedade” (MATTOS, 1985, p.12). Retórica similar aparece também na referência à criação do Ministério das Comunicações em 1967, que teria como uma de suas funções primordiais, “promover a implantação dos meios de comunicações com vistas à integração e segurança a nacionais” (MATTOS, 1985, p.14). Como parte do esforço para integrar o país por meio da comunicação, Haroldo Mattos cita ainda a criação de outras estatais: a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em 1965, a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) em 1972 e a Radiobrás em 1975³⁷, além da transformação do Departamento de Correios e Telégrafos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em 1969. Não se tratava apenas de encorpar a estrutura de comunicação do país, mas de conduzi-la diretamente. Alguns números ajudam a traduzir a preocupação central dedicada à comunicação pela ditadura: 68,7% dos cargos disponíveis no Ministério das Comunicações eram militares, enquanto esse percentual era de apenas 12% considerando todas as estruturas do governo (MATHIAS apud PIERANTI, 2007). Esse predomínio também se repete no Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), órgão instituído pelo Código Brasileiro de Telecomunicações que dispunha de mecanismos para operacionalizar a política nacional do setor. De 1962 a 1967, todos os seus presidentes foram militares, o mesmo correndo na Embratel e na Telebras.

³⁷ A Radiobrás foi criada por meio a Lei Federal 6.301 de 15 de dezembro de 1975.

Embora atribuísse ao Estado a responsabilidade pela implantação e operação dos serviços públicos de telecomunicações, o Código Brasileiro de Telecomunicações assegurou a continuidade da existência da radiodifusão privada, mediante outorga e reservada unicamente a brasileiros natos. (Que se faça aqui um parêntese para esclarecer esse ponto: as telecomunicações designam geralmente todo o conjunto de atividades que possibilita a oferta de transmissão ou recepção, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, seja por fio, por ondas hertzianas, por meios ópticos ou por qualquer outro processo eletromagnético. Por sua vez, a radiodifusão consiste especificamente na transmissão ou recepção de imagens ou sons por meio de ondas hertzianas. É um serviço de recepção livre e gratuita pelo público em geral. Os pioneiros decretos 20.047/1931 e 21.111/1932, editados por Getúlio Vargas, conferiram à União a competência exclusiva pelos serviços de radiodifusão, podendo ser autorizado que empresas privadas nacionais os assumam mediante outorga³⁸).

Tendo em vista a limitação estrutural e orçamentária do Estado brasileiro e a boa relação que possuíam com os donos das principais emissoras de televisão, não havia razão para que os militares alterassem essa opção. Ao contrário, consideravam a mais adequada para cumprir quatro objetivos: integração nacional, desenvolvimento nacional, segurança nacional, e difusão da informação, educação e cultura (MATTOS, 1985). A expansão e interiorização da radiodifusão como principal estratégia de integrar o país se traduziu numa política de concessões que atendia interesses de políticos e de donos das principais redes de rádio e televisão. Ao mesmo tempo, foram abertas linhas de crédito para que a população em todo o país pudesse adquirir aparelhos televisores e, para estimular o desenvolvimento das emissoras privadas, foram reduzidas as alíquotas para exportação de equipamentos. Nesse cenário, a Radiobrás surge com um caráter suplementar. Cabia a ela gerir a TV Nacional, sediada em Brasília, e diversas rádios vinculadas ao governo federal: com o crescimento gradativo, ela chegou a controlar 38 emissoras, número que foi se reduzindo ao longo do tempo (PIERANTI, 2016). Conforme assinala Haroldo Mattos, a função da nova empresa era:

³⁸ Esse tratamento legislativo diferenciado da radiodifusão, presente ainda nos dias atuais, e o processo de privatização dos serviços de telefonia encampado pelo país já na década de 1990 acabaram por gerar uma ambiguidade no conceito de telecomunicações. Eventualmente, inclusive no âmbito jurídico, ele aparece de forma mais restrito, delimitando serviços privados que envolvem, por exemplo, telefonia, internet e uso de satélites. Quando usado dessa forma, as telecomunicações não abarcam a radiodifusão, como em seu significado original.

Realizar a emissão de programação educativa; produzir e difundir programação informativa e de recreação; e levar a radiodifusão a áreas não servidas pela iniciativa privada, propiciando a cobertura necessária para atender sobretudo as regiões de baixa densidade demográfica e reduzido interesse comercial e as localidades julgadas estrategicamente importantes para a integração nacional. (MATTOS, 2009, p.15)

O ministro arremata: “onde a atratividade para o exercício da atividade empresarial privada for destituída de significado, a Radiobrás estará presente” (MATTOS, 1985, p.57). É seguindo essa diretriz que as transmissões em ondas curtas da Rádio Nacional da Amazônia têm início em 1977. Sob a estrutura da Radiobrás, encontravam-se também outras emissoras que tinham trajetória mais antiga como, por exemplo, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, fundada em 1936, e a Rádio Nacional de Brasília, fundada em 1958. O ministro das comunicações, no entanto, sinaliza que o principal alvo do regime com a radiodifusão estatal não eram as capitais do país.

O papel mais importante desempenhado pela empresa é a programação para a Amazônia. Em tom coloquial, mantendo permanente diálogo com os ouvintes, a rádio cumpre papel educacional e social. Temas agrícolas, de medicina, de higiene, de preservação ecológica, são diariamente levados ao ar com grande aceitação. (MATTOS, 1985, p.57)

Em junho de 1977, a Radiobrás suspendeu temporariamente seus serviços internacionais: desde 1972, a chamada Rádio Nacional do Brasil transmitia em ondas curtas para o exterior. A paralisação se deu com o objetivo de reorganizar a equipe diante da nova orientação do regime militar: dar atenção prioritária para a Amazônia. Nesse contexto, nasceu o Núcleo de Programação para a Amazônia (Nupa), formada inicialmente por 30 profissionais, sob a direção de Rita Furtado (PAIXÃO, 2019). Natural de Campos dos Goytacazes-RJ e formada em jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), Rita Furtado assume a função de superintendente da Radiobrás na região amazônica desde a criação da empresa em 1975 e se manteve na sua gestão até 1982, ano em que se elegeu deputada federal por Rondônia. Exerceu dois mandatos deixando a Congresso em 1991. Durante sua vida parlamentar, integrou ainda a Assembleia Nacional Constituinte. Em votações decisivas, se colocou a favor da pena de morte, do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Manifestou-se contra a limitação do direito de propriedade privada, o mandato de segurança coletivo, a estabilidade no emprego, a remuneração 50% superior para a horas-extras de trabalho, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis

horas, a pluralidade sindical, a nacionalização do subsolo, a estatização do sistema financeiro e a criação de um fundo de apoio à reforma agrária (ABREU, 2010).

**O BRASIL
INVADE A
AMAZÔNIA.**

Em 1º de setembro, muito brasileiro escutou pela primeira vez na vida uma rádio brasileira.

A Rádio Nacional de Brasília começou a transmitir para toda a região amazônica, em ondas curtas, faixa de 25 m, frequência de 11.780KHz.

Foi a retomada do que é nosso.

Um terço do Brasil, que só ouvia espanhol, inglês, francês etc., passou a ouvir o Brasil.

Ouvir, conhecer, sentir, contar, amar.

Milhares de brasileiros se encontraram com milhares de brasileiros, através do rádio.

Passaram a conversar, trocar ideias, contar suas histórias, seus problemas, suas esperanças.

Agora, todos os dias, das 16 às 21 horas, a região toda é invadida por uma

programação popular, comunicativa, inteligente e profundamente nacional.

Cada brasileiro da Amazônia pode participar dos programas, informando, dando o seu recado, fazendo amigos em todos os cantos da região.

Alguma coisa de novo

no ar da mesma região amazônica, além das ondas de corrente e das emissões estrangeiras.

É a reconquista de um fantástico espaço geográfico e cultural que pertence aos brasileiros por direito histórico.

É a retomada do que é seu.

RADIOBRÁS

Figura 06: Anúncio da Radiobrás veiculado no Jornal O Globo de 09/11/1977.

Falecida em 2011, Rita Furtado era casada e teve duas filhas com Rômulo Vilar Furtado, um funcionário do setor público de comunicações com papel ativo no desenvolvimento da telefonia, telex, televisão e serviços postais no Brasil. Construindo bom trânsito nas esferas governamentais do regime militar, ele ocupou postos de destaque até ser alçado à secretaria-geral do Ministério das Comunicações em 1974, durante o governo de João Figueiredo (DANTAS, 2004). Permaneceu como número 2 na pasta até 1990, uma vez que foi mantido na função por José Sarney, o primeiro presidente civil após a ditadura.

Após não conseguir se reeleger como deputada federal em 1990, Rita Furtado passou a atuar em meios de comunicação de rádio e televisão em Rondônia tendo sido durante alguns anos apresentadora de programas na TV Allamanda. Trata-se de uma retransmissora do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), vinculada ao Grupo Rondovisão, criado por Rita e Rômulo. A família do casal possui outorga de retransmissoras de televisão em diversas cidades do estado, além de diferentes emissoras de rádio. Em 1995, uma reportagem da Folha de São Paulo abordou essa situação da seguinte forma:

O maior exemplo de que a alta burocracia se aproveitou da avalanche de concessões no governo José Sarney (1985-90) é o ex-secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Rômulo Villar Furtado, proprietário de oito emissoras de rádio e de cinco de TV. Furtado, foi por 16 anos o segundo homem na hierarquia do Ministério das Comunicações (1974-90), como secretário executivo, é sócio de uma emissora de TV no Estado do Rio e dono da Rede Rondovisão, de Rondônia, composta de oito rádios e quatro emissoras de televisão. O nome de Villar Furtado não aparece no cadastro do Ministério das Comunicações como titular de nenhuma emissora em Rondônia, mas o fato é assumido nas propagandas institucionais do grupo, que usa o slogan "Rondovisão - Organizações Rômulo Furtado". (LOBATO, 1995)

Ao mesmo tempo em que a Radiobrás contribuiu para projetar Rita Furtado como nome forte da política e da mídia de Rondônia, ela cumpriu as expectativas do regime militar de levar a radiodifusão à Amazônia. Sua voz se tornou conhecida na região e o sucesso de audiência, auferido através do volume de correspondências e pela sua própria eleição, reforçava a narrativa em torno do processo de integração nacional. Em discursos proferidos nos anos de 1983 e 1984 já como deputada federal, Rita destacava da seguinte forma o papel da emissora:

Senhores, as atividades da Radiobrás, principalmente da Região Amazônica, dado o seu cunho de pioneirismo, merecem os nossos elogios mais calorosos. Pois quem conheceu, como nós, a região amazônica antes do advento da Radiobrás e a percorre agora e conversa com seus habitantes, tem a certeza de que os tempos mudaram. Hoje a Amazônia ouve o Brasil e o Brasil ouve a Amazônia na central de produção da Radiobrás, onde dezenas de pessoas trabalham diariamente para responder a cerca de 60 mil cartas mensais vindas dos ouvintes que encontram nas emissoras do sistema Radiobrás um eco para suas queixas, dúvidas, perguntas e reivindicações. Senhores, as emissoras Radiobrás cumprem de forma inequívoca e indiscutível a tarefa que lhes foi reservada levar a informação precisa e honesta aos amazônidas, respeitar as peculiaridades culturais da região e, principalmente, apoiar o habitante da região nas suas atividades econômicas, sociais e culturais. (BRASIL, 1983, p.12.486)

Ali, o radialista acrescenta às suas funções normais os papéis de correio, ao receber e transmitir mensagens de e para pessoas nos locais mais remotos nos rincões da selva; de agente da saúde pública, divulgando e até coordenando campanhas como as de vacinação; colaborando com a defesa civil, enfim, transformando-se em agente ativo tanto na solução de problemas, como no auxílio ao desenvolvimento da região. (BRASIL, 1984, p.10.774)

2.6 EXPLORANDO AS ONDAS CURTAS

A radiodifusão funciona a partir da emissão de ondas de radiofrequência que são captadas por aparelhos receptores, os rádios. São também conhecidas como ondas hertzianas, em referência ao alemão Heinrich Hertz que demonstrou sua existência experimentalmente. Sua propagação se dá pelo espectro eletromagnético, por onde também transitam outras ondas que variam em frequência e comprimento de onda: raios gama, raios-x, ultravioleta, luz visível, infravermelho e micro-ondas. As ondas de rádio estão compreendidas entre 30 KHz e 3 GHz. Não é, portanto, um espaço infinito, o que faz com que os países adotem medidas regulatórias em torno do seu uso. No Brasil, o espectro eletromagnético é de propriedade da União e pode ser explorado diretamente pelo Estado ou mediante delegação a entidades públicas e privadas por meio de um dos três instrumentos de outorga previstos na Constituição de 1988: concessão, permissão ou autorização³⁹. Para tanto, é preciso preencher os requisitos legais. Segundo as mudanças implementadas pela Emenda Constitucional 36/2002, atualmente as empresas devem ter pelo menos 70% do capital total e do capital votante pertencente a brasileiros, sejam eles natos ou naturalizados. Conforme o Decreto 52.795/1963, as concessões de serviços de rádio possuem validade de 10 anos, e os serviços de televisão, 15 anos.

Nos dias de hoje, ouvintes que vivem em áreas urbanas e populosas estão habituados a sintonizar em seus rádios as estações de AM (Amplitude Modulada) e de FM (Frequência Modulada). Embora o desenvolvimento tecnológico prometa cada vez mais amenizar as diferenças entre elas, a qualidade do áudio ainda é um fator que permite identifica-las. A FM, situada entre 76 e 108 Megahertz (MHz), está inserida nas faixas de frequência muito alta (VHF na sigla para Very High Frequency). Elas

³⁹ A diferença entre concessão e permissão diz respeito ao alcance das emissões: emissoras de televisão e de rádio nacionais são concessionárias, enquanto locais são permissionárias. A figura da autorização, geralmente aplicada aos serviços de radiodifusão comunitária, é objeto de acirradas controvérsias doutrinárias. (PIERANTI; WIMMER, 2009)

oferecem um som estéreo e mais limpo de ruídos. Por outro lado, a AM usa a faixa de Ondas Médias (OM), correspondente ao intervalo entre 525 e 1705 Quilohertz (KHz), que propicia um sinal de maior alcance, podendo cobrir regiões maiores. Exatamente pelas diferentes características, a opção por utilizar uma ou outra faixa pode estar relacionada com a estratégia de cada emissora, além das condições materiais de cada momento histórico. Embora as primeiras estações FM no Brasil tenham surgido na década de 1950, os receptores capazes de captar esses sinais demoraram a se popularizar. Mas nos anos 1980, já era realidade a farta disponibilidade desses equipamentos no mercado. Como resultado, a ampliação do número de canais por meio da FM foi acompanhada da segmentação da programação das emissoras (HAUSSEN, 2004).

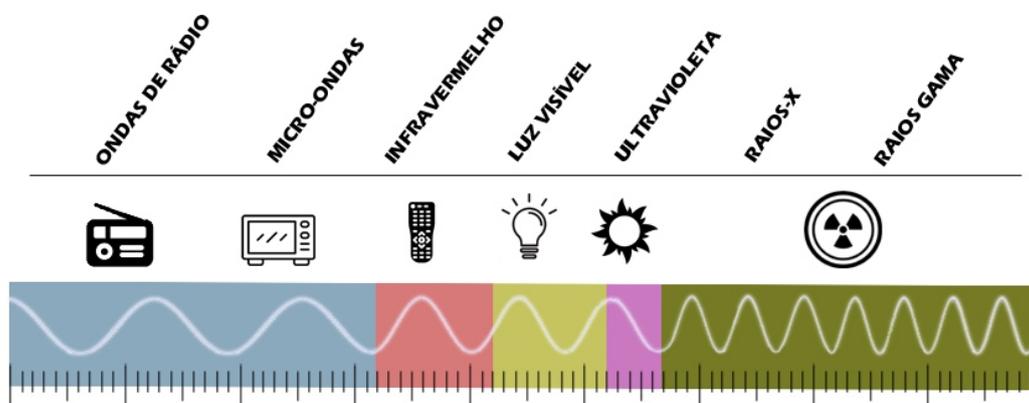


Figura 07: Organograma de representação do espectro eletromagnético

A Rádio Nacional da Amazônia, porém, utiliza outra faixa do espectro. Dada o alcance limitado do AM e do FM, seu projeto só faria sentido se apoiando na exploração das Ondas Curtas (OC, ou SW na sigla em inglês para Short Wave). Através delas, é possível abarcar uma região tão vasta quanto à Floresta Amazônica e chegar até localidades isoladas, onde vive boa parte de seus ouvintes. As ondas curtas possuem frequência entre 5.950 KHz e 26.100 KHz.

O rádio nasceu com demonstrações de envio de sinais por longas distâncias. Em 1901, Guglielmo Marconi fez uma transmissão transatlântica unilateral, evento que se fixou como um dos marcos nas origens da radiodifusão. Sinais de código morse foram enviados da Inglaterra para St. John's, na ilha de Newfoundland, que hoje integra o Canadá. Apesar de comprovar a possibilidade técnica de envio de sinais por longas distâncias, Marconi não via o rádio como um meio para distribuir mensagens a grandes

massas (BRIGGS; BURKE, 2006). A radiodifusão surgiu inicialmente atrelada à telegrafia sem fio (radiotelegrafia) e novas possibilidades seriam descobertas com o desenvolvimento das experiências de transmissão da voz humana. Mas antes disso, uma vasta comunidade já estava mobilizada formando conexões internacionais por ondas curtas.

O potencial só se tornou evidente para a maioria das pessoas, e também para especialistas que falavam como autoridades sobre o assunto, quando o rádio entrou nas casas, primeiro nos Estados Unidos e depois na Grã-Bretanha e na Holanda. No entanto, antes que novas instituições tivessem sido criadas para oferecer "programas", uma rede amadora de entusiastas do rádio, conhecidos como "radioamadores", havia formado conexões nacionais e internacionais; a maioria dos radioamadores usava código Morse. (BRIGGS; BURKE, 2006, p.157)

Explorar potencialidades das OC se tornaria, na primeira metade do século XX, um hobby capaz de mobilizar o fascínio de amantes do rádio em todo o mundo. Uma comunidade internacional se formou em torno do radioamadorismo e grupos foram organizados por pessoas habilitadas e licenciadas pelas autoridades de telecomunicações para a intercomunicação e estudos técnicos sem fins lucrativos⁴⁰. Além disso, existem os dexistas, palavra que faz referência à sigla DX (D de distância e X que seria um símbolo de desconhecido). São pessoas que mobilizam seus conhecimentos técnicos e cálculos de propagação para tentar sintonizar estações de países distantes (ROMAIS, 1994). Uma cultura de radioescuta se estruturou em torno dessa prática: os dexistas enviam às emissoras seus relatórios de escuta e recebem de volta o QSL (Qualified Shortwave Listener), um cartão postal que confirma o contato. Eventualmente são enviados também brindes, publicações e instruções para concorrer a prêmios, o que inclui viagens internacionais. Os dexistas esforçam-se sempre em sintonizar novas estações para ampliar suas coleções de QSL e também contribuíram para moldar a cultura de correspondência entre ouvintes e emissoras de ondas curtas: havia sempre a expectativa de suas cartas serem reportadas ao vivo. Além disso, eles possuem comunidades muito organizadas onde trocam informações sobre o que se passa no

⁴⁰ O radioamadorismo possui hoje legislação nacional e internacional que regula as condições de uso e as frequências de rádio destinadas à atividade que obrigatoriamente devem ser seguidas pelos praticantes, chamados de radioamadores. A primeira iniciativa desse tipo se deu nos Estados Unidos, por meio da Lei do Rádio de 1912, que restringiu mensagens radioamadoras para cumprimentos de onda de 200 metros ou menos. (BRIGGS; BURKE, 2006). No Brasil, a ANATEL regulamenta o serviço por meio da Resolução nº 449/2006.

mundo, com base nas notícias ouvidas nessas radioescutas. Essa cultura de troca de correspondências parece ter atravessado todo o universo de emissoras de OC. Em 1948, a Rádio Jornal do Commercio, de Pernambuco, se tornou a primeira estação brasileira a transmitir para o exterior no idioma inglês. O serviço de ondas curtas da emissora foi interrompido em 1984. “Mesmo depois de encerrar o programa em inglês, a Jornal do Commercio continuou recebendo cartas de várias partes do mundo” (ROMAIS, 1994, p.62).

Conforme narra Célio Romais (1994), as primeiras transmissões em OC se deram em 1927 a partir da Holanda. Em 1930, a Alemanha passou a realizar testes e, em 1932, a britânica BBC e a italiana Rádio Roma deram os primeiros passos de seus serviços. A transmissão por estas faixas, assim como no caso do AM e do FM, também está associada a uma opção estratégica das emissoras. Pelo seu alcance geográfico, já na primeira metade do século XX, ela foi sendo ocupada por estações internacionais, muitas vezes estruturadas ou apoiadas pelos governos, que transmitiam programação para o exterior com o intuito de divulgar sua cultura nacional ou de manter contato com expatriados. Essas emissoras criaram programas multilíngues. Ainda que cada país buscasse regular a utilização do espectro eletromagnético dentro de seu território, as OC escapam de um controle rígido, em certa medida pela falta de recursos tecnológicos: a ideia de inviolabilidade das nações seria desmoralizada pelas principais potências mundiais em tempos de conflitos militares e disputas ideológicas (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1987).

Atualmente, é possível ouvir no Brasil programação em língua portuguesa de emissoras como a Rádio Havana, de Cuba; a Rádio Internacional, da China; a Rádio BBC, do Reino Unido; a Rádio Exterior, da Espanha; e a Rádio Romênia, da Romênia. Elas difundem músicas e conteúdos sobre história, cultura, folclore e cotidiano de seus países, bem como noticiam acontecimentos nacionais e internacionais. Em algum nível, não deixam de refletir a atmosfera ideológica de cada nação. A Rádio BBC, por exemplo, se apresenta como divulgadora dos valores britânicos.

O Serviço Mundial de Rádio da BBC estabeleceu sua reputação há muito tempo, inclusive em outros países, e seu serviço de televisão tinha capacidade de competir, em qualquer lugar para onde pudesse ser transmitido, com a CNN ou qualquer outro rival global. Um comunicado de maio de 2004 referia-se ao fato de ela ser uma expressão dos "valores britânicos da

abertura, imparcialidade e diversidade de visão". Ela construía pontes "num mundo inseguro". (BRIGGS; BURKE, 2006, p.321)

O uso das faixas de ondas hertzianas do espectro eletromagnético também é pactuado internacionalmente no âmbito da União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência da ONU que se dedica, entre outras questões, à elaboração de normas para o uso eficaz das radiofrequências.⁴¹ As ondas curtas costumam ser classificadas em oito faixas de metros – 11, 13, 16, 19, 25, 31, 41, 49 – que devem ser utilizadas segundo um mapa de zonas. Os 49 metros, por exemplo, englobam as frequências entre 5.950 e 6.200 kHz. O mesmo ocorre com as ondas tropicais (OT), uma faixa que, em muitos países, também é designada como ondas curtas. Elas oferecem viabilidade técnica para transmissões de boa qualidade entre os trópicos de Capricórnio e de Câncer. Divididas geralmente em quatro faixas de metros – 60, 75, 90 e 120 –, também possuem um alcance superior ao AM e FM, embora inferior ao obtido nas faixas de OC.

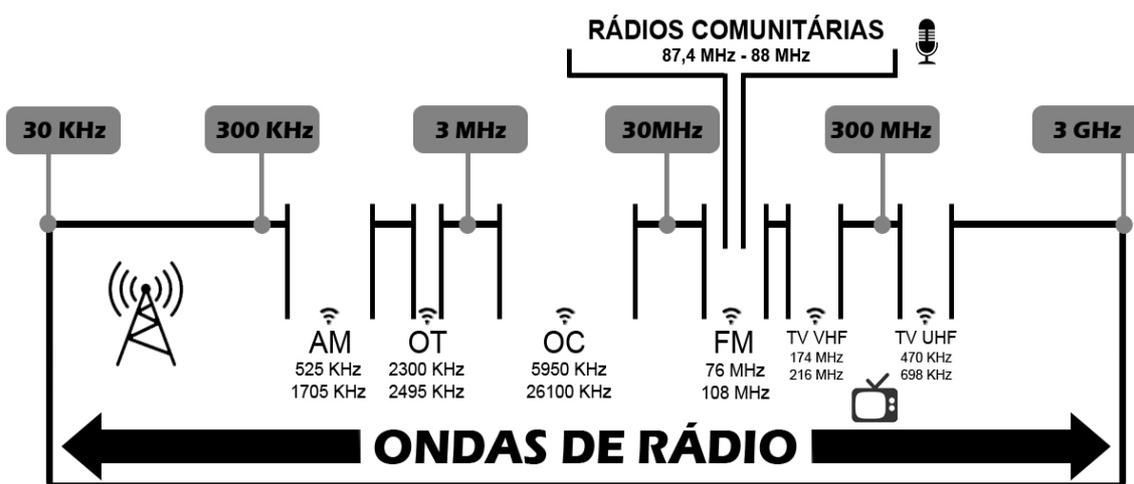


Figura 08: Representação da divisão do espectro conforme a Resolução 721/2020

O sinal de OC é emitido em direção à ionosfera, quando ela então retorna à superfície terrestre. Nesse movimento, atinge geralmente uma distância entre 2 mil e 4 mil km, podendo chegar ou até superar os 8 mil km dependendo da altura que alcançar. Nenhum outro serviço de radiodifusão consegue transmitir a tal extensão. Por essa razão, é a melhor alternativa quando se deseja cobrir grandes áreas. Por outro lado,

⁴¹ Criada em 1865, a UIT atua na garantia da conectividade internacional em redes de comunicação, tratando de temas vinculados ao espectro de radiodifusão, às órbitas de satélite, aos padrões técnicos que asseguram a interconexão das redes mundiais. Em 1947, a recém-criada ONU a incorporou como sua agência especializada em telecomunicações. Em 1992, a Constituição e Convenção da UIT foi aprovada em Genebra, na Suíça. O Brasil a promulgou por meio do Decreto 2.962/1999.

trata-se de um sinal frágil e instável. Ele pode sofrer interferências de fenômenos eletrostáticos, inclusive a partir do funcionamento de outros aparelhos como televisão, liquidificadores, lâmpadas fluorescentes e computadores. A depender do tempo, o sinal cai. A sintonia pode ser prejudicada pela chuva. Pode haver variações ao longo do dia, pois os raios solares atuam diretamente sobre a ionosfera. Assim, a posição do sol interfere na propagação das ondas. E nesse intervalo entre os 5.950 KHz e os 26.100 KHz, cada faixa também possui comportamentos particulares: algumas são melhor ouvidas pela manhã e outras à tarde, sendo o período noturno o horário de melhor sintonia para a maioria delas.

Apesar da instabilidade técnica, as OC integram regularmente o cotidiano de muitas populações ao redor do mundo que vivem em áreas rurais e isoladas: extrativistas, moradores de comunidades ribeirinhas ou cidades pequenas, indígenas, caminhoneiros que transitam por estradas longínquas. Ao mesmo tempo, há um verdadeiro desconhecimento das novas gerações urbanas sobre estações que operam nessas faixas já que os aparelhos têm saído de fábrica com capacidade apenas para sintonia AM e FM. Ainda assim, dados do governo brasileiro de 2015 registram 134 concessões válidas para exploração de ondas curtas e tropicais⁴². Há emissoras educativas e comerciais ainda na ativa que começaram sua trajetória bem antes da Rádio Nacional da Amazônia. As transmissões do campeonato paulista de futebol da Rádio Bandeirantes de São Paulo, por exemplo, já eram ouvidas em outros países em 1957 (ROMAIS, 1994).

Os investimentos na Radiobrás, no entanto, permitiram que ela desenvolvesse a estrutura mais robusta do Brasil para transmissão em ondas curtas. O Parque Rodeador, inaugurado no Distrito Federal em 1979, é ainda hoje o maior complexo de antenas e transmissores de alta potência de radiodifusão em OM e OC da América Latina e o quinto maior do mundo, segundo divulga a EBC⁴³. Ali estão instalados conjuntos de torres que chegam a atingir 147 metros de altura.

Nos círculos militares de todo o mundo, o potencial estratégico das ondas curtas já era reconhecido pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial. Essa faixa do espectro

⁴² Informações públicas disponibilizadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações via Lei de Acesso à Informação - Pedido 53850001151201525

⁴³ Informações disponíveis no portal eletrônico da EBC <<http://www.ebc.com.br>>. Acesso em junho de 2021.

foi largamente utilizada na comunicação entre nações, na difusão de mensagens ideológicas e também na veiculação de conteúdo que buscava confundir países adversários (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1987). As ondas curtas também possibilitavam a comunicação com navios militares que navegavam em águas distantes. O rádio foi intensamente usado pelos dois grupos de países envolvidos no conflito - os Aliados e o Eixo - como instrumento de propaganda e comunicação em código. Sônia Virgínia Moreira (1998) aponta que as comunicações em ondas curtas se popularizaram em decorrência do trabalho de correspondentes estrangeiros que buscaram formas de fazer chegar ao mundo as últimas notícias sobre o conflito.

A programação da Radiobrás para a Amazônia foi sendo implementada aos poucos em 1977. Começou com uma programação experimental entre 15h às 19h, quando então começava a Voz do Brasil, diário noticioso estatal de uma hora produzido desde 1935 e de retransmissão obrigatória por todas as emissoras⁴⁴. Entre as primeiras atrações estavam: Alfabeto Musical, Pergunte o Que Quiser, Alma das Coisas e Cantigas de Toda Gente. As transmissões foram identificadas inicialmente como “Rádio Nacional de Brasília, programação da Amazônia”. (PAIXÃO, 2019). Para tanto, foi ocupada a frequência de 11.780 KHz na faixa de 25 metros, curiosamente próxima à frequência de 11.760 KHz usada pela Rádio Havana, de Cuba.

Os militares e aliados do regime não escondiam o receio dos conteúdos transmitidos por emissoras estrangeiras. As que mais preocupavam eram aquelas atreladas aos governos de países do bloco comunista: Rádio Moscou (União Soviética), Rádio Tirana (Albânia), Rádio Havana (Cuba) e Rádio Pequim (China), todas com transmissão em língua portuguesa. Sabe-se que militantes que participaram da Guerrilha do Araguaia⁴⁵, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na divisa entre Pará e Goiás (hoje Tocantins), ouviam coletivamente essas emissoras. Relatos sobre

⁴⁴ Criado durante o governo de Getúlio Vargas como Programa Nacional e renomeado como Hora do Brasil em 1938, assume finalmente o nome de Voz do Brasil em 1962. Mais recentemente, Lei Federal 13.644/2018 flexibilizou a veiculação: as emissoras tem agora autonomia para retransmiti-lo no horário que julgar mais conveniente, na janela que vai de 19h às 22h.

⁴⁵ Embora os grupos dedicados à luta armada urbana contra a ditadura tenham se voltado principalmente para capitais do Sudeste, a mais relevante incursão no campo se deu na Amazônia. A Guerrilha do Araguaia se inicia em 1967 com o envio dos primeiros militantes para a região. Foram necessárias três incursões militares, entre 1972 e 1974, para debelar o grupo. Nessas ofensivas, não apenas os guerrilheiros foram mortos ou detidos, como também os camponeses foram alvos: muitos foram assassinados por colaborarem com a guerrilha e outros que viviam na região foram presos e severamente torturados para que oferecessem informações sobre o paradeiro dos militantes comunistas. (MECCHI, 2012).

essa prática aparecem meio às memórias dos sobreviventes. “Após os programas, havia um pequeno debate e troca de opiniões sobre os principais acontecimentos nacionais e internacionais” (MECHI, 2012). Informações sobre a existência da própria guerrilha chegaram a ser noticiadas pela Rádio Tirana. A britânica BBC também incomodou o regime militar quando divulgou, em transmissões de ondas curtas, relatórios sobre o desrespeito aos direitos humanos, notícias sobre tortura e desaparecimento de presos. (MOREIRA, 1998).

A existência de uma sólida audiência na Amazônia que ouvia essas emissoras estrangeiras, no entanto, é algo duvidoso. Não existem estudos que atestaram tal fato. De toda forma, a preocupação com essa suposta audiência aparece de forma reiterada em documentos oficiais e em discursos públicos de integrantes e aliados do regime como na manifestação do então senador e ex-ministro do Trabalho e da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, durante saudação à Rádio Nacional da Amazônia na programação de aniversário de 10 anos da emissora.

Jarbas Passarinho: A Rádio Nacional da Amazônia representou praticamente um resgate da nossa nacionalidade. Eu que vivi grande parte da minha vida na Amazônia, ficava profundamente triste que a noite a gente só ouvíamos estações estrangeiras. BBC, Voz da América, Rádio de Moscou, Rádio Sirena, Rádio de Havana. E a nossa população não tinha notícias do que ocorria no Brasil se não através de notícias fabricadas e plantadas através das estações estrangeiras (...) É um trabalho patriótico, que merece o mais ardoroso aplauso. (PROGRAMAÇÃO ESPECIAL, 1987)

Esse discurso também era comum entre profissionais. Ainda antes do surgimento da Rádio Nacional da Amazônia, a primeira transmissão ao vivo direto da região se deu em 1971 para a Rádio Nacional de Brasília. O repórter da Radiobrás que protagonizou o momento, Fernando Augusto, também foi convidado para dar um depoimento à emissora na marca dos seus 10 anos. Ele cumprimenta à apresentadora da seguinte forma:

Fernando Augusto: Eu quero inicialmente trazer a você o meu abraço pelo pique bonito de festa que você está levando a essa gente maravilhosa da Amazônia que prestigia o trabalho dessa casa, que levou a voz do Brasil realmente aquele interior. Até então ninguém ouvia Brasil naquela região. Ouviam Cuba, ouviam Moscou, ouviam os Estados Unidos, mas agora o Brasil está presente graças ao trabalho dessa emissora. (PROGRAMAÇÃO ESPECIAL, 1987)

São manifestações alinhadas com o pensamento de quem participou ativamente do processo de criação da Rádio Nacional da Amazônia. Em discurso proferido em 1983 como deputada federal, Rita Furtado destacava da seguinte forma o papel da emissora:

Nossos compatriotas da Amazônia viviam isolados do restante do País. A região era até então bombardeada por emissões de rádios estrangeiras que divulgaram, na maioria dos casos, informações contrárias ao interesse do governo e da soberania nacional. A Radiobrás chegou à região exatamente a 1º de setembro de 1977 através das ondas curtas da Rádio Nacional da Amazônia, para integrar, educar, informar e entreter nossos irmãos amazônidas, até então sem opção de ouvir transmissões brasileiras, sem opção de saber o que acontecia em sua própria região e em seu país. Assim que muitas vezes localidades que à época se constituíam em grande desafio, por serem de difícil acesso e sem interesse comercial, tais como São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, Cruzeiro do Sul, no Acre, e São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, apenas para citar alguns exemplos. (BRASIL, 1983, p.12.486)

Diante do sucesso medido pela intensa correspondência, novas atrações foram planejadas e a programação cresceu rapidamente. Em 1978, já havia 19 atrações e 9 horas diárias de transmissão (PAIXÃO, 2019). Surgiu nessa época, por exemplo, o programa Mundo Mulher, o primeiro direcionado ao público feminino. A inauguração dos novos equipamentos do Parque Rodeador em 1979 permitiu ampliar a cobertura, com as transmissões ocupando também a frequência de 6.180 KHz, na faixa de 49 metros. No início da década de 1980, os ouvintes já podiam absorver 17h de conteúdo, entre 6h e 23h.

É importante destacar, porém, que o empreendimento amazônico da Radiobrás foi além das ondas curtas. Paralelamente, eram operadas emissoras em localidades estratégicas para ampliar o alcance da cobertura. A Rádio Nacional de Porto Velho, por exemplo, contava com uma estação com potência de 50 kW para transmissão em OT a partir da capital de Rondônia. Manaus também abrigou uma emissora em OT. Outras cidades como Alta Floresta, Sinop, Tefé, Macapá, Cruzeiro do Sul, Boa Vista, São Félix do Araguaia, São Gabriel e Tabatinga tinham emissoras AM e FM que retransmitiam total ou parcialmente a programação da Rádio Nacional da Amazônia.

A Radiobrás manteve ainda seus serviços internacionais da Rádio Nacional do Brasil até 1990: a emissora levava ao ar programas em inglês, espanhol, francês, alemão e português, de uma hora de duração cada. Ao todo, a Radiobrás chegou a ter 38 emissoras de rádio em AM, FM e OC (PIERANTI, 2016). Este número foi se reduzindo

com o tempo. Dez anos após a entrada no ar da Rádio Nacional da Amazônia, a Radiobrás ainda contava com um total de 33 emissoras de rádio, além de 5 emissoras de televisão e 2 repetidoras de televisão (BRASIL, 1987). Daí em diante, o enxugamento foi mais acelerado. Apenas o Decreto 95.955/1988 autorizou a empresa a alienar 14 emissoras de rádio.

2.7 UMA NOVA DIRETRIZ

Ainda que com experiências que estão associadas a peculiaridades sociais, históricas e econômicas de cada país, existem em boa parte do mundo veículos de mídia bancados com recursos públicos, mas organizados com base em mecanismos que buscam assegurar alguma autonomia diante de governos. Quando o Brasil saiu do regime militar, essa não era uma realidade concreta no país. Como legado, a ditadura deixou uma Radiobrás atrelada aos interesses do executivo. A estatal também servia de referência para a radiodifusão financiada com recursos estaduais, embora pudessem existir casos pontuais de veículos custeados pelo orçamento público que gozassem de algum grau de independência. Articular e resgatar experiências deste tipo dispersas na historiografia brasileira foi um desafio encampado pelas forças sociais que buscaram amplificar a pauta da democratização da mídia em meio ao processo de redemocratização. Esse esforço culminaria na criação da EBC em 2007. Vinte anos antes, uma articulação entre movimentos da sociedade civil, acadêmicos e políticos que fizeram oposição ao regime militar se mobilizam para fazer da Assembleia Constituinte de 1987 um novo espaço para se pensar uma coexistência democrática de diferentes modelos de comunicação. Ainda que o texto final aprovado tenha frustrado muitas das expectativas dos setores envolvidas nessa articulação, o capítulo de comunicação da Constituição de 1988, no artigo 223º, vinculou a radiodifusão ao “princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”. A inclusão do dispositivo fornecia uma base para se ampliar a reivindicação por uma nova estrutura para a comunicação pública brasileira.

Quando se fala em comunicação pública, é comum se referir às experiências de dois países que se fixaram como paradigmas: o Reino Unido e os Estados Unidos. De um lado, a British Broadcasting Corporation (BBC) e, de outro, a Public Broadcasting

Service (PBS). São perspectivas bastante distintas, construídas e consolidadas em processos longos atrelados à história nacional de seus países. Fundada em 1922, a BBC é uma corporação pública de rádio e televisão no Reino Unido. Atualmente oferece dez canais de TV nacionais e dez emissoras radiofônicas nacionais. Alguns deles são dedicados a um gênero de conteúdo – música, documentários, esportes, notícia – e outros segmentados com intuito de delimitar a audiência – visando, por exemplo, o público jovem. Há ainda serviços regionais e internacionais, além daqueles oferecidos pela internet. Somente em rádio, são 40 emissoras locais. Em 2003, o objetivo da empresa foi assim descrito pelo jornalista Lúcio Mesquita, então diretor para as Américas do Serviço Mundial da BBC.

Produzir uma gama de programas e serviços, livres de interesses comerciais e de tendências políticas, e em diversas plataformas. A BBC busca ser mais o abrangente possível, para fazer jus a sua missão de serviço público. A população britânica é servida pela BBC via rádio, televisão, internet ou qualquer outro meio relevante. Semanalmente, mais de 90% dos britânicos utilizam algum produto da BBC. (MESQUITA in CARMONA, 2003, p.28)

A existência da BBC está baseada em uma carta régia aprovada a cada 10 anos pelo parlamento, na qual se definem os princípios básicos do seu caráter público. Um conselho curador, formado por 12 representantes da população e liderado por um presidente, controla os padrões e as operações da corporação. Seus membros, com atuação em setores tão variados como a diplomacia, a cultura e o sindicalismo, são indicados pela Rainha atendendo a recomendação do Ministério da Cultura. Os nomes também precisam ser submetidos à apreciação do Commissioner for Public Appointments, agência responsável pela análise das nomeações de órgãos públicos (NAZARENO, 2007). Cabe ao conselho discutir e aprovar o plano anual de trabalho. Além disso, um relatório geral da BBC precisa ser submetido anualmente ao Conselho Curador e, se aprovado, é apresentado formalmente ao Parlamento (MESQUITA in CARMONA, 2003).

O financiamento, em grande parte, se dá por uma taxa anual que toda residência britânica com um televisor tem que pagar. Atualmente, a maioria das casas paga 159,00 libras⁴⁶, mas há descontos para idosos, pessoas com deficiência visual e donos de aparelhos preto e branco. No ano contábil de 2021, a taxa deverá gerar uma receita total

⁴⁶ O último reajuste se deu em abril de 2021.

de 3,2 bilhões de libras⁴⁷. Outras fontes de renda vêm das operações comerciais: venda das licenças de suas produções para outras emissoras como séries e documentários e de produtos físicos no mercado cultural como DVDs e livros.

O modelo da BBC, assentado no financiamento através de uma taxa cobrada dos usuários e de uma produção intensa de conteúdo, é similar ao observado em outros países europeus, ainda que cada experiência tenha suas particularidades. Na Alemanha, por exemplo, o rádio nasce atrelado aos Correios, que era o responsável por recolher uma taxa dos usuários. Atualmente uma organização exerce essa função, garantindo o financiamento dos grupos públicos de radiodifusão ARD e ZDF. Mesmo fora da Europa, há países que possuem estruturas de comunicação pública semelhantes à congênere britânica. Um exemplo é o Japão, com a NHK, também mantida por uma taxa de licenciamento de aparelhos e administrada por um conselho gestor que, nesse caso, é indicado pelo primeiro ministro e aprovado pelo parlamento. A NHK tem um papel adicional: desenvolver pesquisas sobre novas tecnologias de comunicação (NAZARENO, 2007).

A experiência da PBS, nos Estados Unidos, aponta para uma direção bem distinta de todos esses exemplos. A história da TV no país, diferente do que se passou no Reino Unido, foi impulsionada desde o início por grupos privados, que estruturaram as emissoras de viés comercial. Apenas em 1967, quando esse modelo já estava bem estabelecido, foi aprovada pelo Congresso a Lei de Radiodifusão Pública. O objetivo era expandir e desenvolver a mídia não-comercial, atendendo uma demanda das emissoras independentes (MYATT in CARMONA, 2003). Entre as medidas previstas, foi estabelecida a criação de três organizações sem fins lucrativos: a Corporation for Public Broadcasting (CPB), a Public Broadcasting Service (PBS) e a National Public Radio (NPR).

A CPB é responsável pelo financiamento parcial da radiodifusão pública. Seu orçamento provém de uma dotação anual aprovada pelo Congresso. Parte desses recursos é repassada diretamente às emissoras públicas, que devem atender certos requisitos como o funcionamento de um conselho consultivo comunitário, a realização de reuniões abertas e a publicação de registros financeiros. Outra parte dos recursos é

⁴⁷ Projeção da Office for Budget Responsibility, agência de análise das finanças públicas do Reino Unido. O ano contábil vai de abril de 2021 a março de 2022. Disponível em <<https://obr.uk/forecasts-in-depth/tax-by-tax-spend-by-spend/bbc-licence-fee-receipts-expenditure/>>. Acesso em junho de 2021.

destinada à PBS, que é responsável por organizar a rede de emissoras pública de televisão e gerar um fluxo de produção. Mas suas receitas não provêm apenas da CPB. Ela recebe também doações dos telespectadores, de empresas e de entidades, coletadas em três ou quatro campanhas anuais de arrecadação de fundos impulsionadas com o apoio das diversas emissoras afiliadas. Além disso, embora o anúncio comercial seja vetado, existe uma modalidade de apoio à programação: as empresas pagam para colocar sua marca no início ou no fim de um determinado programa.

Diferente da BBC, a PBS não possui nenhum canal em sua propriedade e não atua na produção. Também não encomenda programas às emissoras que a integram. Seu papel é passivo: aprovar ou rejeitar projetos que lhes são oferecidos, levando-se em conta critérios que devem pautar uma programação educativa e cultural. Podem ser séries, documentários, programas culturais propostos tanto por uma emissora que integre o sistema como por produtores independentes. Uma vez aprovados, destina-se a eles um valor modesto na comparação com a realidade do mercado privado. Por outro lado, abre-se a oportunidade de colocar o produto em uma vitrine de destaque. Os produtores podem ainda obter financiamento complementar para seus projetos em fundações privadas e agências governamentais (MYATT in CARMONA, 2003).

Atualmente, existem mais de 350 emissoras filiadas à PBS. Há uma programação nacional disponibilizada, via satélite, para todas elas. No entanto, há autonomia para colocá-la no ar ou exibir outra atração. As emissoras podem montar sua grade com independência mesclando produção própria ou adquirida de terceiros com programas disponibilizados pela PBS. As informações sobre o conteúdo de cada programa podem ser obtidas em um website que é atualmente o maior “ponto.org” do mundo, recebendo até 10 milhões de acesso por dia e reunindo ainda sites específicos para crianças, país, famílias e reciclagem de professores (CARRATO, 2005). Há cerca de 4.500 atividades didáticas disponível para serem usadas em sala de aula, todas elas sintonizadas com os padrões escolares definidos por cada estado do país.

A governança da PBS envolve um conselho de administração composto por pessoas eleitas pelas emissoras afiliadas. Ocorre da mesma forma com a NPR, que se dedica ao sistema público de rádio. Há, porém, algumas peculiaridades na relação com as afiliadas. Assim como a PBS, a organização recebia aporte direto da CPB, o que foi suspenso após um escândalo financeiro em 1983. Desde então, a fatia do recurso que era

destinado à NPR passou a reforçar a parte que iria diretamente para as emissoras de rádio (MCCAULEY, 2005). Em contrapartida, foram fixadas taxas mais altas para a afiliação das emissoras. Dessa forma, é possível dizer que há hoje um repasse indireto da CPB à NPR, que se junta ao montante obtido por meio de doações. Outra diferença em relação à PBS envolve sua atuação ativa na produção de conteúdo, não se restringindo a apenas aprovar projetos de terceiros. Mas o escândalo financeiro de 1983 também levou algumas emissoras a apostarem na organização de outras organizações, que foram surgindo ao longo dos anos. Dessa forma, embora a NPR ainda seja a maior e mais antiga e conte com uma rede de mais de 800 afiliadas presentes em todo o território do país, ela disputa hoje espaço com outros fornecedores de conteúdo como a American Public Media e Public Radio Exchange (PRX), que obtêm recursos da mesma forma: cobrando taxas de suas afiliadas e por meio de doações.

As experiências da BBC e da PBS/NPR foram moldadas sob a influência de processos sociais, históricos e econômicos de seus países. Ainda que sejam considerados paradigmas internacionais de comunicação pública e sirvam de base para reflexões, não são modelos passíveis de serem transplantados dado que cada realidade nacional oferece condições específicas, o que força o Brasil a olhar para sua própria trajetória. Na historiografia brasileira, há diversos momentos a partir da primeira metade do século passado em que passos relevantes foram dados na direção de um modelo de radiodifusão pública. A Rádio Sociedade, criada em 1923, é a primeira emissora do país. Influenciados pela atmosfera da Semana de Arte Moderna, realizada um ano antes, Edgard Roquette-Pinto e Henrique Morize iniciaram a empreitada com o patrocínio da Academia Brasileira de Ciências. Doada em 1936 ao Ministério da Educação e Saúde Pública (posteriormente Ministério da Educação e Cultura - MEC), a emissora acabaria sendo rebatizada de Rádio MEC. Mais tarde, a sigla deixaria de ser uma referência à pasta, passando a significar Música, Educação e Cultura, considerados os três pilares da programação.

Roquette-Pinto⁴⁸ apostava na emissora como instrumento para educar uma população marcada por altas taxas de analfabetismo (PIERANTI, 2018). Idealizou uma grade com a programação infantil e aulas de inglês e química, reservando também

⁴⁸ A título de registro, Roquette-Pinto também assina escritos etnográficos sobre populações indígenas na Amazônia, tendo integrado as expedições do Marechal Cândido Rondon que permitiram a implantação das linhas telegráficas na região (RANGEL, 2010).

espaço para a música erudita. Sua transferência ao Ministério da Educação e Saúde Pública foi condicionada à manutenção de seu caráter educativo e à sua vinculação administrativa diretamente à pasta, o que foi aceito pelo ministro Gustavo Capanema em carta com data de 28 de agosto de 1936 (PINHEIRO, 2016). Embora não existam evidências de que algum contato tenha ocorrido entre ambos, Roquette-Pinto defendia objetivos similares aos de John Reith, que na mesma época fundou a Rádio BBC de Londres, embrião grande conglomerado britânico de comunicação pública.

Roquette-Pinto dizia que todos os lares espalhados pelo imenso território brasileiro receberiam conforto moral da ciência e da arte pelo rádio; na Inglaterra, John Reith afirmava que o objetivo do rádio era o de levar para dentro do maior número possível de lares tudo o que de melhor existia em cada parte do esforço e da realização humana. Ou seja, essas eram as missões do rádio, que, no caso da BBC, se transferiu também para a televisão (LEAL FILHO in CARMONA, 2003, p.79).

O desenvolvimento inicial do rádio no Brasil guarda algumas similaridades com a forma como se deu na Europa. Assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, o Decreto 21.111/1932 estabeleceu que os aparelhos receptores “poderiam ser usados sem objetivo comercial, mediante inscrição e pagamento de uma taxa anual” (PIERANTI, 2018, p.120). Os primeiros esforços de regulamentação da radiodifusão brasileira já fixavam sua finalidade educativa.

O rádio [no Brasil] nasceu, então, público: não era vinculado ao governo, nem a empresas privadas. Como meio público foi regulamentado, na década de 1930, já se prevendo fonte de financiamento compatível com emissoras públicas de outros países - a taxa paga pelos detentores de aparelhos receptores (ainda que o decreto não deixasse claro para que entidades deveria ser revertida a taxa) (PIERANTI, 2018, p.120).

Essa taxa, no entanto, não chegou a ser implementada. Outro modelo de financiamento de emissoras administradas pelo Estado acabará por ganhar terreno diante do sucesso da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, transmitida na faixa de AM. Até então pertencente à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, um conglomerado estrangeiro que passava por problemas financeiros, ela foi incorporada à União em 1940. Além das dívidas públicas, a legislação impedia grupos estrangeiros de manter o controle de meios de comunicação, o que facilitou a intervenção. O governo liderado por Getúlio Vargas apostou na emissora como instrumento de fortalecimento do Estado Novo e de enfrentamento às agressões nazifascistas a partir da Europa (PINHEIRO, 2005; VALENTE, 2009). Porém, embora tenha passado a ser

administrada pela União, características comerciais da emissora foram mantidas: a programação continuou focada no entretenimento e os anúncios publicitários se consolidaram como fonte de financiamento. Esse modelo, além de agradar setores empresariais, se adaptava aos interesses do governo: "ao combinar o sucesso alavancado pela audiência conquistada pelos programas de entretenimento com propaganda política, o governo fez da Rádio Nacional um instrumento importante de reprodução da ideologia estadonovista" (VALENTE, 2009, p.54). A Rádio Nacional do Rio de Janeiro se tornou referência de radiodifusão no país, criando estilos que se tornaram tendência em inúmeras emissoras privadas (HAUSSEN, 2004). Através dela, ganharam visibilidade os talentos de grandes nomes da música nacional como Carmem Miranda, Silvio Caldas Noel Rosa, Ciro Monteiro, Francisco Alves, Orlando Silva, Emilinha Borba e Marlene (PINHEIRO, 2005).

O "selo" Rádio Nacional logo seria incorporado a outros projetos. Em meio ao início da construção de Brasília, em 1958 foi criada a Rádio Nacional de Brasília, com transmissão pela faixa de AM. O objetivo do governo de Juscelino Kubitschek era estruturá-la para que fosse a responsável por fazer circular informações sobre o andamento das obras e para que se consolidasse como a meio de comunicação dos trabalhadores mobilizados para erguer a nova capital (NITAHARA, 2019). Sua programação difundia conteúdo de utilidade pública ou de interesse governamental, mas era preenchida em sua maior parte, como na emissora carioca, por entretenimento: as atrações ao vivo eram transmitidas de auditórios quase sempre lotados, onde se apresentavam artistas renomados e calouros amadores e onde a população também participava da diversão. Essa mesma receita, baseada na mescla de entretenimento e difusão de informações de utilidade pública, também será levada posteriormente para Rádio Nacional da Amazônia, embora temperada em certa medida pelo caldo ideológico do regime militar.

A TV no Brasil terminou por dar sequência ao desenvolvimento de uma estrutura comercial de radiodifusão que àquela altura já era hegemônica entre as emissoras de rádio. Em 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek chegou a acenar para a criação da TV Nacional, mas desiste da ideia por influência de Assis Chateaubriand, jornalista e fundador do conglomerado midiático Diários Associados. A concessão do canal 4 do Rio de Janeiro, que seria usada no projeto, termina entregue ao jornalista Roberto Marinho, impulsionando a história da Rede Globo (PINHEIRO,

2005). Segundo Laurinho Leal Filho (2018), o projeto de uma televisão pública nacional foi substituído por TVs educativas, geralmente dotadas de poucos recursos e instrumentalizadas por diferentes governos. Em 1960, o próprio Juscelino Kubitschek inaugura a TV Nacional Brasília, que se limitou a atuar como geradora de discursos oficiais do presidente e de seus ministros e como retransmissora da programação de outras emissoras, inclusive comerciais.

Um caminho particular foi traçado pela TV Cultura e pela Rádio Cultura FM, no estado de São Paulo. Sua gestão é de responsabilidade da Fundação Padre Anchieta, uma fundação de direito privada criada em 1967. O governo está obrigado por lei a manter seu custeio e sua manutenção, mas sua direção é nomeada por um conselho curador (LIMA in CARMONA, 2003). São 47 cadeiras cuja ocupação se dá conforme a seguinte distribuição: três membros vitalícios designados conforme escritura de doação do Solar Fábio Prado à Fundação Padre Anchieta, dois deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo, três secretários estaduais, dois secretários municipais, cinco são reitores de universidades públicas e privadas, um representante dos funcionários e oito presidentes de entidades da sociedade civil como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a União Estadual dos Estudantes (UEE-SP). Os outros 23 são eleitos pelo conjunto dos conselheiros dentre personalidades de ilibada reputação e notória dedicação à educação, à cultura ou a outros interesses comunitários. Apesar de formalmente assegurada, a autonomia administrativa aparece modulada pelo orçamento dependente. Para Eugênio Bucci (2015), a vontade do governo estadual acaba tendo peso significativo e interfere nos destinos da Fundação Padre Anchieta, principalmente na escolha dos presidentes executivos da instituição, mas também na escolha dos membros eletivos.

Aí vem a pergunta incômoda. O dinheiro dos cofres do Estado voltou à Fundação Padre Anchieta porque o governo se dispõe a sustentar um projeto crítico e independente? Ou porque as autoridades estão satisfeitas com a linha editorial das emissoras da casa? Se a resposta pender para a segunda alternativa, o cenário vai mal. (BUCCI, 2015, p.56)

Ao olhar para a história da radiodifusão pública no país, é preciso observar esforços que foram empreendidos em busca de se estruturar uma radiodifusão educativa. Já na década de 1920, surgem associações e clubes radiofônicos que misturavam transmissões de música erudita, palestras e conferências. Por sua vez, a história da “televisão educativa” tem como marco o Decreto-Lei 236/1967 (PIERANTI, 2008).

Essas experiências anteriores à criação da EBC dialogam, de alguma forma, com a ideia de radiodifusão pública, ainda que antes de 2007 o país pouco tenha avançado nos esforços de delimitar mais claramente um conceito de comunicação pública e de fixar mecanismos eficazes para assegurar autonomia e diversidade na produção de conteúdo. No alvorecer da democracia após 21 de ditadura, a fotografia não era animadora. Esse cenário, que perduraria por toda a década de 1990, passaria a ser enfrentado no debate da criação da TV Brasil. Até então, segundo Edna Miola (2012, p.15), a televisão pública nunca havia sido uma realidade concreta no país e o que existia “eram apenas emissoras não-comerciais educativas, comunitárias ou estatais – embora várias TVs educativas estaduais tenham gradativamente passado a se apresentar como TVs públicas”.

Embora a Constituição Brasileira de 1988 passe a determinar expressamente, no artigo 223º, a obrigatoria complementaridade entre os sistemas público, estatal e privado, não foram descritas as características de cada um deles. Essa imprecisão não é casual. Segundo Motter (2019), o lobby dos empresários de radiodifusão, capitaneado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), era recepcionado por uma das bancadas mais numerosas e articuladas da Assembleia Constituinte, da qual uma das principais lideranças era Rita Furtado. O anteprojeto da relatora Cristina Tavares, apresentado à Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, foi amplamente modificado na votação final, sendo suprimidas, por exemplo, mudanças significativas no sistema vigente de concessões. “Na prática, do anteprojeto da relatora permaneceram apenas os conceitos mais genéricos em torno do direito à informação e da liberdade de expressão e de imprensa” (MOTTER, 2019, p.327).

Dessa forma, muitos dos vagos artigos da Constituição de 1988 passavam a demandar uma regulamentação para que deixassem de ser letra morta. Em diversos casos, a resistência histórica dos empresários do setor manteve bloqueadas as discussões por anos. Isso ocorreu, por exemplo, na instalação do Conselho de Comunicação Social, que foi proposta no anteprojeto de Cristina Tavares como uma estrutura com poderes regulatórios e terminou apenas como um órgão consultivo auxiliar do Congresso Nacional. Mesmo assim, apenas 11 anos mais tarde ele foi instalado (LIMA, 2013). Situação similar se passou com a regulamentação do artigo 223º.

De acordo com a pesquisadora Teresa Otondo (2008, p.44), “não existe uma definição ou receita pronta do que venha a ser uma televisão pública, nem um modelo único que se adapte a qualquer país”. No entanto, em diálogo com as realidades das variadas nações, um esforço acadêmico para identificar características da comunicação pública vem sendo envidado há décadas. Um estudo desenvolvido por um grupo de pesquisadores latino-americanos aponta três variáveis que devem ser levadas em conta para definir um sistema público de mídia: "o mecanismo de financiamento, a estrutura de controle da qual dependem e o conteúdo de seus programas" (ARROYO; BECERRA; CASTILLEJO; SANTAMARÍA, 2012). As duas primeiras variáveis se relacionam com uma das principais premissas conceituais em torno da comunicação pública: sua autonomia frente a governos e agentes do mercado. A gestão pública do serviço afastaria, ao menos em tese, as pressões estabelecidas por grupos econômicos poderosos e pelos anunciantes que asseguram a sustentabilidade financeira das emissoras privadas. Por outro lado, a autonomia administrativo-financeira diante dos governos existe em maior ou menor grau a depender dos mecanismos que são adotados em cada país para garantir tal premissa. Głowacki (2011) assinala que a participação ativa da sociedade na comunicação pública também é um elemento central. Trata-se de um dos pilares que sustentam a autonomia editorial e política dos veículos de comunicação pública. No entanto, não há no mundo um padrão acerca das estruturas que viabilizam tal participação no desenvolvimento de sua programação. Para além dos paradigmas fixados pela BBC e pela PBS, a presença de representantes da sociedade civil nas instâncias que tomam as decisões finais dentro dos veículos tem resultado em experiências variáveis em diversos países. A capacidade de influência desses representantes e a forma como eles são indicados desempenham papéis importantes no resultado final do conteúdo distribuído.

A busca por indicadores de qualidade para avaliar a radiodifusão pública motivou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a organizar uma série de debates em 2012. Uma publicação produzida a partir dessa iniciativa elencou características consideradas fundamentais (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012): (1) independência editorial e financeira; (2) autonomia dos órgãos de governança; (3) pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; (4) ampla abrangência geográfica, permitindo acesso da população ao serviço respeitando o regionalismo; (5) claro mandato de serviço público estabelecido

em documentos legais pertinentes; e (6) prestação de contas junto ao público e junto aos órgãos reguladores independentes. Toby Mendel (2011) considera que as emissoras de serviço público se voltam para o atendimento às necessidades e aos interesses de informação da população, proporcionando complementação efetiva aos serviços comerciais e satisfazendo necessidades de comunicação às quais o mercado não chega a responder. Ele observa que, uma vez que elas alcançam seu melhor potencial, acabam servindo de parâmetro para o setor como um todo, fomentando a diversidade inclusive na comunicação privada. Para Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), a ideia de contar com emissoras autônomas e sem fins lucrativos foi concebida em muitos países ao mesmo tempo em que se criaram órgãos reguladores para impedir malefícios de monopólios e da propriedade cruzada dos meios privados. Em ambos os casos, o objetivo central é o de proteger a multiplicidade de vozes.

Essa perspectiva está atrelada ao reconhecimento da comunicação como um direito humano fundamental. Em 1948, a ONU registrou no artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁴⁹ que "todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras". Nos anos 1970, as discussões sobre o tema foram levadas a um novo patamar no âmbito da UNESCO, culminando na elaboração do Relatório McBride, o qual elencou desequilíbrios em matéria de comunicação e evidenciou desigualdades existentes a nível global. Houve aí uma ampliação de entendimento: o status de direitos humanos dado à comunicação decorre não apenas da necessidade de garantia da liberdade de informação e expressão individuais, mas também de demandas sociais, econômicas, políticas e culturais. Sua efetivação passa a depender da democratização dos meios de massa. A comunicação pública se enquadraria nesse processo sob duas abordagens: primeiro como instância de ampliação de vozes, segundo como estrutura articulada para a proteção dos direitos humanos de forma mais abrangente. Aí se revela um compromisso ético-político.

Em 2007, o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado pelo Ministério da Cultura procurou enfrentar a longa crise de identidade pela qual passava a comunicação pública brasileira, buscando superar sua incipiente demarcação como

⁴⁹ Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1948.

radiodifusão educativa. Participaram do evento acadêmicos, comunicadores, cineastas, jornalistas, movimentos sociais, dirigentes de emissoras não-comerciais, entre outros (BRASIL, 2007). A partir das discussões, foi aprovada uma proposta básica que ficou conhecida como Carta de Brasília. O documento apontava a importância de se criar uma TV pública que expressasse a diversidade cultural brasileira, promovesse o diálogo entre as múltiplas identidades, contemplasse a produção regional, e desenvolvesse parceria com o cinema nacional. Ao mesmo tempo, destacava a importância da interface com a comunicação eletrônica, capaz de estimular a produção de conteúdos interativos, usando para isso inclusive softwares a serem desenvolvidos a partir das demandas de nova emissora.

A Carta de Brasília exerceu forte influência na criação da TV Brasil e da EBC. Por meio dela, a mobilização pela comunicação pública se ampliou fazendo eco nas esferas do governo liderado por Luís Inácio Lula da Silva. Após amargar derrotas sucessivas na década de 1990, as eleições de 2002 haviam consagrado o histórico líder do Partido dos Trabalhadores (PT). A legenda, fundada em meio ao processo de redemocratização, rapidamente se converteu na mais representativa da esquerda brasileira após o fim do regime militar. Mas o primeiro presidente operário do país encerrou um primeiro mandato frustrando setores que esperavam avanços mais sólidos na histórica pauta de democratização da mídia abraçada por alas internas do PT e por grupos historicamente aliados do partido. A Radiobrás, porém, já começava experimentar mudanças editoriais a partir de liderança do jornalista Eugênio Bucci, que foi nomeado por Lula para assumir a presidência da empresa em 2003. Ele conduziu uma ampla reforma editorial com o intuito de afastar os veículos da caracterização de chapa-branca. Outra iniciativa foi a recriação da Rádio Nacional do Brasil, que voltou a transmitir através das ondas curtas uma programação diária de duas horas. Havia, no entanto, um novo foco: os países de língua portuguesa na África. Buscando estabelecer um fluxo de informação sul-sul, a iniciativa também estava em sintonia com as novas metas da diplomacia brasileira voltadas para estreitar as relações com o continente africano. O novo direcionamento da Radiobrás implicava, segundo relato do próprio, em colocar o “foco no cidadão” (BUCCI, 2005).

Disse [ao então futuro ministro da Secom Luiz Gushiken] que já era tempo de os governos pararem de tentar difundir mensagens para se promover às custas da máquina pública. Em lugar disso, deveriam atender o direito do cidadão à informação. Nada mais. Havia já muitos anos que eu insistia na

tese: assim como a educação, a moradia, a saúde e o trabalho, a informação também era um direito fundamental (BUCCI, 2008, p.17).

As mudanças foram registradas na mídia privada: um artigo da Folha de São Paulo do dia 21 de setembro de 2003 apontou um crescimento de audiência de 44% com a nova linha editorial, a qual teria mimetizado “a operação de uma agência privada” e passado a noticiar também fatos desfavoráveis ao governo e temas relacionados à oposição (NITAHARA, 2019). Um ano após deixar a presidência da Radiobrás em 2007, Bucci publicou o livro “Em Brasília, 19 horas” onde relata a experiência: revela simultaneamente os apoios que obteve para levar sua gestão adiante e também as tentativas de interferências de setores do governo na linha editorial.

Em seu segundo mandato, iniciado em 2007, Lula se mostrou disposto a chamar para si a responsabilidade de fazer avançar a estruturação do sistema público de comunicação contornando inclusive dificuldades internas. Os grupos envolvidos na organização do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, fortalecido pelo Ministério da Cultura, enfrentavam a resistência de uma outra corrente que se posicionava pelo fortalecimento dos canais de comunicação direta entre o governo e os cidadãos. Conforme esta segunda visão, a EBC deveria se vincular à Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República (SECOM) ou ao Ministério das Comunicações (MIOLA, 2012). Em outubro de 2007, Lula editou a Medida Provisória 398, posteriormente aprovada no Congresso e convertida na Lei Federal 11.652/2008. Seu intuito era regular o sistema público de radiodifusão, instituindo a criação da EBC e da TV Brasil. O projeto absorveu diversos princípios previstos na Carta de Brasília, mas ao mesmo tempo atrelou a nova empresa à Secom. Foi uma forma de conciliar as propostas divergentes no interior do governo e as posições de diversos atores: o secretário do Audiovisual, Orlando Senna; o ministro-chefe da SECOM, Franklin Martins; e o ministro das Comunicações, Hélio Costa, muito embora este último tenha terminado isolado das discussões em torno da criação da EBC (RAMOS, 2018).

Passados quase 20 anos da Constituição de 1988 que estabeleceu a complementariedade entre os sistemas de radiodifusão público, estatal e privado, uma emissora nacional de TV pública finalmente entraria no ar. A EBC surge como resultado de um conjunto de fusões. Portanto, mais do que dar início a uma nova trajetória, ela busca contribuir para redirecionar os caminhos que a radiodifusão brasileira começou a trilhar 84 anos antes. Absorveu em sua estrutura toda a Radiobrás,

que por sua vez já havia incorporado em 1988 a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), nascida da antiga Agência Nacional da Era Vargas. Também foram revertidos para a nova empresa bens que estavam sob a gestão da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), que havia sido criada em 1991 para administrar os veículos de comunicação do Ministério da Educação e da Cultura (MEC): a Rádio MEC, a TVE Rio de Janeiro e sua afiliada TVE Maranhão. A ACERP, por sua vez, firmou um novo contrato com o Governo Federal, assumindo a gestão e produção da TV Escola e TV INES⁵⁰ e atuando como prestadora de serviço da EBC até 2013, quando as atribuições de seus funcionários passaram a ser realizadas por concursados ou mediante outras modalidades de contratação⁵¹.

A TV Brasil se estruturou a partir da junção da TVE Rio de Janeiro, da TVE Maranhão e da TV Nacional de Brasília, que se encontrava sob administração da Radiobrás. Além da emissora, a EBC agrupou em seu guarda-chuva a Rádio MEC (800 kHz), a Rádio Nacional do Rio de Janeiro (AM 1.130 kHz), a Rádio Nacional de Brasília (AM 980 kHz e FM 96,1 MHz), a Rádio Nacional da Amazônia (OC 11.780 kHz e OC 6.180 kHz), a Rádio Nacional do Alto Solimões (AM 670 kHz e FM 96,1 MHz)⁵² e Rádio MEC (AM 800 kHz e FM 99,3 MHz). Por fim, a Agência Brasil, que nasceu como veículo da Radiobrás após a extinção da EBN em 1988, e a novata Radioagência Nacional se ocuparam da distribuição digital gratuita de conteúdo noticioso. É possível observar que, sob o guarda-chuva da EBC, reuniu-se uma variedade de veículos com origens distintas, sendo que muitos deles foram reposicionados. Se a TV Brasil surge em alguma medida como herdeira do trabalho da TVE do Rio de Janeiro, uma das primeiras experiências de televisão educativa no país, a Agência Brasil se origina de uma proposta bem distinta. Desdobra-se da Agência Nacional, criada pelo presidente Getúlio Vargas em 1937 para produzir notícias do

⁵⁰ Canal de TV em libras produzido por surdos e para surdos, sob diretrizes do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

⁵¹ A ACERP não possui mais vínculo contratual com a EBC, estando judicializadas algumas questões patrimoniais, inclusive envolvendo um imóvel no Rio de Janeiro. Atualmente a ACERP possui um acordo com a Universidade Federal de Ouro Preto e gere a TV UFOP e a Rádio UFOP. Continua responsável pela produção da TV Escola, mas encerrou suas atividades na TV INES. Entre 2018 e 2020, atuou também como gestora da Cinemateca Brasileira.

⁵² A Rádio Nacional do Alto Solimões, criada pela Radiobrás em 2006 durante a gestão de Eugênio Bucci, é a mais nova entre as emissoras públicas atualmente vinculadas à EBC. Situada em Tabatinga, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, pode ser sintonizada por povos, comunidades e municípios da região. No início de 2021, foi encerrada a transmissão AM, mantendo a FM.

governo e convertida na EBN quatro décadas mais tarde pelo regime militar. Sua função será assim transformada: o objetivo passa a ser a produção jornalística voltada para abastecer de conteúdo gratuito uma variedade de outros veículos (sejam comerciais ou independentes) que vão desde jornais de grande circulação no país até pequenos blogs.

Ao regulamentar o sistema público de radiodifusão e criar a EBC, a Lei 11.652/2008 estabelece a vedação a qualquer forma de proselitismo e fixa a autonomia dos veículos públicos em relação ao governo federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão. A fonte de financiamento foi um dos grandes desafios. Havia resistências para se aprovar a instituição de uma taxa a ser paga pelos usuários, como ocorre na BBC e em outras emissoras públicas, o que poderia colocar em risco a independência da nova empresa. A saída encontrada foi criar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), que teria a maior parte dos recursos oriunda do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL), cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) das operadoras de telefonia: Tim, Oi, Vivo e Claro. As empresas, no entanto, moveram uma ação judicial em 2009 alegando desvio de finalidade e os pagamentos passaram a ser depositados em juízo. Com o tempo, algumas operadoras concordaram em liberar seus depósitos judiciais para usufruto da EBC, mas mantiveram questionamento sobre a legalidade da composição da CFRP⁵³. Ainda há outras dificuldades. Mesmo os recursos liberados não são usados integralmente pela EBC: por falta de previsão desse gasto na Lei Orçamentária Anual (LOA), todos os anos uma parte do montante precisa ser repassada pela empresa ao Tesouro Nacional (STROZI, 2009). De toda forma, a tentativa de carimbar recursos para o financiamento foi um dispositivo incluído na Lei 11.652/2008 para assegurar a autonomia da EBC em relação ao governo federal. Mas não foi o único. Com o mesmo objetivo, fixou-se o mandato de quatro anos do diretor-presidente: o presidente da República ficou responsável por nomeá-lo, mas depois não poderia demiti-lo. Além do diretor-presidente, a diretoria executiva poderia ter até mais sete diretores.

Foram também criadas quatro estruturas. O Conselho de Administração (CONSAD), responsável pelas diretrizes administrativas, seria composto pelo diretor presidente, por três indicados de diferentes ministros de Estado e um representante dos

⁵³ A ação judicial ainda tramita na 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

trabalhadores da EBC. O Conselho Fiscal, com três membros designados pelo presidente da República sendo pelo menos um representante do Tesouro Nacional, acompanharia a execução orçamentária e a gestão financeira e patrimonial. Já o Conselho Curador ficou responsável por aprovar diretrizes de conteúdo e do plano de trabalho. A legislação previu uma composição com 22 membros, sendo quatro ministros de Estado, 15 representantes da sociedade civil⁵⁴, um do Senado Federal, um da Câmara dos Deputados e um representante eleito pelos funcionários da EBC. Foi assegurado um amplo poder ao Conselho Curador: suas resoluções eram de cumprimento obrigatório. Até mesmo a destituição do diretor-presidente poderia ser determinada, caso ele recebesse dois votos de desconfiança da maioria dos conselheiros. Além disso, a Ouvidoria deveria receber e encaminhar reclamações dos cidadãos e fazer a crítica de conteúdos dos veículos da EBC, apresentando relatórios ao Conselho Curador e boletins periódicos à diretoria executiva. Uma vez nomeada pelo diretor-presidente, o ouvidor assume um mandato de 2 anos, exercendo sua função com autonomia, podendo inclusive propor medidas inovadoras que tenham relação com suas atribuições. Entre 2008 e 2012, por exemplo, a Ouvidoria manteve no ar o programa Rádio em Debate, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Transmitido pelas rádios EBC, era um espaço onde professores e estudantes promoviam reflexões sobre a comunicação pública (PAULINO; SILVA, 2013).

É importante notar que o artigo 223º da Constituição de 1988 faz referência à radiodifusão apenas, ou seja, à transmissão de sons e imagens por meio de ondas que se propagam eletromagneticamente através do espaço. No contexto de aprovação da carta magna, a internet tal como a conhecemos hoje não era uma realidade. No Brasil, a inauguração do serviço de acesso discado ocorreu somente em maio de 1995. Até então, navegar na rede era um privilégio de poucos órgãos públicos e ambientes acadêmicos. Naturalmente, com a evolução tecnológica, emissoras públicas de todo o mundo expandiram seus serviços para a web. A BBC atualmente chega a ter portais eletrônicos de notícias em mais de 40 línguas. Tendo nascida já sob a realidade da comunicação online, a EBC surge não apenas com a proposta de promover uma organização tardia da

⁵⁴ Os 15 primeiros representantes da sociedade civil foram “personalidades notáveis” – jornalistas, acadêmicos, representantes de entidades públicas e privadas da sociedade civil, etc. – designados pelo então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. À medida que seus mandatos de dois ou de quatro anos foram terminando, os nomes foram sendo substituídos mediante processo de consulta pública organizada pelo próprio Conselho Curador.

radiodifusão pública brasileira, mas de estruturar uma comunicação pública de forma mais ampla.

Em 2013, foi lançado o Manual de Jornalismo da EBC. O documento resultou de uma construção coletiva, conduzida pelo Conselho Curador, através de um processo que permitiu a participação de jornalistas de todos os veículos da empresa e de consultores externos. Seu texto orienta dar prioridade aos direitos humanos e direitos das minorias, mostrando histórias e dando voz a quem não tem espaço na “mídia convencional” (EBC, 2013). São vedadas a exploração da desgraça alheia e o sensacionalismo. A norma traz como anexo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros⁵⁵, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e a Declaração da UNESCO sobre as mídias aprovada em 1983, além da lei de criação da EBC e dos marcos normativos da comunicação e dos direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.

Importante destacar que nem todos os veículos que ficaram sob a gestão da EBC passaram pelo reposicionamento editorial. A empresa continuou responsável pelo diário radiofônico Voz do Brasil e pela programação da TV NBR, dedicados principalmente à veiculação de conteúdo governamental⁵⁶. No entanto, as equipes dedicadas a esse trabalho foram separadas na diretoria EBC Serviços e esse trabalho era remunerado pelo Executivo, por meio da SECOM. O objetivo dessa estrutura de governança era demarcar a diferença e garantir a independência entre a comunicação pública e a estatal.

Nos últimos anos, porém, observa-se uma desestruturação de mecanismos criados para moldar a EBC dentro de uma perspectiva de comunicação pública. O início desse processo coincide com a deposição da presidente da República, Dilma Rousseff, que havia sido eleita em 2010 e reeleita em 2014, sempre com o apoio do seu antecessor e correligionário Lula. Sofrendo um impeachment em meio ao segundo mandato, ela deixou o governo de forma definitiva em agosto de 2016. Efetivado por meio de um golpe parlamentar (SOUZA, 2016), o processo encerrou a sequência de quatro governos consecutivos do PT: o então vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu a

⁵⁵ Aprovado no Congresso Nacional dos Jornalistas de 1987, convocado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

⁵⁶ No caso da Voz do Brasil, o programa divulga não apenas ações do Executivo, mas uma parte se volta também para as realizações do Congresso Nacional.

presidência. No primeiro dia após a conclusão do impeachment, ele editou a Medida Provisória 744/2016⁵⁷ alterando a Lei Federal 11.652/2008. Entre as principais mudanças, foi retirado o dispositivo que garantia o mandato de quatro anos do diretor-presidente. Dessa forma, Temer pôde trocar o comando da empresa, que passou a ser exercido por profissionais sem alinhamento ao histórico recente dos debates da comunicação pública no Brasil. Além disso, a Medida Provisória extinguiu o Conselho Curador, substituindo por um Comitê Editorial e de Programação, que teria uma composição menos democrática com 11 membros definidos mediante lista tríplice e designação pelo presidente da República. No entanto, passados mais de cinco anos, sequer chegou a ser instalado. As novas diretrizes externas e a nova mentalidade implantada internamente iriam, pouco a pouco, impactar toda a produção dos veículos, uns mais outros menos, e gerar esvaziamento dos espaços de reflexão e debate. Em março de 2018, o trabalho da Ouvidoria da EBC de crítica interna dos conteúdos foi desmontado com o fim do mandato de Joseti Marques, cujo nome tinha sido escolhido seguindo perfil recomendado por memorando do Conselho Curador. Assumiu em seu lugar Edit Silva, indicada de forma unilateral pela direção da empresa.

Sob o comando de Joseti Marques, a Ouvidoria mantinha seu esforço de crítica e apontava a interferência do governo federal na EBC. Isso ocorreu já no Relatório Anual da Ouvidoria de 2015, publicado quando Michel Temer ainda ocupava interinamente o posto de presidente da República, enquanto Dilma Rousseff estava afastada aguardando a conclusão do processo de impeachment. Em relação à Agência Brasil, por exemplo, o documento elencou o uso excessivo de termos técnicos; viés tendencioso em manchetes com conteúdo político ou indicadores econômicos e sociais; e matérias declaratórias de autoridades sem aprofundamento ou contextualização. Também registra o recebimento de 424 demandas de leitores, sendo 40% delas reclamações, com recorrência para erros de informação e parcialidade no tratamento de temas polêmicos (NITAHARA, 2019). O esvaziamento do papel crítico da Ouvidoria, na vigência da gestão de Edit Silva, foi oficializado com a Deliberação do CONSAD 12/2021: os relatórios bimestrais passaram a ser considerados documentos estratégicos que não deveriam ser disponibilizados ao público. Dessa forma, as análises críticas da ouvidora só seriam conhecidas no relatório anual.

⁵⁷ Posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional, foi convertida na Lei Federal 13.417/2017.

Do ponto de vista da produção e do jornalismo, foi descontinuado o programa de correspondentes nacionais da Agência Brasil, determinando o retorno às sedes dos profissionais que estavam baseados em Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza⁵⁸. As equipes de praticamente todos os veículos sofreram redução por meio de dois Programas de Demissão Voluntária (PDVs), que ofereceram alguns benefícios para quem estivesse disposta a se desligar da empresa. Diversas notas das entidades que representam os empregados foram publicadas nos últimos anos acusando intervenções variadas no conteúdo como corte ou inviabilização de programas, alteração arbitrária das grades de programação, descarte de pautas e interferências na linha editorial. “Se antes existiam indicados políticos em cargos importantes dentro da empresa, além de algum direcionamento editorial, depois do impeachment a situação se agravou e a interferência na produção de notícias e programas se aprofundou consideravelmente” (NITAHARA, 2019. p.13).

Para Mariana Martins Carvalho (2014), dispositivos previstos na própria Lei de criação da EBC ajudaram a facilitar o desmonte, tendo em vista a arquitetura que juntou sobre o mesmo guarda-chuva veículos de comunicação pública e veículos de comunicação estatal. Ao mesmo tempo, a vinculação à SECOM, órgão responsável pela publicidade governamental, seria mais uma dificuldade para fazer cumprir a função legal designada à empresa. Mariana Martins Carvalho (2014, p.280) avalia que “a história dos usos e apropriações dessa comunicação por governos autoritários, mas também por governos democráticos, fez recair sob ela o estigma de comunicação governamental, ou comunicação chapa-branca”.

As mudanças implementadas pela Medida Provisória assinada por Michel Temer inauguraram um período de pouca estabilidade na gestão da EBC. Num período de aproximadamente 11 anos (entre 2007 e 2016) a empresa havia tido apenas 4 presidentes. Mas desde as alterações legais até hoje (isto é: de 2016 até 2022), já contabilizamos 6 nomes diferentes no comando da empresa (vide **Tabela 05**).

A partir do mandato do presidente da República Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, prospectar o futuro da EBC tornou-se um desafio cada vez mais difícil diante do alto grau de incertezas. Enquanto setores da sociedade civil buscam se mobilizar para

⁵⁸ O programa nacional de correspondentes da EBC foi uma iniciativa instituída no início de 2016, quando quatro repórteres foram selecionados através de um Processo Seletivo Interno (PSI).

fazer prevalecer os princípios da comunicação pública, as ameaças de fechamento ou privatização da empresa são constantes. No dia 19 de novembro de 2020, ela foi incluída no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que foi criado pelo governo federal com a finalidade de promover medidas de desestatização. O processo de mudanças estruturais, iniciado no governo anterior, também manteve sua continuidade: a EBC Serviços deixou de ser uma estrutura da empresa e, mais recentemente, foi anunciada a fusão entre a TV NBR e a TV Brasil, que passou a promover ações do presidente Jair Bolsonaro. Em 2020, entidades que representam os empregados apresentaram um segundo dossiê sobre os casos de censura e governismo na cobertura jornalística da EBC. Com a colaboração dos trabalhadores, foram relatadas 138 denúncias⁵⁹. Um primeiro dossiê, em 2018, já havia contabilizado outros 61 episódios⁶⁰. Entre elas estão alguns casos que ganharam repercussão na mídia como a modulação de expressões utilizadas para se referir ao golpe de 1964 e à ditadura militar.

Diretor-presidente da EBC	Ano de início e término do mandato	Responsável pela nomeação
Tereza Cruvinel	2007-2011	Lula
Nelson Breve	2011-2015	
Américo Martins	2015-2016	Dilma Rousseff
Ricardo Melo	2016-2016	
Laerte Rímoli	2016-2018	Michel Temer
Alexandre Parola	2018-2018	
Luiz Antônio Moreira Ferreira	2018-2019	
Alexandre Graziani	2019-2019	Jair Bolsonaro
Luiz Carlos Pereira Gomes	2019-2020	
Glen Valente	2020-Atualmente	

Tabela 05: Lista de presidentes da EBC

Em meio a todo esse processo de desestruturação da comunicação pública, a Rádio Nacional da Amazônia ficou oito meses operando com um alcance mais restrito. Em março de 2017, um raio atingiu uma subestação de energia que alimentava o Parque Rodeador obrigando a emissora a reduzir o tempo de sua programação e mantê-la no ar apenas pela frequência 11.780 kHz, suspendendo o uso da frequência 6.180 kHz. Apenas em novembro de 2017 foi encontrada uma alternativa temporária que restabelecesse o sinal e somente em dezembro de 2019 veio a solução definitiva com a

⁵⁹ Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie_Censura_EBC_2020.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

⁶⁰ Disponível em <<http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/3722-trabalhadores-denunciam-mais-de-60-casosde-censura-e-governismo-na-ebc>>. Acesso em fevereiro de 2021.

compra de novos equipamentos. Uma das entrevistadas no âmbito dessa pesquisa, a radialista Beth Begonha disse acreditar que o então diretor-presidente Luiz Carlos Pereira Gomes se esforçou para resolver o problema após se sensibilizar durante uma visita aos estúdios da Rádio Nacional da Amazônia.

Cada vez que quebra o transmissor é um Deus nos acuda. E precisa de vontade política. Então, houve uma vez que ele chegou no estúdio e eu estava passando um recado de um ouvinte, o Ângelo, que dizia assim: "Beth, eu estou sofrendo tanto. Moro só eu e minha filha aqui na roça. Perdi minha esposa. E vocês são nossas únicas companhias. Quando vocês saem do ar meio dia, pra gente é a morte". A gente saía do ar porque não tinha como deixar o gerador funcionando todo o tempo. E teve um outro recado: "Vovó, te amo muito. Estou com muita saudade". E ele pôde ver três gerações se comunicando pelo rádio. (BEGONHA, 2021)

3. VIDAS ATRAVESSADAS POR ONDAS DE RÁDIO

O ciclo da borracha, o estímulo ao garimpo, a expansão das fronteiras agrícolas: políticas econômicas implementadas nos diferentes tempos que envolveram movimentos migratórios e deslocamentos de trabalhadores em massa para a Amazônia. São processos que deixam cicatrizes. Pais saíram de casa e nunca mais voltaram, mães deixaram seus filhos com os avós, pessoas chegaram à região na esperança de uma vida próspera e abandonaram suas origens. A divisão de muitas famílias é uma marca da história amazônica. A conexão com esta realidade permitiu que a Rádio Nacional da Amazônia se entranhasse profundamente de região. O vértice dessa conexão é o programa Ponto de Encontro, o mais tradicional da grade da emissora, que atravessa décadas e se mantém com uma audiência ávida por notícias dos entes queridos e por corresponder com novas pessoas. Ali os amazônidas buscam o contato entre si. São muitos os relatos de encontros e reencontros que foram viabilizados pelas mensagens enviadas e lidas ao vivo. Mas para além desses momentos fantásticos, o Ponto de Encontro também tornou mais fácil a vida dos amazônidas. Através dele, parentes que vivem em locais distantes entre si se comunicam diariamente, jovens que vão estudar nos centros urbanos mandam mensagens às suas mães, trabalhadores divulgam informações relevantes de onde estarão prestando seus serviços. Não é por acaso que o nome de Sula Sevilis, que idealizou e foi a mais longeva apresentadora do programa, desperte tanto afeto entre os ouvintes.

O selo Ponto de Encontro foi sendo transportado para toda a programação. Embora ele seja a principal referência para a leitura de mensagens dos ouvintes, não há nenhum programa da grade que não abra espaço para as mais variadas manifestações. Diversas correspondências registram, com bastante carga emotiva, acontecimentos que decorrem desse fato. Uma delas traz um agradecimento a Tia Leninha pela leitura de uma carta, em 1981, em que a ouvinte contava sobre a doença da mãe. A partir daí, sua caixa de correio não teve mais descanso. Foram, segundo a ouvinte, quase 600 cartas desejando melhoras para a mãe, o que lhe deixou muito feliz.

A existência da Rádio Nacional da Amazônia está marcada na vida de Cleonice Tomateira, como é conhecida uma fiel ouvinte: foi através das ondas da emissora que ela conheceu seu marido e também pôde se conectar com uma parte de sua identidade familiar. Sua história está registrada no programa da TV Brasil que foi ao ar em abril de

2020. Há mais de 20 anos, a ouvinte escreveu uma carta lida pelo apresentador Frank Silva no programa Alvorada Brasileira. Ela se disponibilizava para troca de correspondências. Suas palavras chegaram até Admilson, que vivia a muitos quilômetros de sua residência. Ficaram trocando correspondências por um ano e cinco meses, até que ele decidiu ir ao encontro dela. Além de um casamento, a Rádio Nacional da Amazônia também deu à Cleonice Tomateira a oportunidade de conhecer sua avó, no sul do país.

Cleonice Tomateira: Encontrei os parentes da minha mãe. Minha avó e minhas tias que eu não conhecia. Minha mãe saiu do Paraná, em Londrina, e veio pro Pará. Minha vó ficou lá. Passou 30 anos e eu disse: 'mãe, eu vou encontrar a avó'. Sempre participava do programa da Sula Sevilis e procurava no Ponto de Encontro. Até que um dia, alguém ouviu do outro lado, ligou pra mim e passou o número da minha tia. Em seguida, eu já liguei pra minha tia Terezinha, que mora em Cuiabá. Ela me retornou e foi aquela alegria. (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2020)

Como a história de Cleonice, outras tantas são lembradas pelos radialistas entrevistados, que não escondem um certo orgulho sobre as transformações que a emissora opera na Amazônia. Na própria equipe profissional, há um exemplo vivo. O indígena Pipi Kaiabi, ouvinte na aldeia onde vivia no Xingu, no norte do Mato Grosso, realizou seu sonho: chegou na emissora em 1992 para ser fazer um curso de operador de áudio e depois foi contratado. Embora não seja apresentador, ele também desenvolveu uma relação íntima com diversos ouvintes, que lhe enviam mensagens carinhosas que são lidas no ar.

Para os ouvintes mais antigos, esse carinho se apresenta frequentemente na forma de uma memória afetiva. O seringueiro José Moreira da Silva relembra uma vinheta dos anos 1980 durante a entrevista para a TV Brasil: "É a voz do povo, que canta e chega em qualquer lugar. É a voz do meu país" (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2020). A empregada doméstica Cleonice Santos Norberto guarda calendários antigos que eram distribuídos com fotos dos apresentadores da emissora. São indícios de uma relação que abrange diversas dimensões da experiência humana: a confiança, o companheirismo e também o luto. Não por acaso, Cleonice conta ter chorado por quase um mês quando Tia Leninha faleceu em 2008 e por semanas quando Sula Sevilis deixou a emissora mais recentemente. Eram elas as suas melhores amigas contra a solidão quando o esposo partia à trabalho para ficar quase um mês longe de casa.

Nas palavras dos ouvintes entrevistados no programa da TV Brasil, a Rádio Nacional da Amazônia foi descrita como companheira, parceira, amiga, rainha da comunicação, professora e educadora. Ela se intromete na dinâmica cotidiana, participa dos momentos de lazer e do trabalho e reconfigura o tempo na Amazônia. O rádio de pilha, pendurado em uma árvore qualquer, acompanha a lavagem de roupa na beira do rio. O ex-garimpeiro e pescador Otaviano dos Santos lembra do seu ritual diário: antes de iniciar o trabalho no Mato Grosso, uma corda era feita de alça para permitir que o aparelho de rádio pudesse descer junto a ele no barranco do garimpo. Izabel Maria dos Santos, de Xinguara-PA, diz preferir o rádio à televisão, pois a voz lhe acompanha em meio aos afazeres, enquanto a imagem lhe exige uma atenção fixa. Ela se apaixonou pela Rádio Nacional da Amazônia quando ainda não tinha seu próprio aparelho: era na casa da tia, para onde ia todos os dias após executar as tarefas domésticas, que escutava os seus apresentadores preferidos.

Seja pela sua participação em momentos únicos da vida, seja pela inserção cotidiana na vida dos amazônidas, a emissora parece ter selado uma cumplicidade com seus ouvintes. Mas trata-se, em última instância, de uma relação humana. A relação emissora-ouvinte pressupõe a relação radialista-ouvinte. Ao mesmo tempo em que há um carinho manifestado à Rádio Nacional da Amazônia, no discurso dos ouvintes, a emissora é constantemente tratada de forma personalizada na figura de seus apresentadores. As cartas e as participações nos programas revelam como determinados ouvintes se apegam a certos profissionais, mantendo apenas com eles uma intensa interação. O nível de confiança se estabelece aí. Não à toa, Mara Régia observa que, no programa Viva Maria, suas ouvintes somente aceitaram se abrir mais e falar de seus problemas íntimos quando ela assumiu a apresentação sozinha e não mais ao lado de um homem. Foi a partir da sua sensibilidade, que a radialista conseguiu construir com suas interlocutoras uma relação de mulheres amigas, que permitiu que a audiência adquirisse a confiabilidade necessária para um programa que se propunha a desnudar questões de gênero numa Amazônia isolada, ribeirinha, indígena, repleta de comunidades sem eletricidade. Não é por acaso que Maria Aparecida, da cidade de Santa Maria das Barreiras-PA, afirma à TV Brasil em 2011 que, quando a pilha do seu rádio acaba, ela vende uma galinha, mas não deixa de ouvir a “amiga Mara” (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2011). A radialista estabeleceu laços profundos, mantendo contato com muitas de suas ouvintes há décadas, organizando-as em uma rede e inclusive

construindo oportunidades para que elas pudessem se aprofundar nas reflexões de gênero em eventos organizados em outras partes do país.

Há um aspecto muito comum no ingresso de profissionais na emissora. A maioria dos relatos registra o parco conhecimento que detinham a respeito da Rádio Nacional da Amazônia. À exceção de Beth Begonha, todos os outros quatro entrevistados revelaram que pouco sabiam do trabalho que iriam desempenhar. As histórias são bastante semelhantes: da surpresa até o encantamento ao ver como se desenvolvia o contato ao vivo entre os radialistas e os ouvintes.

Comecei a conhecer, através das cartas, aquele universo. Fui ficando apaixonada. Em três meses não sabia mais viver sem aquele frisson. Imagina uma emissora com aquela potência, entrando na Amazônia, até então um continente apartado do resto do país, e de uma forma hegemônica. (RÉGIA, 2021)

Ao mesmo tempo, é interessante observar como os profissionais, uma vez dentro da Rádio Nacional da Amazônia, tendem a seguir toda sua carreira ali. Há uma rotatividade muito grande dos trabalhadores entre os diferentes setores na EBC. Eu mesmo já transitei pelo Portal EBC, pela TV Brasil e pela Agência Brasil. Nessa última, desempenhei duas funções diferentes: correspondente em Minas Gerais e repórter na sede do Rio de Janeiro. A Rádio Nacional da Amazônia, no entanto, destoa dos demais veículos da empresa nesse quesito: é onde as pessoas ficam. A exceção de Morillo Carvalho, que optou por deixar a emissora, os outros quatro profissionais entrevistados, em suas carreiras na EBC, sempre exerceram suas tarefas na Rádio Nacional da Amazônia e não manifestam interesse em mudar de setor. É possível que esse quadro assim permaneça, repetindo a trajetória de Artemisa Azevedo e Sula Sevilis, que se aposentaram recentemente após décadas falando para os amazônidas.

O capítulo anterior, através da imersão bibliográfica, ocupou do acontecimento histórico da criação da Rádio Nacional da Amazônia, e dos discursos que o envolvem. Compreende-se que a narrativa em torno da Doutrina de Segurança Nacional, subsídio ideológico do surgimento da emissora, absorve elementos do colonialismo. Também foi discutida a constituição da identidade amazônida e delimitou-se o que se entende por comunidades da floresta. Por fim, foi abordada a criação da EBC e a perspectiva da comunicação pública. Aqui neste capítulo, estão apresentadas as interseções extraídas do material analisado, a partir das quais foram mapeados elementos contextuais desse

encontro entre a emissora e o ouvinte. Trata-se de uma retomada do fluxo metodológico da análise de conteúdo. As etapas A (do dado bruto à análise descritiva) e B (da análise descritiva à categorização) já estão superadas. Passaremos a etapa C (da categorização às inferências).

Vale lembrar que estabelecemos seis categorias temáticas: interações cotidianas (1), interações consideradas para o processo produtivo da emissora (2), interações na era tecnológica (3), interações pós-criação da EBC em 2008 (4), interações com intuito educativo (5), interações presenciais (6). Os abordaremos agora em sete tópicos, nos quais fazemos inferências a partir do cruzamento dos dados. Conforme a **Figura 09**, uma dessas categorias terminou por se desdobrar em dois tópicos do presente capítulo.

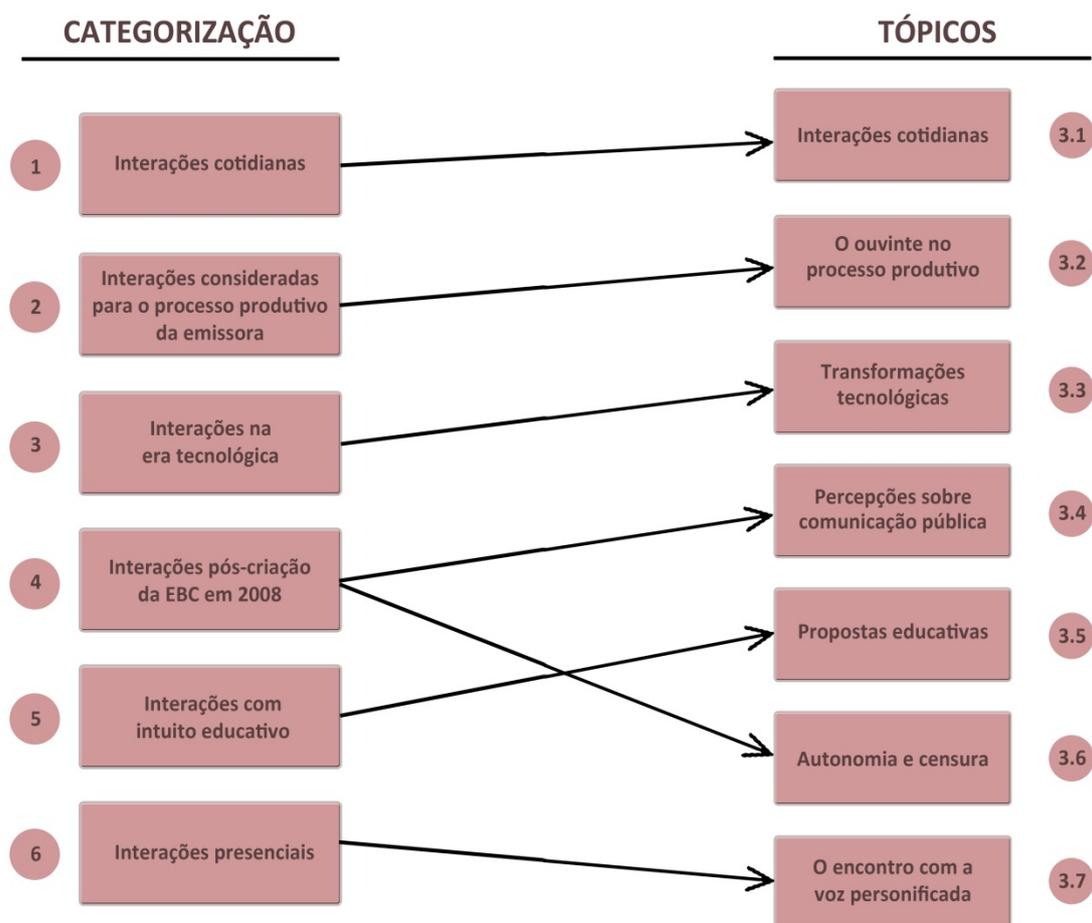


Figura 09: Representação da conversão da categorização em tópicos de inferências

3.1 INTERAÇÕES COTIDIANAS

Um aspecto que se sobressai das narrativas dos radialistas acerca da relação com os ouvintes envolve a construção de laços consistentes ao longo do tempo. Os profissionais guardam relatos de pessoas que os acompanham há anos, às vezes décadas, e com os quais mantêm contato frequente. Para Beth Begonha, a Rádio Nacional da Amazônia alcança o sonho de todo veículo que é a fidelização. Em alguns casos, isso pode decorrer do simples fato de que o ouvinte só tem uma possibilidade. No entanto, é possível perceber a partir do processo interativo uma fidelização que se desenvolve pela imersão da emissora na vida de muitas famílias. É uma relação consolidada como parte de uma dinâmica diária, semanal, mensal. Deixa de estar no horizonte pensar a vida sem pressupor a existência da Rádio Nacional da Amazônia. Atendidos em suas demandas por trocas comunicacionais, uma gratidão se revela na forma de mensagens carinhosas e intimistas, de modo que não apenas a emissora adentra suas rotinas, como também suas rotinas e momentos particulares passam a ser conteúdo nos programas da emissora.

Junto com as cartas, fotos também integram os acervos pessoais de correspondências: ouvintes trabalhando na roça, pescando, semeando. Nos textos, manifestam seus estados emocionais – se estão alegres ou tristes – e contam sobre momentos importantes de suas vidas: aprovação no vestibular, nascimento de um sobrinho, morte de um ente querido. São comuns, entre as narrativas dos profissionais, relatos de ouvintes que vivem em fazendas isoladas e que enviavam dezenas de cartas simultâneas sempre que iam à cidade mais próxima. As impressões de Beth Begonha buscam explicar o comportamento: como a voz dos profissionais entrava em suas casas diariamente, o ouvinte queria enviar suas palavras de volta também na mesma proporção. Assim, como não iam com muita frequência à cidade, aproveitavam a oportunidade para compensar todos os dias que não pôde se corresponder com os radialistas.

Atualmente isso continua ocorrendo porque ainda há muitas comunidades isoladas, mas os relatos dos radialistas dão conta que, com o avanço da tecnologia e da comunicação via redes sociais, o volume de cartas que já vinham se reduzindo lentamente ao longo do tempo entrou em rápido declínio a partir de 2016. Elas ainda chegam, mas a troca de mensagens com muitos ouvintes em tempo real, sobretudo pelo

aplicativo Whatsapp, reitera o poder de inserção da emissora na rotina desses amazônidas.

Considero que é uma relação de muita confiança e de muito carinho. Não tenho outra palavra para dizer. Eu me emociono demais. 'Juliana, bem vinda à minha casa'. 'Que bom que você está aqui'. 'Olha o que eu estou cozinhando' e manda a foto do almoço. E eles têm uma sabedoria muito grande. Uma sabedoria da simplicidade. Eles falam coisas que eu penso: 'não poderia ser mais perfeito'. É um público que é qualificado. Um público que não sei se é sensível a palavra. É um público muito aberto a receber, a trocar. É muito lindo. E é legal que tem ouvinte que bate ponto, participa todo dia. Mas ao mesmo tempo todo dia aparece alguém diferente. (MAYA, 2021)

Nos contatos com o radialista, de forma implícita ou explícita, os ouvintes apresentam suas personalidades e identidades. Didi Martins nota que, pela forma de abordagem, pode se notar aqueles mais envergonhados: os que apenas mandam uma saudação e elogiam o programa. Os que desenvolvem uma relação que ela considera de maior proximidade são aqueles que contam e explicam seu estado de humor e que relatam acontecimentos em suas vidas. Na era das redes sociais, alguns enviam mensagens todos os dias.

Na percepção de Mara Régia, há uma característica peculiar do rádio, que o diferencia de outras mídias e que contribui para a relação intimista que possibilita essa abertura através da qual o ouvinte se coloque diante do mundo. Como o radialista é uma voz e não uma imagem, ele se torna menos invasivo. O olho da pessoa não estando ali presente, adentrando a privacidade, permite que o ouvinte não se sinta pressionado em se expor e o faz no seu próprio tempo. Essa característica foi, segundo Mara Régia, fundamental para o sucesso do Viva Maria.

Com isso as mulheres tem a intimidade, através de uma carta, de colocar questões que muitas vezes elas não podem revelar para a melhor amiga, e revelam pra gente. Tem essa questão de você quebrar silêncio, através do rádio, para falar das questões da violência, pra falar das questões mais íntimas da geografia do feminino. São muitas as mulheres que falam de sexualidade e de direitos reprodutivos. (RÉGIA, 2021)

As cartas são capazes de documentar problemas sociais profundos sem que eles sejam abertamente ditos. Uma delas, dirigida à Tia Leninha, traz um pedido que desnuda discursos permeados por uma aceitação e normalização da exploração do

trabalho infanto-juvenil na década de 1980. Escrita por uma adolescente de 15 anos que pede anonimato, a correspondência revela um desejo: morar com Tia Leninha. A interlocutora diz que poderia ser empregada doméstica e que faria qualquer coisa para viver em companhia da apresentadora, acrescentando ainda que não tem pai e que sua mãe tem lhe dito que já era hora de ir morar e trabalhar na casa de outra pessoa. Embora seja um exemplo extremo, é possível extrair outras passagens nas correspondências que revelam uma dimensão profunda da intimidade que se estabelece nessa relação, através da qual o ouvinte, jovem ou adulto, se abre e expõe sua vida de uma forma particular.

A intensidade dessa troca ganha registros peculiares. A TV Brasil documentou a decisão de Reginaldo Pereira do Nascimento, morador da reserva extrativista Riozinho do Anfrísi no Pará, de nomear sua filha homenageando Mara Régia. Imagens que testemunham encontros dos radialistas da emissora com seus ouvintes também impressionam. Beth Begonha compara esses momentos, que ocorrem durante alguma cobertura jornalística ou participação em eventos nos estados da Amazônia, a uma das principais celebridades midiáticas da atualidade. “Eram verdadeiros acontecimentos quando a gente chegava na Amazônia. Desceu Anitta. Porque é alguém muito íntimo. É uma Anitta amiga da gente. É muito louco o tipo de afeto que isso desenvolve” (BEGONHA, 2021).

Com o avanço tecnológico e o advento das redes sociais, a lida com a intensidade dessa relação provoca reações distintas entres os profissionais: alguns são mais permissivos, outros mantêm troca de mensagens apenas com ouvintes mais íntimos. Há também os que procuram delimitar a interação ao horário de trabalho e deixam suas redes sociais mais fechadas. Em todo caso, há uma dimensão afetiva similar que atravessa todo esse contato fundamental para consolidar uma fidelização em mão dupla. Se há ouvintes que atravessam anos e até décadas acompanhando o trabalho de um ou mais radialistas da emissora, da mesma forma os profissionais também têm dificuldade de se verem longe dali. Mara Régia fala de um compromisso com aquela mulher que começou a lhe ouvir com 17 anos e que aos 47 anos continua lhe tendo como referência.

Radialistas também apostam nessa companhia longa como elemento central para manter vivo o trabalho da emissora. Beth Begonha diz se impressionar com a troca de recados entre netos e avós via Rádio Nacional da Amazônia, no que ela define como fidelização transgeracional. Ao mesmo tempo em que se entrelaça no cotidiano do

ouvinte, a emissora também se entrelaça no cotidiano familiar. Em um contexto mais amplo, há uma imersão no cotidiano comunitário. O avanço das redes sociais gera mudanças, mas não há um padrão na reação dos ouvintes a esta nova realidade. Se afastar do rádio pode ter sido o caminho de muitos. Mas não se pode ignorar que há uma parcela que se apropriou dessas redes de forma a fortalecer sua relação com a emissora. A TV Brasil documenta a existência de grupos de Whatsapp específicos para ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia. As pessoas que antes se conheciam trocando cartas, agora tem a possibilidade de uma comunicação mais instantânea.

3.2 O OUVINTE NO PROCESSO PRODUTIVO

O processo de produção dos programas em si é, segundo os relatos, muito pouco subsidiado por estudos que tenham algum tipo de metodologia pensada. Todos os entrevistados afirmaram que o conteúdo que colocam no ar é decorrente principalmente do *feeling* dos profissionais, isto é, de suas próprias percepções. E elas seriam construídas, sobretudo, a partir do contato com os ouvintes. Nenhum deles teve conhecimento de qualquer estudo realizado nos últimos anos pela EBC relacionado à audiência, seja de viés quantitativo, seja de viés qualitativo. Alguns deles relataram ter acompanhado relatórios da Ouvidoria e consideraram haver ali apontamentos pertinentes. Mas as interações com os ouvintes são apontadas como o instrumento mais relevante para a construção das percepções que irão, ao longo do tempo, subsidiar a produção. Elas forneceriam dois tipos de dados: temas de interesse e informações geográficas da audiência. Em um cálculo mental, Beth Begonha estimou que 70% da pauta do extinto programa Amazônia Brasileira teria sido requisição dos ouvintes.

Nós recebíamos milhares de cartas. O *feedback* que nós tínhamos era muito significativo. E recebíamos demandas de tudo que você pode imaginar: desde unha encravada até questões de comunidades indígenas com problemas de invasão de madeireiros, garimpeiros ilegais. (BEGONHA, 2021)

A progressiva substituição da carta pelas redes sociais, nos últimos anos, teria deslocado o espaço de interação. Atualmente, Beth Begonha apresenta um programa intitulado ‘Boas práticas para os tempos de coronavírus’. Focado em questões de saúde, a definição das temáticas a serem abordadas levam em conta as sugestões enviadas pelos ouvintes por meio do Whatsapp.

O conteúdo das correspondências entre radialista e ouvinte sempre foi levado em conta no processo de produção desde os primeiros anos de vida da emissora. Boa parte dos programas pioneiros exploravam possibilidades de entretenimento que surgiam a partir dessa interação. A emissora estimulava os ouvintes a gerar conteúdo que tivesse condições de ser apropriado para promover divertimento. Algumas dessas iniciativas são registradas como experiências de sucesso no programa que celebra os 10 anos da emissora. Os Contos do Décio Caldeira, por exemplo, colocavam no ar histórias enviadas pelos ouvintes narradas na voz do apresentador. O programa Alma das Coisas também era produzido levando em conta relatos registrados em cartas: objetos como uma colher, uma panela ou um fósforo eram apresentados como se tivessem sentimentos e suas histórias percorrendo o Brasil eram geralmente adaptações de histórias dos ouvintes.

Havia também um quadro de adivinhação no programa Domingo Nacional. O público era estimulado a encaminhar charadas: as melhores e mais difíceis, indecifráveis para o apresentador, eram premiadas com brindes que, muitas vezes, eram fornecidos por outros ouvintes. O programa registra, por exemplo, a iniciativa de um deles que encaminhou canetas, chaveiros e colares para sorteio. Esse tipo de interação também está documentado em uma das cartas encaminhadas para Tia Leninha: um ouvinte de 17 anos ouvinte, estudante de desenho artístico e publicitário, diz que ficaria feliz se pudesse enviar quadros para serem sorteados às crianças.

As cartas, nessa época, também já se consolidavam como o principal indicador da audiência. Números apresentados no programa que celebrou os 10 anos da emissora dão conta que o programa Pergunte o que Quiser, no qual eram respondidas perguntas selecionadas dos ouvintes, recebeu 21.558 cartas em 1979, 26.175 em 1980, 35.776 em 1981, 30.476 em 1982, 16.380 em 1983, 24.273 em 1984, 27.357 em 1985 e 21.839 em 1986. No seu último ano de apresentação, em 1987, foram 27.408 correspondências. O alto volume de cartas garantia a longevidade dos programas na grade da emissora. A intensa correspondência rendia ainda reconhecimento político. No programa comemorativo dos 10 anos da Rádio Nacional da Amazônia, Rita Furtado relata ter sido chamada para uma reunião com o então presidente Ernesto Geisel logo que a emissora começou a receber as primeiras centenas de cartas. Mas além das correspondências, haviam outros indicadores que eram considerados para atestar o sucesso de audiência da emissora. Um deles era o sucesso fonográfico: diversos apresentadores das duas

primeiras décadas da Rádio Nacional da Amazônia também se aventuraram na música e se tornaram verdadeiras referências para os ouvintes. O sucesso da emissora, respaldado por esses indicadores, era também reconhecido em alguma medida pelo mercado: nesse tempo, não havia nenhum veto aos anúncios comerciais e eles eram recorrentes na programação.

Ao longo do tempo, consolidou-se entre os profissionais a percepção acerca da impossibilidade de se aferir a audiência da Rádio Nacional da Amazônia de outro modo. As cartas são citadas pelos variados entrevistados como a alternativa aos levantamentos quantitativos do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), empresa privada que se consolidou no país como a maior medidora dos públicos das emissoras de radiodifusão⁶¹.

Pensar Ibope pra Amazônia esquece. Como medir audiência nos nove estados da Amazônia Legal sendo que cada um tem uma pegada diferenciada. Você tem várias Amazônias. É um território. Um mundo. Podemos julgar pelo sucesso fonográfico e pelas incursões nessas brincadeiras que a rádio bancava. E as cartas eram o grande termômetro. Funcionavam como se fosse o Ibope. De repente chega um caminhão de cartas de uma cidade inteira que se mobiliza, era um indicador muito forte. Tanto assim que a publicidade fez uso e abuso dos seus fármacos para vender. (RÉGIA, 2021)

Além de julgarem impossível a aferição da audiência de uma emissora de ondas curtas pelas metodologias do IBOPE, os radialistas acreditam que esse caminho tampouco seria uma forma adequada de avaliar a pertinência do trabalho da Rádio Nacional da Amazônia. Mara Régia considera que as emissoras comerciais, muitas vezes, procuram pontuar no IBOPE lançando mão de programas apelativos, sensacionalistas e policialescos, em busca de um número de ouvintes que as mantenham bem ranqueadas e atraentes para anunciantes. Não havendo o objetivo de concorrer por audiência com esse tipo de programação, as cartas se tornariam um indicador mais interessante. Afinal, ao mesmo tempo em que podem oferecer indicativos no aspecto quantitativo, também fornece aos profissionais elementos para elaborarem um desenho

⁶¹ O IBOPE foi criado em 1942 com o objetivo de realizar pesquisas sobre os hábitos, gostos e preferências do público e de manter um serviço de monitoramento de ouvintes de rádio em todas as horas do dia, apurando os índices de audiência de cada estação, com um rigor até então desconhecido. Consolidou-se posteriormente como referência também para os levantamentos de audiência em televisão e para apuração das intenções de voto durante os processos eleitorais. Em 2014, o grupo estrangeiro Kantar comprou a divisão de mensuração de audiência e estudos de mídia, criando a Kantar Ibope Media. Em 2021, executivos do antigo IBOPE estruturaram o IPEC, que está focado em pesquisas de opinião e de intenção de votos.

mental do perfil de seu ouvinte. Uma imagem da audiência se constrói na subjetividade de percepções que emergem na troca de correspondência com os ouvintes. Mas não se tratam de percepções restritas ao foro individual, uma vez que elas são compartilhadas com os colegas de trabalho formando uma perspectiva coletiva que influencia o olhar que eles direcionam para a interação. Essa imprecisão do desenho qualitativo, no entanto, é admitida por vezes pelos próprios entrevistados.

Não sabemos exatamente o perfil dos nossos ouvintes. Não dá pra dizer que nesse programa o perfil é esse e naquele programa é outro. Por exemplo, temos o programa Nacional Jovem. Tentamos levar uma programação mais jovem com assuntos jovens. Mas eu que sou a apresentadora percebo que não são só jovens que participam. (MARTINS, 2021)

Essa mescla de diferentes faixas etárias também se apreende das cartas encaminhadas à Tia Leninha. Apesar de seu programa ter foco no público infantil, os remetentes das correspondências não são apenas jovens e crianças. Das 14 cartas, há 5 escritas por adultos seja para relatar o interesse de seus filhos pelo conteúdo veiculado, seja para dizer que também gostam do programa. Uma professora de educação infantil, por exemplo, parabeniza o trabalho pelo potencial didático. Há uma correspondência curiosa, assinada por uma criança, de Pontes e Lacerda-MT, que diz ter um ano e três meses. Ela conta que não saiu de perto do rádio quando foi ao ar a história do Chapeuzinho Vermelho e diz que já sabe falar algumas palavras. Obviamente, algum parente dessa menina – provavelmente o pai ou a mãe – era o responsável pela correspondência.

A impossibilidade de um desenho qualitativo mais preciso da audiência é justificada também pela diversidade do público, dada a abrangência do sinal: os ouvintes vivem tanto em cidades grandes e pequenas, como em comunidades isoladas indígenas ou ribeirinhas e possuem ocupações tão distintas quanto são o agricultor e o motorista de caminhão. A percepção dessa diversidade foi traduzida em palavras na vinheta produzida em 2014 para a programação de aniversário de 37 anos da emissora.

Bem devagarinho estamos descendo o Rio Amazonas. Também vamos subir o Solimões, o Teles Pires, o Tapajós. Agora estamos no Rio Branco, nas barrancas do Negro, no Madeiro, no Japurá, no Trombetas. Como é bom seguir pelos afluentes do velho Xingu. Viajar horas e horas pelo Tocantins. Pescar no Iriri. Águas que te quero limpas. Por terra, estamos descendo encostas, subindo coxilhas. Ecoando vozes e canções por entre sons dos animais. É a vida cada vez mais viva. E estamos indo longe, muito longe, não importa como. No lombo do cavalo, no pequeno trator, na bicicleta. Estamos

ao lado de homens e mulheres, índios, negros, quilombolas, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, garimpeiros e muitos outros. Há 37 fazendo história, somos a voz desse mundão de Deus. Somos a voz de uma gente que de tão bela já se confunde com esse colosso chamado norte do Brasil. Somos a Rádio Nacional da Amazônia (NOSSA TERRA, 2014)

A participação ativa, seja pela sugestão de temas, entrevistas e quadros, seja pelo envio de perguntas, foi frequentemente mencionada como importante para que os radialistas pudessem construir uma ideia mental de quem são e quais são os interesses de seus interlocutores, podendo assim planejar os programas. Um exemplo citado por Juliana Maya envolve um quadro de culinária, para o programa Tarde Nacional, que vinha sendo gravado e precisou ser interrompido em decorrência da pandemia de covid-19. Embora os primeiros episódios já estivessem concluídos, ele ainda não tinha previsão para ir ao ar, mas apresenta os próprios ouvintes ensinando a receita de pratos com os quais tenham desenvolvido alguma memória afetiva. Através de programas como esses, os radialistas afirmam aprender sobre o que seus interlocutores comem, que tipo de música escutam, que assuntos se interessam, entre outras questões. Juliana Maya tomou a iniciativa de produzir esse quadro de culinária após a provocação de uma ouvinte que relatou sentir falta do tema na programação. Mas o formato assentado na interatividade foi pensado pela radialista a partir de sua percepção: em sua visão, seria mais interessante para os próprios ouvintes que eles mesmos ensinassem as receitas.

A imagem mental dos interesses e gostos dos ouvintes é mobilizada pelos radialistas para planejar o conteúdo mesmo quando a demanda não vem explicitamente do público. Morillo Carvalho afirma por iniciativa sua foi criado o Mosaico. O programa de cultura não havia sido demandado pelo ouvinte, porém ele julgou que, entre os temas de interesse do amazônida, esse era um que estava ausente da grade. O Mosaico surgiu primeiro como um quadro do programa Nacional Jovem, para falar sobre a cultura da região. Entrou no ar em dezembro de 2009, tendo a cantora Fafá de Belém como a primeira entrevistada. Nessa altura, Morillo se dividia entre a produção do quadro e o trabalho na reportagem. A iniciativa foi bem avaliada e sua então chefe propôs a conversão para um programa. O Mosaico entrou na grade no dia 10 de setembro de 2010, se mantendo no ar por 9 anos.

Quando lançamos, recebi uma carta de um ouvinte do Pará dizendo: 'era o programa que faltava'. Mas essa não era uma demanda clara que o ouvinte nos trazia anteriormente: a vontade de ouvir sobre cultura. Mas foi só começar, que eles acharam muito legal. E também buscamos trazer o agente

de cultura da região amazônica para dentro da rádio. Em geral, os programas tocam muito sertanejo, um ritmo que é favorito absoluto no interior do país. (CARVALHO, 2021)

Há, no entanto, um programa que reivindica uma base mais científica. O *Amazônia Brasileira* tem uma origem particular. Foi com a proposta de sua criação que a radialista Beth Begonha recebeu um convite para ingressar na emissora em 2003. Dois anos depois, ela foi aprovada em um concurso da Radiobrás e foi efetivada como funcionária do quadro. O *Amazônia Brasileira* se manteve no ar por 13 anos. Beth Begonha conta que o projeto do programa é um desdobramento da pós-graduação na Universidade de Brasília (UnB) em Desenvolvimento Sustentável e Indigenismo. Incomodada com o pouco espaço que a mídia destina aos povos indígenas, ela investigou como os meios de comunicação vinham abordando questões de interesse dessas populações. Uma de suas constatações foi a existência de um processo que retira o protagonismo dos indígenas, tratando os assuntos geralmente do ponto de vista de antropólogos ou de representantes da FUNAI. Ela passou a defender a necessidade de se abrir as portas da radiodifusão brasileira para os povos indígenas.

Quando você entra nesse mundo você percebe que eles são perfeitamente capazes de falar por si mesmo. Claro que você pode ouvir a FUNAI, ouvir o antropólogo, mas os indígenas eram parte constante dessa rádio, tinha nessa rádio uma grande confiança. E por isso o programa foi especial (...) Eles estavam ávidos por um espaço onde pudessem ser vistos como pessoas e também como cidadãos. De tudo o que eu fiz na minha vida, e eu já fiz muitas coisas, não há nada que eu considere mais legal. E legal inclusive no sentido jurídico da palavra (BEGONHA, 2021)

Além da sua pós-graduação, Beth Begonha avalia que o projeto que lhe credenciou para entrar na emissora estava carregado de um outro tipo de aprendizado. Embora nascida em Brasília, ela morou durante muitos anos na capital de Rondônia. Foi lá, aos 16 anos, que passou em um teste e começou a trabalhar com rádio. E sua porta de entrada para a profissão foi a Rádio Nacional de Porto Velho, antiga emissora da Radiobrás, já extinta, que transmitia em ondas tropicais. O sinal chegava a outros estados como Amazonas, Maranhão e Acre e Beth Begonha já buscava se inspirar nas apresentadoras de sucesso da Rádio Nacional da Amazônia que ela acompanhava como Tia Leninha e Mara Régia. Atualmente, Beth Begonha é a única radialista da emissora que efetivamente viveu na região. Toda essa trajetória de uma profissional que cresceu na Amazônia e que trazia uma rica vivência radiofônica na região influenciaria de alguma forma o projeto do *Amazônia Brasileira*.

3.3 TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS

O primeiro programa da Rádio Nacional da Amazônia a apostar de forma sistemática no Whtasapp como ferramenta de contato com o ouvinte foi o Tarde Nacional, em 2014. Segundo a sua apresentadora Juliana Maya, houve resistências internas, em alguma medida vinculada a um romantismo que permeia a comunicação por cartas. Porém, mais do que o desejo dos radialistas em continuar recebendo as cartas, estaria em questão as necessidades e vontades dos ouvintes. Mais cedo ou mais tarde, ficaria claro que aderir a formas mais tecnológicas de interação seria pré-requisito para acompanhar as transições geracionais e absorver novas audiências.

Hoje parece uma coisa óbvia, mas em 2014 não era. As pessoas não acreditavam. Achavam que ia ser um fiasco, que ninguém ia participar. Mas deu muito certo e é onde estou até hoje. Não sei exatamente se foi ideia minha ou da Roberta, produtora do programa. A gente é muito parceira. Temos uma conexão tão boa que é difícil dizer o que é minha ideia e o que é dela. Criamos muitas coisas juntas. Não lembro como surgiu a ideia, mas estreamos fazendo uma brincadeira com o Whatsapp. Então no primeiro dia de programa, a gente passou um conto que eu escrevi e gravamos a participação dos ouvintes interpretando os personagens pelo Whatsapp. Foi uma experiência e ficou bem legal. Os ouvintes adoraram (MAYA, 2021)

Atualmente, todos os programas já promovem interação por meio do Whatsapp. As transmissões em tempo real ocorrem pelo site da emissora, vinculado ao Portal EBC, e também por meio de um aplicativo⁶². Algumas plataformas são menos usadas. No Twitter e no Facebook, há um perfil conjunto para todas as emissoras reunidas sobre o selo “Rádio Nacional”: do Rio de Janeiro, de Brasília, da Amazônia e do Alto Solimões. Em relação ao Youtube, há restrições envolvendo os direitos autorais das músicas reproduzidas e, por essa razão, a transmissão pela plataforma ocorre apenas em alguns programas. O ‘Eu de cá, Você de lá’ é um deles. Criado antes mesmo do Ponto de Encontro e veiculado em horário noturno, ele é centrado nas mensagens dos ouvintes. Já tendo chegado a receber uma média de 11 mil ligações mensais (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2020), ele trocou o contato telefônico pelo Whatsapp e por comentários na transmissão ao vivo pelo Youtube.

⁶² Em novembro de 2017 foi lançada uma nova versão dos Rádios EBC e em agosto de 2018 o EBC Play.

Embora existam canais e redes sociais oficiais da emissora, é pelas contas pessoais que se desenvolve a comunicação mais intimista. Alguns profissionais usam celulares funcionais cedidos pela empresa onde contam com perfis de Whatsapp exclusivos para o trabalho. De toda forma, é principalmente nesse contato pessoal e direto que se desenvolve a ligação ouvinte-emissora. Ali trocam vídeos, imagens, áudios de conteúdos variados. Enquanto os ouvintes mostram detalhes de seu dia a dia, os profissionais eventualmente compartilham momentos de descontração do ambiente dos estúdios. Essa comunicação direta, por vezes, deixa claro que o acesso à internet encontra limitações e que persistem problemas estruturais relevantes para as comunidades mais isoladas. Aparecem nas entrevistas dos profissionais, relatos sobre pessoas que enviam mensagens em horários aleatórios. “Muitas vezes eu recebo mensagens e a pessoa diz: 'Eu estou mandando essa mensagem agora, porque aqui não tem internet. Então estou mandando agora para aproveitar que eu vim aqui e tem sinal’” (MARTINS, 2021).

Relatos como esse ajudam a explicar porque o rádio persiste como forma de comunicação para estes ouvintes. Há pessoas que aproveitam um momento raro de sinal de internet ou que precisam se deslocar até um local mais distante onde é possível fazer uso do Whatsapp. Aqueles que ainda vivem em áreas onde não há eletricidade enfrentam desafios para carregarem seus celulares. Todas estas barreiras são colocadas na equação do processo comunicativo: são fatores que serão levados em consideração, por exemplo, pela mãe que vive em uma fazenda isolada e almeja enviar um recado para seu filho numa comunidade distante.

Essa Amazônia profunda, desconhecida de grande parte dos brasileiros, se apresenta nas entrevistas dos radialistas que, no entanto, estão baseados em Brasília. Mas o processo interativo que se revela nessa troca com os ouvintes são representativos do avanço desigual da tecnologia. Didi Martins se emociona ao lembrar-se de um caso peculiar: um viajante paulista que esteve na Amazônia conseguiu lhe encontrar pelo Facebook. Ele trazia um recado de uma família ribeirinha, que vivia em um local sem nenhum acesso à internet e que era ouvinte da Rádio Nacional da Amazônia. Pediram ao viajante que dissesse à Didi Martins o quanto eles a admiravam.

Mas se a desigualdade se faz notar nessa interação, os profissionais também apontam os resultados de um avanço tecnológico, ainda que tardio. Juliana Maya

observa mudanças significativas para o trabalho agropecuário. Ele dá um exemplo: peões que guiam boiadas precisavam planejar o momento certo de enviar uma carta a tempo de que ela chegasse à Rádio Nacional da Amazônia e pudesse ser lida no ar para dar ciência aos seus interlocutores. Agora tudo está a um clique instantâneo. Agricultores familiares podem facilmente combinar um local de encontro para troca de sementes. O uso da tecnologia também traz resultados não previstos. Juliana Maya relata a surpresa com um movimento de resgate: ouvintes antigos que saíram da Amazônia estão se reencontrando com a região pela internet, ouvindo a emissora pelo aplicativo ou pelo site. Alguns voltam a se comunicar com os apresentadores prediletos.

Longe dos olhos dos radialistas, a tecnologia também propiciou novas formas de conexão entre os ouvintes. Se antes eles faziam amizade por meio de cartas e combinavam visitas uns aos outros, agora eles se reúnem virtualmente em grupos de Whatsapp. A intensidade dos laços que podem se estabelecer ali foi documentada no programa da TV Brasil: o encontro inédito e o abraço emocionado da agricultora Sandra Chiodi e da empregada doméstica Cleonice Santos Norberto, que só se conheciam por meio de um desses grupos de ouvintes onde conversavam diariamente.

Essas comunidades virtuais de ouvintes também contam, em alguns casos, com a presença dos radialistas. Mara Régia percebe um fortalecimento da relação com a audiência através do contato permanente no grupo das Super Marias, que reúne cerca de 100 ouvintes do Viva Maria. Ao acelerar a comunicação e permitir uma troca mais instantânea de informações, a tecnologia potencializou o poder das denúncias de violência doméstica que são levadas ao programa. Ela permite também atender de forma mais célere dúvidas dos ouvintes. O programete ‘Boas práticas para os tempos de coronavírus’, atual trabalho de Beth Begonha, consegue oferecer respostas para questões enviadas pelo Whatsapp em um contexto de pandemia onde as pessoas foram demandadas a readequar, repentinamente, seus comportamentos. A experiência, no entanto, tem revelado também que a tecnologia traz também novos desafios para os radialistas. Lidar com a circulação de informações falsas é um dos principais dele.

Se tornou uma coisa um pouco perigosa porque o Whatsapp é de graça e todo mundo tem acesso. Então a importância da rádio se reforça nesse momento porque é um lugar seguro onde você vai buscar pessoas gabaritadas para trazer informações sobre questões muitas vezes propostas pelos próprios ouvintes, além de ter funcionários públicos que têm as suas responsabilidades. (BEGONHA, 2021)

3.4 PERCEPÇÕES SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Com o início da gestão de Eugênio Bucci como diretor-presidente da Radiobrás em 2003, as novas diretrizes para as emissoras da Radiobrás também irão atingir a Rádio Nacional da Amazônia. Até então, a distinção entre comunicação pública e estatal não era uma preocupação no horizonte dos gestores e nem era uma discussão estimulada pela emissora ou colocada para a equipe de radialistas. Demarcar esse processo de mudança, reiterado com a criação da EBC em 2007, é importante para que se possa identificar fatores contextuais que impactam no desenvolvimento da interação entre os profissionais da emissora e os ouvintes.

Em 1987, durante a programação que celebrou os 10 anos da Rádio Nacional da Amazônia, o repórter Fernando Augusto faz elogios ao ex-presidente Arthur da Costa e Silva e se refere à Rádio Nacional de Brasília com uma das "emissoras oficiais do país" (PROGRAMAÇÃO ESPECIAL, 1987). Quatro políticos exercendo cargo público entram ao vivo para saudar a emissora e os ouvintes: o deputado federal Edison Lobão (MA), o deputado federal Júlio Campos (MT), o senador Jarbas Passarinho (PA), o deputado federal Aureo Mello (AM) e o senador Nabor Júnior (AC). Os três primeiros tiveram passagem pela ARENA⁶³ e seguiram suas carreiras políticas em siglas que se desdobraram da legenda governista do regime militar: PSD e PFL. Os outros dois figuravam no PMDB, de José Sarney, o primeiro presidente após o fim da ditadura militar que já ocupava o posto naquele momento.

A programação especial que celebrou os 10 anos da emissora ancora-se nas memórias de radialistas e trabalhadores, intercaladas com espaços para as saudações públicas. Nota-se a ausência de participação de políticos que traziam em seus discursos tons mais ácidos em relação ao recém-acabado regime militar. Também parece sintomático que o espaço para a manifestação desses parlamentares seja assegurado enquanto o ouvinte que interage no dia a dia seja tratado como audiência passiva no momento festivo. Apesar da leitura de algumas cartas, participações ao vivo da

⁶³ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político brasileiro que existiu entre 1965 e 1979 com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar. Sua fundação se deu como desdobramento do Ato Institucional nº 2, pelo qual o regime extinguiu o pluripartidarismo e instituiu o bipartidarismo. A oposição, em toda a sua diversidade, precisou se reunir no Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

audiência foram bastante pontuais, sendo registrada uma via telefone e outra diretamente do estúdio onde um ouvinte foi convidado para cantar uma música parabenizando a emissora. Parece haver uma apropriação política do aniversário da Rádio Nacional da Amazônia, caracterizada sobretudo na promoção da imagem de Rita Furtado, que naquela altura já era deputada federal por Rondônia. Ela faz uma longa participação lembrando as origens da emissora. Trabalhadores chamados a dar depoimentos de suas experiências prestam-lhe elogios ao longo de todo o dia. A radialista Sula Sevilis traça seu perfil ao longo de dois minutos.

Ela se dedicou extremamente para que o projeto da Rádio Nacional da Amazônia pudesse dar certo. Tomou a frente dos trabalhos. Acompanhou essa instalação da nossa emissora passo a passo. Dedicava até 15h de trabalho diário. Começou montando sua equipe de trabalho, montando suas metas. Estudou com afinco toda a região da Amazônia Legal, planejou uma emissora de rádio onde o mais importante seria você amigo ouvinte" "Tudo era feito em direção ao ouvinte, procurando atender basicamente aos anseios brasileiros que se sentiam um pouco afastados da realidade do seu próprio país". "Em 1982 ela se candidatou a deputada por Rondônia, pois sentiu que podia dar mais ainda de si. E o povo de Rondônia reconhecendo o trabalho brilhante de Rita Furtado apostou na sua competência. Durante os quatro anos de seu mandato, Rita Furtado deixou sua marca através do seu trabalho e, em 1986, se reelegeu não só para o cargo de deputada mas também para representar uma parcela dos brasileiros numa missão importantíssima, tal qual é a formulação da nova constituição brasileira. (PROGRAMAÇÃO ESPECIAL, 1987)

Houve ainda uma saudação de José Carlos Magalhães de Toledo, presidente da Telecomunicações de Rondônia (TELERON), empresa operadora de telefonia que se desenvolveu contando em diversos momentos com o apoio de Rômulo Furtado e Rita Furtado⁶⁴. A celebração conta ainda com a participação de um líder religioso, Frei Domingos, e com a participação dos cantores Amado Batista, Geraldo Nunes e Gilliard. A radialista Mara Régia, a única que viveu esse período entre os radialistas entrevistados nessa pesquisa, considera que a forma como a emissora desenvolvia sua relação com o público era influenciada por diversos interesses políticos e econômicos privados. Uma rede de artistas foi estruturada para benefício mútuo: de um lado, a propagação de trabalhos dos profissionais parceiros e, de outro, a promoção da imagem da emissora e de seus radialistas. Muitas vezes, os próprios radialistas se transformaram em cantores e fizeram sucesso na Amazônia: entre eles, Márcia Ferreira, Frank Silva,

⁶⁴ A TELERON encerrou suas atividades em 1998, em decorrência do processo de privatização dos serviços de telefonia fixa no país, e suas operações foram absorvidas pela Brasil Telecom (atual Oi).

Maurício Fares, Edelson Moura e Maurício Rabelo. Uma das primeiras experiências musicais se deu com A Turma da Alegria, esquete humorística que contou com várias edições veiculadas no programa De Conversa em Conversa.

No mesmo ano em que foi criada, A Turma da Alegria lançou o seu primeiro disco, o LP A Turma da Alegria, com duas faixas: no Lado A ‘Volta Querida’, composição de Luiz Torres e Aluísio Torres, na voz de Paulo Torres, e no Lado B, ‘A Banda da Mariquinha’, composição de Décio Caldeira e Luiz Torres, na voz de Antônio Carlos. Com essa gravação, começou um novo fenômeno entre os locutores da emissora, a incursão pela música. Márcia Ferreira, por exemplo, até hoje é lembrada pelo sucesso da música Chorando se Foi. José Nery, que participou da gravação do segundo álbum de A Turma da Alegria, o Chegou A Turma da Alegria, de 1983, que trouxe cinco faixas musicais e cinco faixas com esquetes humorísticas, conta que as gravações surgiram da demanda do contato direto com os ouvintes. (PAIXÃO, 2019, p.69)

Uma marca da primeira década da emissora era a realização de muitos eventos na região amazônica onde seus profissionais poderiam interagir com o público que os admirava. Em algumas ocasiões, eram realizados concursos de cartas para eleger as cidades para onde a Rádio Nacional da Amazônia iria se deslocar. Aqueles radialistas que se aventuravam na carreira musical se apresentavam em shows, dividindo o palco com os demais músicos parceiros: o sucesso de ambos decorria da parceria. Locutores também entravam em cena dando vida aos famosos personagens que interpretavam nos radioteatros e radionovelas. Por sua vez, Rita Furtado liderou muitos desses eventos, que também contribuíam para promover sua imagem pessoal.

Naquele período lá atrás, o pessoal estava muito focado em fazer uma programação pra música, pra vender LP, pra fazer shows pela Amazônia. Isso dava uma complementação salarial. Havia um imbróglio de situações. Pessoas que eram cedidas para trabalhar pro governo, tudo junto e misturado. (...) O que vale saber é que esse legado de uma má utilização de um canal que usava verba pública acabou cristalizando uma postura pouco profissional. As pessoas entraram naquele modelo e não saíram mais. (RÉGIA, 2021)

Outro aspecto que chama atenção na programação de 10 anos da emissora é a presença recorrente de publicidade. Mesmo bancada com verbas do governo brasileiro, a emissora não abre mão de anúncios: eles promovem eventos culturais, materiais de construção, equipamentos para garimpeiros, fumo, serviços de táxi aéreo, cremes para a pele e medicamentos diversos como licor antimalárico, analgésico para dor de ouvido e supositórios para hemorroidas. A propaganda da loteria federal aparece como a única

envolvendo órgão público. Mara Régia lembra que esses anunciantes também faziam propaganda impressa: um exemplo eram os calendários que eles bancavam e que a Rádio Nacional da Amazônia distribuía anualmente na região. Eles eram ilustrados com fotos dos profissionais da emissora. A empregada doméstica Cleonice Santos Norberto, guarda até hoje alguns deles e os exibe no programa levado ao ar pela TV Brasil. (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2020)

Vedação ao proselitismo político, exigência de concurso público, proibição de anúncio publicitário na programação, autonomia frente ao governo: com o movimento que culminou na criação da EBC, a Rádio Nacional da Amazônia é arrastada para um debate que, em diversos aspectos, representa uma ruptura com sua trajetória. Uma repaginação da programação, no entanto, preservou programas históricos que foram considerados sintonizados com os princípios da comunicação pública, entre eles o Ponto de Encontro e o Eu de lá, você de cá, ambos centrados na leitura de recados. Entre outros, também foram preservados o Falando Francamente, que surgiu em 1990 centrado em questões de saúde, e o Viva Maria com seu foco no direito da mulher. Seus conteúdos, no entanto, passam a ser monitorados e avaliados pela Ouvidoria e pelo Conselho Curador, os quais passaram a emitir relatórios e recomendações.

O Viva Maria tem uma trajetória particular que ajuda a explicar a razão pela qual ele foi recorrentemente citado pelo Conselho Curador como referência de programação adequada para a comunicação pública. Embora tenha surgido ainda nos primeiros anos da Rádio Nacional da Amazônia, seu desenvolvimento se deu fora da zona de influência de Rita Furtado. Após retornar de um período de licença maternidade, a radialista Mara Régia foi alocada na Rádio Nacional do Brasil, focada na programação de ondas curtas para o exterior. Quando seu então chefe, Eduardo Fajardo, se tornou gerente da Rádio Nacional de Brasília transmitida em AM, ela conseguiu emplacar junto a ele o programa para dar voz às mulheres. Sua proposta partia de uma inquietação desenvolvida anos antes, quando ela morou em Londres acompanhando seu ex-marido que ocupou uma função na embaixada brasileira: a experiência no estrangeiro lhe despertou para a distância que as mulheres do Brasil estariam de uma cidadania plena. Até então atuando apenas como produtora, Mara Régia assumiu o microfone pela primeira vez, conduzindo o programa que logo consolidaria uma vasta audiência ao ser levada para a Rádio Nacional da Amazônia.

Fui chamando mulheres, como um programa revista, e cada uma delas falando da sua especificidade. Tinha feminista na área do direito. Eu usava o auditório da Rádio Nacional, que estava obsoleto, pra reunir as mulheres de Brasília num fórum que foi criado também no berço do Viva Maria justo por essas mulheres que eram minhas *partners*. E elas pilotavam o microfone junto comigo falando de saúde, de direitos sexuais, de trabalho, de questões da maternidade. Cada dia da semana, nós elegíamos uma temática. Tinha duas horas de programa. Conquistou uma grande audiência e ganhou o período nobre do rádio que é a parte da manhã. (RÉGIA, 2021)

O programa ficou por 10 anos no ar até Mara Régia ser demitida durante o governo de Fernando Collor. Ela retornaria à emissora três anos depois, em 1993, por meio de uma parceria com a WWF, uma ONG focada na conservação ambiental. Um acordo com a Radiobrás deu luz ao programa Natureza Viva, voltado para reflexões sobre o impacto do meio ambiente no corpo feminino. Mara Régia assumiu a apresentação a convite da WWF, que arcava com os custos do salário da equipe e também da produção, incluindo eventuais viagens. Alguns anos após a fundação da EBC, a radialista foi anistiada e reincorporada ao quadro de funcionários da emissora, que também fixou o Natureza Viva na programação. O Viva Maria, por sua vez, adotou um novo formato: um *podcast* de 15 minutos. Mara Régia considera que, a partir da fundação da EBC, novas regras buscaram conduzir a Rádio Nacional da Amazônia para um trabalho politicamente correto, centrado na cidadania.

Um aspecto que cumpre salientar é que as percepções sobre comunicação pública dos radialistas ouvidos, embora tenham diversos pontos de interseção, não é uniforme. Didi Martins fala em ter autonomia para discutir temas sociais com os ouvintes. Ela associa maior liberdade à ausência de anunciantes e de empresários atuando por trás da programação. Também cita o lugar ativo do ouvinte, que pauta a programação com suas questões.

Já fui procurada por uma ouvinte para falar de violência doméstica. Porque ela infelizmente sofreu e como eu poderia ajudá-la. Levamos ao ar uma entrevista sobre o assunto. Já fui procurada para falar de problemas do coração. Há mais essas dúvidas de questões de saúde e também dessa parte jurídica que eles querem alguma informação sobre isso (MARTINS, 2021)

Beth Begonha, numa perspectiva similar, observa que a comunicação pública deve ser livre de amarras de patrocinadores com vieses e, ao mesmo tempo, não deve depender financeiramente de governos, tendo formas de se sustentar para evitar as tendências de aparelhamento. Ela avalia ainda que a comunicação pública atende às

comunidades, abrindo espaços para a população e promovendo inclusão. A Rádio Nacional da Amazônia, pela sua própria característica decorrente do alcance das ondas curtas, exerceria naturalmente esse papel inclusivo.

Ela vai a lugares onde nenhuma outra vai. Para algumas pessoas, ela é o único contato com o Brasil e com o mundo, a única fonte de informação, e continua tendo um papel que é o papel original para o qual ela foi criada: atingir nossas fronteiras. Eu viajei para uma terra indígena, que é o Vale do Javali, que fica exatamente na fronteira com a Colômbia e com o Peru. Lá só chega a Rádio Nacional da Amazônia. Então o papel que ela exerce como veículo de integração nacional, no melhor sentido e não de pasteurização, de estabelecer que essas pessoas tenham conexão com a identidade nacional, que assuntos que fazem parte da vida do Brasil cheguem até elas, que são cidadãos brasileiros. De preferência com uma linguagem carregada de símbolos amazônidas. Então o ouvinte se reconhece. E também promove uma troca, nos acrescenta, porque existe o amazonense, o belenense. É um dialeto próprio. Por isso, eu considero que ela é sim um veículo de comunicação pública importantíssimo no contexto do Brasil e importantíssimo no geral pela sua forma de transmissão e de recepção. (BEGONHA, 2021)

Beth Begonha fala ainda do olhar da comunicação pública para as demandas locais. Segundo ela, o Amazônia Brasileira, por seu contato direto com muitas aldeias indígenas, recebia informações privilegiadas de certos acontecimentos. Essas pautas em primeira mão, além de dar à Rádio Nacional da Amazônia um protagonismo na cobertura da região, também eram compartilhadas com os demais veículos EBC, como a TV Brasil e a Agência Brasil. O resultado dessa integração, que muitas vezes assumia a forma de reportagens especiais, acabava pautando também a mídia comercial.

Um olhar similar para as demandas de pequenas comunidades locais aparece no programa Nossa Terra: o radialista Airton Medeiros relata que a escola municipal do distrito de Lindoeste, no município de São Félix do Xingu-PA, encontra-se com as aulas suspensas há algumas semanas por falta de transporte escolar. Uma outra notícia levada ao ar foi a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal contra desvios de recursos de uma associação indígena para fins privados.

Um aspecto que chama atenção envolve a relação entre comunicação pública e saúde. Didi Martins fala na possibilidade de promover uma discussão de 30 minutos em um único tema de saúde. Observação parecida também aparece na entrevista de Juliana Maya, que dá o exemplo de um programa que discutiu questões ligadas à hemorroida. Ambas ressaltam a possibilidade de abordar certas questões sem qualquer interrupção comercial e sem necessidade de levar em conta a opinião de anunciantes, que poderiam

achar maçante a abordagem prolongada de algum tema eventualmente considerado desconfortante.

Ainda tem um tabu muito grande. Então pessoas sofrem em silêncio. Pessoas instruídas têm vergonha de ir ao médico. Imagina uma pessoa que está na zona rural, numa cidade mais distante. Foi um sucesso. Os ouvintes fizeram perguntas, alguns de forma anônima. Eu falei a eles que podiam mandar mensagem e pedir que a gente não revelasse o nome. E eles confiam (...) Em que emissora eu poderia falar 20 minutos de hemorroidas, às três horas da tarde, sem precisar interromper a conversa por conta de um comercial e sem me preocupar em tocar em temas como sexo anal, sob uma perspectiva de saúde? Só na comunicação pública. Eu não tenho a menor dúvida. (MAYA, 2021)

O discurso de Juliana referente ao conceito de comunicação pública destacou a importância do respeito aos direitos humanos. Ela enquadra a prestação de serviços como desdobramento dessa perspectiva e entende ser necessário gerar conteúdo que vai além do entretenimento. Ainda que um programa possa conseguir boa audiência apenas com músicas, leituras de recados e brincadeiras com os ouvintes, Juliana vê a realização de entrevistas diariamente como tarefa essencial da comunicação pública.

Para Morillo Carvalho, a comunicação pública tem como papel fazer uma cobertura jornalística da perspectiva do cidadão, diferindo-se da comunicação privada que produz seu conteúdo levando em conta a perspectiva do consumidor. Nesse sentido, devem ser consideradas de forma equilibrada as múltiplas visões sobre um determinado acontecimento: a visão do poder público seria apenas mais uma. Morillo considera ainda que a comunicação pública também não deve trabalhar com dicotomias, não deve adotar perspectivas binárias em que um assunto seria abordado por apenas dois lados. O radialista avalia que, com as mudanças da EBC iniciadas no governo de Michel Temer e aprofundadas no de Jair Bolsonaro, tem havido menos espaço para a comunicação pública na emissora. Ele dá como exemplo de referência a cobertura da construção da Usina de Belo Monte, hoje a quarta maior hidrelétrica do mundo, cujo projeto de construção foi impulsionado durante os governos petistas de Lula e Dilma Rousseff.

A usina era um grande interesse do governo federal. Até tivemos reclamações sobre o tipo de cobertura que estávamos fazendo, porque era extremamente crítica ao empreendimento. Precisávamos ouvir os vários lados que estavam falando contra a construção: a comunidade de Altamira, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, os povos indígenas, além do poder público. O poder público muitas vezes negligenciava a gente de informações. Embora hoje eu esteja trabalhando na TV Brasil, eu convivo ainda com meus colegas da Rádio Nacional da Amazônia. A gente está junto no dia a dia, conversa. E

não existe mais o Jornal da Amazônia, mas existe a cobertura de assuntos amazônicos. E eu digo que hoje não passaria uma cobertura como a que fizemos sobre Belo Monte porque virou uma premissa editorial dentro da empresa que o agente público fale. E virou uma premissa editorial que o governo não é um lado, o governo é o governo. Se só tiver a voz do governo, a matéria é dada. Não tem problema não ter outras vozes. Na cobertura de Belo Monte não foi assim. Eu ouvia indígenas, movimentos sociais, atingidos por barragens, comunidades em Altamira e o governo. Quando o governo não se pronunciava, a matéria saía do mesmo jeito e registrávamos: 'procurado pela reportagem, tal ministério não se manifestou'. Então é essa experiência de dar voz aos envolvidos sem amarras com interesses do governo ou com outros interesses que não sejam os do cidadão. (CARVALHO, 2021)

Morillo considera que a criação do Mosaico visou atender uma diretriz da comunicação pública: contribuir com pluralidade musical e com a produção cultural local. A importância de se assegurar a diversidade de ritmos na programação da comunicação pública é um tema que também foi levantado por Mara Régia. Segundo ela, a criação da EBC permitiria afastar a velha prática presente na história da Rádio Nacional da Amazônia de privilegiar amigos cantores na programação. Uma vez que a planilha musical passava a ser estudada pelo Conselho Curador, vícios dessa natureza seriam mais facilmente detectados. A proposta do Mosaico, segundo Morillo, não cumpria apenas o papel de promover a diversificação musical, mas ia além: visava enfrentar o desconhecimento que a própria região teria de si.

Altamira não sabe o que está sendo produzido em Manaus. E aí o programa começou a fazer essa ponte. A gente já tentava fazer essa ponte via programação musical, mas faltava um espaço pra entrevistar o artista e permitir que o artista se apresente. A Lia Sophia, por exemplo, veio à Brasília para uma apresentação no CCBB e depois nós trouxemos ela na Rádio Nacional da Amazônia. Até aquele momento, ela não tinha colocado música em novela, ela não era conhecida do amazônida. E ela faz um trabalho completamente de pesquisa do carimbó, do marabaixo. Então foi muito legal abrir também essa porta. (CARVALHO, 2021)

Embora o atendimento às demandas do ouvinte tenha sido unanimemente listado entre as características que fazem a emissora se enquadrar no âmbito da comunicação pública, o papel de uma instância formal que tenha participação da sociedade civil e que interfira em assuntos de conteúdo foi mencionada, a princípio, apenas por Mara Régia. Nenhum outro nenhum entrevistado fez tal referência espontaneamente quando instados a comentar suas percepções a respeito da comunicação pública. Em um outro momento, os entrevistados foram provocados a avaliar os impactos que a extinção do Conselho Curador da EBC causou no seu dia a dia. As respostas foram bastante disformes. Didi

Martins disse não ser capaz de dizer especificamente com relação ao trabalho do conselho, mas afirma ter sentido diferenças após o impeachment de Dilma Rousseff e a consequente troca de chefias. Já Juliana Maya se disse de acordo com a ideia de se existir um Conselho Curador e lamentou a extinção, mas afirmou que tal fato não lhe fez sentir nenhum impacto direto no seu trabalho cotidiano. Beth Begonha, por sua vez, acredita que o Conselho Curador faz falta no direcionamento do conteúdo de forma mais abrangente. Ela afirma que os conselheiros tinham uma excelente noção do Amazônia Brasileira e que promoviam discussões de alto nível, sendo também um espaço para que a sociedade pudesse debater com a emissora. A radialista pondera, no entanto, que os apontamentos, embora contribuíssem para indicar o caminho da comunicação pública, muitas vezes chegavam apenas para quem buscasse. Cabia ao profissional tomar a iniciativa de ler as atas do Conselho Curador, sem que nenhum relatório periódico chegasse diretamente aos mesmos.

Beth Begonha lembra ainda de sua participação na audiência pública organizada pelo Conselho Curador na Câmara Municipal da cidade de Marabá, no Pará, em 14 de setembro de 2012. Coube a ela o papel de mestre de cerimônias no evento organizado em torno do tema “A Rádio Nacional da Amazônia e a comunicação pública na região Norte”. Entre 2007 e 2016, o Conselho Curador organizou 10 audiências com o objetivo de ouvir a população e reunir críticas e sugestões sobre o trabalho da EBC (STROZI, 2019). Para aqueles que não poderiam comparecer, era possível a manifestação por cartas e e-mails. O Conselho Curador elaborava um relatório final, com base nas discussões. A audiência em Marabá foi a única na região Norte e também a única fora de uma capital. Marcaram presença ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia, representantes de rádios comunitárias e de movimentos sociais, professores e estudantes das universidades Estadual do Pará (UEPA) e Federal do Pará (UFPA) e também servidores e gestores do governo municipal e estadual.

Nenhum dos profissionais entrevistados mencionou a realização de concurso público como premissa para o exercício da comunicação pública. As origens da emissora remetem à formação de uma equipe sendo escolhida a dedo, muitas vezes a partir de indicações de profissionais que já estavam na emissora. Alguns vieram de outras cidades do país e desembarcaram em Brasília já contratados. No programa que celebra os 10 anos da emissora, a expressão "equipe montada pela Rita Furtada" foi reiterada sucessivas vezes por diversos profissionais convidados para dar depoimentos.

A própria Rita Furtado cita o exemplo de radialistas que indicaram amigos para serem incorporados porque estavam fazendo sucesso no rádio no Paraná. A menção recorrente ao “clima família” na emissora logicamente está atrelada a esse modelo de contratação. Rita Furtado menciona assim um “concurso” realizado em 1978:

Rita Furtado: Uma vez nós fizemos uma espécie de um concurso público do qual participaram 100 concorrentes. Nós selecionamos uns 10, e não tem mais ninguém aqui hoje. Eles vieram achando que iam aparecer mais [uma radialista presente interrompe e diz que é do concurso]. É a única. (PROGRAMAÇÃO ESPECIAL, 1987)

Em sua entrevista, Mara Régia conta que eventualmente havia exames de aptidão. Não se tratava de um concurso público organizado, mas de um teste de vocação, onde seu talento era avaliado. Seu ingresso na emissora se deu através de uma prova de produção. Coube a ela fazer um jornal com foco no seringueiro.

O fato de não relacionarem espontaneamente o concurso público à comunicação pública não significa necessariamente que os radialistas discordem dessa associação. Por outro lado, seus discursos trazem para o centro da discussão outros elementos. Vale mencionar uma questão importante que pode influenciar as percepções dos profissionais a respeito da comunicação pública. Há uma carência de investimento na formação ou na capacitação sobre o tema. Nunca houve um curso obrigatório. Os funcionários que foram absorvidos da Radiobrás precisaram se adaptar no dia a dia do trabalho. Aqueles que ingressaram na EBC após 2008 se submeteram a um concurso público em que foi cobrado, ainda que superficialmente, conteúdo relacionado às premissas da comunicação pública. No entanto, cada candidato estudou o tema de forma individual, muitas vezes apenas o suficiente para responder algumas questões de múltipla escolha. Institucionalmente, inexistia um espaço coletivo para discutir o assunto e preparar os profissionais para as tarefas que virão a desempenhar. Há relatos de que alguns esforços nesse sentido ocorreram ainda na era Radiobrás durante a gestão de Eugênio Bucci. Mas essas iniciativas não perduraram no tempo.

Discussões internas sobre “comunicação pública” surgiram na época em que se debatia a fusão da Radiobrás com a Acerp. Os funcionários foram chamados a participar de seminários e apresentações, os sindicatos se envolveram. Na época eu ainda não entendia bem do que se tratava e nem o porquê das mudanças. Mas com o desenrolar da história, fomos entendendo o objetivo e a estruturação da nova empresa. (...) Alguns anos depois, como membro do Conselho Curador da EBC, cargo para o qual fui eleita em 2015, para representar os funcionários no colegiado, percebi também que entre os

próprios colegas da EBC não existia a compreensão plena do que é a comunicação pública. Comecei então a me aprofundar no tema e buscar referências sobre o assunto, encontrando inclusive várias pesquisas feitas por colegas da EBC. Portanto, apesar de existirem pessoas dentro da empresa que não diferenciam a comunicação pública da estatal, há também colegas capacitados e especialistas no assunto, formando um núcleo de liderança que defende o projeto e luta pelo ideal de comunicação pública desenhado pela sociedade nas discussões anteriores à criação da EBC. (NITAHARA, 2019)

Apesar dos esforços da gestão de Eugênio Bucci, segundo Mara Régia, as transformações decorrentes da transição para a EBC não foram bem compreendidas por profissionais de longa data egressos da Radiobrás. Havia um saudosismo em relação aos anos 1980, considerada por alguns radialistas como a época de ouro da emissora. Esse saudosismo parece presente, por exemplo, na contribuição via e-mail enviado por Edelson Moura para a audiência pública realizada em Marabá pelo Conselho Curador. O ex-radialista da emissora faz um desabafo com considerável carga emotiva.

Fiz parte desta história que se perdeu tão logo o ex-presidente Collor de Melo assumiu o governo. Fico triste ao lembrar dos áureos tempos desta emissora e ao vê-la hoje completamente falando para o nada. Acabaram com tudo, mas a culpa não foi do Lula, não foi da presidente Dilma e nem do PT, partido que hoje domina o complexo. A culpa foi de quem nada sabia de rádio e extraiu de sua programação pontos fundamentais que se tornaram sucesso indiscutível de público. Eu pessoalmente cheguei a receber mais cartas do que o Papa João Paulo Segundo por diversas vezes. Quem falava nesta rádio no passado sabia o que dizer e que linguagem usar. Perderam a linguagem e deixou a população ouvindo o que naturalmente não interessa. (MOURA, 2021)

3.5 PROPOSTAS EDUCATIVAS

Os decretos 20.047/1931 e 21.111/1932 assinados pelo então presidente Getúlio Vargas, que marcam o início da regulamentação da radiodifusão no país, vinculavam o serviço às finalidades educativas (PIERANTI, 2016). Mais tarde, iniciativas distintas como a Campanha Nacional de Radiodifusão Educativa (CNRE) em 1960 e o Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) em 1972 são amostras da tentativa de se realizar um trabalho coordenado. Em 1971, o Ministério da Comunicações já falava em aglutinar emissoras educativas de rádio e televisão em uma empresa, que sairia do papel quatro anos depois: a Radiobrás. Dois anos após a criação da estatal, a Rádio Nacional da Amazônia foi apresentada publicamente como mais uma de suas emissoras educativas. Ao longo do tempo, apesar de ajustes no marco legislativo, a figura legal da

outorga com finalidades educativas continuou existindo. A Lei 11.652/2008 que criou a EBC fixou como um dos seus princípios a "produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas".

É preciso, no entanto, sinalizar a ocorrência de transformações conceituais da categoria. Ao longo do tempo, diferentes perspectivas revelaram a dificuldade de se delimitar o conteúdo da radiodifusão educativa. Em diferentes momentos, ela já foi pensada como instrumento auxiliar de reforço dos conteúdos do ensino formal, muitas vezes por meio de cursos. Roquette-Pinto a idealizou prevendo também seu papel como divulgadora da cultura erudita, além de considerar fundamental a programação destinada ao público infantil. Pontualmente, também foi usada por órgãos do Estado para capacitar a mão-de-obra em determinados segmentos, por exemplo, disseminando conhecimentos agrícolas. No regime militar, a radiodifusão educativa eventualmente tratou de temas ligados à disciplina moral e cívica, que havia sido implantada no ensino formal em sintonia com a ideologia de segurança nacional. Com o tempo, aspectos regulatórios foram sendo melhor desenhados. Se quisermos descrever o modelo que temos hoje com base em documentos recentes podemos considerar a Portaria 1.709/2019 da ANATEL, que institui procedimentos de fiscalização da radiodifusão, e a Portaria 3.238/2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que redefiniu regras para outorgas dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos. As emissoras educativas aparecem como aquelas que se dedicam exclusivamente à programação de caráter educativo-cultural e preferencialmente regional, não possuem finalidades lucrativas, não veiculam publicidade comercial, não fazem proselitismo de qualquer espécie, promovem o respeito aos direitos humanos e combatem a discriminação.

Mudanças no olhar do país para a radiodifusão educativa ao longo da história parecem reverberar nos discursos proferidos sobre a Rádio Nacional da Amazônia nas diferentes épocas. Na programação que celebrou os 10 anos da emissora, entre anúncios comerciais, a saudação de um líder religioso se mostra sintonizada com uma perspectiva mais ideológica, que frequentemente aparece em discursos de integrantes e apoiadores do governo militar.

Frei Domingos: Vocês são o elo de ligação nacional. Como é importante uma escola no interior, é importante a Rádio Nacional da Amazônia. Como um menino entra numa escola pisando o pé no chão no adobe, da mesma forma a

Rádio Nacional entra nas famílias como educadora. Educadora de nacionalidades. Educadora de valores da pátria. (PROGRAMAÇÃO ESPECIAL, 1987)

Segundo uma percepção comum entre radialistas da Rádio Nacional da Amazônia de diferentes gerações, o viés educativo da emissora, salvo raras exceções, não se expressa na forma de programas que veiculavam conteúdos planejados de forma mais articulada com as instâncias associadas à educação formal. Mara Régia se recorda de parcerias pontuais com Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), órgão criado no regime militar para executor o plano de alfabetização funcional e de educação continuada de adolescentes e adultos. Ela cita ainda o Escola Brasil, que foi ao ar em duas temporadas: a primeira de 1997 a 2003 e a segunda de 2006 a 2009. O programa foi produzido a partir da parceria entre o Ministério da Educação e uma organização da sociedade civil de interesse público (oscip) que tinha o mesmo nome do programa e que foi presidida por Airton Medeiros, radialista da Rádio Nacional da Amazônia que assumiu os microfones da iniciativa.

Quando se fala em programa de cunho educacional nos primeiros anos da emissora, é comum também a menção ao Encontro com Tia Leninha. A iniciativa, através da qual a radialista Helena Bortone cativou gerações de ouvintes, teve início em 1979. A própria profissional relata, no programa que celebrou os 10 anos da emissora, como se deu sua contratação.

Helena Bortone: Havia por parte da Rita Furtado a vontade de colocar na programação algo dirigido à criança. E eu vim de São Paulo com essa intenção, já que os programas de rádio haviam desaparecido com a chegada da televisão. Eu sempre achei que as crianças são muito mais inteligentes do que acham que elas são. Então pensei em fazer um programa que falasse um pouco de tudo. História, geografia, educação moral e cívica, higiene, datas importantes. E sempre foi minha intenção, valorizar todas as profissões, comentando cada uma delas, já que no futuro as crianças serão os profissionais do nosso país. (PROGRAMAÇÃO ESPECIAL, 1987)

O sucesso de audiência do programa foi traduzido no volume das correspondências. A faixa etária dos remetentes variava. Pais e avós, que também acompanhavam o Encontro com Tia Leninha com seus filhos e netos, muitas vezes também escreviam cartas. O programa interpretava histórias internacionais famosas, como a de Cinderela, a mais pedida pelos ouvintes no ano 1979, segundo relata a própria Helena Bortone nas comemorações de 10 anos da emissora. Além disso, radionovelas originais eram levadas ao ar. As temáticas eram variadas, envolvendo

desde a educação ambiental até questões comportamentais ou relações sociais. Em *Dito Violeiro*, por exemplo, discutiu-se a importância da preservação das aves. *Pedrinho Engraxate* conta a história de um menino pobre do campo que se muda para a cidade; e *Uma Casa para Muitos* trata do cotidiano dentro de um orfanato. Adaptada do livro homônimo da escritora estadunidense Eleanor Hodgman Porter, a radionovela *Pollyana* foi a mais longa e uma das que mais fez sucesso. A história da menina órfã ganhou inclusive uma continuação com *Pollyana Moça*. Tornando-se referência para crianças da região amazônica e também de outros estados, Helena Bortone também fez sucesso como escritora, assinando quatro livros infantis (NEVES, 2018).

Apesar das boas intenções, a ausência de um conselho editorial pedagógico e científico que respaldasse o conteúdo é um aspecto que chama atenção de Mara Régia. Ela relata que teve contato com antropólogos que criticavam a forma como o programa se referia aos indígenas. Também entende que a adaptação de histórias estrangeiras dialogava, muitas vezes, com realidades distantes da Amazônia. Ainda assim, ela reconhece que o *Encontro com Tia Leninha* contribuiu para suprir carências de informação, fazendo diferença na vida de muitos amazônidas, assim como a maioria dos programas da Rádio Nacional da Amazônia.

Pra uma região onde as pessoas não sabiam nem escovar o dente, qualquer coisa que você falasse fazia diferença. É uma comunicação que até hoje faz diferença. Você pega mil relatos de pessoas que devem muita coisa, voltaram a estudar, uma série de questões. (RÉGIA, 2021)

Assim como nas palavras de Mara Régia, a função educativa da emissora também é vista por outros profissionais como desdobramento natural diante da carência de informação da audiência. Morillo Carvalho observa que o sinal chega a regiões como a Terra do Meio, no Pará, onde pessoas vivem isoladas e sem acesso ao conjunto de serviços de comunicação que existem nos centros urbanos. Beth Begonha considera que o rádio acaba por assumir um papel de mediação a partir do momento que as pessoas não têm internet e não têm facilidade para realizar pesquisas.

Com a experiência de quem viveu o dia a dia da emissora entre 2009 e 2018, Morillo diz ter testemunhado uma preocupação coletiva para que a educação apareça nos programas de forma transversal. Ele afirma só ter conhecimento do programa *Escola Brasil* como iniciativa exclusiva de educação, porém toda a programação estaria permeada de informação educativa. Segundo o radialista, criou-se uma linguagem

pedagógica, mas não pedagogizante: o ouvinte não deveria ser tratado como aluno. Ele dá o exemplo da abordagem da temática do escalpelamento, acidente que ocorre quando o motor de pequenas embarcações suga o cabelo da vítima. O assunto foi discutido em 2011 na forma da radionovela *Sonhos Contra o Destino*. A tragédia geralmente envolve mulheres que acabam sofrendo mutilações. Mesmo antes da radionovela, o problema já mobilizava profissionais da emissora. Em 2009, Mara Régia liderou uma campanha junto aos ouvintes buscando conscientizar os condutores das embarcações para o uso de tampas nos eixos dos motores. A causa, abraçada posteriormente pelo então vice-presidente da República, José Alencar, converteu-se na Lei Federal 11.970/2009.

De forma geral, a ideia de um viés educativo no conteúdo da emissora se apresenta atualmente aos radialistas em quatro sentidos. O primeiro como estímulo e complementariedade à educação formal. Nesse sentido, menciona-se o apoio para o acesso à escola e à universidade. Um destaque dos últimos anos citado por Didi Martins é a programação preparada nas semanas e meses que antecedem o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): vai desde informações sobre os processos de inscrição até a discussão de conteúdos que podem ser cobrados. Existem também relatos antigos de ouvintes que afirmam ter retomado os estudos por estímulo da Rádio Nacional da Amazônia. No programa *Caminhos da Reportagem* levado ao ar pela TV Brasil em 2011, o depoimento da ouvinte Kenia Silva, da cidade de Xinguara-PA, é ilustrativo.

Kenia Silva: Eu voltei a estudar por causa de uma Maria, do Viva Maria. Eu estava há 14 anos fora da escola. Um dia, eu ouvindo a Alzira dizendo que estava indo 16 quilômetros de bicicleta pra escola. A Alzira com quase 50 anos. Eu falei: 'falta de vergonha, deixa eu ir também'. Porque eu não preciso andar tanto. Voltei pra escola. Estou terminando agora. Com fé em Deus, vou fazer Letras, que é meu sonho (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2011)

A própria Alzira Soares dos Santos, citada pela Kenia, também dá seu depoimento no programa. A ouvinte da cidade de Tucumã-PA encontrou na emissora uma aliada para enfrentar preconceitos existentes em seu núcleo familiar.

Alzira dos Santos: Eu não tinha terminado a quarta série. Ainda através da Rádio Nacional, das informações que eles passavam, eu fui pra escola. Terminei a quarta, fiz a quinta e a sexta. Eu ouvia o povo falar em título de eleitor. Meu pai, tradicional: 'leitura e mulher é igual pasto e égua, não tem valor. Mulher não é pra ter documento. O que que mulher quer com documento? Mulher não vota'. Minha mãe morreu sem votar. 'Mulher é pra cozinha, olhar menino e fazer de comer', ele dizia. Eu escuto esse povo no rádio falando direto que tem que aposentar mulher com 55 anos e homem com 60 na zona rural. E por que eu não? Eu sou diferente? Ah, mas tem que

ir pra Redenção. Eu vou. Mas não é muito bonito uma mulher casada sair por essas estradas. Eu vou sim. E fui e consegui. (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2011)

Em alguns casos, o apoio ao acesso escolar se traduz na forma de cobranças sobre o poder público, dando visibilidades a demandas da população. O programa Amazônia Brasileira abriu espaço para reivindicações de ouvintes que clamavam pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Amazônia. A apresentadora Beth Begonha diz que também tratou do tema pessoalmente junto ao MEC para que o projeto fosse tirado do papel. Demandas de comunidades isoladas também foram ecoadas pela emissora. No programa Nossa Terra, de 2014, Airton Medeiros cobra o poder público para que se solucione o impasse com uma escola fechada, ocorrência que provavelmente não ganharia visibilidade se não fosse por meio da Rádio Nacional da Amazônia.

Airton Medeiros: Tenho aqui uma notícia triste. A escola municipal de ensino infantil e fundamental 24 de Junho, no distrito de Lindoeste, no município de São Félix do Xingu-PA, encontra-se com as aulas suspensas desde 28 de agosto. O motivo é a revolta de pais com o descaso da administração local para com os alunos que dependem do transporte escolar. Os pais reivindicam o direito de seus filhos. A meninada está sem transporte. Em uma reunião, foi decidida a paralisação da escola até que os problemas sejam resolvidos. Há alunos menores que vão para a escola pilotando motos, crianças de 13 anos, correndo risco de vida, inclusive alguns já sofreram acidentes. Ô prefeito, vamos botar essa escola para funcionar. (NOSSA TERRA, 2014)

O segundo sentido vinculado à ideia de uma emissora de viés educativo se revela na prestação de serviços. Nessa perspectiva, se encaixariam o ato de ensinar como obter benefícios previdenciários ou crédito rural, como requerer a ligação de um ponto de energia elétrica, como solicitar documentos. Há um terceiro sentido que nos remete à já citada radionovela sobre o escarpelamento. Envolve a disseminação de informação sobre saúde, higiene e alimentação. Essa associação entre educação e saúde aparece com frequência nos discursos dos profissionais. É algo que se constata tanto no programa que celebrou os 10 anos da emissora, quanto nas entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa. Em 1987, a radialista Luiza Inês fala do papel da emissora em desmitificar tabus alimentares e preconceitos, promovendo uma mudança de mentalidade. Sua interlocutora, a radialista Tânia Monteiro, dá o exemplo da crença popular de que comer manga com leite faz mal. O Falando Francamente, programa que atravessa gerações e que está na grade de 1989 a 2018, surgiu exatamente com o propósito de debater temas de saúde pública na Amazônia. O ‘Boas práticas para os tempos de coronavírus’, criado em meio à pandemia de covid-19, segue seu exemplo.

Ouvintes também reconhecem esse papel da emissora, como mostra uma carta apresentada no programa da TV Brasil de 2011:

Eu ficava p da vida quando aparecia a candidíase. Pensava que era doença de rua. Isso dava um brigueiro danado aqui em casa. Até que um dia, ouvindo o Viva Maria, entendi melhor sobre bicho que dá na gente. Foi um alívio pra minha vida e pro meu casamento (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2011)

Por fim, o quarto sentido atrelado ao viés educativo da emissora envolve a disseminação de conteúdo científico, o que se dá muitas vezes na forma de entrevistas com especialistas. Durante o programa Nossa Terra, de 2014, Airton Medeiros conta sobre sua experiência positiva com uma nova variedade híbrida de tomate criado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁶⁵, tema de uma conversa ao vivo com um pesquisador quando a novidade ainda estava em desenvolvimento. Trata-se do BRS Couto, mais resistente a pragas e com alta produtividade, que estava sendo bem aceito no mercado. O radialista deu informações sobre como o agricultor familiar poderia ter acesso a essa variedade.

Segundo Beth Begonha, questões que vão dos biomas à nanotecnologia permitem que as pessoas adquiram um conhecimento geral sobre a Amazônia e sobre si mesmas. Ela atrela essa capacidade de veicular conteúdo científico confiável às características próprias de um veículo público.

A gente tem uma população com bastante dificuldade de acessar certas fontes de conhecimento e de informação. O que hoje se tornou uma coisa um pouco perigosa porque o Whatsapp é de graça e todo mundo tem acesso. Então a importância da rádio se reforça nesse momento porque é um lugar seguro onde você vai buscar pessoas gabaritadas para trazer informações sobre questões muitas vezes propostas pelos próprios ouvintes, além de ter funcionários públicos que têm as suas responsabilidades. Eu tenho um manual que tenho que seguir. Eu não posso estar dizendo loucuras. As coisas que eu falo precisam estar embasadas. E com isso necessariamente você tem esse viés educativo. (BEGONHA, 2021)

Mas para além desse comportamento educador de viés unilateral, que recorrentemente situa o ouvinte apenas no papel de destinatário da mensagem, há passagens nos discursos de todos os profissionais entrevistados em que se sobressai uma percepção do rádio como ferramenta de um processo educativo coletivo. A intensa troca de informações permite que os ouvintes compartilhem aprendizados entre si e que os

⁶⁵ A EMBRAPA é uma estatal de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

próprios radialistas absorvam novos conhecimentos. Didi Martins nota que a circulação de conhecimento provoca uma redução da distância em relação à Amazônia. A região lhe parece hoje mais próxima do que era quando ela ingressou na emissora graças a um aprendizado cultural, que abrange aspectos gastronômicos, comportamentais, agrícolas, entre outros. Ela conta que, diante de um problema de saúde, os ouvintes lhe recomendaram e se ofereceram para enviar mastruz, erva que já era usada por populações originárias da região e cujas algumas aplicações medicinais já possuem comprovação científica. O poder que o conhecimento tem de encurtar distâncias também aparece entre ouvintes. No Caminhos da Reportagem levado ao ar pela TV Brasil em 2020, o seringueiro José Moreira da Silva se refere à emissora dessa forma:

José Moreira da Silva: Tudo que eu aprendi foi através do rádio. Eu sou analfabeto. Mas através do rádio, eu já aprendi coisas que muitas pessoas com diploma não sabem. Às vezes eu falo lá de São Paulo ou de outros lugares e as pessoas acham que eu já fui lá. Perguntam: 'você conhece lá?'. Eu respondo: 'conheço, mas conheço através do rádio'. (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2020)

Radialistas também observam um processo frequente de absorção de conhecimento a partir dos conteúdos que vão ao ar nos seus próprios programas, sobretudo através das entrevistas com especialistas. Juliana Maya cita seus aprendizados sobre questões de saúde, como no caso da entrevista sobre hemorroidas, tema que é frequentemente cercado de preconceitos. Da mesma forma, Beth Begonha lembra um programa onde promoveu uma entrevista sobre nanotecnologia.

Eu mesma não sabia o que era. 'Beth, comprei um xampu que diz na embalagem que tem nanotecnologia'. Eu fiquei pensando o que é isso? Através desses questionamentos pertinentes, inteligentes e diversificados, nós aprendemos muito com eles. Acho difícil essa interação tão próxima com o ouvinte. E eu que trago uma vivência de outros veículos, acho difícil encontrar algo parecido com isso. Ela é essencial em qualquer conceito de comunicação pública. (...) E eu aprendi muito com a sabedoria dessas pessoas. Embora muitos dos ouvintes têm, do ponto de vista acadêmico, uma escolaridade pequena, eles têm um grande saber de um contexto cultural, de um contexto ambiental, de um contexto ancestral. Nos proporcionam uma visão bastante expandida da realidade. É um saber que não pode ser menosprezado só porque não corresponde aos nossos padrões acadêmicos. Um saber que inclusive muitas empresas acabam cooptando para utilizar para fins financeiros. (BEGONHA, 2021)

3.6 AUTONOMIA E CENSURA

Uma coisa que chama atenção quando se observa o tipo de programa que ia ao ar na Rádio Nacional da Amazônia em seus primórdios é a quase ausência de programas jornalísticos. O entretenimento ocupava a maior faixa da programação e o restante da transmissão era quase complementada com a intensa leitura de cartas e recados. Segundo o depoimento de Mara Régia, o pouco de jornalismo que existia se dava a partir de *press releases* que eram preparados em algumas instâncias do governo e chegavam prontos para serem apresentados, sem que os profissionais da emissora tivessem autorização para realizar alterações. Sem se preocupar com a produção de conteúdo noticioso, o clima do dia a dia da rádio era festivo. De acordo com a radialista, um maior controle se dava em cima da seleção de músicas, o qual ocorria sob o comando de Rita Furtado. Para Mara Régia, a programação, de forma geral, não exigiria um intenso monitoramento por haver pouco espaço que pudesse ser usado para veiculação de informações que desagradassem ao regime militar.

Olha o perfil dos programas. O Clube do Ouvinte era um clube na rádio em que pessoas pediam música e pediam algum esclarecimento. Tinha o Ponto de Encontro que até hoje está no ar. Um programa de recados. De manhã e de tarde, esse fluxo intenso. Na época que você não tinha celular, o programa bombava. Depois tinha Pergunte o que quiser, que os ouvintes enviavam perguntas. Mas você não tinha um perfil de grandes entrevistas. Tinha alguns programas em que a Artemisa, para além das radionovelas, emplacou sobre saúde. Uma pauta absolutamente necessária. E assim foi. O Ponto de Encontro com entrevistas em alguns momentos voltadas para campanhas de vacinação, para informações de utilidade pública. (RÉGIA, 2021)

No entretenimento, a rede de músicos parceiros constituída sob a gestão de Rita Furtado minimizava preocupações: Amado Batista, Geraldo Nunes e Gilliard, entre outros, eram cantores e compositores que ajudavam a promover a emissora ao mesmo tempo em que a emissora os promovia na região amazônica. Era uma relação segura e a eles se somavam os radialistas da própria casa que se aventuravam pela carreira musical.

Com a iminente criação da EBC e o avanço do debate da comunicação pública, a Rádio Nacional da Amazônia, durante a gestão de Eugênio Bucci na Radiobrás, passa a investir mais em conteúdo jornalístico. As entrevistas se tornam cotidianas e a equipe de reportagem se expande. Em 14 de Junho de 2004, entra no ar o Jornal da Amazônia.

Todos os entrevistados relataram ter trabalhado com ampla autonomia no período entre 2008, quando foi fundada a EBC, e 2016, quando a Medida Provisória 744/2016 editada pelo então presidente interino Michel Temer alterou a lei de criação da EBC. O relato de Morillo sobre a cobertura jornalística da Usina de Belo Monte enfatiza essa liberdade profissional. O radialista também conta que, no Mosaico, convidava quem quisesse para as entrevistas e abordava qualquer assunto, tendo promovido três reformulações na estrutura do programa por iniciativa própria. O depoimento de Beth Begonha vai ao encontro dos relatos de Morillo. Ela diz que teve ciência de queixas de autoridades: o incômodo estaria associado ao espaço dado para reclamações da população. Ainda assim, ela afirma que nunca foi proibida de entrevistar ninguém e que lideranças indígenas falavam de questões políticas e sociais diversas, com bastante liberdade.

A complexidade dos impactos das mudanças legislativas implementadas a partir de 2016 pode ser apreendida pelas narrativas dos profissionais. Nenhum deles cita um caso explícito de censura, mas todos tecem comentários que estão associados de alguma forma a uma menor liberdade de produção nesses últimos anos. Vale observar que, nos dois dossiês da censura elaborados pelas entidades que representam os empregados da EBC, também não há nenhuma menção a episódio que ocorreu na Rádio Nacional da Amazônia, apesar de terem sido listados, somando os dois documentos, 199 casos nos demais veículos da empresa.

A partir dos comentários dos profissionais, um aspecto que chama a atenção diz respeito à frequente reformulação da grade a partir de 2016. O Mosaico saiu do ar em 2019. A transmissão do Amazônia Brasileira também se encerrou: não apenas sua apresentadora, Beth Begonha, menciona o fato, como também Didi Martins vê o fim do programa como uma perda significativa para a emissora. O Amazônia Brasileira se manteve por 13 anos no ar, entre 2003 e 2015, com duas entrevistas diárias. Ele foi interrompido devido a uma licença médica de Beth Begonha. Quando ela retornou ao trabalho, já após as mudanças impostas pela Medida Provisória 744/2016, a radialista não quis retomá-lo por considerar que o momento político não lhe oferecia garantias de que o programa poderia seguir como sempre foi.

A pandemia de covid-19 ampliou as mudanças na grade. A suspensão temporária de alguns programas foi anunciada como forma de contornar as dificuldades de equipe,

com a implantação do trabalho *home office*: total em um primeiro momento e parcial em um segundo momento. Mas há o receio de que nem todos os programas paralisados sejam retomados.

Ao mesmo tempo, nota-se uma percepção compartilhada de que existe uma censura tácita. Ainda que tangencialmente, o assunto não deixou de ser abordado pelos radialistas entrevistados. O cuidado com a escolha das palavras era perceptível na maioria das vezes, sendo marcada por pausas e uma elaboração mais lenta do discurso. O tema acabava por ser abordado a partir de um pedido do pesquisador para que se falasse do grau de autonomia do processo de produção. A palavra censura não apareceu no questionamento, mas está presente nas respostas de duas entrevistadas.

Agora estamos num tempo até de autocensura. As pessoas tem um certo medo. Medo talvez não seja a palavra. Eu quero ser muito cuidadosa com as palavras. Vamos dizer assim, uma cautela porque ninguém quer ser perseguido. (BEGONHA, 2021)

O Viva Maria sofreu muita censura na cobertura da Marcha das Margaridas, das mulheres indígenas, o próprio programa Natureza Viva agora é Natureza Morta porque foi o primeiro que saiu da grade na pandemia. Já caminha pro segundo ano fora do ar. (RÉGIA, 2021)

É possível notar que existe processo mais intenso de seleção de conteúdos operando num nível pré-produção, isto é, na definição da grade. Isso explicaria o paradoxo que se extrai de alguns discursos: uma percepção simultânea de censura e de autonomia individual no processo produtivo. É recorrente nas narrativas a afirmação de que se continua a ter liberdade para abordar uma ampla gama de assuntos. Foram citados temas como pedofilia, assédio sexual, violência doméstica, gravidez na adolescência, higiene íntima, hemorroida. Da mesma maneira, cita-se a falta de impedimentos para levar ao ar informações de serviço, como direitos previdenciários, formas de acesso a crédito agrícola e de abertura de pequenas empresas. Juliana Maya afirma que sempre pôde escolher suas pautas e entrevistas e Beth Begonha diz que continua trabalhando com liberdade e que não foi orientada a endossar os discursos anticientíficos que foram assumidos pelo presidente Jair Bolsonaro em meio à pandemia de covid-19.

Ninguém chegou para mim e disse: 'manda tomar cloroquina'. Não houve isso. A mim não chegou. Talvez porque eu me escondi um pouco nessa fase. Eu prefiro continuar quieta e não chamando muita atenção, prestando meu serviço corretamente como servidora, do que me pavonear e alguém começar

a querer cortar. Como pesquisadora que sou, não posso concordar com esse discurso de vamos aglomerar. (BEGONHA, 2021)

Esse grau de autonomia foi, por vezes, vinculado à falta de prestígio interno da emissora, o que resultaria em uma menor vigilância na comparação com outros veículos da EBC, por exemplo, com a TV Brasil e a Agência Brasil. De toda forma, embora falem sobre essa autonomia, os radialistas tendem a se mostrar cientes de que há decisões de fora de sua alçada que interferem diretamente no conteúdo que eles levam ao ar. A redução da produção jornalística, sobretudo da cobertura *in loco* na Amazônia que envolve um aporte financeiro da empresa em viagens, é notada por todos os entrevistados. Embora se reconheça que o número de incursões na região já começava a decair em meio ao governo de Dilma Rousseff, afirmam que elas zeraram durante os governos Temer e Bolsonaro. A ocorrência dessas coberturas mais aprofundadas é recorrentemente apresentada como um indicador da autonomia jornalística vivida entre 2008 e 2016. Foram citados casos emblemáticos como as coberturas do assassinato da Irmã Dorothy, do Fórum Social Mundial em Belém, da demarcação da terra indígena da Raposa Serra do Sol, da construção da Usina de Belo Monte, da aprovação do Novo Código Florestal, do Círio de Nazaré, dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

Tinha um escopo editorial interessante que ia das questões indígenas, quilombolas e ambientais até a vida nas cidades. Falava dos interiores onde vivem os ribeirinhos e também das capitais. A gente teve a oportunidade naquele contexto de fazer coberturas interessantíssimas (CARVALHO, 2021)

3.7 O ENCONTRO COM A VOZ PERSONIFICADA

Os entrevistados mais novos veem uma linha de continuidade entre as gerações, preservando características gerais da relação com os ouvintes, ainda que existam particularidades decorrentes do desenvolvimento tecnológico e também da individualidade de perfis pessoais dos profissionais. Relatam que, no processo de renovação da equipe, permanece um sentimento comum de missão no atendimento à população amazônica. O legado dos profissionais que deixam a emissora se transmite, em parte, pela observação. Alguns, pelo reconhecido sucesso, se tornam referência. Juliana Maya considera que não dá pra entrar no ar sem conhecer o trabalho da Sula Sevilis e afirma: “Pra começar a fazer programas, eu observei muito. E assim foi com todos os novos apresentadores” (MAYA, 2021).

Mas paralelamente a essa interatividade no âmbito dos programas que pode ser observada no cotidiano, existem outros momentos, específicos e mais eventuais, que interferem no processo de construção da relação entre radialistas e ouvintes. Através de experiências pessoais em encontros físicos presenciais, se produzem ressignificações dessa relação. A relevância desses acontecimentos é compreensível por se tratarem, muitas vezes, de experiências únicas que nos remetem novamente à descrição em que Beth Begonha faz sua analogia com uma das cantoras de maior sucesso da contemporaneidade: “Desceu Anitta”. Registros fotográficos da viagem à Terra do Meio, guardadas pelo radialista Airton Medeiros, sugerem que a comparação não é exagero. Apresentadas ao repórter da TV Brasil no programa Caminhos da Reportagem de 2020, elas mostram o profissional rodeado por fãs. Ele se emociona com as memórias desse contato.

Airton Medeiros: Uma senhora perguntou: 'eu posso tocar em você para ver se você é de verdade'. Não é nem vaidade. É saber da importância que você representa para essa gente. A Rádio Nacional da Amazônia foi um presente que me deram. Eu nunca tinha apresentado um programa. E eu fiz um programa, o Nossa Terra. Nesses 13 anos, eu me realizei profissionalmente. Foi a melhor coisa que eu fiz nos meus 52 anos de rádio (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2020)

O Nossa Terra surgiu em 2005 direcionado aos pequenos trabalhadores rurais e suas famílias que vivem em comunidades na zona rural. Moradora da Reserva Extrativista do Iriri, na Terra do Meio, Maria do Socorro Rodrigues da Silva também é entrevistada no programa e recorda a visita de Airton Medeiros: "Tirou foto com nós na cozinha da escola. Estava tendo uma reunião grande da semana do extrativista e ele veio. Muita gente veio para conhecer ele" (CAMINHOS DA REPORTAGEM, 2020).

Essas incursões oferecem oportunidades para que os radialistas possam conhecer melhor a realidade do local onde vivem seus ouvintes, já que os atuais profissionais da emissora nunca moraram na região, à exceção de Beth Begonha.

“Minha entrada na vida como uma pessoa que trabalha, que vai à escola, ela acontece lá. Fiz universidade lá. Eu sou uma pessoa que já viajou de ônibus de Porto Velho para Manaus”. (BEGONHA, 2021)

Ao longo da história da Rádio Nacional da Amazônia, no entanto, há uma importante mudança nos contextos em que ocorrem os contatos presenciais entre radialistas e ouvintes. Existe uma clara diferença na forma como a emissora promovia suas imersões físicas à Amazônia na sua primeira década de existência e como elas se

deram após a criação da EBC. Antigamente, elas ocorriam por meio dos shows nos quais se apresentavam os cantores que compunham a rede de parceiros da emissora e também os radialistas que se aventuraram na carreira musical, tornando-se referência do gênero brega. A gravação de “Chorando se foi” de Márcia Ferreira se tornou sucesso absoluto no rádio e as pessoas viajavam quilômetros para vê-la nos palcos. Outro nome que estourou foi o de Maurício Rabello. O sucesso na região é tamanho que permanece um saudosismo da chamada "época de ouro" da Rádio Nacional da Amazônia e ainda hoje os radialistas mais novos recebem, com certa frequência, pedidos para tocar músicas desses radialistas-cantores.

No programa Nacional Jovem, veiculado no aniversário de 37 anos da emissora, Maurício Rabello foi convidado para uma entrevista para falar sobre seu trabalho de 28 anos na emissora e contou que, graças à Rádio Nacional da Amazônia, conheceu locais variados do Maranhão, Pará, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Piauí. A emissora organizava muitos eventos, liderados geralmente por Rita Furtado. Os shows impulsionavam vendas de LPs dos músicos parceiros e dos radialistas-cantores. As pessoas buscavam todo tipo de produtos vinculados à emissora: calendários, agendas, os livros da Tia Leninha. Os anunciantes da emissora também aproveitavam para promover suas mercadorias: medicamentos, cosméticos, fumos, etc. Eventualmente, eram realizados concursos de cartas para eleger as cidades que receberiam os shows. O mais marcante deles, em 1987, consagrou a cidade de Dueré-GO⁶⁶. No programa que celebra os 10 anos da emissora, radialistas relembram casos de eventos realizados em Cruzeiro do Sul-AC, Sinop-MT, Colíder-MT e Alta Floresta-MT. Há registros também de shows na região de Serra Pelada, no sudeste do Pará, os quais reuniam milhares de garimpeiros. Radialistas mais novos tem clareza das mudanças ocorridas ao longo do tempo na forma como se dão as incursões na Amazônia.

Antigamente os locutores eram artistas também. Alguns iam pra esses lugares para cantar. É outro perfil. Talvez tenha a ver com alguma coisa geracional. Na época, os locutores de rádio estavam muito ligados à música. E hoje não é mais assim. O máximo que eu canto é em um quadro que temos no programa que chama Radiokê Nacional. São os ouvintes que cantam, mas eles ficam pedindo pra gente cantar. Eu canto com eles, é o máximo que eu chego. (MAYA, 2021)

⁶⁶ Com a criação do Estado de Tocantins em 1988, converteu-se em Dueré-TO.

Sem organização de eventos musicais na última década, viajar à Amazônia pressupõe geralmente um trabalho jornalístico. Os entrevistados rememoraram as coberturas *in loco* dos desdobramentos do assassinato da Irmã Dorothy, do Fórum Social Mundial em Belém, da construção da Usina de Belo Monte, do Círio de Nazaré, dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Muitas vezes, os programas passam a ser transmitidos diretamente da Amazônia. No Fórum Social Mundial realizado em Belém, no ano de 2009, a emissora enviou metade da sua equipe de radialistas. Muitas horas foram transmitidas diretamente da capital paraense.

Mesmo nessas coberturas, o contato afetivo com os ouvintes é comum. Morillo conta sobre o esforço da ouvinte Rute Freitas de Araújo, de Brasil Novo-PA, que pegou oito horas de barco para vê-lo em Altamira, onde ele estava acompanhando uma audiência sobre a Usina de Belo Monte: “Fiquei todo emocionado. Ela tinha uma característica que ela emenda um assunto no outro e ia contando a vida nas cartinhas que ela me escrevia” (CARVALHO, 2021).

As histórias envolvendo esses encontros também se convertem em conteúdo que vai ao ar e alimentam a relação afetiva entre radialistas e ouvintes. Juliana Maya chegou a assinar uma reportagem como Sibakadi, apelido carinhoso que uma indígena lhe deu. Ela recorda também da carona de barco oferecida por um ouvinte em meio à cobertura do Fórum Social em Belém, quando ela perdeu o transporte da equipe.

Fomos descendo pelo meio da mata e conversando sobre a rádio. Fomos de barco. Até hoje ele participa dos meus programas. E eu sempre falo: 'Adilson salvou minha vida'. Eu brinco com isso. Os ouvintes sempre salvam a minha vida. Às vezes chego pra trabalhar, com algum problema pessoal na cabeça, e sempre tem uma mensagem muito especial. Fico emocionada de falar, eu fico chocada com essa magia que existe. Sou muito grata por estar nessa rádio. (MAYA, 2021)

Fora dos eventos de maior porte, os radialistas também estabelecem laços locais que permitem coberturas mais localizadas. Um exemplo aparece no programa Nossa Terra de 2014, onde Airton Medeiros apresenta dificuldades enfrentadas pela população do distrito de Castelo de Sonhos. Distante cerca de 1.100 quilômetros do centro do município de Altamira, ao qual está vinculada, a comunidade estaria sofrendo com o descaso do poder público. O radialista tomou ciência da situação interagindo presencialmente com os moradores, segundo contou no ar: “Eu tinha ido lá na festa do Boi no Rolete e exatamente um ano depois eu voltei. Nesse período de 365 dias, o

prefeito nunca foi ao distrito. Nós cobramos muito aqui no rádio por um hospital, por um posto policial, por escola, por asfalto” (NOSSA TERRA, 2014). No programa, ele entrevista a líder comunitária Preta Zaminhan, que registra a importância da emissora para a comunidade.

Preta Zaminhan: Vocês fazem parte dos sonhos da população. Em 2011, quando você estava aqui, tivemos visitas de dois governadores, do Mato Grosso e do Pará. E houve várias promessas. Nós documentamos tudo e passamos a cobrar através de ofícios. E de lá pra cá foram muitas cobranças. Nós daqui e vocês daí. Houve três licitações do tão sonhado hospital, e deu o que chamamos de licitação vazia, que nada mais é uma licitação que nenhuma empresa se prontifica para fazer a obra. Logística é complicada, a mão de obra é cara, o material vem de Mato Grosso. E aí, eu como sou boa brasileira e não desisto nunca pensei. Se a montanha não vai à Maomé, Maomé vai à montanha. Vamos organizar uma empresa, cumprir todo o checklist do que precisa para participar da licitação, e batalhei por um ano e meio pra isso acontecer. Regularizamos a empresa e vencemos a licitação. Mas aí o bicho pegou. Porque precisávamos fazer um depósito caução de 5% do valor da obra, que são R\$670 mil. Nós não temos bala na agulha pra isso. Mas quem não desiste consegue e fomos atrás de alternativas. Conseguimos contratar uma seguradora para a obra. Agora já limpamos o terreno, colocamos as placas, está sendo feito o nivelamento do terreno e já colocamos 30 mil tijolos para começar a construção. (NOSSA TERRA, 2014)

Se há a convicção de que conhecer de perto a realidade da Amazônia e ter contato presencial com a audiência é fundamental para qualificar o conteúdo da emissora, há por outro lado um entendimento de que estar sediado em Brasília não é uma má escolha. Na capital federal, a proximidade com os centros de decisão pode gerar frutos a exemplo da campanha que levou Beth Begonha ao MEC para discutir a implantação do EJA na região amazônica e também dos movimentos que Mara Régia fez junto aos parlamentares em favor da aprovação da lei que instituiu medidas para prevenção do escarpelamento. Benefícios para a cobertura jornalística são descritos por Morillo da seguinte forma:

O Comando Militar da Amazônia fica na Amazônia, mas a sede das decisões é em Brasília. A sede do Ibama, do ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente, o Incra, a Funai, a Fundação Palmares. Então aqui há essa possibilidade de se aproximar de temas relevantes para a região, sem precisar despender grandes esforços. Lembro de uma vez que a rádio me mandou para o Congresso da

ABRAJI, em Manaus. Eu tive contato com repórteres da Folha e do Estadão baseados lá em Manaus. Eu perguntei pra elas: 'quando acontece uma enchente em um município do interior do Pará, como faz para chegar?'. Porque aqui a gente ia na lista telefônica, descobria o número de um telefone público do bairro alagado e ligava. A primeira pessoa que atendesse virava minha fonte. É assim que apuramos esses casos. E quando perguntei pras repórteres da Folha e do Estadão lá em Manaus, elas disseram que faziam a mesma coisa. Então a metodologia de cobertura do interior da Amazônia é a mesma, estando em Brasília ou em Manaus. (CARVALHO, 2021)

Mesmo em Brasília, os encontros com os ouvintes ocorrem. A sede da emissora se torna uma espécie de ponto turístico para alguns deles e, não raramente, aparecem por lá amazônidas que eventualmente estão viajando pela capital do país e querem conhecer os radialistas. Em certas ocasiões, são convidados a entrar no estúdio e participar ao vivo de algum programa.

A redução das incursões físicas na Amazônia a partir de meados da última década provavelmente se deve a uma combinação de fatores. Começa com o enxugamento orçamentário, mas não se deve ignorar a influência de motivações de natureza política, a partir das quais decisões internas foram tomadas pelas últimas direções da EBC. Os depoimentos fornecem indícios de que apenas questões financeiras não explicam a redução no número de viagens à Amazônia já que muitas delas ocorriam sem custos para a EBC, através de convites para acompanhar iniciativas de órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Morillo, por exemplo, cobriu audiências públicas sobre a construção da Usina de Belo Monte com as despesas de transporte e hospedagem assumidas pelo governo federal. Conforme normativo interno, todas essas viagens precisam ser aprovadas pela emissora e, em hipótese nenhuma, os repórteres podem ser remunerados pelas instituições que os convidam, as quais devem se restringir a pagar as despesas correntes do serviço.

Os depoimentos de Mara Régia e Beth Begonha indicam uma capacidade das duas radialistas de construir parcerias que as permitem se articular com representantes das comunidades locais e qualificar o material produzido para os programas. Mais do que cobrir determinados acontecimentos e eventos, as duas tomaram a iniciativa de elaborar e propor projetos. No caso de Mara Régia, boa parte deles passou pela sua articulação com a ONG WWF, que resultou algumas vezes em iniciativas paralelas ao seu trabalho na emissora. A própria radialista se descreve como “jornalista de campo”. Apesar de citar que a emissora já produziu matérias premiadas que foram apuradas por telefone,

afirma que não sabe viver sem o olho no olho. O que sobressai de seu discurso é uma perspectiva de um jornalismo que ultrapasse os limites do texto e que leve para outros espaços ações concretas com foco na transformação social.

Fiz projetos e, inclusive nos anos 1990 com a saída do Viva Maria da grade, eu fiz um projeto como bolsista da Fundação MacArthur chamado Mulher nas Ondas do Rádio, Corpo e Alma rompem o silêncio. Era sobre a saúde reprodutiva das mulheres. Fiz várias oficinas de capacitação. Fiquei quatro anos trabalhando com as mulheres da floresta na Amazônia. Sempre vi o rádio pra Amazônia como um projeto de comunicação voltado para a informação, a cidadania. Não dá para trabalhar com essas populações ribeirinhas carentes de acesso à informação, sem você ter uma perspectiva dessa. (RÉGIA, 2021)

Mas a emissora também se beneficiava desse engajamento pessoal da radialista. Ela se tornou um elo para parcerias entre a WWF e a EBC que levou, por exemplo, à produção da série Somos Amazônia, na qual se apresentou cadeias produtivas da borracha, do turismo sustentável, da pesca sustentável e da restauração florestal. Para a produção, Maria Régia visitou locais bastante isolados no Pará.

No Caminhos da Reportagem de 2011, a TV Brasil acompanhou uma incursão de Mara Régia em Xinguara, onde ela iria se encontrar pessoalmente com diversas mulheres que lhe escutam cotidianamente, algumas das quais se deslocariam mais de 200 quilômetros para conhecê-la. Dessa reunião, rostos imaginados ganharam fisionomias pela primeira vez: a radialista passa a ser uma voz personalizada, enquanto as ouvintes também passam a ser mais do que a letra de uma carta. Entre oficinas que discutem assuntos como o trabalho no rádio, a violência doméstica, a educação sexual e as plantas medicinais da Amazônia, há abraços emocionados que, de um lado, evidenciam o fortalecimento de laços afetivos a partir do contato presencial e, de outro, revela a confiança dessas ouvintes no conteúdo promovido pela radialista.

O programa Natureza Viva fez muitas edições diretamente da Amazônia, durante a cobertura de acontecimentos para os quais recebia convite. Há um aspecto relevante na forma como chegam as propostas. Os convites são endereçados especificamente ao Natureza Viva, e não à Rádio Nacional da Amazônia de maneira mais ampla. O que se percebe é que esses convites decorrem exatamente da capacidade de articulação da radialista responsável pelo programa.

Eu só viajei a partir dessa interlocução com algumas organizações não governamentais que me levaram a fazer esses trabalhos. Fosse a UNESCO,

para algumas campanhas específicas; o WWF mais presentemente; o ISPN, que é o Instituto Sociedade, População e Natureza que tem muitos editais. Tem também o ISA, o Instituto Socio-Ambiental, já com a questão indígena. São organizações parceiras de longa data. A Rede Cerrado. E todas as vezes que essas organizações fazem eventos em Brasília, eu sou convidada. Eu tenho a facilidade de estar de novo com essas lideranças que vem da Amazônia para se capacitarem, seja em projetos de comunicação, seja pra formação de lideranças. Qualquer emissora que queira fazer um trabalho consequente, tem que fazer parceria com essas pessoas que já estão na base. (RÉGIA, 2021)

Da mesma forma, Beth Begonha realizou muitas viagens por meio de convites ao Amazônia Brasileira, inclusive pelos indígenas. Ela afirma ter conhecido uma grande variedade de aldeias e que aprendeu um pouco das línguas dos povos com os quais teve mais convivência. A profissional não conseguiu se recordar de nenhuma viagem à Amazônia que tenha sido bancada com recursos financeiros próprios da emissora. Isso teria ocorrido na cobertura do Fórum Social Mundial de Belém, em 2009, mas ela acabou não integrando a equipe por problemas de saúde. A única viagem custeada pela EBC que a radialista se recordou foi cobertura da Rio +20, que não ocorreu na Amazônia e sim no Rio de Janeiro. O programa Amazônia Brasileira cobriu o evento que discutiu assuntos ambientais variados.

Eu era muito convidada para viajar pelos mais diversos: governos estaduais, as próprias comunidades indígenas, FUNAI, Ministério da Saúde. Fui convidada para palestras a estudantes. (...) O Amazônia Brasileira era um programa viajante. Então vai ter um encontro das comunidades dos povos indígenas do Acre, sul de Rondônia e norte do Amazonas. Eles convidavam e com o acordo com a chefia, a gente fazia o programa de lá. Tenho fotos hilárias, porque nem sempre tinha uma estrutura. Esse encontro mesmo que estou citando, fizemos o programa na cozinha do padre. (BEGONHA, 2021)

4. ENTRELAÇAMENTOS

As interações presentes nas cartas e nos programas radiofônicos, bem como os depoimentos analisados nessa pesquisa, apontam para a existência de profundos laços afetivos entre radialistas e ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia, de forma que, mesmo à distância, seus cotidianos estabelecem influências mútuas. Situados em diferentes paisagens territoriais como vilas, fazendas, reservas extrativistas ou áreas indígenas e quilombolas, os ouvintes carregam para a interação aspectos culturais desses ambientes descritos na literatura. No olhar das pesquisadoras Talita de Melo Lira e Maria do Perpétuo Chaves (2016), por exemplo, as comunidades ribeirinhas apresentam um modo particular de vida que envolve, entre outros aspectos, relações de compadrio assentadas em bases comunicativas. As amizades, sobretudo entre vizinhos, manifestam-se por meio de tratamentos similares aos que são dispensados aos parentes próximos. Patrícia Mechi (2013), em seu estudo sobre os camponeses da região onde se desenrolou a Guerrilha do Araguaia, registra que tanto os guerrilheiros como os militares os descreviam como hospitaleiros e acolhedores, capazes de oferecer pousada e alimentação a qualquer pessoa que batesse às suas portas solicitando apoio. “Esse comportamento deve ser situado na própria sociabilidade dos moradores que, em sua maioria, são migrantes e que contavam com esse tipo de solidariedade no seu trajeto” (MECHI, 2013, p.172). É possível notar vários desses traços culturais nas cartas e nas interações ao vivo: a oferta de envio de alimentos, a sugestão de uso de ervas medicinais, o conhecimento de datas de aniversário e de características pessoais, etc.

A forma como a emissora se estrutura e se desenvolve no final da década 1970 e no início da década de 1980, no entanto, faz com que a interação entre radialistas e ouvintes se estabeleça dentro uma dinâmica que estimula determinadas manifestações expressivas em detrimento de outras. Sem um serviço noticioso estruturado que permitisse oferecer mais do que pílulas de informação oficial, a interlocução está mais circunscrita ao âmbito afetivo e ao atendimento de demandas de serviços básicos. A grade dos anos 1980 estruturava-se em torno da leitura de recados, da troca de mensagens afetivas, de atrações recreativas, das músicas, das informações de utilidade pública e do conteúdo educativo que aparece, principalmente, no programa dedicado ao ouvinte infantil conduzido por Helena Bortone. Se o *feedback* dos ouvintes era levado em conta na abordagem de alguma temática de saúde ou de agricultura, provocações em

torno de assuntos públicos mais complexos ou mesmo polêmicos parecem raros nessa época. Da forma como foram estruturados pela emissora, os espaços interativos oferecem poucas condições para que as comunidades da floresta se vejam e sejam vistas também como local de construção de uma racionalidade política.

O apelo ao sentimento em detrimento da racionalidade estrutura a narrativa adotada pelo regime militar no esforço de justificar-se perante a população e angariar apoio. Com base na Doutrina de Segurança Nacional, buscou-se simultaneamente justificar o dever do amor incondicional à pátria e criar uma atmosfera de medo pela qual críticas poderiam ser enquadradas como atividade comunista passíveis de repressão. O comunismo era apresentado como algo a ser temido, avesso ao orgulho nacionalista, que era fomentado através da exploração de símbolos e eventos. Discursos assentados nessa estrutura também foram encampados por diversos veículos da mídia, que deram sua contribuição para a sustentação do regime. Conforme observa Heloiza Matos (2009, p.4), “a simbologia associada à comunicação do governo (bandeiras, insígnias, slogans, logotipos, etc.) faz parte das fórmulas retóricas que, transmitidas através de diferentes mídias, objetivam construir um quadro compartilhado de sentidos que permitam rápido acesso à consciência e à confiança dos cidadãos”. Na Rádio Nacional da Amazônia, os ouvintes também foram ocasionalmente convocados a partilhar desse quadro de sentidos durante transmissões de cerimônias cívicas, na veiculação de conteúdos associados à educação moral e cívica e mesmo na reprodução de discursos com ênfase na promoção do patriotismo, como bem ilustra o programa que celebrou os 10 anos da emissora em 1987.

Ao selecionar quais carências informativas seriam atendidas dentre todas as que marcam os territórios de seus ouvintes, a emissora ancora-se originalmente na mesma verticalidade que, de uma forma geral, orienta as políticas do regime militar para a Amazônia. Assume-se postura antidemocrática ao julgar-se autossuficiente para a construção de soluções para as demandas colocadas, sem que houvesse algum tipo formal de consulta ou debate público. Contudo, movimentos comunitários na Amazônia já reivindicavam na década de 1980 o reconhecimento de sua autonomia para a gestão dos seus territórios. Através dos fluxos de informação instaurados entre os grupos articulados, há uma construção coletiva de racionalidades em torno das demandas sociais. Os extrativistas, por exemplo, passaram a defender o direito de estruturação de

sua existência mediante o compartilhamento da terra e a comunhão do trabalho, por meio do qual constroem sólidas relações sociais e afetivas.

Compreender como o afetivo e o racional se articulam nas ações humanas, na perspectiva do filósofo Edgar Morin (1977, 1991), é um dos desafios para se definir o que ele chama de pensamento complexo: somos simultaneamente capazes de construir conhecimento lógico e de apontar contradições e incapazes de alcançar a certeza de tudo, de conceber uma ordem absoluta geral. Ao apontar as limitações da classificação da nossa espécie como *homo sapiens*, Morin vê a experiência humana simultaneamente demarcada, de um lado, pela razão, e de outro, pela emoção, pela paixão e pelo delírio. Nesse sentido, o racionalismo clássico não seria capaz de oferecer respostas completas para a compreensão da nossa existência, o que demandaria um esforço pela via do processo dialógico, capaz de comportar aquilo que pareça contraditório e paradoxal: a razão e a paixão se apresentam como igualmente necessárias e insuficientes, não existindo uma desvinculada da outra.

Se a Rádio Nacional da Amazônia, em seus primórdios, se estrutura como se as demandas afetivas e informacionais/racionais de seus ouvintes estivessem desassociadas entre si, o debate da comunicação pública que fundamenta a existência da EBC, por outro lado, muitas vezes flerta com uma perspectiva que caminha no extremo oposto, atrelada à arquitetura cultural e política do discurso da esquerda tradicional tal como descreve Manuel Castells (2019): ela parte do princípio de que basta dar publicidade a uma proposta política que supostamente corresponda aos interesses gerais da população e as pessoas irão racionalmente se convencer de sua pertinência. No entanto, Castells observa que o sucesso do avanço das plataformas políticas depende fundamentalmente de sua capacidade de se articular com o universo cultural de uma sociedade e desencadear emoções políticas passíveis de serem posteriormente racionalizadas. Nesse sentido, o autor considera que os movimentos humanos sofrem mais influência de aspectos emocionais do que de aspectos racionais. Refletindo sobre o desenvolvimento da América Latina, Canclini (2008, p. 24) observa que a região não experimentou uma industrialização sólida, nem uma tecnificação generalizada, nem uma organização sociopolítica baseada na racionalidade formal e material. Para ele, o racionalismo democrático nunca foi, entre nós, uma causa popular.

Apesar desse cenário, a defesa de uma comunicação pública voltada exclusivamente para o debate público aparece, por exemplo, na teorização de Eugênio Bucci (2015) para quem o entretenimento não deveria encontrar guarida nos veículos da EBC. O autor vê o entretenimento como designação de uma indústria voltada para seduzir a audiência e inebriar a inteligência do espectador através de atrações de auditório, jornadas esportivas, programas de humor, *reality shows*, etc.

A TV pública fracassa quando sucumbe ao impulso subalterno de se desejar desejada. Sua vocação é problematizar essa modalidade primitiva de sedução — ou de mendicância afetiva. A televisão pública não quer público cativo como a televisão comercial. Pensemos bem sobre o sentido amplo dessa palavra, cativo. Nessa perspectiva, a televisão pública não tem a missão de ser cativo, de prender os olhos do telespectador, mas de atuar como fator de emancipação (BUCCI, 2015, p.62)

Para Bucci, ao adotar o entretenimento, a emissora pública se declara pertencente a uma indústria para a qual não tem vocação nem destinação de pertencer.

Com a industrialização dos bens culturais e a transformação da indústria cultural num grande negócio, os atributos da obra mais ou menos artística e os aspectos de seu vínculo com o espectador são barateados e nivelados por baixo; passam a apelar muito mais para a repetição de sensações, para o reforço da ilusão de familiaridade, para a recreação, para o estímulo de emoções conhecidas – nada a ver com descortinar o desconhecido ou o estranho. Não que a arte seja impossível na indústria do entretenimento; ela apenas não é a regra. Não que não haja cultura na indústria do entretenimento; ela é apenas a cultura de uma indústria, não a cultura em todas as suas formas. (BUCCI in BRASIL, 2006, p.12)

A posição de Bucci, entretanto, não se alinha às experiências concretas desenhadas a partir dos dois paradigmas de comunicação pública apresentados anteriormente. Tanto na PBS como na BBC, há uma grande aposta no entretenimento: seriados, programas de auditório, eventos esportivos, etc. Bucci parece trazer para o debate uma preocupação encampada nas formulações da Escola de Frankfurt: a construção e proteção de espaços sociais de liberdade, que se desenvolvam a margem das engrenagens da indústria cultural. Para Adorno e Horkheimer (2002), por meio da articulação entre a arte, a propaganda e o entretenimento, a cultura termina sendo colocada a serviço da manutenção da estrutura econômica. O paradigma frankfurtiano pressupõe uma separação radical entre a cultura de massa, como instância de alienação instaurada pela indústria, e a cultura genuinamente popular, que deve ser protegida. Essa proposta, que foi acusada de retratar uma perspectiva elitista na medida em que

aponta para a audiência como uma massa homogênea e passiva frente à produção cultural, também se revela utópica se considerarmos as colocações de Morin e Castells: um projeto alternativo de comunicação que não dialogue – de forma crítica – com as emoções desencadeadas pela estrutura vigente termina por constituir-se como uma ilha de boas intenções e não como um novo caminho capaz de reorientar o sistema hegemônico.

Um outro entendimento pode ser construído a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, na qual se reconhece que as produções da mídia comercial, embora estejam estruturadas para a construção da hegemonia das elites econômicas, modificam-se mediante os encontros com as culturas locais e absorve os códigos do popular sem os quais não conseguiria validar-se perante o público. Decorre daí a problemática de se estabelecer fronteiras rígidas entre entretenimento e cultura. Martin-Barbero (1997, p.162), por exemplo, em sua análise sobre o melodrama, localiza na incorporação dos códigos do popular as razões do sucesso do gênero. Ele considera aspectos históricos ligados “à proibição da palavra nas representações populares” e “à expressividade dos sentimentos em uma cultura que não pôde ser ‘educada’ pelo padrão burguês”. Olhando para a América Latina, particularmente, o paradigma das mediações sustenta que o desenvolvimento da comunicação de massa deve ser estudado dentro de um contexto que interpela as massas trabalhadoras com a proposta de um sistema novo de reconhecimento dos atributos do trabalhador, o qual preserva vínculos com uma longa tradição de expressões da cultura popular.

De forma geral, podemos dizer que as experiências de comunicação pública ao redor do mundo não sugerem uma estrutura desvinculada da indústria cultural. Em 2013, a questão foi posta da seguinte maneira por Lúcio Mesquita, então diretor para as Américas do serviço mundial da BBC.

Para nós, a questão não é se as TVs públicas devem ou não produzir novelas, programas de auditório, o que for. Mas, sim, como as TVs públicas podem produzir esses programas com qualidade, isenção e liberdade de forma que não só o público note e aprecie, mas, tão importante quanto o sucesso de público, que as emissoras comerciais também notem e adotem como referência. (MESQUITA in CARMONA, 2013, p.39)

O mesmo se verifica na experiência da TV Brasil: recordes de audiência foram obtidos com a Série C do Campeonato Brasileiro de Futebol entre 2013 e 2016 e com o Desfile das Campeãs no Carnaval do Rio de Janeiro entre 2016 e 2018 (NITAHARA,

2019). No primeiro caso, a transmissão inédita da competição em televisão aberta possibilitou o acompanhamento de jogos de Santa Cruz, Fortaleza, Sampaio Corrêa, Paysandu e CRB: times do Norte e do Nordeste de expressiva tradição, capazes de arrastar dezenas de milhares de torcedores aos estádios assim como aqueles que geralmente figuram na divisão de elite. No segundo caso, a TV pública se colocava como a única opção para quem quisesse acompanhar a última apresentação das agremiações vencedoras do carnaval carioca.

A Rádio Nacional da Amazônia, ao se acomodar dentro da estrutura da EBC, vai pelo mesmo caminho: não houve uma renovação completa da grade, mas uma revisão crítica na qual se decidiu pela manutenção de atrações que poderiam bem ser enquadradas sob o rótulo de entretenimento. Como gênero de sucesso, as radionovelas foram mantidas, embora as produções incorporassem novas diretrizes: passam a promover reflexões mais aprofundadas sobre as realidades locais (PAIXÃO, 2019). A Série C também contou com transmissão radiofônica, com a narração de diversos jogos em todas as emissoras da EBC, incluindo a Rádio Nacional da Amazônia.

Ao mesmo tempo, os depoimentos dos radialistas deixam claro como os espaços de correspondência são considerados um patrimônio da emissora. Elas permanecem sendo trocadas dentro de um quadro substancialmente afetivo. Tomando-se como referência o acervo de cartas de Didi Martins, os estímulos para a correspondência, na maioria das vezes, envolvem sentimentos pessoais e demandas musicais: os pedidos são sempre acompanhados de elogios e manifestações de estima. Da mesma forma, as mensagens lidas no Ponto de Encontro e nos demais programas não se orientam para o debate das questões públicas, mas para manifestações de afeto e recados cotidianos. Este tipo de interação está ligado em alguma medida à característica do próprio rádio enquanto dispositivo: a "sensorialidade" de que fala Leonardo Rocha (in PAULINO; SILVA, 2013, p.90), isto é, "a capacidade de envolver o ouvinte por meio da criação de um 'diálogo mental' com o emissor". A voz fomenta o envolvimento emocional, estimulado ainda pelos recursos de sonoplastia que promove a imaginação do ouvinte. Para Eliane Albuquerque (2014), levar em conta a formação dessa imagem mental é fundamental para a compreensão dos fenômenos cognitivos gerados a partir dos conteúdos radiofônicos. Segundo ela, ao se colocar na pele do radialista, mais do que aprender do outro, o ouvinte aprende através do outro. Poder-se-ia dizer que, ao trazer para a transmissão a voz do ouvinte que compartilha experiências de sua realidade, o

inverso também se apresenta: o radialista aprende através do ouvinte. No caso da Rádio Nacional da Amazônia, esse processo interativo dialoga com uma cultura de aprendizado já fortemente demarcada pela tradição oral. É pela fala que diversos conhecimentos e histórias ancestrais continuam sendo transmitidos de gerações em gerações em comunidades indígenas e ribeirinhas. Esses saberes, atrelados a memórias coletivas forjadas em meio às relações de afeto entre netos e avós ou filhos e pais, aparecem nas correspondências e nas demais formas de interação entre ouvintes e radialistas, por exemplo, na recomendação do uso medicinal de alguma planta ou no compartilhamento de narrativas mitológicas e folclóricas.

Para além dos conhecimentos tradicionais, a emissora também estrutura uma memória afetiva coletiva em torno de si mesmo: as histórias envolvendo radialistas e ouvintes são preservadas e recontadas não somente como recordações de um acontecimento, mas como com forma de reviver um evento passado do qual tomou parte o narrador e seus interlocutores. Assim é que, nas interações durante os programas as visitas dos radialistas a determinadas localidades e mesmo acontecimentos ocorridos no ar são recorrentemente lembrados, não apenas pelos profissionais, mas também pelos próprios ouvintes. A rememoração coletiva desses momentos de manifestações de afetos estimula um senso de união e estrutura um sentimento de pertença a uma comunidade simbólica organizada em torno da emissora. Estas dinâmicas interativas permitem que o rádio, mesmo convivendo com novas possibilidades interativas geradas na era da comunicação eletrônica, detenha ainda a peculiar capacidade de proporcionar um nível único de intimidade entre dois sujeitos que não se conhecem. Há um intenso processo de troca afetiva e cultural pelo entrelaçamento cotidiano de vidas humanas.

O rádio é, especialmente, um ambiente de vinculação que possibilita a sincronização das múltiplas atividades dos cidadãos nas sociedades complexas. Além disso, a relação de vínculo formada entre emissoras e ouvintes faz com que as primeiras confirmem e reforcem a inclusão dos cidadãos em uma ordem simbólica. Porém não se limita a isso, remetendo os ouvintes a um universo que trabalha com memórias e narrativas simbólicas, dando sentido ao tempo de cada dia. (ALBUQUERQUE, 2014, p.76)

Dessas constatações, seguem as indagações: para se enquadrar como comunicação pública, deveria a emissora radiofônica recusar o diálogo com características da cultura constituída em torno do dispositivo? Deveria sustar ou reorientar o seu serviço de recados por estar desvinculado da função de mediar o debate público? O direito à interação afetiva não pode ser concebido dentro de um enquadramento da garantia dos

direitos humanos? Com uma tradição fortemente voltada para se pensar o atendimento às necessidades e aos interesses de informação da população, a reflexão em torno da comunicação pública no Brasil carece ainda de mais maturidade para enfrentar questões dessa ordem. Se considerarmos o postulado de Toby Mendel (2011), para quem a comunicação pública deve satisfazer necessidades que o mercado não chega a responder, seria plausível incluir no rol dos desafios o atendimento a demandas afetivas de comunidades desassistidas por outros veículos de mídia. Essa é uma perspectiva associada à ideia de complementaridade geográfica, pois como instrumento de democratização do direito à comunicação, caberia à emissora pública chegar até onde a mídia privada não chega. Nesse sentido, a oferta de serviços variados e a garantia de acesso a diferentes produtos culturais, mesmo que eles não estejam voltados para o debate público, poderiam ser princípios assumidos na composição da grade de programação da Rádio Nacional da Amazônia, principalmente quando se lida com uma audiência que, em parte, sequer é atendida por outros veículos midiáticos.

Mas há aí uma questão curatorial. Mendel entende que, ao alcançar seu melhor potencial, as emissoras públicas fixam parâmetros para o setor como um todo, fomentando a diversidade inclusive no setor privado. Posto dessa forma, a comunicação pública assume um posicionamento distinto daquele teorizado por Bucci: ela opera não à margem da indústria cultural, mas no seu interior, propondo modificações nos padrões estéticos e culturais hegemônicos, valendo-se de sua relativa liberdade frente à lógica de mercado, que será maior ou menor a depender do marco regulatório. Nesse sentido, a discussão seria mais bem colocada em linha similar ao que propõe a BBC: como produzir programas de uma forma geral com qualidade, sem sensacionalismo e sem exploração econômica das emoções desencadeadas na audiência? É possível produzir radionovelas a partir de uma releitura crítica das referências disseminadas pela comunicação comercial? A transmissão dos jogos do Paysandu para as comunidades situadas no interior do Pará, mais do que entretenimento, não constitui um mecanismo de estímulo ao regionalismo cultural?

A experiência da Rádio Nacional da Amazônia traz ainda elementos para se discutir a complexa equação entre fazer comunicação pública e garantir audiência. Os críticos da comunicação pública, muitas vezes, se apoiam na retórica de que não vale a pena destinar recursos públicos para um serviço que atenda poucas pessoas. Trata-se de um argumento que deve ser problematizado, dado que um Estado democrático

pressupõe a existência de políticas públicas que assegurem a inclusão de setores minoritários da população. Ainda assim, na disputa em torno do seu futuro, a conquista de audiência não deixa de ser relevante para a legitimação política da comunicação pública. Como não poderia deixar de ser, é com base em seu público que os próprios radialistas justificam a importância da Rádio Nacional da Amazônia. Por empiria, defensores da comunicação pública manifestam convicção de que a emissora exerce um papel importante no cotidiano dos ouvintes. Relevantes indícios permitem sustentar essa posição. No entanto, deve-se ponderar que não se sabe com precisão qual é o tamanho da audiência. Se no passado o volume de correspondências servia como indicador, com a migração da maior parte da troca de mensagens para o ambiente eletrônico, nem mesmo essa referência existe mais. Os radialistas costumam argumentar que o método de pesquisa do Ibope não se aplica à realidade do interior da Amazônia, no que parece ser uma visão disseminada no interior da emissora. Entretanto, existem outras formas de se aferir audiências e não há notícias de que tenha havido alguma movimentação nesse sentido: seria possível, por exemplo, fazer levantamentos por amostragem em parceria com as universidades locais.

Os depoimentos dos radialistas também parecem indicar uma dificuldade de se renovar a audiência, o que é um desafio para o futuro da emissora. Didi Martins, por exemplo, constata que os jovens não representam a maior parte das pessoas que interagem no Nacional Jovem, como pretendia a emissora. De outro lado, Beth Begonha celebra o que chama de fidelização transgeracional, em torno do qual postula que novas gerações de ouvintes são formadas no seio das famílias de ouvintes antigos, tendo em vista que pais e filhos, assim como netos e avós, se comunicam através da emissora. Mas até quando esse movimento poderia sustentar a renovação do público?

A experiência da Rádio Nacional da Amazônia se afasta da tese de Bucci de que a comunicação pública não busca um público cativo. A interação cotidiana entre radialistas e ouvintes de longos anos atravessa integralmente a programação. A manutenção desse quadro é buscada pelos dois lados, o que aponta para dois problemas da reflexão de Bucci. O primeiro é a ausência de uma problematização em torno das características dos diferentes dispositivos: embora seja apresentado um modelo ideal de comunicação pública, o argumento está centrado na análise das experiências de televisão pública. No entanto, se consideramos que o respeito da diversidade e o diálogo com o regionalismo como princípios da comunicação pública tal como pontuado no 1º

Fórum Nacional de TVs Públicas (BRASIL, 2007), não é possível pensar um projeto que não leve em conta o potencial do rádio. Afinal, ele ainda cumpre a função de principal mídia local na maior parte do país e do mundo. E cumpre, em certa medida, pela sua capacidade de construção de um vínculo afetivo com o ouvinte. O potencial da emissora pública de rádio pode estar precisamente aí: em sua flexibilidade para oferecer múltiplas possibilidades de articulação entre a esfera simbólico-afetiva do local e o impulso em direção à curiosidade e ao conhecimento. O segundo problema da perspectiva de Bucci é que ela abstrai os comunicadores da estrutura de comunicação: a dimensão humana do projeto subsidia os laços afetivos. Diferentes estudos já apontaram a empatia com o apresentador do programa radiofônico como determinante para orientar as preferências do ouvinte (ALBUQUERQUE, 2014). Abstrair esse elemento e apostar exclusivamente no conteúdo como eixo de garantia de audiência pode terminar por conduzir ao fracasso.

O que não se deve perder de vista, porém, é que a busca pela audiência na comunicação pública não deve obedecer à lógica de mercado, mas sim deve se dar respeitando parâmetros normativos fixados e constantemente repactuados com participação social. Portanto, se nem toda a programação precisa estar voltada para o debate público, de outro lado, as definições em torno dessa mesma programação deve ser consequência do debate público. É através dele que se estabelece um olhar crítico para o uso da emoção para fins econômicos, por exemplo, através da espetacularização da catástrofe, do crime, do drama humano. Por não ter fins lucrativos, a audiência na comunicação pública, na maioria das vezes, não se traduz em ganho financeiro, mas em legitimação social e política. A comunicação pública precisa justificar sua existência e seu custo apresentando algo diferente daquilo que já está posto no mercado. Nesse sentido, o debate em torno de sua programação deve se abrir às variadas alternativas.

É curioso notar que, em alguma medida, o serviço de recados estruturado pela Rádio Nacional da Amazônia dialoga com possibilidades antevistas por Bertold Brecht nas primeiras décadas do século passado.

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, constituiria um fantástico sistema de canalização, se fosse capaz, não apenas de emitir, mas também de receber. O ouvinte não deveria apenas ouvir, mas também falar: não isolar-se, mas ficar em comunicação com o rádio. (BRECHT apud ORTRIWANO, 1998).

A leitura de recados certamente não é um serviço exclusivo da Rádio Nacional da Amazônia. Mas é possível dizer que ele assume características únicas que não encontram paralelo em emissoras comerciais. Não só pela sua abrangência e pelo seu alcance geográfico, ou pela habitualidade dos fluxos das mensagens no interior da floresta, como também pela sua centralidade na grade de programação. O apelido de "Orelhão da Amazônia", dado à emissora em algumas localidades, revela sua apropriação como telefone ao qual ouvintes recorriam e recorrem diariamente, semanalmente ou mensalmente para fazer contato com familiares, amigos, parceiros de atividades econômicas e outros sujeitos. Brecht, como observa Gisela Ortriwano (1998), imaginava o rádio não como meio distribuição de mensagens, mas efetivamente como meio de comunicação: sua função não se esgotaria em apenas transmitir informações sobre os acontecimentos, mas em promover uma real mediação em um processo de "dupla mão-de-direção".

Para Brecht, o desenvolvimento unidirecional do rádio foi sendo delimitado na medida em que se constituía o sistema econômico de sua exploração, estruturando o processo de interatividade dentro de um cenário controlado. Conforme observa Gisela Ortriwano (1998, p.14), a participação do ouvinte hoje geralmente é limitada a pequenas intervenções e "o controle é sempre do emissor, nunca do receptor". Por estar ancorado em um modelo não-comercial, foi possível à Rádio Nacional da Amazônia, desde o primeiro momento, oferecer um espaço mais amplo para a intervenção de seus ouvintes e possibilitar um fluxo multidirecional de suas mensagens. Ainda assim, deve-se reconhecer sua estrutura controlada, que mantém a interação dentro de um quadro afetivo ou de utilidade pública, sem fomentar a discussão em torno de temas de interesse público, o que termina por afastar a emissora do quadro multifuncional imaginado por Brecht: sua preocupação ao idealizar novas propostas para o rádio não se restringia ao terreno meramente tecnológico, mas tratava sobretudo da organização democrática da sociedade.

O debate em torno do processo de criação da EBC dá centralidade a questões que se conectam com as preocupações de Brecht. No entanto, com o protagonismo assumido pelos dois Fóruns Nacionais de TVs Públicas organizados pelo Ministério da Cultura, a reflexão sobre o rádio público ficou em segundo plano. Mas se recorrermos à perspectiva multifuncional de Brecht, às características do dispositivo descritas por Eliane Albuquerque e outros autores e ainda à experiência da Rádio Nacional da

Amazônia na relação com as comunidades, é possível enriquecer a análise. Trata-se de compreender os vínculos afetivos que orientam certas assimilações e certas recusas em meio às trocas comunicacionais: no interior de cada cultura desenvolve-se uma intensa negociação entre uma estrutura emocional e uma estrutura racional, cada qual com dinâmicas próprias e ao mesmo tempo mutuamente influentes. A comunicação pública será confrontada por esta realidade, para a qual precisará oferecer respostas. No contato com os radialistas, os ouvintes carregam suas crenças, superstições e tabus, atravessadas muitas vezes pela forte carga emotiva que marca a transmissão geracional de conhecimentos em uma dada comunidade. A interação se desenvolve em diálogo com o ambiente cultural do ouvinte, no qual o radialista acaba imerso emocionalmente, o que facilita a absorção de tradições, costumes e valores em seu repertório cultural. Mais do que uma relação, os processos interativos apontam para um entrelaçamento de vidas cotidianas, que deixa marcas nas identidades dos sujeitos envolvidos. De um lado o ouvinte se reafirma amazônida no contato incessante com a emissora que carrega o nome da sua região. De outro, é sintomático o apego profissional à Rádio Nacional da Amazônia: quando atrelam a ela toda a sua carreira, os radialistas reconhecem o nome da emissora como sufixo de suas identidades profissionais.

A ideia de entrelaçamento dialoga com as novas abordagens que vêm sendo construídas nos últimos anos no âmbito da pesquisa em comunicação. Elas buscam superar limitações que estariam presentes tanto no modelo de Hall, como no paradigma das mediações: nenhum deles teria sido capaz de eliminar a lógica de um processo comunicativo em etapas. Provém daí essa dificuldade de melhor conceituar o encontro dos sujeitos com a mídia. E, portanto, se impõe o desafio de superar esta disjunção entre os dois polos da comunicação. Nesse sentido, é pertinente a observação de Itania Gomes (2004) acerca dos limites do paradigma das mediações: a noção de mediação impõe a existência do intermediário e pressupõe a existência dos polos. Para mediar, o objeto deve se colocar entre um e outro. Afasta-se assim um sentido constitutivo e constituidor do processo comunicativo e deixa prevalecer o que Raymond Williams (1979, p.102) descreveu como “um certo senso de áreas separadas e preexistentes, ou ordens de realidade, entre as quais o processo de mediação ocorre”.

À luz dos estudos que emergiram mais recentemente na era da mídia eletrônica, um novo conceito parece ter condições de superar essas limitações. Fala-se agora em mediatização. Um dos autores cujo pensamento avança nessa direção é Muniz Sodré

(2014). Ele compartilha da crítica à noção de mediação, que apontaria para a separação entre a produção e o consumo de mensagens e ensejaria a presença de um intermediário conciliatório. Essa separação desapareceria no conceito de midiatização, que seria mais adequado para se pensar o mundo tal como se apresenta hoje, imerso em uma ambiência permeada pelos dispositivos eletrônicos. Quando se fala em midiatização, não se fala nem da transmissão de acontecimentos por meios de comunicação e nem do trabalho das mediações simbólicas sobre a mídia. O que o termo busca descrever é o funcionamento entrelaçado das tradicionais instituições sociais e dos indivíduos com a mídia. Dessa forma, torna-se possível a descrição de um processo de mudanças qualitativas em termos de configuração social por efeito da articulação da tecnologia eletrônica com a vida humana. O sujeito é atravessado pelo conteúdo midiático e o entrelaçamento entre ambos proporciona a constituição de uma forma virtual ou simulativa de vida, que Muniz Sodré chama de *bios* midiático ou *bios* virtual.

Ao analisar a midiatização generalizada instaurada pela mídia eletrônica, Muniz Sodré (2014) propõe uma reflexão das disposições originárias do ser humano e defende que o ato de comunicar é inerente à nossa espécie. Ele adota o conceito de vínculo, encarado a partir de sua diferenciação da noção de relação social. Segundo Sodré, a vinculação não se define como “fazer contato”, e sim faz referência a algo colocado entre os seres. O ser humano seria movido por uma força originária que o pressiona para fora de si e que o leva obrigatoriamente a se vincular aos pares sem que esse movimento se revele em sua consciência como uma deliberação visível. Dessa forma, o ato de comunicar não é mera consequência de reflexão racional, mas é um impulso do ser humano em direção ao outro. Daí a ideia de “ser-com”, uma vez que a comunicação se coloca nessa perspectiva como a base existencial da vinculação humana. E daí a ideia de uma ciência da comunicação capaz de analisar e observar a vinculação humana em todas as suas dimensões emocionais e racionais. Na reciprocidade comunicacional, o vínculo se revela e a existência humana pode ser sentida.

O conceito de midiatização parece dotado de uma capacidade de impactar profundamente os estudos da comunicação, demandando uma ampla reflexão em torno de métodos, processos e procedimentos investigativos para dar conta das realidades dinâmicas e complexas. Parece-nos também que, embora tenha se delineado a partir dos estudos sobre a mídia eletrônica, o conceito contribui para repensar os processos de

articulação entre o ser humano e os meios de comunicação que emergiram a partir da Revolução Industrial. É como se a reflexão em torno do mais recente aprimoramento tecnológico colaborasse para desobscurecer um passado. Falar em um entrelaçamento entre a Rádio Nacional da Amazônia e seus ouvintes é, ao mesmo tempo, postular a hipótese de que a vida humana em certas comunidades da floresta está atravessada pela emissora, e a emissora se deixa atravessar pela vida humana dessas comunidades. Atravessamentos esses estabelecidos em complexos contextos sociais, políticos, históricos, tecnológicos e culturais. Daí que a interação – seja na correspondência escrita ou na participação ao vivo - não é somente uma etapa desse encontro emissora e audiência. A interação - influência mútua de organismos inter-relacionados - é a tradução da instauração de uma forma de vida na qual as pessoas em suas ações cotidianas revelam-se atravessadas pela dinâmica de comunicação que estabeleceram com e através da emissora. Ao mesmo tempo, as variadas formas tecnológicas, antigas e novas, vão também sendo articuladas entre si, o que já acontece com a Rádio Nacional da Amazônia: a relação entre emissora e ouvintes envolve agora sites, redes virtuais e aplicativos para telefones celulares de última geração.

Com base nas reflexões em torno da midiaticização, Jiani Bonin (2016, p.214) propõe a adoção da expressão apropriações midiáticas ao invés de recepção. Segundo ele, o intuito é de “melhor nomear as múltiplas atividades dos sujeitos com as mídias no contexto contemporâneo, que incluem desde a produção de sentido (pensada no âmbito de vertentes historicamente dedicadas à recepção) às renovadas formas de participação como produtores midiáticos no âmbito da comunicação digital”. Bonin sustenta que os sujeitos participantes dos processos de apropriações midiáticas têm ganhando um entendimento complexo e a pesquisa empírica se vê atualmente desafiada a entender como opera a midiaticização nas mais diversas instâncias, como se dão as particulares configurações que assumem os processos de apropriação midiática e como ocorrem as transformações socioculturais provocadas por este fenômeno. Acrescenta que “levando em conta esse processo, reconhecemos que, vinculados ao atravessamento das mídias, foram se constituindo sensibilidades, culturas, identidades e modos de vida midiaticizados” (Bonin, 2016, p.215).

A noção de apropriação midiática se revela assim mais ampla do que a ideia de recepção, que delimita a existência de um momento privilegiado do processo

comunicativo: no caso do rádio, o momento da escuta. Apropriar-se é “tomar para si, arrogar à pose, apoderar-se” (Houaiss, 2001). Neste sentido, a apropriação engloba os múltiplos exercícios cotidianos pelo qual ouvintes e radialistas se apossam da emissora: emissão, recepção, diálogo mental, repetição dos hábitos de escuta e tudo o mais que se desdobra desse encontro. É a forma como os diferentes sujeitos tomam a mídia como sua e a carrega para sua atividade cotidiana.

Consideramos que a interação não designa um momento específico, mas um conjunto de ações que se desenvolvem em consequência e em torno de mensagens diferidas no tempo e no espaço (BRAGA, 2001). É uma instância da ação intersubjetivamente orientada e imersa no processo de apropriação midiática, que se manifesta na reciprocidade entre fala e escuta dos diferentes interlocutores. Na Rádio Nacional da Amazônia, as redações das cartas, os diálogos ao vivo e, mais recentemente, as conversas via dispositivos eletrônicos são componentes dessa instância, na qual se revelam as influências mútuas entre os envolvidos. Trata-se de um fenômeno que ganha múltiplos sentidos conforme os variados fatores históricos, sociais e emocionais que compõem os contextos de apropriação ou de interação.

Nesse sentido, essa pesquisa nos conduz a um olhar que se aproxima daquele proposto pelo modelo praxiológico desenhado por Louis Queré (2018) e defendido por Vera França (2003), através do qual se concebe a comunicação a partir da ação dos sujeitos: a interação é colocada como processo em que se revela a dimensão expressiva e constitutiva da experiência socializada dos homens. Dessa forma, a preocupação se volta para a modelagem mútua de um mundo comum e deixa de estar circunscrita à mera transferência de informação do emissor a um receptor, a qual acaba muitas vezes recebendo análises limitadas sobre seu grau de eficácia. O processo comunicativo é encarado sobretudo pela sua natureza prática e a comunicação é um ato expressivo. Não se trata de falar em efeitos, mas de como se constitui a existência social dos interlocutores a partir da relação comunicativa.

É assim - entendendo o ato comunicativo enquanto atividade, ação; resgatando a historicidade da troca social - que podemos escapar da abstração e artificialismo do positivismo e encontrar uma passagem do local ao global, do cotidiano ao político, da comunicação interpessoal a de massa. A compreensão da comunicação enquanto atividade organizante, de construção (modelagem) de um mundo comum (de pontos de vista partilhados), e o viés que nos permite apreender em que medida as interações comunicativas,

instaurando um espaço público (uma relação de troca e partilhamento simbólico entre diferentes sujeitos), são lugares que constroem esses sujeitos - e os constroem num mundo (FRANÇA, 2003, p.51)

Este capítulo se dedica à última etapa da análise de conteúdo proposta: das inferências à interpretação. A partir dos dados levantados e em diálogo com a bibliografia selecionada (sobretudo autores dedicados à discussão da comunicação pública e das questões que envolvem a Amazônia), foram selecionados três ângulos de observação dos contextos de apropriação/interação: a territorialidade, as intenções da emissora e a gestão da emissora. Com base no material analisado, podemos dizer que estamos falando principalmente de dois momentos particulares da trajetória da emissora: seus primeiros 10 anos, nos quais localizamos as cartas para a Tia Leninha e a programação especial de 1987, e o período pós-criação da EBC, que abrange as datas das correspondências disponibilizadas por Didi Martins bem como os dois programas radiofônicos de 2014 que foram reunidos.

4.1 A TERRITORIALIDADE COMO CONTEXTO

Na obra “O rio comanda a vida”, o historiador paraense Leandro Tocantins (1968) oferece um conjunto de subsídios para se pensar como a paisagem amazônica da várzea se relaciona com os modos de vida e os costumes locais. O regime das águas aparece como protagonista na mediação do espaço e do tempo. O território que atrai o olhar analítico de Tocantins é aquele que fica inundado de seis a oito meses por ano. O nível das águas pode subir cerca de 15 metros o que exige uma adaptação não apenas dos seres humanos, mas da maior parte das espécies que aí habitam. As comunidades situadas nessas áreas organizam suas principais atividades econômicas, como a pesca, a agricultura e o extrativismo em função das cheias e secas.

A interação entre o homem e a paisagem amazônica descrita com detalhes por Leandro Tocantins muitas vezes foi interpretada a partir de enquadramentos estereotipados obtidos a partir das lentes do colonialismo. Por meio delas, foram formuladas teses que encampavam a ideia de um determinismo geográfico, no qual a história das populações da Amazônia é pensada a partir do conceito de adaptação. As formações socioculturais seriam, nessa perspectiva, resultantes da ação de uma seleção natural promovida por fatores ambientais limitantes como pobreza dos solos ou carência

de proteínas. Esse quadro analítico permitiu associar os povos indígenas a sociedades atrasadas e estacionadas no tempo, enquanto as nações civilizadas da Europa, representadas pela eficiência tecnológica, estariam desvinculadas das pressões naturais (LIMA; POZZOBON, 2005).

Em outra direção, a antropologia nos oferece a compreensão de que a cultura se expressa por tudo o que o homem produz ao construir sua existência no mundo: as práticas, as teorias, as instituições, os valores materiais e espirituais. Muitos dos desafios colocados pelo ambiente para a organização do tempo e do lugar não são intransponíveis. Quando os ribeirinhos constroem suas casas de frente para o rio, de forma que possam ver suas variações ou a movimentação de embarcações, não estão evidenciando o controle da natureza sobre suas vidas. Estão, na verdade, estabelecendo com ela uma relação dialética: trata-se de estruturar territorialmente a comunidade para responder às sazonalidades das estações. Da mesma forma, a associação da noção de tempo aos movimentos do sol e da lua e às variações da maré é resultado dessa interação que se expressa sobretudo por uma abordagem cultural dos fenômenos naturais. O próprio Leandro Tocantins (1960), embora flerte em algum momento com perspectivas de um determinismo geográfico, também é capaz de oferecer as chaves para outra compreensão: ao analisar o ciclo da borracha, por exemplo, ele observa como a mescla de culturas enlaça a relação entre o seringueiro e o seringal.

Quando falamos de território, buscamos designar a forma como um determinado espaço físico e temporal é apropriado culturalmente pelo homem e ganha finalidades políticas e econômicas. A territorialidade é, por sua vez, a expressão dessa apropriação. Ainda que a geografia natural limite as possibilidades de usos, ela não estabelece um caminho único. Através do território, isto é, da apropriação humana do espaço físico, se estabelecem os fluxos de tempo que organizam o cotidiano, pelo qual se desenrolam as tramas do dia a dia e se estabelecem as relações que influem na formação das identidades.

A publicidade de criação da Rádio Nacional da Amazônia, simbolizada pela já apresentada **Figura 06** (vide página 94), reforça as narrativas colonialistas que contribuem para o apagamento da identidade das populações da região. O Brasil estaria finalmente chegando àquele pedaço de terra aculturado dominado pela natureza: o amazônida poderia, enfim, compreender o estilo de vida daqueles que vivem no eixo

centro-sul do país. No entanto, na contramão do que sugere a mensagem publicitária, o que se verifica tanto por meio do conteúdo das cartas, dos depoimentos e dos programas é que a emissora ancora sua experiência radiofônica na interação com características culturais da Amazônia e com as respostas que ela oferece a questões e demandas locais. Embora se recorra a padrões estabelecidos por emissoras consolidadas em outras partes do país naquele momento, é levando em conta as peculiaridades regionais que a programação se estrutura. As radionovelas, por exemplo, gênero que havia feito sucesso na década de 1950, entrava em decadência na região Sudeste: o volume de produção caiu na mesma medida que os artistas e os patrocinadores haviam migrado para as emissoras de televisão (PAIXÃO, 2019). Mas em uma região até então inalcançada pelo rádio, a radionovela conquistará um espaço cativo por muitos anos na grade de programação, estando tematizada em boa parte da vasta correspondência entre ouvintes e radialistas.

O que fica claro é que o tempo da Amazônia é outro. Lia Calabre (2002) observa que o rádio se popularizou, vivendo seu auge na década de 1940, quando algumas emissoras chegavam a manter no ar até seis radionovelas. Sua posição e influência se mantiveram até meados dos anos 1950, quando o Brasil se encantou com a televisão. Mas a Amazônia profunda não viveu nada disso. O auge do rádio ali se dá nos anos 1980, com quarenta anos de atraso. Antes disso, a população local esteve privada de acompanhar em detalhes acontecimentos da história que o restante do país tomava conhecimento pela radiodifusão: a Segunda Guerra Mundial, a Guerra do Vietnã, a viagem do homem à Lua.

Mas se o sucesso da Rádio Nacional da Amazônia depende de sua adaptação à temporalidade instaurada nos territórios de seus ouvintes, através dela também se processam mudanças: se estabelecem novos fluxos comunicacionais e novas dinâmicas cotidianas. De um lado, escrever para a emissora se torna uma atividade inerente às rotinas de muitos ouvintes. De outro, a própria organização da grade orienta comportamentos. Não por acaso, ouvintes demarcam em cartas e em depoimentos atividades rotineiras com horários associados aos programas: há quem saia para o trabalho apenas depois da sua atração matinal favorita, outros combinam visitas semanais aos vizinhos conforme os hábitos coletivos de escuta. A territorialidade estabelece possibilidades e impossibilidades para a interação dos ouvintes entre si e com a emissora: entre as cartas para a Tia Leninha, por exemplo, há um pai que celebra a

reunião de seu filho e amigos para escutar o programa e há uma professora que lamenta o fato de algumas crianças não conseguirem acompanhar a atração por já estarem trabalhando na roça. Além de participar da estruturação da dinâmica cotidiana, a emissora também se articula com o calendário regional, dando suporte às ações sazonais de saúde pública, oferecendo informação para agricultores conforme as estações do ano, destacando as datas nacionais e festivas e mesmo organizando eventos ao vivo e presencial. Le Goff (1990) considera que o calendário está na base da vida cotidiana afetiva de uma comunidade.

No Brasil, a pesquisadora Ondina Fachel Leal (1983) realizou um trabalho pioneiro que virou uma das referências dos estudos de recepção. Ela foi a campo assistir telenovelas em casas de famílias de classes populares e de famílias de classes altas. A pesquisa aponta diferenças observadas entre as duas realidades sociais: o lugar que o aparelho televisor ocupa, a forma ritualística como as pessoas se mobilizam para assistir, as expectativas em relação aos personagens, etc. Segundo a autora, estas diferenças revelaram significados que compõem uma razão cultural, um sistema simbólico. Em que pese a suspensão do exercício etnográfico pensado inicialmente para esta pesquisa, as cartas e depoimentos revelam aspectos associados ao nível de imersão da emissora no cotidiano em comunidades da Floresta Amazônica. Há, por exemplo, menções variadas ao hábito de se escutar o rádio enquanto se realiza tarefas domésticas, como limpar a casa e cozinhar, e laborais, como roçar, garimpar, pescar. De certa forma, esta é uma possibilidade intrínseca ao rádio, já que seria muito mais difícil realizar outras tarefas lendo jornais e revistas ou assistindo televisão. No entanto, tais práticas também revelam em alguma medida a capacidade demonstrada pela emissora na sua articulação com as práticas sociais e culturais locais.

É importante pontuar, no entanto, que as mudanças na dinâmica territorial colocadas em curso pela Rádio Nacional da Amazônia não são delimitadas exclusivamente pelas características do dispositivo. Embora os impactos derivem de potencialidades tecnológicas que a emissora carrega, eles serão propriamente definidos através dos usos que se fazem da tecnologia. Assim como nas teses associadas ao determinismo geográfico, a ideia de que a sociedade evolui de forma unilinear também ganhou espaço em construções teóricas baseadas na adoção de um determinismo tecnológico. Em ambos os casos, ignora-se a capacidade do ser humano de intervir na construção de seu próprio mundo social.

No determinismo tecnológico, considera-se que evolução da sociedade humana se dá a partir da constante inovação, na qual cada novo artefato tecnológico direciona o desenvolvimento do próximo. Nesse sentido, a ciência e tecnologia seriam neutras e não poderiam ser controladas pelos homens. Ao contrário, é ela que os controla e determina a direção do progresso. A retórica em torno da criação da Rádio Nacional da Amazônia se alimenta dessa perspectiva: sua chegada representa o desenvolvimento inevitável. Sob este ponto de vista, o debate público em torno das diretrizes da emissora parece supérfluo. Uma crítica incisiva a essa ideia aparece com Raymond Williams (2016) na qual são desarticuladas tanto perspectivas teóricas que ignoram os impactos do progresso tecnológico no meio social, como aquelas que, no extremo oposto, apontam na direção do avanço tecnológico linear. No primeiro caso, a tecnologia apareceria apenas como mero sintoma, isto é, um subproduto de um processo social determinado por outras circunstâncias. A contraposição frontal a essa perspectiva vê a descoberta de novas tecnologias como resultado de um processo essencialmente interno de pesquisa. Estas descobertas definiriam as condições para a mudança social e para o progresso. Mas para Williams, ambas as posições, à sua maneira, abstraem a tecnologia da sociedade. Isto é, supõe-se que a tecnologia se desenvolve de maneira independente das escolhas e dos interesses de uma sociedade. Numa visão determinista da tecnologia, seria preciso admitir que as invenções, responsáveis por criar novas sociedades ou novas condições humanas, ocorrem em um espaço livre de influências de fatores políticos e sociais. De outro lado, ao encarar a tecnologia como sintoma, pressupõe-se que a pesquisa e o desenvolvimento também são autogerados, mas de forma periférica, e as descobertas são automaticamente apropriadas e utilizadas.

Assim como em qualquer outro lugar no mundo, a absorção dos novos dispositivos tecnológicos na Amazônia não se desenvolveu de forma independente. Ao contrário, foi perseguida com certos propósitos. Diferente do que poderia se supor em uma abordagem da tecnologia como sintoma, eles estavam ligados a necessidades sociais previamente conhecidas. Como aponta Williams, o desenvolvimento tecnológico não ocorre de forma periférica, mas central. Assim é que, bem antes da ditadura, os principais avanços em comunicação na Amazônia já estavam atrelados às perspectivas de integração elaboradas em nível federal, com papel relevante do Exército brasileiro. No período que antecedeu o surgimento do rádio, coube a um militar conduzir o os esforços iniciais de unir a Amazônia ao resto do país através da infraestrutura de

telecomunicação. Foi o Marechal Cândido Rondon, nas duas primeiras décadas do século XX, o encarregado pelo governo do presidente Afonso Pena da tarefa de coordenar a ligação da região à então capital Rio de Janeiro através de fios telegráficos (ROQUETTE-PINTO, 1938). Nas suas incursões, que se desdobraram também em atividades etnográficas, demarcações de fronteiras e descobrimento de rios, foram percorridos mais de 70 mil quilômetros⁶⁷. Décadas mais tarde, o marechal seria homenageado dando nome ao Projeto Rondon, institucionalizado pelo regime militar por meio do Decreto 62.297/1968, cujo objetivo era envolver estudantes no processo de integração nacional por meio de estágios de serviço⁶⁸. Mas aspectos relevantes do projeto de integração defendido por Rondon não foram absorvidos na política da comunicação para a Amazônia implantada pela ditadura. Como indigenista, o marechal incorporou a preocupação de garantir que os povos que ocupavam terras por onde passava a linha telegráfica, como os paresí e os bororó, atuassem diretamente nos serviços de sua manutenção e operação (DOMINGUES, 2010). O projeto da Rádio Nacional da Amazônia, sintonizado com a empreitada colonial do regime militar, não adotou esse tipo de cuidado.

De acordo com Rinaldo Segundo (2015), a colonização da Amazônia empreendida pelo regime militar pode ser dividida em três fases. A primeira delas, iniciada na década de 1970, se identifica com o Plano de Integração Nacional (PIN). Destacam-se entre os principais objetivos a construção de estradas com a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém e a colonização agrícola. A segunda fase se estende de 1974 a 1980, principalmente através do Programa Polamazônica, que se constitui no inventivo à formação de fazendas de gado e à exportação de recursos naturais. A terceira fase, iniciada nos anos 1980, procurou estabelecer novos assentamentos rurais ao mesmo tempo em que se procurou estimular megaprojetos na Amazônia. O surgimento da Rádio Nacional da Amazônia coincide, portanto, com a transição da segunda para a terceira fase. Essa é uma observação relevante, pois as estradas recém-abertas permitiam a constituição de novas comunidades rurais, com

⁶⁷ Dado registrado no portal eletrônico do Governo do Mato Grosso. Disponível em <<http://www.mt.gov.br/web/sec/-/5520086-150-anos-do-marechal-rondon-sao-celebrados-com-projetos-diversos>>. Acesso em março de 2021.

⁶⁸ Vale destacar que o Projeto Rondon nasce através da comunidade acadêmica da Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e foi encampado pelo governo federal. Ele é descontinuado em 1989 e ressurgiu em 2004 como programa de extensão universitária fomentado pelo então governo do presidente Lula.

ouvintes em potencial. Além disso, é preciso considerar que o fluxo das cartas enviadas à emissora demandava em parte deslocamento físico por essas vias terrestres. Quase uma década antes de fundar a emissora, o regime militar criou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) com o intuito de modernizar o sistema postal do país estruturado até então em torno do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT): para enfrentar a desorganização e a ineficiência que vigoravam, foi implantado um processo de mecanização da triagem da correspondência, ampliada a distribuição domiciliar, padronizados os envelopes e estabelecidas novas política para as tarifas e para a capacitação dos funcionários. Com a ampliação dos postos, inclusive em áreas rurais, os Correios se tornariam na década de 1980 um agente da ação social do governo, atuando por exemplo no pagamento de aposentadorias, na distribuição de livros didáticos e em campanhas de aleitamento materno (BARROS NETO, 2004).

Estes antecedentes associados ao discurso integração nacional e, particularmente na Amazônia, vinculados ao projeto de colonização territorial implementado pelo regime militar, são fatores que orientam o desenvolvimento da emissora. Como observam Asa Briggs e Peter Burke (2006, p.31), mudanças no sistema de mídia estão "relacionadas a alterações no sistema de transporte, o movimento de mercadorias e pessoas, seja por terra ou água (rio, canal ou mar)". Não é por acaso que, antes mesmo de designar os processos de transmissão de informação, a comunicação designava os sistemas de rotas viárias (fluviais, marítimas, aéreas, rodoviárias) que possibilitam o transporte e a conexão entre dois pontos. Briggs e Burke consideram que a separação entre história do transporte e da mídia é artificial. A comunicação de mensagens surge integrando um sistema de comunicação física, ainda que o avanço da comunicação eletrônica esteja alterando esse panorama no século XXI. O desenvolvimento da telegrafia elétrica, por exemplo, é ilustrativo: segundo Raymond Williams (2016), embora sua viabilidade já tivesse sido demonstrada no início do século XIX, ela somente se tornou realidade no mundo na década de 1830 quando a necessidade de melhorar o telégrafo se tornou evidente diante do desenvolvimento das ferrovias.

A difusão e o uso das tecnologias de mídia dependem, assim, da combinação entre os avanços que o antecedem, as disputas políticas e as necessidades sociais. A criação da Rádio Nacional da Amazônia está articulada com o projeto colonial do regime militar, estruturado em torno da retórica de integração nacional. Sem a construção de estradas, a ocupação de áreas no interior da floresta, os incentivos financeiros para a

expansão da produção rural e ainda a estruturação dos Correios nas duas primeiras fases da colonização da região identificadas por Rinaldo, o sucesso obtido pela emissora possivelmente não seria o mesmo. Simultaneamente, são as demandas sociais e afetivas da recém-constituída comunidade de ouvintes que garantem a rápida ascensão no fluxo das correspondências. Briggs e Burke (2006) enfatizam que o avanço tecnológico promove uma reorganização da divisão de trabalho entre os diferentes meios de um sistema de comunicação. Assim, novas mídias não aparecem apenas para substituir o velho, mas muitas vezes entram em cena de forma complementar, estabelecendo uma coexistência que dá forma a novas dinâmicas no fluxo de informação. A Rádio Nacional da Amazônia amplia o alcance da carta para áreas remotas e, simultaneamente, a transforma de um instrumento de comunicação unidirecional para multidirecional.

Assim como no exemplo da telegrafia elétrica, o desenvolvimento do rádio também foi impulsionado por interesses e necessidades sociais que foram concebidos a partir de um desenvolvimento anterior. Inicialmente pensado como uma forma avançada de telegrafia, sua aplicação como modo social significativamente novo irá ocorrer após a Primeira Guerra Mundial. Segundo aponta Williams (2016), um dos processos sociais implícitos na revolução do capitalismo industrial é o aumento das distâncias entre as áreas residenciais e os locais de trabalho e de governo. Os novos tipos de organização social traziam como necessidade uma grande mobilidade interna, bem como novos tipos de contato. É nesse contexto que se sobressai a demanda por um novo tipo de comunicação: as informações vindas de fora, de fontes até então inacessíveis. Mas foi só a partir da década de 1930, na segunda fase do rádio, que avanços significativos no conteúdo serão observados.

Quando a Rádio Nacional da Amazônia alcança o interior da floresta no final da década de 1970, as possibilidades já eram amplas. A forma como a emissora se estrutura é resultado de uma escolha: diferente da preocupação implícita nos trabalhos do Marechal Rondon, na qual se buscou incorporar representantes indígenas na operação do sistema de telegrafia, o que se verifica no regime militar é o cuidado de se instaurar fluxos informacionais dentro de um quadro mais controlado, com uma equipe escolhida a dedo e sem espaço para um jornalismo plural. É verdade que, para muitas comunidades, não havia anteriormente nenhum outro espaço público para a fala. Ainda assim, a interação se processa dentro de uma estrutura de programação delimitada em última instância pela emissora: o formato dos programas influencia o que se diz e como

se diz, concedendo aos ouvintes momentos para trocas afetivas e informações de utilidade pública.

Na década de 1980, o ouvinte se vê privado de um serviço jornalístico que ofereça espaço para o contraditório sobre o que acontece no país. Os assuntos políticos também estão geralmente ausentes na interação entre ouvintes e radialistas, seja nas cartas ou nas participações ao vivo. É um cenário que traz desdobramentos para as formas de vida nas comunidades do interior da floresta. Esquivando-se do debate político, a Rádio Nacional da Amazônia termina por referendar assimetrias de poder evidenciadas pelas decisões políticas centralizadas adotadas o regime militar. Sem circulação das informações, ficam prejudicadas as condições necessárias para se criar, por exemplo, movimentos contestatórios acerca das políticas que afetam o uso do território. Por outro lado, os processos interativos instaurados em torno da emissora revelam profundas conexões entre as comunidades da Floresta Amazônica, desmontando teses associadas ao determinismo geográfico que muitas vezes apontam para a existência de populações autocentradas e aprisionadas no tempo e no espaço. O que se nota é o oposto, com moradores de diferentes localidades buscando ativamente intensificar contatos entre si. Por meio dessa intercomunicação mediada pela emissora, apesar da ausência de temas políticos, os ouvintes reiteram suas culturas – linguagem, hábitos, preferências – construindo uma autoidentificação regional, através do qual podem ser elaborados discursos contra-hegemônicos de afirmação do amazônida.

No entanto, como adverte Antonio Moraes (2005, p. 101), as identidades regionais também podem servir para criar falsas comunidades de interesses, sugerindo uma unidade sem referência social objetiva: "As desigualdades de classe diluem-se na identidade regional. Os valores chauvinistas do nacionalismo são recuperados numa escala mais restrita". Propondo uma reflexão sobre as ideologias geográficas, ele aponta que o regionalismo no Brasil tem o clientelismo como base social: as elites políticas e econômicas, tendo o nacional como horizonte geográfico, buscam amaciar as classes populares dependentes oferecendo-lhes o regional como perspectiva de espacialização. No regime militar, segundo Moraes, esse movimento aparecerá fundamentado na Doutrina de Segurança Nacional e instrumentalizado no planejamento territorial integrado. A cultura brasileira é apresentada simultaneamente através dos símbolos cívicos do país - a bandeira, o hino, os heróis - e da somatória de identidades regionais. Mas a identidade não se forma na absorção da pluralidade e sim é forjada tendo a

conquista territorial como um de seus componentes fortes de solidariedade. É possível notar as tensões dessa disputa identitária em meio aos processos interativos da Rádio Nacional da Amazônia: embora os espaços criados contribuam para o fomento dos costumes regionais, simultaneamente discursos pontuais veiculados na programação endossam a ideia de que a emissora representa a chegada ao território de uma ideia preconcebida de Brasil.

De toda forma, a proposta de introduzir na Amazônia uma noção padronizada de brasilidade parece não ter encontrado eco entre a maioria dos radialistas da emissora. As correspondências e participações ao vivo demonstram uma sensibilidade desses profissionais para dialogarem com a cultura que se desenvolve nos territórios, interagindo com a linguagem e os hábitos dos ouvintes. Explora-se, por exemplo, palavras de dialetos indígenas. Por outro lado, esses profissionais assumem para si a tarefa de contribuir para levar à Amazônia profunda a estrutura básica de serviços públicos, sobretudo os serviços de informação em saúde. A retórica da integração ao país, em discursos levados ao ar nos programas comemorativos, aparece muito associada à superação de carências sanitárias na região. Vale observar que, ainda hoje, radialistas descrevem processos de interação alinhados a essa missão: se colocam como agentes responsáveis não apenas por auxiliar na educação sanitária, estimulando hábitos de prevenção e promoção da saúde, mas também para contribuir na organização de uma gama de serviços no território, divulgando, por exemplo, horários de visita de profissionais e dias das campanhas de vacinação. Em parte, isso é possível pela sua capacidade de se articular com a tradição oral de disseminação de conhecimento própria dessas comunidades. É de particular importância a já mencionada colocação do seringueiro José Moreira da Silva que, revelando a condição de analfabeto, reitera sua capacidade de aprender através da Rádio Nacional da Amazônia.

No entanto, o conteúdo educativo e/ou científico, tomando por base o material analisado nessa pesquisa, aparece nas interações entre radialistas e ouvintes nos anos 1980 muito limitadas às temáticas da saúde e da produção agrícola ou na forma de conhecimentos básicos promovido pela atração infantil Encontro com Tia Leninha. Observa-se pouca atenção concedida à produção científica voltada para a discussão dos rumos da Amazônia, que são, em grande parte, trabalhos das ciências humanas. A programação da emissora, nos seus primórdios, não se revela estruturada para contribuir, em alguma medida, com debates públicos mais abrangentes sobre o

desenvolvimento territorial da região. Nesse sentido, repete-se a forma pela qual o colonialismo orienta como a ciência se debruça sobre os territórios amazônicos. Neide Gondim (2007) mostra como os estudos associados a expedições estrangeiras no vale do Rio Amazonas, durante o século XIX, ajudam a construir o imaginário em torno da região. É verdade que desembarcaram na região antropólogos que deixaram um legado etnográfico significativo. No entanto, muitos desses trabalhos foram marginalizados durante um bom tempo. Era sobretudo o interesse nas ciências da natureza - botânica, zoologia, hidrografia e geografia física - que mobilizavam os maiores esforços e investimentos. O componente humano da hileia terminava, geralmente, negligenciado. Ainda assim, a construção de um imaginário calcado na ciência influenciou nos rumos da região, já que os projetos políticos, mesmo aqueles desenhados de forma centralizada e sem amplo debate, sempre buscaram em alguma medida legitimação científica. Bruno Malheiro (2020) destaca como os grandes empreendimentos de meados do século XX se apoiaram em uma imagem acerca do despovoamento regional oferecida por intelectuais, que por sua vez acabam por celebrar a forma como suas teses ganham contornos reais na política.

Se os geógrafos e demógrafos terão um papel decisivo na definição de uma imagem da Amazônia como um vazio marcado por seus atributos naturais, serão os economistas e engenheiros que, contudo, darão sustentação científica e técnica para a condução de políticas de desenvolvimento por Grandes Projetos (MALHEIRO, 2020, p.89)

As transformações que deram origem à EBC alteram o cenário com a estruturação de um serviço de jornalismo que abre espaço para o contraditório. O material analisado, no entanto, não nos permite fazer considerações aprofundadas acerca da diversidade de fontes científicas. É possível sinalizar que as entrevistas com os radialistas sugerem um esforço mais intenso para assegurar a veiculação de pontos de vista de lideranças comunitárias, de representantes dos movimentos sociais e das ONGs que atuam na região. A audiência pública realizada pela EBC no ano de 2012 em Marabá contou com a presença de professores da UEPA e da UFPA e um dos temas que esteve em discussão foi a necessidade de maior articulação da emissora com a produção científica amazônica (EBC, 2012). De toda forma, a cobertura da construção da Usina de Belo Monte, convocando os povos indígenas e ribeirinhos para apresentarem seus pontos de vista, já revelava uma perspectiva nova para a emissora. As diretrizes atreladas ao projeto da comunicação pública se mostram capazes de proporcionar

espaços inéditos na grade da emissora para se discutir as dimensões humanas do desenvolvimento regional.

É importante assinalar também que as comunidades, os movimentos sociais e as ONGs constroem muitas vezes articulações entre si e também com as universidades. Isso não sugere, contudo, que possam ser tratadas como um todo homogêneo. A proliferação de ONGs no território amazônico, por exemplo, tem sido alvo de olhares multifacetados provenientes da academia. É inegável que muitas das suas ações contribuem para a promoção da cidadania. No entanto, há alguns anos, ganham espaço questionamentos críticos acerca de perspectivas reducionistas da agenda ambiental. A associação mística entre o homem e o rio, este último sendo tomado como fiador dos destinos humanos, pode bem compor teses pós-coloniais que retiram das populações locais sua autonomia sobre os territórios. Assim é que uma luta ambiental desconectada da questão social e étnica termina por, mais uma vez, marginalizar os grupos mais afetados pela degradação ambiental. Abordagens que apostam na ecologização total da Amazônia acabam por também esvaziar a região de suas características sociais e históricas. A crítica acaba tendo como alvo qualquer tipo de desenvolvimento da Amazônia, se voltando não contra o modelo socioeconômico determinado de apropriação que historicamente vigora na região, mas contra todo e qualquer uso humano do território. Nessa perspectiva, a menos que sejam índios, o homem sempre ocupa o papel de destruidor. Qualquer intervenção, seja ela qual for, será prejudicial.

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou impulso com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ECO-92), realizada em 1992 no Brasil. O evento impulsionou a agenda ambiental, fazendo avançar as lutas em favor da criação de novas reservas extrativistas, da ampliação das áreas protegidas, da demarcação de terras indígenas e quilombolas. A Amazônia se tornou símbolo internacional do desafio ecológico, a partir do qual se multiplicaram as vozes, que disseminaram denúncias e reivindicações para frear os agressivos efeitos sociais e ambientais do modelo de desenvolvimento implementado desde a década de 1970.

O emprego de critérios de sustentabilidade ecológica atribui a segmentos sociais antes inferiorizados uma valoração ecológica positiva. Esses mesmos segmentos sociais, como as populações indígenas, os seringueiros e os ribeirinhos, recentemente denominados “populações tradicionais”, incorporaram a marca ecológica às suas identidades políticas como estratégia para legitimar novas e antigas reivindicações sociais. Dito de outra forma, o

critério de valoração ecológica confere novas bases para uma valoração política dos segmentos sociais e engendra um novo quadro ordenatório da diversidade social da Amazônia. (LIMA; POZZOBON, 2001, p.45)

Esse movimento fez impulsionar demarcações. Atualmente, há na Amazônia 1.179.414 quilômetros quadrados de Unidades de Conservação, territórios legalmente instituídos para a preservação da natureza e, em alguns casos, também para uso dos recursos naturais para turismo e extrativismo de forma sustentável. Isso representa 27,98% do bioma⁶⁹. Mas nesse processo de ampliação das áreas protegidas, a região também foi abraçada por noções de base anticientífica, a exemplo do enquadramento como “pulmão do mundo”. Tal como as ideias de paraíso terrestre e de vazio demográfico, trata-se de mais uma representação assentada na imensidão da floresta e associada a paisagens exóticas (CAMILA MIRANDA, 2017). Se as perceptivas colonialistas sobrepesaram os interesses econômicos em detrimento das questões sociais e étnicas, movimento semelhante aparece em um ambientalismo vulgar que coloca a demanda ecológica acima das demandas das populações locais.

A eleição de Lula em 2002 marca uma ambiguidade: a agenda social ganha um impulso histórico, mas foi promovida em alguma medida descolada da agenda ambiental. De um lado, o novo governo representou para as classes mais baixas da sociedade amazônica, assim como em todo o país, oportunidades inéditas de inserção social por meio de políticas afirmativas de acesso à universidade, de geração de vagas de emprego formal, de programas sociais de distribuição de renda, de fomento à agricultura familiar, de inclusão energética. De outro lado, porém, manteve girando a roda do capitalismo baseado na expansão das *commodities*. O impulso à exportação se traduz na ampliação dos polos exportadores, que demandam novas obras de infraestrutura. Na Amazônia, segundo Bruno Malheiro (2020), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os investimentos diretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) viabilizaram esse processo. Como em qualquer iniciativa de indução do desenvolvimento pela via da expansão da fronteira agrícola e de novos empreendimentos de grandes proporções, há dois desdobramentos: de um lado, impactos socioambientais, de outro, ganhos estruturais como melhores estradas e maior disponibilidade energética. Chama atenção a reprodução da eterna

⁶⁹ Dado do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, disponível em <<https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html>>. Acesso em dezembro de 2012.

assimetria na forma como as decisões econômicas são tomadas na Amazônia. Trata-se novamente de um planejamento centralizado no executivo federal, que flexibiliza a aplicação das leis para fazer avançar as metas propostas, a exemplo da Usina de Belo Monte⁷⁰. De acordo com Malheiros, os mecanismos de governo diretamente ligados ao Estado Central, terminam por estabelecer na Amazônia uma territorialização de exceção: as políticas de acesso a recursos e domínio de terras envolvem dinâmicas de suspensão normativa. As políticas de integração sempre aparecem centradas numa exploração das riquezas e das possibilidades do território com o objetivo prioritário de gerar divisas ao país e não de equacionar as desigualdades sociais regionais.

Se nos governos militares as lógicas autoritárias de se realizar a política se justificavam pela ideia de segurança nacional, encarnada pela formação discursiva da Amazônia como risco e vazio, agora, a força da ideia de interesse nacional, alimentada por uma imagem de nação herdeira da mesma formação discursiva anterior, irá conferir tons de normalidade a práticas de exceção. Por isso, o planejamento de Grandes Projetos para a Amazônia é, historicamente, a abertura da excepcionalidade para a política, pela delimitação de uma zona de indiferença para qual tudo se justifica. (MALHEIRO, 2020, p.91-92)

É possível reconhecer as transformações pela qual passou a Rádio Nacional da Amazônia dentro do processo de criação da EBC como parte do conjunto ambíguo da agenda do governo de Lula para a região. As mudanças, alinhadas a um contexto de ampliação dos direitos sociais, representam ganhos vinculados ao direito à comunicação, mesmo que ressalvas possam ser feitas. A localização de toda a estrutura e equipe da emissora em Brasília distante dos territórios de sua cobertura, ainda que ofereça alguns benefícios como sugerem os depoimentos de Beth Begonha e Morillo Carvalho, traz desafios para acompanhamento dos fluxos locais de informação: o minucioso olhar sobre a pauta pública regional, que demanda inclusive conhecimento sobre o conteúdo produzido por estações comerciais em funcionamento na Amazônia, é elemento importante em termos de planejamento jornalístico. A atual manutenção da sede da Rádio Nacional da Amazônia em Brasília, sem nem mesmo uma sucursal fixada na região⁷¹, configura um desafio para a cobertura. Em certo sentido, acaba reproduzindo a opção historicamente feita pelo Brasil de dispor de estruturas de Estado

⁷⁰ Malheiros cita violações de direitos em um caso envolvendo a remoção de mais de 10 famílias.

⁷¹ Deve-se fazer um adendo em relação à estação FM da Rádio Nacional do Alto Solimões, em Tabatinga (AM). Embora constitua outra emissora vinculada à EBC, ela reproduz parte da programação da Rádio Nacional da Amazônia.

que atuam em solo amazônico fortemente vinculadas ao executivo federal, inclusive no que diz respeito à localização física. De toda forma, os avanços democráticos não devem ser relativizados. A redação do Manual de Jornalismo da EBC deixa consignado o dever dos veículos de comunicação pública de amplificar a voz política das populações locais, tornando-as assim territorialmente visíveis e presentes no debate público (EBC, 2013). Com a inclusão da visão das comunidades na produção noticiosa, as demandas populares podem assim ser carregadas para a discussão da sustentabilidade ecológica, reposicionando-a dentro de outros marcos: é preciso falar em desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental e equilíbrio social.

Buscar equacionar esse debate se tornou uma tarefa de uma nova geração de pesquisadores que se propôs, a partir do final do século XX, a repensar a Amazônia em termos geopolíticos, buscando caminhos para superar as premissas da geopolítica militar⁷². Ao mesmo tempo em que as reservas extrativistas e indígenas são tomadas como exemplos positivos de modalidades de sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, reconhece-se a insuficiência de se pensar o desenvolvimento regional limitado a alternativas de extrativismo. Para Bertha Becker (2005), uma das precursoras dessa geopolítica crítica, a saída estaria em doses maciças de ciência, tecnologia, inovação e informação. Como maior banco genético do planeta, haveria uma vocação inexplorada atrelada à biotecnologia. Segundo Bertha, a geopolítica é encarada como um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico.

Foi o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência (BECKER, 2005, p.71)

Ignorando potencialidades regionais, a industrialização promovida pelo regime militar, no âmbito da Operação Amazônia, se apresentaria assim como ameaça à

⁷² Os principais autores associados à geopolítica militar são Golbery do Couto e Silva, Góes Monteiro, Mário Travassos, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Segundo Rodrigo Medeiros (2016), esses autores estão mais preocupados com uma teoria política do poder e do Estado nacional. A geopolítica crítica, como denomina Medeiros, irá deslocar suas atenções para as políticas territoriais e suas composições socioeconômicas.

despersonalização regional, pois pressupõe uma padronização da produção e do consumo. Mesmo após a redemocratização, ainda que as questões sociais tenham ganhado mais visibilidade e tenha sido alvo do endereçamento de políticas públicas, o modelo de desenvolvimento não sofreu mudanças substanciais. Os pequenos projetos de produção familiar auxiliam seduzem alguns grupos populacionais, mas não resolvem o problema. Segundo Bertha Becker, é preciso investimentos para projetos de maior escala, capazes de organizar cadeias produtivas que vão das populações tradicionais até centros de biotecnologia. A vasta maioria dos produtos da floresta continua a ser vendida internamente ou externamente, sem qualquer apoio da ciência, tecnologia e inovação. As instituições científicas locais, apesar de suas ricas investigações em torno das potencialidades associadas à biodiversidade, nem sempre são chamadas para colaborar com o debate público e com a construção de soluções, geralmente tomadas em Brasília. A exploração tecnológica da biodiversidade, com potencial de gerar riqueza com inclusão social e sem exploração predatória do ambiente, fica em segundo plano e, sem beneficiamento, produtos que poderiam agregar mais valor são precificados por baixo, prejudicando conseqüentemente a renda dos envolvidos na cadeia extrativista.

Numa linha similar, Rinaldo Segundo (2015) observa que o processo de colonização da Amazônia colocado em marcha a partir de 1970 sempre foi subsidiado por recursos públicos, mas nunca houve um planejamento do Estado para introduzir ciência e tecnologia. Rinaldo defende a ideia de que, por trás de cada produto em que a agricultura brasileira avançou, sempre houve o apoio de alguma instituição de fomento e pesquisa. Ele propõe uma discussão sobre as possibilidades da castanha amazônica, que poderia ter uma melhora de produtividade e, ao invés de ser vendida somente *in natura*, poderia ser beneficiada e se desdobrar em uma infinidade de produtos como sorvetes ou chocolates.

Sem industrialização, tecnologia e pesquisa, há pouco espaço para inovar e diferenciar produtos, inclusive na Amazônia. (...) Com industrialização e tecnologia, há o aumento geométrico da produtividade e, com pesquisa (inovação), há a diferenciação dos produtos. O resultado? Mais e novos produtos capazes de seduzir os consumidores pelas diversas sensações criadas. Isso refletiria diretamente em maior preço. Para viabilizar isso na Amazônia, a formação de *clusters* é fundamental. *Clusters* são grupos de indústrias que se vinculam mutuamente, reforçando e aumentando sua vantagem competitiva. Incluem também universidades, centros de pesquisa, escolas técnicas, instituições de fomento governamentais etc. (SEGUNDO, 2015, p.160)

Signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, o Brasil assumiu em 2010 o compromisso voluntário de reduzir em 80% a taxa de desmatamento na Amazônia em relação à média de 1996 a 2005⁷³. A meta deveria ser alcançada até 2020. Os esforços, no entanto, ficaram distantes do necessário. A Amazônia perdeu em 2020 um total de 8.058 quilômetros quadrados de cobertura vegetal⁷⁴, 105,2% a mais do que os 3.925 quilômetros quadrados previstos conforme o compromisso. No início do século XXI, os mais de 24 milhões de habitantes da Amazônia estão em busca de um modelo de desenvolvimento que gere qualidade de vida (emprego, renda e igualdade social) em harmonia com a conservação dos recursos naturais. Daí a proposta de uma indústria verde que beneficie e valorize produtos regionais como a juta, o cacau, a castanha, o açaí, o palmito, o babaçu, as ervas da floresta, a madeira, a borracha, etc. Mas Rinaldo Segundo (2015) considera que apenas tecnologia não basta e acrescenta um terceiro elemento fundamental: um processo de participação social construído nas diferentes realidades amazônicas. O desafio, segundo ele, é conseguir modelos de desenvolvimento que garantam a preservação, mas simultaneamente atribua valor econômico aos recursos naturais, dentro de cadeias que contem com a participação dos moradores da região. Do contrário, muitos desses moradores acabarão absorvidos pela expansão agropecuária ou pelo mercado da madeira ilegal. Para Bertha Becker e Rinaldo Segundo, o conhecimento dos nativos pode gerar riqueza, articulado a uma rede de fomento à ciência e à tecnologia. Pode, por exemplo, contribuir para a descoberta de novos fármacos a partir da biodiversidade⁷⁵. Estudos apontam que o açaí, uma referência de sucesso que ganhou escala mundial, pode gerar uma renda por hectare até sete vezes maior do que o gado ou a monocultura de soja⁷⁶.

⁷³ Esse compromisso foi expresso pelo Decreto 7.390/2010.

⁷⁴ Levantamento realizado pelo instituto de pesquisa Imazon, sediado em Belém (PA). Disponível em <<https://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-dezembro-2020-sad/>>. Acesso em março de 2021.

⁷⁵ Há aí um debate paralelo sobre o papel regulatório do Estado para coibir a pirataria intelectual: Márcio Souza (1993) aponta que a comercialização de substâncias extraídas de plantas da Amazônia movimenta bilhões de dólares anualmente no mundo, sem que sejam revertidos valores em benefício dos povos indígenas, muito embora sejam os depositários originários de boa parte do conhecimento original apropriado pela indústria.

⁷⁶ O desafio, aponta Ismael Nobre e Carlos Nobre (2019), é construir um modelo simultaneamente assentado na biotecnologia, que propicie o beneficiamento do produto *in natura*, e em cadeias inclusivas, capazes de distribuir riqueza para os extrativistas locais. Muitos deles, atualmente, precisam negociar com os atravessadores.

É possível notar nas formulações de Bertha Becker e de Rinaldo Segundo que uma preocupação central se situa em torno dos mecanismos de atualização e socialização das informações, de forma a promover inclusão na Amazônia, assegurar a qualidade de vida nos variados territórios e combater o êxodo rural que muitas vezes se associa ao agravamento dos problemas nas periferias dos centros urbanos. A sinalização dos autores vai ao encontro da estruturação de uma esfera pública, conceituada por Habermas (2003, p.92) como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. Sem uma abertura democrática à participação popular no debate acerca formas de exploração sustentável do território, não é possível identificar dissensos entre as diversas opiniões do público e nem legitimar consensos. Os déficits de legitimação produzem um ambiente propício para decisões unilaterais do aparelho estatal, geralmente incapaz de equacionar as variadas percepções em torno do recurso florestal. Carlos Ferreira Castro (2012) observa que o que é recurso para um grupo social não é para outro. Para se tornar recurso, qualquer elemento disponível na floresta será submetido a um processo de avaliação econômica, política e social em torno do seu manejo e da sua apropriação. A mata tem diferentes significados e é fonte de múltiplos recursos para parte de seus moradores. Mas para outros, pode ser apenas um estoque de madeira. Para o agricultor, não é recurso, pois representa um obstáculo para a utilização do solo, o único recurso que lhe interessa. Essa diversidade de percepções cria conflitos de interesses. É a regulação do Estado que deve mediá-los. Mas quando essa regulação se dá desconectada de um debate público, quando o acesso à informação e a capacidade de dar visibilidade aos seus pontos de vista não são equânimes entre os variados segmentos da sociedade, nem mesmo todos os interesses são plenamente identificados, fazendo com que prevaleçam aqueles com maior poder de *lobby*.

Um projeto de comunicação pública para uma emissora radiofônica voltada para a Amazônia deve, sem prejuízo de qualquer reflexão crítica em torno do atendimento das demandas afetivas de seus ouvintes, oferecer respostas para o enfrentamento das assimetrias que prejudicam a discussão pública das realidades sociais, econômicas e políticas regionais. O que a geopolítica crítica vem apontando, nas últimas décadas, é que a ausência de uma esfera pública estruturada favorece setores econômicos privilegiados, segmentando o debate e contribuindo para a manutenção da histórica

percepção de descontinuidade entre os diversos territórios circunscritos à Amazônia. De um lado, os principais centros urbanos com sua arquitetura histórica de inspiração europeia, forjada em um processo que buscava definir como cultura requintada aquilo que vem de fora. De outro, a cultura de raiz indígena sobrevive tanto nas comunidades da floresta – pequenas vilas, reservas extrativistas, aldeias indígenas, núcleos quilombolas, etc. – onde se preservam os conhecimentos tradicionais, como também se refugia nas periferias das cidades. Enquadramentos discursivos que buscam separar em vivências isoladas os acontecimentos desses territórios terminam por oferecer uma imagem incompleta. São territórios conectados como bem revelam os relatos em torno do programa Ponto de Encontro: os exemplos citados pelos radialistas entrevistados dão conta que por ali se instauram os mais variados fluxos informacionais, com moradores de diferentes localidades se comunicando diariamente.

Não se ignora que, diante do avanço da comunicação eletrônica, há uma tendência de um descolamento entre as noções de comunidade e território. Conforme observa Raquel Paiva (2009), a identificação territorial cede lugar a identificações, o que é fundamental para a existência da comunidade pautada por outros referentes, como ideologia, classe social, etc. Esse declínio da comunidade local, no entanto, não se apresenta de maneira homogênea no globo e tampouco é absoluto: ela continua existindo como estrutura em que pese estar constantemente sob impacto do surgimento de novos referenciais. Nesse sentido, é curioso como ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia constroem, no ambiente virtual, novas redes de afetividade, reafirmando o território, ou a região, como lócus de afirmação do “eu”. Essas “novas” estruturas comunitárias aumentam em escala e em velocidade aquele fluxo de comunicação entre os amazônidas. Embora sejam compostas por indivíduos espacialmente e territorialmente separados, ao se voltarem para a renovação dos laços com a emissora, reafirmam a cultura local como eixo de identificação.

Vale ressaltar que, através da emissora, essa interação entre ouvintes desconhecidos e residentes em diferentes territórios já se verificava na década de 1980. Duas estratégias foram adotadas pela Rádio Nacional da Amazônia para fomentar esses fluxos de comunicação. A primeira envolvia a rede de emissoras da Radiobrás, que contavam com profissionais locais e operavam em AM e em FM em diferentes cidades como Alta Floresta, Sinop, Tefé, São Félix do Araguaia, São Gabriel e Tabatinga. Ela já estaria completamente desmontada na década de 1990, mas durante alguns anos, essa

rede retroalimentou de conteúdo a Rádio Nacional da Amazônia e também funcionou como ponto de apoio para recebimento de cartas dos ouvintes. Esse cenário provavelmente contribuiu para o alto volume de correspondências registrado na época, embora também chegassem via correios em Brasília envelopes dos mais variados lugares: os relatos de que o município de Dueré-GO (atualmente Dueré-TO) venceu em 1987 o mais expressivo concurso de cartas da emissora indicam a importância do sistema postal, tendo em vista que nem na cidade e nem nos municípios mais próximos havia estações da Radiobrás. A segunda estratégia envolvia a organização de shows e eventos. O caráter comercial dessas atrações bem como a promoção de imagens pessoais de artistas e radialistas escolhidos para se apresentar em processos não assentados no princípio da impessoalidade não se coadunam com os princípios da comunicação pública. A radialista Mara Régia, a única que viveu profissionalmente esse período entre os radialistas entrevistados nessa pesquisa, considera que a forma como a emissora desenvolvia sua relação com o público era influenciada por diversos interesses políticos e econômicos privados. Essas iniciativas, no entanto, provocaram mobilizações das audiências e contribuíram para construir as relações afetivas entre ouvintes e radialistas que estruturaram o sucesso da emissora ao longo do tempo. Lembranças desses momentos continuam a aparecer nas interações, dando forma à articulação entre o acontecimento eventual e a atividade diária. Em um estudo sobre o cotidiano de jovens de uma comunidade ribeirinha no Amazonas, a relação direta entre experiências eventuais e a atividade cotidiana foi posta da seguinte forma:

O cotidiano não é apenas o espaço de realização de atividades repetitivas: é também um lugar de inovação. A vida cotidiana não é apenas feita de rebotalho. A própria recusa do cotidiano (a festa, as viagens, as férias...) é a sua reorganização e transformação. O cotidiano banal, trivial, repetitivo, faz parte de um outro cotidiano. (VICTORIA, 2012. p.78)

Seria possível pensar a realização de eventos e atrações artísticas e culturais dentro dos princípios da comunicação pública, por exemplo, através de editais públicos que assegurassem espaço para diferentes formas expressivas em festivais de promoção da cultura nacional e regional. Na Alemanha, a SWR organiza quase mil eventos públicos por ano: shows de rock para milhares de pessoas, pequenos concertos de câmara reunindo dezenas de ouvintes, passeios de bicicleta, etc. (ROSENBAUM in CARMONA, 2003). A BBC também investe em variados eventos, a exemplo do BBC Proms, um grande festival de música de clássica, jazz e outros ritmos que acontece

anualmente no Royal Albert Hall, em Londres, com retransmissão pelo rádio e pela televisão. Nestas experiências, o que se coloca em questão é também a construção de uma legitimação social e territorial da comunicação pública. Trata-se de “sair do seu prédio para ser vista, conhecida, para poder ser tocada pelo seu público” (ROSENBAUM in CARMONA, 2003, p.51). A regionalização da comunicação pública se expressa também pela sua presença física na região, oferecendo à audiência uma experiência de “participar, compartilhar, ter tradição e proximidade” (Idem, p.52).

A EBC, no entanto, não caminhou nessa direção. A imersão física da Rádio Nacional da Amazônia ao território foi estruturada exclusivamente por meio de coberturas jornalísticas. Ao abrir mão de eventos culturais em um momento de crescimento do número de novas mídias mesmo em regiões que ainda registram déficit de fluxo informacional, há uma redução das suas possibilidades de estabelecer laços afetivos com novas gerações de ouvintes. Por outro lado, a aposta na produção noticiosa *in loco* possibilita trazer para o debate público novos temas e atores, ajudando a contornar a carência informativa em localidades onde inexitem outros veículos. Porém, são imersões esparsas envolvendo principalmente a cobertura de grandes eventos sediados nos estados amazônicos como o Círio de Nazaré, o Festival de Parintins e o Fórum Social Mundial. Em relação à cobertura da construção da Usina de Belo Monte, nos depoimentos dos jornalistas, houve menção a apenas uma viagem ao local. Esse esforço poderia ser complementado caso as tentativas de construção de uma rede de parceiros tivessem ido adiante, envolvendo, por exemplo, rádios locais comunitárias ou públicas, compensando assim a centralização da equipe da Rádio Nacional da Amazônia em Brasília. Em 2012, na audiência pública realizada em Marabá, o então gerente da Rádio Nacional da Amazônia, Bráulio Ribeiro, fez o seguinte relato sobre o projeto Ponto a Ponto, que foi implementado entre setembro de 2010 a agosto de 2011 a um custo total de R\$ 212.500,00 ⁷⁷:

Bráulio Ribeiro: Foi um projeto na qual a Rádio Nacional da Amazônia criou, estabeleceu uma rede com dez emissoras comunitárias. Dez rádios comunitárias produziam conteúdos que iam na Rádio Nacional da Amazônia, especialmente no nosso jornalismo. Essas emissoras recebiam uma ajuda mensal de custos de R\$ 1.000 para fazer parte dessa rede do Ponto a Ponto. Esse projeto, a gente trabalhou num formato em que a gente tinha um convênio com uma entidade, aqui, da região. No caso, era uma entidade lá do Acre, chamado Ceddhep, o Centro de Desenvolvimento e Educação Popular

⁷⁷ Cifras e diretrizes do projeto foram fixadas por meio do Convênio EBC/DIJUR n° 019/2010.

do Acre, uma ONG já que tem muitos anos trabalhando lá, com direitos humanos, e essa entidade articulava essas dez emissoras. Foi uma experiência muito legal, rica. A gente teve uma oficina de capacitação dessas rádios comunitárias em Brasília e tal. O projeto não teve continuidade porque a gente percebeu que a gente precisava ter um trabalho mais forte de qualificação e de capacitação dessas rádios comunitárias, para participar na programação de uma emissora. Vocês sabem que fazer jornalismo diário demanda um deadline muito apertado (...) Tinha todo um trabalho técnico que a gente percebeu que a gente precisava aprimorar. Então, a gente deu uma parada no projeto. Estamos redesenhando esse projeto, para voltar a trabalhar com a parceria, com as rádios comunitárias. (...) A Rádio Nacional da Amazônia, hoje, das emissoras de rádio da EBC, é a que menos tem programação da chamada produção independente, ou seja, conteúdo que não é feito dentro da própria casa, não é? Praticamente, 100% da programação, hoje, da Nacional da Amazônia, é feito dentro, com a própria equipe da Nacional da Amazônia. E a gente quer, ao longo desse próximo um ano, ampliar essa participação da produção independente (EBC, 2012)

Mesmo a nível nacional, experiências de articulação de emissoras radiofônicas não foram bem sucedidas. O Plano de Trabalho da EBC de 2010 anunciou a criação de uma Rede Nacional Pública de Rádios, que seria formada pelas oito rádios da EBC mais as emissoras do campo público que tivessem interesse, em um processo que seria semelhante ao que estava em andamento com as emissoras de televisão. “Em 2014, faziam parte da então Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádios, 23 emissoras públicas das cinco regiões do país. Em outubro de 2019, apenas 11 rádios continuavam fazendo parte da mesma Rede, sendo que 6 dessas emissoras pertencem às Forças Armadas” (STROZI, 2019, p.50).

Entrando na segunda década do século XXI, os veículos de comunicação de massa – rádio, TV, internet e jornais impressos – continuam chegando de forma deficitária nas comunidades da floresta. Considerado o rádio, a Região Norte do país possui a maior área territorial com déficit de serviços. O seguinte cenário foi apresentado em um relatório realizado em 2015 da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Observando-se os dados da PNAD/IBGE do ano de 2013, é possível concluir que a Região Norte é a que mais sofre com a ausência dos serviços de rádio, que possuem apenas 52,7% de penetração domiciliar. Ainda nesse sentido, destaca-se negativamente o Estado do Roraima, Acre e Maranhão, onde 44,0%, 462,2% e 47,2% dos domicílios não possuem aparelho de rádio. É interessante notar que tal disparidade observada no rádio, entre a Região

Norte e as demais regiões brasileiras, não se mostra em outros indicadores com tanta profundidade (ASSOCIAÇÃO, 2015, p.19)

As regiões Sul (83,9%) e Sudeste (78,9%) registraram as maiores taxas de penetração de serviços de rádio nos domicílios, mas mesmo as regiões Nordeste (71,2%) e Centro-Oeste (69,0%) alcançaram índices bem superiores ao obtido pela Região Norte. O relatório aponta que a disparidade não alcança patamares do mesmo nível para serviços de eletricidade, água e telefone. Uma tentativa recente de contornar essa situação se deu pela criação do Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal por meio da Lei Federal 13.649/2018, permitindo que emissoras de rádio FM instaladas nas capitais dos estados da região retransmitam seus sinais para quaisquer municípios do mesmo estado, com possibilidade de inserção de publicidade comercial e de conteúdo gerado localmente para preencher parte da programação⁷⁸. No final de 2020, o governo federal anunciou que o primeiro edital contemplou 230 municípios, dos quais 155 não tinham nenhuma rádio FM⁷⁹.

Um levantamento realizado para a primeira edição do Atlas da Notícia, produzido em 2018 pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), corrobora com esse diagnóstico. Assim como mostra a **Figura 10**, a Região Norte aparece como a que possui mais áreas sem atividade de emissoras de rádio e televisão. O levantamento considerou os veículos que produzem conteúdo original baseado em reportagem factual pelo menos quinzenalmente e de forma periódica (PROJOR, 2018). Em 2019, a terceira edição do Atlas da Notícia já possuía um escopo mais abrangente, mapeando também a mídia impressa e online. A **Figura 11** ilustra os resultados. O levantamento mostrou que 62,6% dos municípios brasileiros eram desertos de notícias, isto é, não possui nenhum veículo (PROJOR, 2019). Significa que não há nessas cidades cobertura noticiosa local e, conseqüentemente, seus habitantes não dispõem de informação jornalística sobre o lugar onde vivem. Na Região Norte, o percentual chega a 71,8%, superando a média nacional.

⁷⁸ No caso da televisão (RTV), condições específicas para a retransmissão nas diferentes regiões do país haviam sido previstas 13 anos antes pelo Decreto 5.371/2005.

⁷⁹ Anúncio realizado por meio do site <<https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/retransmissao-de-radio-na-amazonia-legal-rtr>>. Acesso em março de 2021.

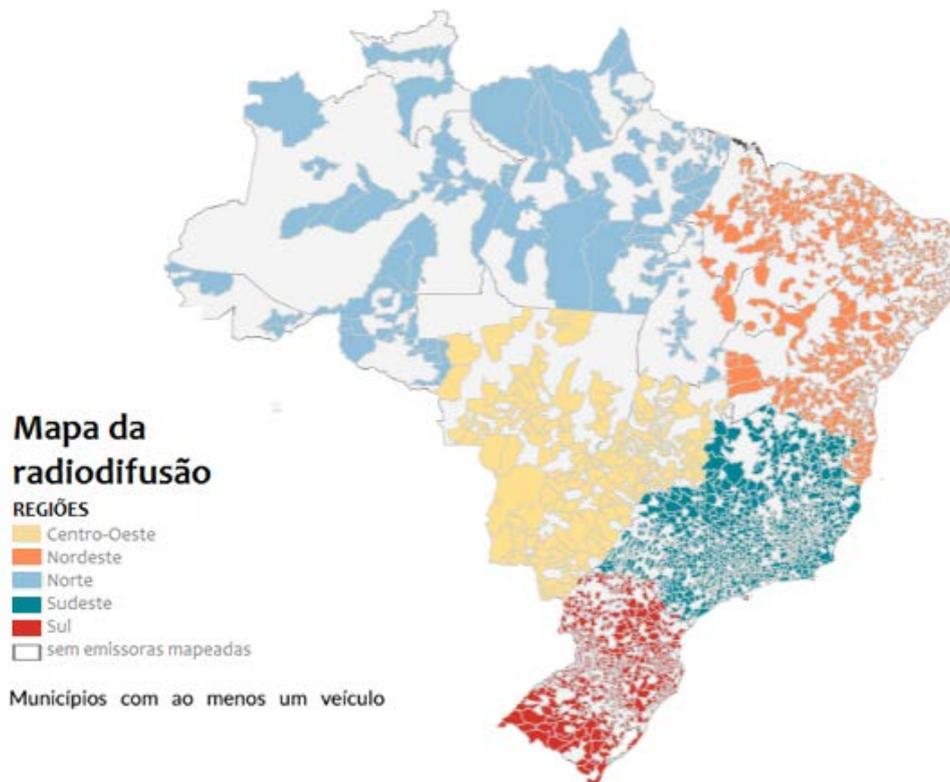


Figura 10: Mapa da radiodifusão no Brasil (PROJOR, 2018)

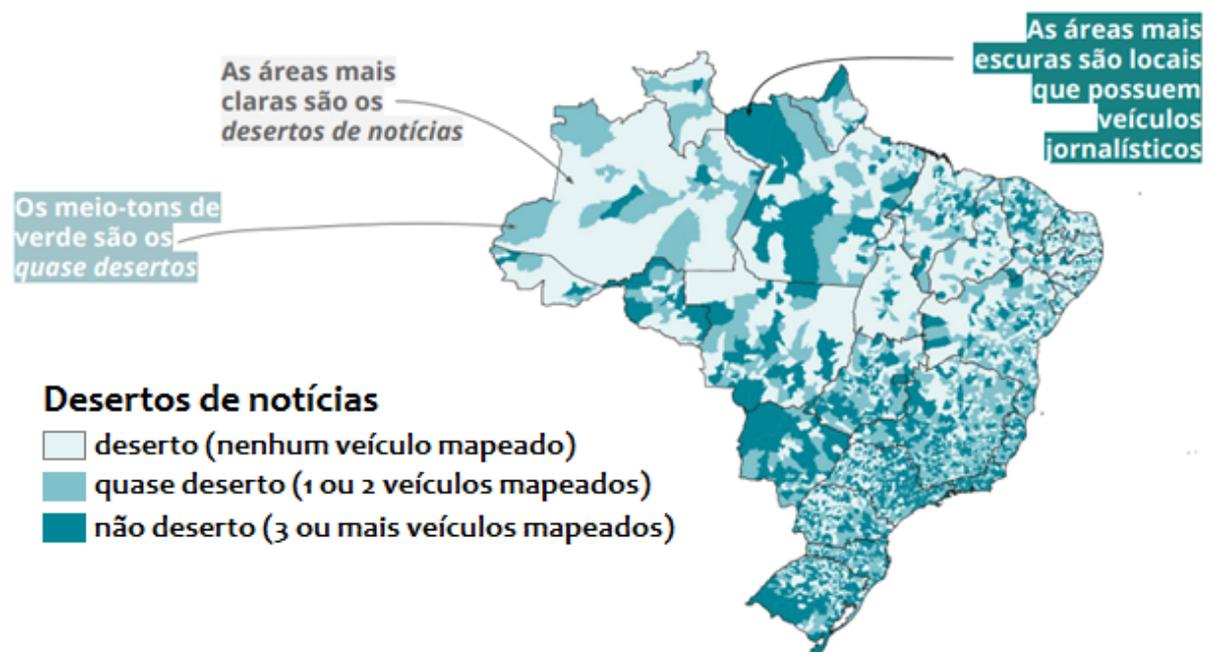


Figura 11: Presença de atividade jornalística local: rádio, televisão, jornais e revistas impressas e portais online (PROJOR, 2019)

É possível notar que as áreas da Amazônia Legal que superam os limites da Região Norte - Mato Grosso e parte do Maranhão - também aparecem no mapa com considerável carência de serviços noticiosos. Esses dados ajudam a ilustrar o desafio para a constituição de uma esfera pública estruturada. Esse cenário precisa ser colocado em questão no debate em torno do papel da comunicação pública. Quando consideramos a territorialidade como contexto dos processos interativos instaurados através da Rádio Nacional da Amazônia, devemos levar em conta os déficits de informação em circulação nesses territórios. Se a emissora não oferecer respostas a esse cenário, simultaneamente manterá a interlocução entre radialista e ouvinte dentro de quadros mais limitados. Essa preocupação aparece entre os profissionais e, não por acaso, o Viva Maria é apontado como um exemplo de enfrentamento a este cenário. Como nos demais programas, há uma evidente conexão afetiva entre radialista e ouvintes. Mas há, ao mesmo tempo, um esforço peculiar de fazer do espaço de troca afetiva também um espaço de troca de informação e disseminação do conhecimento, produzindo conseqüentemente reflexões e transformações de vivências.

Em meio ao avanço da comunicação eletrônica, que tem demonstrado capacidade peculiar de drenar as mais variadas e contraditórias expressões afetivas, as emissoras serão chamadas a se reinventar: muito provavelmente precisarão descobrir novas funções e procurar formas criativas de se articular com os demais dispositivos tecnológicos. Isso já vem ocorrendo.

Circunscrever o rádio às ondas eletromagnéticas é condená-lo a um papel cada vez mais secundário, diante do crescimento da internet comercial e do processo de convergência de mídias. No início do século 21, escuta-se rádio em ondas médias, tropicais e curtas ou em frequência modulada, mas também na TV por assinatura, via cabo, micro-ondas ou satélite, em serviços digitais abertos e por assinatura, e via internet, de múltiplas formas (Kischinhevsky 2011, p. 05)

A capacidade de adaptação do rádio frente a novos cenários já foi provada em outros momentos históricos, como no surgimento da televisão. Atualmente, a realidade já aponta para um futuro muito próximo em que a sobrevivência das emissoras dependerá da sua combinação com outros meios e suportes (DEL BIANCO, 2012). Isso não é necessariamente algo novo se considerarmos a antiga articulação entre a Rádio Nacional da Amazônia com as cartas e, em alguma medida, com os telefones públicos. De toda forma, caberá às emissoras refirmarem essa capacidade de forma proativa. A evolução digital oferece uma série de novas possibilidades que podem ser exploradas: a

transmissão simultânea de outros dados pelo espectro eletromagnético permite, por exemplo, que sejam embutidas informações em formato de texto no conteúdo sonoro, gerando novas formas de interação. Outras vantagens envolvem a multiprogramação e o uso do espectro com mais eficiência e melhor aproveitamento. Embora a velocidade das mudanças ainda seja uma incógnita, tendo em vista que a população deverá se mobilizar para substituir seus antigos rádios por novos aparelhos capazes de captar sinais digitais, os ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia não foram convocados para um debate público sobre como lidar com este cenário.

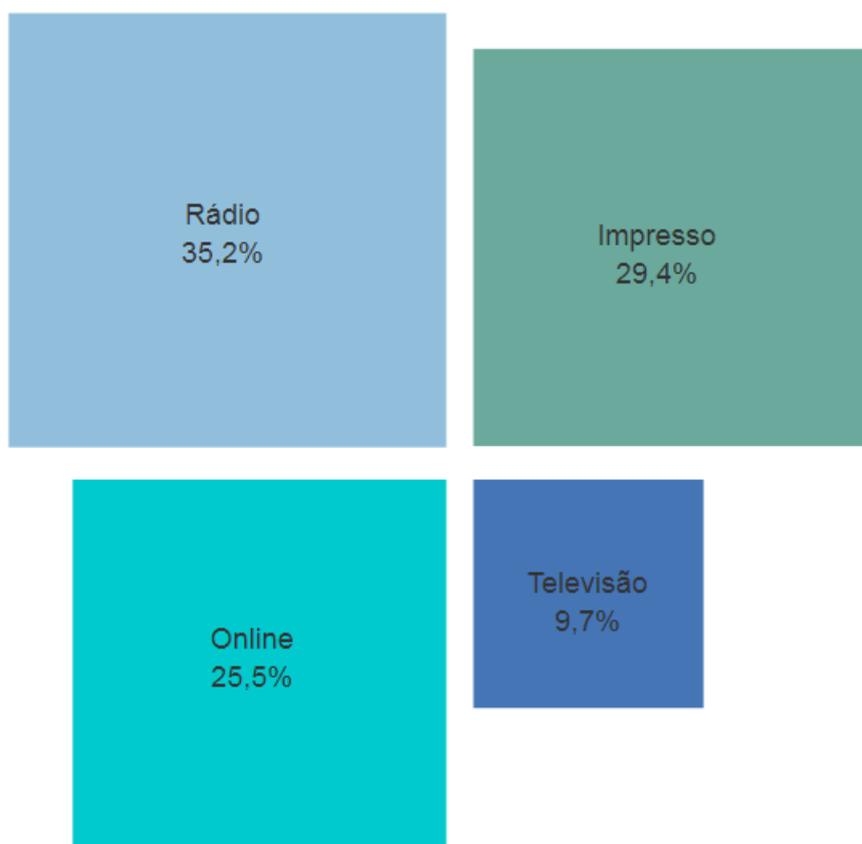


Gráfico 01: Veículos jornalísticos em atividade no Brasil (PROJOR, 2019)

Há aí um desafio adicional. Na era da digitalização, empresas e instituições que se encarregam da comunicação pública têm reduzido seus serviços de ondas curtas. E a maioria daquelas que exploram essa faixa do espectro, como a australiana ABC, a britânica BBC e a japonesa NHK, tem como foco a transmissão internacional. No Brasil, apesar da peculiar experiência da Rádio Nacional da Amazônia e da importância das ondas curtas para comunidades isoladas, as discussões sobre seu futuro são pontuais. Em meio ao desenvolvimento da digitalização, as atenções estão direcionadas

principalmente para o movimento de crescimento das rádios FM. Esse processo é estimulado pelo Estado, que tem permitido que emissoras AM efetuem a migração. Os decretos 8.139/2013 e 10.667/2021 editados pelo governo federal criaram prazos para que a mudança fosse solicitada pelas emissoras interessadas, enquanto o Ministério das Comunicações simplificou em abril de 2021 as regras para o aumento da cobertura de rádios FM no país⁸⁰: elas podem agora solicitar aumento de potência e de área de cobertura a qualquer momento e não mais a cada dois anos como ocorria antes.

Conforme dados do Ministério das Comunicações, atualmente são 9,8 mil emissoras em funcionamento no país (AM e FM)⁸¹. Levantamento do IBGE mostra que, em 2013, existiam aparelhos de rádio em 75,7% dos domicílios brasileiros⁸². A força do dispositivo pode se fazer perceptível se forem somados a estes os receptores em automóveis e a transmissão pela internet, incluindo através de celular. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicado em maio de 2021 estima que estão em uso no Brasil cerca de 242 milhões de celulares inteligentes (smartphones)⁸³. No entanto, o foco na expansão do FM revela uma política industrial que limita o potencial de desenvolvimento multidirecional do rádio: são produzidos cada vez menos equipamentos para recepção de AM. Encontrar aqueles que captam as ondas curtas é um desafio ainda maior. A maioria dos aparelhos celulares, por exemplo, tem saído de fábrica com capacidade para captar apenas o sinal das emissoras FM. Nem mesmo na Amazônia, há dispositivos legais para assegurar a fabricação e venda de aparelhos capazes de captar as ondas curtas. O incômodo dos ouvintes em torno dessa situação está registrado nas notas taquigráficas da audiência pública realizada em Marabá:

Fernando Michelotti: Qual a política de não deixar a gente ficar refém dessas FMs que se proliferam, com uma programação alienada, uma programação que só incute um modelo de desenvolvimento e que não dá voz para outros sujeitos, se a gente não consegue comprar um rádio que tem ondas curtas? (EBC, 2012).

⁸⁰ As regras foram instituídas pela Portaria 2.347/2021 do Ministério das Comunicações.

⁸¹ Dado disponível em <<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/setembro/radio-no-brasil-ha-mais-de-100-anos-criando-e-contando-historias>>. Acesso em junho de 2021.

⁸² Levantamento disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>>. Acesso em junho de 2021.

⁸³ Íntegra do estudo disponível em <<https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/pesquisa-anual-uso-ti>>. Acesso em junho de 2021.

Em que pese os avanços na inclusão digital, conforme mostra o **Gráfico 01**, o levantamento de 2019 do Atlas da Notícia revela que rádio e jornal impresso ainda representam 64,6% de todos os veículos jornalísticos do país (PROJOR, 2019). Apesar do potencial, o jornalismo local online só se tornou predominante nos maiores centros urbanos do país: em São Paulo e no Rio de Janeiro, ele reúne mais de 60% de todos os veículos. Mas esta é uma realidade ainda muito distante dos pequenos municípios, mais ainda das comunidades do interior da Floresta Amazônica.

4.2 AS INTENÇÕES DA EMISSORA COMO CONTEXTO

No capítulo 2 dessa pesquisa, recorreremos a diferentes autores que atribuem à Doutrina de Segurança Nacional um papel ideológico decisivo na produção do golpe de 1964, bem como na formulação de políticas do regime militar. É importante sinalizar, no entanto, que grupos que guardavam relativa divergência entre si se revezaram no poder ao longo do período ditatorial. Levando em conta esse fato, bem como a aplicação flexível e generalista da doutrina apontadas por Joseph Comblin (1978), Carlos Fico (2004) e outros pesquisadores, torna-se prudente um olhar mais detido sobre o contexto de criação da Rádio Nacional da Amazônia em 1977, de forma a avaliar em que medida essa base ideológica é carregada para o desenvolvimento da emissora e orienta seus objetivos.

Se seguirmos uma análise mais administrativa, seria possível apontar uma certa distância entre a Rádio Nacional da Amazônia e a Doutrina de Segurança Nacional. Isso porque o projeto da radiodifusão de ondas curtas, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, estava voltado para a transmissão ao exterior. Em 1974, sob o governo de Ernesto Geisel, o Ministério das Comunicações passa a ser comandado pelo militar Euclides Quandt de Oliveira. A pasta assume a responsabilidade pela Radiobrás, criada no ano seguinte. Consequentemente, toma para si o protagonismo do projeto de radiodifusão de ondas curtas, antes atrelado a outros setores daquele governo, como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a TV Nacional. A decisão de direcionar as antenas para a Amazônia é de Quandt de Oliveira, como ele mesmo conta.

O projeto de criação da Radiobrás já estava em andamento quando eu cheguei no Ministério [das Comunicações]. A orientação para os programas da Radiobrás era dada pelo Ministério da Educação. Quando eu recebi a

notícia de que a Radiobrás ficaria comigo então eu disse que teria de começar pela Amazônia. Me recorde de muita reclamação naquele tempo de que havia umas rádios que ficavam lá pelo Caribe e que faziam programa para a Amazônia (OLIVEIRA apud CORREIA, 2011, p.74)

Os militares que comandavam o Ministério das Comunicações não possuíam formação na Escola Superior de Guerra. Tinham uma trajetória distinta, vinculada aos cursos de engenharia das Forças Armadas. Quandt de Oliveira, por exemplo, foi responsável por organizar e instalar a Escola de Eletrônica da Marinha. Ele atuava em cargos de destaque no governo desde a concretização do golpe de 1964 e foi presidente da Telebrás por dois anos. Hygino Corsetti, que antecedeu Quandt de Oliveira, ficou no posto entre 1969 e 1974, liderando uma profunda reformulação das telecomunicações. Esse processo incluiu a implantação do sistema de discagem direta à distância (DDD) e também a criação da Telebrás. Quandt de Oliveira, por sua vez, ficou no cargo de 1974 a 1979, sendo sucedido por Haroldo Mattos, que deixou a presidência da Embratel e se manteve no comando do Ministério das Comunicações entre 1979 e 1985. Assim, Haroldo Mattos liderou a pasta durante a maior parte dos primeiros dez anos da Rádio Nacional da Amazônia. É possível ver uma linha administrativa de continuidade entre Hygino Corsetti, Quandt de Oliveira e Haroldo Mattos, todos três sem passagem pela Escola Superior de Guerra.

Embora essa análise administrativa possa indicar num primeiro momento que a Doutrina de Segurança Nacional não tenha muita relação com o projeto da Rádio Nacional da Amazônia, uma análise discursiva parece oferecer um outro ângulo para a discussão. Uma vez que a Doutrina de Segurança Nacional não estabeleceu um claro conjunto de medidas a ser implementado e constituía-se como um discurso articulado em torno de premissas genéricas, ela se submete ao longo do regime a diferentes interpretações. O objetivo central era combater os comunistas e, para tanto, uma estratégia adotada foi o fomento da narrativa através da qual o governo militar buscou apresentar seus interesses como se fossem os interesses da própria nação.

Conforme aponta Kunhavalik (2009, p.258), os teóricos da Doutrina de Segurança Nacional sustentavam que "ser nacionalista e patriótico significava defender os interesses da nação". Para eles, "os interesses da nação estavam diretamente vinculados aos objetivos nacionais permanentes, os quais deveriam ser interpretados e definidos pelo Estado, pelas elites políticas e militares presentes no aparelho de Estado". Nessa construção retórica, divergir da condução política do Estado consistiria em uma postura

antipatriótica. Kunhavalik observa ainda que, na Doutrina de Segurança Nacional, as bases do nacionalismo estão ancoradas tanto no patriotismo, associado à moral e à afeição à pátria, como no civismo, pelo qual são fixados os deveres do cidadão em face da coletividade. Valores morais e cristãos foram recorrentemente mobilizados em discursos que postulavam a aprovação da “revolução de 1964” como comprovação do compromisso com a nação.

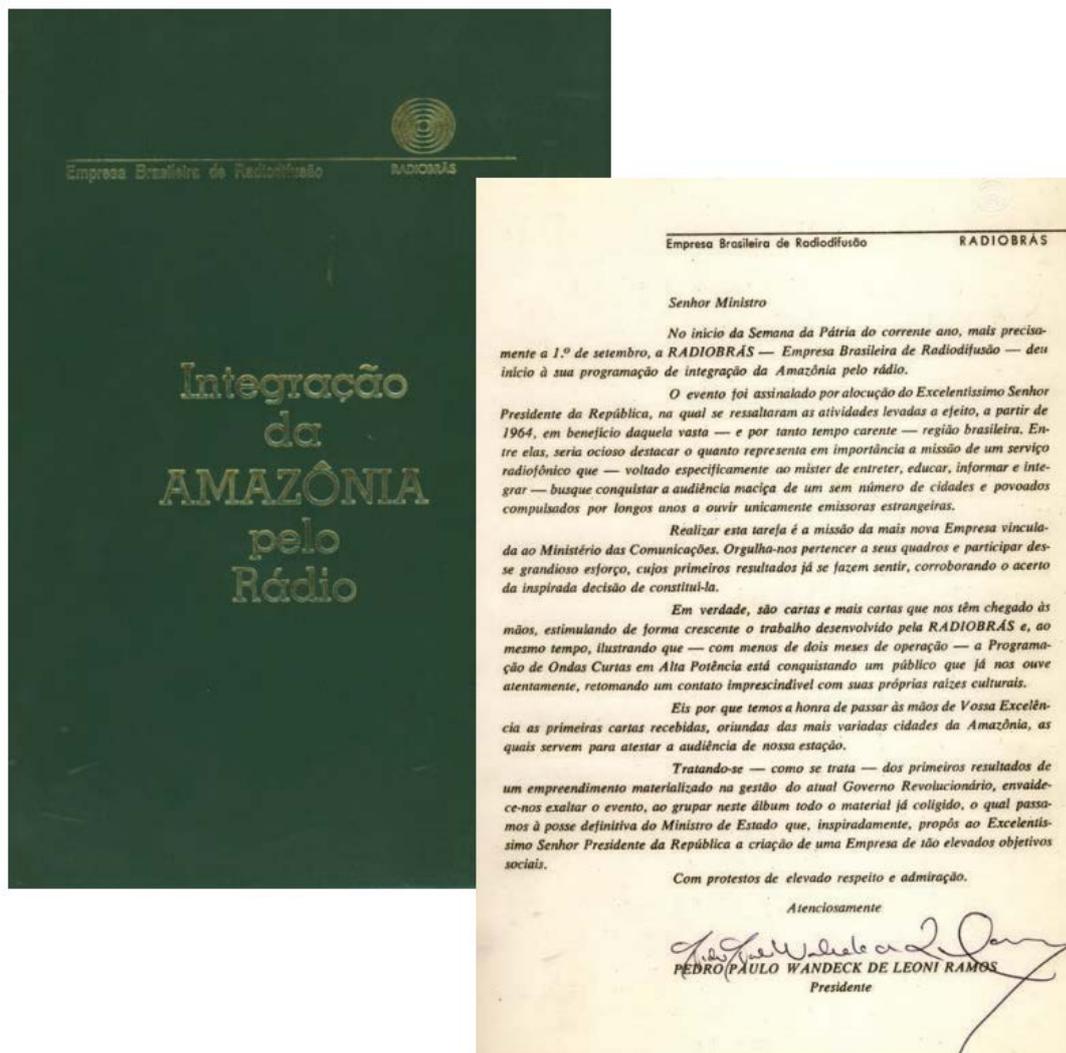


Figura 11: Álbum de cartas de ouvintes do acervo pessoal do ex-ministro Quandt de Oliveira, acessado em pesquisa de Genira Correia (2011).

A Doutrina de Segurança Nacional foi absorvida, em maior ou menor grau, nas variadas instâncias do governo. Claudia Stephan (2015) avalia que a retórica maniqueísta capitalismo-comunismo, que ganhou maior sistematização teórica no âmbito da Escola Superior de Guerra, ocupou todas as esferas da política nacional e

orientou a institucionalização da repressão político-ideológica, a manipulação midiática, a suspensão de direitos fundamentais, as torturas e desaparecimentos. No âmbito da Doutrina de Segurança Nacional, foram formuladas ações nos mais variados campos, ante a justificativa de que o comunismo atua de forma dispersa e deve ser combatido nas diversas estruturas da sociedade. Kunhavalik (2009, p.239) observa também que, mesmo antes de 1964, a mídia dava destaque a matérias em torno das conferências e declarações dos integrantes da Escola Superior de Guerra, o que aponta para sua disseminação social: “pode-se observar que as mesmas tiveram repercussão na imprensa, com depoimentos, declarações e manifestos de militares”.

Sabe-se que o governo Geisel não representou exatamente uma continuidade da gestão Médici, cabendo a ele colocar em marcha a discussão sobre uma reabertura democrática. A ascensão de Geisel, que integrou o corpo permanente da Escola Superior de Guerra, também marca o retorno de Golbery do Couto e Silva, que se torna uma espécie de gerente geral do governo. Após distanciar-se das gestões da chamada Linha Dura, o principal formulador da Doutrina de Segurança Nacional voltava a dar as cartas como Ministro da Casa Civil e seria um dos articuladores do plano de distensão. Mesmo levando em conta a existência de divergências no interior das estruturas militares e de órgãos do governo militar, a teoria de Golbery subsidia planos de forma a garantir uma abertura controlada, estrategicamente desenhada com o objetivo de reduzir o risco de grupos considerados subversivos assumirem protagonismos políticos.

Segundo Kunhavalik (2009), desde 1968, a Escola Superior de Guerra passa a enfatizar a questão do desenvolvimento. Uma vez homologada sua candidatura à presidência da República na convenção da Arena, Geisel revela seu alinhamento com esse esforço ao usar um binômio para resumir a diretriz fundamental de seu futuro governo: desenvolvimento e segurança. Na primeira reunião ministerial, ele reitera: "A revolução modernizadora de 1964 fundamenta toda sua doutrina estratégica no binômico desenvolvimento e segurança, reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante" (GEISEL apud GURGEL, 1975, p.161). Amaral Gurgel (1975, p.161) avalia que a ideia de desenvolvimento envolve diferentes perspectivas com Médici e Geisel: o primeiro busca delimitar uma visão estritamente econômica, enquanto o segundo se vale de uma conotação mais ampla, de forma a abranger outros aspectos da vida brasileira.

A integração econômica e a ocupação territorial da Amazônia respondiam à demanda desenvolvimentista do regime militar tal como fixada no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional: a articulação entre planejamento centralizado do Estado e abertura ao capital estrangeiro. Golbery e outros teóricos consideravam que a fragilidade econômica do país colocava em risco a segurança nacional. Daí porque, embora defendessem eloquentemente uma sociedade capitalista, eram partidários do planejamento estatal: "os militares da Escola Superior de Guerra assinalaram a necessidade de limites em relação ao liberalismo econômico" (KUNHAVALIK, 2009, p.256). Deve-se lembrar que, quando esses militares falavam do Estado, estão pensando numa elite política que detém a capacidade de compreender as aspirações nacionais, tarefa que a massa não estaria em condições de realizar.

Em que pese os titulares do Ministério das Comunicações possuírem uma trajetória formativa distinta daqueles militares que passaram pela Escola Superior de Guerra, não seria plausível desconsiderar a influência da Doutrina de Segurança Nacional nas políticas setoriais se levarmos em conta essa ampla disseminação das suas premissas gerais nas mais variadas estruturas do governo. Além disso, uma vez que o poder central se guiava por elas, é de se supor que houvesse uma cobrança por medidas que respondiam aos desafios elencados. Foi, por exemplo, durante a gestão de Quandt de Oliveira no Contel que o órgão foi incumbido pelo Decreto 236/1967 de ampliar a fiscalização de conteúdos disseminados pela radiodifusão que colocassem em risco a segurança nacional. Foi proibida a divulgação de segredos de Estado, mensagens que configurassem ultraje à honra nacional, propaganda de subversão da ordem política e social, estímulo à rebeldia nas Forças Armadas, ofensa à moral familiar pública e aos bons costumes e calúnias aos governantes.

O que chama a atenção é que dez anos após a criação da Rádio Nacional da Amazônia, as narrativas acerca da criação da emissora estejam assentadas em articulações entre segurança nacional e integração. Quando observamos discursos de Quandt de Oliveira, Haroldo Mattos, Rita Furtado, Jarbas Passarinho⁸⁴ e mesmo os presentes em registros oficiais, a preocupação com a suposta audiência de emissoras

⁸⁴ Conforme abordado no Capítulo 02, Haroldo Mattos considerava os avanços nas comunicações como fator de interesse da **segurança nacional** (grifo do autor). Segundo Jarbas Passarinho, que comandou diferentes ministérios durante o regime militar, a população recebia "notícias fabricadas e plantadas através das estações estrangeiras" antes da criação da Rádio Nacional da Amazônia. Para Rita Furtado, a região da Amazônia era bombardeada por informações contrárias ao interesse do governo e da soberania nacional.

estrangeiras na Floresta Amazônica parece ter tido um peso significativo para o direcionamento do projeto de radiodifusão, ou ao menos uma forma de legitimar entre pares a relevância do projeto. Quandt de Oliveira observa:

O problema que preocupava as autoridades federais era que, devido a condições peculiares da irradiação, as áreas amazônicas não recebiam as transmissões normais das estações do centro-sul do país, porém recebiam muito bem as irradiações do exterior, que vinham do norte do equador. Por essa razão, várias estações estrangeiras faziam programas especiais para a região, em português (OLIVEIRA apud CORREIA, 2007, p.74).

E acrescenta:

Para que o Brasil se mantenha uma nação una, necessita ele da força integradora dos modernos meios de comunicação de massa, pois, em verdade, nosso país apresenta ainda muitas ilhas culturais, agora um verdadeiro arquipélago de regiões geoeconômicas. Como pretendia o governo federal, a emissora despertou na audiência um sentimento de pertencer à nação brasileira e de ser importante para a unidade nacional. (OLIVEIRA apud CORREIA, 2007, p.76).

Ressalte-se que quando se nomeavam as emissoras estrangeiras, sempre apareciam aquelas oriundas dos países comunistas. Um documento que registra um levantamento do Ministério das Comunicações cita ser “comum, tanto na Amazônia como em todo o interior do país, ouvir-se o noticiário do que se passa no Brasil através da Rádio Havana, da Rádio Pequim, da Voz da América ou da BBC de Londres” (CORREIA, 2007, p.75). O mesmo documento observa que, segundo os registros de potências da Internacional Frequency Register Board (IFRB), existiam 9.329 KW de ondas curtas irradiando para o Brasil, o que seria três vezes superior ao somatório das potências individuais das 1.061 estações existentes no país.

Considerando os discursos produzidos em torno da Rádio Nacional da Amazônia, parece possível afirmar que ela foi agenciada para levar adiante objetivos sintonizados com as premissas da Doutrina de Segurança Nacional: afastar a audiência de emissoras comunistas e promover uma integração da região em linha com os interesses da nação. Mas em que medida essa missão atribuída à emissora interfere na programação em si e na interação com o ouvinte? A questão é pertinente, afinal quando se estuda os dez primeiros anos da Rádio Nacional da Amazônia, um primeiro ponto é perceptível: o

foco de sua programação não se volta para o proselitismo do regime ou para a doutrinação ideológica, ainda que isso tenha ocorrido pontualmente. Mas Raymond Williams (2016) já observava que estudar o desenvolvimento de um determinado meio de comunicação exige o mapeamento das intenções reais, que nem sempre se equivalem às intenções declaradas. Do contrário, as operações dos meios de comunicação terminam dessocializadas e tornam-se simples eventos físicos.

Se a intenção orienta a ação, também é preciso reconhecer, como postula Edgar Morin (1991), que a ação escapa às intenções. Porque a ação se desencadeia em um universo de interações e precisa lidar com o imprevisto, revelando-se ao fim o seu dinamismo na medida em que interage com o ecossistema. Morin (1991, p.97-98) incorpora na sua perspectiva o que ele chama de ecologia da ação: "quando vamos para o trabalho, ao volante de nosso carro, uma parte do nosso comportamento está programado", mas "se surge um engarrafamento inesperado, é preciso então decidir se se deve mudar de itinerário ou não, infringir o regulamento: é preciso mostrar a estratégia". Ainda que tivesse havido algum setor do governo militar favorável à implantação de uma programação voltada ao proselitismo político, o rápido sucesso obtido a partir da leitura de recados e atestado pelo volume de cartas praticamente selava um caminho que atendia de forma eficaz a interesses do regime.

Diante da flexibilidade de aplicações da Doutrina de Segurança Nacional, seria possível justificar o desenvolvimento de uma emissora estatal de rádio em distintas direções. No caso da Rádio Nacional da Amazônia, a principal intenção declarada em discursos e documentos oficiais é a integração nacional. A manifesta preocupação com a suposta audiência de emissoras estrangeiras capazes de veicular mensagens subversivas se articula à tese de que a Amazônia ainda se encontrava desintegrada do Brasil. A partir de 1969, as formulações teóricas da Escola Superior de Guerra em torno dos objetivos nacionais passaram a adotar o termo integração nacional em substituição a "consolidação da unidade do grupo nacional" e "unidade nacional de integração psicossocial" (ARRUDA apud KUNHAVALIK, 2009, p.256). O geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (2011) vê na Doutrina de Segurança Nacional um resgate da geopolítica clássica e a construção de uma visão territorialista que aposta na máxima da tutela do povo em nome da integridade do espaço físico da nação. Ao identificar os possíveis inimigos internos que colocavam em risco a soberania do país, "a meta da integração nacional explicitada pelo regime militar completava a identificação do país

com seu território, reafirmando os objetivos do desenvolvimento econômico e da ultrapassagem das desigualdades regionais". (MORAES, 2011, p. 94-95).

Ainda que ganhando novos sentidos, discursos em torno da integração nacional foram estruturados pelos profissionais da Rádio Nacional da Amazônia e parecem ter sido rapidamente encampados na criação da emissora, possivelmente por processos complexos e cruzados: não por uma ordem da hierarquia governamental, mas pela tematização cotidiana instaurada na sociedade, incluindo aí as escolas, a mídia, o ambiente de trabalho, etc. No programa que celebra os 10 anos da emissora em 1987, é possível identificar elementos que compõem a ideia de integração nacional: construção de uma cidadania básica através das informações de utilidade pública, promoção da moral e do civismo, divulgação de uma cultura brasileira, redução da suposta influência de emissoras comunistas. Essa retórica se associa às missões que os radialistas atribuem a si mesmos, por exemplo, no atendimento a demandas apresentadas pelos ouvintes e na orientação básica diante de conhecidos problemas sanitários. Assumem o papel de agentes de um Estado que finalmente abraça uma região esquecida. Pelo *feedback* positivo da audiência nos processos interativos, reiteravam suas impressões. Por sua vez, no alto escalão do governo, a existência de uma programação que parecia corresponder às expectativas do ouvinte era celebrada também regida pelo discurso da integração nacional. Na sua conferência em 1985, o ministro Haroldo Mattos lista, entre as funções do Ministério das Comunicações, a promoção e a implantação dos meios com vistas à integração e segurança nacionais. A Radiobrás, cujos serviços mais proeminentes estavam voltados para a Amazônia, correspondia a algumas necessidades consideradas estratégicas:

A ocupação crescente pela Radiobrás de nossos espaços radiofônicos inclui serviços de utilidade pública que hoje são considerados insubstituíveis como promotores de cultura, lazer, criação de hábitos alimentares e de higiene, recados e informações, enfim uma vasta gama de necessidades satisfeitas e apoiadas por troca de correspondência escrita que permite a avaliação numérica do valor dos serviços prestados. (MATTOS, 1985, p.64)

Prestar serviços de utilidade pública por meio da emissora não era uma inovação. Desde o seu nascimento, a radiodifusão se prestou à disseminação de informação de utilidade pública inclusive em áreas isoladas, serviço que buscava atender especificidades regionais e nacionais e que muitas vezes se desenvolveu atrelado ao financiamento estatal nos mais diversos lugares do mundo. A NHK, por exemplo, já

explorava essa potencialidade de forma inovadora no Japão em meados da década de 1960, quando começou a estruturar junto a órgãos governamentais um robusto sistema de alerta de desastres como tsunamis, terremotos, tufões, nevascas, tempestades, etc. Esse sistema, hoje assentado em uma moderna tecnologia digital que integra variadas plataformas, continua fazendo uso da comunicação via rádio (FUKUNAGA; KONO; MASSAKI, 2015).

Na Rádio Nacional da Amazônia, os serviços de utilidade pública foram associados principalmente à disseminação de informações sanitárias e ao suporte às ações de saúde pública, além da garantia de espaço para comunicação entre os moradores. Sob esse quadro, os processos interativos envolvendo radialistas e ouvintes não se desenham com fins de promoção de algum tipo de proselitismo político. Cláudio Paixão (2019, p.83), porém, observa que um quadro do Encontro com Tia Leninha passava a mensagem de que “o Exército era uma instituição aliada da população brasileira” e que “a população devia se manter alinhada aos ideais militares por mais que tivesse posicionamento diferente do que era pregado pelo governo”. A audiência pública realizada pela EBC no ano de 2012 em Marabá registra mais de um participante levantando memórias sobre o ativismo político de locutores da Rádio Nacional da Amazônia. Hoje professor da UEPA, Airton dos Reis Pereira fez o seguinte relato nesta direção:

No final dos anos 70 e nos anos 80, a rádio, ela tinha um papel de contribuir com repressão contra os trabalhadores dessa região, não é? Por exemplo, Edelson Moura, Maurício Fares e Márcia Ferreira, quantas vezes estiveram na região, inclusive, fazendo campanha para o Curió, não é? Todo mundo sabe disso, não é? E atuar contra as eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, contra a luta dos posseiros. A gente sabe disso, não é? Embora que a rádio tinha audiência, que as pessoas escreviam, como, inclusive, eu era criança e escrevi para a Rádio Nacional da Amazônia, como tantas outras pessoas, os meus vizinhos, mas a gente sabe o quanto que, nesse período, a rádio desempenhou um papel de contribuição com a repressão contra a luta pela terra nessa região. (EBC, 2012)

É seguro afirmar, no entanto, que a grade de programação não se orientava por um ativismo político em favor do regime. O sucesso da emissora, auferido pelo significativo volume de cartas na sua primeira década de existência, provavelmente se deve a múltiplos fatores. Um deles é o seu caráter de novidade diante da carência de outros serviços de radiodifusão em português na região. Mas é necessário reconhecer a sensibilidade de seus profissionais que souberam como atender certas demandas afetivas

e lúdicas da população. Contudo, um olhar mais minucioso poderá encontrar elementos estruturantes da ideologia da segurança nacional orientando, em algum nível, que tipo de conteúdo seria levado ao ar, seja em edições eventuais apresentadas, seja na ausência de um serviço estruturado de jornalismo, seja na falta de espaço para músicos críticos ao regime militar, seja na programação em dia de desfiles e comemorações cívicas, etc.

Além disso, o entretenimento, enquanto instrumento de integração nacional, não é algo ignorado nas formulações da Doutrina de Segurança Nacional. O levantamento realizado por Amaral Gurgel (1975) reúne textos que o colocam como uma das possibilidades da comunicação social ao lado da compreensão, informação, persuasão, conversão e controle. Documentos da Escola Superior de Guerra também indicam que a comunicação social "influi decisivamente para formar e sustentar os diversos matizes culturais, sociais, políticos, militares e econômicos da sociedade nacional em que vivem" (GURGEL, 1975, p. 115). O intenso investimento no entretenimento da Rádio Nacional da Amazônia se espelha em alguma medida nos exemplos de sucesso da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e na Rádio Nacional de Brasília. Diferentes programas repetiram fórmulas que algumas décadas antes cativaram as audiências cariocas e candangas, a exemplo das radionovelas. A promoção de tais atrações estaria em linha com a almejada integração nacional.

Entre um dos aspectos que merecem atenção, estão os mecanismos de censura geral e perseguição a jornalistas supostamente comunistas. Em um estudo sobre o quadro jurídico da censura à imprensa na ditadura militar, Lucas de Carvalho Borges (2014) pontua que se trata de uma medida fundada na Doutrina da Segurança Nacional e assentada numa legalidade ambígua, marcada por práticas institucionais não oficializadas e sigilosas e por uma ausência de formalização expressa dos órgãos competentes para sua implementação, embora tenha sido chancelada pelo Supremo Tribunal Federal com base nos dispositivos do AI-5. Desde os seus primeiros movimentos, o regime militar criou documentos legais que oferecesse brechas para a restrição da liberdade de imprensa. Antes mesmo do AI-5 em 1968, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) baixado em 1965 já deixa consignada a intolerância com qualquer tipo de subversão. Instaura-se assim um julgamento eminentemente subjetivo e ideológico para cercar a manifestação do pensamento. Com a edição do AI-5, diversas redações receberam manuais de comportamento assinados por generais. Estava proibida a divulgação de notícias que contrariavam os interesses do regime, “dentre elas, as

referentes a greves, declarações de personalidades cassadas, protestos estudantis de natureza política, movimentos operários e atos de violência praticados por grupos guerrilheiros” (PIERANTI, 2005, p.159). O marco legal destinado à censura viria com Decreto-Lei 1.077/1970. A figura de censor nas redações que fazia prévio exame daquilo que poderia ou não ir ao ar e os bilhetes com ordens enviadas por militares aos jornais foram mecanismos adotados pelo regime para o controle das notícias. O ambiente psicológico, permeado pelo medo, terminou também por disseminar comportamentos de autocensura.

Havia outros mecanismos. O corte e a concessão de verbas publicitárias, por exemplo, foi um instrumento para controlar o conteúdo de mídia privada (MATHIAS, 1999). A falta de transparência com as ações do Estado também era uma forma eficaz de impedir que certos assuntos alcancem a esfera pública, inclusive posteriormente. Na Amazônia, por exemplo, os acontecimentos da Guerrilha do Araguaia são ainda hoje obscuros para a população em geral.

Após o extermínio dos guerrilheiros, tropas militares ficaram na região, que passou a ser considerada área de segurança nacional a partir de 1970. Entre eles, permaneceu o Major Curió, responsável por impedir a divulgação do que havia acontecido lá entre 1972 e 1974. (...) Durante muito tempo os militares negaram que a guerrilha houvesse existido, atribuindo a ela a uma invenção da esquerda. Quando os primeiros documentos vieram à tona, passaram a negar a existência de registros oficiais sobre a guerrilha, que teriam sido queimados. (MECHI, p.336)

O que pode parecer paradoxal é que, ao mesmo tempo em que estabelecia um rígido controle da imprensa, o regime militar investia na expansão da mídia e das telecomunicações em geral. É que o problema não estaria na existência de uma imprensa, mas nas mensagens que por ela circulam. O desenvolvimento da mídia aliada ou mesmo daquela que se acomodou às regras por motivos de sobrevivência era desejável. Segundo Lívia Paiva (2014, p.5), houve um forte investimento na indústria cultural, que alcançou também a imprensa, cujo objetivo era “ampliar a expressão cultural do país, ancorado em um ideal integrador e nacionalista”. Essa opção, no entanto, gera novos problemas. Como observa Renato Ortiz (2014), a indústria cultural caminha na contramão da contenção, pois ela busca expansão de seu mercado e alcance de novos públicos. Havia, sem dúvida, uma distância entre a ideologia repressiva das Forças Armadas e a engrenagem empresarial. Essa era uma preocupação inexistente no

projeto da Radiobrás, uma vez que oferecia um desenvolvimento controlado para a expansão da radiodifusão em regiões de baixa densidade populacional, onde a iniciativa privada não tinha interesse. A censura operava em um nível anterior: na seleção da equipe, na escolha dos músicos parceiros, na opção por uma programação desprovida de atividade jornalística.

Enquanto a Música Popular Brasileira (MPB) e o rock mobilizavam públicos nas regiões Sudeste e Sul com músicas de protesto, causando frisson nos militares, a Rádio Nacional da Amazônia escalava um time de artistas que alcançaram um grande sucesso regional com ritmos forjados ao longo da própria história da Amazônia: o brega, a lambada, o carimbó, etc. Estas manifestações culturais se consolidaram aproveitando-se de um terreno fértil, já que se beneficiavam de suas raízes regionais e mantinham-se distante dos olhares da censura porque não abordavam temas considerados controversos pelos militares. Trabalhos de nomes como Alípio Martins, Raimundo Soldado, Frankito Lopes, Carlos Santos, José Orlando e Amado Batista preenchiam diariamente a programação, bem como as gravações das pratas da casa como Márcia Ferreira, Frank Silva e Maurício Fares. Canções da MPB apareciam na trilha sonora, mas eram escolhidas a dedo. As demandas do ouvinte passavam pelo crivo de gestão de Rita Furtado, que detinha total confiança do Ministério das Comunicações, cujo número 2 era seu marido. Com um ambiente controlado, a Rádio Nacional da Amazônia não passou por nenhum processo similar ao vivenciado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em que diversos artistas deixaram seus quadros em razão do posicionamento diante da ditadura militar (STROZI, 2019, p.32).

O desenvolvimento da emissora parece orientado para conformar e acomodar harmonicamente diferentes intenções e interesses. Satisfez os núcleos mais ideológicos do regime na medida em que ofereceu um espaço controlado para o fluxo de informações, sem muita margem para disseminação de conteúdo considerado subversivo. Articulou-se ao gesto civilizatório e educativo coerente com o projeto de colonização da Ditadura Militar, que por meio da retórica de integração nacional, queria dizer ao Brasil o que é o Brasil. Também atendeu as diversas expectativas dos radialistas, envolvendo desde os genuínos esforços voltados para o atendimento de demandas básicas de seu público e para valorização da cultura regional até as iniciativas voltadas para projetar suas carreiras artísticas e políticas. Por fim, preencheu requisitos de ordem técnico-administrativa que eventualmente tenham sido levantados no âmbito

do Ministério das Comunicações, relacionados aos déficits de informação em locais da Amazônia aonde a comunicação comercial não chegava.

A ideia de uma complementaridade meramente geográfica era pertinente ao regime militar, tendo em vista que havia uma profunda simbiose entre os seus interesses e os de segmentos empresariais da comunicação. A principal expressão desse fato é a expansão da Rede Globo⁸⁵, que veio a se converter em uma das maiores corporações midiáticas do mundo e contribuiu fielmente com a estratégia da ditadura de promover a integração nacional via comunicação. Mas o comportamento de veículos de abrangência regional também retrata essa cooperação. Em um estudo produzido sobre o comportamento da grande imprensa de Manaus no contexto do golpe de 1964, Camila Miranda (2017, p.291) vê a tradição anticomunista presente nos discursos propagados pelos dois principais jornais da cidade: A Crítica e o Jornal do Commercio. Ambos “colocam as Forças Armadas como as responsáveis por impedir o crescimento do ‘perigo vermelho’ no Brasil”.

Embora a Rádio Nacional da Amazônia tenha sido enquadrada pelo regime militar como emissora educativa, a ideia de uma complementaridade de conteúdo não é contemplada na esfera discursiva. Não havia diretrizes claras sobre o que significava ser uma emissora educativa, muito embora a educação fosse uma área de preocupação notória no alto escalão do regime militar. Mudanças buscaram assegurar maior rigidez na estrutura curricular, de forma a tutelar os conteúdos escolares. A educação moral e cívica, tornada disciplina obrigatória, foi concebida "como uma doutrina direcionada do Estado e voltada para os fins buscados por ele próprio" (ABREU; INÁCIO FILHO, 2006, p.133). De acordo com Suzeley Mathias (1999), através dessa medida, os militares buscam mostrar que a escola é local de ensino e aprendizado profissional e não de exercício da política, que deveria se restringir à disciplina Moral e Civismo, cujo conteúdo programático era rigorosamente controlado.

É nos setores ligados a disciplina Educação Moral e Cívica que a presença militar é notada. No MEC, durante todo o período pesquisado, as Comissões e Departamentos ligados a esta disciplina são dirigidos por membros das Forças Armadas. Nos demais setores do Ministério, ao

⁸⁵ Apesar se apoiarem mutuamente, deve-se encarar a relação entre Rede Globo e ditadura como resultado de uma complexa negociação de interesses mais ou menos alinhados. Marcos Napolitano (2014) assinala que embora tenha sido aliada estratégica do regime militar no seu projeto de modernização, a emissora não deixou de abrigar em seu núcleo de teledramaturgia autores e atores ligados ao Partido Comunista, como Dias Gomes, Oduvaldo Viana Filho, Armando Costa, entre outros.

contrário, continuou a predominar civis treinados nas burocracias estaduais de ensino. (MATHIAS, 1999, p.253)

Segundo Renata Machado Assis (2012, p.336), o que se percebeu foi "o uso da repressão e da censura ao ensino; a introdução de disciplinas que defendiam a Ideologia de Segurança Nacional; o encerramento dos diretórios e grêmios estudantis e sua substituição pelos denominados 'centros cívicos escolares', que eram tutelados e submetidos às autoridades oficiais". Deve-se fazer a ressalva de que as recomendações morais e cívicas enviadas para todo o país por meio da educação formal, da mídia e de outras ferramentas, assim como as propagandas do regime militar assistidas ou ouvidas nos diferentes cantos do Brasil, não necessariamente eram recebidas da mesma forma. De toda forma, elas contribuem para um agendamento público de temas.

Cláudio Paixão (2019, p.132), ao analisar as radionovelas da Rádio Nacional da Amazônia, observa que eram trabalhados "aspectos ligados à formação dos ouvintes com tons educativos, moral e cívico", assim como também ocorria no programa da Tia Leninha voltado para o público infantil. Vale assinalar que a forma como essa temática aparecia no conteúdo radiofônico da emissora não necessariamente se desdobrou de ordens que atravessavam a hierarquia e alcançavam o radialista. Na verdade, o mais provável é que o profissional levasse ao ar versões pessoais sobre noções que estavam diluídas na sociedade. Explicando de outra maneira: uma vez que a ideia de educação e civismo se fazia presente em diversos espaços sociais e coletivos, inclusive no próprio ambiente de trabalho da emissora, os radialistas possivelmente terminavam por absorvê-la em suas produções por meio de processos culturais mais complexos. Mas o atendimento às expectativas do regime militar também se revelou por meio de uma parceria. O alcance proporcionado pelo Encontro com Tia Leninha levou os militares a se interessarem por explorar seu potencial. Fruto de um acordo entre a radialista e o Exército Brasileiro, o quadro Casinha Verde Oliva ficou no ar durante cerca de seis anos. Seu conteúdo buscava "dissolver o sentimento de medo despertado por essa instituição em boa parte da população devido ao regime militar" (NEVES, 2018, p.69).

De toda forma, o que move o sucesso do Encontro com Tia Leninha não é o conteúdo de interesse do regime, mas sua conexão com as necessidades da comunidade de ouvintes. A pesquisadora Simone Neves descreve como a atração contribuiu para o letramento literário das crianças.

Nesse processo de adaptação da literatura infantojuvenil para o rádio, bem como por meio da análise de livros infantojuvenis e das radionovelas assinados por Helena Bortone, verificamos que a sua concepção de literatura era, predominantemente, aquela voltada para o ensino e a formação de uma criança e infância idealizadas. Nesse sentido, os textos eram carregados de comportamentos ideais de crianças, pinceladas de otimismo, explicação e/ou facilitação do entendimento de palavras e expressões. (...) Entretanto, mesmo a literatura infantojuvenil assumindo o caráter pedagógico e/ou moralizante, acreditamos que o incremento de aspectos da linguagem radiofônica ampliava a dimensão estética das obras, conquistando pessoas de diversas idades e localidades, muitas delas excluídas do direito à leitura literária escrita. (...) Por meio das cartas e dos comentários de ouvintes feitos nas redes sociais, percebemos que, além da relação ético-prática, os ouvintes, mesmo sendo em sua maioria sujeitos com pouco contato com o universo do texto literário escrito, também apreciavam a estética do texto que proporcionava o desprendimento da realidade – característico da leitura literária – e a experimentação de outros mundos possíveis por meio do “sonhar”, “viajar”, “imaginar”, “emocionar”. (NEVES, 2018, p.190-191)

O Encontro com Tia Leninha foi a forma original como se expressou na Amazônia o conhecido o potencial do rádio para oferecer respostas a cenários de baixa escolaridade. Mas a aposta nas ondas curtas com finalidade educativa não era exatamente uma coisa nova e havia sido observada em outros países ao fim da Segunda Guerra Mundial, que gerou uma inédita queda nas taxas globais de alfabetização, conforme se observa no **Gráfico 02** (ZANDEN, 2014). Passado o conflito a recém-criada ONU e sua agência especializada em educação UNESCO estimulavam os países a desenvolver ações voltadas para conscientizar suas populações para a construção de uma cultura da paz diante da nascente corrida nuclear.

Devido ao alto índice de analfabetismo e a dificuldade de alocar recursos para a construção de escolas, o rádio surge como ampliação cultural. Através das OC era possível alcançar o mundo e espaços onde outros meios de comunicação não atingiam. Como a radiodifusão domina a oralidade, então seu uso tornou-se crucial para atingir a população iletrada promovendo o direito à cultura, informação e cidadania (...) A ênfase à política humanitária vem a calhar nas propostas da sintonia internacional. Com o apoio das instituições humanitárias como a ONU, UNESCO, Organização dos Estados Americanos (OEA), vários países se encarregaram dessa tarefa de educar pelas Ondas Curtas. (SILVA NETO, 2011, p.150)

Vale reiterar que a radiodifusão brasileira nasceu com finalidades educativas (PIERANTI, 2016). Antes mesmo da primeira legislação, associações e clubes pioneiros no uso do rádio no país promoviam uma programação que mesclava música erudita, palestras e conferências. Os decretos editados por Getúlio Vargas, já citados no Capítulo 02, estabeleceram que o serviço de radiodifusão fosse considerado de interesse nacional

e de finalidade educacional. Ainda que de forma quase sempre tímida, garantir a existência de emissoras públicas educativas foi uma preocupação que motivou a tomada de iniciativas em diversos governos ao longo dos anos, a exemplo da Campanha Nacional de Radiodifusão Educativa instituída por Juscelino Kubitschek em 1960. O regime militar, por sua vez, cria no início da década de 1970 o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) e o Projeto Minerva, um curso supletivo radiofônico de transmissão obrigatória em todas as emissoras. Também assegura a reserva de canais de televisão para emissoras educativas estaduais e federais⁸⁶. O conceito de educativo, no entanto, aparece pouco definido. Eventualmente englobava ações de educação formal a exemplo do Projeto Minerva. Mas designava também atrações tão variadas como a transmissão de desfiles cívicos ou programas como o Encontro da Tia Leninha em que o educacional era delimitado com relativa liberdade pelo radialista.

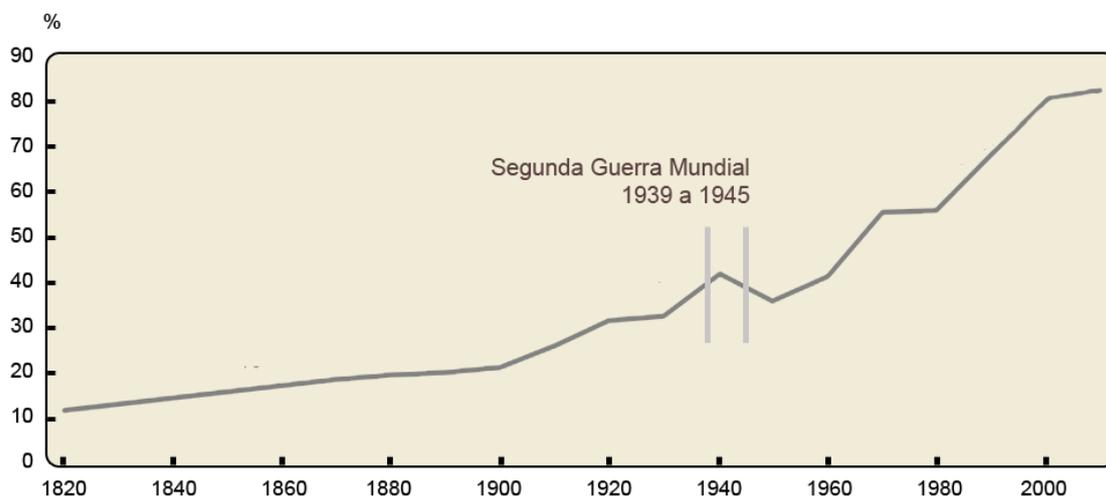


Gráfico 02: Evolução da alfabetização da população mundial acima de 15 anos segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (ZANDEN, 2014)

Com a redemocratização, o artigo 221º da Constituição de 1988 estabelece que a produção e a programação de todas as emissoras de rádio e televisão atenderão quatro princípios: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; e respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Tentativas posteriores de dar precisão à definição de radiodifusão

⁸⁶ As mudanças na radiodifusão educativa brasileira ao longo de sua história são abordadas em artigo de Otavio Pieranti (2016).

educativa vieram por meio das portarias da Anatel e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que, no entanto, ainda oferecem uma perspectiva relativamente ampla. Uma legislação complementar para estabelecer parâmetros claros a serem seguidos nunca foi aprovada, embora projetos de lei tenham sido apresentados com este objetivo⁸⁷.

São múltiplas as interpretações possíveis de conceitos como cultura e educação, bem como de produtos que reflitam-nos. As emissoras estatais, constantemente chamadas de educativas, dispõem de programação de caráter nitidamente diferenciado, privilegiando, não raro, aspectos ligados a manifestações culturais e a iniciativas educacionais variadas. Em relação às emissoras privadas, a inexistência de um marco legal preciso dificulta ainda mais essa constatação (PIERANTI, 2005, p.180)

A inexistência de marco legal que melhor regulamente o artigo 221º da Constituição Federal dificulta cobranças por parte do Estado, bem como a elaboração de políticas públicas para o setor. Num conceito alargado, toda mídia educa, tendo em vista sua capacidade, ainda que parcial, de influenciar mudanças de práticas e comportamentos. O conceito de comunicação pública abarca novos pontos de vista, que se expressam sobretudo na ideia de uma educação para a cidadania, isto é, o estímulo ao exercício crítico e criativo simultaneamente ao reconhecimento dos direitos e deveres em uma sociedade democrática e pluralista. No Brasil, o papel educativo da EBC foi concebido dentro da sua missão de “difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas” (EBC, 2015, p.8). Definir que tipos de conteúdos são esses envolve um processo participativo, atrelado ao exercício do Conselho Curador. Esse deslocamento promovido pela comunicação pública, tendo como eixo a participação social, altera substancialmente em um nível ideológico a trajetória da Rádio Nacional da Amazônia.

No projeto original da emissora, a cidadania aparece em um viés reducionista, atrelado à ideia de integração nacional desenhada pelos militares e, assim, geralmente resumida ao direito de acesso a informações sanitárias e de utilidade pública. Há aí uma válvula de escape porque o Viva Maria assume um papel histórico na promoção do engajamento em meio ao contexto dos movimentos feministas da década de 1980

⁸⁷ Cita-se o exemplo da proposta da deputada federal Jandira Feghalli (PCdoB-RJ), em tramitação desde 1991. Ela prevê que 30% da programação das emissoras, entre as 7 horas e as 23 horas, seja composta por produção regional, sendo 15% de programas que valorizem a cultura e a arte nacionais e 15% jornalísticos. Os programas deveriam ser produzidos no município sede da emissora e metade da equipe por eles responsáveis precisaria ser composta por residentes há dois anos ou mais nesse município. (PIERANTI, 2005)

(SILVA, 2015), mas trata-se de uma experiência pontual. É por essa razão que o programa é abraçado como referência histórica para o modelo de comunicação pública encampado após a criação da EBC. A partir daí, trata-se de promover reflexão crítica, superando o quadro anterior que mantinha os processos interativos limitados ao nível da manifestação dos afetos e da informação básica. Conferir cidadania pressupõe disseminar conhecimento em torno dos direitos e fomentar a inclusão, assegurando conseqüentemente o direito à comunicação, isto é, trazer para a esfera pública a voz daquelas pessoas que nasceram à beira de uma mina, de uma hidrelétrica, na estreita relação com a floresta, mas que ainda não cabem na política, pois foram consideradas historicamente entraves ao desenvolvimento da nação. Segundo Heloiza Matos (2009), a comunicação pública pressupõe a mobilização pelo engajamento cívico, o que significa que os cidadãos deixem de ser vistos apenas como “beneficiários” das ações do governo e passem a ser vistos como sujeitos capazes de formular, expressar e defender seus pontos de vista em processos deliberativos e decisórios.

Mudar o status dos cidadãos envolve mais do que estratégias de convencimento, publicização de feitos e regulação social. Assim, é preciso investir no diálogo e na busca coletiva pelo entendimento, visando à solução de questões de interesse público (MATOS, 2009, p.4)

No entanto, em que pese o deslocamento ideológico promovido pela EBC sobre as intenções atreladas à Rádio Nacional da Amazônia, mudanças levam tempo. A desregulação iniciada no governo de Michel Temer em 2016 e aprofundada no governo de Jair Bolsonaro interrompeu um processo ainda incipiente, no qual muitos dos nós de um pós-colonialismo ainda estavam para serem desatados. O quadro traçado há 12 anos por Jonas Valente (2009) permanece: o que se percebe no Brasil ainda é uma “complementariedade marginal” que atribui aos veículos públicos um papel secundário. O novo sentido de complementaridade atrelado à criação e ao desenvolvimento da EBC, não apenas geográfico, mas também de conteúdo, formato e fontes, estabelece a comunicação pública como instrumento para suprir lacunas deixadas por veículos comerciais não por incapacidade de cobertura territorial dada à insustentabilidade econômica, mas “pelas relações de poder que este campo dinamiza fora e através de si, especialmente em sua relação com a política e a economia” (DUARTE, 2019, p.167). É nesse sentido que o Manual de Jornalismo da EBC registra expressamente que seus

veículos devem “se colocar como ‘alternativa’ para os cidadãos, tratando de temas e enfoques ‘ausentes’ nos demais veículos privados e estatais” (EBC, 2013, p. 27).

A superação de uma “complementariedade marginal” parece, no entanto, ser um desafio de longo prazo. Em veículos como a TV Brasil e a Agência Brasil, a opção pela cobertura *hardnews*⁸⁸ tem sido apontada por profissionais da empresa como uma tentativa frustrada de repetir o que se faz na mídia comercial. Com equipes mais enxutas do que se observa nos maiores veículos privados e com prazos curtos, o jornalismo se revelaria muitas vezes dependente das fontes oficiais por efeito da facilidade de acesso às vozes institucionalizadas, afastando-se de olhares diferenciados e críticos para as temáticas de cobertura. Ao mesmo tempo, esse tipo de serviço limita o investimento dos recursos humanos em coberturas exclusivas e aprofundadas, comprometendo assim vocações da comunicação pública. Na Rádio Nacional da Amazônia, o argumento da complementariedade geográfica, embora revestido de um poder particular dada as características da sua área de abrangência, continua a eclipsar o potencial da emissora: apesar das mudanças significativas e promissoras que haviam sido implantadas junto ao processo de criação e desenvolvimento da EBC, a justificativa de sua existência permanece ainda muito ancorada no suprimento de carências afetivas. Se não há razão para minimizar a importância deste esforço, tampouco pode ser ele o único ponto forte de ancoragem de um projeto de comunicação pública.

4.3 A GESTÃO DA EMISSORA COMO CONTEXTO

Devemos assumir que uma lacuna dessa pesquisa se encontra na sua incapacidade de apontar se os ouvintes estão suficientemente informados sobre as mudanças de perspectiva presentes na história da Rádio Nacional da Amazônia. Investigar até que ponto a audiência tem consciência de que a emissora se submeteu a ajustes de conteúdo ao longo do tempo, sobretudo na transição da Radiobrás para a EBC, poderia ser possível por meio de entrevistas ou mesmo pela etnografia que havia sido pensada inicialmente e que precisou ser suspensa em decorrência do cenário de pandemia. No material que terminamos por eleger para observar as manifestações dos ouvintes, não há

⁸⁸ Produção cotidiana e em tempo real de notícias sobre os fatos e acontecimentos relevantes para a vida política, econômica e social do país.

menções a questões de governança e gestão. Esse assunto tampouco aparece nas cartas, nas entrevistas aos programas televisivos e nem nos momentos de interação nas atrações radiofônicas. Sobre esse cenário, se pudermos palpitar uma hipótese em torno da qual se poderia vislumbrar outra pesquisa, diríamos que os ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia, majoritariamente, têm pouco ou nenhum conhecimento sobre as discussões em torno do conceito de comunicação pública. No entanto, confirmar ou refutar essa impressão demandaria um novo esforço científico. De toda forma, quando se analisa com cautela o material de pesquisa, com especial atenção para as percepções manifestadas pelos radialistas, nota-se que as mudanças de perspectiva em torno da gestão da emissora influenciam o processo interativo, ainda que os ouvintes possam não ter clareza dessas transformações ocorridas ao longo do tempo. É possível observar três dimensões da gestão como contexto: a gestão administrativa e financeira, a gestão de conteúdo e a gestão de pessoal.

A Rádio Nacional da Amazônia nasce paralelamente a uma série de políticas desenhadas pelo regime militar visando o desenvolvimento da região amazônica e sua integração ao resto do país. Segundo Bertha Becker (2005), o projeto colonizatório se deu estimulado por recursos subsidiados. A agropecuária, a mineração, a siderurgia são setores econômicos que cresceram com incentivos fiscais e outros benefícios, atraindo novos fluxos de migrantes a partir dos anos 1970. A Zona Franca de Manaus traduz bem esse processo. Nesse sentido, a criação da Rádio Nacional da Amazônia parece articulada com o projeto de desenvolvimento em curso: sem a iniciativa do Estado e o aporte de recursos públicos, o movimento de colonização prescindiria de uma emissora capaz de alcançar as áreas remotas onde a exploração do serviço radiofônico não havia mobilizado o interesse do setor privado. Sediada em Brasília, ela também reflete a relação entre o Estado e a Amazônia: o planejamento das políticas estava centralizado no Distrito Federal.

Em resposta a este processo vertical de decisões, a partir da década de 1980, a Amazônia passou a ser um terreno fértil para uma ação externa de organizações transnacionais. Grupos ambientalistas se articularam com movimentos sociais, pequenos produtores, seringueiros e ribeirinhos que lutavam pela sobrevivência e contra a expulsão das terras de onde tiravam o sustento. Segundo Bertha Becker (2004), a denúncia contra o projeto militar de ocupação da Amazônia era muito justa, porém acabou contribuindo para se disseminar um discurso anti-Estado. Classificadas como

sentinelas da floresta, as populações locais foram frequentemente convocadas para contestar qualquer tipo de gestão da floresta pelo poder público.

Depois, o Consenso de Washington, com a proposta do Estado mínimo, a história de que o Estado está acabando, e a gente, em vez de ver que isso era uma palavra de fora, entrou na guerra contra o Estado. Foi muito ruim, porque hoje está todo mundo querendo o Estado. Porque precisa do Estado, porque o discurso veio de fora, e os países, Estados Unidos, Inglaterra, nenhum deles acabou com seu Estado, era um discurso para a periferia. Aqui a academia também entrou nessa. Resultado: hoje, em qualquer lugar da Amazônia, com qualquer pessoa, agora estive em Altamira, no Pará, que é um núcleo político importantíssimo para a sociedade civil, e a primeira reivindicação é a presença do Estado. Para impedir que tomem as terras. Ao falar com um pecuarista, a primeira reivindicação também é a presença do Estado, mas por razões diferentes: acham que não é preciso haver tanta área mantida, com floresta, e querem reduzir, por causa do risco de invasão. E têm conflitos enormes nas fronteiras, os conflitos de soberania. (BECKER, 2004, p.14)

O que Bertha Becker pontua é que a proposta de se fazer da Amazônia basicamente uma imensa área protegida não é factível e nem responde aos anseios de um desenvolvimento sustentável. Em sua visão, não é possível desassociar sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. Os discursos anti-Estado terminavam por se revelar anacrônicos ao se distanciarem do tema que é realmente determinante: qual deve ser o papel do Estado na região. Os pequenos produtores, por exemplo, precisavam do Poder Executivo para a abertura de estradas vicinais pelas quais poderia escoar sua produção. A falta de interlocução com o poder público não lhes interessava. Sem desconsiderar as políticas de exceção adotadas pelo Estado brasileiro, muitas vezes é a omissão do mesmo Estado que facilita a violação de direitos. Deborah Lima e Jorge Pozzobon observam esse processo no avanço das frentes garimpeiras.

Afora casos de brutalidades como a que se praticou em 1993 contra os Yanomami de Haximu, pode-se dizer que o garimpeiro busca muito mais seduzir o índio para agir em seu favor, quanto mais não seja para não atrair ações legais de desintrusão, com presença da Polícia Federal, do Ibama e das Forças Armadas, a exemplo do que tem ocorrido entre os Kayapó, no sul do Pará (LIMA; POZZOBON, 2001, p.57)

O que se revela aí é que a presença de estruturas do poder público pode servir a empreendimentos de um colonialismo destrutivo, mas a ausência delas parece ser na maioria dos casos tão ou mais devastadora. Atuando de forma desimpedida, o setor privado detém posição vantajosa para fazer avançar seus empreendimentos na região, cooptando lideranças e enfraquecendo o tecido social e as instituições em que se

fundam a autonomia econômica e cultural das populações locais. Contra esse cenário, Bertha Becker (2004) aponta que novos movimentos sociais e ONGs passaram a pautar a gestão do território descentralizada, envolvendo dois elementos da dinâmica político-social associados ao desenvolvimento sustentável: a participação da sociedade civil e a questão institucional. Reivindica-se a remodelação do papel do Estado e mecanismos de controle por parte da sociedade civil.

Numa perspectiva gramsciana, a ideia de sociedade civil aparece associada ao conceito de hegemonia dentro da sua concepção de Estado. Contrapondo-se a correntes ortodoxas do marxismo, Gramsci (2001) não vê o Estado como mero instrumento de repressão que permite às elites burguesas assegurar pela força a sua dominação sobre a classe operária, submetendo-a ao processo de exploração capitalista. De acordo com o filósofo italiano, a classe dominante não mantém o poder apenas mediante a coerção. Ela também atua para que sua visão de mundo seja hegemônica, atraindo para si o consentimento da classe oprimida. A hegemonia é, portanto, a realização da soberania de uma determinada visão de mundo, que emerge da busca de consenso entre os membros da sociedade, embora esta busca seja orientada e conduzida pela classe dominante. Nesse processo, os intelectuais assumiriam um papel fundamental: difundir e conservar as concepções que atendem aos interesses das elites.

Para Gramsci, é no terreno das ideologias que os homens se movimentam e adquirem consciência de sua posição. Essa movimentação é contínua e a disputa pela hegemonia de uma sociedade é uma disputa permanente. Diz ele: “As modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante explosões rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de combinações sucessivas, de acordo com fórmulas de autoridade variadíssimas e incontroláveis” (GRAMSCI, 2001, p.207). Sem condições de impor suas ideias na plenitude, a classe dirigente se beneficia dos meios que possui para orientar a construção negociada de consensos e assim edificar a hegemonia. O consenso alcançado nesse processo traduz relações de força. Não são simples imposições e nem envolvem compromissos estáveis. Ao contrário, são acordos pactuados no curso da disputa pela direção cultural da sociedade. Os consensos são, portanto, constantemente questionados e renovados. Como consequência, uma nova base hegemônica se produz a cada momento histórico, num processo de contínua renovação dialética.

Como aponta o filósofo brasileiro Carlos Nelson Coutinho (1999), há em Gramsci uma teoria ampliada do Estado. Karl Marx e Friedrich Engels (2007) já haviam desmitificado a visão idealista de um Estado imanente e superior, situado acima dos homens. Em Gramsci, o Estado é formado pela sociedade política e pela sociedade civil. A primeira, onde se opera a coerção, é composta pelos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência. Ela se identifica com os aparelhos repressivos de Estado. Já a sociedade civil é a instância onde se exerce a hegemonia, formada por instituições responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações culturais, a imprensa, entre outros. Ela é, portanto, o palco onde se confrontam as diversas concepções do mundo que almejam a hegemonia. É o terreno onde se evidenciam convergências e divergências políticas, culturais e sociais. Nela, se situam entidades que estão fora da estrutura estatal coercitiva, mas que asseguram a manutenção e reprodução do Estado como instrumento a serviço dos interesses de uma classe. É por meio dessas entidades que se negociam os consensos no seio da sociedade. Assim, o Estado, na concepção ampliada, se compõe de dois segmentos distintos, mas que atuam em prol do mesmo objetivo: manter e reproduzir a dominação de classe. Ele é “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 1989, p.149).

A sociedade civil compreende as relações articuladas entre os diferentes organismos de participação política, através dos quais os sujeitos se mobilizam e constroem formas de mediação das mudanças. É por meio dela que as classes subalternas se sentem chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um “projeto hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder” (SEMERARO, 1999, p.70). Embora o pensamento de Gramsci tenha sido formulado quando o rádio apenas dava os seus primeiros passos e a televisão ainda não era uma realidade, o jornal impresso já era caracterizado por ele como o instrumento mais dinâmico da estrutura ideológica da classe dominante. Dizia: “tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura” (GRAMSCI, 2001, p.78). Seguindo a formulação de Gramsci, os meios de comunicação se apresentam como “aparelhos privados de hegemonia”. Ou seja, se apresentam como entidades voltadas à propagação de ideias com vistas à obtenção da hegemonia, assim como as escolas, as igrejas, os partidos, os sindicatos e outras organizações culturais.

Por meio de cada um deles, a classe dominante busca apresentar seus interesses particulares como se fossem interesses gerais da sociedade. Carlos Nelson Coutinho explica assim o conceito gramsciano de aparelhos privados de hegemonia:

São organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração ampliada, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidental” - FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que — apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ — eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade. (COUTINHO, 1994, p.54-55)

Acomodando o conceito de comunicação pública sob uma perspectiva gramsciana, torna-se possível um enquadramento da Rádio Nacional da Amazônia sintonizado com as demandas de participação da sociedade civil e de controle social sobre as decisões do poder público voltado para o desenvolvimento territorial. Afinal, o que está em questão é precisamente a forma de gestão de uma estrutura de comunicação regional mantida pelo Estado: como permitir que a emissora ofereça espaços capazes de garantir pluralidade e visibilidade de setores da população marginalizados pela mídia? Os discursos anti-Estado não seriam capazes de oferecer respostas para tal indagação. Nesse sentido, o olhar gramsciano desnuda um certo idealismo presente em determinadas propostas de conceituação teórica nas quais o entendimento da comunicação pública pressupõe uma completa distinção entre Estado e sociedade civil. Através dessa distinção, constrói-se um modelo ideal, no qual os veículos de comunicação pública, diferente dos meios privados de comunicação diretamente atrelados a grupos econômicos privilegiados, se acomodariam em uma espécie de meio do caminho entre Estado e mercado. Seria ela guiada por princípios definidos de forma autônoma por uma sociedade civil organizada através de um sistema representativo, o qual garantiria a representação da diversidade social nos discursos produzidos por estes veículos. Este modelo ideal, no entanto, não existe. A comunicação pública é, em maior ou menor grau, alvo de intervenções governamentais em todos os locais do mundo. E nos países onde ela goza de mais independência, as pressões são minimizadas precisamente porque há uma regulação estatal sólida que estabelece regras para a autonomia, entre elas a participação social com poder deliberativo.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos defensores da comunicação na apresentação de sua retórica na arena de debate reside em como convencer à população

que uma mídia financiada com recursos do Tesouro não é estatal. No caso do Brasil, o comportamento da imprensa privada frequentemente contribui para manter a confusão ao publicar reportagens relacionadas com os veículos da EBC: a TV Brasil, por exemplo, é constantemente citada como TV estatal ou TV do governo e não como TV pública. Paradoxalmente, essa mesma imprensa reproduz reportagens produzidas pela Agência Brasil, validando seu conteúdo como independente dos interesses do governo. Do contrário, não o utilizariam.

Eugênio Bucci (2015, p.24) avalia que há uma permissividade semântica na qual a “comunicação pública” se tornou uma expressão curinga que pode designar várias coisas diferentes. Para alguns, pode tanto apontar para “propagandas pagas com verba estatal em veículos comerciais” como também para “qualquer mensagem sobre assuntos relativos a qualquer aspecto da vida em sociedade”. O impreciso e vago rótulo de emissoras educativas e culturais contribui para embaralhar o entendimento. No debate em torno da comunicação pública no Brasil, sobressaem-se três posicionamentos distintos. O primeiro deles, mais estatista, vê os veículos de comunicação estatal e público como uma coisa só, não compreendendo as diferenças entre ambos. É comum que ataques à existência de uma comunicação pública se filiem a essa abordagem. Outro posicionamento, o mais difundido, seria o não comercial: ele aponta para uma comunicação pública associada a um conjunto de práticas voltadas para finalidades criativas e não para o consumo. Assim, estariam inclusas emissoras comunitárias, legislativas, universitárias, educativas e outras que se colocam, em alguma medida, à margem do mercado e das amarras dos índices de audiência. Uma terceira abordagem, minoritária e mais utópica, é associativista. Ela aposta na capacidade de organizações sociais se associarem e se apoderarem da comunicação pública. O público auto-organizado, independente das estruturas do Estado, estaria em condições de oferecer uma abordagem distinta daquela adotada pela comunicação estatal ou pela comunicação comercial.

Numa perspectiva gramsciana, podemos encarar a comunicação pública a partir de um quarto posicionamento: o de um aparelho privado de hegemonia onde se manifestam conflitos de classe. Esses conflitos, através dos quais são produzidos “consensos”, se evidenciam tanto na disputa pelo controle do aparelho quanto nos discursos que ele produz e difunde. Esse aparelho privado de hegemonia, no entanto, guarda peculiaridades em relação à comunicação privada ou comercial, que são também

aparelhos privados de hegemonia. É que a disputa pelos discursos por ele produzidos abre mais perspectivas para as classes subalternas, devido aos espaços mais democráticos potencialmente voltados para a participação social. Daí porque a luta por uma comunicação pública envolve necessariamente uma luta pela regulação estatal da comunicação pública. Essa premissa afasta o idealismo de uma visão utópica que postula uma comunicação pública como entidade externa ao Estado. É pela regulação que se poderá estabelecer normas que assegurem maior grau de autonomia funcional e material e maior espaço de participação social. São bandeiras que compõem uma luta mais ampla, que Gramsci (2001) identifica como a luta pelo controle dos aparelhos dedicados à produção da opinião pública. Em última instância, uma luta pela democratização.

Para Carlos Nelson Coutinho (2006, p.21), o termo democracia é apropriado por diferentes correntes ideológicas, do liberalismo ao marxismo. Numa ótica marxista, ele vê a democracia como um processo e manifesta preferência pelo termo “democratização”, que se expressa “essencialmente numa crescente socialização da participação política”. Em Gramsci (2007, p.287), a democracia se verifica “na medida em que o desenvolvimento da economia, e por conseguinte, a legislação que expressa esse desenvolvimento, favorecem a passagem molecular de grupos dirigidos para o grupo dirigente”. Pressupõe, portanto, a possibilidade de intervenção de grupos subalternos nos espaços em que a sociedade civil exerce sua função de garantir ou contestar a legitimidade de uma determinada estrutura de Estado.

Posta a questão nesses termos, a diferença entre comunicação pública e comunicação estatal define-se fundamentalmente na regulação. Embora ambos os casos estejam vinculados majoritariamente a recursos do Estado, o que qualifica um ou outro é como se gere o serviço. Ao criar instâncias de fiscalização e controle administrativo, a EBC impossibilita uma série de práticas que percorreram parte da história da Rádio Nacional da Amazônia, tais como os shows e eventos da forma como ocorriam e a exploração publicitária na grade da emissora. Instâncias de fiscalização e controle social para deliberar sobre conteúdo delimitam caminhos do trabalho cotidiano. Passam a ser alvo de um escrutínio questões similares àquelas que foram diagnosticadas por Cláudio Paixão (2019, p.79) no programa Encontro com Tia Leninha: segundo o autor, o quadro Laurita e Socorro, dedicado a abordar temáticas do cotidiano dos ouvintes, muitas vezes reforçava o papel estereotipado da mulher como figura dada ao ambiente doméstico e ao

cuidado com a família, ainda que contraditoriamente reforçasse, em determinados momentos, valores que poderiam ser identificados como inerentes ao feminismo. A falta de um espaço coletivo para se problematizar abordagens desta natureza é suprido pela criação da EBC, acompanhada da organização de estruturas como o Conselho Curador e a Ouvidoria, muito embora não tenha entrado em pauta a pertinência de um conselho pedagógico capaz de subsidiar a emissora com pareceres, tal como sugeriu Mara Régia.

Uma crítica que poderia se fazer aí estaria relacionada à autonomia no processo criativo. A comunicação pública, no entanto, pressupõe o reconhecimento de diretrizes construídas socialmente e coletivamente. Ainda assim, a autonomia se apresenta dentro de quadro de possibilidades mais ampla do que naquele que estava colocado dentro de uma estrutura controlada, organizada para a censura do debate público. A censura opera na hierarquia, na imposição vertical e antidemocrática. Na comunicação pública, qualquer proposta deve ser passível de apreciação a partir de diretrizes coletivas. A questão da autonomia, portanto, não pressupõe uma completa liberdade profissional, porém fixa a possibilidade de contestar institucionalmente – via Conselho Curador ou Ouvidoria, por exemplo – eventuais critérios adotados pelas chefias que afetem o seu trabalho e lhe pareçam em desconformidade com os princípios da comunicação pública. Processos de gestão de conteúdo são, em tese, mais horizontais.

As entrevistas dos radialistas da Rádio Nacional da Amazônia, no entanto, apontam que esse cenário que não se instaurou na prática. As diferentes percepções em torno da influência do Conselho Curador na produção da emissora denotam alguma dificuldade para se alcançar solidez institucional. Ao mesmo tempo, a falta de espaços de formação e de discussão coletiva sugere que a gestão de conteúdo permanece muito verticalizado. No início da década de 2010, falava-se na estruturação de uma Escola Nacional de Comunicação Pública, dedicada à qualificação profissional não apenas dos funcionários da EBC como também de emissoras parceiras e colaboradores da comunicação pública em geral. A ideia não saiu do papel. A ausência de espaços de capacitação é problematizada no estudo de Lívia Duarte (2019) focado na apreensão da percepção de jornalistas da EBC sobre a comunicação pública. Uma das questões que ela buscou responder a partir de entrevistas com 16 profissionais foi formulada da seguinte forma: teria havido condições para que os jornalistas da EBC modificassem as práticas cotidianas introjetadas ao longo de sua formação e carreira para a consecução dos princípios e objetivos da EBC, como empresa de comunicação pública?

Alguns entrevistados afirmam que não há um espaço institucional para debater o que é e como deve ser feita a comunicação pública na EBC – esse tipo de discussão seria mais comum entre os próprios trabalhadores. Não haveria iniciativas sistemáticas, então, junto aos jornalistas, partindo da EBC para refletir e encaminhar o fazer do jornalismo de modo a garantir novas práticas, como as esperadas pelo Manual de Jornalismo. (...) Não temos na EBC um projeto de educação corporativa interessado em modificar o habitus do conjunto de seus jornalistas. Isto poderia ser traduzido como: falta na EBC a iniciativa de garantir uma formação de cultura institucional nos jornalistas que amplie a uniformidade de compreensões e gere a prática de um jornalismo que se adequa aos princípios e objetivos da comunicação pública. (DUARTE, 2019).

Na EBC, a ideia de autonomia também está associada à estabilidade profissional. Legalmente, salvo em situações excepcionais, demissões só são possíveis frente a uma infração apurada em processo administrativo disciplinar. O instituto da estabilidade funciona também como mais um freio da adoção de estratégias questionáveis de busca por audiência. Diferente da emissora comercial, onde muitas vezes o jornalista precisa justificar-se internamente com números de audiência e acaba por recorrer a expedientes diversos para atingir suas metas, o profissional que atua na comunicação pública encontra-se em melhor posição para não sucumbir ao sensacionalismo e ao jogo adotado por alguns meios privados da imprensa marrom de que fala Martin-Barbero:

A luta entre dois grandes impérios, o de Pulitzer e o de Hearst, leva a comercialização da imprensa a buscar os mais cínicos expedientes na 'caça ao leitor'. Foi sobre essa abjeta submissão ao capital que se concentrou quase sempre a atenção dos estudos sobre a imprensa marrom, negligenciando ou condenando como pura manipulação tudo o que nesse tipo de imprensa diz respeito aos códigos do popular. (MARTIN-BARBERO, 1997, p.195)

Aí há também um desdobramento importante para o processo interativo: em tese, os radialistas possuem algum nível de blindagem contra retaliações de superiores hierárquicos e estão mais bem posicionados para se mobilizarem e chamarem atenção em caso de desvirtuamento da comunicação pública. Isso facilitaria, por exemplo, a divulgação de denúncias encaminhadas pelos ouvintes e a abordagem de temas complexos ou polêmicos de interesse público.

Uma questão importante que se coloca frente à autonomia profissional gira em torno da ideia de uma imparcialidade. Não raro, manifestações provenientes de setores da sociedade cobram das diferentes mídias neutralidade e isenção para noticiar os fatos. Em outra direção, há muito tempo a ciência sustenta a impossibilidade dos jornalistas atuarem afastando-se de suas subjetividades, bem como apontam questões estruturais

que fazem com que a imprensa não esteja completamente descomprometida com determinados interesses em detrimento de outros. Ao mesmo tempo, a possibilidade de se alcançar a "pureza dos fatos" estaria descartada frente ao exercício interpretativo inerente à condição da espécie humana: cada um retira de sua cultura e de sua sociedade molduras pelas quais enxerga o mundo. Ainda assim, a própria mídia continua a reivindicar para si, de forma reiterada, a capacidade de oferecer um trabalho imparcial. Esforços para compreender essa questão resultaram em quadros teóricos construtivistas. No desenho de Gaye Tuchman (1999), reconhece-se a subjetividade inerente ao processo de produção noticiosa. Diante dessa constatação inevitável, a resposta é a convenção de um rito metodológico, em meio a processos relativamente complexos que envolvem dinâmicas internas e externas das organizações midiáticas, cujo intuito é legitimar o discurso jornalístico como objetivo. Daí, por exemplo, a consolidação de certos princípios como o famoso "ouvir os dois lados" ou a estrutura de pirâmide invertida, buscando responder no lide as seis perguntas: o quê, quem, quando, onde, como e por que. Muitas dessas regras convencionadas são apresentadas nos manuais de jornalismo, documentos que objetivam garantir validade formal ao produto jornalístico.

Na discussão em torno da comunicação pública, essa problematização pode se reapresentar de forma nova. Sendo um serviço sustentado com recursos do Estado, a imparcialidade não seria ainda mais importante? Se a isenção é inalcançável, como justificar sua existência? O tema é posto em 2003 da seguinte forma pelo então diretor para as Américas do Serviço Mundial da BBC:

A BBC também é obrigada, por lei, a abordar com exatidão e imparcialidade os planos de ação pública ou controvérsias políticas ou trabalhistas. Imparcialidade, porém, não significa neutralidade absoluta, nem distanciamento de princípios democráticos fundamentais. Também não é uma abordagem matemática, que contrabalance cada opinião divergente. A BBC está, porém, comprometida a refletir a diversidade de opiniões. (MESQUITA in CARMONA, 2003, p.37)

Conforme a linha editorial apresentada em seu portal eletrônico⁸⁹, a BBC assume a noção de "imparcialidade devida", demarcando sua diferença com a ideia de "neutralidade", na qual se pressupõe que o jornalista não se posiciona enquanto produz.

⁸⁹ Disponível em <<https://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/guidelines/impartiality/>>. Acesso em setembro de 2021. Tradução do autor.

A imparcialidade devida geralmente envolve mais do que uma simples questão de “equilíbrio” entre pontos de vista opostos. Devemos ser inclusivos, considerando a perspectiva ampla e garantindo que a existência de uma variedade de pontos de vista seja refletida de forma adequada. Não exige neutralidade absoluta em todas as questões ou distanciamento dos princípios democráticos fundamentais, como o direito de voto, a liberdade de expressão e o Estado de Direito. Estamos empenhados em refletir uma ampla gama de assuntos e perspectivas em nossa produção como um todo e em um período de tempo apropriado, de modo que nenhuma linha de pensamento significativa seja sub-representada ou omitida.

O entendimento da empresa britânica é de que o próprio direcionamento dado à apuração e pesquisa já indica um posicionamento. De toda forma, a linha editorial fixa o dever de promover o debate entre diferentes pontos de vista para que os telespectadores tenham um conteúdo plural através do qual podem formular suas próprias convicções. Nesse sentido, a “imparcialidade devida” deve ser exercida respeitando-se a pluralidade na emissão das informações e a diversidade de fontes, sob a qual a BBC reivindica sua credibilidade. É importante mencionar que cabe à Office of Communications (Ofcom), órgão regulador do setor de comunicações criado em 2003 pelo Reino Unido, a fiscalização do cumprimento das regras voltadas para garantia dos princípios de interesse coletivo, tais como qualidade, equilíbrio e regionalização.

Embora esse posicionamento oficial não responda integralmente às indagações acima levantadas, há aí o reconhecimento declarado da emissora de que o jornalista assume posições. Ao mesmo tempo, há também o registro do compromisso com a “diversidade de opiniões”. Há um consenso na literatura científica de que diversidade e pluralidade são dois pilares elementares da comunicação pública, uma vez que sua importância se fundamenta na incapacidade da mídia privada e da mídia estatal de oferecer espaço adequado e equilibrado a todos os segmentos da população. Portanto, sua condição de existência já é automaticamente uma tomada de posição em benefício de grupos sociais sub-representados na mídia. A própria estrutura de participação social deve apontar nesta direção. Há um desdobramento em nível discursivo: os radialistas da Rádio Nacional da Amazônia defendem recorrentemente os direitos de seus ouvintes, numa demonstração de um comprometimento não só afetivo, mas também político. Trata-se de uma experiência que pode oferecer caminhos para uma reflexão sobre a

forma como a comunicação pública deve equacionar razão e emoção. Bucci coloca a questão nos seguintes termos:

Não há jornalismo brilhante que não seja jornalismo sinceramente emocionado. Tanto que as peças memoráveis do jornalismo são também pequenas obras de arte, porque têm uma dimensão estética verdadeira e tocam o humano na sua integralidade. Porém, a busca pela compreensão supõe uma crítica em relação ao espetáculo, e, não, uma submissão às leis do espetáculo. Apresentar uma versão, apresentar uma leitura crítica do mundo, exige que você apresente uma leitura crítica do próprio espetáculo. Nesse sentido, o mundo passa por um momento sem precedentes: o momento em que a televisão pública, a emissora pública é capaz de uma leitura do mundo mais independente do que a das emissoras comerciais e das empresas privadas. (BUCCI in CARMONA, 2003, p.54-55)

Se tomarmos como referência o Manual de Jornalismo da EBC, há uma contradição. A imparcialidade é defendida e descrita, simultaneamente, como “o dever de evitar o partidarismo, a pregação religiosa, o tom promocional e qualquer finalidade propagandística” e como o meio para garantir que “a informação deve refletir a verdade dos fatos”. Nessa segunda definição, aproxima-se de ideia de que “os fatos falam por si”. Por outro lado, o documento, em diferentes seções, pontua que cabe à EBC o “respeito aos direitos e à democracia”, o “combate aos preconceitos”, “acolhimento à diversidade cultural”, dar prioridade à “perspectiva do cidadão” e o “engajamento na defesa e proteção da criança e do adolescente”, entre outros termos que sugerem posicionamentos no exercício das suas atividades. Nesse sentido, há uma similaridade com a postura adotada pela BBC.

Ao tratar da questão da imparcialidade jornalística, uma proposta teórica foi formulada por Josenildo Guerra (1999): deslocar a abordagem do tema de uma teoria do conhecimento para uma teoria ético-política. Dessa forma, a independência a ser buscada não é aquela que almeja a impossível a separação entre o relato de um fato e o juízo de valor sobre ele, mas sim a que estabelece uma distância frente aos atores políticos com os quais a imprensa lida cotidianamente. Aceita-se, portanto, que a sociedade não é um “todo harmônico” e se impõe uma reflexão ética sobre a melhor forma de equacionar o pluralismo legítimo dos interesses existentes numa sociedade. A resposta é política, através da qual a ação efetiva dos sujeitos cria e estabelece procedimentos, institucionais ou não, para satisfazer as condições eticamente aceitáveis.

O que a neutralidade e a imparcialidade efetivamente representam para o jornalismo não é um pré-requisito para a veracidade do relato. Neutralidade e

imparcialidade se constituem em parâmetros para se avaliar a credibilidade dos profissionais e das empresas do jornalismo. A necessidade de credibilidade que as empresas assim como os jornalistas têm decorre da natureza mediadora de seu trabalho, já que o público não tem condições de checar pessoalmente o que ocorre, por isso deve depositar sua confiança naquilo que os profissionais da informação dizem que ocorre. (GUERRA, 1999, p.11).

Em uma perspectiva teórica, o jornalismo público, com estruturas sólidas que lhe garantam a proteção necessária diante de pressões governamentais e econômicas, seria o melhor posicionado para manter-se equidistante dos atores políticos com os quais lida cotidianamente, podendo assim reivindicar essa imparcialidade nos moldes colocados por Josenildo Guerra. Sua produção noticiosa, assentada no pluralismo e na diversidade, também deve estar atrelada ao princípio da impessoalidade: mediante concurso público, podem ser acolhidos representantes de múltiplos pontos de vista, desde que não extrapolem as diretrizes gerais da comunicação pública. Ao mesmo tempo, afasta-se a possibilidade de indicações políticas.

O princípio da impessoalidade ocupa um lugar estruturante nessa passagem. No Brasil, a impessoalidade é norma constitucional — e é ela que nos ajuda a entender por que a comunicação pública não pode incorrer no partidarismo (lembrando sempre que o governismo na comunicação é uma forma mais grave de partidarismo). Outra vez, é o mesmo princípio que ilumina a razão pela qual a comunicação pública não pode incorrer na promoção pessoal, seja ela direta ou indireta, que aparece quando a comunicação não promove diretamente a pessoa que ocupa o cargo, mas o logotipo ou o slogan que identificam explicitamente o governo daquela pessoa em particular. Por esse caminho, fica mais fácil entender por que a comunicação pública não pode estabelecer nexos imagéticos ou comunicacionais com logotipos ou signos de identificação de qualquer partido. Manobras como essa ferem gravemente o princípio da impessoalidade. (BUCCI, 2015, p.38)

No rádio público, a necessidade de observância do princípio da impessoalidade parece vir acompanhada de desafios adicionais, uma vez que os radialistas acabam por se tornar os pontos de referência em torno do qual se estabelece uma sensação de comunidade. Tal sensação se expressa, por exemplo, em padrões discursivos. Isso é perceptível quando analisamos as correspondências: há uma forma de se apresentar ao interlocutor socialmente estabelecida. As cartas para Didi Martins geralmente iniciam-se com uma saudação, prosseguem com uma pergunta sobre como está a radialista, apresentam brevemente qual o estado de humor do remetente, registram uma solicitação

musical, fazem a dedicatória e se encerram com uma despedida. Essa estrutura difere daquela verificada nas correspondências endereçadas à Helena Bortone. Os padrões textuais, aparentemente, forjam-se na repetição ao longo do tempo: o ouvinte repete a estrutura que está habituado a ouvir na leitura das cartas nos programas, criando assim uma comunidade identificada. Com frequência, os membros dessa comunidade também correspondem entre si.

Eliana Albuquerque (2020, p.374) observa que o rádio regional, por suas características, passou a ter o papel implícito de condutor da hegemonia local: “é em torno desses profissionais que se articulam os modos e formatos diferenciados de transmissão radiofônica, com muitos deles constituindo o principal motivo da audiência.” Nesse sentido, estabelecer apenas um formato de processo seletivo pode acabar induzindo a contratação de perfis similares, criando um limitador para atender às necessidades pluralidade e diversidade da emissora pública. Se olharmos para a diversidade dos perfis dos radialistas entrevistados, observamos que as duas radialistas com mais tempo de trabalho na casa possuem articulações com instituições com atuação local na Amazônia, a partir das quais se desdobraram produtos radiofônicos. Essa característica não aparece entre os mais jovens, egressos de concursos mais recentes. Eles, no entanto, incorporaram à grade propostas e temáticas novas, algumas das quais dialogam com realidades inovadoras instauradas pela comunicação eletrônica. Manter uma equipe capaz de conduzir a produção da emissora em distintas direções exige que as contratações também estejam vinculadas às diretrizes de curadoria, nas quais dinâmicas distintas e variadas podem ser adotadas sem que se deixe de lado o princípio da impessoalidade: exames escritos, avaliação de projetos, processos que incorporem ações afirmativas capazes de permitir a incorporação nos quadros da emissora de profissionais oriundos dos territórios amazônicos.

4.4 CONTRIBUIÇÕES PARA A COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Em sua análise sobre como as mudanças da globalização alteraram as formas de exercer cidadania, Canclini (1997, p. 26) observa que as emissoras de rádio e televisão, às vezes, incorporam a função de advogado de defesa ou de promotor, constituindo-se em último recurso para aqueles que ele classifica como “desiludidos com as burocracias

estatais”. Para o autor, estas pessoas recorrem aos radialistas para ter acesso ao que “as instituições cidadãs não proporcionam: serviços, justiça, reparações, ou simples atenção” (Idem). Por sua vez, Silvia Nogueira (2005, p. 83) sustenta que é através do rádio que expressiva parcela da população regional busca desde empregos, cestas básicas e passagens de ônibus até namorados, amigos/inimigos, favores, fantasias e palavras de apoio. Eliana Albuquerque (2014) acrescenta outros serviços prestados: divulgação de horários de coletivos e aeroportos, da tábua de maré, de funcionamento de bancos e comércio, entre outros.

Podemos notar, nessas abordagens, movimentos presentes na origem da Rádio Nacional da Amazônia: a associação da cidadania à inclusão mediante acesso a serviços de utilidade pública e o atendimento das demandas afetivas da audiência. Contribuir para o suprimento de necessidades humanas básicas foi um caminho que contribuiu para a construção da audiência da emissora. Através de fórmulas similares, em outros lugares do país, esse mesmo papel foi assumido com êxito por emissoras comerciais, embora muitas vezes recorrendo-se a expedientes de exploração econômica do sensacionalismo. Na Rádio Nacional da Amazônia, a garantia de financiamento público desvincula o recurso do apelo emocional à sustentabilidade financeira, ainda que a emissora veiculasse nos seus primórdios anúncios e promovesse a venda de produtos como discos e livros em movimentos pouco transparentes. Em todo caso, é difícil imaginar em uma emissora privada a estruturação da grade destinando longos períodos para os novos fluxos de comunicação estabelecidos por meio da leitura de correspondências, assim como se deu para a população do interior da Amazônia. Esse serviço possibilitava o encontro de famílias desaparecidas, casamentos e novas amizades, deixando marcas nas histórias de diferentes ouvintes. As colocações do ex-presidente do Sindicato Rural de Santarém-PA, Geraldo Pastana, feitas à pesquisadora Regina Festa trazem elementos para se pensar a atuação da emissora nos anos 1980.

O objetivo maior é fazer com que as comunidades mantenham suas esperanças voltadas para o Estado, que confiem nas decisões do Estado. É fazer com que as comunidades não se organizem, não procurem um futuro conquistado por elas próprias. Agora, ela presta alguns serviços para poder criar uma rede, uma clientela, que são os recados para o garimpo, para os seringais, para as vilas distantes. Ela manda recados para todos os cantos do Amazonas, Pará, Maranhão, Macapá, Acre, Roraima, toda essa área. Então, o pessoal começa a ouvir seus nomes na rádio, algumas vezes atendendo um pedido, e começam a sentir que estão sendo úteis de alguma forma. (FESTA, 1986, p. 7)

Ao longo dos anos, a emissora foi se consolidando no papel de companheira, ou de porta voz dos esquecidos no interior da Amazônia. Mas falar em comunicação pública pressupõe seu deslocamento para novos enquadramentos em torno do conceito de cidadania. Afinal, se o apoio a serviços de utilidade pública e o atendimento das demandas afetivas da audiência são equações adotadas pelas emissoras comerciais na interação com seu público, pensar o desenvolvimento da Rádio Nacional da Amazônia em novas direções é fundamental para não deixa-la restrita ao papel primário de promover uma complementação geográfica, de forma a avançar também na complementação de conteúdo.

O discurso em torno da criação da EBC busca oferecer duas novas perspectivas de cidadania. A primeira delas pressupõe a abertura para o debate público. Adotam-se instrumentos para que o ouvinte seja capaz de formar sua opinião e escapar das relações de clientelismo em que eram jogados conforme o viés reducionista de cidadania predominante ao longo da existência da Radiobrás. Isso aparece, sobretudo, na forma como o serviço jornalístico seria estruturado. A outra perspectiva posta pelo discurso que fundamentou a criação da EBC se coloca em torno da ideia de participação social: a cidadania plena só pode se concretizar quando o direito à comunicação inclui a possibilidade de interferência formal na definição dos conteúdos que vão ao ar. Em outras palavras: não bastam os mecanismos informais de consulta pública, tais como os inúmeros *feedbacks* intrínsecos aos processos interativos desencadeados entre a mídia e sua audiência. É preciso que existam espaços e mecanismos onde a participação gere deliberações vinculantes.

Em nível global, este tipo de demanda apareceu com destaque em 1980, em meio às discussões no âmbito da UNESCO que levaram à redação do Relatório MacBride. O documento instaurou as bases sobre as quais os atuais militantes pela democratização da mídia ainda constroem suas posições. Uma das recomendações do Relatório era o estímulo à participação coletiva na gestão midiática e o fomento ao que nomeava de “comunicação alternativa”.

Acontece que, lido como uma proposta do Movimento dos Países não Alinhados, o Relatório apoiava a construção de uma ‘Nova Ordem Internacional da Informação e da Comunicação (NOMIC)’ e desagradou sobremaneira uma então recém iniciada hegemonia neoliberal (...) As conclusões do Relatório escancaravam um claro desequilíbrio de fluxos de informação se dando prioritariamente nos sentidos Norte/Sul e Oeste/Leste e

recomendavam que os Estados se incumbissem de criar políticas públicas de promoção e respeito às culturas locais, garantindo o acesso igualitário aos meios de comunicação. Aquelas mesmas agências de notícias e atores internacionais, citados mais acima, centraram fogo numa argumentação idêntica e inversa: a interpretação do Relatório como uma ameaça à liberdade de imprensa e ao princípio do livre fluxo da informação, discurso até hoje repisado frente a qualquer tentativa de reequilíbrio no cenário midiático via regulação estatal. O resultado foi o sepultamento do Relatório MacBride, (MALERBA, 2016, p.418)

No Brasil, o lobby dos setores avessos a qualquer tipo de construção de estruturas de participação social na comunicação adiou ao máximo uma regulamentação da comunicação pública. Quando ela veio, em menos 10 anos, o projeto foi retalhado com o fim do Conselho Curador e o reenquadramento das atividades da Ouvidoria. No entanto, o processo de democratização da mídia nunca foi linear e as perspectivas de um reposicionamento se abrem na medida em que forças democráticas preparam nova ofensiva no tabuleiro político.

A participação social não é apenas uma instância voltada para a garantia da democratização, mas também para a legitimação social da emissora pública. Daí porque ampliar os espaços e as formas de deliberação e contribuição sobre o conteúdo veiculado se torna estratégico em um esforço de justificação de sua existência. Nesse sentido, ainda que consideremos que a criação do Conselho Curador e da Ouvidoria representaram avanços significativos, não podemos deixar de apontar as limitações. Pensando sob a perspectiva da Rádio Nacional da Amazônia, chama atenção à baixa representação dos estados da Amazônia nessas instâncias. Observa Guilherme Strozi (2019) que, dos 40 nomes que passaram pelas 22 vagas do Conselho Curador da EBC entre 2007 e 2016, apenas três eram na região Norte (7,5%). No recorte por etnia, também relevante para se pensar a gestão da emissora, dois conselheiros se declaravam indígenas (5%).

Há quase cinco décadas, ao analisar o desenvolvimento da BBC, Raymond Williams (2016, p.160) apontava a necessidade de se voltar para uma questão ainda não resolvida: a relação entre a produção e a transmissão. Ele observava que, em todos os sistemas conhecidos, privados e públicos, as decisões sobre a produção envolviam um número bastante limitado de indivíduos. Dessa forma, conclui pela necessidade real por mais produtoras independentes, que seriam regidas por contratos publicamente protegidos com as autoridades de programação e de rede. “Não seria um sistema fácil de

elaborar e administrar, mas é o único curso social criativo para tomar entre os monopólios”.

Este é um cenário visível na trajetória da Rádio Nacional da Amazônia. Nos anos 1980, enquadrada dentro a limitada perspectiva da complementação geográfica, estabeleceu-se como uma estrutura controlada, sem um serviço noticioso que fosse além das notas oficiais de interesse do regime militar, o mesmo regime que contava com relativa simpatia da mídia comercial nas principais cidades da Amazônia. Investigando a atuação de jornais impressos de Manaus na ditadura militar, Camila Miranda (2018) os vê como reprodutores de valores, tradições, imaginários e práticas, assegurando a perpetuação e consolidação de dadas culturas políticas juntamente de outras instâncias sociais, como a família, as religiões e a educação formal.

Em praticamente todas as reportagens e editorias que discorriam sobre o golpe e a tomada do poder pelos militares, as Forças Armadas eram saudadas pela preservação da democracia, pelo fim da "onda comunizante" no Brasil, por garantir as liberdades e sanear a corrupção. (MIRANDA, 2018, p.85)

Já sob a EBC, a Rádio Nacional da Amazônia instaura uma nova perspectiva com a estruturação de um serviço noticioso que explora o contraditório. Mas o esforço de construir uma complementação de conteúdo fica muito centralizada no quadro de profissionais da empresa. Esforços promissores como a incorporação da produção independente mediante editais públicos ou via rede de comunicação pública resultaram em experiências tímidas e pontuais. Sem perder de vista que um dos principais indicadores do bom funcionamento das engrenagens por trás de um serviço de comunicação pública é a sua capacidade de produzir um jornalismo independente das pressões governamentais e corporativas, é de se supor que a legitimação do trabalho perante a sociedade será tanto maior quanto menos centralizado e mais participativo forem os processos decisórios e produtivos que envolvem produtos midiáticos em geral.

Em nível de estrutura de gestão, os espaços como o Conselho Curador e a Ouvidoria, embora tenham inaugurado um inédito processo de participação social, não foram suficientes para promover um engajamento mais amplo do ouvinte na gestão da emissora. Com apenas três conselheiros da Região Norte e apenas uma audiência pública realizada na Amazônia, na cidade de Marabá, temos uma participação reduzida se considerarmos a existência de 772 municípios distribuídos em uma área que corresponde a 61% do território brasileiro. Além disso, na era da comunicação

eletrônica, os esforços de participação tecnológica do ouvinte ocorrem na maioria das vezes por iniciativa dos radialistas em processos de produção de conteúdo. Por meio do aplicativo EBC Rádios, também são coletados comentários. Mas de forma geral, pode-se dizer que, no âmbito da gestão do serviço, as possibilidades de participação tecnológica são pouco exploradas.

Uma reflexão importante que se extrai dos estudos sobre pós-colonialismo se relaciona com a necessidade de se considerar as experiências heterogêneas que um mesmo espaço e tempo pode reunir, alargando as fronteiras do conhecimento e os campos de significação. Ao mesmo tempo, não se deve ignorar que as cadeias de poder e saber estabelecidas como legados do colonialismo apontam para relações desiguais e determinam a produção do conhecimento, que orienta as decisões políticas da sociedade. O colonialismo alcança seus objetivos pela supressão da autonomia dos povos locais. Ailton Krenak (2019) questiona como sustentar o próprio conceito de humanidade dentro de um processo que aliena a maioria da população, colocando-a a parte das decisões que afetam o seu futuro. A mesma perspectiva aparece em Frantz Fanon (1968, p.271), para quem a Europa, há séculos, “impede o avanço dos outros homens e os submete a seus desígnios e à sua glória; há séculos que, em nome de uma suposta ‘aventura espiritual’, vem asfixiando a quase totalidade da humanidade”.

Essas observações impõem dois desafios para a Rádio Nacional da Amazônia. De um lado, pressupõe aceitar que o entendimento sobre o que é participação social pode variar entre diferentes culturas e buscar caminhos para se equacionar perspectivas diversas. De outro, se manter vigilante sobre os reflexos que as possíveis assimetrias presentes nos mecanismos de participação trazem para o conteúdo que vai ao ar. Numa região como a Amazônia, uma emissora pública deve ser necessariamente anticolonial, o que demanda a busca de referências na própria trajetória regional. Embora as peculiaridades de cada país influam nos projetos de comunicação pública, as principais referências continuam sendo as experiências de países desenvolvidos como a BBC e a PBS. Esse cenário se deve, em parte, à força das agendas conservadoras defendidas pelos grupos econômicos que dominam a mídia nos países que registram alta desigualdade social: os esforços de construção de uma tradição de comunicação pública no hemisfério sul sempre sofreram boicotes de toda sorte. Mas também não se deve negar que as formulações teóricas em torno da comunicação pública têm mobilizado sobretudo as classes médias e, até o momento, avançaram apenas timidamente na

tentativa de se pensar, por exemplo, modelos sob a ótica de populações tradicionais. Coloca-se, portanto, o desafio lançado por Fanon de mudar de procedimento, de desenvolver um pensamento novo, de criar instituições que não sejam mera imitação caricatural daquelas existentes na Europa. Vai nessa mesma direção a proposta radical de decolonização, tal como proposta por Walter Dignolo, Santiago Castro-Gómez e outros, que busca construir novos marcos teóricos para se pensar a modernidade e a colonialidade em bases alternativas não-eurocêntricas, deixando de lado, por exemplo, nomes de referência do marxismo europeu (BALLESTRIN, 2013).

Camila Miranda (2018) coloca o desafio para a Amazônia nos seguintes termos:

As “amazônias” precisam ser livres para encontrar suas orientações, sem imposições e arbítrios; as populações tradicionais e indígenas devem ter direito a sua terra, sem tutela, sem paternalismo. Os amazônidas são sujeitos históricos, capazes. O Estado precisa, portanto, agir em função deles, naquilo que é solicitado, e não por eles, tomando sua voz, suas escolhas e seu destino. (MIRANDA, 2018, p.164)

Com base em Gisela Ortriwano (1999), podemos considerar que em qualquer dos sistemas de exploração da radiodifusão, mesmo no privado, o dinheiro empregado em sua manutenção é sempre público. Afinal as emissoras comerciais financiam suas produções com veiculação de anúncios publicitários: o custo, portanto, recai sobre o consumidor. Ele geralmente termina por pagar duas vezes pelo serviço, já que o Estado costuma ser um dos maiores anunciantes da grande mídia, repassando a ela parte da arrecadação dos tributos. Assim, “se é o próprio ouvinte quem subsidia os meios de comunicação, é um direito básico deste ouvinte cobrar das empresas de radiodifusão um retorno condizente” (ORTRIWANO, 1999, p.11). A garantia plena desse direito, no entanto, não se obtém na ausência de uma regulação dos meios de comunicação através da qual se pactuam diretrizes públicas que deve orientar o trabalho de todos. Nesse caso, estruturas externas de fiscalização cumprem o papel de verificar a adequação dos conteúdos conforme as normas estabelecidas. As emissoras públicas também devem se submeter a esta regulação. No entanto, há um diferencial: as estruturas internas, pelas quais se estabelecem as formas de participação social.

Comunicação pública e participação social são conceitos inter-relacionados na mesma medida em que ambos podem também ser considerados pré-requisitos da democracia. Ao se apresentar como pilar das sociedades democráticas, a comunicação pública simultaneamente se apresenta como ferramenta de disputa do conceito de

democracia. Essa é uma observação fundamental porque a teoria democrática, ao longo de seu desenvolvimento histórico, sempre lidou de forma conflituosa com a ideia de participação: a segregação é uma constante desde as experiências da Grécia antiga até a moderna noção de democracia representativa, no qual os cidadãos são convocados a votar e eleger seus representantes. O sufrágio universal, na maioria dos países que o adotam, é uma conquista do século passado. Mas os avanços na democracia não são lineares e, muitas vezes, se veem freados por refluxos: se a conquista do direito ao voto pelas mulheres brasileiras é um marco da primeira metade do século XX, o longo período ditatorial que suprimiu as eleições diretas preencherá boa parte da segunda metade. Apesar disso, o regime militar instaurado no Brasil em 1964, como ocorreu em outras partes do mundo, se reivindicava democrático. Diversos veículos de mídia saudaram o golpe como revolução democrática. Em sua retórica discursiva, o governo se apresentava como representante legítimo do povo. Em documentos associados à Doutrina de Segurança Nacional, considera-se que os grandes movimentos da história brasileira sempre foram manifestações da elite, ao mesmo tempo em que se fala na adoção de “princípios democráticos em coerência com a realidade brasileira” (GURGEL, 1975, p.76). Os militares reconhecem que os avanços nas condições de comunicação proporcionam uma participação política mais sensível do povo na vida nacional. No entanto, reiteram que cabe às elites auscultar e interpretar os interesses e aspirações dos grupos sociais e de todo o povo brasileiro. São elas, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, que detêm o papel de identificar os objetivos da nação. “Daí a necessidade das elites políticas serem sensíveis aos legítimos interesses e aspirações nacionais, de modo a identificar a interpretar, com fidelidade, aquelas aspirações livremente provindas das raízes histórico-culturais da nacionalidade”. (GURGEL, 1975, p.70). Trata-se de uma formulação teórica que afasta qualquer compromisso com o sufrágio universal. Pelo contrário, apoia-se na caricatura de um povo despolitizado, que não é sujeito do seu próprio destino, devendo confiar na tutela dos dirigentes do Estado com base em um nacionalismo sentimental e ufanista.

Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2000), a noção de democracia foi amplamente utilizada durante a ditadura como antônimo de comunismo, que por sua vez também se tornou um conceito bastante alargado na ótica do governo militar. De outro lado, desde a década de 1990, diversos autores estabeleceram um debate sobre a caracterização ou não da resistência como fenômeno democrático, construindo divergências ainda hoje

não superadas. Esta questão mobiliza historiadores como Jacob Gorender, Daniel Aarão Filho e Marcelo Ridenti. No entanto, é possível encontrar alguns pontos de interseção nas visões destes pesquisadores: a maioria das organizações que apostaram na luta armada são caracterizadas por um perfil vanguardista e sectário, sem enraizamento social. Segundo Daniel Aarão Filho, elas teriam acreditado em numa revolução mundial que, ao final, não aconteceu. Como defensoras de um processo revolucionário sem lastro no processo social, a questão democrática aparecia de forma marginal nas suas posições. Considerava-se que a democracia viria automaticamente como um resultado inerente ao processo revolucionário iminente. Deve-se assinalar que os historiadores que advogam por este ponto de vista pontuam que se trata de uma falsa simetria equalizar ações violentas empreendidas pela ditadura militar com medidas pontuais adotadas pelos militantes que se engajaram na luta armada, geralmente reativas e débeis (CARDOSO, 2013).

Os grupos que se engajaram na luta armada, no entanto, representaram apenas uma fração da oposição à ditadura. O valor da democracia ganha força, por exemplo, na luta pela anistia que contou com a participação de setores sociais mais amplos. Mas findo o regime militar, a década de 1990 marca o fortalecimento de um viés neoliberal em que democracia aparece associada às liberdades políticas e de mercado: quanto menos Estado, maior seria o poder de decisão do cidadão e de escolha do consumidor. A noção de comunicação pública vai de encontro a essa tese e está assentada na perspectiva de uma democracia participativa, termo que tem sido utilizado para designar um projeto alternativo em meio a uma reflexão crítica sobre os limites tanto da democracia neoliberal como da democracia representativa. Alguns autores denominam de “crise da representação” o cenário no qual cresce a descrença da população na qualidade da representação política (ZORZAL, 2014). A resposta a essa crise passaria por alterar o modelo que restringe a participação ao momento eleitoral. Isso seria feito através da criação de novos espaços para compartilhamento do processo decisório, ampliando a influência dos cidadãos sobre as medidas políticas que lhes afetam.

Nós estamos vivendo “em Estados de direito oligárquicos” que pode ser chamada de “democracia representativa” desviada dos princípios das lutas por intensa participação de uma maior parte da população dos processos de decisão política. (RANCIÈRE, 2014, p. 71)

Para Rancière, a ampliação das fronteiras democráticas depende do aumento do domínio público sobre o privado, reduzindo o poder da oligarquia política e econômica

e fortalecendo o poder do cidadão sobre o debate público. Esse movimento não se expressaria na ampliação da máquina estatal, mas na expansão de uma esfera pública capaz de frear o movimento de consagração dos interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos.

Entendemos que o horizonte da comunicação pública é a construção de um ambiente polifônico e, ao mesmo tempo, promotor da cidadania e da democracia, entendendo esta – tal qual Rancière – em seu sentido mais radical. Assim, aqui não se compreende a participação como um espaço apartado das clivagens existentes na sociedade, mas sim como força atuante na promoção de direitos sociais e de ressonância das diversas demandas da sociedade brasileira. (PEREIRA FILHO, 2015, p.14)

Pensar a comunicação pública na Amazônia pressupõe dialogar com todo o processo histórico que deixa a cultura amazônica na sua longínqua luta pela legitimação diante das investidas coloniais, primeiro dos portugueses movidos pelo mito civilizatório que subjugava a alteridade dos povos nativos e depois de governos focados em assegurar uma soberania política forjada no eixo centro-sul do país. Os momentos de resistências de maior relevância histórica da região sempre estiveram ligados a processos de uma “comunicação clandestina”, a exemplo do jornal colocado em circulação por Felipe Patroni para difundir sua releitura das ideias republicanas provenientes do Porto ou mesmo do “tráfico de ideias” a partir da Guiana Francesa, da qual nos fala Magda Ricci (2007), que não foi previsto pelos portugueses durante a ocupação do território vizinho e terminou influenciando a violenta revolta dos cabanos.

É por meio da democracia participativa que se pode enfrentar o nó que se revela nas impressões do filósofo indígena Ailton Krenak (2019, p.21), para quem "a máquina estatal atua para desfazer as formas de organização das nossas sociedades, buscando uma integração entre essas populações e o conjunto da sociedade brasileira". Se há um desafio para a comunicação pública na Amazônia é de contribuir para escapar das armadilhas de uma ideia de humanidade padronizada, trazendo para a esfera pública novas subjetividades.

Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades — as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. (KRENAK, 2019, p.15)

Na Amazônia, organizações sociais buscam retrabalhar a ideia de uma democracia participativa em articulação com a perspectiva de uma democracia ecossocial, sedimentada a partir dos territórios locais, onde os modos de gestão social se fundem com os modos de gestão ecológica. Compreende-se que a floresta tem fundamental importância para a regulação do clima planetário e, conseqüentemente, para a preservação da enorme biodiversidade terrestre. Nesse sentido, a humanidade e toda sua diversidade de povos e culturas comparte um destino comum, ameaçado pelas variadas ações humanas que se desdobram da economia capitalista globalizada. Enfrentar esse cenário demanda desmistificar a ideia de que a Amazônia deve ser movida por uma cultura mais forte, dando voz às populações locais, incluindo os povos tradicionais: o Censo de 2010 do IBGE contabilizou 433,4 mil indígenas declarados vivendo nos estados que fazem parte da Amazônia Legal, quase metade dos 896,9 mil de todo o Brasil⁹⁰. Também estão certificadas pela Fundação Palmares 1.234 comunidades quilombolas na região, que agregam ribeirinhos, pescadores, castanheiros, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, pequenos agricultores comunitários e extrativistas de frutos. O número é alavancado pelos dados dos estados do Maranhão (843) e do Pará (264)⁹¹. A ideia da democracia ecossocial busca fazer frente a uma nova onda de colonização marcada pela flexibilização de leis e de instrumentos de regulação ambiental, o que ameaça os diferentes biomas e os povos que neles habitam.

A formulação teórica sobre comunicação pública, no entanto, ainda não possui uma articulação sólida com essa perspectiva, tendo em vista que o debate permanece restrito ao ambiente corporativo e acadêmico por onde circulam as vanguardas militantes. Dificilmente ganhará escala na sociedade se não houver um movimento de ampliação da participação, por exemplo, com o estabelecimento de novas instâncias de consulta ou deliberação em torno de questões pedagógicas, antropológicas, etc. No caso da Rádio Nacional da Amazônia, espaços voltados para incluir nos debates os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos e outros povos tradicionais precisam ser pensados não apenas em termos de uma estrutura institucional, mas sobretudo como

⁹⁰ Base de dados disponível em <<https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#bc62e3cecabe41cea2d76c14fc032ab5>>. Acesso em agosto de 2021.

⁹¹ Atualmente vinculada ao Ministério da Cidadania, a Fundação Palmares tem como missão a promoção e a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Uma de suas atribuições é a certificação das comunidades quilombolas. Os dados atualizados em junho de 2021 estão disponibilizados em <https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em agosto de 2021.

processo que se conecte à trajetória de conquistas das populações locais, fazendo uso de instrumentos já estruturados para a garantia da participação social. Um deles é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada no Brasil desde 2004. Trata-se de uma conquista dos povos tradicionais que assegurou o direito à consulta prévia, livre e informada todas as vezes que qualquer medida legislativa ou administrativa for suscetível de impactar seus territórios e de afetá-los diretamente. Isso envolve desde o licenciamento ambiental de empreendimentos em seus territórios até implementação de políticas públicas de educação, de saúde ou salvaguarda da cultura desses povos. É uma ferramenta de visibilização, dada a constante violação do direito dessas populações de apresentar suas versões sobre as histórias que viveram e vivem. Estão abrangidos pelo tratado internacional pelo menos 28 grupos étnicos – indígenas, quilombolas, pantaneiros, extrativistas, ribeirinhos, pomeranos, caiçaras, ciganos, entre outros – que possuem representação no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criado em 2004 e atualmente vinculado ao Ministério da Cidadania.

Não há, no entanto, um debate aprofundado sobre que papel a Rádio Nacional da Amazônia pode desempenhar na implementação do tratado internacional, o que seria razoável levando em conta que um dos princípios pactuados é a garantia da equidade de informação nos variados processos de consulta. A estrutura da emissora pública pode ser colocada a serviço da disseminação de informações necessárias para se fundamentar as decisões coletivas nos territórios nos processos formais de consulta? Mas sob o enquadramento da Convenção 169 é possível ir além da presente indagação e desenhar um novo ângulo para um projeto de comunicação pública. O tratado estabelece o princípio segundo o qual não basta ter regulamentos formais que estipulem regras de funcionamento de espaços e mecanismos onde a participação gere deliberações vinculantes. Mais do que isso, é fundamental que seja respeitado o direito dos povos afetados de serem consultados sobre aquilo que os afetará. Nesse caso, estamos falando sobre o conteúdo de uma emissora cujo sinal alcança seu território. Colocando a questão dessa forma, a comunicação pública se volta para a garantia do direito das minorias populacionais e, assim, há uma relevante questão de representação que deve ser enfrentada: um Conselho Curador restrito, ainda que legitimado por regras socialmente pactuadas, não será capaz de assegurar à comunidade de ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia o atendimento de demandas sociais e políticas historicamente invisibilizadas

e reprimidas. O que está em jogo é a estruturação de uma comunidade de ouvintes na direção de uma perspectiva filosófica de comunidade que implica, como observa Raquel Paiva (2003, p.67-68), “na possibilidade de participação nas decisões que o grupo deve tomar, vigindo o seu direito de ser consultado, de formular propostas”.

Trata-se de uma proposição que novamente joga por terra os modelos idealizados na qual a necessária autonomia da comunicação pública seria dependente de um ambiente livre de pressões. Morin (1991, p.109) fixa a necessidade de ordem e desordem inerente a toda organização. A ideia de regeneração permanente aparece em contraposição à de equilíbrio: o que evita a decadência da organização é sua demonstração de capacidade “em regenerar-se e em reorganizar-se, ao fazer frente a todos os processos de desintegração”. Nesse sentido, a emissora pública deve lidar com provocações e pressões como qualquer outra organização. O que devemos discutir, no entanto, é que tipo de pressões é desejável. Quando se advoga por uma regulação que interpele as organizações de comunicação pública em torno de um compromisso ético-político, o que se pretende é a garantia de espaços que colocam em evidência as pressões sociais de grupos historicamente invisibilizados.

Como observam Therezinha Fraxe, Antônio Carlos Witkoski e Samia Feitosa Miguez (2009, p.1), “a história do homem na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua relativa invisibilidade e velam os traços configurativos da sua identidade”. Não há um projeto consolidado de comunicação pública enquanto a população não se apropria completamente dele e se reconhece como parte do projeto. Daí a impressão manifesta por alguns dos radialistas entrevistados de que a Rádio Nacional da Amazônia é o veículo mais público da EBC. Há de fato uma apropriação afetiva sobre a emissora, que provavelmente nenhum outro veículo da EBC possui. Em uma eventual extinção da empresa, é possivelmente do seu público que virá os lamentos mais autênticos. Falta, porém, uma apropriação política, que depende da ampliação dos mecanismos de participação social. A intervenção de Melquíades da Silva durante a audiência pública de Marabá ilustra bem a questão:

Melquíades da Silva: O acerto maior está, exatamente, em poder ouvir aqueles que são ouvintes da emissora para dizer assim: “Eu também sei contar um pouco da história desta emissora, em cada canto da Amazônia e em cada entranha da nossa floresta”. E aqui tem, sim, quem sabe contar. Quem sabe contar, assim, da Tia Leninha, quem sabe contar do Adelson Moura, quem sabe contar daquela moça que, bravamente, foi para a Serra

Pelada, a Márcia Ferreira, e da Begonha que está aqui, conosco, não é? (EBC, 2012)

O interesse em participar da gestão da comunicação pública aparece estampado em algumas contribuições apresentadas de forma virtual. A ouvinte Sandra Assunção, da cidade de Paulo Ramos-MA, lamenta a troca de locutores e extinção de programas sem explicação.

Infelizmente, nós ouvintes não temos oportunidades de dizer o que queremos ouvir. As programações vocês da direção da coordenação fazem para vocês, não para o ouvinte! Tira o apresentador aqui, joga lá. Tira de lá, bota cá. Sequer o ouvinte tem direito nem de saber por que. Saibam que o locutor faz o ouvinte. É o locutor o maior responsável pela audiência! (ASSUNÇÃO, 2012).

Se considerarmos a abertura de espaços institucionalizados como o Conselho Curador e a Ouvidoria como evoluções importantes embora ainda limitados em termos de participação em gestão, observações que avançam na mesma direção podem ser levantadas em torno dos processos de participação em produção de conteúdo. Tomando como referência as radionovelas, Cláudio Paixão (2019) aponta dificuldades apresentadas pelo projeto de comunicação pública da Rádio Nacional da Amazônia no equacionamento entre participação e conteúdo crítico. A partir da criação da EBC, elas passaram a propor reflexões mais aprofundadas, com abordagens críticas de temas como trabalho escravo, trabalho infantil, violência doméstica, importância do voto e até as consequências do golpe de 1964. De outro lado, as produções deixaram de ter os ouvintes como coautores. “O cotidiano da Amazônia deixava de ser a fonte das produções e se transformava em cenário, ou seja, as narrativas continuavam trazendo histórias que se passam nessa região do país, mas que de algum modo, procuram transformar determinadas realidades” (PAIXÃO, 2019, p.132).

Durante a audiência pública em Marabá, o então gerente da Rádio Nacional da Amazônia, Bráulio Ribeiro, afirmou que, entre todas as emissoras radiofônicas da EBC, a emissora de ondas curtas era a que menos veiculava conteúdo classificado como produção independente: praticamente 100% da programação seria de responsabilidade da própria equipe. Diante desse quadro, vem o pertinente questionamento feito por um dos presentes durante o encontro: “Como que a população local, da periferia, das escolas, da juventude, pode ter mais espaço de produzir informação daqui para ser veiculada, e não só ser receptora do processo?” (EBC, 2012). É possível encontrar na

história recente da emissora alguns esforços para responder a essa questão, muito embora todos eles tenham ficado pelo caminho.

Entre setembro de 2010 e agosto de 2011, por meio do projeto Ponto a Ponto, se estabeleceu uma rede com dez emissoras comunitárias, que passaram a produzir conteúdo que ia ao ar na Rádio Nacional da Amazônia, sobretudo conteúdo jornalístico. Cada uma delas recebia uma ajuda mensal de custos de R\$ 1.000,00. A iniciativa envolveu ainda oficinas de capacitação em Brasília e com o Centro de Desenvolvimento e Educação Popular do Acre (Ceddhep), uma ONG responsável pela articulação das emissoras. A justificativa para o encerramento do projeto residiu na necessidade de melhor aprimoramento do projeto e maior capacitação dos parceiros, que não teriam se adaptado ao jornalismo diário, com entrega de materiais de qualidade em *deadlines* apertados (EBC, 2012).

A construção de uma rede de emissoras comunitárias torna-se também um desafio complexo diante da necessidade de delimitar critérios que permitam enquadrá-las sobre a perspectiva da comunicação pública: elas devem ter autonomia, não terem fins lucrativos e contar com espaços de deliberação ocupados pela comunidade através dos quais se exerce o controle público. Estas condições são particularmente essenciais ante o cenário das rádios comunitárias traçado por João Malerba (2016, p.21), na qual se verifica “a fraqueza do projeto político de muitas delas, seja por reproduzirem a programação das rádios comerciais, se distanciarem das suas causas originais ou incidirem menos nos espaços públicos”. Malerba observa que a descaracterização da função social das rádios comunitárias, muitas vezes, está associada a casos de aparelhamento e instrumentalização por parte de atores externos e internos, tais como igrejas, governos e partidos políticos, da esquerda e da direita.

Essa questão talvez pudesse ser contornada a partir de estímulos provenientes da própria EBC, no sentido de garantir apoio em troca da adaptação aos requisitos exigidos. Fato é que dificilmente haverá outro caminho para o aumento efetivo da participação social que não envolva a articulação com instituições com lastro no território: organizações sociais, universidades, escolas, entidades, rádios comunitárias. Do contrário, o quadro interativo permanecerá muito circunscrito ao nível afetivo em que está colocado.

A população brasileira ainda conhece muito pouco sobre a Amazônia. Sua realidade é pouco apresentada na mídia tradicional. No âmbito jornalístico, ganha destaque geralmente apenas sob o ponto de vista do problema ambiental. As riquezas naturais são eventualmente retratadas em canais pagos de grupos estrangeiros como o Discovery e o National Geographic. Nesse caso, além de ser apresentada muitas vezes sob a ótica do pesquisador externo, a visibilidade é baixa, dado que apenas 30,9% dos domicílios brasileiros tem acesso à TV por assinatura⁹². O desafio que se coloca é permitir que a população local possa dizer da realidade em que vive, para que inclusive possa denunciar a realidade em que vive. Trata-se, portanto, de convocar diferentes atores internos e externos, entre eles aqueles historicamente marginalizados, para a discussão política, social e ambiental em torno do futuro no interior da floresta. O princípio da participação social faz da comunicação pública um instrumento de resgate das potencialidades do rádio antevistas por Brecht, tal como descreve Gisela Ortriwano:

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, constituiria um fantástico sistema de canalização, se fosse capaz, não apenas de emitir, mas também de receber. O ouvinte não deveria apenas ouvir, mas também falar: não isolar-se, mas ficar em comunicação com o rádio. A radiodifusão deveria afastar-se das fontes oficiais de abastecimento e transformar os ouvintes nos grandes abastecedores (BRECHT apud ORTRIWANO, 1999, p.2)

Gisela observa que os novos recursos tecnológicos ampliam as possibilidades de exploração dessas potencialidades. Elas podem propiciar um ganho de escala da participação social na medida em que a interatividade se processa dentro de quadros cada vez menos controlados pelo emissor. Brecht já defendia que o público não devesse apenas ser instruído, mas também instruir. No jornalismo, por exemplo, ele postulava maior distância em relação às fontes oficiais e a transformação dos ouvintes nos principais abastecedores, superando o modelo que os colocam como meras testemunhas a serem acionadas durante os acontecimentos. Deveriam eles não apenas responder perguntas específicas, mas propor temáticas. A comunicação eletrônica oferece novas ferramentas para caminhar nessa direção, permitindo associar a gestão a processos tecnológicos que envolvam o público na tomada de decisões ou na produção de

⁹² O dado é da última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad Contínua) que analisou o acesso à tecnologia da informação e comunicação (TIC). Divulgado pelo IBGE em abril de 2021, ela trouxe dados do quarto trimestre de 2019. Nos domicílios da área rural do país, apenas em 15,9% há acesso à TV por assinatura. A íntegra do levantamento está disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=30362>>. Acesso em junho de 2021.

conteúdo, através de uma rede interativa ou de editais públicos que fixem processos digitalizados e democráticos de seleção. Mas a evolução em direção a um processo de democratização nas estruturas de mídia não é algo dado: a disputa está sempre posta em torno do marco regulatório.

As elites empresariais do setor costumam adotar a estratégia retórica de associar a ideia de “regulação da mídia” à censura ou à limitação da liberdade de expressão. Através desta narrativa, estabelecem uma confusão ideológica que prejudica o avanço das pautas em torno da democratização do setor. Assim como qualquer atividade econômica, a comunicação está cercada por regras voltadas para coibir abusos: não existe mídia sem regulação em lugar nenhum do mundo. Ela é uma demanda inclusive das próprias empresas, para que possam desenvolver suas atividades com segurança e evitando interferências mútuas. No Brasil, há leis que regem o setor desde a década de 1930. A divisão do espectro de radiofrequências para exploração das emissoras se dá mediante regulação. A Constituição de 1988 possui dispositivos para vedar o monopólio e fixar finalidades educativas, artísticas e culturais da programação de radiodifusão. A regulação do setor envolve um amplo arcabouço legal que inclui ainda Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, a Lei Geral de Telecomunicações de 1997, a Lei da TV a Cabo de 2011, o Marco Civil de Internet de 2014, além da própria lei que criou a EBC. Mesmo o conteúdo das comunicações no Brasil é regulado, uma vez que existem restrições para a atividade publicitária, normas de classificação indicativa que orientam faixas de horários para veiculação dos programas, regras para evitar desequilíbrios nas campanhas eleitorais e obrigações mínimas e máximas de programação de jornalismo a serem respeitadas pelas emissoras de televisão aberta, além de diversas outras normas. Nesse sentido, não há uma escolha posta entre regular ou não regular. Há, de fato, uma discussão sobre qual é a regulação. Por trás da distorção retórica sustentada por representantes da mídia comercial e dos grupos políticos e econômicos a ela vinculados, há o receio de uma regulação democrática que, ao gerar mais pluralidade, desconcentre o setor e prejudique os interesses de grupos empresariais já estabelecidos.

A regulamentação da comunicação pública se apresenta como parte de uma agenda mais ampla em torno da regulação democrática da mídia. O que está em jogo, aqui, é um processo de descentralização de uma estrutura midiática publicamente financiada e gerida por meio de instrumentos de participação popular. Trata-se de uma

busca por enfrentar a longa assimetria que privilegia os concessionários privados dos serviços de comunicação e seus parceiros da elite política e econômica, que mantém um sistema de comunicação pouco plural, no qual se colocam em condições de restringir as vozes que participam do debate público. Na Amazônia, essas assimetrias são reiteradas pela permanência de visões políticas ancoradas em dinâmicas do pós-colonialismo.

Não raro, os representantes da mídia comercial transportam esse debate para o enquadramento financeiro. Apresentam-se como capazes de cumprir o papel da mídia pública com mais eficiência econômica, deixando assim de onerar o Estado. O argumento costuma esconder os constantes aportes públicos obtidos por meio de publicidade oficial, empréstimos, financiamentos e outros mecanismos. Mas ainda que fosse verdade, a comunicação comercial se revela altamente ineficiente em termos de equidade na distribuição de recursos. Basta notar que mesmo diante do alinhamento de interesses entre grupos da mídia corporativa e o regime militar, foi preciso investimento público para garantir os serviços de radiodifusão no interior da Amazônia. Nesse sentido, a comunicação pública se apresenta não como gasto, mas como forma de financiamento da democracia. Do contrário, o que temos aí é uma produção de conteúdo fortemente centralizada.

Raymond Williams (1974) avalia que, assim como na retórica geral de defesa do capitalismo, a mídia comercial não chama a si mesma de comercial. Ela usa descrições de relações públicas como "livre" e "independente" e muitas vezes afirma se contrapor a "monopólio" e "controle do Estado". Essa retórica, no entanto, se dissolve ao exame do caráter das grandes corporações midiáticas: elas têm como objetivo primeiro a realização e a distribuição de lucro privado sobre o capital investido, o que afeta visivelmente suas diretrizes e seus conteúdos. Em contrapartida as instituições de comunicação pública, sem fins lucrativos, destinam sua receita quase inteiramente à produção e ao desenvolvimento do próprio serviço.

5. CONCLUSÕES

A Rádio Nacional da Amazônia é uma emissora de ondas curtas criada pelo regime militar em 1977 e mantida pelo Estado brasileiro desde então. Em toda a sua história, envios de cartas, participações ao vivo e, mais recentemente, contatos via redes sociais marcam uma intensa interação com ouvintes que vivem majoritariamente em cidades pequenas ou em áreas rurais: vilas, fazendas, sítios, aldeias indígenas, reservas extrativistas e comunidades ribeirinhas. Em 2007, a criação da EBC reposiciona a emissora sobre os princípios da comunicação pública. Foram estabelecidas novas diretrizes em torno do financiamento, da gestão administrativa e da gestão de conteúdo, criando instâncias de participação social. No entanto, os governos instaurados após o golpe parlamentar que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 desestruturaram o marco regulatório que buscava assegurar o caráter de comunicação pública da EBC. Como parte do processo histórico da luta pela democratização da mídia, tal retrocesso não deve ser encarado como o sepultamento do projeto. As mudanças envolvendo as estruturas de comunicação não se desenvolvem de forma linear e a disputa em torno do futuro da comunicação pública permanece colocada.

O objetivo desse estudo foi investigar como os diferentes contextos são carregados para a interação entre ouvintes e radialistas da Rádio Nacional da Amazônia. Foram analisadas cartas, entrevistas com profissionais realizadas no âmbito da própria pesquisa, entrevistas de radialistas e ouvintes veiculadas em programas de televisão, e programas da emissora em dois diferentes períodos: em 1987, ainda no curso da ditadura militar, quando ela se vinculava à Radiobrás; e em 2014, já associada à EBC, criada dentro do processo de regulamentação da comunicação pública. Conjuntamente, os materiais ofereceram informações relevantes sobre a forma como a vida de profissionais da emissora e de seus interlocutores entrelaça-se no dia a dia, influenciando e sendo influenciada pelo desenvolvimento da Rádio Nacional da Amazônia. Através da metodologia de análise de conteúdo, foram estabelecidos três ângulos contextuais através dos quais interpretamos os dados levantados: a territorialidade, a missão da emissora e a gestão da emissora. Observaram-se significativas diferenças nos contextos de interação entre radialistas e ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia quando se compara seus primeiros anos de existência (1977-

1987) e o período que se inicia com a criação da EBC e se encerra com as mudanças legais aprovadas após o impeachment da presidente Dilma Rousseff (2007-2016).

Ao mesmo tempo, situando o desenvolvimento da emissora dentro da trajetória histórica da Amazônia, nota-se que essa interação está ordenada em alguma medida por dinâmicas do pós-colonialismo. Le Goff (1990) chama atenção para a forma como a memória coletiva é posta em jogo na luta das forças sociais pelo poder. Podemos situar a mídia como um instrumento privilegiado através dos quais os grupos dominantes influem na visibilidade dos acontecimentos. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF. 1990, p.426). A comunicação pública pode ser um instrumento eficaz para reconstruir narrativas históricas, revertendo a invisibilidade dos pontos de vista dos povos subalternos. Mas a permanência de um discurso colonial na Amazônia, que reverbera na estrutura da emissora em maior ou menor grau conforme o momento da história, se nota quando as territorialidades continuam a ser definida pelo olhar da gente de fora: apesar dos avanços trazidos pela EBC, os ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia estiveram sub-representados nas instâncias de participação social. Em que pese as mudanças introduzidas com a EBC, a baixa representação da Região Norte nas instâncias formais de participação social não sustenta a ideia de que a audiência da emissora exerceu papel deliberativo na sua gestão. O serviço noticioso e o esforço dos profissionais contribuem para ampliar as interações para além do quadro restrito à dimensão afetiva em que estava anteriormente posto. Ainda assim, devemos encarar este como um movimento inicial, ante a necessidade de ampliação dos mecanismos de participação social de forma a instaurar fluxos pluridirecionais de gestão e de produção de conteúdo.

Como pudemos observar numa revisão bibliográfica, os projetos econômicos voltados para a Amazônia no início do século XX não foram construídos pela ou com a Amazônia. Vieram de cima pra baixo. Como regra geral, as necessidades regionais acabavam tangenciadas, superadas por necessidades consideradas prioritárias por diferentes governos: cada um deles as apresentava como as necessidades da nação. Tampouco houve olhar mais minucioso para as demandas de quem lá já vivia ou de quem estava pra chegar em meio aos novos afluxos populacionais estimulados pelo poder público: uma confluência de pessoas vindas principalmente do Nordeste, mas também do Sul e do Sudeste. Dada a oferta de terras e empregos, irão se espalhar pela

floresta nas mais diversas ocupações: no garimpo, no extrativismo, na agricultura familiar. Nos anos 1970 e 1980, diante desse cenário, será inevitável lidar com a multiculturalidade migratória.

Como instrumento retórico, o regime militar fará um apelo emocional de viés nacionalista. Martin-Barbero (1997) observa que, nesse novo nacionalismo, a comunicação entre as regiões periféricas e o centro decisório – por meio de rodovias, estradas de ferro, telégrafos, telefones e rádio – tem o papel de cicatrizar fissuras que se originaram das históricas lutas regionais ou federais. No Brasil, o projeto de integração nacional é moldado segundo as bases ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional: a Amazônia deve ser ocupada para que não se torne palco de atividades subversivas.

A emissora, no entanto, não se presta ao proselitismo ideológico do regime, ainda que isso tenha ocorrido pontualmente. Os radialistas constroem retóricas próprias em torno da ideia de integração nacional, em boa parte assentadas na garantia de cidadania básica através das informações de saúde, de educação e de utilidade pública. Mas o sucesso da emissora estará ligado principalmente ao fomento dos fluxos de correspondência: através de sua programação, estabeleceu um intenso envio de recados que promove uma reorganização das dinâmicas sociais em muitas comunidades e desencadeia a formação de estreitos laços afetivos entre ouvintes e radialistas. Todo esse movimento é bem recebido em diferentes esferas do governo pela popularidade que a empreitada rapidamente alcança e pelo baixo risco político que ela oferecia, já que o trabalho se dava em um ambiente relativamente controlado: sem um serviço amplo de notícias, sem espaço para artistas considerados subversivos. Em linhas gerais, pode-se dizer que o desenvolvimento da emissora parece orientado para acomodar harmonicamente diferentes intenções e interesses: satisfaz os núcleos mais e menos ideológicos do regime militar e também a equipe de radialistas.

Com a criação da EBC em 2007, a Rádio Nacional da Amazônia se volta para sua adaptação aos princípios da comunicação pública. Nesse sentido, a promoção de uma cidadania básica já não é suficiente. Cidadania, numa perspectiva mais ampliada, pressupõe a abertura para o debate público, mediante a estruturação do serviço jornalístico independente e o fomento à participação social, através de espaços institucionalizados. A ideia de integração é suplantada pela de inclusão. Esse movimento se alinha a uma nova geopolítica crítica que propaga o entendimento de que

os problemas sociais e econômicos na Amazônia são, em parte, reflexo de decisões unilaterais e centralizadas do aparelho estatal: não há solução possível sem uma abertura democrática à participação popular no debate acerca formas de exploração sustentável e tecnológica do território.

A comunicação pública sempre será cobrada para se mostrar diferente daquilo que já está posto no mercado. É a forma como ela pode justificar sua existência e seu custo perante a sociedade e, conseqüentemente, obter respaldo político. Nesse sentido, o quadro de uma mera complementaridade geográfica em que a Rádio Nacional da Amazônia foi colocada a partir do seu surgimento revela-se limitado, pois com o avanço tecnológico e a ampliação do acesso a novos meios de comunicação, o argumento se enfraquece. Dessa forma, é preciso oferecer respostas nos termos de uma complementaridade de conteúdo, caminho que apenas começava a ser traçado pela EBC e que foi interrompido com o desmonte legal iniciado em 2016. A longo prazo, a busca de legitimidade perante a sociedade demandará a recuperação dessa direção.

Mas o aprofundamento da complementaridade de conteúdo exige maior participação social, que se traduza em mecanismos de gestão e de produção que capazes de agregar olhares e perspectivas marginalizadas na mídia comercial. Nesse sentido, a comunicação pública deve ser retirada de quadros romantizados que a idealizam como um empreendimento fora da estrutura estatal, no qual se trabalha com neutralidade e livre de pressões. Primeiro porque a participação social só se estrutura mediante regulação estatal. Segundo porque a existência da comunicação pública pressupõe um compromisso ético-político com a visibilidade de temas e populações marginalizadas. Deve ser ao máximo blindada das pressões políticas dos poderes da República, mas deve ser receptiva a provocações e tensionamentos de órgãos de controle e participação social. O compromisso ético-político com as populações invisibilizadas pela mídia comercial não se efetiva apenas com uma carta de boas intenções, mas com uma estrutura regulada que ofereça um quadro concreto de influência do público na gestão.

De antemão, a comunicação pública, pela sua própria condição de existência, assume um posicionamento em prol da democracia participativa, dos direitos humanos, da pluralidade e da inclusão, bem como manifesta juízo de valor quando se depara com episódios de preconceito e de violações. A independência postulada, portanto, se aproxima daquela proposta por Josenildo Guerra (1999): não está ligada ao exercício

infrutífero de vigilância contra a presença de qualquer juízo de valor em seu conteúdo, mas a equidistância dos atores políticos com os quais se lida cotidianamente.

Ao recortarmos um olhar da comunicação pública para Amazônia, o que se nota é necessidade de um compromisso ético-político com a derrota do olhar etnocêntrico do conquistador que historicamente denega aos povos da floresta – ribeirinhos, extrativistas, caboclos, indígenas, quilombolas, etc – o direito à cidadania plena e não tutelada. Ao mesmo tempo, para se legitimar social e politicamente, a emissora precisa ser apropriada pelo público, o que ocorre simultaneamente tanto pela abertura de espaços de participação como pela possibilidade da audiência poder “tocar” e “abraçar” a sua emissora, isto é, senti-la presente em suas vidas. Daí porque se falar em entrelaçamento. Trata-se da instauração de uma relação de confiança e parceria, que estabelecem o lastro para sua existência. A experiência da Rádio Nacional da Amazônia revela uma comunicação pública que opera por dentro da indústria cultural, com intuito de transformá-la, e não em paralelo. Nesse sentido, cabe o reconhecimento crítico da dimensão afetiva do seu trabalho, afastando argumentos assentados excessivamente em uma visão idealizada. O processo de apropriação da emissora pelas audiências é atravessado pelo afeto. É pelos regulamentos e diretrizes, construídos pelos processos de participação social, que se deve evitar sua degeneração em exploração emocional. Portanto, se nem toda a programação precisa estar voltada para o debate público, de outro lado, as definições em torno dessa mesma programação deve ser consequência do debate público.

A comunicação pública estará em risco em qualquer lugar do mundo onde não for capaz de transmitir confiança e de se revelar presente na vida da população. Quando falamos do rádio, essa é uma afirmação que deve ser ainda mais reiterada dada a sua inclinação ao regional. Pela sua capacidade de aproximação do público, revela-se seu potencial de refletir criticamente as mudanças de seu tempo, em um processo dialógico com as práticas cotidianas de seus ouvintes.

A inesgotável capacidade de atualização e adaptação faz com que o rádio ofereça um leque extraordinário de possibilidades para se pensar a comunicação pública, sobretudo em um momento onde o futuro se revela aberto frente aos caminhos que a comunicação eletrônica oferece para a convergência midiática. Em meio a esse cenário, a reflexão sobre os quadros interativos estabelecidos pela Rádio Nacional da Amazônia

pode revelar chaves para a construção de um projeto mais horizontal, que esteja estruturado no atendimento crítico de demandas afetivas, públicas, sociais, culturas. No entanto, esse é um movimento que demanda um novo marco regulatório capaz de dialogar com a realidade amazônica e ampliar os espaços de participação social, ou como diz Carlos Nelson Coutinho (2006), os espaços de socialização da participação política. O que está em questão, em última instância, é a construção processos de democratização através dos quais as classes subalternas poderão estar mais bem posicionadas ante a luta pela hegemonia.

Não podemos deixar de apontar algumas limitações no material de análise que, uma vez contornadas, nos ofereceriam mais subsídios para desenvolver a pesquisa e talvez nos levassem a um quadro mais preciso. Em primeiro lugar, como tratamos de ouvintes que vivem em distintos territórios (comunidades ribeirinhas, reservas extrativistas, aldeias indígenas, fazendas e vilas rurais), a suspensão da experiência etnográfica que havia sido planejada originalmente acaba por impossibilitar a percepção de eventuais especificidades que possam ser confrontadas com o nosso quadro geral. Além disso dos cinco entrevistados, havia apenas uma vivenciou o trabalho na emissora na década de 1980. Isso ocorreu porque, infelizmente, dois convites não foram respondidos. Outros pontos de vista certamente enriqueceriam a análise. De toda forma, buscamos compor o olhar para esse momento da história da Rádio Nacional da Amazônia não apenas com o relato da entrevistada, mas também com os documentos citados ao longo da pesquisa.

Uma outra limitação a se observar diz respeito à centralidade que o conceito comunicação pública tem para esta pesquisa. O estudo se volta para o entendimento de como os processos interativos evoluíram ao longo do tempo e, de antemão, estava colocado o interesse em compreender como eles foram estabelecidos e posteriormente recepcionados no contexto de criação da EBC. Nesse sentido, a própria escolha das cartas e do material radiofônico já indicava a tendência de que um olhar mais detido para esses dois momentos: a primeira década da emissora e o período entre 2007 e 2016. Nesse sentido, foram eclipsadas as décadas de 1990 e de 2000, que poderiam oferecer, em uma outra pesquisa, mais elementos para se pensar o desenvolvimento da Rádio Nacional da Amazônia.

Por fim, registra-se o esforço aqui empenhado também no sentido de incrementar estudos de rádio. A pesquisa sobre esse dispositivo ganhou relevância no âmbito da abordagem funcionalista da Escola Estadunidense durante os anos 1930 e 1940. Assim como nos demais estudos em comunicação desenvolvidos dentro dessa perspectiva, sua preocupação estava voltada para os efeitos gerados pelas emissoras radiofônicas. As análises, de cunho fortemente qualitativo, se davam principalmente sobre as mensagens veiculadas. Nas décadas seguintes, os estudos de rádio tiveram seu curso alterado por novas abordagens a exemplo da semiótica, da linguística e dos Estudos Culturais ingleses. Ganham espaço métodos qualitativos, que abalam a primazia dos estudos quantitativos. No entanto, a rápida ascensão da televisão capturou em grande medida a atenção de pesquisadores.

Em um mapeamento realizado em 2015 por um grupo de pesquisadoras em comunicação, não há informações de que o rádio tenha sido o foco do interesse em nenhum dos 258 estudos de recepção realizados no Brasil entre 1990 e 2009 (SCHMITIZ *et al*, 2015). De outro lado, elas registraram expressamente que 111 trabalhos se debruçaram sobre a televisão, 31 sobre a internet, 54 sobre o jornalismo e 24 sobre publicidade. Curiosamente, os números revelam que, ao menos até a última década, o acelerado desenvolvimento dos dispositivos eletrônicos não havia se traduzido ainda em uma mudança significativa dos objetos do estudo de recepção: este continuava sendo prioritariamente a televisão.

Algumas dificuldades específicas ao lidar com o rádio, na opinião do pesquisador Marcelo Kischinhevsky, influenciam o avanço mais lento dos estudos de recepção.

Quem já fez pesquisa de campo com ouvintes sabe como é, em geral, pobre a descrição de seus hábitos de escuta e do que apreendem da programação de uma emissora. Grande parte das pesquisas de audiência acaba adotando procedimentos quantitativos que alternam questões abertas ou fechadas, o que gera extraordinárias distorções. Ao se perguntar que emissoras os ouvintes costumam sintonizar, estações que saíram do dial são mencionadas, mesmo que de modo residual, pois o recall de marcas acaba sendo mais expressivo do que a capacidade da audiência de reconstituir percursos de escuta no mês anterior à enquete. (KISCHINHEVSKY, 2016, p.285).

É curiosa essa observação quando estamos lidando com um veículo que explora a oralidade e, no caso da América Latina, se desenvolveu buscando ressaltar as vivências regionais. Conforme analisa Martin-Barbero (1997), a hegemonia da televisão foi estabelecida tendendo a unificar diferenças e demandas e buscando construir um

imaginário nacional. Por sua vez, para lidar a crise causada pela televisão, o rádio procurou assegurar diversidade e explorar sua popularidade através da conexão da cultura oral, fortemente valorizada nas camadas populares e no meio rural. (JACKS; SCHMITZ, 2018). Poderíamos supor que fosse mais fácil para suas audiências identificar seu lugar no cotidiano e, embora não tenhamos aqui realizado pesquisa de campo, o material analisado aqui nos sugere ser possível obter depoimentos ricos de ouvintes de Rádio Nacional da Amazônia, a exemplo do que indicam os programas de televisão que visitaram determinadas comunidades de alcance da emissora. Suspeitamos que talvez a falta de uma tradição sólida de pesquisa com esses públicos possa levar a uma limitação do olhar sobre eles e conduzir a generalizações imprecisas.

REFERÊNCIAS

• DOCUMENTOS PRODUZIDOS NA PESQUISA

BEGONHA, Elizabeth. Depoimento via ferramenta online. Entrevistador: Leonardo Rodrigues Carvalho Silva. Rio de Janeiro/Brasília: 29 de abril de 2021. Transcrição na íntegra encontra-se nos anexos.

CARVALHO, Morillo. Depoimento via ferramenta online. Entrevistador: Leonardo Rodrigues Carvalho Silva. Rio de Janeiro/Brasília: 22 de abril de 2021. Transcrição na íntegra encontra-se nos anexos.

MARTINS, Edileia. Depoimento via ferramenta online. Entrevistador: Leonardo Rodrigues Carvalho Silva. Rio de Janeiro/Brasília: 22 de abril de 2021. Transcrição na íntegra encontra-se nos anexos.

MAYA, Juliana. Depoimento via ferramenta online. Entrevistador: Leonardo Rodrigues Carvalho Silva. Rio de Janeiro/Brasília: 22 de abril de 2021. Transcrição na íntegra encontra-se nos anexos.

RÉGIA, Mara. Depoimento via ferramenta online. Entrevistador: Leonardo Rodrigues Carvalho Silva. Rio de Janeiro/Brasília: 24 de abril de 2021. Transcrição na íntegra encontra-se nos anexos.

• PRODUTOS MIDIÁTICOS ANALISADAS NA PESQUISA

CAMINHOS DA REPORTAGEM. Brasília: TV Brasil, 05 de abril de 2020. Programa de TV. Disponível em <<https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/viva-o-radio-viva-maria>>. Acesso em julho de 2020.

CAMINHOS DA REPORTAGEM. Brasília: TV Brasil, 15 de setembro de 2011. Programa de TV. Disponível em <<https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhos-da-reportagem/2020/04/na-amazonia-pelas-ondas-do-radio>>. Acesso em julho de 2020.

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL 10 ANOS DA RÁDIO NACIONAL DA AMAZÔNIA. Brasília: Rádio Nacional da Amazônia, 01 de setembro de 1987. Programa de rádio.

PROGRAMA NACIONAL JOVEM. Brasília: Rádio Nacional da Amazônia, 01 de setembro de 2014. Programa de rádio.

PROGRAMA NOSSA TERRA. Brasília: Rádio Nacional da Amazônia, 01 de setembro de 2014. Programa de rádio.

- **DOCUMENTOS PÚBLICOS UTILIZADOS**

ASSUNÇÃO, Sandra. Contribuição para audiência pública. Acervo do Conselho Curador da EBC. Mensagem recebida por carta em setembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Cultura. I Fórum Nacional de TVs Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Caderno de Debates Volume 1. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Cultura. I Fórum Nacional de TVs Públicas: Relatórios dos grupos temáticos de trabalho. Caderno de Debates Volume 2. Brasília, 2007.

BRASIL, Assembleia Nacional Constituinte. Atas das Comissões, Brasília, ano 1, n.59, 14 maio 1987. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup59anc14mai1987.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2021.

BRASIL, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, Brasília, ano 38, n.150, 11 novembro 1983. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11NOV1983.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2021.

BRASIL, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, Brasília, ano 39, n.114, 26 de setembro de 1984. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD26SET1984.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2021.

EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Direcionamento Estratégico EBC 2015-2022. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/uploads/2015/08/Direcionamento-Estrat%C3%A9gico-EBC-2012-2022-atualiza%C3%A7%C3%A3o-estrat%C3%A9gica-2014-CONSAD.pdf>. Acesso em janeiro de 2020.

EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Manual de Jornalismo da EBC. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/uploads/2015/08/Direcionamento-Estrat%C3%A9gico-EBC-2012-2022-atualiza%C3%A7%C3%A3o-estrat%C3%A9gica-2014-CONSAD.pdf>. Acesso em janeiro de 2020.

EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, Conselho Curador. Audiência Pública sobre a Rádio Nacional da Amazônia. Transcrição. Set, 2012.

EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, Ouvidoria. Relatório anual da Ouvidoria. Brasília, 2019. Disponível em <https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/12_-_relatorio_da_ouvidoria_anual_2019_web.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

INTERVOZES. Contribuição ao II Fórum Nacional de TVs Públicas. Brasília, 2009. Disponível em <www.intervozes.org.br>. Acesso em fevereiro de 2021.

LOBATO, Elvira. Ex-burocrata acumula oito rádios e cinco TVs. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de setembro de 1995. Reportagem. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/09/brasil/29.html>>. Acesso em janeiro de 2021.

MOURA, Edelson. Contribuição para audiência pública. Acervo do Conselho Curador da EBC. Mensagem recebida por <conselho.curador@ebc.com.br> em 5 de setembro de 2012.

• **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AB'SABER, Aziz Nacib. **Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira**. In: Estudos Avançados. São Paulo, vol.16, n.45, p.7-30, 2002. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200002>>. Acesso em abril de 2021.

ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br.>>. Acesso em dezembro de 2020.

ABREU, Vanessa Kern; INÁCIO FILHO, Geraldo. **A educação moral e cívica: doutrina, disciplina e prática educativa**. In: Revista HISTEDBR. Campinas, n.24, p.125–134, Dez, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art11_24.pdf>. Acesso em março de 2021.

ALBUQUERQUE, Eliana. Do coronelismo à web: panorama do rádio no sul da Bahia. In: RADDATZ, Vera Lucia; KISCHINHEVSKY, Marcelo; LOPEZ, Debora Cristina; ZUCULOTO, Valci (orgs). **Rádio no Brasil: 100 anos de história em (re)construção**. Coleção Linguagens. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2020, p.370-387.

ALBUQUERQUE, Eliana. **Entre o global e o local: rádio e identidades culturais no sul da Bahia**. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia. 172f. Salvador: 2014. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14833>>. Acesso em maio de 2020.

ALLEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, n.18, p-39-59, Jul/Dez, 2008. Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/04D00076.pdf>>. Acesso em março de 2021.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANAZ, Sílvio Antonio Luiz. **Imperialismo Cultural: a Falibilidade do Paradigma Clássico da Comunicação**. In: Anais eletrônicos do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Ouro Preto, 2012. Disponível em <<https://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012>>. Acesso em janeiro de 2020.

ARROYO, Luis; BECERRA, Martín; CASTILLEJO, Ángel García; SANTAMARÍA, Oscar. **Cajas mágicas: el renacimiento de la televisión pública em América Latina**. Madrid: Tecnos, 2012.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. **Raio X da Radiodifusão Brasileira**. 2015. Disponível em <<http://www.abert.org.br/>>. Acesso em março de 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem** [1929]. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. In: Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n.11, p.89-117, Mai/Agosto, 2013. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>>. Acesso em setembro de 2020.

BAPTISTA, Maria Manuel. Estudos Culturais: um campo gravitacional, uma tessitura intelectual. In: BAPTISTA, Maria Manuel (Org). **Cultura: Metodologias e Investigação**. Coimbra: Grácio Editor, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS NETO, João Pinheiro. **Administração pública no Brasil: uma breve história dos Correios**. São Paulo: Annablume, 2004.

BECKER, Bertha. **Amazônia sem extremismo**. Entrevista concedida a Carlos Fioravanti. In: Revista Pesquisa FAPESP. São Paulo, n.102, p.12-17, Ago, 2004. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/amazonia-sem-extremismo/>>. Acesso em novembro de 2019.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. In: Estudos Avançados. Dossiê Amazônia Brasileira I. São Paulo, vol.19, n.53, p.71-86, Jan/Abr, 2005. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>>. Acesso em fevereiro de 2020.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. 3ª edição. Manaus: Editora Valer, 2009.

BENZAKEN, Adele Schwartz; GARCIA, Enrique Galbán; SARDINHA, José Carlos Gomes; PEDROSA, Valderiza Lourenço; PAIVA, Vera. **Intervenção de base comunitária para a prevenção das DST/Aids na região amazônica, Brasil**. In: Revista de Saúde Pública. N.41, p.118-126, Dez, 2007. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/Lc6JZ9T3b7nwHfVnLMMySQ8G/>>. Acesso em maio de 2021.

BEZERRA NETO, José Maia; LAURINDO, Luiz Carlos. **Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX)**. In: Revista História. São Paulo, vol.37, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/his/a/XwwGPr86NXzn3xkXZjCSPjv/>>. Acesso em abril de 2021.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BONIN, Jiani. **Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas**. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MOURA, Cláudia Peixoto de (Orgs). Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.213-231.

BRAGA, José Luís. Interação e Recepção. In: FAUSTO NETTO, Antônio; HOHLFELDT, Antônio; PRADO, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrrel (orgs). **Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p.109-136.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Código Brasileiro de Telecomunicações: uma história de negociação política**. In: Anais do 7º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Fortaleza, 2009. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1>>. Acesso em junho de 2020.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas – A guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUCCI, Eugênio. **O jornalismo de espírito público não pode ser "chapa-branca"**. In: Revista Comunicação e Educação. Ano X, n.2, p.227-232, 2005. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v10i2p227-232>>. Acesso em setembro de 2020.

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de qualidade nas emissoras públicas - uma avaliação contemporânea**. Brasília: UNESCO, 2012.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zarar, 2002.

CAMILO, Janaina. **Em busca do País das Amazonas: o mito, o mapa, a fronteira**. In: Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: Passado e Presente nos Velhos Mapas. Paraty, 2011. Disponível em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CAMILO_JANAINA.pdf>. Acesso em setembro de 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização**. 3ª edição Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Memórias conflitantes e a produção de uma historiografia polemista sobre a atuação da esquerda armada no Brasil**. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, Jul, 2013. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371311391_ARQUIVO_SNH-2013-TextocompletoLucileide.pdf>. Acesso em outubro de 2020.

CARMONA, Beth (org). **O desafio da TV pública**. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

CARRATO, Ângela. **Possibilidades para a TV pública no Brasil: Uma reflexão a partir da experiência da Public Broadcasting System (PBS)**. In: Anais do 2º Colóquio Brasil-Estados Unidos de Ciência da Comunicação, 2005. Disponível em <www.direitoacomunicacao.org.br>. Acesso em agosto de 2020.

CARVALHO, Mariana Martins de. **As relações entre Estado, Democracia e Comunicação Pública: O desmonte da Empresa Brasil de Comunicação**. In: Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA). Brasília, Mai, 2019. Disponível em <http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT7/gt7_Carvalho.pdf>. Acesso em março de 2021.

CASTELLS, Manuel. **Seminário Comunicação, Política e Democracia (Palestra)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 16 de julho de 2019. Vídeo (2h17). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=I4cizUYfZ18>>. Acesso em junho de 2021.

CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. **Gestão florestal no Brasil Colônia**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. 205f. Brasília, 2002. Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/tesesdissertacoes/gestao-florestal-no-brasil-colonia>>. Acesso em junho de 2021.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **A identidade denegada: discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia**. In: Revista De Antropologia. São Paulo, vol.56, n.2, p.431-475, 2014. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/82538/85513>>. Acesso em janeiro de 2021.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p.295-316.

CHINEM, Rivaldo. **Sentença: padres e posseiros do Araguaia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREIA, Genira Chagas. **Na frequência do poder: radiodifusão no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 219f. São Paulo: 2011. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3289>>. Acesso em setembro de 2020.

COSTA, Mariete Pinheiro. **O parlamento e os soldados da borracha no limiar da 2ª Guerra Mundial**. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) - Câmara dos Deputados. 90f. Brasília, 2007. Disponível em <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/543>>. Acesso em janeiro de 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia: um conceito em disputa**. In: Intervenções – o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006. p.13-27.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTO, Hildo. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: UNB, 1996.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história** [1909]. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de Canudos**. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert C., 1905.

DANTAS, Vera. **Rômulo Furtado**. Coleção Gente. Rio de Janeiro: Editora Estácio de Sá, 2004.

DEL BIANCO, Nélia (org.). **O Rádio Brasileiro na Era da Convergência**. São Paulo: INTERCOM, 2012.

DOMINGUES, César Machado. **A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste**. In: Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO - Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, Jul, 2010. Disponível em <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273879829_ARQUIVO_RondonANPUHCesarMachado.pdf>. Acesso em junho de 2021.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Livia Dias Moreira. **A construção da comunicação pública na percepção de jornalistas da EBC: potencialidades e limites**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília. 281f. Brasília: 2019. Disponível em <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/37240>>. Acesso em março de 2020.

DUTRA, Manuel José Sena. **A Amazônia na TV: produção de sentido e o discurso da ecologia**. In: Anais do XXIV Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação – INTERCOM. Campo Grande, Set,

2001. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/27354693151354466114859850109076138042.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2021.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos Estudos Culturais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra** [1961]. Tradução de José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Ananda Simões. **A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva**. In: Revista Antíteses. Londrina, vol.2, n.4, p.831-856, 2009. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5026767.pdf>>. Acesso em setembro de 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio do Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FESTA, Regina. **Comunicação na selva amazônica**. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, vol.9, n.54, p.5-16, 1986. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1955/1756>>. Acesso em maio de 2021.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.24, n.47, p. 29-60, Jul, 2004. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgJvSjLYMLN>>. Acesso em julho de 2020.

FRANÇA, Vera Veiga. **L. Quéré, dos modelos da comunicação**. In: Revista Fronteiras. São Leopoldo-RS, vol.2, n.2, p.37-51, 2003. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/index>>. Acesso em julho de 2021.

FRAXE, Therezinha; MIGUEZ, Sâmia; WITKOSKI, Antônio Carlos. **O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade**. In: Revista Ciência e Cultura. São Paulo, vol.61, n.3, 2009. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300012>. Acesso em janeiro de 2020.

FREIRE, José Ribamar. Trajetórias de muitas perdas e poucos ganhos. In: CARVALHO, Fernanda Lopes de (org). **Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento**. Rio de Janeiro: IBASE, 2004, p.11-32.

FUKUNAGA, Hidehiko; KONO, Kei; MASAKI, Miki. **Typhoon Borne Heavy Rain and the First “Emergency Warning”: How Urgent Information Was Relayed**. Tóquio, Japão: NHK Broadcasting Culture Research Institute, 2015. Disponível em <https://www.nhk.or.jp/bunken/english/reports/pdf/report_15071501.pdf>. Acesso em julho de 2021.

GLOWACKI, Michał. Public Service Media in Europe: Future or Funeral?. In: STEENFADT, Olaf (ed.). **Future or Funeral? A Guide to Public Service Media Regulation in Europe**. Open Society Foundations, 2011, p. 10-26.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v3.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere** [1947]. Tradução de Carlos Diegues. Compostela: Estaleiro Editora, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzakeo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Neutralidade e imparcialidade no jornalismo: Da teoria do conhecimento à teoria ética**. In: Anais do XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM. Sergipe, 1999. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/07f68ff516fcf5aca65a97a7910910c1.PDF>>. Acesso em março de 2021.

GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército; José Olympio, 1975.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. 2ª edição. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. Cultural Studies and its Theoretical Legacies [1992]. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Orgs). **Stuart hall: critical dialogues in cultural studies**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1996, p.262-275.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais** (Tradução de Adelaine La Guardia Resende). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. In: Barbosa Filho, André; Piovesan, Angelo; Beneton, Rosana (orgs.) **Rádio - sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004, p.51-62.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IANNI, Octavio. Apresentação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 7ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p.11-12.

JACKS, Nilda ; JOHN, Valquíria; PENIZ, Mônica; PIEDRAS, Elisa; SCHMITZ, Daniela; SILVA, Lourdes; WOTTRICH, Laura. **Estudos de recepção estado da questão e os desafios pela frente**. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v38, p.109-128, 2015. Disponível em <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2207>>. Acesso em outubro de 2019.

JACKS, Nilda; SCHMITZ, Daniela. **Os meios em Martín-Barbero: antes e depois das mediações**. In: Revista Matrizes. São Paulo, vol.12, p.115-130, 2018. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/137525>>. Acesso em novembro de 2019.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

KERN, Daniela. **O conceito de hibridismo ontem e hoje: ruptura e contato**. In: Métis: história & cultura. Vol.3, n.6, p.53-70, Jul/Dez, 2004. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1158>>. Acesso em abril de 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Métodos de pesquisa qualitativa aplicada à comunicação radiofônica. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MOURA, Cláudia Peixoto de (Orgs). **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.277-294.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Os Militares e o Conceito de Nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. 279f. Florianópolis: 2009. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92672>>. Acesso em setembro de 2020.

LASSWELL, Harold. A estrutura e a função da comunicação na sociedade [1948]. Tradução de Gabriel Cohn. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Editora TA Queiroz, 1987, p. 105-117.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** [1924]. Tradução de Bernardo Leitão; Irene Ferreira. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEAL, Ondina Fachel. **A leitura social da novela das oito**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 167f. Porto Alegre: 1983. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71233>>. Acesso em setembro de 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos** [1955]. Tradução de Rosa Freire d'Águilar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental: sustentabilidade e diversidade social**. In: Estudos Avançados. Dossiê Amazônia Brasileira II. São Paulo, vol.19, n.54, p.45-76, Ago, 2005. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200004> 45-76>. Acesso em fevereiro de 2020.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: VIEIRA, Ima Célia et al (orgs). **Diversidade biológica e cultural da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p.195-251.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política**. In: Revista Interações. Campo Grande, vol.17, n.1, p.66-76, Jan/Mar, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>>. Acesso em maio de 2020.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 7ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LUZ, Alex Faverzani da. **Geopolítica do Brasil: a trajetória de Golbery do Couto e Silva e sua perspectiva no campo intelectual**. In: Revista Ágora. Vitória, vol.1, p.350-360, 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/13626>>. Acesso em janeiro de 2020.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres: a reforma agrária no ar**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MALERBA, João Paulo. **Rádios comunitárias no limite: crise na política e disputa pelo comum na era da convergência midiática**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 762f. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4128433>. Acesso em setembro de 2019.

MALHEIRO, Bruno Cezar. **Colonialismo Interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos**. In: Caderno de Geografia. Vol.30, nº 60, p.74-98, Jan/Mar, 2020. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20906>>. Acesso em agosto de 2020.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas: Pontes, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** [1858]. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Forças armadas e administração pública: a participação militar nas comunicações e na educação (1963-1990)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas. 283f. Campinas: 1999. Disponível em <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_6bd7e83872d0e7a9edf0c7c7f9ac8700>. Acesso em março de 2021.

MATOS, Heloiza. **A Comunicação Pública no Brasil e na França: desafios conceituais**. In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba – INTERCOM. Curitiba, Set, 2001. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3060-1.pdf>>. Acesso em abril de 2020.

MATTOS, Haroldo Corrêa de. **Política das Comunicações**. Conferência. In: Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, vol. 2, n.5, Abr, 1985. Disponível em <<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/69>>. Acesso em fevereiro de 2020.

MCCAULEY, Michael. **NPR: The trials and triumphs of National Public Radio**. New York: Columbia University Press, 2005.

MECHI, Patrícia. **Camponeses do Araguaia: da guerrilha contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra**. In: Projeto História. São Paulo, n.46, p167-195, Abr, 2013. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/16300/13755>>. Acesso em fevereiro de 2020.

MECHI, Patrícia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 401f. São Paulo: 2012. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12750>>. Acesso em abril de 2020.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. **A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica**. In: Revista Univeistas Jus. Brasília, vol.27, n.1, Jan/Jun, 2016. Disponível em <<https://www.publicacoes.uniceub.br/jus/article/view/3842>>. Acesso em fevereiro de 2020.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Ato de fé na Amazônia**. Discurso proferido dia 8 de outubro de 1970. In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/atos-de-fe-na-amazonia>>. Acesso em outubro de 2020.

MENDEL, Toby. **Serviço público de radiodifusão: um estudo de direito comparado**. Brasília: UNESCO, 2011.

MIOLA, Edna. **Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais. 294f. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/arquivos_premio_anual/897aea8113f2be29429ce402668544db.pdf>. Acesso em setembro de 2020.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura militar e Amazônia: as promessas desenvolvimentistas de um governo autoritário**. In: Anais do XXIX Simpósio de História Nacional. Brasília, Jul, 2017. Disponível em <http://snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488736405_ARQUIVO_textocompletoST.pdf>. Acesso em outubro de 2020.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura militar e Amazônia: desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 259f. Manaus, 2018. Disponível em <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6835>>. Acesso em agosto de 2020.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Perspectivas do golpe 1964: abordagens da grande imprensa no Norte e Sudeste do Brasil**. In: Caderno Pesquisa do CDHIS. Uberlândia-MG, vol.30, n.2, p.281-305, Jul/Dez, 2017. Disponível em <<https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/41689>>. Acesso em outubro de 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e Identidade na Formação Brasileira. In: **Ideologias Geográficas**. 5ª edição. São Paulo: Annablume, 2005. p.93-102.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Palanque**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

MOREIRAS, Alberto. **A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

MORIN, Edgar. **O Método 1: A natureza da natureza**. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1977.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo. 368f. São Paulo, 2000. Disponível em <https://www.academia.edu/12851483/EM_GUARDA_CONTRA_O_PERIGO_VERMELHO_O_ANTICOMUNISMO_NO_BRASIL_1917_1964>. Acesso em outubro de 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5**. In: Revista Brasileira de História. Vol.38, n.79, p.195-216, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQt>>. Acesso em outubro de 2020.

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Livres, 2019. Disponível em <<https://portolivre.fiocruz.br/batalha-invis%C3%ADvel-da-constituente-interesses-privados-versus-car%C3%A1ter-p%C3%ABblico-da-radiodifus%C3%A3o-no>>. Acesso em março de 2021.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação [1900]**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NAZARENO, Claudio. **A implantação da TV pública no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1104/implantacao_tv_nazareno.pdf>. Acesso em abril de 2021.

NEVES, André Luiz Varella. **A Geopolítica da Amazônia no século XXI: o pensamento de Mário Travassos revisitado**. In: Revista Brasileira de Estudos de Defesa. Vol.5, n.1, p.87-114, Jan/Jun, 2018. Disponível em <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75091>>. Acesso em dezembro de 2020.

NEVES, Simone Aparecida. **O rádio como agente de letramento literário de crianças: um estudo sobre o programa radiofônico Encontro com Tia Leninha, da Rádio Nacional da Amazônia (1979-1999)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais. 214f. Belo Horizonte: 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B9UN2B>>. Acesso em março de 2020.

NITAHARA, Akemi. **As origens da EBC: mapa interativo histórico da EBC de 1923 a 2019**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 213f. Rio de Janeiro, 2019.

NOBRE, Ismael; NOBRE, Carlos. **Projeto Amazônia 4.0: definindo uma terceira via para a Amazônia**. In: Futuribles em Português. São Paulo, n.2, Set, 2019. Disponível em <https://www.futuribles.com/media/uploads/futuribles_pt_ed_02_.pdf>. Acesso em maio de 2021.

NOGUEIRA, Silvia. **Facetas do Rádio: Uma Etnografia das Emissoras de Ilhéus (Sul da Bahia)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 376f. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://objdig.ufrj.br/72/teses/632603.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 112-127.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A interativa teoria do rádio**. In: Anais do XXII Congresso Brasileiro da Ciência da Comunicação - INTERCOM. Rio de Janeiro, Set, 1999. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/b648e50b673db9c9c62f9540f751b6a7.PDF>>. Acesso em fevereiro de 2021.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **Rádio: interatividade entre rosas e espinhos**. In: Novos Olhares. São Paulo, n2, p13-30, 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51314/55381>>. Acesso em setembro. 2020.

OTHERO, Gabriel de Ávila. **Mitos de Linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

OTONDO, Teresa Montero. **Televisão pública na América Latina: para quê e para quem?**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade de São Paulo. 359f. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-01122009-102437/pt-br.php>>. Acesso em outubro de 2019.

PAIVA, Livia de Meira Lima. **Cultura e ditadura: permanências autoritárias nas políticas culturais**. In: Anais do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI. João Pessoa, Nov, 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=819706c2dff857bc>>. Acesso em de abril de 2021.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

PAIXÃO, Cláudio Chaves. **Radionovelas: o cotidiano da população amazônica nas produções da Rádio Nacional da Amazônia (1977 a 2019)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins. 206f. Palmas, 2019. Disponível em <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1784>>. Acesso em fevereiro de 2020.

PAULINO, Fernando Oliveira; SILVA, Luiz Martins da (Org.). **Comunicação Pública em debate: ouvidoria e rádio**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. Disponível em <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14774>>. Acesso em novembro de 2020.

PEREIRA FILHO, Jorge José. **A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o desafio da participação cidadã: estudo sobre o Conselho Curador (2007-2011)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de São Paulo. 211f. São Paulo, 2015. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-03022016-154746/pt-br.php>>. Acesso em setembro de 2019.

PIERANTI, Octavio Penna. **A radiodifusão pública resiste: A busca por independência no Brasil e no Leste Europeu**. 1ª edição. Brasília: FAC-UnB, 2018. Disponível em <https://faclivros.files.wordpress.com/2018/08/a-radiodifusc3a3o-pc3bublica-resiste_a-busca-por-independc3aancia-no-brasil-e-no-leste-europeu.pdf>. Acesso em novembro de 2020.

PIERANTI, Octavio Penna. **Da segurança nacional à insegurança jurídica nas telecomunicações: o código brasileiro de telecomunicações, 45 anos depois**. In: Revista EPTIC. Sergipe, vol.9, n.3, 2007. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/316>>. Acesso em novembro de 2020.

PIERANTI, Octavio Penna. **Mudança de rumo na radiodifusão educativa: estabelecimento de regras para novas outorgas e implementação de uma política de massificação do serviço (2011-2016)**. Revista EPTIC. Sergipe, vol.18, n.3, 2016. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/5800>>. Acesso em novembro de 2020.

PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas públicas para radiodifusão e imprensa: ação e omissão do estado no Brasil pós-1964**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas. 111f. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3542>>. Acesso em março de 2021.

PIERANTI, Octavio Penna; WIMMER, Miriam. **Serviços públicos de radiodifusão? Incoerências, insuficiências e contradições na regulamentação infraconstitucional**. Revista EPTIC. Sergipe, vol.11, n.1, 2009. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/156/131>>. Acesso em fevereiro de 2022.

PIMENTEL, ALESSANDRA. **O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica**. In: Cadernos de Pesquisa. N.114, p.179-195, Nov, 2001. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv>>. Acesso em novembro de 2019.

PINHEIRO, Claudia (org.). **A Rádio Nacional: alguns dos momentos que contribuíram para o sucesso da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

PINHEIRO, Giovani Gonçalves. **Projeto Minerva: rádio educativo no contexto da ditadura militar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 102f. Cascavel-PR, 2016. Disponível em <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/3366>>. Acesso em janeiro de 2021.

PROJOR - Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. **Atlas da Notícia**. 1ª Edição, 2018. Disponível em <<https://www.atlas.jor.br/plataforma/edicoes/atlas1/radiodifusao/>>. Acesso em fevereiro de 2021.

PROJOR - Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. **Atlas da Notícia**. 3ª Edição, 2019. Disponível em <<https://www.atlas.jor.br/plataforma/estatisticas-v3/>>. Acesso em fevereiro de 2021.

QUÉRÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (orgs). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

RAMOS, Murilo César. Governos do PT, políticas de comunicação e pacto conservador. In: Cabral, Eula; Cabral Filho, Adilson. **Comunicação e cultura no Brasil: diálogos com a Economia Política da Comunicação e da Cultura**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. p. 23-51. Disponível em <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/11894>>. Acesso em setembro de 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. 353f. São Paulo, 2006. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/pt-br.php>>. Acesso em dezembro de 2020.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. In: Revista Tempo. Niterói, vol.11, n.22, p.5-30, 2007. Disponível em <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10370>>. Acesso em outubro de 2020.

RODRIGUES, Carmen Izabel. **Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença**. In: Novos Cadernos NAEA. Belém, vol.9, n.1, p.119-130, Jun, 2006. Disponível em <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/60>>. Acesso em dezembro de 2020.

RODRIGUES, Denise Simões. **Revolução cabana e construção da identidade amazônica**. Belém: Editora UEPA, 2019.

ROMAIS, Célio. **O que é rádio em ondas curtas**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROQUETTE-PINTO; Edgard. **Rondonia**. 4ª edição. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

SEGUNDO, Rinaldo. **Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

SEMERARO, Giovanni. **Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci**. In: Revista Educação & Sociedade. Campinas, ano XX, n.66, Abr, 1999. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/es/a/Q4DLfmXKNVDzJKm9GrKGrnj/?lang=pt>>. Acesso em março de 2021.

SILVA, Ellis Regina Araújo da. **Gênero e Feminismo no Rádio: o programa Viva Maria da Rádio Nacional**. In: Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-sonora-1>>. Acesso em janeiro de 2021.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento Estratégico**. Brasília: Editora UnB, 1981.

SILVA NETO, Antonio Argolo. **Rádiodifusão Internacional: o Desenho do mundo na sintonia das Ondas Curtas**. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade) - Universidade Estadual de Feira de Santana. 206f. Feira de Santana-BA, 2011. Disponível em <http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/1137/2/DISSERTA%C3%87%C3%83O_ANTONIO_ARGOLO.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA JUNIOR, Airton Santos de. **Tupinismo: um estudo sobre a imposição da língua geral amazônica no contexto brasileiro**. In: Revista de Letras Juçara. São Luís, vol.3, n.2, p.128-142, 2019. Disponível em <<https://ppg.revistas.uema.br/index.php/jucara/article/view/2055>>. Acesso em julho de 2020.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1993.

SOUZA, Matilde de. **Transamazônica: integrar para não entregar**. In: Nova Revista Amazônica. Bragança, vol.8, n.1, p.133-152, Abr, 2020. Disponível em <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8624>>. Acesso em agosto de 2020.

STAEVIE, Pedro. **Crescimento demográfico e exclusão social nas capitais periféricas da Amazônia**. In: Textos e Debates. Boa Vista, n.17, p.33-51, 2009. Disponível em <<https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/3392>>. Acesso em setembro de 2020.

STAEVIE, Pedro. **Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista – Roraima**. In: Oculum Ensaios. Campinas, n.13, p.68-87, 2011. Disponível em <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/142>>. Acesso em setembro de 2020.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

STEPHAN, Claudia. **A Ideologia da Bipolaridade: a Introdução da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e as Implicações para a Democracia no Brasil**. In: Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Set, 2015. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/sicp/anais/defesa/>>. Acesso em agosto de 2021.

STROZI, Guilherme Gonçalves. **Comunicação pública e participação: vida e morte do conselho curador da EBC**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília. 330f. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38504>>. Acesso em maio de 2020.

TIBOLA, Ana Paula Lima. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1946-1966)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo. 125f. Passo Fundo, 2007. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/3800-a-escola-superior-de-guerra-e-a-doutrina-de-seguranca-nacional-1949-1966>>. Acesso em janeiro de 2020.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1960.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Record. 1968.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (org). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EdUSP, 1973. p.96-116.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ª edição. Lisboa: Vega, 1999, p. 74-90.

VALENTE, Jonas. **A TV Pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da radiodifusão brasileira**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília. 208f. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5468>>. Acesso em outubro de 2019.

VARGAS, Getúlio. **Discurso do rio Amazonas**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, ano 4, p.3-6, Abr/Jun, 1942. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf>. Acesso em abril de 2020.

VICTORIA, Claudio Gomes da. **Mergulhando nos rios do cotidiano: escola e cultura na vida dos jovens de uma comunidade ribeirinha no Amazonas**. In: Anais do V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira. Campinas, 2012. Disponível em <<http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-117.pdf>>. Acesso em agosto de 2021.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Tradução de Márcio Serelle e Mário Viggiano. 1ª edição. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

WULF, Andrea. **A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. São Paulo: Planeta, 2016.

ZANDEN, Jan Luiten van; et al (orgs). **How was life?: Global Well-being since 1820**. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 2014. Disponível em <<https://www.oecd.org/statistics/how-was-life-9789264214262-en.htm>>. Acesso em março de 2021.

ZORZAL, Gabriela. **Democracia representativa e democracia participativa: limites e complementaridade**. In: Anais da Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/scsufes/article/view/8567>>. Acesso em agosto de 2021.

APÊNDICES

DESCRIPTIVO DAS CARTAS ANALISADAS**DESTINATÁRIA: HELENA BORTONE****Descrição:**

A radialista Helena Bortone (Tia Leninha) foi responsável por programas infantis na Rádio Nacional da Amazônia, tendo iniciado sua carreira na emissora em 1979, dois anos após sua fundação. A atração de maior sucesso foi o Encontro com Tia Heleninha. Faleceu em 2008.

Observações:

- São listadas 14 cartas, disponibilizadas pelo acervo da EBC.
 - Apesar do foco no público infantil, as cartas revelam correspondência com ouvintes de faixas etárias variadas.
-

Anotações:**CARTA 01**

Remetente: Maria Augusta Siqueira

Destinatário: Helena Bortone

Data: 30/09/1983

Origem: São Gabriel da Cachoeira (AM) | Foz do Rio Içara - Aldeia do Alto do Rio Negro

- Informa sobre "três sobrinhos da Tia Leninha", isto é, três crianças indígenas ouvintes.
- Conta sobre sua identidade.
- "Faz oito anos que estamos aqui, somos missionários da Missão Novas Tribus do Brasil, missão que trabalha com os índios. Na aldeia onde moramos tem mais de 120 índios, falam um pouco de português"

CARTA 02

Remetente: Junior

Destinatário: Helena Bortone

Data: 28/05/1983

Origem: Sucre / Bolívia

- Escrito em espanhol.
- Fala que gosta muito da radionovela Uma Casa para Muitos.
- Manifesta desejo de participar do sorteio das camisetas anunciado no programa.
- Fala que adora o Brasil.
- Conta que completará 7 anos em 02 de outubro.

CARTA 03

Remetente: Roger Martins Gonçalves

Destinatário: Helena Bortone

Data: 28/07/1984

Origem: Boa Vista (RR) | Posto Indígena Wai Tribos

- Conta que trabalha na FUNAI e que seus dois filhos adoram o programa.
- Pede um exemplar dos livros "Me dá sua mão" e "Desculpa mãe".
- Agradece a "maravilhosa obra em prol das nossas crianças".

CARTA 04

Remetente: Carlos Alberto e Auleci Moreira

Destinatário: Helena Bortone

Data: 15/04/1980

Origem: Cacoal (RO) | Comunidade de Riozinho

- Parabeniza pelo trabalho.
- Conta que é funcionário da FUNAI e que tem dois filhos e uma filha.
- Conta que o rádio é o único divertimento diário no meio da floresta.
- Conta que os filhos têm vários amigos indígenas e que se reúnem para ouvir o programa.
- Manda um abraço para as crianças indígenas.
- Pede para tocar a música "Deus que abençoe as crianças do meu Brasil", de Nelson Ned.
- Encerra reiterando a admiração ao programa.

CARTA 05

Remetente: Kennya Renata de Souza

Destinatário: Helena Bortone

Data: 02/03/1979

Origem: Pontes e Lacerda (MT)

- Conta que adora o programa e ora a Deus pela saúde de Tia Leninha.
- Conta que tem 1 ano e 3 meses.
- Conta que não saiu de perto do rádio quando passou a história do Chapeuzinho Vermelho.
- Conta que já fala algumas palavras.
- Conta que algumas crianças da vizinhança sabem contar algumas das historinhas que passam no programa.
- Cita o nome de alguns primos.
- Pede para dedicar uma história ao seu primo que fará aniversário no dia 30/03.

CARTA 06

Remetente: Carlinho Silva

Destinatário: Helena Bortone

Data: 10/01/1983

Origem: Porto Franco (MA)

- Conta que toda a família escuta o programa diariamente.
- Diz que, apesar de não a conhecê-la pessoalmente, à conhece pelo coração.
- Conta que é ouvinte há 4 anos e percebe através do rádio como Tia Leninha é maravilhosa.

- Elogia a novela Poliana e a programação de férias.
- Conta que tem 17 anos e que é formado em desenho artístico e publicitário.
- Oferece para enviar uns quadros de paisagem para sortear entre as crianças ouvintes. Diz que ficaria feliz.

CARTA 07

Remetente: Irmã Maria Matilde

Destinatário: Helena Bortone

Data: 22/10/1979

Origem: Sinop (MT)

- Diz sobre o prazer de enviar a carta e que sente a felicidade de Tia Leninha na comunicação com as crianças.
- Elogia o programa e a apresentadora.
- Diz que já sonhou com Tia Leninha e pede que ela envie uma foto.
- Diz que gosta muito de crianças, mas não trabalha diretamente com elas.
- Conta que as crianças da região ouvem Tia Leninha e sabem contar as histórias.

CARTA 08

Remetente: Joilma de Carvalho Silva

Destinatário: Helena Bortone

Data: 28/02/1984

Origem: Porto Franco (MA)

- Conta que escreve pela primeira vez.
- O motivo é o desejo de pedir um conselho.
- Conta que tem 8 anos e que chupa o dedo polegar direito, o que faz com que sua mãe e seis irmãos briguem com ela.
- Pergunta se deve parar de chupar o dedo.
- Diz que é uma boa aluna e que vai fazer o 2º ano primário.
- Pede para tocar a música "Ai meu nariz" da Turma do Balão Mágico.

CARTA 09

Remetente: Virgulino Paes da Silva

Destinatário: Helena Bortone

Data: 06/02/1980

Origem: Alto Araguaia (MT)

- Diz que é ouvinte diário e fã.
- Conta que depois que começou a ouvir o programa ficou mais obediente e que fica mais em casa.
- Elogia Tia Leninha.
- Pede para contar a história da Cinderela e a oferece para seus amigos da 2ª Série.
- Conta que tem 8 anos.

CARTA 10**Remetente:** Maria Elizete de Freitas**Destinatário:** Helena Bortone**Data:** 22/10/1983**Origem:** Juara (MT)

- Deseja saúde e felicidade à Tia Leninha.
- Elogia as novelas "Poliana", "Uma casa para muitos", "Dito Gaioleiro", "O Circo Chegou".
- Lembra que em 1981, Tia Leninha leu uma carta sua que contava sobre a doença da mãe.
- Conta que recebeu quase 600 cartas desejando melhoras para a mãe e alegria para ela.

CARTA 11**Remetente:** Iodete Almeida Ramos**Destinatário:** Helena Bortone**Data:** 22/10/1983**Origem:** Tangará da Serra (MT)

- Diz que é ouvinte diária e adora o programa.
- Elogia a programação do mês das crianças.
- Elogia a radionovela "O Circo Chegou".
- Declara sua paixão pela Tia Leninha.

CARTA 12**Remetente:** Erinalva Santos**Destinatário:** Helena Bortone**Data:** 21/11/1983**Origem:** Lago da Pedra (MA)

- Pede para não falar seu nome no programa e que seja chamada apenas de garota do Lago da Pedra.
- Conta que queria morar com Tia Leninha.
- Diz que não tem pai e que sua mãe "sempre pede para procurar uma pessoa pra mim morar com ela".
- Conta que está escrevendo em segredo, que a mãe não sabe.
- Conta que tem 15 anos e pode ajudar, que pode ser empregada de cozinha, que pode ser qualquer coisa porque vai estar satisfeita se estiver com Tia Leninha.
- Diz que tem esperança que Tia Leninha aceite.

CARTA 13**Remetente:** Maria de Lourdes Nogueira**Destinatário:** Helena Bortone**Data:** 30/04/1979**Origem:** Arenópolis (MT)

- Conta que é a primeira carta que escreve para a Rádio Nacional.
- Diz que torce pela continuidade do programa para sempre.
- Conta que é professora e tem 22 alunos e as crianças gostam de ouvir o programa, embora algumas já estão trabalhando na roça e não conseguem ouvir.

DESCRIPTIVO DAS CARTAS ANALISADAS

DESTINATÁRIA: EDILEIA MARTINS

Descrição:

A radialista Edileia Martins (ou simplesmente Didi) integra a nova geração de radialistas da Rádio Nacional da Amazônia, contratada por meio de concurso público realizado pela EBC em 2011.

Observações:

- Conteúdo abaixo integra acervo pessoal da radialista.
 - As cartas destacadas para análise compõem um bloco aleatório de correspondências recebidas pela radialista entre 2015 e 2016 e disponibilizada por ela sem nenhuma seleção prévia.
 - Deste bloco, excluímos algumas cartas de remetentes de fora da região da Amazônia Legal. Restaram 19 cartas.
 - Algumas das cartas não possuem referência exata da data de escrita, apenas o ano de recebimento.
-

Anotações:

CARTA 01

Remetente: Jaeni da Silva dos Santos

Destinatário: Edileia Martins

Data: Indeterminada / 2016

Origem: Rurópolis (PA) | Fazenda Água Preta

- Informa que escreve pela primeira vez.
- Elogia o programa.
- Pede uma música: Rosana - Nenhum Toque.
- Dedicar a música à Didi e a outros integrantes da equipe da Rádio que conhece pelo nome.
- Também dedica a música para pais, irmãos e amigos, citando dezenas de nomes.
- Detalhes gráficos: desenhos de flores coloridas.

CARTA 02

Remetente: Jamilda Ribeiro de Oliveira

Destinatário: Edileia Martins

Data: Indeterminada / 2016

Origem: Alta Parnaíba (MA) | Comunidade Estiva

- Informa que é fã do programa.
- Pede uma música: Maiara e Maraiza - 10%.
- Dedicar a música para Didi, pais, irmãos, professor e amigos.
- Termina com "Só dá flamenguista" [Didi também é flamenguista].
- Detalhes gráficos: desenho de flor.

CARTA 03**Remetente:** Edilene Alves Rocha**Destinatário:** Edileia Martins**Data:** 26/08/2016**Origem:** Alta Parnaíba (MA) | Comunidade Baixa Danta

- Elogia Didi e a voz da apresentadora.
- Pede música: Simone e Simaria - Vem Violão.
- Oferece a música aos pais, aos irmãos e cunhados, aos sobrinhos e aos amigos.

CARTA 04**Remetente:** José Ribamar**Destinatário:** Edileia Martins**Data:** 06/12/2016**Origem:** Barra do Corda (MA)

- Informa do aniversário da amiga.
- Pede música para ela: Zezé de Camargo e Luciano - Vai dar tudo certo.
- Deixa o número de telefone celular.

CARTA 05**Remetente:** Patrícia Vieira Rodrigues**Destinatário:** Edileia Martins**Data:** Indeterminado / 2016**Origem:** Placas (PA) | Travessão do Planalto Km 300

- Elogia Didi.
- Pede música Calcinha Preta - Dona do Barraco.
- Oferece para mãe, irmão e amigos (Pierry, Myrian Noronha, Iranilde, Zé Flamengo, Joseane Alves e outros).
- Deseja felicidades à equipe da emissora.
- Encerra com uma mensagem: "Ser feliz não é viver apenas momentos de alegria. É ter coragem de enfrentar momentos de tristeza e sabedoria para transformar os problemas em aprendizado".

CARTA 06**Remetente:** Marcelo Payum Munduruku**Destinatário:** Edileia Martins**Data:** Indeterminado / 2016**Origem:** Jacareacanga (PA) | Aldeia Terra Preta Rio das Tropas

- Usa saudação munduruku: xipat.
- Pede uma música: Henrique e Juliano - Cuida bem dela.
- Oferece a música para Didi e amigos.

- Também oferece a todas as aldeias indígenas sintonizadas no programa Nacional Jovem.

CARTA 07

Remetente: Edilene Alves

Destinatário: Edileia Martins

Data: Indeterminado / 2016

Origem: Alto Parnaíba (MA) | Comunidade Baixa Danta

- Pergunta se está tudo bem com a equipe da Nacional.
- Pede música: Victor e Léo - Na Linha do Tempo.
- Oferta a música para pais, irmãos e amigos (Zé Flamengo, José Wilson, Wilson Elias, e outros).
- Também dedica a música à Didi.

CARTA 08

Remetente: Jojô Martins

Destinatário: Edileia Martins

Data: Indeterminado / 2015

Origem: Alto Parnaíba (MA) | Comunidade Mundo Novo

- Conta que gosta quando Didi a chama de ioiô.
- Pede a música: Leonardo - Hoje.
- Dedica a música para Didi e Pipi [operador de áudio da Rádio Nacional da Amazônia].
- Também a dedica aos pais, irmãos, tios, primos, padrinho, sobrinhos e amigos.
- Se identifica como Jojô Martins, a flamenguista apaixonada [mesmo time de Didi].

CARTA 09

Remetente: Amanti

Destinatário: Edileia Martins

Data: Indeterminado / 2016

Origem: Alto Parnaíba (MA) | Comunidade Estiva Celto

- Pede música: Maiara e Maráisa - 50 reais.
- Oferece para Didi, pais, irmãos, professor e amigos.
- Faz menção ao clube de Didi: "só dá flamenguista 100%".

CARTA 10

Remetente: Darlene dos Santos Alves

Destinatário: Edileia Martins

Data: 15/12/2015

Origem: Placas (PA) | Vicinal Água Fria

- Pede música Ivete Sangalo - Azul cor do mar.
- Oferece à Didi e demais membros da equipe da emissora.

- Oferece ainda aos pais, ao esposo, aos irmãos, à sogra, aos cunhados.
- Pede ainda que a amiga Cassilda da Silva Martins, de Pacajá (PA) dê notícias: "perdi o endereço dela e não tenho notícias há mais de quatro anos".
- Pede notícias por telefone e deixa seu número.
- Deseja feliz natal.

CARTA 11

Remetente: Carlonildes Ribeiro Silva e Allan

Destinatário: Edileia Martins

Data: Indeterminado / 2016

Origem: Açailândia (MA) | Povoado Brejo do Tiro - Fazenda Canaã

- Fala sobre o prazer de escrever para Didi.
- Diz que mora na roça, onde não tem nem energia e nem estrada e que ouve o rádio de pilha.
- Pede uma música, mas não sabe o cantor. O nome dela é "O menino da canoa". Ouviu uma vez na Rádio Nacional e gostou da música.
- Oferece a música à equipe da emissora, ao esposo e aos filhos.
- Em folha anexa, Allan, filho de Carlonildes, também escreve: diz que tem 15 anos e que ficou feliz que outra carta anterior sua foi lida pela Didi.
- Pede que Didi escolha uma música em nome dele.
- Informa que o aniversário do pai é dia 13/06/2016 e pede que cante "parabéns" para ele. Diz que ele é o melhor pai.

CARTA 12

Remetente: João Freitas

Destinatário: Edileia Martins

Data: Indeterminado / 2015

Origem: Capanema (PA)

- Chama Didi de "menina sorriso da Nacional".
- Diz que ela vive alegre e com o astral a mil, atendendo a todos os ouvintes com delicadeza.
- Acompanha Didi desde a sua estreia e que ela contagia os ouvintes.
- Pede música de Teodoro e Sampaio: Quem vai mandar no mundo é a mulher.
- Oferece para Didi e pra outros integrantes da equipe da emissora (nomeadamente Pipi, Célio Antônio, Sula, Ju, Beth Begonha, Mara Régia).
- Termina com uma charada para Didi responder.

CARTA 13

Remetente: Eliane dos Santos (Abelha Rainha)

Destinatário: Edileia Martins

Data: 13/01/2015

Origem: São Félix do Xingu (PA) | Vila Teilândia

- Fala da satisfação de voltar a escrever para Didi.

- Diz que não ouviu o programa no dia em que Didi perguntou a razão dela se apresentar como Abelha Rainha. Uma amiga que ouviu lhe contou.
- Explica que ouviu a Beth Begonha (outra radialista da emissora) há muito tempo. No seu programa, ela estava organizando um grupo da bicharada e pedia aos ouvintes para escolher um bicho da Floresta Amazônica. Ela queria ser arara azul e escreveu 40 cartas, mas como morava na roça, ainda não tinha ido à cidade para colocar no correio. Ficou triste quando Beth Begonha leu a carta de um outro ouvinte que também queria ser arara azul. Rasgou todas as 40 cartas. Um dia, após os afazeres domésticos, se deparou com uma abelha rainha e decidiu que seria seu bicho. Enviou várias cartas até que Beth Begonha leu uma delas e aprovou a escolha.
- Pede música: Banda Kassicó - Caso complicado.
- Oferece a música para amigos, primo, esposo e filha.

CARTA 14

Remetente: Renildo Fernandes
Destinatário: Edileia Martins
Data: Indeterminado / 2016
Origem: Tabatinga (AM)

- Pede música: Simone e Simaria - Quando o mel é bom.
- Oferece às amigas e para todos da comunidade de Taúaru
- Desenhos de coração

CARTA 15

Remetente: José Julião
Destinatário: Edileia Martins
Data: Indeterminado / 2016
Origem: São Félix do Xingu (PA) | Comunidade Novo Horizonte - Sítio Santa Rita

- Saúda Didi e pede música de Amado Batista: Princesa.
- Dedica o pedido à sua esposa, à sua neta e aos seus cinco filhos.
- Oferece ainda para dois casais de amigos, para toda a comunidade Novo Horizonte, para Didi e para toda a equipe da emissora.

CARTA 16

Remetente: Andreia Silva Pereira
Destinatário: Edileia Martins
Data: 19/03/2016
Origem: Pacajá (PA) | Vila Bom Jardim

- Pede que Didi cite seu nome e lhe "mande o alô" ao vivo no programa.
- Diz que ouviu as risadas da Didi e acha sua fala engraçada e carinhosa.
- Pede a música de Fátima Leão - Pecado de amor.
- Oferece à Didi e para outros funcionários da emissora.
- Também oferece ao seu esposo, aos filhos, aos sogros e aos demais ouvintes.
- Desenhos de coração.

CARTA 17**Remetente:** Santina Almeida da Silva**Destinatário:** Edileia Martins**Data:** 28/09/2016**Origem:** Pacajá (PA)

- Diz que não perde o programa Nacional Jovem nenhum dia.
- Pede música de Victor e Léo.
- Oferece à Didi, ao marido, a dois amigos e aos demais ouvintes.

CARTA 18**Remetente:** Laís Araújo de Sousa**Destinatário:** Edileia Martins**Data:** Indeterminado / 2016**Origem:** Novo Repartimento (PA) | Sítio Terra Boa

- Saúda Didi e pede música de Léo Magalhães: Chega lá em casa.
- Oferece para mãe, pai, irmãos e para Didi e Pipi.
- Deseja feliz natal.
- Diz que ama Didi do fundo do coração.
- Desenho de coração.
- Encerra com uma mensagem: "Amigos são anjos que nos levanta quando estamos machucados".

CARTA 19**Remetente:** Zé Flamengo**Destinatário:** Edileia Martins**Data:** 30/06/2016**Origem:** Bom Jardim (MA) | Povoado Brejo Social

- Escreve em um papel estilizado com símbolo e mascote do Flamengo.
- Diz que ama o programa e pede que cante parabéns no seu aniversário no dia 16/07/2016.
- Pede música de Gian e Giovani - 1000 corações.
- Oferece à Didi e a amigos (Patrícia Vieira, Luciana Severino, Edilene Alves, Nair Gomes, Elena Eliana Palmeirim, Myriam Noronha e outros).

CARTA 20**Remetente:** Lessilda Souza Farias**Destinatário:** Edileia Martins**Data:** 07/06/2016**Origem:** Novo Progresso (PA) | Fazenda Sinhá

- Diz que está om saudades de Didi.

- Pede música Ludmilla - Não sai do meu Facebook.
- Dedicar a Didi, a outros integrantes da emissora (Pipi e Cláudio Lima), aos pais, aos irmãos, aos sobrinhos, aos cunhados, aos sogros, ao esposo e aos amigos.

CARTA 21

Remetente: Fátima Aparecida Ducher

Destinatário: Edileia Martins

Data: 05/04/2016

Origem: Redenção (PA)

- Inicia a carta com um conselho poético: "O segredo é não correr atrás das borboletas e cuidar do jardim para que elas venham até você".
- Pede música: César Menotti e Fabiano - Do lado esquerdo.
- Oferece o pedido para várias pessoas (cita os nomes).
- Também oferece à Didi e ao Pipi.

FICHA: PROGRAMA RADIOFÔNICO 01**Programa:** Programação Especial 10 anos da Rádio Nacional da Amazônia**Data:** 01/09/1987**Duração:** cerca de 240 minutos (trecho disponível analisado, programação foi mais extensa)**Observações:**

- Programação ao vivo exclusiva da Rádio Nacional da Amazônia nos 10 anos da emissora
- Conteúdo analisado disponibilizado pelo acervo da EBC
- Foram disponibilizados arquivos sonoros referentes a oito fitas da programação do dia 01/09/1987

Músicas tocadas:

- 1) Elba Ramalho / Vem Ficar Comigo
- 2) Roberto Carlos / Olhando estrelas
- 3) Lobão / Blá Blé Blá Eu te amo
- 4) Alcione / O que eu faço amanhã
- 6) Rosana / Nem um toque
- 7) Geraldo Nunes / Beijo Gostoso (brega)
- 8) Maria Bethânia / Quero ficar com você
- 9) Claudio Zoli / Sartando Dessa
- 10) José Orlando / Eu quero é namorar (brega)
- 11) Ritchie / Loucura e Mágica
- 12) Sandra Sá / Joga Fora

Descritivo e anotações:

[FITA 06]

- Edelson Moura apresentando primeiro trecho. Trabalhadores (radialistas, arquivistas) sendo chamados para saudar a Rádio Nacional da Amazônia e contar um pouquinho do que faz.
- "Valmira, quem foi que lhe trouxe para a rádio?" "Foi a Rita Furtado".
- Programação especial vai até 18h
- Chama autoridades para saudar a Rádio Nacional da Amazônia: José Carlos, presidente da Telecomunicações de Rondônia (TELERON)
- Publicidade: Agência de Taxi Aéreo
- Publicidade: Shows
- Volta a chamar trabalhadores para saudar a emissora e contra o que faz
- Rita Furtado: "cheguei em janeiro, fevereiro de 1977. A equipe de produção começou a março. Eles vinham da equipe da onda curta internacional. Era uma experiência nova. Uma preocupação de que a Rádio, quando entrasse no ar, viesse a ter a audiência que veio a ter. E que os ouvintes nos escrevessem. O que todo mundo achava meio impossível."

- Rita Furtado: "foi muito intuição [para montar a equipe] e das pessoas que foram chegando que se viam atraídas por esse trabalho". Conta de profissionais que já estavam em Brasília, que vieram do Paraná indicados por profissionais que já estavam, etc.
- Rita Furtado: uma vez nós fizemos uma espécie de um concurso público do qual participaram 100 concorrentes. Nós selecionamos uns 10, e não tem mais ninguém aqui hoje. Eles vieram achando que iam aparecer mais [uma radialista presente interrompe e diz que é do concurso]. É a única.
- Concurso foi em 1978.
- Muitos elogios à Rita Furtado pelos trabalhadores.

[FITA 07]

- Transmissão inicialmente era de 15 às 19h (terminava com a Voz do Brasil)
- Domingo Nacional foi o primeiro programa matutino. Ouvintes começaram e enviar muita pergunta, pedir muitas músicas.
- Despedida de radialista que vai se mudar acompanhando o marido. Colegas fazem homenagem.
- Publicidade: Auris-Sedina
- Publicidade: Ourominas | Equipamentos para garimpeiro
- Publicidade: Casas Pernambucana
- Publicidade: Prefeitura de Peixoto de Azevedo (MS) anunciam desconto para IPTU antecipado
- Publicidade: Escola Técnica Federal oferece curso de fabricação de sabão
- Publicidade: Biocampo anuncia semente para pastagem
- Publicidade: Licor Antimalárico
- Programas Som da Minha Terra, Clube do Ouvinte, Brasil Saudade
- Muitos programas no local Boca do Acre (AM), Cruzeiro do Sul (AC), Cacoal (RO), Guajaramirim (RO)
- Jadir: Nossa discoteca era muito pequena. Com o tempo ela foi melhorando. Tentava atender o maior número de ouvintes possível.
- Muitos trabalhadores ressaltando o clima família da Rádio Nacional da Amazônia.
- Rita Furtado conta "causos" da equipe
- Rita Furtada: Essa dedicação trouxe benefícios pra uma população que vivia isolada. E que também colaborou muito pro nosso trabalho dar certo. Essa participação dos ouvintes da Amazônia também foi fundamental. Então na verdade, eu fico feliz quando vocês dizem que eu comecei tudo. Mas na verdade nós começamos tudo. Porque nada seria possível se não fosse esse espírito de equipe e essa coisa que a gente fala de vestir a cabeça.
- Apresentadora Márcia Ferreira: A Rita Furtado não deveria ser só deputada de Rondônia. Deveria ser deputada do Brasil inteiro. O povo do Maranhão adora. O povo do Piauí adora. Inclusive tem até ciúme. Por que que a deputada Rita Furtado escolheu Rondônia?
- Rita Furtada: Agradeço aos ouvintes de Rondônia que no momento que eu saí da Rádio e fui fazer um trabalho político, eles confiaram em mim, me deram carinho e me apoiaram.
- Termina às 11:31 de Brasília

[FITA 08]

- Sula Sevilis: Vamos falar das pratas da casa. Primeiro fala da Rita Furtado ao longo de 2 minutos. "Ela se dedicou extremadamente para que o projeto da Rádio Nacional da Amazônia pudesse dar certo. Tomou a frente dos trabalhos. Acompanhou essa instalação da nossa

emissora passo a passo. Dedicava até 15h de trabalho diário. Começou montando sua equipe de trabalho, montando suas metas. Estudou com afinco toda a região da Amazônia Legal, planejou uma emissora de rádio onde o mais importante seria você ouvinte" "Tudo era feito em direção ao ouvinte, procurando atender basicamente aos anseios brasileiros que se sentiam um pouco afastados da realidade do seu próprio país". "Em 1982 ela se candidatou a deputada por Rondônia, pois sentiu que podia dar mais ainda de si. E o povo de Rondônia reconhecendo o trabalho brilhante de Rita Furtado apostou na sua competência. Durante os quatro anos de seu mandato, Rita Furtado deixou sua marca através do seu trabalho e, em 1986, se reelegeu não só para o cargo de deputada, mas também para representar uma parcela dos brasileiros numa missão importantíssima, tal qual é a formulação da nova constituição brasileira"

- Sula Sevilis fala em sequência de Ana Maria de Matos. Em 1978, criou a área de pesquisa. Posteriormente uma biblioteca com um esquema de arquivamento próprio. Implantou um sistema fichas com temas de interesse do povo da Amazônia Legal como dicas de saúde, agricultura e história. Ficou responsável pelos recados e colocou um telefone a disposição dos ouvintes para que eles pudessem mandar seus recados aos parentes distantes. Valmira anotava os recados no início, depois a Eliana Nascimento. Ana Maria chefe de pesquisa até 1985 quando tirou licença. Voltou em 1986 e passou a apresentar o Bom Dia Amazônia.

- Amado Batista parabeniza a Rádio Nacional da Amazônia.

- Registra parabéns de Zilda Coelho, ouvinte. Não abre o microfone a ela. Apenas registra que ligou.

- Deputado Eraldo Trindade (AP) liga saudando.

- Sula Sevilis fala de Luis Antônio Alves. Chefe do departamento de jornalismo da Radiobrás entre 1985 até junho desse ano, quando passou a chefe dos trabalhos da Rádio Nacional da Amazônia e dos serviços de ondas curtas.

- Publicidade: Remédio para hemorroida

- Publicidade: Fumo

- Publicidade: Loteria Federal

- Sula Sevilis fala com Fernando Augusto, primeiro repórter da Radiobrás a transmitir direto da Amazônia em 1971. "Eu quero inicialmente trazer a você o meu abraço pelo pique bonito de festa que você está levando a essa gente maravilhosa da Amazônia que prestigia o trabalho dessa casa, que levou a voz do Brasil realmente aquele interior. Até então ninguém ouvia Brasil naquela região. Ouviam Cuba, ouviam Moscou, ouviam os Estados Unidos, mas agora o Brasil está presente graças ao trabalho dessa emissora".

- Transmissão em 1971: "Seis anos antes, já havia o desejo de atender aquela região". Médici ia visitar em Altamira as agrovilas.

- Fernando Augusto: Rita Furtado viajava para pesquisar o que o povo queria ouvir.

- A "equipe montada pela Rita Furtada" é reiterada sucessivas vezes.

- Parceria com o Projeto Rondon pesquisando.

- As primeiras 200 cartas da Rádio Nacional da Amazônia: Geisel agendou uma reunião com Rita Furtado e foi notícia na imprensa nacional.

- Fernando Augusto fala do entusiasmo de Rita Furtado. "Tornou um sonho de muito tempo realidade. Muitos pensavam em ter aqui uma grande emissora que pudesse falar para o Brasil e principalmente para aquela área que era um silêncio de rádio. Lá só as potências do exterior chegavam. A voz do Brasil, a palavra do brasileiro, o que aqui [em Brasília] estava acontecendo não era ouvida pelos nossos companheiros lá daquela região. E Rita torna isso uma realidade".

- Programa Repórter da Amazônia [produzido por Clemente Luz] era transmitido pela onda curta antes da criação da Rádio Nacional da Amazônia.

- Fernando Augusto: elogios ao Arthur da Costa e Silva. Menciona as emissoras da Radiobrás como "emissoras oficiais do país".

[FITA 15]

- Publicidade: Creme para pele
- Publicidade: Correios
- Trecho do programa Cantigas de Toda a Gente, apresentado pela Márcia Ferreira, que foi ao ar 12/12/1977. Programa fala das músicas de cada região do país. Nesse episódio fala dos cantos indígenas e dos cantos de crianças indígenas do Xingu.
- Saudação do deputado Edison Lobão (MA): "A partir da Rádio Nacional da Amazônia aquele vasto rincão do território nacional passou a ter uma compreensão do [inaudível] nacional e mundial bem diferente daquele que até então estavam nas suas [inaudível]. É que a Rádio Nacional da Amazônia com sua potência extraordinária, uma das rádios mais potentes do mundo, lança diariamente sua programação dirigida para a Amazônia brasileira. Mas atravessa fronteiras e alcança os demais países da grande Amazônia continental e se espraia por outras nações do mundo. A Rádio Nacional da Amazônia tem sido um polo fundamental de integração nacional. Não fosse ela e os nossos irmãos amazônidas não estariam hoje com a integração intelectual, cultural e social que já existe. Tenho falado frequentemente através das ondas dessa rádio, dessa poderosa e extraordinária emissora do governo brasileiro. Sei o quanto o povo se beneficia das notícias da programação que é sempre muito bem feita. Eu só tenho, portanto, que me congratular com os homens que fazem a Rádio Nacional da Amazônia e que fizeram ao longo desses 10 anos. E com o governo que a mantém a despeito de seus custos. Porque estamos com isso prestando um relevante serviço aos brasileiros que vivem na Amazônia".
- Programa dedicado exclusivamente para a mulher. Mundo mulher. Era apresentado por Lucimar Gonzatto. Depois mudou o nome do programa para Roda Viva.
- Trecho do programa Alfabeto Musical de 29/10/1977
- Saudação do cantor Ismael Carlos
- Fala sobre Alma das Coisas, programa produzido por Oliveira Lima já extinto que era veiculado nos primórdios da emissora. "Fala dos objetos como se tivessem sentimentos. Uma colher, uma panela ou um fósforo tomavam vida e contavam suas aventuras pelo Brasil afora"
- Oliveira Lima fala sobre outro programa dos primórdios: Pergunte o que quiser. Programa que recebeu as primeiras cartas. Buscava responder as cartas. Alma das Coisas também era inspirada em cartas dos ouvintes. Histórias dos ouvintes eram protagonizadas por coisas.
- Saudação do Deputado Aureo Mello (AM)
- Saudação do Frei Domingos: "Vocês são o elo de ligação nacional. Como é importante uma escola no interior, é importante a Rádio Nacional da Amazônia. Como um menino entra numa escola pisando o pé no chão no adobe, da mesma forma a Rádio Nacional entra nas famílias como educadora. Educadora de nacionalidades. Educadora de valores da pátria"

[FITA 16]

- Continua a falar de radialistas que passaram pela emissora e de programas antigos, como o Rádio Postal.
- Publicidade: Casas Pernambucanas
- Publicidade: Prefeitura de Peixoto de Azevedo anuncia descontos no IPTU
- Participação de ouvinte no estúdio: canta uma música parabenizando a emissora

- Luiza Inês assume a apresentação do especial de aniversário. Os maiores sucessos dos 10 anos. Começa lendo carta de ouvinte. Lembra do "Pergunte o que Quiser", exibido ainda na época "Rádio Nacional de Brasília, programação especial para a Amazônia". Recebeu 21.558 cartas em 1979. Em 1980, 26.175. Em 1981, 35.776. Em 1982, 30.476. Em 1983, 16.380. Em 1984, 24.273. Em 1985, 27.357. Em 1986, 21.839. E em 1987 até sair do ar, 27.408.

- Entrevista Tânia Monteiro, produtora do "Pergunte o que quiser" durante alguns anos. Fazia também Coisas da Minha Terra e insertes de saúde. "Começamos a criar programas para atender melhor o público. Passamos a entender o que o público queria mais, o que eles queriam ouvir. Quando começamos, não sabíamos direito quais eram as músicas que eles gostavam. Essa etapa foi vencida". "A gente não imaginava que os ouvintes tinham interesse em algumas coisas. Por exemplo, a vida íntima dos cantores. Às vezes falávamos uma coisa ou outra, que fulano é casado, solteiro ou tem tantos filhos. E vimos que o ouvinte queria saber era se ele gostava de uma macarronada, se gosta de viajar ou de ler livros. Também vimos que havia interesse por política. Queriam saber como estavam os partidos. A curiosidade deles era muito grande. Eles estavam ansiosos por novas informações". "Todo mundo pensava: o pessoal está lá longe, na Amazônia, e não está preocupado com beleza. Nada disso. Estão preocupados se o cabelo está quebrado, se está seco. Se a pele está seca ou oleosa. Também querem se arrumar pro namorado ou pra si mesmo".

- Luiza Inês fala da mudança de mentalidade. "Nós trabalhamos muito em cima dos tabus alimentares, dos preconceitos de todo tipo. Aos pouquinhos conseguimos modificar algumas coisas".

- Tânia Monteiro: "Exato. Por exemplo, o povo pensava: comer manga com leite faz mal".

- Termina às 16:40 de Brasília

[FITA 17]

- Publicidade: Material de construção

- Luiza Inês fala sobre o programa Rádio Postal. Cantores tocavam e cantavam do estúdio composições deles e dos ouvintes. "Naquele tempo, em 1978 e 1979, a equipe da Rádio Nacional fez várias viagens à Amazônia. E nelas eram gravadas peças, serestas. E depois eram apresentadas no Rádio Postal".

- Quadro "Laurita e Du Carmo" no Mundo Mulher. Dicas de Saúde.

- Distribuição de sementes de legumes e verduras por meio de cartas. A ideia era fomentar a horta caseira e comunitária, melhorando a qualidade de alimentação da população.

- Saudação do Deputado Júlio Campos (MT)

- Artemisa Azevedo: Roda Viva fala sobre receitas, moda, saúde, direito da mulher.

- Eu de cá, você de lá. 43.749 cartas em 1980.

- Clube de Ouvintes. Domingo Nacional (7 às 12h).

- Saudação do Senador Nabor Júnior (AC)

- Saudação do cantor Geraldo Nunes.

- Angélica: Produzia um quadro de entretenimento no Domingo Nacional: adivinhação. Se o apresentador acertasse a questão enviada pelo ouvinte, o ouvinte não ganhava nada. Se não decifrasse a charada, ele escolhia um brinde. Muitos desses brindes eram fornecidos pelos próprios ouvintes (um ouvinte nos EUA, por exemplo, enviava canetas, chaveiros, colares para os apresentadores sortearem).

- Registra ligação de ouvinte.

[FITA 18]

- Contos do Décio Caldeira: histórias enviadas pelos ouvintes, que o Décio produzia e gravava.
- Fala das radionovelas. Trechos de Pecado e Dois Corações (ambas produzidas por Décio Caldeira)
- Fala do programa Música da Minha Vida e do De Conversa em Conversa, esse último contabilizava 300.262 cartas.
- Bom Dia Amazônia é o campeão de audiência. Já recebeu 332.723 cartas.
- 1982. Recorde de cartas: 2.843.048 cartas, das quais mais 1.170.000 só do estado do Amazonas.
- Publicidade: Prefeitura de Peixoto de Azevedo anuncia descontos no IPTU
- Saudação do Senador Jarbas Passarinho (PA). "A Rádio Nacional da Amazônia representou praticamente um resgate da nossa nacionalidade. Eu que vivi grande parte da minha vida na Amazônia, ficava profundamente triste que a noite a gente só ouvíamos estações estrangeiras. BBC, Voz da América, Rádio de Moscou, Rádio Sirena, Rádio de Havana. E a nossa população não tinha notícias do que ocorria no Brasil se não através de notícias fabricadas e plantadas através das estações estrangeiras". "Um trabalho patriótico, que merece o mais ardoroso aplauso".
- Saudação do cantor Gilliard.
- Leitura de cartas de ouvintes.

[FITA 19]

- Ouvintes oferecem música para outros ouvintes que não se conhecem pessoalmente.
- Leitura de carta da Adalberto Carlos. Apresentadora: "Estou arrepiada com tantas palavras de carinho, de ternura".
- Leitura de outras cartas. "Foi amor à primeira vista. Desde aquela tarde de inverno, venho sintonizando a Rádio Nacional que em minha opinião tem a melhor programação. Esta me acolheu em uma tarde de inverno e continua a me acolher por todos estes dias. Há três anos sintonizo essa potente rádio. A todos que a compõem, quero nesse momento parabenizar pelo excelente trabalho que vem realizando e pela alegria que a tantas pessoas vem dando. Vocês, amigos, que aos poucos foram nos cativando, nos põem sempre a par de tudo. É através da Nacional que recebemos as notícias e as palavras amigas que compõe o nosso coração. Os meus sinceros votos de muito sucesso. Eu a amo Nacional". Angela Maria Ferreira dos Santos, baiana.
- Publicidade: Motores Agrale para garimpo
- Publicidade: Comagran
- Publicidade: Show com João Mineiro e Marciano
- Tia Leninha. Encontro com Tia Leninha começou 12/02/1979. Ano Internacional da Criança. "Havia por parte da Rita Furtado a vontade de colocar na programação algo dirigido à criança. E eu vim de São Paulo com essa intenção, já que os programas de rádio haviam desaparecido com a chegada da televisão. Eu sempre achei que as crianças são muito mais inteligentes do que acham que elas são. Então pensei em fazer um programa que falasse um pouco de tudo. Histórica, geografia, educação moral e cívica, higiene, datas importantes. E sempre foi minha intenção, valorizar todas as profissões, comentando cada uma delas, já que no futuro as crianças serão os profissionais do nosso país".
- Todos os tipos de carta. "É uma delícia saber que as vovós e os vovôs escutam o programa".
- Programa educativo levando divertimento e alegria.

- "Cada história contém uma moral, um ensinamento".
- História mais pedida desde 1979 foi Cinderela.
- Radionovela Dito Violeiro: importância da preservação das aves
- Radionovela Pedrinho Engraxate: um menino pobre do campo eu muda para a cidade
- Radionovela Uma Casa para Muitos: vida dentro de um orfanato
- Radionovela O Circo Chegou
- Radionovela Poliana e Poliana Moça
- Radionovela O Concurso de Natal
- Cruzeiro do Sul (AC), Sinop (MT), Colider (MT), Alta Floresta (MT).
- Tia Leninha escreveu quatro livros infantis. "Isso tudo nasceu quando o programa estava crescendo".
- Tio Toninho fala sobre seus trabalhos no programa da Tia Leninha.
- Publicidade: Show em Alta Floresta (MT)

FICHA: PROGRAMA RADIOFÔNICO 02

Programa: Nacional Jovem

Data: 01/09/2014 (37 anos da Rádio Nacional da Amazônia)

Duração: 54 minutos

Observações:

- Programa exclusivo da Rádio Nacional da Amazônia e da Rádio Nacional do Alto Solimões
- Conteúdo analisado disponibilizado pelo acervo da EBC

Músicas tocadas:

- 1) Zezo / Os dez mandamentos do amor (Forró)
- 2) Forró dos Balas / Alô É da Rádio (Forró)
- 3) Luan Santana / Meteoro (Sertanejo / A pedido de ouvinte)
- 4) José Orlando / Parabéns (Brega Maranhense / A pedido de ouvinte, oferecido à apresentadora)
- 5) Asa de Águia / Reciclável (Axé / Temática ambiental)
- 6) LS Jack / Talvez (Pop Rock)

Anotações:

- É também aniversário da apresentadora Edileia Martins (Didi)
- Mensagem de Ana Leite de Santa Filomena/Piauí: diz que a rádio dá identidade aos ouvintes.
- Leitura de carta de Mirian Noronha do Amazonas: “Olá garota alegre, sorridente, fantástica, legal e especial para o público da Nacional. Didi, estou falando de você garotinha, aniversariante de hoje. Que emoção para todos nós. Eu e minha mão não poderíamos ficar de fora dessa sensacional homenagem. Estamos aqui com o coração ligado em você Didi, nessa singela data. Você é realmente tudo que nos envolve com esse alto astral intenso 24 horas por dia. Te amamos em cada minuto de nossa vida. Feliz aniversário princesa. Também deixo minha homenagem ao querido Clodoaldo Dantas e à Rádio Nacional da Amazônia por mais um aninho”.
- Apresentadora agradece mais uma cartinha.
- Clodoaldo Dantas é outro ouvinte (de Fortaleza, Ceará) que também faz aniversário. [Anotação: considerando que vivem muito distantes entre si, é possível que Mirian e Clodoaldo não se conheçam pessoalmente, mas mantém interlocução via Rádio Nacional da Amazônia]
- Carta de Marcela Ramos: eu sumi um pouquinho, mas foi porque eu tive um bebezinho.
- Ouvintes contam sobre suas vidas pessoais.
- Alguns ouvintes pedem música (nem todas são atendidas)
- Entrevista com Maurício Rabello, que trabalha na Rádio Nacional da Amazônia há 28 anos (desde 1986-2014).
- Graças à rádio, Maurício diz que conheceu bastante o Maranhão, Pará, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Piauí.
- Maurício Rabello: Não fossem os ouvintes, a rádio não seria o que é. Vamos valorizar esse esforço que cada um dos colegas imprime para mandar a melhor comunicação, ouvir melhor os

ouvintes, interpretar melhor cada sentimento. Quero deixar minha mensagem de valorização da Rádio Nacional da Amazônia. Que as pessoas que nos escutam que espalhem essa mensagem. Hoje temos as novas tecnologias, o celular, o Whatsapp. Ajudem a difundir esse instrumento que já juntou tantas pessoas, que já realizou tantos sonhos, como você lembrou, de mãe procurando filho, pai procurando filho. Foram tantos casamentos. É uma rádio que não é minha, não é sua, não é de ninguém, não é do governo. É do povo brasileiro. Então é o povo que pode ajudar a Rádio Nacional a crescer cada vez mais.

- Entrevista com o ex-apresentador Edson de Jesus Nery, conhecido carinhosamente como Burrinho, desde o primeiro momento.
- Burrinho: O pessoal pegava o rádio e ia pra beira do rio lavar roupa. Ficava lá lavando roupa e escutando o rádio. Aí o rádio ficava pendurado em um galho de árvore. O menino brincando, bateu e o rádio caiu dentro do rio. E o povo preocupado: vai matar os locutores afogados! Pega! É muita história que o povo mandava pra gente aqui.
- Burrinho conta algumas piadas.
- Chama atenção para as datas do Enem.
- Quadro Dica de Hoje: como funciona a avaliação do Enem. Indicação de aplicativo da EBC para treinar pra prova.
- Ouvinte reclama do sinal fraco da rádio e diz que está triste por isso.
- Sorteio de CD da Vanessa da Matta (MPB). Será enviado com um cartão com uma mensagem da Didi.
- Leitura de 16 cartas de ouvinte (duas da mesma pessoa em momentos diferentes do programa).
- Muitas manifestações carinhosas (beijos, abraços, votos de saúde, agradecimentos e elogios ao alto astral da apresentadora por meio de cartas).
- Em uma das mensagens, apresentadora fica nitidamente emocionada e com a voz embargada.
- Agradecimento de algumas participações sem leitura da mensagem.
- Ouvintes também mandam beijos e abraços para outros ouvintes que mandam cartas recorrentes.

FICHA: PROGRAMA RADIOFÔNICO 03**Programa:** Nossa Terra**Data:** 01/09/2014 (37 anos da Rádio Nacional da Amazônia)**Duração:** 74 minutos

Observações:

- Programa exclusivo da Rádio Nacional da Amazônia e da Rádio Nacional do Alto Solimões
 - Conteúdo analisado disponibilizado pelo acervo da EBC
-

Músicas tocadas:

- 1) Gente do Rádio, Roberto e Meirinho
 - 2) Desgramou o Goiás, João Carreiro e Capataz
 - 3) Rio Pequeno, Rolando Boldrin
 - 4) Espinheira, Duduca & Dalvan
 - 5) Viola e Paixão, Jayne e Tião Carreiro
 - 6) Meu diploma vem da roça, Dalvan e Donizetti
 - 7) Granfino na Roça, André Luiz e Julierme
-

Anotações:

- Locução: "Estamos ao lado de homens e mulheres, índios, negros, quilombolas, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, garimpeiros e muitos outros".
- Locução: "Há 37 fazendo história, somos a voz desse mundão de Deus. Somos a voz de uma gente que de tão bela já se confunde com esse colosso chamado norte do Brasil. Somos a Rádio Nacional da Amazônia".
- O programa dos pequenos produtores rurais brasileiros, do pescador, do extrativista, do assentado, do indígena, da mulher, de toda a gente do campo da nossa Amazônia.
- Saudação do apresentador Airton Medeiros.
- Músicas sertanejas.
- Nota sobre Castelo de Sonhos, distrito de Altamira. Saiu do papel do hospital do distrito.
- "Carinho nunca é demais". Áudio da Selma, de Xinguara-PA, parabenizando a rádio.
- Airton: "vejo os novos profissionais que vão chegando na rádio, estão criando um outro ambiente, trazendo uma audiência nova, filhos de agricultores, eu fico muito feliz com essa renovação. Há um sangue novo chegando".
- Juliana Maia contando que o Airton distribuiu para os colegas da rádio cinco quilos de tomate da horta dele sem agrotóxico.
- Airton explicando que é um tomate desenvolvido por um pesquisador da Embrapa que foi entrevistado pela Rádio Nacional há alguns anos. É uma variedade híbrida nomeada de BRS Couto, mais resistente a pragas e com alta produtividade. "É impressionante. Eu tenho um pé de tomate. Apenas um pé. Botou as estacas, ele subiu e passou por cima do muro. Está no chão do outro lado e minha vizinha diz que não tem mais onde botar tomate. Eu nunca tinha visto uma coisa parecida". Dá a dica da variedade ao agricultor familiar.

- Juliana: "ouço essa vinheta [de aniversário] e me vejo dentro de uma canoa percorrendo a Amazônia".
- Música: Gente do Rádio, Roberto e Meirinho.
- Música: Desgramou o Goiás, João Carreiro e Capataz.
- Previsão do tempo de diferentes locais da Amazônia.
- Música: Rio Pequeno, Rolando Boldrin.
- Intervalo: chamada da Ouvidoria da EBC, chamada da campanha contra o desperdício da água, inserção eleitoral de Aécio Neves.
- Entrevista com a presidente da Associação dos Produtores Rurais Vale do Garça (APRVG), em Castelo de Sonhos, Preta Zaminhan.
- Airton Medeiros: "A cidade que pertence o distrito Castelo de Sonhos é Altamira, que fica a 1.100 quilômetros. Eu tinha ido lá na festa do Boi no Rolete e exatamente um ano depois eu voltei. Nesse período de 365 dias, o prefeito nunca foi ao distrito. Nós cobramos muito aqui no rádio por um hospital, por um posto policial, por escola, por asfalto. E é pra lá que eu vou nesses 37 anos da rádio porque lá também tem gente que brigou muito por Castelo de Sonhos".
- Preta Zaminhan: "Quero parabenizar à EBC e à Rádio Nacional da Amazônia. Vocês fazem parte da nossa vida, do nosso dia a dia".
- Preta Zaminhan: "Vocês fazem parte dos sonhos da população. Em 2011, quando você estava aqui, tivemos visitas de dois governadores, do Mato Grosso e do Pará. E houve várias promessas. Nós documentamos tudo e passamos a cobrar através de ofícios. E de lá pra cá foram muitas cobranças. Nós daqui e vocês daí. Houve três licitações do tão sonhado hospital, e deu o que chamamos de licitação vazia, que nada mais é uma licitação que nenhuma empresa se prontifica para fazer a obra. Logística é complicada, a mão de obra é cara, o material vem de Mato Grosso. E aí, eu como sou boa brasileira e não desisto nunca pensei. Se a montanha não vai à Maomé, Maomé vai à montanha. Vamos organizar uma empresa, cumprir todo o checklist do que precisa para participar da licitação, e batalhei por um ano e meio pra isso acontecer. Regularizamos a empresa e vencemos a licitação. Mas aí o bicho pegou. Porque precisávamos fazer um depósito caução de 5% do valor da obra, que são R\$670 mil. Nós não temos bala na agulha pra isso. Mas quem não desiste consegue e fomos atrás de alternativas. Conseguimos contratar uma seguradora para a obra. Agora já limpamos o terreno, colocamos as placas, está sendo feito o nivelamento do terreno e já colocamos 30 mil tijolos para começar a construção".
- São 20 leitos. Há avanços também na Unidade Integradora de Polícia, no asfaltamento, na regularização da escola. A luta agora é para garantir a logística da merenda, que não chega ao distrito.
- A festa do Boi no Rolete, organizada pela APRVG e que sempre conta com a presença de radialistas da Rádio Nacional da Amazônia, foi suspensa em 2013 e 2014. Preta Zaminhan conta que recebe contatos de toda a Amazônia perguntando da festa porque as pessoas querem estar juntos do pessoal do rádio. No fim ela promete a festa para 2015.
- Música pedida pela Preta: Espinheira, Duduca & Dalvan.
- Trecho de música: Viola e Paixão, Jayne e Tião Carreiro.
- Interrupção para o Nacional Informa / serviço de radiojornalismo da EBC / pílulas de notícia.
- Locução: "Bem devagarinho estamos descendo o Rio Amazonas. Também vamos subir o Solimões, o Teles Pires, o Tapajós. Agora estamos no Rio Branco, nas barrancas do Negro, no Madeiro, no Japurá, no Trombetas. Como é bom seguir pelos afluentes do velho Xingu. Viajar horas e horas pelo Tocantins. Pescar no Iriri. Águas que te quero limpas. Por terra estamos descendo encostas. Subindo cochilhas. Ecoando vozes e canções por entre sons dos animais. É a vida cada vez mais viva. E estamos indo longe, muito longe, não importa como. No lombo do cavalo, no pequeno trator, na bicicleta. Estamos ao lado de homens e mulheres, índios, negros,

quilombolas, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, garimpeiros e muitos outros. Há 37 fazendo história, somos a voz desse mundão de Deus. Somos a voz de uma gente que de tão bela já se confunde com esse colosso chamado norte do Brasil. Somos a Rádio Nacional da Amazônia"

- Retoma música: Viola e Paixão, Jayne e Tião Carreiro.

- Previsão do tempo de diferentes locais da Amazônia.

- Airton: "Tenho aqui uma notícia triste. A escola municipal de ensino infantil e fundamental 24 de Junho, no distrito de Lindoeste, no município de São Félix do Xingu (PA), encontra-se com as aulas suspensas desde 28/08. O motivo é a revolta de pais com o descaso da administração local para com os alunos que dependem do transporte escolar. Os pais reivindicam o direito de seus filhos. A meninada está sem transporte. Em uma reunião, foi decidida a paralisação da escola até que os problemas sejam resolvidos. Há alunos menores que vão para a escola pilotando motos, crianças de 13 anos, correndo risco de vida, inclusive alguns já sofreram acidentes. Ô prefeito, vamos botar essa escola para funcionar. Educação é sagrado".

- Música: Meu diploma vem da roça, Dalvan e Donizetti.

- Música: Granfino na Roça, André Luiz e Julierme.

- Nota: O MPF encaminhou à Justiça denúncia contra quatro ex-empregados de uma associação indígena acusados de desviar recursos da associação. Se condenados, podem cumprir penas de até 10 anos e 8 meses de reclusão, além de pagamento de multa. São R\$12,6 milhões.

- Despedida

FICHA: PROGRAMA JORNALÍSTICO DA TV BRASIL 01

Programa: Caminhos da Reportagem | Na Amazônia pelas ondas do rádio

Tema: Rádio Nacional da Amazônia

Data: 05/04/2020

Duração: 25 minutos

Observações:

- Conteúdo analisado disponibilizado na internet, via site da EBC:

<https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhos-da-reportagem/2020/04/na-amazonia-pelas-ondas-do-radio>

Informações históricas apresentadas no programa:

- 31/05/1958: Inaugura a Rádio Nacional de Brasília AM.
 - 1977: Rádio Nacional da Amazônia entrou no ar em OC e AM.
 - O meio de propagação da OC é a ionosfera. Atinge distância entre 2 mil e 4 mil km, podendo chegar até a 8 mil km dependendo da altura que a onda atingir na ionosfera. Nenhum outro serviço consegue transmitir a uma distância tão grande quanto a onda curta. Ela cobra grandes áreas.
 - 2017: pane elétrica tirou rádio do ar e transmissão ficou apenas na frequência de 11.780 KHz. Antes também era transmitida em 6.180 KHz.
 - Programa Eu de cá, você de lá hoje é transmitido por Youtube e usa aplicativos celular. Mas antes, chegava a receber no telefone fixo 11 mil ligações por mês.
 - Pipi Kaiabi, operador de áudio. Era ouvinte no Xingu e foi pra Brasília tentar trabalhar na emissora.
 - Parque do Rodeador: surgiu durante a Guerra Fria diante da necessidade de mandar sinais de rádio para a Amazônia. São três conjuntos de antenas. Poucos países possuem parques como esse: Rússia, Cuba, EUA e China
-

Registro de depoimentos:**1) Melânia da Silva Gonçalves, pescadora**

- "É o meio de comunicação que a gente sempre pode ter aqui e é muito importante para nós, porque a gente consegue saber tudo o que está acontecendo no Brasil inteiro e no mundo também".

2) José Moreira da Silva, seringueiro

- Lembra e canta vinheta dos anos 1980: "É a voz do povo, que canta e chega em qualquer lugar. É a voz do meu país".

- "Tudo que eu aprendi foi através do rádio. Eu sou analfabeto. Mas através do rádio, eu já aprendi coisas que muitas pessoas com diploma não sabem. Às vezes eu falo lá de São Paulo ou de outros lugares e as pessoas acham que eu já fui lá. Perguntam: 'você conhece lá?'. Eu respondo: 'conheço, mas conheço através do rádio'".

- "O rádio une as pessoas. O rádio deixa a gente informado. O rádio educa. O rádio é tudo. Se acabar, acabou a felicidade do brasileiro"

3) Otaviano dos Santos, ex-garimpeiro e pescador

- "Lembro que trabalhava no garimpo no Mato Grosso e o barranco era bem fundo. A gente ajeitava uma cordinha, fazia uma alcinha, botava o radiozinho e descia. E lá aquele rádio era nosso parceiro pro correr do dia".

- "A Rádio Nacional da Amazônia me ensinou muita coisa. Quando a gente ia pra cidade, a gente sabia se orientar porque a Nacional tinha os locutores como Edelson Moura, José Nery e Paulo Torres, Artemisa, Márcia Ferreira e vários outros. Faziam programas alegres e faziam programas que eram tipo uma aula. E era um aprendizado pra gente".

4) Maria do Socorro Rodrigues da Silva, moradora da Reserva Extrativista do Iriri / Comunidade Manelito

- Não lembra quando começou a ouvir rádio, era muito criança.

- "Gostava de ouvir o programa do Airton Medeiros, da Mara Régia e o do Frank Silva, que passava às 5 horinhas da manhã".

- Sobre visita de Airton Medeiros: "Tirou foto com nós na cozinha da escola. Estava tendo uma reunião grande da semana do extrativista e ele veio. Muita gente veio para conhecer ele".

5) Manoel do Carmo Neves de Souza, morador da Reserva Extrativista do Iriri / Comunidade Manelito

- "Gostava muito do programa do Airton. Nossa Terra. Ele apresentava não lembro se era às 4 ou às 5 horas da tarde. E o programa do Frank Silva. O Bom Dia Amazônia".

6) Airton Medeiros, radialista

- Mostra fotos da viagem à Terra do Meio.

- "Uma vez uma senhora perguntou: 'eu posso tocar em você para ver se você é de verdade'. Não é nem vaidade. É saber da importância que você representa para essa gente. A Rádio Nacional da Amazônia foi um presente que me deram. Eu nunca apresentado um programa. E eu fiz um programa, o Nossa Terra. Nesses 13 anos, eu me realizei profissionalmente. Foi a melhor coisa que eu fiz nos meus 52 anos de rádio".

7) Reginaldo Pereira do Nascimento (Reginho), morador da reserva Riozinho do Anfrísio

- "Gostava de ouvir historinha, música boa".
- Filha foi nomeada em homenagem à Mara Régia.

8) Mara Régia, radialista

- "É crucial poder transformar a vida das pessoas não só pela imaginação, mas pela redescoberta. No campo do feminino, por exemplo, foram as cartas perguntando: 'Mara Régia, será que se eu fizer um chá de barbatimão vou voltar a ser virgem. E aí vamos desconstruindo essas lendas'".
- "Pessoal, diz: 'ah eu queria ter um sucesso na emissora, falar com propriedade'. É só falar com a voz do coração, que aí chega. Porque o ouvido é o sentido mais profundo".

9) Cleonice Tomateira, agricultora

- "Eu era ouvinte da Nacional e o Admilson era ouvinte da Nacional. Eu morava aqui e ele perto de Marabá. Aí eu peguei, escrevi uma cartinha pra Alvorada Brasileira com Frank Silva. Pedi correspondência. E ele ouviu e me escreveu".
- "Nós correspondeu por um ano e cinco meses. Ali ele veio de lá pra cá. Ele mandou foto pra mim, mas eu não mandei pra ele. E ele me procurando. Chegou na cidade, mas eu não morava na cidade. Morava no interior. Continuou me procurando. Quando ele chegou, eu estava trabalhando e perguntou: 'aqui que mora a Cleonice?'. Aí do meio da roça eu respondi: 'sou eu'. Aí foi aquele encontro, ficamos namorando 18 dias. Resolvemo e se ajuntemo".
- "Encontrei os parentes da minha mãe. Minha avó e minhas tias que eu não conhecia. Minha mãe saiu do Paraná, em Londrina, e veio pro Pará. Minha vó ficou lá. Passou 30 anos e eu disse: 'mãe, eu vou encontrar a avó'. Sempre participava do programa da Sula e procurava no Ponto de Encontro. Até que um dia alguém ouviu do outro lado, ligou pra mim e passou o número da minha tia. Em seguida eu já liguei pra minha tia Terezinha, que mora em Cuiabá. Ela me retornou e foi aquela alegria".

10) Admilson Tomateiro, agricultor

- "Nessa época que eu peguei a carta dela eu já tinha mais de 300 correspondências. E aí ela logo na primeira cartinha já foi dizendo que queria casar comigo. E no meio de tantas, ela foi a sortuda"

11) Sandra Chiodi, agricultora

- Sobre possível fim da rádio: "Seria uma perda irreparável, muito grande"
- Acompanha hoje por aplicativo de celular e participa de vários grupos de ouvintes. Sobre encontro inédito com Cleonice, outra ouvinte, amiga de rede social: "Temos muitos amigos pela rádio. São muitos grupos e as pessoas interagem muito".
- "A gente não se sente abandonado tendo a companhia da Rádio Nacional da Amazônia"

12) Cleonice Santos Norberto, empregada doméstica

- Foi ao encontro de Sandra, que receberia a TV Brasil. "Vim conhecer ela pessoalmente, um amor de pessoa".
- Guarda calendários antigos com as fotos dos apresentadores da emissora. "Lembro demais da Tia Heleninha. Foi quase um mês de choro quando ela faleceu. Outro mês de choro quando a Sula saiu da rádio. Caiu uma parte do mundo".
- "Meu esposo vai pro serviço, às vezes ele tá no lote. Eu fico de 30 dias sozinha. Se não fosse a Nacional, eu já tinha entrado numa grande depressão. Tem dia que ligo a rádio às 7h da manhã e só desligo às 8, 10h da noite".
- "É o professor que a gente não tem na Amazônia".

FICHA: PROGRAMA JORNALÍSTICO DA TV BRASIL 02

Programa: Caminhos da Reportagem | Viva o Rádio, Viva Maria

Tema: 30 anos do Programa Viva Maria, da Rádio Nacional da Amazônia

Data: 15/09/2011

Duração: 29 minutos (Primeiro bloco. O segundo bloco versa sobre a história da Rádio Nacional do Rio e de Brasília, antes da criação da Rádio Nacional da Amazônia)

Observações:

- Conteúdo analisado disponibilizado na internet, via site da EBC (link a seguir):

<https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/viva-o-radio-viva-maria>

- Reportagem acompanha via de Mara Régia à Xinguara-PA

Registro de depoimentos:**1) Mara Régia, radialista**

"É a maior expectativa. Eu vou conhecer o rosto de pessoas que escrevem as cartas. Ao mesmo tempo, eu sei através das ondas do rádio, que muitas já se manifestaram, dizendo que mesmo morando a mais de 200 quilômetros de Xinguara, elas irão até lá para me ver de perto, pra gente se abraçar, pra trocar toda essa energia acumulada ao longo de anos. Se hoje eu sou uma voz sem rosto, elas são igualmente uma letra numa carta."

"Como ele não tem olho, ele não é invasivo. E com isso as mulheres tem a intimidade, através de uma carta, de colocar questões que muitas vezes elas não podem revelar para a melhor amiga, e revelam pra gente. Tem essa questão de você quebrar silêncio, através do rádio, para falar das questões da violência, pra falar das questões mais íntimas da geografia do feminino. São muitas as mulheres que falam de sexualidade e de direitos reprodutivos."

"A Alzira fica chorando, vem cá minha boneca. Veio de longe e preocupada com minha garganta. Trouxe mel, trouxe castanha pra mim."

2) Maria Aparecida, da cidade de Santa Maria das Barreiras-PA

"Ela ensina alguns remédios. E tanto eu como minhas amigas já fizemos. E a gente tem o resultado do remédio que ela passa no rádio. Já plantei alecrim, babosa, um bocado de plantinha que passa no rádio. Quando meu rádio acaba a pilha, eu dou um jeito. Vendo uma galinha e compro a pilha pra poder ouvir minha amiga Mara".

3) Izabel Maria dos Santos, da cidade de Xinguara-PA

"Lá em Goiás, sempre escutava na casa da minha tia. Eu arrumava os trem tudinho e depois ia pra casa dela. Toda vez, nós morava assim pertinho dela. Aí, nós arrumou esse pedaço de terra e veio pra cá. Meu marido comprou um radinho velho. Escutava só a Nacional. Aqui em casa era só Nacional. Era não, é Nacional".

"Pra mim, é uma boa companhia. Mais do que a televisão. Porque eu ligo ele e vou fazer minhas coisas e vou escutando onde eu estiver. A televisão você tem de estar olhando".

4) Kenia Silva (Maria Quarquer), da cidade de Xinguara-PA

"Eu voltei a estudar por causa de uma Maria, do Viva Maria. Eu estava há 14 anos fora da escola. Um dia, eu ouvindo a Alzira dizendo que estava indo 16 quilômetros de bicicleta pra escola. A Alzira com quase 50 anos. Eu falei: 'falta de vergonha, deixa eu ir também'. Porque eu não preciso andar tanto. E voltei pra escola. Estou terminando agora e com fé em Deus vou fazer Letras, que é meu sonho".

5) Alzira Soares dos Santos, da cidade de Tucumã-PA

"Eu não tinha terminado a quarta série. Ainda através da Rádio Nacional, das informações que eles passavam, eu fui pra escola. Terminei a quarta, fiz a quinta e a sexta. Eu ouvia o povo falar em título de eleitor. Meu pai, tradicional: 'leitura e mulher é igual pasto e égua, não tem valor. Mulher não é pra ter documento. O que que mulher quer com documento? Mulher não vota'. Minha mãe morreu sem votar. 'Mulher é pra cozinha, olhar menino e fazer de comer', ele dizia. Eu escuto esse povo no rádio falando direto que tem que aposentar mulher com 55 anos e homem com 60 na zona rural. E por que eu não? Eu sou diferente? Ah, mas tem que ir pra Redenção. Eu vou. Mas é muito bonito uma mulher casa sair por essas estradas. Eu vou sim. E fui e consegui".

6) Solange dos Santos de Jacaúna

"Ouço o programa dela todos os dias. Ensina muita coisa que nós precisamos de saber. Principalmente sobre as plantas medicinais. Nós que moramos fazenda, distante de posto de saúde. Através da rádio a gente aprende. Às vezes a gente tem a planta no terreiro da nossa casa e não sabemos como utilizar".

Registro de cartas lidas no programa:

1) Cícera Zumba

"Esse programa ensina a gente a viver melhor, Mara Régia. Quanto estou muito triste, pensando nos problemas, nos filhotes, de repente eu ergo a cabeça e me pergunto: Cadê aquela mulher de fé? Cadê aquela Maria Quarquer que não se entristeceu? E aí, pronto, a tristeza vai embora, eu ergo minha cabeça, bato o pé e digo: aqui não Jacaré."

2) Autoria não mencionada

"Eu ficava p da vida quando aparecia a candidíase. Pensava que era doença de rua. Isso dava um brigueiro danado aqui em casa. Até que um dia, ouvindo o Viva Maria, entendi melhor sobre bicho que dá na gente. Foi um alívio pra minha vida e pro meu casamento".

3) Autoria não mencionada

"Tem hora que começo a lembrar naquele dia que estive com você em Itaituba. Eu tenho saudade. Vontade de te dar aquele abraço gostoso que te dei naquele dia. Mara, eu nunca mais tinha escrito porque aqui é difícil até pra mandar carta. Porque não é sempre que passa alguém para levar as cartas para colocar nos Correios. Mas eu ouço você todos os dias no Viva Maria".

4) Autoria não mencionada. Remetente de Rurópolis-PA

"Mara, estou trabalhando muito, mas estou ouvindo vocês. Gosto da ideia do aniversário do Viva Maria. Pena que não posso ajudar. Não tenho nada guardado. Só sei que foi ouvindo um dia após o outro o Viva Maria que encontrei forças para enfrentar os preconceitos e machistas que encontrei na minha vida. Sou feliz por ser mulher e ter capacidade de vencer os desafios que o mundo me apresenta".

DEPOIMENTO 01**Nome:** Edileia Martins**Naturalidade:** Brasília/DF**Idade:** 43 anos**Período de trabalho na emissora:** desde 12/2012 até atualmente**Data:** 22/04/2021**Tempo da gravação:** 0h32

- Entrei na EBC por concurso em 17 de dezembro de 2012. Fui para o Rio de Janeiro e comecei a trabalhar na Rádio MEC. Com seis meses, eu consegui a transferência para voltar para Brasília. E fui avisada que eu iria para a Rádio Nacional da Amazônia. Eu nunca tinha ouvido falar da emissora e fiquei super assustada. Pensava: 'nossa vou ter que falar com essas pessoas e eu não entendo nada desse mundo.'. Mas logo me falaram que eu ia amar a rádio porque a relação que ela tem com os ouvintes é diferente. Aí quando eu cheguei foi inesperado. Já fui participar como ouvinte do Ponto de Encontro. E eu ouvia aquelas pessoas conversando com a Sula Sevilis, que era a apresentadora, e ficava doida. Eles mandando recados e eu perguntando: 'Como assim? Eles não têm telefone?'. Me impressionou como eles usavam a rádio para transmitir recados. Para mim foi impactante perceber que eles usavam a emissora para conversar entre si e com seus familiares que muitas vezes estavam distantes

- Dependendo da gestão tem um caminho. Até então tínhamos autonomia para pensar nos temas. Mas sempre pensando como iria chegar naquela pessoa que é mais simples, no ribeirinho. E também tentando levar coisas que estão acontecendo, tanto nas cidades como em locais mais distantes. Por exemplo, não vai deixar de falar sobre pedofilia, assédio sexual, violência doméstica. Não deixamos de falar nesses assuntos. Inclusive as novelas falavam também nesses assuntos. Pensamos esses temas voltados para a vida deles, o cotidiano deles. Mas também amplia muitas vezes o assunto. Aquilo que está sendo debatido nacionalmente, a gente também leva. Tem coisas pontuais. Às vezes até como escovar os dentes, a gente faz entrevistas sobre a importância. Gravidez na adolescência. São vários assuntos. Há um foco grande no comportamento. E também no social. Questões de previdência, de terras, de como conseguir recursos para fazer uma plantação, dar início a um negócio.

- Nossa missão é essa. Levar essa questão educativa com toda a nossa vontade. Mostrar às pessoas que é possível mudar suas vidas por meio da educação. Há esse compromisso total entre nós. Por exemplo, sobre o Enem, a gente está sempre ensinando como participar, o que devem estudar, o que precisam melhorar. É um assunto recorrente todos os anos no período do Enem. Agora sobre o auxílio emergencial, falamos sobre como buscá-lo. A gente recebe os recados deles: 'Olha mãe, você conseguiu o auxílio emergencial! Semana que vem você já pode pegar'.

É uma alegria quando ouvimos uma mensagem dessas. Sentimos que estamos contribuindo e ajudando os ouvintes.

- Eles nos ensinam todos os dias. Pra mim, é um mundo totalmente diferente. Como já falei, pra mim parecia do outro lado do mundo. E hoje reduziu muito essa distância. Como essas pessoas estão lá e estão se conectando. Quando elas contam as histórias de vida delas, a gente se sente aprendendo com eles. Eles gostam muito de contar: 'Olha, aqui, a nossa comida é tal, o jeito que fazemos é assim. Aqui a gente planta semente tal, quer que eu mande pra você'. Tive um problema de saúde e as pessoas falavam que é muito bom tomar mastruz. Eles se ofereceram para enviar.

- A comunicação pública, pra mim, é levar a parte social ao ouvinte. E ter autonomia para levar essa questão. Podemos fazer uma entrevista de 30 minutos sobre saúde que uma emissora comercial não faz. E não tem que ficar fazendo propaganda. Ah, vamos cortar aqui porque vai desagradar o patrocinador. No caso da EBC, temos essa liberdade. Essa parte social, de educação, é totalmente pública e podemos levar sem estar atrelado a nenhum empresário. Às vezes recebemos algumas sugestões de pauta que a gente sente que a pessoa deseja que divulgue sua empresa. E a gente não está aqui pra isso. Estamos aqui para falar do assunto em si. E principalmente a Rádio Nacional da Amazônia cumpre essa função de comunicação pública voltada para os ouvintes. Fazer com que eles tenham a informação de qualidade. Eles podem perguntar e a gente corre atrás das respostas.

- A nossa audiência a gente não tem como saber. Não tem um Ibope. Não sabemos exatamente o perfil dos nossos ouvintes. Não dá pra dizer que nesse programa o perfil é esse e naquele programa é outro. Por exemplo, temos o programa Nacional Jovem. Tentamos levar uma programação mais jovem com assuntos jovens. Mas eu que sou a apresentadora percebo que não são só jovens que participam. Aliás, os ouvintes, em maioria, são mais velhos. Realmente é mais pelo feeling dos repórteres. Vamos sentindo e planejando a pauta.

- Tivemos a perda de um programa, o Amazônia Brasileira, que era voltado para questões indígenas e era maravilhoso. Fizemos cobertura in loco na Amazônia. Hoje eu sinto que podemos melhorar nessa questão.

- Eles participam pelo Whatsapp. A Rádio Nacional da Amazônia não usa o Youtube. Não nos foi autorizado por causa das músicas. Mas os ouvintes gravam vídeos e nos enviam. Se nós fizermos um pequeno registro, um filminho da gente trabalhando no estúdio e mandarmos para eles, daqui a pouco já rodou em diversos grupos de ouvintes. Mas claro que ainda há uma parcela que ainda não tem acesso. Muitas vezes eu recebo mensagens e a pessoa diz: 'Eu estou mandando essa mensagem agora, porque aqui não tem internet. Então estou mandando agora

para aproveitar que eu vim aqui e tem sinal'. Então eles têm acesso a muitos recursos, tem acesso à tecnologia, mas o rádio continua sendo uma forma de se comunicarem. Essa pessoa que aproveitou o sinal pode estar mandando um recado para a mãe dela numa fazenda mais isolada. Esse ouvinte não conseguiria falar com a mãe dele de outra forma.

- Ainda recebo cartas. Não é do mesmo jeito. Diminuiu bastante. Muitos ouvintes já estão no Whatsapp, nos procuram no Whatsapp, falam com a gente. É uma relação muito gostosa. Acaba que você deixa de ser aquela pessoa lá em cima e passa a ser amigo do ouvinte no dia a dia. Pessoas contam o que está acontecendo. 'Olha, hoje eu estou triste porque perdi meu pai'.

- Alguns ouvintes são mais próximos. Muitas vezes são ouvintes que conseguem se articular melhor. Tem alguns que são mais envergonhados e muitas vezes só falam: 'Oi Edileia, foi legal o programa'. Coisas desse tipo. Outros não. Outros falam: 'Oi Edileia, hoje eu estou contente porque aconteceu isso e isso'. Tem uns que já fazem parte do dia a dia. Mandam mensagens todos os dias.

- Já fui procurada por uma ouvinte para falar de violência doméstica. Porque ela infelizmente sofreu e como eu poderia ajudá-la. Levamos ao ar uma entrevista sobre o assunto. Já fui procurada para falar de problemas do coração. Há mais essas dúvidas de questões de saúde e também dessa parte jurídica que eles querem alguma informação sobre isso.

- Tem uma família ribeirinha que conheceu uma pessoa que mora em São Paulo, que estava viajando pela Amazônia. E essa família perguntou se a pessoa tinha Facebook e se ela poderia enviar uma mensagem para mim falando do quanto eles admiravam meu trabalho. E essa pessoa de São Paulo me achou no Facebook e me transmitiu a mensagem. Isso pra mim é um marco.

- Infelizmente [nunca fui enviada à Amazônia]. Em 2018, tinha um projeto pra gente ir pra Tabatinga fazer o programa de lá, mas acabou que os recursos foram cortados e a gente não pôde ir. Alguns ouvintes, de passagem por Brasília, já foram na emissora.

- Quando eu cheguei, eu tive a sensação algumas vezes de que as pessoas estavam com medo dos ouvintes. Alguns apresentadores tinham um pouco de receio de ouvi-los. Depois passou essa impressão. Acredito que todos somos iguais nesse ponto. Todos querem estar em contato com o ouvinte.

- Não consigo dizer se houve uma diferença após o fim do Conselho Curador, mas percebo uma diferença após a saída da presidente Dilma. Trocou chefes. É um sentimento meu que a gente passou a não ser visto. A Rádio Nacional da Amazônia ficou meio de lado. Mas sinto que com a presença dos militares, ela meio que voltou a ser a joia porque eles conhecem a emissora. Quando o presidente da empresa era um militar, tivemos um protagonismo maior.

DEPOIMENTO 02**Nome:** Mara Régia**Naturalidade:** Brasília/DF**Idade:** 69 anos**Período de trabalho na emissora:** desde 1979 até atualmente**Data:** 24/04/2021**Tempo da gravação:** 1h14

- Eu entrei na Radiobrás. Eles estavam acabando de inaugurar a Rádio Nacional da Amazônia. Tinha o propósito de tentar barrar uma comunicação que vinha do estrangeiro, muitas rádios cubanas que sempre foram o pavor dos militares no poder. O lema era "integrar para não entregar". Tínhamos no Ministério das Comunicações o Antônio Carlos Magalhães, cujo secretário-geral era Rômulo Furtado, marido de Rita Furtado, que foi superintendente da emissora desde a sua criação e a pessoa que estrategicamente se apoderou do canal para justamente fazer proselitismo político a exemplo do que o rádio sempre foi no Brasil.

- Estava em Brasília, me formando em publicidade na UnB, mas já estagiava em uma agência. Sempre tive uma veia artística e um amigo, Antônio Augusto, achou que tinha a ver comigo e me cutucou pra ir lá fazer o teste. Na época, a gente entrava por aptidão. Fazia um teste, mas não era um concurso público. Era um teste de vocação, talento, o que fosse. Eu fui fazer um teste de produção. Coube a mim fazer um Jornal de Seringueiro, e fazer a matéria para ser julgada e corrigida. Fui aprovada, comecei a fazer o Clube do Ouvinte. E comecei a conhecer, através das cartas, aquele universo. Fui ficando apaixonada. Em três meses não sabia mais viver sem aquele frisson. Imagina uma emissora com aquela potência, entrando na Amazônia, até então um continente apartado do resto do país, e de uma forma hegemônica. Só tinha a Rádio Nacional da Amazônia, ou então as emissoras estrangeiras que tinham o sinal pra lá.

- Logo logo eu percebi o comando da Rita Furtado, que era muito ditatorial porque ela dominava todos os circuitos. E tinha fiéis seguidores e foi aos poucos transformando pessoas comuns que não tinham nem sequer dotes para serem cantores, por exemplo, em sucessos amazônicos. Dominando a cena no rádio, essas pessoas foram eleitas para fazer o show em campo. Vai pra Serra Pelada, pra São Félix do Xingu, e aí levava a caravana. Fazia umas disputas. Ganhava a cidade que escrevia mais cartas para haver o deslocamento da equipe da Nacional pra fazer esses grandes eventos.

- Achava muito perversa a forma como eles tratavam aquele público cativo quase refém, de uma forma muito utilitária, fosse pra vender disco, fosse pra distribuição de produtos farmacêuticos. Era um descabro essa história. Apesar de ser uma rádio bancada pelo governo, fazia muita

propaganda de produtos de farmácia, voltados, por exemplo, pra hemorroida. Distribuía calendários que eram pagos por esses anunciantes e levavam as fotos dos radialistas junto com o anúncio. E fora o jabá que corria por fora.

- O que vale saber é que esse legado de uma má utilização de um canal que usava verba pública acabou cristalizando uma postura pouco profissional. As pessoas entraram naquele modelo e não saíram mais.

- Quando vem a EBC trazendo um conceito de comunicação pública, houve um grande problema. A EBC jamais poderia ter nascido sobre o CNPJ da Radiobrás. Isso é uma deformação tremenda. Não houve uma repescagem dessas pessoas que ali estavam para uma formação, uma capacitação, um entendimento do que viria a ser uma empresa pública. Até hoje, se você fizer um questionário mais aprofundado nas vísceras da empresa, você vai ver que a grande maioria desconhece completamente. Só sabem dizer que naquele tempo era maravilhoso e hoje é um inferno. Porque hoje não se pode mais botar no ar qualquer coisa. Pelo menos quando a EBC foi criada, tinha limitações do politicamente correto. Não podia mais só tocar os cantores amigos. A planilha musical era estudada até pelo Conselho Curador que muitas vezes identificava um vício na programação. Temos mais de 60, 80 ritmos no Brasil e não pluraliza o canal.

- Sai de licença maternidade e quando voltei eu caí na Rádio Nacional do Brasil, que fazia transmissão pro exterior. Fazia um programa Viagens pelo Brasil. E aí era outra turma. Já era um pessoal mais qualificado, que tinha um domínio e tinha uma atenção muito focada no desejo estrangeiro de pesquisar sobre o Brasil, sua dramaturgia, viajar pelo país através do rádio. Era uma história muito bem feita, num departamento que estava mais a salvo dessa mão pesada da Rita Furtado. E tudo isso no comando do general Massa [Lourival Massa da Costa], que era um general que dominava as rádios.

- Lá pras tantas, o Fajardo [Eduardo Fajardo] ficou gerente da Nacional AM e me chamou pra fazer um programa. Eu já era impregnada pelo conceito de cidadão e muito surpreendida porque quando está fora do Brasil, em um período ditatorial [Mara morou em Londres antes de ingressar na Radiobrás, acompanhando o ex-marido que foi funcionário da embaixada brasileira], você tem a noção exata da distância que as mulheres do Brasil estavam de uma cidadania plena. Então com base na minha experiência, eu resolvi dizer pro Fajardo que eu faria o programa desde que fosse para dar voz às mulheres. Até aquele momento eu não havia pilotado o microfone. Eu só fazia produção.

- Fui chamando mulheres, como um programa revista, e cada uma delas falando da sua especificidade. Tinha feminista na área do direito. Eu usava o auditório da Rádio Nacional, que

estava obsoleto, pra reunir as mulheres de Brasília num fórum que foi criado também no berço do Viva Maria justo por essas mulheres que eram minhas *partners*. E elas pilotavam o microfone junto comigo falando de saúde, de direitos sexuais, de trabalho, de questões da maternidade. Cada dia da semana, nós elegíamos uma temática. Tinha duas horas de programa. Conquistou uma grande audiência e ganhou o período nobre do rádio que é a parte da manhã. E assim fiquei 10 anos. Até que no governo Collor houve a caça às bruxas e eu fui a primeira bruxa a ser mandada embora em 1990.

- Veio a Rio 92 e aí eu me somei ao movimento feminista fazendo aquelas campanhas e oficinas de capacitação para mobilizar as mulheres para fazerem programas de rádio, para refletir o impacto do meio ambiente no corpo feminino. E isso deu luz ao programa Natureza Viva em maio de 1993. E olha que ironia esse processo. Eu estava demitida, mas o governo Collor teve um acerto no Ministério do Meio Ambiente. E houve uma parceria da Radiobrás com o WWF Brasil e o GTA, que era o Grupo de Trabalho Amazônico. E aí precisava de alguém que falasse justamente do meio ambiente e do corpo feminino. E lá fui eu, Mara Régia, convidada. Eu era paga pelo WWF, mas trabalhando na emissora todo dia, como todos os demais. O programa era ao vivo. E a equipe que trabalhava comigo era contratada pelo WWF. E eles bancavam também nossas viagens. O conhecimento que eu construí sobre a Amazônia devo muito ao WWF, que sempre teve projetos muito importantes. Foi uma escola. Eu viajei muito.

- Quando eu voltei anistiada para a Radiobrás, o Natureza Viva já ficou como um programa da EBC, já era EBC. E o Viva Maria ficou como um *podcast*, como é até hoje. daquelas duas horas que a gente tinha, ficamos num primeiro momento com 15 minutos. Mas aí a medida, passando pelo governo Temer, depois do golpe, houve uma mudança editorial muito grande. E o Viva Maria, nesse governo principalmente, sofreu muita censura na cobertura da Marcha das Margaridas, das mulheres indígenas, o próprio programa Natureza Viva agora é Natureza Morta porque foi o primeiro que saiu da grade na pandemia. Já caminha pro segundo ano fora do ar.

- Naquele período lá atrás, o pessoal estava muito focado em fazer uma programação pra música, pra vender LP, pra fazer shows pela Amazônia. Isso dava uma complementação salarial. Havia um imbróglio de situações. Pessoas que eram cedidas para trabalhar pro governo, tudo junto e misturado.

- O jornalismo era pautado pelos *press releases* e não havia autonomia para mexer. Tinha que dar do jeito que chegava. Ali era o espaço mais monitorado. Na programação da rádio em si, era visto como entretenimento. Aquela sensação de que tudo era festa, e sob o comando da Rita que tomava conta de tudo. Então o que ela controlava era questões como a música que ia tocar. Olha o perfil dos programas. O Clube do Ouvinte era um clube na rádio em que pessoas pediam música e pediam algum esclarecimento. Tinha o Ponto de Encontro que até hoje está no ar. Um

programa de recados. De manhã e de tarde esse fluxo intenso. Na época que você não tinha celular, o programa bombava. Depois tinha Pergunte o que quiser, que os ouvintes enviavam perguntas. Mas você não tinha um perfil de grandes entrevistas. Tinha alguns programas em que a Artemisa, para além das radionovelas, emplacou sobre saúde. Uma pauta absolutamente necessária. E assim foi. O Ponto de Encontro com entrevistas em alguns momentos voltadas para campanhas de vacinação, para informações de utilidade pública.

- Tinha algumas parcerias com o pessoal remanescente do Mobral, que depois fazia a rádio-escola. Depois o Airton Medeiros, que apesar de ser locutor, dada a proximidade dele no governo FHC com então o ministro da educação Paulo Renato, criou uma oscip pra fazer um programa e colocou o Escola Brasil no ar. Mas eram poucos os programas com essa tarefa educacional. Essa tarefa, na Radiobrás, ficava sempre pra Rádio MEC. As outras emissoras trabalhavam o rádio espetáculo.

- Você nunca teve um conselho editorial pedagógico. Eu conheci vários antropólogos na Amazônia que criticavam a Tia Leninha porque ela falava sobre os índios como se os índios não existissem mais. E as novelas que ela fazia, fora Dito Gaioleiro que eu até fiz uma personagem, eram aqueles novelões estrangeiros que ela adaptava. Mas nada que tivesse uma pegada amazônica. É lógico que tudo pra uma região onde as pessoas não sabiam nem escovar o dente, qualquer coisa que você falasse fazia diferença. É uma comunicação que até hoje faz diferença. Você pega mil relatos de pessoas que devem muita coisa, voltaram a estudar, uma série de questões nesses 42 anos da Nacional.

- Essa coisa de Ibope. Pensar Ibope pra Amazônia esquece. Como medir audiência nos nove estados da Amazônia Legal sendo que cada um tem uma pegada diferenciada. Você tem várias Amazônias. É um território. Um mundo. Podemos julgar pelo sucesso fonográfico e pelas incursões nessas brincadeiras que a rádio bancava. E as cartas eram o grande termômetro. Funcionavam como se fosse o Ibope. De repente chega um caminhão de cartas de uma cidade inteira que se mobiliza, era um indicador muito forte. Tanto assim que a publicidade fez uso e abuso dos seus fármacos para vender.

- Quando chega a EBC, aí você começa a ter o Eugênio Bucci falando em ouvidoria, em Conselho Curador, em uma série de instrumentos que deveriam fazer toda a diferença. E aí repagina a programação. E eu que sempre trabalhei com gênero e questões ambientais, de cara fui aproveitada. Mas de alguns programas periféricos, muito pouco se aproveitou. Ficou o Ponto de Encontro, o Falando Francamente, voltado pra saúde. Outro que permaneceu, da madrugada, Eu de cá, você de lá, que é o Ponto de Encontro, mas da madrugada. É onde o Brasil se encontra, principalmente o Brasil que ainda não está informatizado. Gostam de colocar voz deles, cantar, pedir música. Mas com a chegada da EBC, os conteúdos começaram a ser

monitorados pela ouvidoria, você tem as estatísticas, quanto vem de reclamação, quanto vem de aplauso. E isso vai transformando o cenário da empresa até desembocar na cassação do Conselho Curador.

- O preço que a EBC está pagando por não ter o cuidado de estar presente na Amazônia, porque falo de pessoas que não conhecem a Amazônia principalmente nessa nova geração de concursados. Primeiro, precisa ter um espírito de aventura. Tem que entrar em avião bandeirante. Tem lugar que tem que falar pro pessoal tirar as bicicletas e os cachorros da pista de terra pra aterrissar. A Amazônia é pra forte. Dormir em casa de ribeirão ou botar uma lona na mata. E até na antiga geração, tinha gente que não tinha isso no horizonte. Eles iam pra shows, com todo o aparato que os protegia de maiores riscos.

- Estou fazendo uma vaquinha para celebrar os 40 anos do Viva Maria nas redes sociais para fazer um projeto com as fotos das mulheres que tiveram suas vidas transformadas a partir do programa. Você tem a Lucimar, que era uma trabalhadora doméstica, cuja patroa não permitia que ela ouvisse o programa. Ela insiste em ouvir. A patroa temia que ela virasse uma militante pelos direitos das domésticas. Você tem a Maria Quarquer de Xinguara, que saiu da casa dela para alugar um vídeo. A mulher negou porque ela morava na roça. Ela faz um poema sobre o acontecido e eu coloco no ar. E faz aquele sucesso. Hoje ele é da Academia Xinguareense de Letras e voltou a estudar por causa do fenômeno do poema. Eu consegui que ele fosse inclusive eleito pela Embrapa para compor o seu calendário. Levei ela para conhecer a casa de Cora Coralina em Goiás. E por aí vai. São várias mulheres. Tem a parteira Zenaide.

- Sempre fiz projetos e, inclusive nos anos 1990 com a saída do Viva Maria da grade, eu fiz um projeto como bolsista da Fundação MacArthur chamado Mulher nas Ondas do Rádio, Corpo e Alma rompem o silêncio. Era sobre a saúde reprodutiva das mulheres. Fiz várias oficinas de capacitação. Fiquei quatro anos trabalhando com as mulheres da floresta na Amazônia. Sempre vi o rádio pra Amazônia como um projeto de comunicação voltado para a informação, a cidadania. Não dá para trabalhar com essas populações ribeirinhas carentes de acesso à informação, sem você ter uma perspectiva dessas. E nem sempre isso é bem visto por quem está no comando da emissora. Mas como tinha a retaguarda do WWF, fiquei a salvo de um controle maior. Era meio como se eu fosse uma produção independente.

- A relação com a audiência só se fortalece. No grupo das Super Marias, são 100 pessoas que ali estão. Só de TCC sobre a história do programa, uma infinidade.

- Levei essas mulheres para encontros feministas em Ibertioga. Elas usam muito o telefone, o Whatsapp agora. Mudou muita coisa, inclusive para fazer denúncias. Para falar das especificidades. Não usam mais a carta, mas em compensação usam muito o canal do Whatsapp

que é revolucionário para denúncia, para fotografia, para tudo. Usam muito o telefone quando o assunto é de denúncia. É de violência. Não é mais tanto a carta.

- O rádio sela uma cumplicidade. Imagina uma ouvinte que começou a me ouvir com 17 anos. Hoje aos 47, ela continua tendo em mim. Ela fala no Whatsapp que fui eu que lhe dei o primeiro livro para ler. Você que me levou para viajar pela primeira vez, quando fui pra São Paulo pro encontro de mulheres. Esse descortinar do mundo. Você acaba sendo uma referência para essa pessoa. A Eliane Brum me chama de mulher ponte, porque eu tenho os contatos com as pessoas que podem efetivamente dar conta da fragilidade ou mesmo das circunstâncias que essas pessoas vivem. E eu vou lá e volto. Sou uma jornalista de campo. Não sei viver sem isso. É possível fazer jornalismo por telefone. Temos jornalistas na emissora fizeram matérias apuradas por telefone que foram premiadas. Mas para mim, nada se compara ao presencial. Não há substituição para olho no olho.

- As parcerias nos possibilitaram ganhar o mundo. Eu fiz uma série Somos Amazônia, que falei das cadeias produtivas da borracha, turismo sustentável, pesca sustentável, boas práticas restauração florestal. Isso me levou ao Pará, em locais onde pouca gente conhece.

- No contexto amazônico, é uma viagem que exige maior logística. Eu só viajei a partir dessa interlocução com algumas organizações não governamentais que me levaram a fazer esses trabalhos. Fosse a UNESCO, para algumas campanhas específicas; o WWF mais recentemente; o ISPN, que é o Instituto Sociedade, População e Natureza que tem muitos editais. Tem também o ISA, o Instituto Socio-Ambiental, já com a questão indígena. São organizações parceiras de longa data. A Rede Cerrado. E todas as vezes que essas organizações fazem eventos em Brasília, eu sou convidada. Eu tenho a facilidade de estar de novo com essas lideranças que vem da Amazônia para se capacitarem, seja em projetos de comunicação, seja pra formação de lideranças. Qualquer emissora que queira fazer um trabalho consequente, tem que fazer parceria com essas pessoas que já estão na base.

- Eles convidam a cobertura da Rádio Nacional da Amazônia, do programa Natureza Viva. Eles especificam. Não vai botar uma cobertura dessas pra um programa que não tem uma expertise. Eu acho que para que essa emissora recupere a sua dimensão de empresa verdadeiramente voltada para comunicação pública, tem que priorizar a Amazônia. É algo que acho que não foi feito em nenhuma gestão, nem mesmo na da Tereza Cruvinel, que, coitada, tinha que fazer decolar o projeto TV Brasil. Mas o rádio sempre foi preterido em função de outras demandas que desafiam a empresa para dar Ibope. O pessoal acha que comunicação pública é pra dar Ibope. E não é essa a missão, a origem, nada. Não tem que disputar com as comerciais. A nós cabe matérias e produções mais aprofundadas. Nenhuma conexão com esses programas de

auditório, esses programas apelativos policiais, esse carrossel de enganações que temos aí na mídia comercial.

DEPOIMENTO 03**Nome:** Morillo Carvalho**Naturalidade:** Santos/SP**Idade:** 36 anos**Período de trabalho na emissora:** de 01/2009 até início de 2018**Data:** 25/04/2021**Tempo de gravação:** 1h08

- Eu entrei em outubro de 2007 na EBC. Ainda era Radiobrás. Faltavam 15 dias para ela se transformar em EBC. Trabalhei na Agência Brasil por 1 anos e 3 meses. Eu era setorista da área de cultura e de esportes. Adorava, é a cobertura que eu mais gosto de fazer. Mas o veículo que mais gosto é o rádio. Eu gosto de televisão também, onde estou atualmente, mas sou apaixonado pelo rádio. E não é uma paixão antiga, não é algo de infância. Tenho algumas lembranças do meu pai ouvindo rádio, mas minha família não era super ouvinte. Não tinha esse costume. Essa paixão surgiu na faculdade. Eu estagiei na Rádio Justiça por causa do meu professor que deu a indicação. Então quando estava dentro da EBC, fiquei procurando oportunidades na empresa para migrar pro rádio. E o Gilberto Costa, que era repórter da Rádio Nacional da Amazônia, tinha muita vontade de trabalhar na Agência Brasil. Então em janeiro de 2009, nós tivemos um acordo entre as nossas chefias de que nós poderíamos trocar de função. Então eu cheguei na Rádio Nacional da Amazônia sem conhecer direito o que significava ser uma repórter da Rádio Nacional da Amazônia. Foi pela vontade de fazer rádio. Comecei como repórter. Na época, a emissora tinha um projeto maravilhoso de jornalismo que foi sepultado no último período, de 2019 para cá. Era o Jornal da Amazônia, que fazia a cobertura da região com seriedade e profundidade. Tinha um escopo editorial interessante que ia das questões indígenas, quilombolas e ambientais até a vida nas cidades. Falava dos interiores onde vivem os ribeirinhos e também das capitais. A gente teve a oportunidade naquele contexto de fazer coberturas interessantíssimas. Por exemplo, a demarcação da terra indígena da Raposa Serra do Sol. Estava em discussão no Supremo Tribunal Federal se aquela terra indígena, que é enorme, deveria ser demarcada em faixa contínua ou se ela poderia ser demarcada em ilhas. Porque o grande conflito que existia no norte de Roraima era com os arroteiros, que tinham muito interesse naquela terra e ocupavam áreas indígenas ilegalmente. Tivemos a oportunidade de cobrir a abertura de grandes empreendimentos na região. Quando cheguei, já eram consolidadas as usinas hidrelétricas do Rio Madeira. Mas estava prestes a começara a abertura da Usina de Belo Monte. E aí pudemos entender porque ela representava um desastre ambiental para as populações locais, para as populações indígenas principalmente. O que seria estancado seria a chamada Volta Grande do Rio Xingu. Quando secaram essa Volta Grande, inviabilizaram o modo de vida de comunidades tradicionais indígenas, que dependiam do Rio Xingu pra locomoção, para o sustento, para

abastecimento de água. E uma cobertura que por acaso eu tinha começado na Agência Brasil, mas que a Rádio Nacional da Amazônia me deu um lugar privilegiado para prosseguir-la, foi sobre o Novo Código Florestal brasileiro. Vinha em discussão no Congresso há muitos anos. No dia que a Câmara votou o Novo Código Florestal eu fiquei lá acompanhando até às duas da manhã. Voltei pra redação, bati matéria e cheguei em casa quase quatro horas.

- Meu primeiro trabalho então na Rádio Nacional da Amazônia foi essa cobertura jornalística. Só que eu sempre tive esse lugar de gostar de cobrir cultura. Em 2009, eu pude cobrir o Círio de Nazaré, em Belém, indo até lá. E pude compreender a magnitude desse evento que é o maior evento religioso do país. Nem se compara com o 12 de outubro em Aparecida do Norte, que é um evento grande. Mas o Círio de Nazaré são dois milhões de pessoas que chegam na cidade, além dos moradores. E as características do evento são bem peculiares. Tem a ver com tradições populares. Tem eventos pagãos no entorno das atividades religiosas. Tem um evento LGBT no meio das romarias. Então essas pautas de cultura vinham pra minha mão também. Então eu me ofereci pra fazer um quadro no programa Nacional Jovem, que ia das 14h às 15h. É um programa da década de 1990. Propus um quadro às sextas-feiras, chamado Mosaico, que era um quadro de para falar sobre a cultura da região. Colocamos no ar em dezembro de 2009, com a Fafá de Belém como primeira entrevistada. A segunda entrevistada foi a Gabi Amarantos. Fui percorrendo... o Nilson Chaves, um outro ícone da cultura belenense. E assim ele ficou até setembro de 2010, quando a minha então chefe virou pra mim e perguntou se eu tinha vontade de ter um programa para chamar de meu. E aí o Mosaico foi convertido em um programa. Entrou na grade no dia 10 de setembro de 2010. Era no bojo das comemorações do aniversário da rádio. A rádio faz aniversário em 1º de setembro. Continuei repórter da Rádio Nacional da Amazônia e apresentando o programa.

- Na Rádio Nacional da Amazônia, eu também tive a oportunidade de apresentar praticamente todos os programas da grade. Eu pude ser apresentador substituto de todos os programas da grade, menos do Ponto do Encontro, que é o líder de audiência. E isso foi muito gostoso. Tinha programa de trabalho e empreendimento, de agricultura familiar. Tinha o Nacional Jovem, focado nos jovens. Tinha o Amazônia Brasileira de manhã que era sobre políticas ambientais e políticas que interferiam na vida do amazônida. Aí em 2013, eu passei ser editor da Radioagência Nacional, mas continuei com o programa. Daí passei pelo site das rádios, fiquei um ano como editor do site. Virei coordenador de produção especial, num PSI [Processo Seletivo Interno]. E não me afastei do programa em nenhum desses momentos. Só quando entrou o Temer. Fui tirado da coordenação, tirei uma licença longa por questões ligadas ao trabalho e pessoais. E minha produtora da época, a Bel Pereira, me substituiu na apresentação do programa. Mas ela foi transferida para São Paulo e o programa continuou na grade bem capenga com outras pessoas fazendo sem uma linha muito definida. Aí eu 2018, eu voltei a

apresentar. Mas logo saí da rádio. O programa foi transformado de novo em quadro e saiu do ar definitivamente em 2019. Foram 9 anos de programa no ar.

- Eu tive autonomia total para a criação do programa. Total e absoluta. A única coisa, na criação do quadro, é que eu tinha sugerido o nome Caleidoscópio. Entendia a imagem do caleidoscópio fragmentada e sempre formando imagens. E a partir das mudanças, essas imagens mudam. Entendi a cultura amazônica muito assim. A cultura brasileira em geral, mas o recorte amazônica que era o foco do programa tem muito disso. E aí me sugeriram Mosaico por dialogar com essa proposta, embora o mosaico seja estático na comparação com o caleidoscópio. Mas principalmente pra não virar um trava-língua, não ficasse difícil de entender e a gente não tivesse que ficar explicando no ar. Mas eu tive total autonomia editorial. Quando minha chefe me sugeriu o programa e eu disse sim, ela pediu que eu fizesse o projeto. Fiz o projeto todo. Era uma recorrência no rádio a ideia de quadros. Tínhamos um quadro por dia. Mas com o passar do tempo, eu comecei a achar chato porque estancava. O quadro era o tema da entrevista. O programa tinha meia hora e o formato era simples: tinha uma abertura, tinha música, vinha a entrevista, outra música, aí notícias de cultura e agenda e mais música. Mas percebi que o quadro me limitava porque às vezes estava acontecendo um evento muito interessante na terça-feira, mas na terça-feira já estava definido que deveríamos falar sobre os espaços culturais da Amazônia. E também achava chato criar uma expectativa no ouvinte e não corresponder a essa expectativa. De repente falar que hoje não vai ter o quadro. Então em 2011 fiz uma reformulação e retirei todos os quadros. Continuamos a transitar por todos esses temas que são focos dos quadros, mas sem criar em compromisso. Em 2015, eu reformulei novamente. E fiz uma última reformulação editorial em 2018, quando voltei ao ar depois da minha licença. E nunca teve nenhuma espécie de interferência. Até porque era muito simples o foco: era falar sobre a cultura da Amazônia. Então seria muito difícil alguém falar que tal tema seria proibido. Seria até estranho. Embora também acho que seria estranho hoje propor um programa de cultura da Amazônia e esse programa ir ao ar, porque hoje há uma série de limitações e restrições na grade.

- Sempre houve uma preocupação imensa da rádio em criar uma linguagem próxima e pedagógica, mas não pedagogizantes. Isto é, não se trata o ouvinte como aluno, mas dá a ele ferramentas educativas para que possa se empoderar e ter autonomia para descobrir os caminhos a percorrer. Um exemplo é o Falando Francamente que está na grade desde 1989. Ele começou porque precisava falar sobre saúde pública com a população. A população não tinha acesso a informações básicas de saúde. O presidente Bolsonaro falou no início do mandato dele sobre câncer de pênis e isso virou até um motivo de pensar: 'nossa, olha as coisas que o Bolsonaro está falando'. Pra gente da Rádio Nacional da Amazônia, foi meio que: 'Bolsonaro, é sério que você descobriu agora o câncer de pênis?'. Nós já tratamos do assunto há muito tempo, de forma

didática e educativa. A rádio sempre buscou ser educativa, mas sem tratar o ouvinte nem como aluno e nem como se ele tivesse limitações cognitivas. Isso sempre foi muito transversal. Não tinha um programa de educação. Houve até um momento que tinha na grade o programa Escola Brasil, que era em parceria com a ONG Escola Brasil. Entrava no ar logo após A Voz do Brasil. Era um programa que tratava sobre a educação brasileira. Mas a preocupação da rádio sempre foi criar a transversalidade dos assuntos, sendo educativa sem ser pedagogizante. Nas radionovelas. O assunto é escalpelamento, então vamos tratar de escalpelamento na perspectiva de uma novela. E que tem uma linguagem própria: tem ficção, tem romance, tem aventura e ali no meio tem uma informação educativa. A mesma coisa com radionovelas que eram históricas. Vamos falar sobre história do Brasil na época do governo de Juscelino Kubitschek, sendo fiel à biografia do Kubitschek. Eu até tinha agonia de determinados editores do jornalismo que faziam assim: 'no município de Pacaraima, no estado de Roraima, ...'. Eu falava: 'não gente, as pessoas sabem que Roraima é um estado. Podemos falar na cidade de Pacaraima, em Roraima'. Aprendi muito escrevendo reportagem para a Amazônia. Às vezes a informação era muito básica e ela precisava ser dita. O que é muito comum no meio urbano e nas capitais, pode não ser comum para quem está nos interiores e nos rincões aonde o sinal da rádio chega. E sempre precisamos ter essa perspectiva que estamos chegando na Terra do Meio e lá as pessoas vivem isoladas. Então ela se comunica com o mundo pela rádio e a rádio tem que ser parceira, amiga, informativa e educativa. Tudo isso ao mesmo tempo.

- Eu acho que a Nacional da Amazônia é a que mais experimentou a experiência da comunicação pública. Do período Eugênio Bucci em diante, o debate da comunicação pública foi se consolidando dentro da então Radiobrás. A Radiobrás tinha amarras legais sobre fazer comunicação pública porque era uma empresa estatal e tinha outro enquadramento legal. Foi avançando na linha editorial, mas determinados limites eram respeitados. Definiram três focos de cobertura que eram: sociedade civil, estado e relevância nacional. Então assuntos que ganham repercussão nacional estão dentro do foco da cobertura. Houve uma sedimentação do debate da criação da comunicação pública anterior à EBC. Essa possibilidade da gente fazer a cobertura da perspectiva do cidadão. Não é da perspectiva do consumidor. E essa é a principal diferenciação que eu acho que se faz da comunicação pública e da comunicação privada. E sendo assim, não teríamos nenhuma espécie de compromisso com o poder público de privilegiar a visão do poder público. As visões teriam que ser equilibradas. E não trabalhávamos com dicotomia, com essa perspectiva binária de que um assunto tem apenas dois lados. Não, o assunto tem múltiplos lados sempre. Foi a experiência mais próxima de comunicação pública que a empresa teve. E eu dou o exemplo da cobertura da construção de Belo Monte. A usina era um grande interesse do governo federal. Até tivemos reclamações sobre o tipo de cobertura que estávamos fazendo, porque era extremamente crítica ao empreendimento. Precisávamos ouvir os

vários lados que estavam falando contra a construção: a comunidade de Altamira, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, os povos indígenas, além do poder público. O poder público muitas vezes negligenciava a gente de informações. Embora hoje eu esteja trabalhando na TV Brasil, eu convivo ainda com meus colegas da Rádio Nacional da Amazônia. A gente está junto no dia a dia, conversa. E não existe mais o Jornal da Amazônia, mas existe a cobertura de assuntos amazônicos. E eu digo que hoje não passaria uma cobertura com a que fizemos sobre Belo Monte porque virou uma premissa editorial dentro da empresa que o agente público fale. E virou uma premissa editorial que o governo não é um lado, o governo é o governo. Se só tiver a voz do governo, a matéria é dada. Não tem problema não ter outras vozes. Na cobertura de Belo Monte não foi assim. Eu ouvia indígenas, movimentos sociais, atingidos por barragens, comunidades em Altamira e o governo. Quando o governo não se pronunciava, a matéria saía do mesmo jeito e registrávamos: 'procurado pela reportagem, tal ministério não se manifestou'. Então é essa experiência de dar voz aos envolvidos sem amarras com interesses do governo ou com outros interesses que não sejam os do cidadão.

- A Rádio Nacional da Amazônia sempre teve um problema sério para fazer a aferição da audiência dela própria. A emissora é de ondas curtas. É disparado de Brasília para a litosfera e o sinal desce para a região amazônica. A onda curta tem um longo alcance, mas é mais frágil. A depender do tempo, o sinal cai. Se tiver muita chuva, o ouvinte não consegue sintonizar dependendo da qualidade da transmissão. Tem um problema antigo, que vem ainda do governo do Sarney. Temos dois transmissores de ondas curtas que são enormes, mas as válvulas só são obtidas fora do país. Então conseguir peças de reposição é sempre muito caro. Sempre envolve compra internacional e já aconteceu de adquirir uma peça e ela ser retida na barreira alfandegária. Mas enfim, o alcance do sinal da rádio é continental e muitos ouvintes são de comunidades ribeirinhas, isoladas. O Ibope não tem condições de instalar aparelho para pesquisa de audiência. Então o que fazíamos para colocar o ouvinte na conta, saber quais eram as demandas e entender onde estávamos chegando? As cartas. Nós sabíamos, por exemplo, que o transmissor que estava operando em um determinado momento fazia o sinal chegar muito bem no sudoeste do Pará. Na região de Altamira, Brasil novo, São Félix do Xingu. Recebíamos muita carta de lá. Também demandávamos os ouvintes. O que você quer que a gente fale? O Mosaico foi uma iniciativa nossa. Se a gente analisasse a grade tinha política, tinha esporte, tinha agricultura, tinha muitos assuntos peculiarmente amazônica. Mas não tinha de cultura. Quando lançamos, recebi uma carta de um ouvinte do Pará dizendo: 'era o programa que faltava'. Mas essa não era uma demanda clara que o ouvinte nos trazia anteriormente: a vontade de ouvir sobre cultura. Mas foi só começar, que eles acharam muito legal. E também buscamos trazer o agente de cultura da região amazônica para dentro da rádio. Em geral, os programas tocam muito sertanejo, um ritmo que é favorito absoluto no interior do país. E tinha também

muito saudosismo, o que é legítimo, dos cantores da Rádio Nacional da Amazônia da década de 1980. Os locutores nessa época tinham começado a cantar. Tinha a Márcia Ferreira, que estourou o Chorando Se Foi. Tinha o Maurício Rabello. Um monte de cantores. E os ouvintes pediam os cantores da chamada "época de ouro" da Rádio Nacional da Amazônia e os cantores do sertanejo. Mas poucos conheciam da produção da própria região, porque quem está em Altamira não sabe o que está sendo produzido em Manaus. E aí o programa começou a fazer essa ponte. A gente já tentava fazer essa ponte via programação musical, mas faltava um espaço pra entrevistar o artista e permitir que o artista se apresente. A Lia Sophia, por exemplo, veio à Brasília para uma apresentação no CCBB e depois nós trouxemos ela na Rádio Nacional da Amazônia. Até aquele momento, ela não tinha colocado música em novela, ela não era conhecida do amazônida. E ela faz um trabalho completamente de pesquisa do carimbó, do marabaixo. Então foi muito legal abrir também essa porta. E não foi exatamente demanda do ouvinte. Mas sobre todo o restante da grade, eu posso lhe dizer que é demanda do ouvinte. A não ser no jornalismo. E é até justificável porque a Rádio Nacional da Amazônia está em Brasília e não na Amazônia. Os centros das decisões amazônidas é Brasília. O Comando Militar da Amazônia fica na Amazônia, mas a sede das decisões é em Brasília. A sede do IBAMA, do ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente, o Incra, a Funai, a Fundação Palmares. Então aqui há essa possibilidade de se aproximar de temas relevantes para a região, sem precisar despender grandes esforços. Lembro de uma vez que a rádio me mandou para o Congresso da ABRAJI, em Manaus. Eu tive contato com repórteres da Folha e do Estadão baseados lá em Manaus. Eu perguntei pra elas: 'quando acontece uma enchente em um município do interior do Pará, como faz para chegar?'. Porque aqui a gente ia na lista telefônica, descobria o número de um telefone público do bairro alagado e ligava. A primeira pessoa que atendesse virava minha fonte. É assim que apuramos esses casos. E quando perguntei pras repórteres da Folha e do Estadão lá em Manaus, elas disseram que fazia a mesma coisa. Então a metodologia de cobertura do interior da Amazônia é a mesma, estando em Brasília ou em Manaus.

- A curadoria editorial que o Conselho Curador fazia na EBC era relevante para toda a EBC. Todas as oportunidades que eu tive para acompanhar as discussões, eu não vou ser muito pró em falar sobre o Conselho não, mas via que eles avaliavam muito bem a Rádio Nacional da Amazônia. Exatamente porque os apontamentos de cobertura indicavam o caminho da comunicação pública. É como já falei: acho que foi a experiência mais próxima, ou ousadamente falando, foi a experiência de comunicação pública que a empresa teve.

- Eu pessoalmente tinha uma limitação para fazer viagem porque tinha dois empregos. Mas foi um período em que se viajava muito, para cobertura principalmente. A rádio não estava com grana para fazer eventos. Mas ela conseguia fazer coberturas. Assim que eu cheguei na emissora, houve uma grande viagem para o Fórum Social Mundial em Belém. Metade da rádio

foi e metade ficou. Levaram a rádio pra Belém. Horas e horas da programação foram transmitidas de lá. Nas oportunidades que eu consegui conciliar, eu viajei. Em 2009 eu fui pro Círio de Nazaré. Nessa cobertura, por ser capital, encontramos menos ouvintes. O ouvinte que porventura esteja na capital para participar do Círio de Nazaré ele tem outro propósito. Não vai lá para encontrar a rádio. Tem um propósito religioso, de fé. Então não tive contato com ouvintes naquela ocasião. Em 2011, eu fui à Altamira porque o governo federal foi fazer a alteração Operação Cidadania Xingu. Era uma das ações de mitigação dos impactos da construção da Usina de Belo Monte. E aí o Palácio do Planalto convidou a Rádio Nacional para ir. E aí vem o que é legal desse momento. Quando a gente aceita uma viagem a convite, a gente sabe qual o interesse de quem está convidando. E nós respondemos que iríamos, desde que tivéssemos liberdade para fazer a cobertura como ela deve ser feita. Ou seja, vamos acompanhar as ações da Operação Cidadania Xingu? Vamos e era até importante fazer isso porque a nossa cobertura de Belo Monte era crítica ao governo porque o governo não nos respondia. Então íamos apresentar o ponto de vista do governo, mas também íamos ouvir lá o Movimento Xingu Vivo Para Sempre e os demais atores envolvidos na questão. E eu viajando também era uma oportunidade pro Mosaico viajar. Então fazia reportagens pro jornal e também levava o meu programa. E aí naquela ocasião, uma ouvinte muito querida, a Rute Freitas de Araújo, de Brasil Novo, pegou oito horas de barco para ir ver a gente. E a gente estava em um lugar de difícil localização. Altamira não é uma cidade muito pequena e estávamos distantes do centro. E a ouvinte fez questão de ir lá e falou pra mim: 'vim aqui para te ver'. Fiquei todo emocionado. Ela tinha umas características que ela emenda um assunto no outro e ia contando a vida nas cartinhas que ela me escrevia.

- Teve outras duas coberturas muito importantes. Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em 2015 em Palmas, no Tocantins, que nós levamos o estúdio móvel da rádio e tinha um ouvinte muito querido há muitos anos: o Cláudio Paixão. Ele virou jornalista, o TCC dele foi a Rádio Nacional da Amazônia, ele criou um blog Na Trilha do Rádio, ele veio algumas vezes à Brasília e ia ao estúdio todas essas vezes. Nessa ocasião, ele foi até a nossa estação móvel para acompanhar o trabalho. Tinha também isso. Toda vez que um ouvinte porventura vinha à Brasília, ele fazia questão de conhecer a Rádio Nacional da Amazônia, de conhecer a gente no estúdio. Isso também é muito legal porque é uma oportunidade que você fala: 'olha você que é a Marinete com quem eu falo todos os dias'. Essa relação é tão importante. Uma vez o Marcelo Canellas, da Rede Globo, fez uma reportagem e foi até a Terra do Meio e começava com um cara isolado ouvindo rádio. Essa cara não conhecia Regina Duarte, Antônio Fagundes, e por aí vai. Mas se perguntasse qualquer um dos nossos nomes, ele com certeza saberia. Porque é esse papel de companhia. O Pipi Kaiabi, que é o nosso operador de áudio, era ouvinte lá na terra indígena do Xingu.

- Eu saí da rádio em um momento que essa revolução estava acontecendo. Embora as novas mídias estejam no cotidiano do brasileiro há mais de uma década, demorou para as coisas acontecerem na Amazônia por questões estruturais. Nós vimos o apagão que aconteceu no Amapá no ano passado e que deixou o estado no escuro por semanas. Quando aconteceu, eu pensei: 'estava demorando para acontecer algo do tipo'. Em 2012 eu fiz uma cobertura de uma audiência pública na Câmara que discutiu em que momento o Amapá seria interligado ao país na rede de telefonia de forma plena. Isso significava que o Amapá ainda estava desligado do país na telefonia fixa, a telefonia móvel ainda era um privilégio, 3G então nem se fala. Houve também as conferências. No governo do PT, ocorreram muitas conferências setoriais: da juventude, da cultura, da saúde. E fazíamos essa cobertura. E uma coisa que se falou na Conferência de Cultura foi sobre o "Custo Amazônia": a necessidade de governo federal levar em conta o custo na hora de levar cultura pra região, na hora de levar qualquer coisa pra região. É muito caso. Tem que ser feito por via aérea. A Amazônia ainda é desligada do Brasil por via terrestre. O acesso terrestre não é descente. Então no meu último período apresentando o Mosaico foi que eu fui perceber uma quantidade de cartas muito menor. Até 2016, elas chegavam aos montes. Era muita carta. Em 2018, quando eu voltei ao programa, já era bem menos porque os ouvintes estavam descobrindo o Whatsapp. Eu já estou fora da rádio há mais de 3 anos e vários ouvintes agora, em 2020 e em 2021, começaram a me adicionar no Facebook. E alguns estão me adicionando no Instagram. Então tem essa questão estrutural. Precisa de a tecnologia chegar. Esta pequena revolução está em pleno curso. Eu vejo que hoje é pelo Whatsapp que o ouvinte mais se faz presente na programação. No meu tempo ainda teve isso: 'pessoal, quero que vocês me contem agora uma história de vocês sobre...' e define qualquer espécie de tema. Rapidamente já começa a pipocar no Whatsapp. Mas eles não abandonam o rádio. E pra quem tem mais de 40 anos é como abandonar o hábito de assistir novela. Já tem uma relação íntima, que diz respeito ao seu cotidiano. O que eu vejo que também tem acontecido é que ouvintes que saíram da região amazônica estão reencontrando a região amazônica pela internet, ouvindo a Rádio Nacional da Amazônia pelo aplicativo ou pelo site. E se comunicam novamente com os locutores.

- Daria um jeito de recontratar Artemisa Azevedo, a dramaturga da Amazônia. Ela era do quadro e saiu no PDV. Foi uma aposentadoria para ela. Mas daria um jeito de trazer ela de volta só pra escrever novelas. Ela apresentava programas e fazia novelas. Ela dominou a linguagem da Amazônia. Se eu pudesse, colocava novela todos os dias. Elas foram capazes de informar e de educar sobre temas importantes. Uma reportagem jornalística de dois minutos pode até cumprir esse papel. Mas a novela parece que é uma mensagem que se introyeta. Quando fizemos uma novela sobre escarpelamento, foi impressionante. A Artemisa teve a sensibilidade de tratar o assunto como educação, como informação. Um tema tão sensível para a região. Também

colocaria a Mara Régia para fazer um programa ao vivo diário de, no mínimo, uma hora. O Viva Maria hoje é pequeno, mas é precioso porque ela faz um texto que é uma obra de arte. E estenderia o Ponto de Encontro, que é um programa superimportante. A Amazônia tem cicatrizes muito profundas a partir de políticas equivocadas. O estímulo ao garimpo, por exemplo, promoveu a divisão de muitas famílias. Muitos pais saíram e nunca mais voltaram. Mães que deixaram os filhos com os avós. Gente que saiu da Amazônia em busca de uma vida melhor. E o Ponto de Encontro consegue reestabelecer essas conexões. É impressionante que isso é cotidiano ao longo do tempo. Todos os dias, alguém diz que está procurando sua mãe e, dois dias depois, a mãe fica sabendo da tentativa de contato, liga na Rádio Nacional e diz: 'eu sou a mãe de fulana'. E combinam de se encontrar e depois dão o retorno pra gente. Esses encontros que são promovidos são as coisas mais lindas que a rádio pode fazer. Também acho que precisa reformular a programação musical. Ela precisa levar em conta a vontade do ouvinte, como em qualquer emissora de rádio, mas acho que precisaria fazer uma mescla mais profunda com a produção da própria Amazônia. Se não, ela fica no *mainstream*. E voltaria com o noticiário focado na Amazônia. São intervenções que eu fazia.

- Ninguém entra no ar sem saber com quem está falando. Eu pra começar a fazer programas, eu observei muito. E assim foi com todos os novos apresentadores. Não dá pra ficar inerte ao carinho que recebemos dos ouvintes. Essa relação se torna tão próxima que o ouvinte acaba se acostumando. A Juliana Maya é da minha geração. Tem a Edileia que chegou depois e que foi meio que treinada por mim e pela Juliana. E nós dois fomos treinados pelos antigos. E o processo é lento, não foi rápido. Não é assim: chegam os concursados e colocam eles para apresentar. Vai aos poucos para você ver como fazer. E você vai pegando como se dá a comunicação com aquele povo. Então creio que há uma linha de continuidade entre as gerações. Mas claro que damos um ânimo novo, porque temos um ritmo mais acelerado, uma linguagem mais nova. Mas se respeita muito o que foi construído. A Edileia que é a apresentadora mais nova é extremamente querida, porque ela foi aprendendo com os mais velhos. Eles amam ela. Não dá pra entrar no ar sem conhecer o programa da Sula Sevilis. Ela era genial. Parecia que ela tinha pegado o ouvinte, colocado do lado, e estava tomando um café com ele. Essa é a comunicação da Rádio Nacional da Amazônia.

DEPOIMENTO 04**Nome:** Juliana Maya**Naturalidade:** Brasília/DF**Idade:** 40 anos**Período de trabalho na emissora:** desde 2008 até atualmente**Data:** 29/04/2021**Tempo de gravação:** 0h34

- Em 2008 eu fui contratada depois de ter passado no concurso público. Quando recebi a ligação de que eu havia sido chamada para assumir, cheguei lá no dia seguinte. E aí eu tive a oportunidade de escolher: rádio, TV ou agência. Eu escolhi rádio, era meu sonho. Inclusive eu fui aluna da Mara Régia. Cheguei a ter uns projetos na faculdade que ela me ajudou. E aí foi esse presente. E pelo meu perfil, a antiga gestora já me encaixou na Amazônia. Eu não conhecia a Rádio Nacional da Amazônia, fiquei conhecendo na hora. E aí se abriu um novo mundo. Desde que eu assumi na empresa, eu estou lá. Nunca mudei de setor, de veículo, porque eu não quis. Pude aprender muito profissionalmente e também aprendo muito nessa relação com os ouvintes. Isso é muito especial na Rádio Nacional da Amazônia. A gente fala que é uma rádio especial, sei lá, é difícil às vezes de explicar. Por causa da rádio, eu tive oportunidade de viajar, fiz coberturas importantes.

- Conheci parte da região. Não tive a oportunidade de conhecer a Amazônia Legal inteira ainda, infelizmente. Mas fiz coberturas muito legais, importantes para mim. Acompanhei o julgamento de um dos responsáveis pelo assassinato da Irmã Dorothy, no Pará. Enfim, fiz viagens para coberturas importantes e em algumas dessas viagens consegui conhecer ouvintes pessoalmente e isso é muito legal. Acontece até por acaso. Teve uma vez que eu estava no Fórum Social Mundial, em Belém. Em 2009, se não me engano. Ainda estava no começo. Tinha nem completado um ano ainda de rádio. Estava lá como repórter. Nunca me esqueço, eu estava fazendo um vivo e pisei num formigueiro. Era eu falando ao vivo e as pessoas batendo na minha perna. É umas coisas que você pensa: 'é outra realidade'. Tinham eventos nas universidades e eram locais muito distantes. Um campus era muito longe do outro e não tinha como ir de ônibus. Também não havia carro da empresa. O transporte era meio complicado. Era uma van que levava de manhã e depois você meio que se virava para voltar pro núcleo onde estava a rádio. Teve um dia que eu estava bem cansada, aquele calor, uma cobertura que começava muito cedo. Eram umas 10 horas de transmissão ao vivo. Eu entrava no ar o dia inteiro. Nesse dia eu estava sem almoço, e perdi a carona de volta com o pessoal da TV Brasil porque não coube no carro. Via todo mundo embora, meio entardecendo. Eu sentei na calçada, aquele desespero, pensando como eu ia voltar, estava com fome. Apareceu um cara e perguntou: você é

da Radiobrás? Ele viu meu crachá. Eu respondi que sim. Aí ele: 'você conhece a Artemisa Azevedo?'. Eu respondi: 'conheço, ela trabalha comigo na Rádio Nacional da Amazônia'. Ele disse que tinha ido até o Maranhão só pra conhecer a Artemisa. Eu me apresentei, disse que era a Juliana da rádio. Ele falou: 'sim, eu te ouço também'. E ele queria muito ver a Artemisa. Eu disse que estava indo pra rádio, mas não sabia como. E aí ele disse: 'vamos de barco comigo, eu sei um caminho'. E fomos descendo pelo meio da mata e conversando sobre a rádio. Fomos de barco. Até hoje ele participa dos meus programas. E eu sempre falo: 'Adilson salvou minha vida'. Eu brinco com isso. Os ouvintes sempre salvam a minha vida. Às vezes chego pra trabalhar, com algum problema pessoal na cabeça, e sempre tem uma mensagem muito especial. Fico emocionada de falar, eu fico chocada com essa magia que existe. Sou muito grata por estar nessa rádio.

- Em 2009, em outubro, me chamaram pra cobrir férias de um colega, na apresentação do programa Nacional Jovem. Achavam que eu tinha o perfil. E eu passei a acumular. Eu ficava de manhã na reportagem. Fechava matéria, almoçava, e entrava na apresentação do Nacional Jovem se não me engano umas 15h. O colega que tinha saído de férias, quando voltou, já foi pra outros projetos. E fiquei assim por muitos anos. Era pra fazer um mês e fiquei por cinco anos se não me engano. Depois de um tempo eu saí da reportagem e fui pra edição, mas continuei acumulando com a apresentação. Uma época eu fazia edição dos jornais da manhã. Outra época eu fazia o programa e depois ia editar os jornais e ficava até tarde da noite.

- Em 2013 eu saí de licença maternidade e quando eu voltei, já voltei com essa proposta do Tarde Nacional. Não foi uma proposta minha. Era uma ideia do Sartorello que na época era gerente das rádios e da Luciana Couto que era minha coordenadora. Quando voltei, a Didi que estava me cobrindo durante a minha maternidade também se encontrou muito no Nacional Jovem. Então eles decidiram manter a Didi e me apresentaram a ideia de migrar pra outro tipo de programa, mais maduro. E acho que todo mundo ficou satisfeito. E foi aí que surgiu o Tarde Nacional em 2014. Já começamos o programa com essa proposta. Ele não tem muitas vinhetas, muitas chamadas, quadros fixos. É um programa mais leve. Uma trilha que fica de fundo e a gente que vai tocando ali no ao vivo. E o grande tchã era o Whatsapp. Hoje parece uma coisa óbvia, mas em 2014 não era. As pessoas não acreditavam. Achavam que ia ser um fiasco, que ninguém ia participar. Mas deu muito certo e é onde estou até hoje. Não sei exatamente se foi ideia minha ou da Roberta, produtora do programa. A gente é muito parceira. Temos uma conexão tão boa que é difícil dizer o que é minha ideia e o que é dela. Criamos muitas coisas juntas. Não lembro como surgiu a ideia, mas estreamos fazendo uma brincadeira com o Whatsapp. Então no primeiro dia de programa, a gente passou um conto que eu escrevi e gravamos a participação dos ouvintes interpretando os personagens pelo Whatsapp. Foi uma experiência e ficou bem legal. Os ouvintes adoraram. Fizeram uma novelinha. E foi crescendo.

É surreal hoje. O Tarde Nacional esteve em vários horários diferentes. Hoje é de 13h às 15h. Por conta da pandemia, reduzimos o horário. Eram 3 horas antes e agora são 2. Mas é difícil dar conta de ler tanta mensagem. E no Ponto de Encontro da Didi então, é uma loucura. Você sai tonta. Às vezes no plantão, nos fins de semana, eu fazia o Ponto de Encontro. Eu saía bem cansada. É bem louco.

- Acho que na Rádio Nacional da Amazônia, sempre tivemos autonomia. Até porque dentro da empresa não sei se ela tem tanto prestígio. Outras rádios às vezes tem um nome mais forte ali no ambiente corporativo. Sabemos que fora, eu penso que, sem desmerecer as outras emissoras, a Rádio Nacional da Amazônia tem um alcance muito grande. É incalculável. Não dá pra medir. É uma loucura os lugares de onde eu recebo mensagem todo dia. Já recebi mensagem de ouvinte do Texas, nos Estados Unidos, que me ouve todo dia. E também o que está no meio da comunidade indígena. Não sei exatamente se é por isso, mas nós temos autonomia. Eu sempre pude escolher minhas pautas, minhas entrevistas. Isso é uma responsabilidade para quem está no chão de fábrica, mas é muito bom também. Só não podemos esquecer para quem estamos falando. É uma coisa que eu sempre falo pra mim mesmo. Não posso focar em coisas que me interessam e esquecer para quem estou falando. Mas a equipe é muito comprometida e tem isso muito claro. Ouço os chefes sempre falarem que a Rádio Nacional da Amazônia é uma rádio que não dá trabalho, que é uma rádio que faz sua própria gestão, que caminha sozinha.

- Essa semana, na segunda-feira, fizemos uma entrevista sobre higiene íntima feminina. É isso, responder, tirar dúvidas e falar o básico. Como deve ser essa higiene? O que você não pode fazer? Sobre a ducha íntima, por exemplo. Explicamos: 'olha, isso não pode porque pode trazer alguma infecção'. Ou falar de menstruação. E a higiene durante a menstruação? O que tem de tabu nisso? E é falar de forma bem aberta. Na quarta-feira, fizemos uma entrevista sobre hemorroida que foi ótima. Uma médica tirou todas as dúvidas. Às vezes fico pensando em situações do cotidiano e tento imaginar como é isso numa outra realidade. Alguém comentou de hemorroida um dia desses no grupo de Whatsapp da família do meu marido. E eu pensei: nunca falei disso no programa. E se você for ver, tem muita gente que sofre disso. E ainda tem um tabu muito grande. Então pessoas sofrem em silêncio. Pessoas instruídas têm vergonha de ir ao médico. Imagina uma pessoa que está na zona rural, numa cidade mais distante. Foi um sucesso. Os ouvintes fizeram perguntas, alguns de forma anônima. Eu falei a eles que podiam mandar mensagem e pedir que a gente não revelasse o nome. E eles confiam. Por exemplo, uma ouvinte enviou uma mensagem: 'Juliana, por favor, não diz meu nome, mas eu queria saber se sexo anal pode prejudicar quem tem hemorroida'. E eu passei pra doutora. E não é menosprezar, se colocar num lugar que nós sabemos mais e estamos falando para pessoas ignorantes. Não é isso. Tanto que eu falo sempre pra eles que aprendo muito nessas entrevistas. Nessa entrevista de hemorroida, eu fiquei besta.

- Eu tenho certeza que a emissora se enquadra nesse caráter de comunicação pública. Ela cumpre esse papel. Pra mim a comunicação pública é, em primeiro lugar, uma comunicação que respeita direitos humanos. Ela tem os princípios democráticos e os direitos humanos como norte. A Nacional da Amazônia ainda tem esse caráter de prestação de serviço, que é muito importante. Esses dias eu estava comentando na minha rede social, no meu Instagram: 'em que emissora eu poderia falar 20 minutos de hemorroidas, às três horas da tarde, sem precisar interromper a conversa por conta de um comercial e sem me preocupar de tocar em temas como sexo anal, sob uma perspectiva de saúde?'. Só na comunicação pública. Eu não tenho a menor dúvida de que seja um serviço fundamental.

- Não tem como fazer estudo quantitativo. É impossível. Não me lembro de ter conhecimento de algum outro tipo de estudo, mesmo que qualitativo, sobre a audiência. Essa coisa de conhecer os ouvintes é mais no dia a dia mesmo. Eles participam muito, pedem muitas entrevistas, sugerem pautas e quadros. Teve uma que disse que gostava de um programa antigo que falava de culinária e que sentia falta. Então vamos fazer um quadro de culinária. Veio a pandemia e a gente interrompeu. Já temos alguns episódios gravados, mas estamos fazendo com ouvintes. Eles dão a receita da região deles, alguma comida que traga uma memória afetiva. Eles têm uma participação bem ativa na construção de conteúdo, mas mesmo quando não é ativa, a gente já conhece mais ou menos o perfil. Vamos aprendendo o que eles gostam de ouvir, o que é importante debater. Meu programa tem entrevistas todo dia. E às vezes pode parecer mais legal ficar só tocando música, lendo recados, fazendo brincadeiras. Mas sei que é importante ter entrevista.

- Eu reconheço a importância do Conselho Curador. Fiquei sentida com a extinção, mas na Nacional da Amazônia realmente não senti nenhum impacto.

- Tem uma ouvinte só que me segue no Instagram. Eu deixo meio fechado. Tento não misturar muito as coisas. Mas essa me acompanha desde o primeiro dia. Eu tenho muito carinho por ela. Tenho o maior xodó. E liberei pra ela me seguir. Tem alguns locutores que passam número pessoal e conversam com ouvinte o dia inteiro. Eu não faço isso. Eu converso com eles durante os programas. Mas considero que é uma relação de muita confiança e de muito carinho. Não tenho outra palavra para dizer. Eu me emociono demais. 'Juliana, bem vinda à minha casa'. 'Que bom que você está aqui'. 'Olha o que eu estou cozinhando' e manda a foto do almoço. E eles têm uma sabedoria muito grande. Uma sabedoria da simplicidade. Eles falam coisas que eu penso: 'não poderia ser mais perfeito'. É um público que é qualificado. Um público que, sei lá, não sei se é sensível a palavra. É um público muito aberto a receber, a trocar. É muito lindo. E é legal que tem ouvinte que bate ponto, participa todo dia. Mas ao mesmo tempo todo dia aparece alguém diferente.

- É muito interessante falar uma coisa sobre as novas tecnologias que é justamente como deu outra dinâmica para a participação deles. Imagina um ouvinte que está lá capinando e que ouvir Roberto Carlos. Ele quer ouvir. Ele não tem Spotify. Como era antigamente: ele escrevia uma carta. Ele ia ouvir Roberto Carlos, com muita sorte, um, dois meses depois. Hoje ele consegue mandar uma mensagem pedindo: 'Ju, toca Roberto Carlos'. E é agora. E eu tento atender sempre, porque sei como é você querer ouvir uma música. É naquela hora. No dia seguinte não é a mesma coisa. E aquela coisa do recado também. Antes eles tinham que planejar: mês que vem vai levar os bois, já envia uma carta para avisar fulano com antecedência. Agora é mais rápido: 'avisa fulaninho para levar as sementes pra mim que amanhã estarei na beira do rio'.

- Tem ouvinte que não tem nem energia elétrica. Às vezes até tem o celular, mas só consegue usar quando vai à cidade. Em casa não tem onde carregar. Tem muito assim: os filhos vão para a cidade estudar e os pais ficam no campo. Não tem energia, não tem telefone, mas tem um rádio de pilha. Então o filho manda o recado pela Nacional da Amazônia: 'Mãe, vou ter prova sexta-feira. Fica tranquila. Eu estudei, estou bem. Te amo e estou com saudades'.

- Quando vamos fazer uma cobertura, é como se nós emprestássemos os nossos olhos para eles. Então é como se a gente levasse todos os ouvintes para aquele lugar onde estamos. Isso é muito rico. Já vivi tantas experiências. Até na cobertura do Rio +20, que foi um evento no Rio de Janeiro, a gente se surpreende. Vai lá fazer a cobertura de temas ambientais importantes e acha que não vai encontrar ninguém. Parei um pouco pra beber uma água e vi uma senhorinha indígena. Sentei e comecei a conversar com ela. Ela era a indígena mais velha do povo dela. Conversamos umas duas horas, sem brincadeira. Uma hora ela me deu um apelido, disse que eu era a sibakadi, que é a garça branca da Amazônia. Ela disse que eu era muito branca e que a garça branca é amiga dos índios, porque quando ela aparece é sinal de que tem peixe. Ela me deu um colar que eu guardo com muito carinho. No dia, eu contei a história no jornal e fiz a assinatura da matéria assim: 'do Rio de Janeiro, Sibakadi'. Os ouvintes ficaram loucos, adoraram. Tem um ouvinte que gravou e guardou essa gravação.

- São sempre experiências muito ricas que se leva a rádio para outros ambientes. É uma pena a situação em que a empresa se encontra. Minguaram. Há muito tempo que não tem viagens. Mas ainda tenho esperanças que elas vão voltar. As coisas vão melhorar. Foi no Governo Lula que teve mais viagens, falando de períodos de governo, que acho que influencia. No Governo Dilma já foi diminuindo até que foi minguando de vez.

- O que acho de semelhante entre as gerações novas e mais antigas, que muitos se aposentaram agora e outros ainda estão na rádio, é a questão do respeito à história da emissora, ao ouvinte e essa paixão. A emissora são os ouvintes. Então esse carinho é o mesmo. O povo costuma falar que quem entra na rádio é picado pelo mosquito da Amazônia. As pessoas entram lá e não saem.

Mas vejo essa diferença que antigamente os locutores eram artistas também. Alguns iam pra esses lugares para cantar. É outro perfil. Talvez tenha a ver com alguma coisa geracional. Na época, os locutores de rádio estavam muito ligados à música. E hoje não é mais assim. O máximo que eu canto é em um quadro que temos no programa que chama Radiokê Nacional. São os ouvintes que cantam, mas eles ficam pedindo pra gente cantar. Eu canto com eles, é o máximo que eu chego. Mas no comprometimento, na paixão, no engajamento eu vejo muitas semelhanças. Mas há sim um desafio em fazer com que a rádio acompanhe também os novos tempos, as novas gerações. Porque da mesma forma que os locutores novos vão chegando, os ouvintes novos vão chegando também. E tem ouvintes jovens. Então é um desafio acompanhar as mudanças sem perder sua essência. Essa coisa de usar o Whatsapp mesmo foi um grande passo e as pessoas no início ficaram bem resistentes: 'Como Whatsapp? Nós queremos receber carta'. Mas e os ouvintes? O que eles querem? Será que estamos acompanhando essa transição.

- A rádio precisa de investimentos e eu não estou falando de dinheiro, mas de recursos humanos. Quando eu falo que a rádio não é tanto prestigiada dentro da EBC, não é pra me queixar. Mas é um fato. A gente constata isso. Só olhar que no último PDV saíram cinco locutores e não entrou ninguém para substituí-los. Até pra repensar a programação, precisamos de investimento. Por ela cumprir o papel dela, muitas vezes é bonito falar: 'eu trabalho na empresa que tem a Rádio Nacional da Amazônia'. Mas nem ali dentro do ambiente corporativo, as pessoas conhecem a rádio de verdade. Não é uma rádio que é conhecida, que é valorizada. Acho que falta um trabalho ali dentro. Fora ela tem seu valor, ela é reconhecida. Mas dentro faltou algo mais. E isso tem impacto no resultado que vai pra fora. Quando chega num ponto que você tem apenas quatro locutores para a grade inteira, os programas começam a ficar parecidos, ficam muito longos.

DEPOIMENTO 05**Nome:** Beth Begonha**Naturalidade:** Brasília/DF**Idade:** 56 anos**Período de trabalho na emissora:** desde 2003 até atualmente**Data:** 29/04/2021**Tempo de gravação:** 1h19

- Nasci e moro em Brasília, mas morei no Rio de Janeiro e também morei na Amazônia. Por questões familiares, morei em Porto Velho, onde eu comecei a trabalhar com rádio: na Rádio Nacional de Porto Velho, inclusive na rádio de ondas tropicais. Eu trabalhava na FM, nós tínhamos a transmissão de ondas curtas, que era a Rádio Nacional da Amazônia. E tínhamos as ondas tropicais que são um pouco menos potentes do que as ondas curtas, mas também tem um grande alcance. Então eu já falava para uma região maior da Amazônia do que aquela que eu morava. Já falava para Amazonas, Maranhão, Acre. Comecei bem menina. Tenho 56 anos e 40 anos de rádio. Comecei com 16 anos fazendo um teste e fui escolhida.

- A Rádio Nacional da Amazônia era um sonho de uma menina que veio da Amazônia. Eu achava aquilo maravilhoso: Tia Leninha, Mara Régia. Eu entrei em 2003 e fiz o concurso em 2005. Eu passei e entrei. Levei o projeto de um programa que esteve no ar por 13 anos. Se chamava Amazônia Brasileira. Um programa com esse enfoque de alguém que vinha da Amazônia e que sabia como a banda tocava: os conceitos e preconceitos, a lida de viver naquela região. Teve um momento que eu sofri um acidente e tive que me afastar por um tempo.

- Rondônia tinha uma grande migração, sobretudo de pessoas do sul. A gente lidava com garimpo. Me traumatizou um pouco aquele ambiente de garimpo. Eu coloquei todas essas vivências e esse conhecimento que eu tinha no projeto: Quem são as pessoas que vivem na Amazônia? Quem são os habitantes originais? Quais as comunidades que se estabeleceram? Qual o papel dos amazônidas, como somos chamados aqueles que vão e fazem da Amazônia a sua terra? O Amazônia Brasileira foi um produto muito especial. Mas quando eu retornei do acidente, já estávamos em um momento político que achei que não seria possível manter o programa como ele era. Seria um pastiche do que havia sido. E isso eu não quis. Foram 13 anos com duas entrevistas diárias. De 2003 até o final de 2015. Era bastante trabalhoso, bastante sério. É importante dizer que a rádio é um veículo que tem muita confiança dos ouvintes. E no Amazônia Brasileira, toda uma categoria excluída, passou a encontrar acolhimento. Por isso que digo que era um programa sério, embora tivéssemos diversão. Nós passamos a ser um foco de demandas de diversas populações que não costumavam ser atendidas. Até hoje eu sou conhecida como uma pessoa muito ligada aos povos indígenas. Eu sou pós-graduada na UnB em

desenvolvimento sustentável e indigenismo. Os povos indígenas não costumam ter espaço na mídia e essa foi a minha pesquisa. Investiguei como a mídia costuma abordar a questão dos povos indígenas. A questão da falta de protagonismo. Coloca um antropólogo para dar entrevista, fala alguém da Funai e aí quando você entra nesse mundo você percebe que eles são perfeitamente capazes de falar por si mesmo. Claro que você pode ouvir a Funai, ouvir o antropólogo, mas os indígenas eram parte constante dessa rádio, tinha nessa rádio uma grande confiança. E por isso o programa foi especial. Eu não conhecia nada igual e também não vi nada igual depois. Eu não sabia qual ia ser a receptividade deles. Eu não sabia se eles iam se interessar. E eu fui amplamente acolhida, viajei por muitas aldeias, conheci muitas etnias. Arranhei um pouco de algumas línguas de alguns povos com os quais eu tive mais convivência. Eles estavam ávidos por um espaço onde pudessem ser vistos como pessoas e também como cidadãos. De tudo o que eu fiz na minha vida, e eu já fiz muitas coisas, não há nada que eu considere mais legal. E legal inclusive no sentido jurídico da palavra.

- Quando eu retornei de licença, eu assumo, com a saída da Sula Sevilis, o Ponto de Encontro. Passo a ser a titular do programa. No momento, não está rolando por causa da pandemia. Eu estou em casa. Tenho um programete diário que chama Boas práticas para os tempos de coronavírus. É um programa de saúde, que também é um tema que eu sempre estudei. Eu sou técnica em saúde pela Escola Estadual Carmela Dutra, de Porto Velho. E eu nunca parei de estudar saúde, sempre foi algo que me interessou. Então faço hoje esse programete. E temos hoje essa interação maior através da internet. Recebo muitas sugestões de pauta dos ouvintes, trazendo questões sobre saúde.

- Em Porto Velho, eu fiz tudo. Eu produzia, apresentava, redigia. Apresentava jornal, tinha um programa infantil na TV Nacional de Porto Velho que era um grande sucesso. Era ao vivo com crianças no estúdio. Era um horário ingrato, então tinha que ter comida para as crianças. Era uma trabalhadeira. Levar criança ao banheiro. E eu ganhava bem pouco. Então chegou um momento que eu tive que informar ao meu chefe que não tinha condição de continuar. Eu não dava conta: eu continuava nas rádios, tinha a universidade. E foi uma comoção na cidade. Na última edição, decidimos fazer aberto porque a participação no estúdio era limitada. E foi uma multidão. Eu tive que ir pro meio da rua. As crianças choravam. Então essas experiências com rádio e com TV em Porto Velho foram essenciais pra me tornar a profissional que eu sou hoje. Uma profissional bastante completa. E toda essa formação foi fundamental pro projeto que eu apresentei à Radiobrás em 2003. E aí eu fui convidada. Que foi justamente o projeto do Amazônia Brasileira. E aí assim que houve um concurso, eu me coloquei. E aí sim, de forma oficial, fui aprovada em primeiro lugar.

- Eu tive autonomia. É muito difícil encontrar pessoas com a população que eu trabalhava. Isso representou uma sobrecarga de trabalho. As pessoas não tinham discernimento, jogo de cintura. E isso não é uma acusação. É um destaque para mostra como o Brasil conhece pouco a Amazônia. E como o Brasil entende pouco a Amazônia. Então eu tive bastante autonomia. Claro que algumas vezes, o pessoal se irritava. Sabíamos que tinha queixas de autoridades, afinal o programa era um espaço ao qual as pessoas recorriam e nós tínhamos demandas. Uma das coisas que eu me orgulho é que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi implantado na Amazônia a partir de reivindicações feitas pelos ouvintes e que eu levei ao Ministério da Educação. Foi atendido e muita gente voltou a estudar. Enfim, nunca fui proibida de levar ninguém ao programa. E ele sempre foi bastante eclético. Ia de Amado Batista até gente para falar de nanotecnologia ou assentamento. Os indígenas iam falar de sua história. Questões políticas, sociais. Então, trabalhei com bastante liberdade, até com um pouco de solidão ao longo do período do Amazônia Brasileira, com exceção de alguns estagiários que inclusive também se tornaram pesquisadores de região amazônica. E tenho que dizer que nesse momento também continuo trabalhando com liberdade. Ninguém chegou para mim e disse: 'manda tomar cloroquina'. Não houve isso. A mim não chegou. Talvez porque eu me escondia um pouco nessa fase. Eu prefiro continuar quieta e não chamando muita atenção, prestando meu serviço corretamente como servidora, do que me pavonear e alguém começar a querer cortar. Como pesquisadora que sou, não posso concordar com esse discurso de vamos aglomerar.

- A gente tem uma população com bastante dificuldade de acessar certas fontes de conhecimento e de informação. O que hoje se tornou uma coisa um pouco perigosa porque o Whatsapp é de graça e todo mundo tem acesso. Então a importância da rádio se reforça nesse momento porque é um lugar seguro onde você vai buscar pessoas gabaritadas para trazer informações sobre questões muitas vezes propostas pelos próprios ouvintes, além de ter funcionários públicos que tem as suas responsabilidades. Eu tenho um manual que tenho que seguir. Eu não posso estar dizendo loucuras. As coisas que eu falo precisam estar embasadas. E com isso necessariamente você tem esse viés educativo. Isso era nítido no Amazônia Brasileira. E agora aparece com muita clareza no programete atual que eu faço. Toda essa parte de dividir conhecimento recebido em pesquisas, acompanhando as informações do mundo. São informações que colaboram para o aprendizado, para o conhecimento geral das pessoas sobre a Amazônia, os biomas, as populações, sobre elas mesmas. Nem todos têm o acesso que nós temos à internet. Muitos, para mandar um recado para o Ponto de Encontro, saem cedo de casa, vão até a sede do assentamento ou à aldeia central de uma terra indígena. Lá, eles carregam o telefone, manda o áudio e voltam. Para eles é muito difícil estar pesquisando e encontrado informações educativas. E a rádio acaba tendo um papel aí, de forma natural nesse diálogo.

- A comunicação pública tem que ser livre de amarras de patrocinadores com vieses. É essencial que ela tenha como se sustentar, como a EBC tem o fundo das teles. E que elas não dependam necessariamente nem mesmo de governos, porque há sempre uma tendência de aparelhamento. Tínhamos a separação entre os veículos de comunicação pública e a NBr, que prestavam serviço ao governo. E dentro de parâmetros razoáveis, eu acho isso importante. O governo precisa ter também espaço para comunicar suas atitudes. É que estamos vivendo um momento totalmente fora de rota. Já vivi ditadura, presidente dali e daqui, e isso que estamos passando agora eu não sei definir. Mas acho bom que tenha uma TV do governo, que leve suas ações e oriente, dentro de um funcionamento normal e razoável. E a comunicação pública, por sua vez, fazendo o seu trabalho. Acho que o Amazônia Brasileira era um pouco a essência disso. De servir a esse público que é desatendido. E por que ele é desatendido? Claro que existem interesses, mas também é porque ele é desconhecido. Então não se cria espaços para eles. Quando se tem um programa que atende a essas comunidades, que abre espaços, isso é comunicação pública. Esse movimento de inclusão, ainda mais em uma nação plural como é a nossa.

- A Rádio Nacional da Amazônia tem uma história longa. Então ela já passou por fases. Foi criada no governo militar, mas sempre a sua maneira foi uma prestadora de serviços. Em alguns momentos, ela foi aparelhada. Mas dentro do contexto geral e depois da EBC, embora a Amazônia Brasileira tenha começado ainda na Radiobrás sem nenhuma interferência, eu acho que ela absolutamente se enquadra como comunicação pública. Ela é um veículo indispensável. Ela tem essas características que decorrem do fato de ser uma emissora de ondas curtas. Ela vai a lugares aonde nenhuma outra vai. Para algumas pessoas, ela é o único contato com o Brasil e com o mundo, a única fonte de informação, e continua tendo um papel que é o papel original para o qual ela foi criada: atingir nossas fronteiras. Eu viajei para uma terra indígena, que é o Vale do Javali, que fica exatamente na fronteira com a Colômbia e com o Peru. Lá só chega a Rádio Nacional da Amazônia. Então o papel que ela exerce como veículo de integração nacional, no melhor sentido e não de pasteurização, de estabelecer que essas pessoas tenham conexão com a identidade nacional, que assuntos que fazem parte da vida do Brasil cheguem até elas, que são cidadãos brasileiros. De preferência com uma linguagem carregada de símbolos amazônidas. Então o ouvinte se reconhece. E também promove uma troca, nos acrescenta, porque existe o amazonense, o belenense. É um dialeto próprio. Por isso, eu considero que ela é sim um veículo de comunicação pública importantíssimo no contexto do Brasil e importantíssimo no geral pela sua forma de transmissão e de recepção. Eu costumo dizer que pode tudo falhar que a Rádio Nacional da Amazônia estará no ar. Cai a internet, mas as ondas curtas chegam e são captadas por quem tiver o receptor. E os caminhoneiros ouvem a gente, os meninos da Funai ouvem a gente. Então ela é uma rádio que tem uma magia. Uma vez um

professor me disse assim: 'Beth, a gente brincava que a Rádio Nacional da Amazônia pegava até em uma caixinha de fósforo'. Então as ondas curtas têm um papel público.

- Ela é estratégica. E pra nós tem esse papel muito especial de integração dessa região que é a mais desconhecida dos brasileiros. E ali as passagens são caras, as viagens são longas. Então esse corte que existe entre esses Brasis, ele é em alguma medida apaziguado e minimizado pela Rádio Nacional da Amazônia.

- Eu tenho uma vivência particular. Eu sou hoje a única da Rádio Nacional da Amazônia que viveu na Amazônia. Minha entrada na vida como uma pessoa que trabalha, que vai à escola, ela acontece lá. Fiz universidade lá. Eu sou uma pessoa que já viajou de ônibus de Porto Velho para Manaus.

- Nós não temos Ibope. Temos que entender a vastidão da Amazônia. Temos cidades grandes, pequenas e médias. E temos um grande contingente rural, extrativista, ribeirinho, indígena. E não tem como fazer Ibope. A gente tinha uma previsão de número de ouvintes. Era bem grande. Girava em torno de 60 milhões de ouvintes diários. Mas o que acontece, por exemplo, o Amazônia Brasileira surge ainda no tempo das cartas e 70% da pauta era pauta requisitada. Nós recebíamos milhares de cartas. O *feedback* que nós tínhamos era muito significativo. E recebíamos demandas de tudo que você pode imaginar: desde unha encravada até questões de comunidades indígenas com problemas de invasão de madeireiros, garimpeiros ilegais. Para o meu trabalho, eles continuam influenciando as pautas. Agora pela internet. Eles entram no Facebook. Nem todos tem o meu Whatsapp, mas alguns têm, os mais queridos. E me mandam as pautas pela internet. Então a interação continua valendo. E eu sempre busco priorizar as pautas que são demandadas. São questões pertinentes e que podem interessar a outras pessoas da mesma região. A Nacional da Amazônia não finge que está atendendo. Ela está atendendo de fato. E perguntas assim: nanotecnologia. Eu mesmo não sabia o que era. 'Beth, comprei um xampu que diz na embalagem que tem nanotecnologia'. Eu fiquei pensando o que é isso? Através desses questionamentos pertinentes, inteligentes e diversificados, nós aprendemos muito com eles. Acho difícil essa interação tão próxima com o ouvinte. E eu que trago uma vivência de outros veículos, acho difícil encontrar algo parecido com isso. Ela é essencial em qualquer conceito de comunicação pública.

- Um outro ponto a se destacar é que a Rádio Nacional da Amazônia alcança o sonho de todo veículo que é a fidelização. Às vezes porque o ouvinte só tem aquela possibilidade. Mas hoje em dia a gente vê que mesmo tendo inúmeras possibilidades, elas continuam conosco. O contato é constante. No tempo da cartinha, era muito comum, por exemplo, a pessoa mora na roça. Uma vez por mês, ela vai à cidade fazer as compras ou vender os produtos que ela cultivava. Mas antes de ir, ela passa três dias escrevendo cartas. E aí aproveita a ida à cidade e coloca nos correios 20

cartas de uma vez. E numerava as cartas: um, dois, três. Ela só poderia mandar cartas de novo dali um mês. Mas do ponto de vista cerebral, aquela pessoa estava lá todos os dias. E eu estava na casa dela todos os dias, ao longo de dias, semanas, meses, anos. É uma relação que se constrói de forma natural, sem nenhum tipo de forção. Esses ouvintes são muito carinhosos de forma geral e se mostram gratos quando são acolhidos em suas demandas. E a gente vai conhecendo as pessoas, entrando na rotina delas. Eu sempre peço para elas contarem como é o cotidiano e elas vão narrando. Junto com as cartinhas, às vezes mandavam fotos na roça, plantando, pescando. Então você cria uma ligação mental com essas pessoas. E às vezes o ouvinte diz: 'olha Beth, você é parte da minha vida'. Mas eles também são parte da minha vida. São parte de mim. E eu aprendi muito com a sabedoria dessas pessoas. Embora muitos dos ouvintes têm, do ponto de vista acadêmico, uma escolaridade pequena, eles têm um grande saber de um contexto cultural, de um contexto ambiental, de um contexto ancestral. Nos proporcionam uma visão bastante expandida da realidade. É um saber que não pode ser menosprezado só porque não corresponde aos nossos padrões acadêmicos. Um saber que inclusive muitas empresas acabam cooptando para utilizar para fins financeiros.

- Eram verdadeiros acontecimentos quando a gente chegava na Amazônia. Desceu Anitta. Porque é alguém muito íntimo. É uma Anitta amiga da gente. É muito louco o tipo de afeto que isso desenvolve. Sem dúvida a EBC já foi mais interessada nisso ou teve mais condições, não sei te dizer. Eu era muito convidada para viajar pelos mais diversos: governos estaduais, a próprias comunidades indígenas, Funai, Ministério da Saúde. Fui convidada para palestras a estudantes. Estou tentando lembrar as vezes que eu viajei pela rádio mesmo. Eu lembro que as pessoas foram pro Fórum Social Mundial. Eu ia também, mas peguei rotavírus e não pude ir. Eu fui pra Rio+20, onde eu tive contato com ouvintes, mas foi no Rio de Janeiro. Eu fiz um Amazônia Brasileira de lá, ao vivo. O Amazônia Brasileira era um programa viajante. Então vai ter um encontro das comunidades dos povos indígenas do Acre, sul de Rondônia e norte do Amazonas. Eles convidavam e com o acordo com a chefia, a gente fazia o programa de lá. Tenho fotos hilárias, porque nem sempre tinha uma estrutura. Esse encontro mesmo que estou citando, fizemos o programa na cozinha do padre. Tinha uma igrejinha onde era o encontro e a gente pediu ao padre um lugar para instalar o equipamento. O Amazônia Brasileira era muito aventureiro. Algumas pessoas nem gostavam muito de viajar. Não havia muito conforto. E é bom registrar que eu nunca recebi dinheiro nenhum para aceitar essas viagens como profissional da Rádio Nacional da Amazônia, como deve ser. Agora no período anterior, antes de eu entrar, teve gente que se lançou cantor, que se lançou político. Então tinha gente que quando ia pra Amazônia ia para ter lucro. Eu não ia para ter lucro. Meu lucro era humano e profissional e a oportunidade de viver essas aventuras com a rádio. Já transmiti programa de rádio do orelhão da

aldeia. Eram viagens mais jornalísticas e culturais, quando a gente ia cobrir uma data importante histórica ou alguma coisa assim. Mas essas viagens para shows não são do meu tempo.

- Uma coisa que eu observei no tempo que fiz o Ponto de Encontro antes da pandemia, e que foi um dos argumentos que eu usei para o nosso presidente general Pereira Gomes, é o fato geracional que a Rádio Nacional da Amazônia tem. O general e eu nos demos muito bem. E o que o general fazia, e isso tem que ser dado crédito a ele porque outros presidentes não faziam, é que ele visitava a gente. Visitava não para constranger. Não ia vigiar se a gente estava trabalhando. Ele ia lá, saudava a gente, o assessor dele era um homem de comunicação, o coronel Murilo. Eu conheci o Murilo, me dei super bem com ele, e depois ele me apareceu lá com o general. Aí que eu fui saber que ele era coronel. E ele era fascinado pela Rádio Nacional da Amazônia. Mas assim, é o fato de termos esse fator geracional. A mãe de um dos meus ouvintes com quem eu tenho contato regular também era ouvinte da emissora. Ele cresceu ouvindo a rádio. Aí ele casa e ele tem filhos. E esses filhos já começam a mandar recado para os avós através da rádio. É uma fidelização transgeracional. É algo louco. Claro que as novas tecnologias trazem mudanças. Algumas que acrescentam, outras que diminuem. Mas de forma geral eu percebo que, por ter esse contexto familiar, os ouvintes se unem. Existem vários grupos de ouvintes, grupos de Whatsapp específicos. Então eles têm contato entre eles. E antes as pessoas trocavam cartas, se visitavam. 'Olha Beth, estou te avisando que estou indo para Parauapebas porque fiquei muito amiga da fulaninha e vou pegar estrada para ir lá pra conhecer ela'. E o Ponto de Encontro é onde podemos ver essa fidelização transgeracional com muita clareza. Eu citei o general porque, nas vezes que ele foi lá, ele pegou coisas muito específicas. Quando ele chegou, a gente estava fora do ar. Tinha caído um raio. Não trocaram o transmissor, que é antigão. Então cada vez que quebra o transmissor é um Deus nos acuda. E precisa de vontade política. Então, houve uma vez que ele chegou no estúdio e eu estava passando um recado de um ouvinte, o Ângelo, que dizia assim: "Beth, eu estou sofrendo tanto. Moro só eu e minha filha aqui na roça. Perdi minha esposa. E vocês são nossas únicas companhias. Quando vocês saem do ar meio dia, pra gente é a morte". A gente saía do ar porque não tinha como deixar o gerador funcionando todo o tempo. E teve um outro recado: "Vovó, te amo muitos. Estou com muita saudade". E ele pôde ver três gerações se comunicando pelo rádio. Então ele se empenhou para que a coisa acontecesse. E a rádio foi colocada de volta no ar. Eu tenho gratidão por ele ter o entendimento do que essa rádio representa para as pessoas do Brasil e para o Brasil em si.

- Gostava muito do Conselho Curador. Era muito plural. Tinha muito a ver com a EBC, com a Rádio Nacional da Amazônia e especificamente com o Amazônia Brasileira. Nós fizemos também audiência pública. Viajei pro interior do Pará para uma audiência pública sobre a rádio. Havia uma escuta. Havia discussão maior, da sociedade conosco. Seja através de audiência

pública, seja através do Conselho Curador. Não tenho dados, mas tenho certeza por uma questão de lógica que o Conselho Curador faz falta no direcionamento abrangente e diverso culturalmente, ecologicamente e ambientalmente. O Brasil são muitos Brasis constituídos como uma nação. As discussões eram em altíssimo nível. Havia um reconhecimento maior do trabalho que a gente fazia. Como profissional, me sentia muito reconhecida pelo Conselho, que tinha uma excelente noção do que era o Amazônia Brasileira.

- E naquele período, a gente tinha um contexto mais integral. Fiz muitas coisas com a equipe do rádio-jornalismo. Escrevi especiais para a Agência Brasil. Fiz coisas para TV também. Trabalhei muito em parceria a partir daquilo que eu já estava trabalhando. Porque a gente tinha pautas de primeira mão. O índio trazia a informação em pessoa, que os repórteres dos jornalões não teriam. E aí a gente trazia o assunto, a Agência Brasil repercutia. Havia uma integração maior nesse sentido.

- Agora estamos num tempo até de autocensura. As pessoas tem um certo medo. Medo talvez não seja a palavra. Eu quero ser muito cuidadosa com as palavras. Vamos dizer assim, uma cautela porque ninguém quer ser perseguido.